Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Certificado digitalmente por:
FERNANDO SCHEIDT MADER

Diário da Justiça
ELETRÔNICO

Curitiba, 25 de Junho de 2025 - Edição nº 3925 - 190 páginas

Sumário

Tribunal de Justiça 2
Atos da Presidência 2
Concursos 4
Supervisão do Sistema da Infância e Juventude 4
Ouvidoria Geral 4
Escola Judicial do Paraná 4
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR 4
Atos da 1ª Vice-Presidência 4
Atos da 2ª Vice-Presidência 4
Supervisão do Sistema de Juizados Especiais 6
NUPEMEC 6
Secretaria 15
Secretaria Especial da Presidência 19
Concursos 19
Secretaria Geral 19
Vice-Secretaria Geral 19
Secretaria de Infraestrutura 27
Secretaria de Contratações Institucionais 27
Secretaria de Gestão de Pessoas 31
Departamento da Magistratura 31
Processos do Órgão Especial 47
Processos do Conselho da Magistratura 47
Departamento de Engenharia e Arquitetura 48
Departamento de Gestão de Precatórios 48
Departamento de Gestão de Recursos Humanos 48
Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados 85
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação 85
Departamento do Patrimônio 85
Departamento Econômico e Financeiro 86
Departamento Judiciário 86
Divisão de Distribuição 86
Seção de Preparo 86
Seção de Mandados e Cartas 86
Divisão de Processo Cível 86
Divisão de Processo Crime 86
Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores 86
Processos do Órgão Especial 86
Comissão Int. Conc. Promoções 86
Comissão Permanente de Avaliação Documental 86
Conselho da Magistratura 86
Corregedoria da Justiça 86
Plantão Judiciário Capital 87
Divisão de Concursos da Corregedoria 87
Núcleo de Conciliação do 2º Grau 87
FUNREJUS 87
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais 87
Comarca da Capital 87
Direção do Fórum 87
Cível 88
Crime 88
Fazenda Pública 88
Família 90
Delitos de Trânsito 90
Execuções Penais 90
Tribunal do Júri 90
Infância e Juventude 90
Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis 90
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial 90
Precatórias Criminais 90
Auditoria da Justiça Militar 90
Central de Inquéritos 90
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais 90
Concursos 90
Central de Movimentações Processuais 91
Comarcas do Interior 91
Direção do Fórum 91
Plantão Judiciário 92
Cível 98
Crime 98
Juizados Especiais 98
Concursos 98
Família 98
Execuções Penais 98
Infância e Juventude 98
Fazenda Pública 98
Editais Judiciais 103
Conselho da Magistratura 103
Capital 103
Interior 123
Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial 190

Tribunal de Justiça

Atos da Presidência

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 311/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0003381-66.2025.8.16.6000, resolve

E X T I N G U I R

o Serviço Distrital de Vila Rica do Ivaí da Comarca de Icaraíma.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 304/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2025.00156792, originado em razão do protocolizado sob nº 0034047-50.2025.8.16.6000, resolve

C O N C E D E R

aposentadoria voluntária ao servidor SIDNEI BARBIERI, matrícula nº 10052, ocupante do cargo de Comissário de Vigilância da Vara da Infância e Juventude, nível AUJ-9, da Carreira dos Auxiliares da Justiça do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, com base no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005; isonomia e paridade, consoante o artigo 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, considerando o contido na Consulta com força vinculante do TCE/PR nº 728808/20 e nos termos do Parecer Jurídico nº 11784402, calculados a partir do valor do vencimento básico de seu cargo e nível, acrescidos de 25% (vinte e cinco por cento) de adicionais quinquenais, nos termos do artigo 76, parágrafo único, da Lei Estadual nº 16.024/2008, no valor mensal bruto de R$ 15.143,03 (quinze mil, cento e quarenta e três reais e três centavos), consoante cálculo de proventos constante no referido protocolizado, observados os limites legais.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 9621/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0043565-64.2025.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Disciplinar nos autos de Processo Administrativo Disciplinar nº 0000013-32.2024.8.16.0197, nos termos do art. 34 da Instrução Normativa Conjunta n° 129/2022.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 9444/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00156814, originado em razão do protocolizado sob nº 0172382-83.2024.8.16.6000, resolve

I - R E V O G A R

a Portaria nº 2173/2025 - P-SEP, na parte em que designou JUNIOR MARCIO PEREIRA DE SOUSA, matrícula nº 52325, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para prestar serviço extraordinário junto ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC do Foro Regional de Mandaguaçu da Comarca da Região Metropolitana de Maringá;

I I - D E S I G N A R

o servidor GUSTAVO JULIO SORIA CUESTA, matrícula nº 13216, Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para prestar serviço extraordinário na realização de suporte às audiências no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC do Foro Regional de Mandaguaçu da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, a partir da data da publicação deste ato designativo até a data de 31/01/2027, mediante controle da jornada de trabalho pelo superior hierárquico, sendo de rigor que a prestação do serviço extraordinário se dê nos mesmos dias de trabalho presencial do servidor, consoante §7º, do art. 1º da Resolução nº 221/2019, e que as atividades como Assistente do Plantão Judiciário de 1º Grau sejam exercidas em dias distintos aos de prestação do serviço extraordinário, para o percebimento das verbas correspondentes, a teor do art. 17 da Lei Estadual nº 17.250/2012, observando-se as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 9622/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0043539-66.2025.8.16.6000, resolve

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

P R O R R O G A R

por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Disciplinar nos autos de Processo Administrativo Disciplinar nº 0009590-74.2023.8.16.0001, nos termos do art. 34 da Instrução Normativa Conjunta n° 129/2022.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 9518/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0041784-07.2025.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

por mais 60 (sessenta) dias, impreterivelmente, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Disciplinar nos autos de Processo Administrativo Disciplinar nº 0000006-40.2024.8.16.0197, nos termos do art. 34 da Instrução Normativa Conjunta n° 129/2022.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 9608/2025 - P-SEP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0043586-40.2025.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Disciplinar nos autos de Processo Administrativo Disciplinar nº 0034569-66.2024.8.16.0001, nos termos do art. 34 da Instrução Normativa Conjunta n° 129/2022.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**

Concursos

Supervisão do Sistema da Infância e Juventude

Ouvidoria Geral

Escola Judicial do Paraná

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR

Atos da 1ª Vice-Presidência

Atos da 2ª Vice-Presidência

PORTARIA Nº 9713/2025

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 55/2025 D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2025.00159766, resolve

R E V O G A R

a Portaria nº 6297/2024, a partir de 18/06/2025, referente à designação de MICHEL TRINDADE AMARILHO, para exercer a função de Juiz Leigo Remunerado no Juizado Especial Cível e Fazenda Pública da Comarca de Alto Piquiri.

Curitiba, 23 de Junho de 2025.

Des. Dalla Vecchia
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037688

PORTARIA Nº 9723/2025

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 55/2025 D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2025.00153985, resolve

D E S I G N A R

TAYNÁ MONTEIRO GOMES, para exercer a função de Conciliadora Remunerada no Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública do Foro Regional de Quatro Barras da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, pelo prazo de (05) cinco anos, com fundamento no art. 62 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e nos arts. 44, 52 e 53 da Resolução nº 09/2019 do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Curitiba, 23 de Junho de 2025.

Des. Dalla Vecchia
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037908

PORTARIA Nº 9609/2025

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 55/2025 D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2025.00159234, resolve

R E V O G A R

a Portaria nº 10255/2024, a partir de 11/06/2025, referente à designação de MARCOS GUSTAVO CALABRESI, para exercer a função de Conciliador Voluntário no Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Santo Antônio da Platina.

Curitiba, 17 de Junho de 2025.

Des. Dalla Vecchia
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7036739

PORTARIA Nº 9714/2025

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 55/2025 D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2025.00155372, resolve

D E S I G N A R

RENATA AKEMI OTAKE, para exercer a função de Juíza Leiga Remunerada no Juizado Especial Cível e Fazenda Pública da Comarca de Santa Isabel do Ivaí, pelo prazo de (05) cinco anos, com fundamento no art. 62 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e nos arts. 44, 52 e 53 da Resolução nº 09/2019 do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Curitiba, 23 de Junho de 2025.

Des. Dalla Vecchia
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037691

PORTARIA Nº 9724/2025

O 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Judiciário nº 55/2025 D.M. e tendo em vista o contido no procedimento administrativo informatizado nº 2025.00147480, resolve

D E S I G N A R

JOAO MARTIM CANDIDO, para exercer a função de Conciliador Voluntário no Juizado Especial Cível, Criminal e Fazenda Pública da Comarca de Dois Vizinhos, pelo prazo de (05) cinco anos, como previsto no artigo 44 da Resolução nº 09/2019.

Curitiba, 23 de Junho de 2025.

Des. Dalla Vecchia
2º Vice-Presidente

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037910

Supervisão do Sistema de Juizados Especiais

NUPEMEC

Ata da 1.ª Reunião Ordinária do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec)

Ata nº 1/2025 - NUPEMEC

Entre os dias 12 a 16 de maio de 2025, no formato virtual e por meio da Plataforma Teams, foi realizada a 1.ª Reunião Ordinária do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), referente ao biênio 2025/2026. Participaram do encontro os seguintes membros do colegiado: Desembargador Dalla Vecchia, 2.º Vice-Presidente e Presidente do Nupemec, Desembargadores Fernando Wolff Bodziak, Corregedor-Geral de Justiça, Fábio Luís Franco, Coordenador do CEJUSC de 2.º Grau, Roberto Portugal Bacellar - Diretor-Geral da Escola dos Servidores da Justiça Estadual do Paraná e Guido José Döbeli - Desembargador Aposentado integrante do Quadro de Conciliadores Voluntários. Excelentíssimos Magistrados(as), Dra. Laryssa Angélica Copack Muniz - Juíza Coordenadora do CEJUSC Criminal do Foro Central de Curitiba, Dra. Patricia Roque Carbonieri - Juíza Coordenadora do CEJUSC do Foro Central de Cascavel, Dra. Carla Melissa Martins Tria - Juíza Coordenadora do CEJUSC Cível do Foro Central de Curitiba e Dr. José Aristides Catenacci Junior - Juiz Coordenador Adjunto do CEJUSC do Foro Regional de Almirante Tamandaré, além dos senhores Genésio Boruch e Mauro Troiano, servidores efetivos da Secretaria do Tribunal de Justiça. A ata da última reunião, bem como as propostas de voto foram encaminhadas a todos os integrantes por mensageiro, e-mail e pelo grupo do teams, permitindo o debate e a análise das minutas ao longo da semana, divididas nos seguintes itens: 1. SEI 0050742-50.2023.8.16.6000 - ata da última reunião ordinária do NUPEMEC, realizada entre os dias 18.11.2024 a 22.11.2024; 2. SEI 0021696-45.2025.8.16.6000 - referendo da Portaria 4.934/2025 - G2VP, que dispõe sobre a criação da Comissão de Mediação e Conciliação Judicial no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e estabelece suas competências; 3. SEI 0021696-45.2025.8.16.6000 - referendo da Portaria 4.944/2025 - G2VP, que dispõe sobre a criação da Comissão de Justiça Restaurativa no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e estabelece suas competências; 4. SEI 0018760-47.2025.8.16.6000 - aprovação do Projeto Piloto de Adesão de Entidades ao Programa Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola para atendimentos de cuidado social e atenção à saúde dos alunos das escolas participantes; 5. SEI 0011734-95.2025.8.16.6000 - anteprojeto de resolução para alterar a Resolução 275/2020 - OE, a ser submetido à aprovação inicial do NUPEMEC, que autoriza o reajuste anual do ato remunerado dos conciliadores dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs, e, 6. SEI - 0155251-95.2024.8.16.6000 - anteprojeto de resolução que altera os artigos 2A, 2B, 2C e 6.º da Resolução 1/2013 - NUPEMEC (Regimento Interno). Todos os itens acima, bem como a Ata da 6.ª Reunião Ordinária do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), foram aprovados à unanimidade pelos participantes da reunião. Encerrados os trabalhos e não havendo mais nada a ser deliberado, foi dada por concluída a reunião. Eu, Carlos Sergio Schimmelpfeng, Secretário do Nupemec, lavrei esta ata, que, após lida e aprovada, é assinada por mim e pelo Excelentíssimo Desembargador Dalla Vecchia, 2.º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC).

Carlos Sérgio Schimmelpfeng
Secretário do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)
Desembargador Dalla Vecchia
2.º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7036430

PROTOCOLO Nº 0011734-95.2025.8.16.6000
ACÓRDÃO Nº 03/2025

PROPOSTA DE REAJUSTE DO VALOR DO ATO REMUNERADO DOS CONCILIADORES JUDICIAIS DOS CEJUSCs. PREVISÃO DE REAJUSTE ANUAL NA RESOLUÇÃO 275/2020 - OE NOS MESMOS ÍNDICES DA REPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS CONCEDIDOS AOS SERVIDORES DO TRIBUNAL, SEM EFEITO RETROATIVO, MEDIANTE PROPOSIÇÃO DO NUPEMEC AO PRESIDENTE DO TRIBUNAL (ART. 47). INFORMAÇÕES DAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E DE FINANÇAS NO SENTIDO DE QUE HÁ PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA.
PROPOSTA APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

Curitiba, 16/05/2025.

Des. Dalla Vecchia
2.º Vice-Presidente
Presidente do NUPEMEC

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7036559

PROTOCOLO Nº 0021696-45.2025.8.16.6000
ACÓRDÃO Nº 01/2025- NUPEMEC

PORTARIAS. COMISSÃO DA MEDIAÇÃO JUDICIAL E DA JUSTIÇA RESTAURATIVA DO NUPEMEC. CISÃO E TRANSFORMAÇÃO. COMISSÕES AUTÔNOMAS. EDIÇÃO DAS PORTARIAS 4.934/2025 - NUPEMEC E 4.944/2025 - G2VP. REVOGAÇÃO DA PORTARIA 5.791/2023 - NUPEMEC. NECESSIDADE DE ESPECIALIZAÇÃO. EDIÇÃO DE ATOS NORMATIVOS. CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM MÉTODOS CONSENSAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E DE JUSTIÇA RESTAURATIVA. NECESSIDADE. EFICIÊNCIA E COERÊNCIA NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS. ATRIBUIÇÕES DISTINTAS. UNIFORMIDADE CONCEITUAL E METODOLÓGICA PRÓPRIAS. OBSERVÂNCIA. RESOLUÇÕES 125/2010 E 225/2016 - CNJ. PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA - ART. 5º, INC. XXXV. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA ONU (ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES).
PROPOSTA APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

Curitiba, 16/05/2025.

Des. Dalla Vecchia
2.º Vice-Presidente
Presidente do NUPEMEC

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7036531

PROTOCOLO Nº 0018760-47.2025.8.16.6000
ACÓRDÃO Nº 02/2025

PROGRAMA JUSTIÇA E CIDADANIA TAMBÉM SE APRENDEM NA ESCOLA. RESOLUÇÃO 125/2010 - CNJ. POLÍTICA DE CIDADANIA. PODER JUDICIÁRIO. CONSCIENTIZAÇÃO E APROXIMAÇÃO DA POPULAÇÃO. NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITOS E CIDADANIA. DIVULGAÇÃO AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL. PROJETO-PILOTO DE EXTENSÃO DO PROGRAMA. AÇÕES DE APOIO SOCIAL E ATENÇÃO À SAÚDE. INTEGRAÇÃO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS PARTICIPANTES. REDE DE COOPERAÇÃO. ATENDIMENTO À RECOMENDAÇÃO 26/2009 - CNJ. ATRIBUIÇÃO DO NUPEMEC.
PROPOSTA APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

Curitiba, 16/05/2025.

Des. Dalla Vecchia
2.º Vice-Presidente
Presidente do NUPEMEC

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7036550

PROTOCOLO Nº 0155251-95.2024.8.16.6000
ACÓRDÃO Nº 04/2025

ADEQUAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (NUPEMEC) À RESOLUÇÃO 591/2024-CNJ, QUE REGULAMENTA O PROCEDIMENTO PARA O JULGAMENTO DE PROCESSOS NO AMBIENTE ELETRÔNICO.
PROPOSTA APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

Curitiba, 16/05/2025.

Des. Dalla Vecchia
2.º Vice-Presidente
Presidente do NUPEMEC

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7036588

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA HABILITAÇÃO E CADASTRO DE INSTRUTORES E TUTORES DE CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS

O 2. ° Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o Diretor-Geral da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - EJUD-PR, no uso de suas atribuições legais, tornam pública a abertura do Edital de **CHAMAMENTO PARA HABILITAÇÃO E CADASTRO DE INSTRUTORES E TUTORES DE CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS**, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para atuação em cursos presenciais e a distância.
?

1. DO OBJETO

?1.1 Este procedimento de cadastro de Instrutores e Tutores é destinado aos magistrados e servidores deste Poder Judiciário do Estado do Paraná que tenham interesse, disponibilidade e condições de atuar nos Cursos de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais nos cursos na modalidade presencial e a distância.
1.2 O prazo de inscrição permanecerá em aberto para novas inscrições, sendo que, nesse período, qualquer interessado poderá requerer sua inscrição, desde que atendidas as condições de participação neste processo seletivo.
1.3 Após a inscrição, os candidatos eventualmente selecionados estarão sujeitos a atuarem tanto como tutores de curso à distância quanto como instrutores de curso presencial.
1.4. Este edital terá validade permanente a partir da sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico.
1.5. Ao NUPEMEC, gestor do presente edital e responsável pela apresentação dos Planos Pedagógicos dos cursos de Mediação e Conciliação, caberá controlar inteiramente a lista de credenciados, chamando os instrutores e tutores dentro da ordem de credenciamento.
?

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO?

2.1 Poderão participar do processo seletivo disciplinado neste Edital o candidato que atender aos requisitos e critérios especificados abaixo:
2.1.1 possuir formação no Curso de Formação de Instrutores em Mediação e Conciliação Judicial, com cadastro vigente no Cadastro Nacional de Instrutores da Justiça Consensual Brasileira (CIJUC) do ConciliaJud e certificação válida, nos moldes do Regulamento de Cursos do Conselho Nacional de Justiça.
2.1.2 possuir?**diploma de graduação?**de curso de nível superior, registrado, reconhecido ou revalidado pelo Ministério da Educação (MEC).
2.1.3 ser certificado em Curso de Tutoria na Educação a Distância ou docência online.
2.1.4. Na?o responder processo administrativo disciplinar ou sindicância acusatória, assim como não ter cumprido penalidade disciplinar, no período de 02 (dois) anos que antecedem a data do pedido de inscrição.
2.1.5 O cumprimento do item 2.1.1 deve ser comprovado mediante apresentação de certidão ou declaração do NUPEMEC assegurando a regularidade do exercício da atividade, na forma do disposto na Resolução CNJ 125/2010, de 29 de novembro de 2010 e do Regulamento das Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos, de 13 de abril de 2020.
?

3. DAS ATRIBUIÇÕES?

3.1 Compete ao tutor e instrutor atuar de acordo com o PLANO PEDAGÓGICO BÁSICO do Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais, além de exercer as atribuições fixadas nos Projetos de Curso da EJUD-PR e nos artigos 3º e 4° do Decreto Judiciário 350/2021, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 01º de julho de 2021 conforme disposto a seguir:
3.1.2 São atribuições do tutor:
I - elaborar plano de tutoria de acordo com a orientação pedagógica da escola;
II - atualizar e complementar materiais didáticos para o aprimoramento da aprendizagem do aluno;
III - desenvolver o curso com o encaminhamento e a orientação das atividades, o esclarecimento de dúvidas e o acompanhamento da participação dos alunos;
IV - gerenciar as relações entre os participantes do curso, estimulando a cooperação, o desenvolvimento do pensamento crítico e a prática colaborativa;
V - planejar atividades de aplicação do conteúdo;
VI - proceder à avaliação de aprendizagem dos participantes, tanto no decorrer quanto ao final do curso;
VII - manter a regularidade de acesso ao ambiente virtual.
3.1.3 São atribuições do instrutor de cursos presenciais e a distância:
I - participar do planejamento pedagógico do curso ou da ação formativa;
II - apresentar plano de aula a 2.ª Vice-Presidência e a Supervisão Pedagógica da EJUD-PR e ao coordenador do curso, de acordo com o público-alvo a que se destina, respeitados os normativos e diretrizes do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM);
III - planejar e desenvolver as aulas de forma a promover o debate e a construção do conhecimento, além de estimular a participação dos alunos, de maneira colaborativa e crítica, considerando os conhecimentos prévios deles;
IV - planejar atividades de aplicação do conteúdo que deverão ser realizadas e disponibilizadas pelos participantes durante o desenvolvimento do curso;
V - preparar e disponibilizar os materiais didáticos que deverão ser entregues para o aprimoramento da aprendizagem do aluno durante a aula;
VI - garantir o bom andamento da ação formativa, comunicando à escola e 2.ª Vice-Presidência a conduta ou incidente prejudicial;
VII - avaliar a aprendizagem dos participantes, tanto no decorrer da ação formativa quanto ao final, em conformidade com o planejamento pedagógico e as orientações da EJUD-PR, alinhadas com as diretrizes e normativos do CEAJUD e da ENFAM e NUPEMEC/TJPR;
VIII - participar dos processos de avaliação estabelecidos pela EJUD-PR e 2.ª Vice-Presidência.
3.2 - Além das normas expressas neste edital, os tutores e instrutores estarão sujeitos às orientações da Escola Judicial e da 2.ª Vice-Presidência para o desempenho de suas atividades, com base na avaliação contínua a que serão submetidos, o que será comunicado à medida de sua atuação.
?

4. DAS VAGAS

4.1. O prazo para inscrição de interessados permanecerá em aberto para novas inscrições. Os candidatos inscritos que preencherem os requisitos deste edital, serão convocados por ordem de inscrição, considerando para tanto, a data do envio do pedido, e em sistema de rodízio.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições serão gratuitas e serão realizadas via internet, **neste formulário.**
5.2 As inscrições estarão disponíveis permanentemente, permanecendo abertas, a critério da 2.ª Vice-Presidência e da EJUD-PR.
5.3 A 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
5.4 O ato da inscrição contemplará o preenchimento dos campos referentes a:
I) Identificação Pessoal;
II) Identificação Funcional;
III) Formação Acadêmica;
IV) Certidão ou Declaração, na forma do item 2.1.4 deste edital;
V) Certificado de Formação de Instrutores em Mediação e Conciliação Judiciais pelo Conselho Nacional de Justiça ou pelo Nupemec, devidamente válido;
VI) Certificado de Curso de Formação **ou** de Capacitação para atuar na Educação a Distância, **ou** Certificado de Curso de Aperfeiçoamento em tutoria online;
VII) Curriculum Lattes atualizado (link);
5.5 Todas as informações prestadas em atendimento aos procedimentos de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a 2.ª Vice-Presidência e Escola Judicial do Paraná do direito de excluir do Processo Seletivo, em qualquer tempo, o candidato que não prestar informações de forma completa e correta, ou fornecer dados comprovadamente inverídicos, ou ainda não atender os requisitos e exigências deste edital.
5.6 Ao interessado não será exigida a comprovação de experiência em docência.
5.7 Ao preencher o formulário, o candidato à docente se compromete, caso convocado, a apresentar as documentações conforme disposto no art. 14 do Decreto Judiciário 350/2021, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
5.8 O docente deverá manter atualizadas suas informações de contato, uma vez que a 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR não se responsabilizarão por inconsistências de dados.
5.9 O preenchimento do formulário de inscrição estabelece o entendimento de que o docente concorda e se sujeita a todos os termos do presente edital.?
5.10. A 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR, por si e por seus colaboradores, se comprometem a atuar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, para a proteção dos dados informados na inscrição da presente seleção.
5.11 A 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR manterão e utilizarão de medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizados, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

6. DO PROCESSO SELETIVO

6.1. Uma vez credenciado, o docente passará a fazer parte do Banco de Docentes da 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR, conforme disposto no item 4 deste edital.

6.2. A comunicação do credenciamento realizado com sucesso será via o e-mail informado no ato da inscrição.
6.3. Caberá ao NUPEMEC criar, gerenciar e publicar a relação de credenciados, na qual constará a ordem de credenciamento.
7. DA CONVOCAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES?
7.1 Os serviços a serem prestados nesta ação educacional?serão desenvolvidas na forma presencial ou na forma?*online*, desenvolvidas a distância, no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EJUD-PR (atividades assíncronas) e por meio do aplicativo *MS/Teams* (atividades síncronas).
7.2 As convocações poderão ser feitas por meio eletrônico, endereçadas ao e-mail informado pelo credenciado, pelo aplicativo *MS/Teams* ou por *Whatsapp*.
7.3 A seleção respeitará a ordem de rodízio, sendo que será convocado aquele que tiver na vez, e não podendo esse, será passado para o próximo.
7.3.1. Cada novo credenciado ingressará na última posição da lista, respectivamente, e aguardará, em sua colocação, o chamamento.
7.4. Em caso de curso presencial será priorizado aquele Instrutor que resida na Comarca, caso houver. Em não havendo, será selecionado aquele que resida mais próximo, em razão do princípio da economicidade.
7.4.1. A priorização estabelecida neste item deve obedecer a ordem de credenciamento e a regra do necessário rodizio dentre aqueles que reúnem as condições para o atendimento.
7.4.2. Selecionado o instrutor por meio da priorização, necessária a retomada da ordem de chamamento.
7.4.3. O instrutor selecionado por meio do critério de priorização que realiza a atividade fica impedido de ser chamado novamente para o mesmo ciclo.
8. DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA?
8.1 O docente selecionado receberá por hora/aula a retribuição financeira definida na tabela do Anexo Único do Decreto Judiciário 350/2021, que regulamenta a seleção, contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente na EJUD-PR.
8.2 A retribuição financeira para a atividade de docência não poderá exceder o equivalente a 120 horas anuais, ressalvadas as situações excepcionais devidamente justificadas e previamente aprovadas pelo Diretor-Geral da EJUD-PR, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 horas anuais.
8.3 A realização de atividade docente por servidores e servidoras deste Poder Judiciário, quando desempenhada durante a jornada de trabalho será enquadrada na situação de serviço voluntário e deverá ser assinado termo específico disponível no Anexo I deste edital, conforme a previsão do art. 20 da Lei Estadual 17.250/2012, que trata da gratificação por Instrutoria interna ao servidor efetivo.?
8.4 A realização de atividade docente por magistrados e magistradas deste Poder Judiciário, deve ocorrer sem prejuízo das atribuições do cargo e pressupõe comunicação à Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, na forma do § 2º do art. 11 do Decreto Judiciário 350/2021.
8.5 No curso que contar com mais de um formador simultâneo, as horas-aulas serão divididas entre eles, caso não seja possível quantificar a hora-aula de cada instrutor.
8.6 O pagamento das atividades previstas no item 3 deste Edital, será realizado após a conclusão da atividade e em expediente próprio, mediante apresentação de relatório de frequência devidamente assinado pelo docente e pela EJUD-PR.
8.7 O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná arcará com as despesas relativas a este processo seletivo. Os recursos relativos às contratações que poderão advir deste chamamento público de seleção de docentes deverão onerar a dotação pertinente do Projeto/Atividade da Gestão da Escola Judicial do Paraná - EJUD-PR, observado o princípio da anualidade, e serão objetos de reserva individual em cada processo de seleção.
?
9. DA ATIVIDADE DOCENTE?
9.1 Os docentes selecionados atuarão em regime de não exclusividade, não gerando qualquer direito de vínculo.
9.2 A realização de atividade docente por servidores e servidoras deste Poder Judiciário, quando desempenhada durante a jornada de trabalho, fica condicionada à liberação da chefia imediata, conforme §3º do art. 11 do Decreto Judiciário 350/2021 e a assinatura de Declaração de Ciência da Atividade Docente constante no Anexo I deste Edital.
9.3 No desempenho desse papel, os profissionais incumbir-se-ão da condução dos cursos de acordo com os referenciais educacionais da Escola Judicial do Paraná e da 2.ª Vice-Presidência, particularizando-se a orientação para o ensino teórico - aplicado e o uso de metodologias adequadas à capacitação de adultos.
9.4 O tutor ou instrutor que, injustificadamente, faltar as atividades ou desistir de participar do curso após a sua divulgação, ficará impedido, pelo prazo de 02 (dois) anos, de atuar em futuros treinamentos na EJUD-PR e 2.ª Vice-Presidência.
9.4.1. Fica assegurado ao impedido o direito ao contradito?rio e ampla defesa, com a possibilidade de interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação, sendo avaliadas suas razo?es pela 2.ª Vice-Presidência e Coordenadoria Executiva da EJUD-PR, que opinara? em 05 (cinco) dias u?teis, mediante parecer jurídico da Consultoria Jurídica da EJUD e a submetera? a? Direção-Geral da Escola Judicial, para tomada de decisa?o.
9.5 A 2.ª Vice-Presidência e Escola Judicial do Estado do Parana? poderão, a qualquer tempo, promover a desclassificac?a?o por razo?es devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos apo?s o credenciamento, bem como ofensa ao Programa de integridade do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, através de notificação escrita encaminhada ao mensageiro do credenciado, que importem comprometimento da sua capacidade fi?sica, te?cnica, fiscal ou da postura profissional, ou ainda que fira o padra?o e?tico ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenizac?a?o, compensac?a?o ou reembolso a qualquer ti?tulo, sendo devido ao docente, ate? a data do seu descredenciamento, o recebimento das horas-aulas ministradas.
9.5.1. Fica assegurado ao desclassificado o direito ao contradito?rio e ampla defesa, com a possibilidade de interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação, sendo avaliadas suas razo?es pela 2.ª Vice-Presidência e Coordenadoria Executiva da EJUD-PR, que opinara? em 05 (cinco) dias u?teis, mediante parecer jurídico da Consultoria Jurídica da EJUD e a submetera? a? Direção-Geral da Escola Judicial, para tomada de decisa?o.
?
10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS?
10.1 A seleção e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação, incumbindo unicamente à 2.ª Vice-Presidência e a Escola Judicial do Paraná a avaliação sobre a viabilidade da efetiva realização do curso ou necessidade de seleção de novos docentes.
10.2 A 2.ª Vice-Presidência e Escola Judicial do Paraná se reservam o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
10.3 O docente e a docente selecionados cederão à 2.ª Vice-Presidência e a EJUD-PR os direitos autorais referentes ao material didático-pedagógico elaborado em atenção ao presente Edital, expressamente, mediante assinatura de Termo de Cessão.
10.4?Os profissionais selecionados deverão manter currículo atualizado no Banco de Instrutores Internos da 2.ª Vice-Presidência e da ?Escola Judicial do Paraná e na Plataforma Lattes, bem como manter atualizadas suas informações de contato, uma vez que a 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR não se responsabilizarão por inconsistências de dados.
10.5?As normas, portarias e resoluções do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, bem como as da 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR aplicam-se, no que couberem, ao presente Edital de chamamento e seleção.
10.6?Maiores informações poderão ser obtidas junto à 2.ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, através do e-mail?2vice@tjpr.jus.br?ou ainda pelo número (41) 3200-2360.
10.7 Constituem partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Declaração, Termo de Ciência, Cessão de Direitos Autorais e Autorização de Divulgação de Imagem e Voz;
Anexo II - Plano Pedagógico Básico do CEAJUD/CNJ -Modalidade de Ensino a Distância
Anexo III - Plano Pedagógico Básico do CEAJUD/CNJ -Modalidade Presencial
10.8.?Os casos omissos neste edital serão analisados pela 2.ª Vice-Presidência em conjunto com a Direção-Geral da EJUD.
?10.9 Qualquer cidada?o podera? impugnar fundamentadamente este edital ou suas eventuais alteraço?es, por meio do endereço eletrônico 2vice@tjpr.jus.br, ate? 02 dias u?teis apo?s a publicaça?o do ato.
10.9.1 O impugnante devera?, necessariamente, indicar o item/subitem que sera? objeto de impugnaça?o e sua fundamentaça?o.
10.9.2 Os pedidos de impugnaça?o sera?o julgados pela 2.ª Vice-Presidência em conjunto com a Direção-Geral da EJUD.
10.9.3 Na?o cabera? recurso administrativo contra a decisa?o acerca da impugnaça?o.
10.9.4 As respostas a?s impugnaço?es sera?o encaminhadas ao endereço eletrônico do impugnante ate? 02 dias u?teis do te?rmino do prazo de impugnaça?o.
Curitiba, data gerada pelo sistema.
?
2.° Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Diretor-Geral da EJUD
Anexo I - Declaração, Termo de Ciência, Cessão de Direitos Autorais e Autorização de Divulgação de Imagem e Voz;
Anexo II - Plano Pedagógico Básico - Modalidade de Ensino a Distância
Anexo III - Plano Pedagógico Básico - Modalidade Presencial
Anexo I?
Declaração, Termo de Ciência, Cessão de Direitos Autorais e Autorização de Divulgação de Imagem e Voz
Eu, _____, CPF n. _____, considerando a Resolução Enfam n. 1 de 13 de março de 2017 e o Decreto Judiciário 350, de 21 de junho de 2021, que disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente,
DECLARO:
1. Quanto à atividade contratada, que exercerei na ação educacional ___(nome do curso)_____, com remuneração, o quantitativo de __(XX)___horas-aula relativo à função de _(tutor, coordenador, formador, etc.)__ _____**.** (Decreto Judiciário 350, art. 2°, incisos I, II, III, IV, V, VI)
2. Quanto à quantidade de horas remuneradas anuais, para os fins previstos no art. 20 da Lei Estadual nº 17.250/2012, no art. 19 da Resolução da ENFAM nº 01/2017, e nos artigos 19 e 22, inciso IX do Decreto Judiciário 350/2021:

(_)	não ter atuado, no presente ano, como docente exercendo a função acima indicada em ações educacionais promovidas pela Administração Pública.
(_)	ter atuado, no presente ano, como docente exercendo a função acima indicada em ações educacionais promovidas pela Administração Pública, mediante remuneração, em um **total inferior a 120 horas-aula**.
(_)	ter atuado, no presente ano, como docente exercendo a função acima indicada em ações

educacionais promovidas pela Administração Pública, mediante remuneração, em um **total equivalente ou superior a 120 horas-aula**.

Apresento as ações educacionais em que atuei no presente exercício na função acima:

Nº	Instituição	Curso	Carga Horária
1			
2			
3			
4			
	TOTAL		

3. Quanto às atribuições e remuneração referentes à minha atuação nesta ação educativa, estou ciente e de acordo com as informações descritas no projeto do curso. (Decreto Judiciário 350, de 21 de junho de 2021, art. 18 e 22, inciso VIII e 25). Declaro, ainda, estar ciente do contido no art. 20 da Lei Estadual 17.250/2012, que dispõe?sobre as gratificações dos?Servidores, do Poder Judiciário do Estado do Paraná, especialmente no inciso II, alíneas "b", "c" e "d", razão pela qual a atividade docente exercida pelos servidores nas funções de Formador de Curso, Tutor, Coordenador de Tutoria, Conteudista e Coordenador de Curso, para fins de recebimento de retribuição financeira, deverá ser realizada fora do horário do expediente regulamentar.

Assim como, ciente de que o servidor, em caso de exercício de atividade docente durante o horário de expediente, estará atuando como voluntário, optando pelo não recebimento da remuneração durante as horas desempenhadas nesse horário, em conformidade com o art. 20, II, "d" da Lei Estadual 17.250/2012.

4. Quanto à cessão de direitos autorais e autorização de divulgação de imagem e voz, autorizo a 2.ª Vice-Presidência e a Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR) a utilizar o conteúdo e material didático de minha autoria/coautoria, inclusive as versões que eu tenha atualizado ou contribuído para a atualização, por ser o detentor dos direitos autorais sobre o conteúdo e material didático, assim como divulgar gravação da minha imagem e voz, porventura existentes, sem exclusividade, total e definitivamente, relativos à ação formativa. A cessão dos direitos se dá a título gratuito, sem qualquer ônus e destina-se ao alcance das missões institucionais da Escola, em todo o território nacional, podendo o objetivo cedido ser utilizado, reproduzido, compartilhado com outras escolas e instituições públicas por meio de cursos nas modalidades presencial e a distância, distribuído gratuitamente ou alterado o formato, na íntegra, em partes ou em compilação com outros materiais, desde que não signifique descaracterização do conteúdo e que não ofenda os direitos morais de autor, com fundamento na Lei Federal n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais) e no art. 14 da Resolução Enfam 1 de 13 de março de 2017.

Cidade: _____, _____ de _____de 20____.

_____

Assinatura

ANEXO II - PLANO PEDAGÓGICO BÁSICO (modelo)

Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais (EaD)

Realização: Conselho Nacional de Justiça

PLANO DE PROJETO

CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS(EaD)

1. IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO:

EVENTO: CURSOS DE FORMAÇÃO DE CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAL (EaD) - etapa teórica

PÚBLICO-ALVO: Magistrados, Servidores, Mediadores e Conciliadores que irão atuar nos Cejuscs e nos Juizados Especiais, e deverão observar ordem de prioridade, prevista no art. 7° do Regulamento de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais e de Formação de Conciliadores Judiciais - 2022 - Nupemec - TJPR.

TUTORES/FORMADORES EAD:

PERÍODO:

MODALIDADE: Educação a Distância - EaD

CARGA HORÁRIA: 55 (cinquenta e cinco) horas-aula

TURMAS:

NÚMERO DE VAGAS: Até 50 vagas por turma

2. OBJETIVO DO CURSO

O curso de capacitação básica dos terceiros facilitadores (conciliadores e mediadores) tem por objetivo transmitir informações teóricas gerais sobre a conciliação e a mediação, bem como vivência prática, visando desenvolver competências e habilidades necessárias para o exercício da conciliação e da mediação no âmbito judicial.

3. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O projeto está alinhado com alguns dos objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, resultantes do Planejamento Estratégico 2021-2025, conforme descritos a seguir:

02 - Incrementar a acessibilidade e estimular as formas alternativas de resolução de conflitos

Fomentar a conciliação e os meios pré-processuais de solução de conflitos.

08 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas

Empregar a capacitação permanente do corpo funcional do Poder Judiciário como condição fundamental para atender, de forma efetiva, os serviços públicos ofertados à sociedade.

09 - Implantar Gestão por Competências

Implementar um conjunto de ferramentas práticas, consistentes e objetivas, que torne possível instrumentalizar o Judiciário para uma efetiva gestão com foco em pessoas, com critério e clareza, alinhando as necessidades do Judiciário aos conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores e magistrados.

4. JUSTIFICATIVA

Desde a implantação do Movimento pela Conciliação, em agosto de 2006, o CNJ procurou, inicialmente por meio da formação de magistrados e depois de servidores e colaboradores, alterar a cultura da litigiosidade e promover a busca de soluções consensuais e adequadas para os conflitos.

No contexto do Movimento "Conciliar é Legal" promoveu, nos anos seguintes, vários eventos, entre cursos, encontros e debates presenciais sobre o tema. Uma das linhas do movimento avançou na qualificação cada vez maior dos cursos presenciais até consolidar uma padronização nacional mínima, que adveio com a Resolução 125/2010 e seus anexos, dando corpo e normatividade à Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos.

O aprendizado institucional, ao longo dos anos, em cursos presenciais permitiu avanços graduais, até que alterações no Código de Processo Civil e o advento da Lei de Mediação, apressaram a necessidade de alcançar uma formação nacional mais ampla e de baixo custo para dar efetividade ao conjunto normativo de obrigatoriedade da conciliação/mediação, na medida em que muitos magistrados passaram a justificar a não designação da audiência obrigatória pela falta de conciliadores/ mediadores capacitados.

O desafio estava lançado e ainda remanescia a ideia de que só cursos presenciais poderiam formar conciliadores e mediadores na exata medida de que só a prática propicia o exercício de habilidades/capacidades e ao final o exercício profissional competente.

O avanço tecnológico e o desenvolvimento cada vez maior da Educação a Distância (EaD) com novas e efetivas ferramentas de aprendizagem, entretanto, demonstram hoje ser possível uma maior interação entre os cursistas, um itinerário de atividades de ação-reflexão-ação, o desenvolvimento de capacidades práticas e atitudinais e um saber fazer teoricamente sustentado em material de apoio consistente em vídeos, apostilas, jogos, fóruns e textos reflexivos. Associando-se esta etapa da formação ao estágio supervisionado, etapa essencialmente prática a ser viabilizada na sequência pelos Tribunais, torna-se possível promover o desenvolvimento das necessárias competências para o exercício das funções de conciliador e mediador.

Para tanto, será fundamental a adequada formação e comprometimento dos instrutores que atuarão na tutoria dos cursos que vierem a ser ofertados, bem como no acompanhamento dos estágios supervisionados.

Cada etapa, jornada ou versão do curso poderá capacitar e certificar centenas de alunos, com qualidade, a fim de que possam se submeter, posteriormente, às atividades práticas efetivas em casos reais e desenvolver as competências necessárias à fundamental atividade de conciliador/mediador.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E EMENTA

5.1. No módulo teórico deverão ser desenvolvidos os seguintes temas:

Unidade de Ambientação:

A unidade de ambientação favorece a criação de um espaço propício de compartilhamento e aprendizagem.

Permite, desde logo, que os alunos revelem suas expectativas e se apresentem informalmente, revelando inclusive suas aptidões culturais, preferências de lazer e favorecem uma atuação mais integrada e cooperativa do tutor na construção do conhecimento.

Conteúdo: Apresentação do curso. Netiqueta. Ambientação ao ambiente de interação na plataforma Moodle.

Atividades: Apresentação com postagem de mensagem no fórum de ambientação, acesso aos vídeos e materiais que favorecem a navegação e a interação no ambiente virtual de aprendizagem.

Unidade 1

Acesso à Justiça: A Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos e a Ética do Mediador e do Conciliador

Conteúdo: Cultura da Sentença e Cultura da Pacificação: mudança de paradigma. Evolução histórica dos métodos consensuais de tratamento de conflitos no Brasil - normatização legal e administrativa. O papel dos Juizados Especiais. Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos e seus objetivos. Ética do Conciliador e do Mediador no âmbito judicial.

Atividades: acesso às videoaulas, leitura de materiais de apoio (texto de apresentação, apostila e Código de Ética), participação em fórum (Jogo dos 7 erros) e realização de tarefa individual (estudo de caso - A ética do conciliador e do mediador).

Unidade 2

Teoria do Conflito, Formas e Métodos de Tratamento dos Conflitos

Conteúdo: Teoria do Conflito. Formas de solução de conflitos. Principais escolas de Mediação

Atividades: acesso às videoaulas, leitura de material de apoio (texto de apresentação e apostila), tempestade de ideias através da ferramenta padlet (o conflito e suas acepções), realização de questionário (quiz - Despolarizando), participação nos fóruns (Fórum 1 - Despolarizando ainda mais... e Fórum 2 - Identificando sentimentos e necessidades).

Unidade 3

As competências comunicacionais do Mediador e do conciliador

Conteúdo: Teoria da Comunicação. Noções de Comunicação não violenta - CNV. Comunicação Assertiva. Escuta ativa. Rapport e declaração de abertura. Técnicas para uma boa comunicação.

Atividades: Acesso às videoaulas, leitura dos materiais de apoio (texto de apresentação e apostila), participação nos fóruns (Fórum A - A Importância de escutar e Fórum B - O Jogo dos 3 erros), envio de áudio em tarefa individual (declaração de abertura).

Unidade 4

Etapas da mediação e Técnicas Associadas

Conteúdo: O procedimento da mediação. Pré-mediação. Etapas da mediação. Técnicas de Mediação.

Atividades: acesso às videoaulas, leitura do material de apoio (apostila e texto sobre como elaborar um resumo), participação em fórum (Identificando as Etapas e as Técnicas), realização de tarefas individuais (Tarefa A - Resumo, pauta e perguntas e Tarefa B - Fechamento da sessão).

Unidade 5

Estruturação e Alcance da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos

Conteúdo: Estrutura da Política Judiciária Nacional de Tratamento adequado de conflitos. Funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e cidadania. Requisitos de formação de conciliadores e mediadores. Áreas de utilização da conciliação e da mediação. Outros espaços para alcance da pacificação social.

Atividades: acesso às videoaulas, leitura de material de apoio (texto de apresentação e apostila), participação em fórum com gravação de audio (O feedback do observador), realização de tarefa individual (Relatório de observação de audiência). Registro reflexivo em fórum.

5.2 Cronograma das Atividades no AVA da EJUD-PR

O curso ocorrerá na modalidade EaD, por meio do ambiente virtual de aprendizagem da EJUD-PR e do aplicativo *MS/Teams* do TJPR, com o apoio de formador de aulas síncronas, tutor EaD, videoaulas, material de estudo e contará com atividades avaliativas assíncronas. O desenvolvimento das etapas que compõem o curso seguirá o cronograma abaixo:

ETAPA	PERÍODO
Ambientação	
Unidade 1	
Unidade 2	
Unidade 3	
Unidade 4	
Unidade 5	

5.3 Cronograma das Aulas síncronas no MS/Teams do TJPR

As aulas síncronas acontecerão sempre às terças-feiras, no início de cada Unidade do curso. Essas aulas serão destinadas a atividades de simulação de audiências de conciliação e mediação judicial e ao aprofundamento do conteúdo programático, conforme a seguinte programação:

ETAPA	TEMAS	Data e Horário
Unidade 1	Aula 1: Comunicação não-violenta (CNV) e a Política de Tratamento Adequado de Conflitos.	
Unidade 2	Aula 2: Teoria do Conflito e Teoria dos Jogos	
Unidade 3	Aula 3: Negociação, Audiências Virtuais e preparação para o Simulado;	
Unidade 4	Aula 4: Técnicas de mediação e conciliação de conflitos e Simulado;	
Unidade 5	Aula 5: Simulado, Fórum de Múltiplas Portas e Orientações para o estágio.	

Para tanto, cada turma contará com o apoio de 2 (dois) instrutores, os quais atuarão como tutor EaD e formador de aula síncronas. Assim, cada instrutor ficará responsável pelo acompanhamento de até 25 (vinte e cinco) cursistas, considerando a oferta de até 50 vagas por turma. A carga horária passará a contar com 55 (cinquenta e cinco) horas, das quais: a) 40h (quarenta horas) corresponderão à carga horária original do curso, consistente nas atividades assíncronas realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e; b) 15h (quinze horas) serão destinadas à realização de 5 (cinco) aulas síncronas, por meio da plataforma *MS/Teams,* organizadas semanalmente e em co-docência.

6. MATERIAL DIDÁTICO DO MÓDULO TEÓRICO E RECURSOS INSTRUCIONAIS

O curso funcionará na modalidade EaD, utilizando-se dos seguintes recursos: Ambiente Moodle, vídeos de apresentação, videoaulas gravadas, apostilas, textos de apresentação, textos de apoio, tutoriais, questionários, ferramenta padlet.

7. CARGA HORÁRIA DO MÓDULO TEÓRICO

A carga horária será de 55 (cinquenta e cinco) horas/aula do módulo teórico, complementada por, no mínimo, 60 horas (máximo 100 horas) do módulo prático (Estágio Supervisionado). O módulo prático será organizado, posteriormente, pelo Nupemec.

8. SEQUENCIAMENTO PEDAGÓGICO, FREQUÊNCIA, AVALIAÇÃO E CONCLUSÃO DO MÓDULO TEÓRICO

A avaliação será formativa e somativa e estará distribuída ao longo das diversas atividades do curso, incluindo a participação nos fóruns, reflexões e comentários sobre os registros dos colegas, envio de tarefas individuais, áudios e/ou vídeos, relatórios, realização de questionários, declarações, atas, resumos e apresentação obrigatória, pelo aluno.

O sequenciamento pedagógico planejado prevê diálogos diários e algumas atividades pressupõem outras para serem executadas.

Ao final, em fórum específico, no contexto da avaliação formativa, os alunos farão individualmente um registro reflexivo como condição para a certificação de aprendizagem.

Considerando que o curso adota o modelo da formação para o desenvolvimento de competências, serão avaliadas as capacidades necessárias para o exercício das atividades de conciliador e mediador, adquiridas ao longo da formação, nas diversas atividades teórico-prática propostas, que envolvem ação-reflexão-ação.

Além do registro reflexivo, constitui-se em condição para obtenção do certificado de conclusão, um mínimo de 70% de aproveitamento nas atividades do curso aferidas por avaliação somativa, sendo que cada unidade totalizará 20 pontos distribuídos entre as respectivas atividades, e a frequência mínima de 100% nas aulas síncronas descritas no item 5.3.

As atividades trazem consigo indicadores de avaliação, para que o aluno possa executar as ações programadas com segurança e precisão quanto às expectativas de participação e de desempenho.

A nota total máxima é de 100 pontos.

Atividade	UNIDADE 1		UNIDADE 2		UNIDADE 3		UNIDADE 4		UNIDADE 5	
	Fórum 7 erros	10	Quiz	5	Forum A	5	Forum	5	Forum	10
	Tarefa - estudo de caso	10	Forum 1	5	Forum B	5	Tarefa A	10	Tarefa	10
			Forum 2	10	Tarefa	10	Tarefa B	5	Registro Reflexivo	
Total		20		20		20		20		20

Assim

Assim, cumpridos os requisitos acima, será emitida declaração de conclusão do Módulo Teórico, a qual habilitará o aluno a iniciar o Módulo Prático (estágio supervisionado).

9. MÓDULO PRÁTICO - ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Nesse Módulo, o aluno deve aplicar o aprendizado teórico em casos reais, acompanhado por um membro da equipe docente do NUPEMEC (supervisor), devendo passar necessariamente por três posições: a) observador, b) co-conciliador ou co-mediador, e c) conciliador ou mediador.

Ao final de cada sessão, deverá apresentar relatório do trabalho realizado, com suas impressões e comentários, relativos à aplicação das técnicas aprendidas e aplicadas, ou seja, esse relatório não deve se limitar a descrever o caso atendido, como num estágio de Faculdade de Direito, mas deve se ater à observação das técnicas utilizadas e a facilidade ou dificuldade de lidar com o caso real. Permite-se, a critério do NUPEMEC, estágio autossupervisionado quando não houver equipe docente suficiente para acompanhar todas as etapas do Módulo Prático.

Essa etapa é imprescindível para a obtenção do certificado de conclusão do curso, que habilita o mediador a atuar perante o Poder Judiciário.

A carga horária mínima exigida para esse módulo é de 60 (sessenta) horas de atendimento de casos reais, podendo a periodicidade ser definida pelos coordenadores dos cursos.

O módulo prático será organizado pelo Nupemec.

10. CERTIFICAÇÃO

Apenas após a entrega de todos os relatórios referentes a todas as sessões das quais o aluno participou e, cumprido o número mínimo de horas estabelecido (60h), será emitido certificado de conclusão do curso básico de capacitação, que é o necessário para o cadastramento como mediador junto ao Tribunal de Justiça.

A certificação será procedida pela EJUD, juntamente com o NUPEMEC do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

11. AVALIAÇÃO DO EVENTO

Ao final do curso, a avaliação dos instrutores e de satisfação dos cursistas ocorrerá por meio de formulário próprio no AVA.

12. ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO FINANCEIRO E CONVOCAÇÃO DOS DOCENTES

As turmas do curso ocorrerão totalmente a distância, com o acompanhamento por meio de tutoria e atividades assíncronas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EJUD-PR e por meio de aulas síncronas, realizadas por meio do aplicativo *MS/Teams*, portanto, não haverá necessidade de deslocamento e de dispensa das atividades funcionais.

Portanto, haverá ônus financeiro ao Tribunal de Justiça do Paraná referente ao pagamento de horas-aula aos docentes que atuarão no curso em atenção ao DECRETO JUDICIÁRIO Nº 350/2021, cujo valor segue abaixo descrito:

13. PROJETO EDUCACIONAL

Elaborado por: NUPEMEC/TJPR

Gestora do Projeto: Mariele Zanco Laismann

14. ÁREAS INTERVENIENTES

EJUD-PR

Direção-Geral: Desembargador Roberto Portugual Bacellar

NUPEMEC

Presidente Desembargador Dalla Vecchia

SOLICITANTES:

ANEXO III - PLANO PEDAGÓGICO BÁSICO (modelo)

Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores (Presencial)

1. IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO

EVENTO:CURSO DE CAPACITAÇÃO EM CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO JUDICIAL

PÚBLICO ALVO: Magistrados, Servidores, Mediadores e Conciliadores que irão atuar nos Cejuscs e nos Juizados Especiais, e deverão observar ordem de prioridade, prevista no art. 7° do Regulamento de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais e de Formação de Conciliadores Judiciais - 2022 - Nupemec - TJPR.

VAGAS: Até 40

INSTRUTORES:

LOCAL:

PERÍODO:

MODALIDADE: Presencial

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula

HORÁRIO:

2. OBJETIVO DO CURSO

O curso de capacitação básica dos terceiros facilitadores (conciliadores e mediadores) tem por objetivo transmitir informações teóricas gerais sobre a conciliação e a mediação, bem como vivência prática, visando desenvolver competências e habilidades necessárias para o exercício da conciliação e da mediação no âmbito judicial.

3. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O projeto está alinhado com alguns dos objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, resultantes do Planejamento Estratégico 2021-2026, conforme descritos a seguir:

02 - Incrementar a acessibilidade e estimular as formas alternativas de resolução de conflitos

Fomentar a conciliação e os meios pré-processuais de solução de conflitos.

08 - Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas

Empregar a capacitação permanente do corpo funcional do Poder Judiciário como condição fundamental para atender, de forma efetiva, os serviços públicos ofertados à sociedade.

09 - Implantar Gestão por Competências

Implementar um conjunto de ferramentas práticas, consistentes e objetivas, que torne possível instrumentalizar o Judiciário para uma efetiva gestão com foco em pessoas, com critério e clareza, alinhando as necessidades do Judiciário aos conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores e magistrados.

4. JUSTIFICATIVA

A proposta de capacitação, em consonância com a Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, tem por objetivo melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário, especialmente na implementação da política pública de tratamento adequado dos conflitos, que fomenta a expansão da aplicabilidade de métodos consensuais de solução de conflitos, com qualidade e eficiência. As utilizações dos métodos consensuais de solução de conflitos, como a mediação e conciliação, vêm mostrando resultados eficazes, pois possibilitam a adoção de soluções mais adequadas ao conflito vivenciado pelas partes litigantes, além de reduzirem substancialmente o tempo de duração da lide e o número de processos que se avolumam no Judiciário. A capacitação envolverá os servidores, conciliadores e mediadores que atuam tanto no âmbito judicial como pré-processual.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E EMENTA

5.1. No módulo teórico deverão ser desenvolvidos os seguintes temas:

A) Panorama histórico dos métodos consensuais de solução de conflitos

Legislação brasileira. Projetos de lei. Lei dos Juizados Especiais. Resolução CNJ n. 125/2010. Novo CPC, Lei de Mediação.

B) A Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos

Objetivos (acesso à justiça, mudança de mentalidade, qualidade do serviço de conciliadores e mediadores). Estruturação (CNJ, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e CEJUSCs, A audiência de conciliação e mediação do novo CPC. Capacitação e remuneração de conciliadores e mediadores.

C) Cultura da Paz e Métodos de Solução de Conflitos

Panorama nacional e internacional. Autocomposição e Heterocomposição. Prisma (ou espectro) de processos de resolução de disputas: Negociação, Conciliação, Mediação, Arbitragem, Processo Judicial, Processos híbridos.

D) Teoria da Comunicação / Teoria dos Jogos

Axiomas da comunicação. Comunicação verbal e não verbal. Escuta Ativa. Comunicação nas pautas de interação e no estudo do inter-relacionamento humano: aspectos sociológicos e aspectos psicológicos. Premissas conceituais da autocomposição.

E) Moderna Teoria do Conflito

Conceito e estrutura. Aspectos objetivos e subjetivos.

F) Negociação

Conceito. Integração e distribuição do valor das negociações. Técnicas básicas de negociação (a barganha de posições; a separação de pessoas de problemas; concentração em interesses; desenvolvimento de opções de ganho mútuo; critérios objetivos; melhor alternativa para acordos negociados).

Técnicas intermediárias de negociação (estratégias de estabelecimento de *rapport*; transformação de adversários em parceiros; comunicação efetiva).

G) Conciliação

Conceito e filosofia. Conciliação judicial e extrajudicial. Técnicas (recontextualização, identificação das propostas implícitas, afago, escuta ativa, espelhamento, produção de opção, acondicionamento das questões e interesses das partes, teste de realidade); Finalização da conciliação - Formalização do acordo. Dados essenciais do termo de conciliação (qualificação das partes, número de identificação, natureza do conflito...). Redação do acordo: requisitos mínimos e exequibilidade. Encaminhamentos e estatística.

Etapas (planejamento da sessão, apresentação ou abertura, esclarecimentos ou investigação das propostas das partes, criação de opções, escolha da opção, lavratura do acordo).

H) Mediação

Definição e conceitualização. Conceito e filosofia. Mediação judicial e extrajudicial, prévia e incidental; Etapas - Pré-mediação e Mediação propriamente dita (acolhida, declaração inicial das partes, planejamento, esclarecimentos dos interesses ocultos e negociação do acordo). Técnicas ou ferramentas (co-mediação, recontextualização, identificação das propostas implícitas, formas de perguntas, escuta ativa, produção de opção, acondicionamento das questões e interesses das partes, teste de realidade ou reflexão).

I) Áreas de utilização da mediação

Empresarial, familiar, civil, (consumeirista, trabalhista, previdenciária, dentre outras) penal e Justiça Restaurativa; o envolvimento com outras áreas do conhecimento.

J) Interdisciplinaridade da mediação

Conceitos das diferentes áreas do conhecimento que sustentam a prática: sociologia, psicologia, antropologia e direito.

K) O papel do conciliador/mediador e sua relação com os envolvidos (ou agentes) na conciliação e na mediação

Os operadores do Direito (o magistrado, o promotor, o advogado, o defensor público, etc) e a conciliação/mediação. Técnicas para estimular advogados a atuarem de forma eficiente na conciliação/mediação. Contornando as dificuldades: situações de desequilíbrio, descontrole emocional, embriaguez, desrespeito.

L) Ética de conciliadores e mediadores

O terceiro facilitador: funções, postura, atribuições, limites de atuação. Códigos de Ética.

6. MATERIAL DIDÁTICO DO MÓDULO TEÓRICO E RECURSOS INSTRUCIONAIS

O curso funcionará na modalidade presencial, utilizando-se dos seguintes recursos:

a) Aula expositiva dialógica;

b) Utilização de apostilas, obras de natureza introdutória (manuais, livros-textos, etc);

c) Vivências circulares;

d) Utilização de outros recursos instrucionais (flip-chart, quadro, apostila, TV, DVD).

7. CARGA HORÁRIA DO MÓDULO TEÓRICO

A carga horária será de 40 (quarenta) horas/aula do módulo teórico, complementada por, no mínimo, 60 horas (máximo 100 horas) do módulo prático (Estágio Supervisionado).

8. FREQUÊNCIA E CERTIFICAÇÃO DO MÓDULO TEÓRICO

A frequência mínima exigida para a aprovação no Módulo Teórico deve ser de 100% (cem por cento) e, para a avaliação do aproveitamento, o aluno deverá entregar relatório ao final do Módulo.

Assim, cumpridos os 2 (dois) requisitos - frequência mínima e apresentação de relatório - será emitida declaração de conclusão do Módulo Teórico, que habilitará o aluno a iniciar o Módulo Prático (estágio supervisionado).

9. MÓDULO PRÁTICO - ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Essa etapa é imprescindível para a obtenção do certificado de conclusão do curso, que habilita o mediador/conciliador a atuar perante o Poder Judiciário.

Após a certificação de cumprimento da etapa teórica o cursista terá prazo de um ano para atuar em audiências no âmbito do CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania), aplicando o aprendizado teórico em casos reais.

Permite-se, a critério do NUPEMEC, estágio autossupervisionado quando não houver equipe docente suficiente para acompanhar todas as etapas do Módulo Prático.

O estágio terá duração de 60 (sessenta) horas e seu cumprimento deverá ser dividido, preferencialmente, em três fases sequenciais: 20 (vinte) horas de observação; 20 (vinte) horas de comediação ou coconciliação (audiência em dupla), de preferência com mediadores/conciliadores mais experientes e 20 (vinte) horas de mediação ou conciliação.

A condução das mediações ou conciliações também ensejará o preenchimento de relatório, a que faz menção o art. 18, I do Regimento - Curso de Capacitação de Mediadores e Conciliadores (Anexo III), apresentando suas impressões e comentários, relativos à aplicação das técnicas aprendidas, ou seja, esse relatório não deve se limitar a descrever o caso atendido, como num estágio de Faculdade de Direito, mas deve se ater à observação das técnicas utilizadas e a facilidade ou dificuldade de lidar com o caso real.

A observação, por sua vez, demandará preenchimento de formulário específico, a que faz menção o art. 18, II do Regimento - Curso de Capacitação de Mediadores e Conciliadores (Anexo III), que integrará a avaliação do mediador ou conciliador, acerca do estágio.

A avaliação final consistirá na análise, pelo instrutor de referência, do cumprimento de 100% das sessenta horas na forma desta qualificação, com apresentação da ata de cada audiência realizada, acompanhada dos formulários de observação ou dos relatórios de mediação/conciliação (conforme a função desempenhada, além de supervisão, pessoal ou via meio digital, de, ao menos, uma audiência conduzida pelo aluno). Desta análise, o instrutor elaborará parecer específico acerca do aproveitamento e da possibilidade de certificação.

10. CERTIFICAÇÃO

Apenas após a entrega de todos os relatórios referentes a todas as sessões das quais o aluno participou e, cumprido o número mínimo de horas estabelecido (60h), será emitido certificado de conclusão do curso básico de capacitação, que é o necessário para o cadastramento como mediador judicial no Tribunal que pretende atuar.

A certificação observará a determinação do NUPEMEC do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

11. AVALIAÇÃO DO EVENTO

Ao final do curso, a avaliação dos instrutores e de satisfação dos cursistas ocorrerá por meio de formulário próprio, a que faz menção o art. 9, §3º, c do Regimento - Curso de Capacitação de Mediadores e Conciliadores.

12. INVESTIMENTO FINANCEIRO

Haverá ônus financeiro ao Tribunal de Justiça do Paraná referente ao pagamento de horas-aula aos docentes que atuarão no curso em atenção ao Decreto Judiciário 350/2021

13. PROJETO EDUCACIONAL

Elaborado por: NUPEMEC/TJPR

Gestora do Projeto: Mariele Zanco Laismann

14. ÁREAS INTERVENIENTES

EJUD-PR

Direção-Geral: Desembargador Roberto Portugual Bacellar

NUPEMEC

Presidente Desembargador Dalla Vecchia
SOLICITANTES:

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Des. Dalla Vecchia
2.º Vice-Presidente
Presidente do NUPEMEC
Supervisor-Geral do Sistema dos Juizados Especiais

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038418

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA HABILITAÇÃO E CADASTRO DE INSTRUTORES E TUTORES DE CURSO DE FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

O 2. ° Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o Diretor-Geral da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - EJUD-PR, no uso de suas atribuições legais, tornam pública a abertura do Edital de **CHAMAMENTO PARA HABILITAÇÃO E CADASTRO DE INSTRUTORES E TUTORES DE CURSO DE FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA**, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para atuação em cursos presenciais e a distância.
?

1. DO OBJETO

?1.1 Este procedimento de cadastro de Instrutores e Tutores é destinado aos magistrados e servidores deste Poder Judiciário do Estado do Paraná que tenham interesse, disponibilidade e condições de atuar nos Cursos de Formação de Facilitadores de Justiça Restaurativa nos cursos na modalidade presencial e a distância.
1.2 O prazo de inscrição permanecerá em aberto para novas inscrições, sendo que, nesse período, qualquer interessado poderá requerer sua inscrição, desde que atendidas as condições de participação neste processo seletivo.
1.3 Após a inscrição, os candidatos eventualmente selecionados estarão sujeitos a atuarem tanto como tutores de curso a distância quanto como instrutores de curso presencial.
1.4. Este edital terá validade permanente a partir da sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico.
1.5. Ao NUPEMEC, gestor do presente edital e responsável pela apresentação dos Planos Pedagógicos dos cursos de Mediação e Conciliação, caberá controlar inteiramente a lista de credenciados, chamando os instrutores e tutores dentro da ordem de credenciamento.
?

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO?

2.1 Poderão participar do processo seletivo disciplinado neste Edital o candidato que atender aos requisitos e critérios especificados abaixo:
2.1.1 possuir formação no Curso de Formação de Instrutores em Justiça Restaurativa, válido perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
2.1.2 possuir?**diploma de graduação?**de curso de nível superior, registrado, reconhecido ou revalidado pelo Ministério da Educação (MEC).
2.1.3 ser certificado em Curso de Tutoria na Educação a Distância ou docência online.
2.1.4. Na?o responder processo administrativo disciplinar ou sindicância acusatória, assim como não ter cumprido penalidade disciplinar, no período de 02 (dois) anos que antecedem a data do pedido de inscrição.
2.1.5 O cumprimento do item 2.1.1 deve ser comprovado mediante apresentação de certidão ou declaração do NUPEMEC assegurando a regularidade do exercício da atividade, na forma do disposto na Resolução CNJ 125/2010, de 29 de novembro de 2010 e do Regulamento das Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos, de 13 de abril de 2020.
?

3. DAS ATRIBUIÇÕES?

3.1 Compete ao tutor e instrutor atuar de acordo com o PLANO PEDAGÓGICO BÁSICO do Curso de Formação de Facilitadores de Justiça Restaurativa, além de exercer as atribuições fixadas nos Projetos de Curso da EJUD-PR e nos artigos 3º e 4° do Decreto Judiciário 350/2021, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 01º de julho de 2021 conforme disposto a seguir:
3.1.2 São atribuições do tutor:
I - elaborar plano de tutoria de acordo com a orientação pedagógica da escola;
II - atualizar e complementar materiais didáticos para o aprimoramento da aprendizagem do aluno;
III - desenvolver o curso com o encaminhamento e a orientação das atividades, o esclarecimento de dúvidas e o acompanhamento da participação dos alunos;
IV - gerenciar as relações entre os participantes do curso, estimulando a cooperação, o desenvolvimento do pensamento crítico e a prática colaborativa;
V - planejar atividades de aplicação do conteúdo;
VI - proceder à avaliação de aprendizagem dos participantes, tanto no decorrer quanto ao final do curso;
VII - manter a regularidade de acesso ao ambiente virtual.
3.1.3 São atribuições do instrutor de cursos presenciais e a distância:
I - participar do planejamento pedagógico do curso ou da ação formativa;
II - apresentar plano de aula a 2.ª Vice-Presidência e a Supervisão Pedagógica da EJUD-PR e ao coordenador do curso, de acordo com o público-alvo a que se destina, respeitados os normativos e diretrizes do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM);
III - planejar e desenvolver as aulas de forma a promover o debate e a construção do conhecimento, além de estimular a participação dos alunos, de maneira colaborativa e crítica, considerando os conhecimentos prévios deles;
IV - planejar atividades de aplicação do conteúdo que deverão ser realizadas e disponibilizadas pelos participantes durante o desenvolvimento do curso;
V - preparar e disponibilizar os materiais didáticos que deverão ser entregues para o aprimoramento da aprendizagem do aluno durante a aula;
VI - garantir o bom andamento da ação formativa, comunicando à escola e 2.ª Vice-Presidência a conduta ou incidente prejudicial;
VII - avaliar a aprendizagem dos participantes, tanto no decorrer da ação formativa quanto ao final, em conformidade com o planejamento pedagógico e as orientações da EJUD-PR, alinhadas com as diretrizes e normativos do CEAJUD e da ENFAM e NUPEMEC/TJPR;
VIII - participar dos processos de avaliação estabelecidos pela EJUD-PR e 2.ª Vice-Presidência.
3.2 - Além das normas expressas neste edital, os tutores e instrutores estarão sujeitos às orientações da Escola Judicial e da 2.ª Vice-Presidência para o desempenho de suas atividades, com base na avaliação contínua a que serão submetidos, o que será comunicado à medida de sua atuação.
?

4. DAS VAGAS

4.1. O prazo para inscrição de interessados permanecerá em aberto para novas inscrições. Os candidatos inscritos que preencherem os requisitos deste edital, serão convocados por ordem de inscrição, considerando para tanto, a data do envio do pedido, e em sistema de rodízio.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas via internet, formulário: https://portal.tjpr.jus.br/portletforms/frm.do?idFormulario=6684
5.2 As inscrições estarão disponíveis permanentemente, permanecendo abertas, a critério da 2.ª Vice-Presidência e da EJUD-PR.
5.3 A 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
5.4 O ato da inscrição contemplará o preenchimento dos campos referentes a:
I) Identificação Pessoal;
II) Identificação Funcional;
III) Formação Acadêmica;
IV) Certidão ou Declaração, na forma do item 2.1.4 deste edital;
V) Certificado de Formação de Instrutores em Justiça Restaurativa, devidamente válido perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
VI) Certificado de Curso de Formação **ou** de Capacitação para atuar na Educação a Distância, **ou** Certificado de Curso de Aperfeiçoamento em tutoria online;
VII) Curriculum Lattes atualizado (link);
5.5 Todas as informações prestadas em atendimento aos procedimentos de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a 2.ª Vice-Presidência e Escola Judicial do Paraná do direito de excluir do Processo Seletivo, em qualquer tempo, o candidato que não prestar informações de forma completa e correta, ou fornecer dados comprovadamente inverídicos, ou ainda não atender os requisitos e exigências deste edital.
5.6 Ao interessado não será exigida a comprovação de experiência em docência.
5.7 Ao preencher o formulário, o candidato à docente se compromete, caso convocado, a apresentar as documentações conforme disposto no art. 14 do Decreto Judiciário 350/2021, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
5.8 O docente deverá manter atualizadas suas informações de contato, uma vez que a 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR não se responsabilizarão por inconsistências de dados.
5.9 O preenchimento do formulário de inscrição estabelece o entendimento de que o docente concorda e se sujeita a todos os termos do presente edital.?
5.10. A 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR, por si e por seus colaboradores, se comprometem a atuar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, para a proteção dos dados informados na inscrição da presente seleção.
5.11 A 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR manterão e utilizarão de medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizados, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

6. DO PROCESSO SELETIVO

6.1. Uma vez credenciado, o docente passará a fazer parte do Banco de Docentes da 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR, conforme disposto no item 4 deste edital.
6.2. A comunicação do credenciamento realizado com sucesso será via o e-mail informado no ato da inscrição.

6.3. Caberá ao NUPEMEC criar, gerenciar e publicar a relação de credenciados, na qual constará a ordem de credenciamento.

7. DA CONVOCAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES?

7.1 Os serviços a serem prestados nesta ação educacional?serão desenvolvidas na forma presencial ou na forma?*online*, desenvolvidas a distância, no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EJUD-PR (atividades assíncronas) e por meio do aplicativo *MS/Teams* (atividades síncronas).

7.2 As convocações poderão ser feitas por meio eletrônico, endereçadas ao e-mail informado pelo credenciado, pelo aplicativo *MS/Teams* ou por *Whatsapp*.

7.3 A seleção respeitará a ordem de rodízio, sendo que será convocado aquele que tiver na vez, e não podendo esse, será passado para o próximo.

7.3.1. Cada novo credenciado ingressará na última posição da lista, respectivamente, e aguardará, em sua colocação, o chamamento.

7.4. Em caso de curso presencial será priorizado aquele Instrutor que resida na Comarca, caso houver. Em não havendo, será selecionado aquele que resida mais próximo, em razão do princípio da economicidade.

7.4.1. A priorização estabelecida neste item deve obedecer a ordem de credenciamento e a regra do necessário rodizio dentre aqueles que reúnem as condições para o atendimento.

7.4.2. Selecionado o instrutor por meio da priorização, necessária a retomada da ordem de chamamento.

7.4.3. O instrutor selecionado por meio do critério de priorização que realiza a atividade fica impedido de ser chamado novamente para o mesmo ciclo.

?

8. DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA?

8.1 O docente selecionado receberá por hora/aula a retribuição financeira definida na tabela do Anexo Único do Decreto Judiciário 350/2021, que regulamenta a seleção, contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente na EJUD-PR.

8.2 A retribuição financeira para a atividade de docência não poderá exceder o equivalente a 120 horas anuais, ressalvadas as situações excepcionais devidamente justificadas e previamente aprovadas pelo Diretor-Geral da EJUD-PR, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 horas anuais.

8.3 A realização de atividade docente por servidores e servidoras deste Poder Judiciário, quando desempenhada durante a jornada de trabalho será enquadrada na situação de serviço voluntário e deverá ser assinado termo específico disponível no Anexo I deste edital, conforme a previsão do art. 20 da Lei Estadual 17.250/2012, que trata da gratificação por Instrutoria interna ao servidor efetivo.?

8.4 A realização de atividade docente por magistrados e magistradas deste Poder Judiciário, deve ocorrer sem prejuízo das atribuições do cargo e pressupõe comunicação à Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, na forma do § 2º do art. 11 do Decreto Judiciário 350/2021.

8.5 No curso que contar com mais de um formador simultâneo, as horas-aulas serão divididas entre eles, caso não seja possível quantificar a hora-aula de cada instrutor.

8.6 O pagamento das atividades previstas no item 3 deste Edital, será realizado após a conclusão da atividade e em expediente próprio, mediante apresentação de relatório de frequência devidamente assinado pelo docente e pela EJUD-PR.

8.7 O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná arcará com as despesas relativas a este processo seletivo. Os recursos relativos às contratações que poderão advir deste chamamento público de seleção de docentes deverão onerar a dotação pertinente do Projeto/Atividade da Gestão da Escola Judicial do Paraná - EJUD-PR, observado o princípio da anualidade, e serão objetos de reserva individual em cada processo de seleção.

?

9. DA ATIVIDADE DOCENTE?

9.1 Os docentes selecionados atuarão em regime de não exclusividade, não gerando qualquer direito de vínculo.

9.2 A realização de atividade docente por servidores e servidoras deste Poder Judiciário, quando desempenhada durante a jornada de trabalho, fica condicionada à liberação da chefia imediata, conforme §3º do art. 11 do Decreto Judiciário 350/2021 e a assinatura de Declaração de Ciência da Atividade Docente constante no Anexo I deste Edital.

9.3 No desempenho desse papel, os profissionais incumbir-se-ão da condução dos cursos de acordo com os referenciais educacionais da Escola Judicial do Paraná e da 2.ª Vice-Presidência, particularizando-se a orientação para o ensino teórico - aplicado e o uso de metodologias adequadas à capacitação de adultos.

9.4 O tutor ou instrutor que, injustificadamente, faltar as atividades ou desistir de participar do curso após a sua divulgação, ficará impedido, pelo prazo de 02 (dois) anos, de atuar em futuros treinamentos na EJUD-PR e 2.ª Vice-Presidência.

9.4.1. Fica assegurado ao impedido o direito ao contradito?rio e ampla defesa, com a possibilidade de interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação, sendo avaliadas suas razo?es pela 2.ª Vice-Presidência e Coordenadoria Executiva da EJUD-PR, que opinara? em 05 (cinco) dias u?teis, mediante parecer jurídico da Consultoria Jurídica da EJUD e a submetera? a? Direção-Geral da Escola Judicial, para tomada de decisa?o.

9.5 A 2.ª Vice-Presidência e Escola Judicial do Estado do Parana? poderão, a qualquer tempo, promover a desclassificac?a?o por razo?es devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos apo?s o credenciamento, bem como ofensa ao Programa de integridade do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, através de notificação escrita encaminhada ao mensageiro do credenciado, que importem comprometimento da sua capacidade fi?sica, te?cnica, fiscal ou da postura profissional, ou ainda que fira o padra?o e?tico ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenizac?a?o, compensac?a?o ou reembolso a qualquer ti?tulo, sendo devido ao docente, ate? a data do seu descredenciamento, o recebimento das horas-aulas ministradas.

9.5.1. Fica assegurado ao desclassificado o direito ao contradito?rio e ampla defesa, com a possibilidade de interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação, sendo avaliadas suas razo?es pela 2.ª Vice-Presidência e Coordenadoria Executiva da EJUD-PR, que opinara? em 05 (cinco) dias u?teis, mediante parecer jurídico da Consultoria Jurídica da EJUD e a submetera? a? Direção-Geral da Escola Judicial, para tomada de decisa?o.

?

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS?

10.1 A seleção e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação, incumbindo unicamente à 2.ª Vice-Presidência e a Escola Judicial do Paraná a avaliação sobre a viabilidade da efetiva realização do curso ou necessidade de seleção de novos docentes.

10.2 A 2.ª Vice-Presidência e Escola Judicial do Paraná se reservam o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

10.3 O docente e a docente selecionados cederão à 2.ª Vice-Presidência e a EJUD-PR os direitos autorais referentes ao material didático-pedagógico elaborado em atenção ao presente Edital, expressamente, mediante assinatura de Termo de Cessão.

10.4?Os profissionais selecionados deverão manter currículo atualizado no Banco de Instrutores Internos da 2.ª Vice-Presidência e da ?Escola Judicial do Paraná e na Plataforma Lattes, bem como manter atualizadas suas informações de contato, uma vez que a 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR não se responsabilizarão por inconsistências de dados.

10.5?As normas, portarias e resoluções do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, bem como as da 2.ª Vice-Presidência e EJUD-PR aplicam-se, no que couberem, ao presente Edital de chamamento e seleção.

10.6?Maiores informações poderão ser obtidas junto à 2.ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, através do e-mail?2vice@tjpr.jus.br?ou ainda pelo número (41) 3200-2360.

10.7 Constituem partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Declaração, Termo de Ciência, Cessão de Direitos Autorais e Autorização de Divulgação de Imagem e Voz.

Anexo II - Plano Pedagógico Básico para Formação em Justiça Restaurativa.

10.8.?Os casos omissos neste edital serão analisados pela 2.ª Vice-Presidência em conjunto com a Direção-Geral da EJUD.

?10.9 Qualquer cidada?o podera? impugnar fundamentadamente este edital ou suas eventuais alteraço?es, por meio do endereço eletrônico 2vice@tjpr.jus.br, ate? 02 dias u?teis apo?s a publicaça?o do ato.

10.9.1 O impugnante devera?, necessariamente, indicar o item/subitem que sera? objeto de impugnaça?o e sua fundamentaça?o.

10.9.2 Os pedidos de impugnaça?o sera?o julgados pela 2.ª Vice-Presidência em conjunto com a Direção-Geral da EJUD.

10.9.3 Na?o cabera? recurso administrativo contra a decisa?o acerca da impugnaça?o.

10.9.4 As respostas a?s impugnaço?es sera?o encaminhadas ao endereço eletrônico do impugnante ate? 02 dias u?teis do te?rmino do prazo de impugnaça?o.

10.9.5 Revoga-se o Edital 1572/2023, publicado no Diário Eletrônico 3434.

Curitiba, data gerada pelo sistema.

?

2.° Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Diretor-Geral da EJUD

Anexo I - Declaração, Termo de Ciência, Cessão de Direitos Autorais e Autorização de Divulgação de Imagem e Voz;

Anexo II - Plano Pedagógico Básico para Formação em Justiça Restaurativa.

Anexo I?

Declaração, Termo de Ciência, Cessão de Direitos Autorais e Autorização de Divulgação de Imagem e Voz

Eu, _____, CPF n. _____, considerando a Resolução Enfam n. 1 de 13 de março de 2017 e o Decreto Judiciário 350, de 21 de junho de 2021, que disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente,

DECLARO:

1. Quanto à atividade contratada, que exercerei na ação educacional ___(nome do curso)_____, com remuneração, o quantitativo de __(XX)___horas-aula relativo à função de _(tutor, coordenador, formador, etc.)__**.** (Decreto Judiciário 350, art. 2°, incisos I, II, III, IV, V, VI)

2. Quanto à quantidade de horas remuneradas anuais, para os fins previstos no art. 20 da Lei Estadual nº 17.250/2012, no art. 19 da Resolução da ENFAM nº 01/2017, e nos artigos 19 e 22, inciso IX do Decreto Judiciário 350/2021:

(_)	não ter atuado, no presente ano, como docente exercendo a função acima indicada em ações educacionais promovidas pela Administração Pública.
(_)	ter atuado, no presente ano, como docente exercendo a função acima indicada em ações educacionais promovidas pela Administração Pública, mediante remuneração, em um **total inferior a 120 horas-aula**.
(_)	ter atuado, no presente ano, como docente exercendo a função acima indicada em ações educacionais promovidas pela Administração Pública, mediante remuneração, em um **total equivalente ou superior a 120 horas-aula**.

Apresento as ações educacionais em que atuei no presente exercício na função acima:

Nº	Instituição	Curso	Carga Horária
1			
2			
3			
4			
	TOTAL		

3. Quanto às atribuições e remuneração referentes à minha atuação nesta ação educativa, estou ciente e de acordo com as informações descritas no projeto do curso. (Decreto Judiciário 350, de 21 de junho de 2021, art. 18 e 22, inciso VIII e 25). Declaro, ainda, estar ciente do contido no art. 20 da Lei Estadual 17.250/2012, que dispõe?sobre as gratificações dos?Servidores, do Poder Judiciário do Estado do Paraná, especialmente no inciso II, alíneas "b", "c" e "d", razão pela qual a atividade docente exercida pelos servidores nas funções de Formador de Curso, Tutor, Coordenador de Tutoria, Conteudista e Coordenador de Curso, para fins de recebimento de retribuição financeira, deverá ser realizada fora do horário do expediente regulamentar.
Assim como, ciente de que o servidor, em caso de exercício de atividade docente durante o horário de expediente, estará atuando como voluntário, optando pelo não recebimento da remuneração durante as horas desempenhadas nesse horário, em conformidade com o art. 20, II, "d" da Lei Estadual 17.250/2012.
4. Quanto à cessão de direitos autorais e autorização de divulgação de imagem e voz, autorizo a 2.ª Vice-Presidência e a Escola Judicial do Paraná (EJUD-PR) a utilizar o conteúdo e material didático de minha autoria/coautoria, inclusive as versões que eu tenha atualizado ou contribuído para a atualização, por ser o detentor dos direitos autorais sobre o conteúdo e material didático, assim como divulgar gravação da minha imagem e voz, porventura existentes, sem exclusividade, total e definitivamente, relativos à ação formativa. A cessão dos direitos se dá a título gratuito, sem qualquer ônus e destina-se ao alcance das missões institucionais da Escola, em todo o território nacional, podendo o objetivo cedido ser utilizado, reproduzido, compartilhado com outras escolas e instituições públicas por meio de cursos nas modalidades presencial e a distância, distribuído gratuitamente ou alterado o formato, na íntegra, em partes ou em compilação com outros materiais, desde que não signifique descaracterização do conteúdo e que não ofenda os direitos morais de autor, com fundamento na Lei Federal n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais) e no art. 14 da Resolução Enfam 1 de 13 de março de 2017.
Cidade: _____, _____ de _____de 20____.

_____
Assinatura

---

[1]file:///C:/Users/04910689990/Downloads/SEI_0085881_34.2021.8.16.6000-PLANOSPEDAG%20GICOSEMATRIZES%20(4).pdf

Curitiba, 25 de junho de 2025.

Des. Dalla Vecchia
2.º Vice-Presidente
Presidente do NUPEMEC
Supervisor-Geral do Sistema dos Juizados Especiais

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038493

Secretaria

PORTARIA Nº 9704/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciárionº 252/2025 - P-SEP e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160203, originado em razão do protocolizado sob nº 0043492-92.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

JORDANA LONGHI GIOTTO, matrícula nº 14886, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo CAS-3, da Divisão de Fundo Rotativo e Diárias da Coordenadoria de Gestão Financeira da Secretaria de Finanças, durante o afastamento, por férias, do titular LEANDRO CESAR WEBER, no período de 21 de julho de 2025 a 25 de julho de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9629/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160008, originado em razão do protocolizado sob nº 0026436-80.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

MARIA HELENA POLAK FURMAN, matrícula nº 9586, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo CAS-3, da Divisão de Informações Funcionais da Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações da Secretaria de Gestão de Pessoas, durante o afastamento, por férias, do titular GUILHERME SANTOS ZOMKOWSKI, no período de 30 de junho de 2025 a 13 de julho de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9503/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158296, originado em razão do protocolizado sob nº 0040572-48.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

ANDERSON CESCONETTO, matrícula nº 16369, ocupante do cargo de Analista de Sistemas do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, da função comissionada de Chefe de Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, símbolo FC-4, da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas da Coordenadoria de Sistemas de Informação da Secretaria de Tecnologia da Informação, durante o afastamento, para substituição do cargo de Coordenador, do titular DANILO KOVALECHYN, no período de 02 de junho a 16 de junho de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, convalidando-se os atos eventualmente praticados no período.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9630/2025 -SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0037237-21.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

JUSSARA NADJA DA SILVA, matrícula nº 17191, para atuar no Gabinete do Juízo Único da Comarca de Terra Boa, a partir da data da assunção no cargo, até o término da licença à gestante da servidora BEATRIZ CAMPOS STIVANIN DE MELO.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9537/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158904, originado em razão do protocolizado sob nº 0037767-25.2025.8.16.6000, resolve

C O N C E D E R

pelo período compreendido entre a data de publicação deste ato e o dia 31 de janeiro de 2027, à RODRIGO PIRES BLANCO JORGE, matrícula nº 19406, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a gratificação de Encargos Especiais da Unidade Técnica de Estatística e Ciência de Dados, conforme previsto na Lei nº 21.291/2022, art. 6º, I.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9595/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0037213-90.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

LUAN RUIZ DE SOUZA, matrícula nº 274367, para atuar no Gabinete do Juízo da 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, a partir da data da assunção no cargo, até o término da licença à gestante da servidora JESSICA POVIDAIKO MIRANDA SIQUEIRA.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9412/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157605, originado em razão do protocolizado sob nº 0043138-67.2025.8.16.6000, resolve

E X O N E R A R

FERNANDO WILLIAM DE MELO, matrícula nº 269229, a seu pedido, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Desembargador, símbolo DAS-4, do Gabinete do Desembargador Francisco Cardozo Oliveira, a partir de 16 de junho de 2025, com fundamento no artigo 51, inciso II, da Lei nº 16.024/2008.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9463/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158194, originado em razão do protocolizado sob nº 0038681-89.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

FABIO AUGUSTO ROSSETTI SOARES, matrícula nº 19509, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para integrar, como membro da Equipe de Apoio, a 3ª Comissão de Contratação, atribuindo-lhe a função comissionada de Integrante de Comissão Permanente, símbolo FC-13, e suas gratificações correspondentes.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9554/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no protocolizado sob nº 0027401-24.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

DIULY PRISCILA DE OLIVEIRA KOUPAK, matrícula nº 274385, para atuar no Gabinete do Juízo Único da Comarca de Ubiratã, a partir da data da assunção no cargo, até o término da licença à gestante da servidora JAMILA POSSIDONIO GALINDO.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9602/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159251, originado em razão do protocolizado sob nº 0043208-84.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

SIMONE DO ROCIO GRANATO, matrícula nº 6830, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário II do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, da função comissionada de Chefe de Seção, símbolo FC-12, da Seção de Registros Funcionais e Identificação Funcional da Divisão de Registros Funcionais da Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações da Secretaria de Gestão de Pessoas, durante o afastamento, por licença paternidade, do titular MARCELO AUGUSTO CLARO, no período de 9 de junho de 2025 a 28 de junho de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023, convalidando-se os atos eventualmente praticados até a publicação deste ato.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9530/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158848, originado em razão do protocolizado sob nº 0038388-22.2025.8.16.6000, resolve

R E V O G A R

ex officio, a partir de 9 de junho de 2025, a Portaria nº 8414/2025-SG, que designou JOSEANE CRISTINA RODRIGUES ZANATTA, matrícula nº 10809, Consultora Jurídica do Poder Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, da função comissionada de Supervisora de Consultoria Jurídica, símbolo FC-4, da Supervisão Jurídica de Gestão de Pessoas da Consultoria Jurídica da Secretaria de Gestão de Pessoas, tendo em vista o retorno da titular DANIELLE CAVALCA GARCIA FRANCESCHI na referida data.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9615/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159803, originado em razão do protocolizado sob nº 0043609-83.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

SAMUEL PEREIRA DO VALE NETO, matrícula nº 19592, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo CAS-3, da Divisão de Relações Públicas da Coordenadoria de Cerimonial, durante o afastamento, por férias, do titular RAFAEL CAMARGO MATHEUS, no período de 30 de junho de 2025 a 10 de julho de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9533/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158844, originado em razão do protocolizado sob nº 0042921-24.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

JUALEXAN LEFER BEZERRA, matrícula nº 15280, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, da função comissionada de Supervisor de Assessoria Técnica de Secretaria, símbolo FC-4, da Assessoria Técnica da Secretaria de Gestão de Precatórios, durante o afastamento, por férias, da titular FERNANDA EMY SATO RANGEL, no período de 7 de julho de 2025 a 11 de julho de 2025, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício e o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 21.811/2023.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 9552/2025 - SG

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158931, originado em razão do protocolizado sob nº 0039892-63.2025.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

JESSICA FARET TEIXEIRA DOS SANTOS MACHNICVICZ, matrícula nº 18779, servidora deste Tribunal, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo CAS-3, da Divisão de Análise e Monitoramento de Dados da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento;

I I - R E V O G A R

a) a designação de ANDRE MELO PESQUEIRA, matrícula nº 17969, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente Técnico de Secretaria, símbolo FC-12, do Núcleo Socioambiental da Secretaria de Planejamento;b) a designação de ANDRE ANUNCIAÇÃO BUDZINSKI, matrícula nº 19472, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para atuar na Divisão de Análise e Monitoramento de Dados da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento;
c) a concessão, ao servidor FELIPE FERNANDES NICOLAU DE OLIVEIRA, matrícula nº 19576, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, da gratificação de Encargos Especiais da Unidade Técnica de Estatística e Ciência de Dados;
d) a concessão, à servidora LUCIANA JUSTINA DA SILVA, matrícula nº 52000, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, da gratificação de Encargos Especiais da Unidade Técnica de Estatística e Ciência de Dados;
e) a designação de LUCIANA JUSTINA DA SILVA, matrícula nº 52000, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para atuar na Divisão de Análise e Monitoramento de Dados da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento;
f) a designação de MARCELO CAMPOS DELAVIGNE BUENO, matrícula nº 9055, ocupante do cargo de Administrador do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assessor de Assessoria Técnica de Secretaria, símbolo FC-6, da Assessoria Técnica da Secretaria de Planejamento;
g) a designação de RENATO TOSHIO FUJIMOTO, matrícula nº 50550, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Supervisor de Assessoria Técnica de Secretaria, símbolo FC-4, da Assessoria Técnica da Secretaria de Planejamento;
h) a designação de RODRIGO PIRES BLANCO JORGE, matrícula nº 19406, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para atuar na Divisão de Análise e Monitoramento de Dados da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento;

I I I - R E L O T A R

a) a servidora LUCIANA JUSTINA DA SILVA, matrícula nº 52000, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, na Assessoria de Gabinete do Gabinete do Secretário-Geral, revogando sua lotação na Assessoria Técnica da Secretaria de Planejamento;
b) o servidor RENATO TOSHIO FUJIMOTO, matrícula nº 50550, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, na Divisão de Análise e Monitoramento de Dados da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento, revogando sua lotação na Assessoria Técnica da Secretaria de Planejamento;
c) o servidor ANDRE MELO PESQUEIRA, matrícula nº 17969, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, na Assessoria Técnica da Secretaria de Planejamento, revogando sua lotação no Núcleo Socioambiental da Secretaria de Planejamento;
d) a servidora JESSICA FARET TEIXEIRA DOS SANTOS MACHNICVICZ, matrícula nº 18779, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, na Divisão de Parametrização e Gestão de Demandas Externas da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento, revogando sua lotação na Divisão de Análise e Monitoramento de Dados da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento;

I V - N O M E A R

a) JESSICA FARET TEIXEIRA DOS SANTOS MACHNICVICZ, matrícula nº 18779, servidora deste Tribunal, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo CAS-3, da Divisão de Parametrização e Gestão de Demandas Externas da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;
b) RENATO TOSHIO FUJIMOTO, matrícula nº 50550, servidor deste Tribunal, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão, símbolo CAS-3, da Divisão de Análise e Monitoramento de Dados da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;

V - D E S I G N A R

a) ANDRE MELO PESQUEIRA, matrícula nº 17969, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assessor de Assessoria Técnica de Secretaria, símbolo FC-6, da Assessoria Técnica da Secretaria de Planejamento, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes;b) FELIPE FERNANDES NICOLAU DE OLIVEIRA, matrícula nº 19576, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assessor de Assessoria Técnica de Secretaria, símbolo FC-6, da Assessoria Técnica da Secretaria de Planejamento, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, mantendo-se sua designação para atuar na Divisão de Orçamento, Controle e Acompanhamento e Custos da Coordenadoria de Estratégia e Orçamento da Secretaria de Planejamento;
c) LUCIANA JUSTINA DA SILVA, matrícula nº 52000, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente Técnica do Gabinete do Secretário-Geral, símbolo FC-10, da Assessoria de Gabinete do Gabinete do Secretário-Geral, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes;
d) MARCELO CAMPOS DELAVIGNE BUENO, matrícula nº 9055, ocupante do cargo de Administrador do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Supervisor de Assessoria Técnica de Secretaria, símbolo FC-4, da Assessoria Técnica da Secretaria de Planejamento, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes;
e) ANDRE ANUNCIAÇÃO BUDZINSKI, matrícula nº 19472, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para atuar na Divisão de Parametrização e Gestão de Demandas Externas da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento;
f) ANDRE MELO PESQUEIRA, matrícula nº 17969, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para atuar no Núcleo Socioambiental da Secretaria de Planejamento;
g) ARIOSTO TEIXEIRA NETO, matrícula nº 51874, ocupante do cargo de Administrador do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para atuar na Divisão de Análise e Monitoramento de Dados da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento;
h) CRISTINA BICHLER BOESCHE, matrícula nº 51580, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para atuar na Divisão de Análise e Monitoramento de Dados da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento;
i) LUCIANA JUSTINA DA SILVA, matrícula nº 52000, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para atuar na Divisão de Parametrização e Gestão de Demandas Externas da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento, revogando sua designação anterior;
j) RODRIGO PIRES BLANCO JORGE, matrícula nº 19406, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para atuar na Divisão de Parametrização e Gestão de Demandas Externas da Coordenadoria de Estatística, Pesquisa e Ciência de Dados da Secretaria de Planejamento.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

Secretaria Especial da Presidência

Concursos

Secretaria Geral

Vice-Secretaria Geral

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1680/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0043729-29.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Magistrada **FERNANDA MONTEIRO SANCHES**, Juíza de Direito Substituta da 2.ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Cascavel, pelos deslocamentos de 24 a 27 de junho de 2025, para participação no "Curso de Formação para Preceptores(as) de Vitaliciamento: ações de acompanhamento e avaliação da prática jurisdicional, durante o estágio probatório", na sede da EJUD-PR em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11828770), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11828770.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com o limite previamente estabelecido na Decisão 11828770, à Magistrada **FERNANDA MONTEIRO SANCHES**, Juíza de Direito Substituta da 2.ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Cascavel, pelos deslocamentos de 24 a 27 de junho de 2025, para participação no "Curso de Formação para Preceptores(as) de Vitaliciamento: ações de acompanhamento e avaliação da prática jurisdicional, durante o estágio probatório", na sede da EJUD-PR em Curitiba - PR.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1679/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0041958-16.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Magistrado **FERDINANDO SCREMIN NETO,** Juiz de Direito da 2.ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Campo Mourão, pelos deslocamentos de 09 a 10 de julho de 2025, para realizar palestra no "Seminário de Regularização Fundiária" do Programa Moradia Legal, em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11866094), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 01 (uma) diária integral, nos termos do art. 5.º, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação do seu pedido e estabelecida no Despacho 11866094.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 01 (uma) diária integral, nos termos do art. 5.º, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação do seu pedido e estabelecida no Despacho 11866094, ao Magistrado **FERDINANDO SCREMIN NETO,** Juiz de Direito da 2.ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Campo Mourão, pelos deslocamentos de 09 a 10 de julho de 2025, para realizar palestra no "Seminário de Regularização Fundiária" do Programa Moradia Legal, em Curitiba - PR.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1678/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0041334-64.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor dos servidores **EUGENIO AOKI**, Técnico Judiciário, e **EDUARDO GOMES DA SILVA,** Auxiliar Judiciário II, lotados na Chefia de Gabinete do Gabinete do Secretário Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 25 a 27 de junho de 2025; assim como da servidora **ANA BEATRIZ NAPP**, Chefe de Gabinete da Presidência, e dos servidores **ANGELO MASSAYUKI SONOMURA,** Secretário Especial da Presidência**, EDUARDO ALBERTO BERNARDES,** Técnico Judiciário, atuando no Gabinete do Vice-Secretário-Geral, e **PAULO VITOR DO PRADO,** Analista Judiciário, atuando na Chefia de Gabinete do Gabinete do Secretário Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 23 a 27 de junho de 2025; e da servidora **ROSELY DE MORAES CAMPOS,** Técnica Judiciária, atuando na Coordenadoria de Cerimonial do Gabinete do Secretário Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 24 a 27 de junho de 2025, para participação no Projeto "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II)", na Regional Administrativa de Jacarezinho, abarcando as Comarcas de Andirá, Arapoti, Bandeirantes, Cambará, Carlópolis, Curiúva, Ibaiti, Joaquim Távora, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11876628, 11883697 e 11888065), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência/pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Constata-se, ainda, que o deslocamento se dará em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de diárias.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, considerando a caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, autorizo o pagamento de:
a) 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, aos servidores **EUGENIO AOKI**, Técnico Judiciário, e **EDUARDO GOMES DA SILVA,** Auxiliar Judiciário II, lotados na Chefia de Gabinete do Gabinete do Secretário Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 25 a 27 de junho de 2025;
b) 05 (cinco) diárias, sendo 04 (quatro) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, à servidora **ANA BEATRIZ NAPP**, Chefe de Gabinete da Presidência, e aos servidores **ANGELO MASSAYUKI SONOMURA,** Secretário Especial da Presidência**, EDUARDO ALBERTO BERNARDES,** Técnico Judiciário, atuando no Gabinete do Vice-Secretário-Geral, e **PAULO VITOR DO PRADO,**

Analista Judiciário, atuando na Chefia de Gabinete do Gabinete do Secretário Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 23 a 27 de junho de 2025;
c) 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, à servidora **ROSELY DE MORAES CAMPOS,** Técnica Judiciária, atuando na Coordenadoria de Cerimonial do Gabinete do Secretário Especial da Presidência, pelos deslocamentos de 24 a 27 de junho de 2025, todos para participação no Projeto "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II)", na Regional Administrativa de Jacarezinho, abarcando as Comarcas de Andirá, Arapoti, Bandeirantes, Cambará, Carlópolis, Curiúva, Ibaiti, Joaquim Távora, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.
II - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1677/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0044124-21.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Magistrado **FELIPE REDECKER LANDMEIER,** Juiz de Direito do Juízo Único da Comarca de Santa Isabel do Ivaí, pelos deslocamentos de 29 de junho a 03 de julho de 2025, para participação no Curso "FOFO N1M1 - Formação de Formadores - Presencial", a ser realizado nos dias 30 de junho, 01 e 02 de julho de 2025, na sede da EJUD-PR em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11829991 e 11830427), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11829991.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com o limite previamente estabelecido na Decisão 11829991, ao Magistrado **FELIPE REDECKER LANDMEIER,** Juiz de Direito do Juízo Único da Comarca de Santa Isabel do Ivaí, pelos deslocamentos de 29 de junho a 03 de julho de 2025, para participação no Curso "FOFO N1M1 - Formação de Formadores - Presencial", a ser realizado nos dias 30 de junho, 01 e 02 de julho de 2025, na sede da EJUD-PR em Curitiba - PR.
II - Diante da limitação previamente estabelecida na Decisão 11829991, de pagamento de até uma diária e meia, deve ser considerado para efeitos de diárias o período de realização do evento, portanto, inaplicável o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.
III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1681/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0044101-75.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Magistrado **RICARDO HENRIQUE FERREIRA JENTZSCH,** Juiz Auxiliar da Presidência, pelos deslocamentos de 25 a 27 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11813676 e ???????11812069), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Magistrado **RICARDO HENRIQUE FERREIRA JENTZSCH,** Juiz Auxiliar da Presidência, pelos deslocamentos de 25 a 27 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1682/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0042483-95.2025.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral ??11883720.
2. Registra-se que já houve a autorização de deslocamento conforme Decisão ???????11876628 e Manifestação 11876627???????.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o indeferimento do pedido.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11883720), bem como do exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício (??????????????????????????????11883986), indefiro, nos termos do art. 2.º, parágrafo único, inciso V, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, o pagamento de diárias ao servidor **MARCOS GUSTAVO CALABRESI,** Analista Judiciário, lotado na Secretaria do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Santo Antônio da Platina, pelos deslocamentos diários de 26 e 27 de junho de 2025, para participação no Projeto "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II)", na Comarca de Jacarezinho.
II - Dê-se ciência ao solicitante.
III - À Secretaria de Finanças.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1683/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0044174-47.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Magistrado **RAFAEL DA SILVA MELO GLATZL,** Juiz de Direito do Juízo Único da Comarca de Cambará, pelos deslocamentos do dia 26 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11876628 e ???????11876627), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I , todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I , todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Magistrado **RAFAEL DA SILVA MELO GLATZL,** Juiz de Direito do Juízo Único da Comarca de Cambará, pelos deslocamentos do dia 26 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1692/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0043416-68.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do servidor **DANYLLO GREGORY ALVES DE SOUSA,** Assistente II de Juiz de Direito, lotado no Gabinete do Juízo da 1.ª Vara Cível e da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Bandeirantes, pelos deslocamentos diários nos dias 26 e 27 de junho de 2025, para participação no evento "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11876628 e 11876627), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência/pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por se tratar de requerimento individual, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias reduzidas à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. I (redução à metade quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede e houver necessidade de gasto com deslocamento urbano), da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias reduzidas à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. I (redução à metade quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede e houver necessidade de gasto com deslocamento urbano), da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor **DANYLLO GREGORY ALVES DE SOUSA,** Assistente II de Juiz de Direito, lotado no Gabinete do Juízo da 1.ª Vara Cível e da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Bandeirantes, pelos deslocamentos diários nos dias 26 e 27 de junho de 2025, para participação no evento "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1684/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0042305-49.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da servidora **LEILANE DE SOUZA OLIVEIRA,** Técnica Judiciária, lotada na Secretaria do Crime do Juízo Único da Comarca de Carlópolis, pelos deslocamentos diários nos dias 26 e 27 de junho de 2025, para participação no evento "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II)", na Comarca de Jacarezinho.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11876628 e 11876627), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência/pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por se tratar de requerimento individual, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias reduzidas à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. I (redução à metade quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede e houver necessidade de gasto com deslocamento urbano), da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias reduzidas à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. I (redução à metade quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede e houver necessidade de gasto com deslocamento urbano), da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, à servidora **LEILANE DE SOUZA OLIVEIRA,** Técnica Judiciária, lotada na Secretaria do Crime do Juízo Único da Comarca de Carlópolis, pelos deslocamentos nos dias 26 e 27 de junho de 2025, para participação no evento "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1690/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0042907-40.2025.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11866069???????).

2. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., a possibilidade de deferimento do pagamento de 10 (dez) diárias, sendo 08 (oito) reduzidas à metade, nos termos do art. 5.º, e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária) e 02 (duas) reduzidas à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. II (na data do retorno à sede), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, no pedido em análise.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral deste Tribunal (11866069), bem como do exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício (??????11866092), autorizo o pagamento de 10 (dez) diárias, sendo 08 (oito) reduzidas à metade, nos termos do art. 5.º, e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária) e 02 (duas) reduzidas à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. II (na data do retorno à sede), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Magistrado **ERIC BORTOLETTO FONTES,** Juiz Substituto da 55.ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Marechal Cândido Rondon, pelos deslocamentos de 02 a 07 e de 11 a 14 de junho de 2025, à Comarca de Santa Helena (integrante da 55.ª Seção Judiciária), para realização de audiências, atendimentos de advogados, sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri.
II - Justifica-se a inclusão de fim de semana no deslocamento (conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR), em virtude do término tardio dos eventos na sexta-feira, fazendo-se necessário o retorno no dia posterior, sábado.
III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1685/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0043231-30.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da servidora **SIBELE CRISTINA DA SILVA,** Analista Judiciária, lotada na Secretaria da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Ibaiti, e do servidor **JAILSON MOLÃO JUNIOR,** Assistente II de Juiz de Direito, lotado no Gabinete do Juízo da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Ibaiti, pelos deslocamentos de 26 a 27 de junho de 2025, para participação no evento "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II)", na Comarca de Jacarezinho.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11876628 e 11876627), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência/pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - No entanto, não restou caracterizada equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a não caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I, da aludida Resolução, à servidora **SIBELE CRISTINA DA SILVA,** Analista Judiciária, lotada na Secretaria da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Ibaiti, e ao servidor **JAILSON MOLÃO JUNIOR,** Assistente II de Juiz de Direito, lotado no Gabinete do Juízo da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Ibaiti, pelos deslocamentos de 26 a 27 de junho de 2025, para participação no evento "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II)", na Comarca de Jacarezinho.
II - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1686/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0042262-15.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da servidora **MIRIAM PARMEGIANI GOMES DA COSTA,** Assistente III de Juiz de Direito, lotada no Gabinete do Juízo do Juízo Único da Comarca de Tomazina, e do servidor **AQUILES VANZELI NETO,** Técnico Judiciário e Chefe de Secretaria, lotado na Secretaria do Cível, do Crime e do Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público do Juízo Único da Comarca de Tomazina, pelos deslocamentos de 26 a 27 de junho de 2025, para participação no evento "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II)", na Comarca de Jacarezinho.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11876628 e 11876627), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência/pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - No entanto, não restou caracterizada equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a não caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I, da aludida Resolução, à servidora **MIRIAM PARMEGIANI GOMES DA COSTA,** Assistente III de Juiz de Direito, lotada no Gabinete do Juízo do Juízo Único da Comarca de Tomazina, e ao servidor **AQUILES VANZELI NETO,** Técnico Judiciário e Chefe de Secretaria, lotado na Secretaria do Cível, do Crime e do Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público do Juízo Único da Comarca de Tomazina, pelos deslocamentos de 26 a 27 de junho de 2025, para participação no evento "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II)", na Comarca de Jacarezinho.
II - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1687/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0043584-70.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor dos Excelentíssimos Desembargadores **FERNANDO WOLFF BODZIAK**, Corregedor-Geral da Justiça, e **SÉRGIO**

KREUZ e do Magistrado **FÁBIO BRANDÃO**, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, pelos deslocamentos de 23 a 24 de junho de 2025, para participarem da reunião de trabalho, com a temática relacionada à Infância e Juventude, que será realizada no gabinete da Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal, com o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Edson Fachin, no dia 24 de junho de 2025, em Brasília - DF.
II - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
III - Esclareço que o presente procedimento deixou de ser submetido a prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, uma vez que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11878365).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, aos Desembargadores **FERNANDO WOLFF BODZIAK**, Corregedor-Geral da Justiça, e **SÉRGIO KREUZ,** e ao Magistrado **FÁBIO BRANDÃO**, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, pelos deslocamentos de 23 a 24 de junho de 2025, para participarem da reunião de trabalho, com a temática relacionada à Infância e Juventude, que será realizada no gabinete da Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal, com o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Edson Fachin, no dia 24 de junho de 2025, em Brasília - DF.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1688/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0042486-50.2025.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral ??11884513???????.
2. Registra-se que já houve a autorização de deslocamento conforme Decisão ???????11876628 e Manifestação 11876627???????.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o indeferimento do pedido.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11884513), bem como do exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício (??????????????????????????????11884571), indefiro, nos termos do art. 2.º, parágrafo único, inciso V, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, o pagamento de diárias ao servidor **FERNANDO HENRIQUE BENETI,** Técnico Judiciário, lotado na Secretaria do Crime do Juízo Único da Comarca de Ribeirão Claro, pelos deslocamentos diários de 26 e 27 de junho de 2025, para participação no Projeto "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II)", na Comarca de Jacarezinho.
II - Dê-se ciência ao solicitante.
III - À Secretaria de Finanças.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1689/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0044263-70.2025.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11885563).
2. Em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017 e por verificar a regularidade do requerimento, autorizo o deslocamento pretendido.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral (11885563), bem como do exposto pelo Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício (11885583), autorizo o pagamento de 04 (quatro) diárias, sendo 03 (três) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da aludida Resolução, aos servidores **RAFAEL TIBUCHESKI MORAES** e **ROGERIO RAMOS AGUIRRA,** Técnicos em Computação, lotados na Divisão de Segurança Patrimonial da Coordenadoria de Serviços Terceirizados da Secretaria de Infraestrutura, pelos deslocamentos de 24 a 27 de junho de 2025, para realizar o acompanhamento da instalação dos portais detectores de Metais dos Fóruns das Comarcas de Uraí, Alto Piquiri e Assis Chateaubriand e configuração do sistema de monitoramento da Comarca de Bandeirantes.
II - À Secretaria de Finanças e à Secretaria de Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1695/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0043247-81.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Magistrada **APOEMA CARMEM FERREIRA VIEIRA DOMINGOS MARTINS SANTOS**, Juíza de Direito da 1.ª Vara Cível e da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Bandeirantes, pelos deslocamentos diários de 26 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11879195, 11876628 e ???????11876627), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I , todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I , todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, à Magistrada **APOEMA CARMEM FERREIRA VIEIRA DOMINGOS MARTINS SANTOS**, Juíza de Direito da 1.ª Vara Cível e da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da

Comarca de Bandeirantes, pelos deslocamentos diários de 26 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1691/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0043739-73.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Magistrada **CAMILA FELIX SILVA,** Juíza Substituta da 45.ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Santo Antônio da Platina, pelos deslocamentos diários de 26 e 27 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11876628 e ???????11876627), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I , todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11876628.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I , todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, à Magistrada **CAMILA FELIX SILVA,** Juíza Substituta da 45.ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Santo Antônio da Platina, pelos deslocamentos diários de 26 e 27 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Diante da limitação previamente estabelecida na Decisão 11876628, de pagamento de até meia diária, deve ser considerado para efeitos de diárias os deslocamentos do dia 26 de junho de 2025, dia da realização do evento voltado aos magistrados, conforme Cronograma 11853462.
III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1693/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0044284-46.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Desembargador **ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA,** pelos deslocamentos de 25 a 27 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11884532), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Desembargador **ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA,** pelos deslocamentos de 25 a 27 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1694/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0042131-40.2025.8.16.6000

I - Trata-se de solicitação de pagamento de diárias em favor do Magistrado **LEONARDO FELIPE MARQUES TIRADENTES**, Juiz Substituto da 48.ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Telêmaco Borba, pelos deslocamentos do dia 09 de junho de 2025, à Comarca de Ortigueira (integrante da 48.ª Seção Judiciária), para realizar a inspeção no CREAS e na Cadeia Pública (Portaria n.º 8569/2025-D.M, Informação 11857216).
II - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
III - Esclareço que o presente procedimento deixou de ser submetido a prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, uma vez que o deslocamento decorre de prévia designação presidencial (Portaria n.º 8569/2025, Informação ??????????????11857216???????).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., a possibilidade de deferimento do pagamento de 01 (uma) diária reduzida à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. I (redução à metade pela ausência de pernoite), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, no pedido em análise.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 01 (uma) diária reduzida à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2º, inc. I (redução à metade pela ausência de pernoite), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Magistrado **LEONARDO FELIPE MARQUES TIRADENTES**, Juiz Substituto da 48.ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Telêmaco Borba, pelos deslocamentos do dia 09 de junho de 2025, à Comarca de Ortigueira (integrante da 48.ª Seção Judiciária), para realizar a inspeção no CREAS e na Cadeia Pública (Portaria n.º 8569/2025-D.M, Informação 11857216).
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1697/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0043172-42.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Magistrada **MARCELLA DE LOURDES DE OLIVEIRA RIBEIRO,** Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Ibaiti, pelos deslocamentos do dia 26 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11876628 e ???????11876627), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I , todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I , todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, à Magistrada **MARCELLA DE LOURDES DE OLIVEIRA RIBEIRO,** Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Ibaiti, pelos deslocamentos do dia 26 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1696/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0040923-21.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do servidor **FERNANDO SCHEIDT MÄDER,** Secretário da Secretaria de Gestão Documental, pelos deslocamentos de 25 a 27 de junho de 2025, para participação no Projeto "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II), na Regional Administrativa de Jacarezinho, abarcando as Comarcas de Andirá, Arapoti, Bandeirantes, Cambará, Carlópolis, Curiúva, Ibaiti, Joaquim Távora, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11828568), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência/pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por se tratar de requerimento individual, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor **FERNANDO SCHEIDT MÄDER,** Secretário da Secretaria de Gestão Documental, pelos deslocamentos de 25 a 27 de junho de 2025, para participação no Projeto "Conexão, Gestão em Movimento (ENCORAJ II), na Regional Administrativa de Jacarezinho, abarcando as Comarcas de Andirá, Arapoti, Bandeirantes, Cambará, Carlópolis, Curiúva, Ibaiti, Joaquim Távora, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.
II - Às Secretarias de Finanças e Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1698/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0043975-25.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Magistrado **RODRIGO OTAVIO RODRIGUES GOMES DO AMARAL,** Juiz Auxiliar da Presidência, pelos deslocamentos de 25 a 27 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11884521???????), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Magistrado **RODRIGO OTAVIO RODRIGUES GOMES DO AMARAL,** Juiz Auxiliar da Presidência, pelos deslocamentos de 25 a 27 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1699/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0044466-32.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Magistrado **LEONARDO GRILLO MENEGON**, Juiz de Direito da Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Marechal Cândido Rondon, pelos deslocamentos diários de 10 e 11 de junho de 2025, para participação no curso "Atualização do Código Civil - Direito das Sucessões", em Cascavel - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11845436), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço,

em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias reduzidas à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida no Despacho 11845436.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias reduzidas à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com o limite previamente estabelecido na Decisão 11845436, ao Magistrado **LEONARDO GRILLO MENEGON**, Juiz de Direito da Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Marechal Cândido Rondon, pelos deslocamentos diários de 10 e 11 de junho de 2025, para participação no curso "Atualização do Código Civil - Direito das Sucessões", em Cascavel - PR.
II - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1700/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0044211-74.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do Magistrado **MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO,** Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Andirá, assim como da servidora **GEOVANA RINALDI VASCONCELLOS**, Assistente III de Juiz de Direito, lotada no Gabinete do Juízo da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Andirá, pelos deslocamentos de 26 a 27 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11876628 e ???????11876627), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º das Resoluções n.º 183/2017-OE/TJPR (que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná) e n.º 184/2017-OE/TJPR (que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná), que, em ambos os casos, consiste no deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior.
IV - Por haver uma única servidora no pedido, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I , todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao magistrado, assim como de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, à servidora, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11876628.

RAFAEL CURY ZACHARIAS
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de:
a) 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I , todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Magistrado **MARIO AUGUSTO QUINTEIRO CELEGATTO,** Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Andirá;
b) 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, à servidora **GEOVANA RINALDI VASCONCELLOS**, Assistente III de Juiz de Direito, lotada no Gabinete do Juízo da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Andirá; ambos pelos deslocamentos de 26 a 27 de junho de 2025, para participação no evento do projeto "Conexão, Gestão em movimento" (Encoraj II), na Comarca de Jacarezinho.
II - Diante da limitação previamente estabelecida na Decisão 11876628, de pagamento de até meia diária aos magistrados participantes, deve ser considerado para efeitos de diárias do togado em questão os deslocamentos do dia 26 de junho de 2025, dia da realização do evento voltado aos magistrados, conforme Cronograma 11853462.
III - À Secretaria de Finanças e à Secretaria de Gestão de Pessoas para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Secretaria-Geral

DESPACHO Nº 1701/2025 - SG-VSG-GVSG
PROTOCOLO Nº 0043246-96.2025.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor da Magistrada **LUCIANA GONÇALVES NUNES,** Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Laranjeiras do Sul, pelos deslocamentos de 25 a 28 de junho de 2025, para participação no "Curso de Formação para Preceptores(as) de Vitaliciamento: ações de acompanhamento e avaliação da prática jurisdicional, durante o estágio probatório", que será realizado presencialmente nos dias 25, 26 e 27 de junho de 2025, na sede da EJUD-PR em Curitiba - PR.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização presidencial (11828770), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j. o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. II, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com a limitação estabelecida na Decisão 11828770.

ALEXANDRE LOYOLA FONTOURA
Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação do Vice-Secretário-Geral do Tribunal de Justiça em exercício, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, e em conformidade com o limite previamente estabelecido na Decisão 11828770, à Magistrada **LUCIANA GONÇALVES NUNES,** Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Laranjeiras do Sul, pelos deslocamentos de 25 a 28 de junho de 2025, para participação no "Curso de Formação para Preceptores(as) de Vitaliciamento: ações de acompanhamento e avaliação da prática jurisdicional, durante o estágio probatório", que será realizado presencialmente nos dias 25, 26 e 27 de junho de 2025, na sede da EJUD-PR em Curitiba - PR.
II - Diante da limitação previamente estabelecida na Decisão 11828770, de pagamento de até uma diária e meia, deve ser considerado para efeitos de diárias o período de realização do evento, portanto, inaplicável o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.
III - À Secretaria de Finanças para os devidos fins.

G. P., 24 de junho de 2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Secretaria de Infraestrutura

Secretaria de Contratações Institucionais

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROTOCOLO Nº 0102508-11.2024.8.16.6000

CONTRATO: 192/2025
EXPEDIENTE: 0102508-11.2024.8.16.6000
FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, pelo Decreto Judiciário n.º 269/2022, o Protocolo SEI 0102508-11.2024.8.16.6000 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor.
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: V. A. CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a execução de serviços de engenharia de reparos, adequações e melhorias no Fórum da Comarca São João do Triunfo, integrante da Regional 04, discriminados na Planilha Quantitativa Orçamentária (11741299), pelo regime de empreitada por preço unitário em conformidade com as especificações, condições e exigências discriminadas no protocolado SEI nº 0102508-11.2024.8.16.6000 e demais documentos técnicos anexos ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 38/2024.
PREÇO:R$ 11.099,28 (onze mil noventa e nove reais e vinte e oito centavos).
PRAZO: 45 dias, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para início da execução do objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação orçamentária do exercício de 2025 e os valores estão devidamente empenhados através do Empenho - SIAFIC 2025NE001184 (11852262).
FORO: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho Secretário de Contratações Institucionais**[2]**
[2] Conforme delegação prevista no art. 14, inciso VIII, do Decreto Judiciário nº 252/2025.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROTOCOLO Nº 0072155-22.2023.8.16.6000

CONTRATO: 196/2025
EXPEDIENTE: 0072155-22.2023.8.16.6000
FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, pelo Decreto Judiciário n.º 269/2022, o Protocolo SEI 0135863-46.2023.8.16.6000 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor.
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: V. A. CONSTRUÇÕES LTDA
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a execução de reparos, adequações e melhorias no Fórum da Comarca de Pinhão, integrante da Regional 04, discriminados na Planilha Quantitativa Orçamentária (11803742), pelo regime de empreitada por preço unitário em conformidade com as especificações, condições e exigências discriminadas no protocolado SEI nº 0072155-22.2023.8.16.6000 e demais documentos técnicos anexos ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 38/2024.
PREÇO:R$ 24.738,49 (vinte e quatro mil, setecentos e trinta e oito reais e quarenta e nove centavos).
PRAZO: 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para início da execução do objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação orçamentária do exercício de 2025 e os valores estão devidamente empenhados através do Empenho - SIAFIC 2025NE001239 (11865813).
FORO: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Curitiba, 24 de junho de 2025.

Hermes Ribeiro da Fonseca Filho Secretário de Contratações Institucionais**[2]**
[2] Conforme delegação prevista no art. 14, inciso VIII, do Decreto Judiciário nº 252/2025.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROTOCOLO Nº 0155606-42.2023.8.16.6000

CONTRATO: 184/2025
EXPEDIENTE: 0155606-42.2023.8.16.6000
FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, pelo Decreto Judiciário n.º 269/2022, expediente SEI 0054253-22.2024.8.16.6000 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor.
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: ENGPLANO ENGENHARIA LTDA.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a execução de rampa de acessibilidade no Fórum Sítio Cercado, Vara Descentralizada do Bairro Novo (Regional 6), discriminados na Planilha Orçamentária 11791433, pelo regime de empreitada por preço unitário em conformidade com as especificações, condições e exigências discriminadas no protocolado SEI nº 0155606-42.2023.8.16.6000 e demais documentos técnicos anexos ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 36/2024.
PREÇO:R$ 4.032,55 (quatro mil, trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)
PRAZO: 30 dias consecutivos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para início da execução do objeto.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: dotação orçamentária do exercício de 2025 estando os valores devidamente empenhados através do Empenho - SIAFIC 2025NE001191 (11861544).
FORO: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Curitiba, 24 de junho de 2025.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO[2]
Secretário de Contratações Institucionais
[2] Conforme delegação prevista no art. 14, inciso VIII, do Decreto Judiciário nº 252/2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1676/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJEI
RELAÇÃO Nº 11864136

Decisão Nº 11864136 - SG-SCI-GS-CJ-SJEI
SEI!TJPR Nº 0021149-39.2024.8.16.6000 - SEI!DOC Nº 11864136
PROTOCOLO Nº 0021149-39.2024.8.16.6000
I - Trata-se de análise da proposta de autocomposição apresentada pela Construtora Guilherme por meio do Ofício 10290.24/026 (10047717), referente ao Contrato n.º 195/2021 (6973676), cujo objeto é a execução da obra de construção do edifício do Fórum da Comarca de Corbélia.
Com efeito, a Contratada apresentou o pedido de TAC através do Ofício 10290.24/026 (10047717), e sua proposta no documento SEI 11223935.
Por meio da Manifestação 10752626, a Consultoria Jurídica de Edificações e Infraestrutura encaminhou o expediente à Divisão de Obras e à Divisão de Contratos de Infraestrutura para verificar o atendimento dos requisitos elencados no Decreto Judiciário nº 269/2022 (alterado pelo DJ 270/2024) para posterior submissão da proposição de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) à Câmara Administrativa de Prevenção e Resolução de Conflitos.
O expediente foi instruído pela Cota 10838662 da Divisão de Obras, Manifestação 10810866 e Ofício da Divisão de Gestão de Contratos, Cota 10830897 e Informação 10750752 da Secretaria de Finanças, Ofício (10887971) da Construtora Guilherme, bem como da concordância da Divisão de Obras (Cota 11228104) do cronograma proposto pela contratada (11223935).

A Consultoria Jurídica de Edificações e Infraestrutura apresentou o Parecer Jurídico 11861086, no qual opinou pela viabilidade jurídica do prosseguimento do pedido, tendo em vista o atendimento dos requisitos elencados no art. 26, § 1º, do Decreto Judiciário nº 269/2022.
II - Diante do exposto, **ACOLHO** as Cota 10838662 e 11228104, da Divisão de Obras, a Manifestação 10810866, da Divisão de Gestão de Contratos, a Cota 10830897 e a Informação 10750752, ambas da Secretaria de Finanças, e o Parecer Jurídico 11861086, de modo que **DETERMINO**:
a) A instauração da Câmara Administrativa de Prevenção e Resolução de Conflitos e o encaminhamento do feito ao Coordenador de Defesa Institucional, com arrimo no artigo 35E, § 2º, do Decreto Judiciário nº 269/2022.
b) A suspensão de eventual processo administrativo que transcorra contra a empresa pelo tempo que a negociação perdurar, com alicerce no artigo 35E, § 3º, do Decreto Judiciário nº 269/2022.
c) A comunicação da Comissão Permanente de Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas, com fundamento no artigo 35E, § 3º, do Decreto Judiciário nº 269/2022.
d) A suspensão do prazo prescricional que seguirá as disposições do art. 34 e § 1º da Lei Federal nº 13.140/2015, com alicerce no artigo 35E, § 4º, do Decreto Judiciário nº 269/2022.
III - Publique-se.
Curitiba, *data da assinatura eletrônica*.

Em 23 de junho de 2025.

Rafael Cury Zacharias
Secretário-Geral do Tribunal de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 11888768 - SG-SCI-CGCC-DGCOE

O Coordenador de Gestão de Contratos e Convênios da Secretaria de Contratações Institucionais, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial das delegadas pelo art. 15º do Decreto Judiciário TJ/PR nº 252/2025 - P-SEP, considerando a necessidade de designação formal dos gestores e fiscais administrativos (titulares e substitutos) para o exercício da gestão e fiscalização dos contratos afetos à Divisão de Gestão de Convênios e de Ocupação de Espaços da Coordenadoria de Gestão de Contratos e Convênios, bem como o contido nas Orientações Técnicas do TCE-PR (Ofícios 224/2023 - 0126005-88.2023.8.16.6000 - e 01/2024 - 0147128-45.2023.8.16.6000), RESOLVE:
Art. 1º. Designar os seguintes gestores e fiscais administrativos:

Convênio/ ID Doc.	Nº SEI	Proponente	Aderente	Objeto	Gestor / Suplente	Fiscal / Suplente	Responsável pelo Convênio
36/2024 / 11030159	0088137-42.2024.8.16.6000	TJDFT	TJPR	A cooperação entre os tribunais visando a realização de perícia médica ou odontológica oficial por junta oficial em saúde aos servidores públicos dos partícipes e seus dependentes que estiverem em seus territórios.	Marcio Kuster Gonçalves (Titular) / Andreia Prohmann da Silva (Suplente)	Isabella Beloni dos Santos (Fiscal) / Vera Maria Molfi De Franco (Suplente)	Coordenadoria de Saúde e Bem-Estar da Secretaria de Gestão de Pessoas

Art. 2º. Os gestores titulares/suplentes serão responsáveis pela gestão integral dos contratos, com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas a coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, assegurando o cumprimento dos termos estabelecidos, a qualidade dos serviços entregues/prestados e o alcance dos objetivos contratuais, além de, dentre outras obrigações legais e contratuais, com relação à(s) empresa(s) contratada(s).
Art. 3º. Os fiscais administrativos titulares/suplentes serão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais, zelando pela qualidade e conformidade dos serviços entregues/prestados e deverão reportar quaisquer atividades e irregularidades aos gestores designados da Coordenadoria de Gestão de Contratos e Convênios da Secretaria de Contratações Institucionais, além de, dentre outras obrigações legais e contratuais, com relação à(s) empresa(s) contratada(s).
Art. 4º. Dê-se ciência do conteúdo desta Portaria aos gestores e fiscais administrativos, por Mensageiro, devendo tal comunicação ser acostada neste expediente.
Art. 5º. Em havendo alteração de Gestor e/ou Fiscal Administrativo, comunique-se esta Secretaria de Contratações Institucionais para as providências necessárias à substituição.
Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23/06/2025.

Luiz Paulo Veiga Ferreira da Costa
Coordenador de Gestão de Contratos e Convênios
Secretaria de Contratações Institucionais

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

TERMO ADITIVO Nº 10

CONTRATANTE:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA:CENTRALLIMP LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA
PROTOCOLO Nº 0060353-61.2022.8.16.6000
OBJETO DO ADITAMENTO: Remanejamento de postos de serviço.
SEI!TJPR Nº 0060353-61.2022.8.16.6000
SEI!DOC Nº 11877344
TERMO ADITIVO Nº 10
(Contrato nº 135/2022)
O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, CNPJ nº 77.821.841/0001-94, sito nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, no Palácio da Justiça, na Praça Nossa Senhora Salete s/nº, Centro Cívico, representado neste ato por **HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO**[1], e a empresa **CENTRALLIMP LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA.**, com sede na Rua Augusto Severo, nº 203, Sala 01, Jd. Santos Dumont, em Londrina, Estado do Paraná, CEP 86.039-650, inscrita no CNPJ sob o nº 07.123.895/0001-09, telefone (43) 3321 0367, e-mail contratos@centrallimp.com.br e cpl@centrallimp.com.br, legalmente representada por **Vera Lucia Ramos Antunes**, inscrita no CPF/MF sob nº 554.043.089-15 e portadora da Cédula de Identificação RG nº 3.395.776-9 SSP/PR, têm justo e acordado entre si este Termo Aditivo ao Contrato nº 135/2022, a que se refere o **SEI nº 0060353-61.2022.8.16.6000**, atinente à prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, asseio, copeiragem e recepção, a serem executados nas dependências dos Fóruns integrantes do 1º Grau do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, compreendendo além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos e equipamentos, inclusive EPI's, necessários à execução dos serviços, em regime de empreitada por preço global, que será regido pela legislação sobre licitações e contratos, particularmente a Lei Estadual nº 15.608/2007 e, no tocante às normas gerais e penais, pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, nas condições que seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS REMANEJAMENTOS DE POSTOS: Ficam remanejados provisoriamente, sem alteração do valor global mensal do contrato, **02 (dois) postos de servente**, **02 (dois) postos de servente/copeira e 01 (um) posto de recepcionista**, bem como os respectivos materiais, insumos e equipamentos de higiene, limpeza e copeiragem, atualmente alocados no **Fórum das Varas Privativas do Tribunal do Júri**, localizado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - Centro Cívico, **PARA** o **Fórum de Execuções Penais**, localizado na Avenida João Gualberto, 741 - Alto da Glória.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATUALIZAÇÃO DOS POSTOS: Em decorrência dos remanejamentos, a planilha referente ao posto prevista no instrumento contratual (Anexo I) fica assim disposta (Anexo Planilha 11870326):
ANEXO I
QUADRO CONSOLIDADO DAS UNIDADES, ENDEREÇOS E QUANTITATIVO DE POSTOS

	Unidade	Endereço	Área Construída (m²)	Tipo de Posto	Qtde
1	Centro Judiciário - Fórum Criminal	Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral	26.538,83	Servente	20
				Servente/ copeira	4
				Encarregado III	1
				Recepcionista	6
2	Centro Judiciário - Juizados Especiais	Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral	26.538,83	Servente	10
				Servente/ copeira	2
				Encarregado II	1
				Recepcionista	2
3	Fórum Cível I	Avenida Cândido de Abreu, 535 - Centro Cívico	7.732,48	Servente	7
				Servente/ copeira	3
				Encarregado II	1
				Recepcionista	3
4	Fórum Cível II	Rua Mateus Leme, 1.142 - Centro Cívico	6.278,23	Servente	6
				Servente/ copeira	2
				Recepcionista	2
5	Fórum Descentralizado da Cidade Industrial	Rua Ludovico Kaminski, 2.525 - Caiuá	1.490,57	Servente	1
				Servente/ copeira	1
				Recepcionista	2
6	Fórum Descentralizado de Santa Felicidade	Rua Via Veneto, 1.490 - Santa Felicidade	2.100,96	Servente	2
				Servente/ copeira	1
				Recepcionista	2
7	Fórum Descentralizado do Boqueirão	Rua Marechal Floriano Peixoto, 8.257 - Boqueirão	1.275,19	Servente	1
				Servente/ copeira	1
				Recepcionista	2
8	Fórum Descentralizado do Pinheirinho	Avenida Winston Churchill, 2.471 - Pinheirinho	953,28	Servente	1
				Servente/ copeira	1
				Recepcionista	2
9	Fórum Descentralizado do Bairro Novo (Sítio Cercado)	Rua Izaac Ferreira da Cruz, 2.151 - Sitio Cercado	751,02	Servente	1
				Servente/ copeira	1
				Recepcionista	1
10	Fórum da Família, da Criança e do Adolescente	Rua da Glória, 290 - Alto da Glória	8.461,27	Servente	9
				Servente/ copeira	2
				Encarregado II	1
				Recepcionista	2
11	Fórum da Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos	Avenida Iguaçu, 750 - Rebouças	543	Servente	2
				Servente/ copeira	1
12	Fórum das Varas Privativas do Tribunal do Júri	Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico	1.265,00	Servente	0
				Servente/ copeira	0
				Recepcionista	0
13	Fórum das Varas da Falência e Fazenda Pública	Rua da Glória , 362 - Alto da Glória	2.304,44	Servente	2
				Servente/ copeira	1
				Recepcionista	1
14	Sede Lysimaco	Rua Lysimaco Ferreira da Costa, 355 - Centro Cívico	2.075,04	Servente	2
				Servente/ copeira	1
				Recepcionista	1
15	Fórum de Execuções Penais	Avenida João Gualberto, 741 - Alto da Glória	2.096,73	Servente	4
				Servente/ copeira	3
				Recepcionista	2
16	Fórum da Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei	Rua Pastor Manoel Virgínio de Souza, 1.310 - Tarumã	810	Servente	1
				Servente/ copeira	1
				Recepcionista	1
17	DGST	Rua Ivo Leão, 651	0	Supervisor	1
18	Casa da Mulher Brasileira - 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Av. Paraná, 870 - Cabral	236,21	Servente/ copeira	1
	TOTAL				**129**

RESUMO POSTOS	
Servente	69
Servente/Copeira	26
Encarregado	4
Recepcionista	29
Supervisor	1
TOTAL	**129**

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Ficam mantidas e incorporadas a este termo as demais condições e cláusulas não alteradas pelo presente, sem prejuízo de futuras deliberações e alterações contratuais que se mostrem eventualmente necessárias.
E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que também assinam em seguida.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO[1]
Secretário de Contratações Institucionais
[1] Conforme **delegação** de atos prevista pelo
Decreto Judiciário 252/2025-P-SEP do art. 14º, IV.

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DESPACHO Nº 1674/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJST
RELAÇÃO Nº 113/2025

PROTOCOLO: DOCUMENTO 11885620 - SEI 0033256-86.2022.8.16.6000
INTERESSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
DESPACHO: I - Trata o presente expediente do **Contrato nº 144/2022,** celebrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ** e a empresa **CENTRALLIMP LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA,** cujo objeto consiste na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, asseio, copeiragem, jardinagem e recepção, a serem executados nas dependências das unidades administrativas e judiciárias dos Foros Regionais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral, compreendendo além da mão de obra, o fornecimento de equipamentos, materiais e insumos correspondentes, necessários à execução dos serviços (8116010).
II - A Divisão de Serviços de Asseio e Conservação da Coordenadoria de Serviços Terceirizados da Secretaria de Infraestrutura apresentou a solicitação de remanejamento de postos de serviços e parte dos materiais, nos seguintes termos 11859863:
"Considerando a iminente ampliação e ocupação do imóvel situado na Rua Comendador Correia Júnior, n° 662, Bairro João Gualberto, CEP 83203-560, Paranaguá - PR, com área construída de 330,18m², no que concerne às Divisões de Serviços de Asseio e Conservação e Divisão de Serviços de Atendimento e Copeiragem, sugere-se as seguintes providências quanto aos postos de serviços de limpeza e copeiragem:
· I - Aditivo de remanejamento de 02 postos de servente, atualmente alocados no Fórum Central, localizado na Avenida Gabriel de Lara, 771, para o Fórum Cível, localizado na Rua Comendador Correia Júnior, nº 662.
· II - Aditivo de remanejamento de parte dos materiais: do Fórum Central, localizado na Avenida Gabriel de Lara, 771, para suprir a demanda de ampliação do Fórum Cível conforme planilha disposta no documento 11859868."
Por sua vez, a Divisão de Segurança Patrimonial da Coordenadoria de Serviços Terceirizados da Secretaria de Infraestrutura solicitou o remanejamento de 01 (um) posto de recepção, da seguinte forma (11869646):
Considerando a iminente ampliação e ocupação do imóvel situado na Rua Comendador Correia Júnior, n° 662, Bairro João Gualberto, CEP 83203-560, Paranaguá - PR, no que concerne à Divisão de Segurança Patrimonial, sugere-se as seguintes providências quanto aos postos de serviços de recepção:
I - Aditivo de remanejamento de 01 posto de recepção, atualmente alocados no Fórum Central, localizado na Avenida Gabriel de Lara, 771, para o Fórum Cível, localizado na Rua Comendador Correia Júnior, nº 662.
A Cláusula Primeira do Contrato nº 144/2022, delineia que:
"O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, asseio, copeiragem, jardinagem e recepção, a serem executados nas dependências das unidades administrativas e judiciárias dos Foros Regionais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e ***Litoral,*** *compreendendo além da mão de obra, o fornecimento de equipamentos, materiais e insumos correspondentes, necessários à execução dos serviços, em regime de empreitada por preço global, em conformidade com os critérios, especificações*

e necessidades descritos nos ANEXOS I e II e com o edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2022, protocolado na Secretaria do Tribunal de Justiça sob SEI nº 0033256-86.2022.8.16.6000, que passa a fazer parte integrante do presente contrato."

Por sua vez, dispõe o item 1.2 do Contrato:

*"O local da prestação do serviço será o Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e **Litoral**, Regional I, sendo que a discriminação e o detalhamento do local previsto não é exaustiva, de modo que poderão ser **introduzidas rotinas ou alterações desse local** de acordo com as necessidades da Administração, respeitados os limites da especificidade dos serviços."*

Dessa forma, com base nos termos contratuais acima transcritos, o remanejamento de 02 (dois) postos de servente, 01 (um) posto de recepcionista e parte dos materiais da Comarca de Paranaguá se mostram factíveis, porquanto (além de justificados) não transfiguram a natureza da presente contratação, eis que no contrato estão previstos postos para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, asseio, copeiragem, jardinagem e recepção, com o fornecimento de equipamentos, materiais e insumos correspondentes, executados nas dependências das unidades administrativas e judiciárias dos Foros Regionais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral (**Região I**). Inexiste, portanto, qualquer inovação imprevista nos termos originais da contratação.

Ademais, os remanejamentos propostos **não implicarão alteração no valor do contrato** (consoante Informação - 11865104 -SG-SCI-CGCS-DCDE).

III - Diante do exposto, nos termos das Solicitações da Divisão de Serviços de Asseio e Conservação e Divisão de Segurança Patrimonial da Coordenadoria de Serviços Terceirizados da Secretaria de Infraestrutura (11859863 e 11869646), das Informações 11865104 e 11869984-SG-SCI-CGCS-DCDE e do Parecer nº 230/2025 da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário de Contratações Institucionais, com relação ao **Contrato nº 144/2022**, **AUTORIZO**, sem alteração do valor global mensal, o **remanejamento** de 02 (dois) postos de servente, 01 (um) posto de recepcionista e o remanejamento de parte dos materiais, atualmente alocados no Fórum Central, localizado na Avenida Gabriel de Lara, 771, para o Fórum Cível, localizado na Rua Comendador Correia Júnior, nº 662, Comarca de Paranaguá**.**

IV - À **Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário da Secretaria de Contratações Institucionais** para formalização do Termo Aditivo.

V - À **Divisão de Serviços de Asseio e Conservação** e à **Divisão de Segurança Patrimonial da Coordenadoria de Serviços Terceirizados da Secretaria de Infraestrutura** para ciência.

VI - À **Divisão de Contratos com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra da Secretaria de Contratações Institucionais** para notificar a empresa contratada para, após a formalização, providenciar a devida comunicação da seguradora.

VII - Publique-se.

Em 18 de junho de 2025.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO [1]
Secretário de Contratações Institucionais
[1] Conforme **delegação** de atos prevista pelo
Decreto Judiciário 53/2021 -P-GP (art. 9º, I).

Secretaria de Gestão de Pessoas

Departamento da Magistratura

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 318/2025-SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista a decisão do colendo ÓRGÃO ESPECIAL datada de 23 de junho do corrente ano e o contido no Protocolo Digital nº 0033696-77.2025.8.16.6000, resolve

R E M O V E R

por OPÇÃO e pelo critério de ANTIGUIDADE, o Doutor NATHAN KIRCHNER HERBST, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível e Empresarial Regional da Comarca de entrância final de Cascavel, ao cargo de Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da mesma Comarca.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038044

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 319/2025-SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista a decisão do colendo ÓRGÃO ESPECIAL datada de 23 de junho do corrente ano e o contido no Protocolo Digital nº 0040291-92.2025.8.16.6000, resolve

R E M O V E R

por OPÇÃO e pelo critério de MERECIMENTO, o Doutor OSVALDO ALVES DA SILVA, Juiz de Direito Substituto da 2ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final de Cascavel, ao cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível e Empresarial Regional da mesma Comarca.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038062

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 320/2025-SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista a decisão do colendo ÓRGÃO ESPECIAL datada de 23 de junho do corrente ano e o contido no Protocolo Digital nº 0033697-62.2025.8.16.6000, resolve

R E M O V E R

por OPÇÃO e pelo critério de ANTIGUIDADE, o Doutor CEZAR FERRARI, Juiz de Direito do Foro Regional de Mandaguaçu da Comarca de entrância final da Região Metropolitana de Maringá, ao cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal do Foro Regional de Paiçandu da mesma Comarca.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038074

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 321/2025-SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista a decisão do colendo ÓRGÃO ESPECIAL datada de 23 de junho do corrente ano e o contido no Protocolo Digital nº 0024596-98.2025.8.16.6000, resolve

P R O M O V E R

pelo critério de MERECIMENTO, o Doutor NORTON THOME ZARDO, Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de entrância intermediária de Telêmaco Borba, ao cargo de Juiz de Direito Substituto da 18ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final de Apucarana.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038085

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 322/2025-SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista a decisão do colendo ÓRGÃO ESPECIAL datada de 23 de junho do corrente ano e o contido no Protocolo Digital nº 0033689-85.2025.8.16.6000, resolve

R E M O V E R

pelo critério de ANTIGUIDADE, a Doutora JOSIANE PAVELSKI BORGES, Juíza de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de entrância final de Paranavaí, ao cargo de Juíza de Direito Substituta da 6ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final da Região Metropolitana de Maringá.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038091

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 323/2025-SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista a decisão do colendo ÓRGÃO ESPECIAL datada de 23 de junho do corrente ano e o contido no Protocolo Digital nº 0037683-24.2025.8.16.6000, resolve

R E M O V E R

por OPÇÃO e pelo critério de ANTIGUIDADE, a Doutora VIVIANE CRISTINA DIETRICH, Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de entrância intermediária de Castro, ao cargo de Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da mesma Comarca.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038095

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 324/2025-SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista a decisão do colendo ÓRGÃO ESPECIAL datada de 23 de junho do corrente ano e o contido no Protocolo Digital nº 0033700-17.2025.8.16.6000, resolve

N O M E A R

a Doutora LETICIA VIANA BARATO, Juíza Substituta da 64ª Seção Judiciária com sede na Comarca de entrância intermediária de Dois Vizinhos, ao cargo de Juíza de Direito da Comarca de entrância inicial de Catanduvas.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038103

PORTARIA Nº 9628/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0025589-44.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor JEAN RODRIGUES, Juiz Substituto da 65ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Coronel Vivida, para atuar nos autos nº 0000703-12.2015.8.16.0186, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Ampére, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pela Juíza de Direito, Doutora PRISCILA GABRIELY JORGE, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 56ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Realeza.

Curitiba, 18/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037199

PORTARIA Nº 9642/2025 - S.M.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais; e,
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 0043967-48.2025.8.16.6000, resolve:

D E S I G N A R

o Doutor FELIPE COIMBRA BICALHO, Juiz Substituto da 26ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Cornélio Procópio, para atuar nos autos nº 0000275-54.2023.8.16.0055, em trâmite no Juizado Especial Criminal da Comarca de Cambará, tendo em vista o impedimento/suspeição declarado pelo Juiz de Direito, Doutor RAFAEL DA SILVA MELO GLATZL, durante a vacância do cargo de Juiz Substituto da 54ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Andirá.

Curitiba, 18/06/2025.

Desembargadora LIDIA MAEJIMA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037236

PORTARIA Nº 9726/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154081, resolve

R E T I F I C A R

item "II" da Portaria nº 9009/2025 - SM, referente à designação do Doutor MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção

Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para substituir ao Doutor FELIPE FORTE COBO, Juiz de Direito da 1ª Vara Descentralizada da Cidade Industrial do Foro Central da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar a designação dos magistrados abaixo nominados para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara no período indicado, e não como ali figurou:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) LUCAS CAVALCANTI DA SILVA	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	30/06/2025	02/07/2025	03
b) ROSEANA CESCHIN GOMES DO REGO ASSUMPCAO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	03/07/2025	04/07/2025	02

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037664

PORTARIA Nº 9729/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158698, resolve

C O N C E D E R

à Doutora CAMILA COVOLO DE CARVALHO, Juíza de Direito da Vara Criminal do Foro Regional de Ibiporã da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, três (03) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 17 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.
A ausência injustificada da juntada do atestado médico, no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037037

PORTARIA Nº 9730/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159061, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor RICARDO PIOVESAN, Juiz de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de São Mateus do Sul, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do curso "FOFO N1M1 - Formação de Formadores", a partir de 30 de junho de 2025, em Curitiba/PR, sem ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação, no prazo de cinco (05) dias, após a data do afastamento, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CAROLINE BEATRIZ CONSTANTINO	Juíza Substituta da 67ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	30/06/2025	02/07/2025	03

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7036908

PORTARIA Nº 9731/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158706, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor MARCOS ANTONIO DOS SANTOS, Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru, licença para tratamento de saúde no dia 17 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, do CODJ.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037049

PORTARIA Nº 9735/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157351, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor JULIANO BATISTA DOS SANTOS, Juiz de Direito da Comarca de Santa Mariana, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2020, no dia 30 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LETICIA BORGES DA FONSECA FREIRE	Juíza de Direito Substituta da 21ª Seção Judiciária da Comarca de Bandeirantes	30/06/2025	30/06/2025	01

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037282

PORTARIA Nº 9736/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157318, resolve

I - R E T I F I C A R

a Portaria nº 4631/2025-DM, que concedeu à Doutora LARA ALVES OLIVEIRA, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Pitanga, três (03) dias de afastamento, a partir de 16 de junho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, a fim de que nela passe a constar :
a) no item "I", que o afastamento será de dois (02) dias a partir do dia 17 de junho de 2025, e não como ali figurou; e,
b) no item "II", a magistrada abaixo nominada para atender apenas os feitos urgentes da referida Vara durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PATRÍCIA ALEIXO CHIGUEIRA NILO	Juíza Substituta da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba	17/06/2025	18/06/2025	02

I I - T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 7660/2025 - DM, que retificou anteriormente a supracitada Portaria.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037258

PORTARIA Nº 9737/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154095, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor LUCAS MARTINS DE TOLEDO, Juiz de Direito da 2ª Vara Descentralizada da Cidade Industrial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2022, no dia 12 de setembro de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, durante o período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
DÉBORA DE MARCHI MENDES	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	12/09/2025	12/09/2025	01

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037890

PORTARIA Nº 9738/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154088, resolve

R E T I F I C A R

o item "III" da Portaria nº 8641/2025 - SM, que designou o Doutor MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da

Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para substituir a Doutora MANUELA SIMON PEREIRA RATTMANN, Juíza de Direito da 2ª Vara Descentralizada do Pinheirinho do Foro Central da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar a designação da magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes, da referida Vara, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ROSEANA CESCHIN GOMES DO REGO ASSUMPCAO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mrsma Comarca	14/07/2025	24/07/2025	11

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037669

PORTARIA Nº 9740/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154087, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 6817/2025 - DM, referente à designação do Doutor MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para substituir o Doutor LUCAS MARTINS DE TOLEDO, Juiz de Direito da 2ª Vara Descentralizada da Cidade Industrial do Foro Central da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar a designação da magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
DÉBORA DE MARCHI MENDES	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	15/09/2025	03/10/2025	19

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037693

PORTARIA Nº 9741/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154084, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 7898/2025 - DM, referente à designação do Doutor MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para substituir o Doutor GASPAR LUIZ MATTOS DE ARAUJO FILHO, Juiz de Direito da 1ª Vara Descentralizada de Santa Felicidade do Foro Central da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar a designação da magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ROSEANA CESCHIN GOMES DO REGO ASSUMPCAO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	01/08/2025	01/08/2025	01

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037658

PORTARIA Nº 9742/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00154082, resolve

R E T I F I C A R

o item "III" da Portaria nº 7894/2025 - DM, referente à designação do Doutor MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI, Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para substituir o Doutor GASPAR LUIZ MATTOS DE ARAUJO FILHO, Juiz de Direito da 1ª Vara Descentralizada de Santa Felicidade do Foro Central da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar a designação da magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes, da referida Vara, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ROSEANA CESCHIN GOMES DO REGO ASSUMPCAO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	15/07/2025	31/07/2025	17

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037678

PORTARIA Nº 9743/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159342, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 8081/2025-DM, referente à designação da Doutora AMANDA VAZ CORTESI VON BAHTEN, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para substituir à Doutora FABIANA CHRISTINA FERRARI, Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal do Foro Regional de Colombo da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar que a designação da Doutora MARINA LORENA PASQUALOTTO, será para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado, e não como ali figurou:

Doutoras	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) AMANDA VAZ CORTESI VON BAHTEN	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	23/06/2025	24/06/2025	02
b) MARINA LORENA PASQUALOTTO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	25/06/2025	27/06/2025	03

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037261

PORTARIA Nº 9744/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159106, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor GABRIEL RIBEIRO DE SOUZA LIMA, Juiz de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Pitanga, dois (02) dias de licença para tratar de assuntos particulares alusivos a 2024, a partir de 24 de julho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CAMILA FELIX SILVA	Juíza Substituta da 45ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Santo Antônio da Platina	24/07/2025	25/07/2025	02

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037937

PORTARIA Nº 9745/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158979, resolve

I - C O N C E D E R

ao Doutor ANTONIO SERGIO BERNARDINETTI DAVID HERNANDES, Juiz de Direito da Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2017, no dia 18 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CAROLINA GABRIELE SPINARDI PINTO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	18/06/2025	18/06/2025	01

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037916

PORTARIA Nº 9746/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158808, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora LYDIA APARECIDA MARTINS, Juíza de Direito da 2ª Vara Descentralizada de Santa Felicidade do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2025, no dia 25 de julho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da referida Vara, no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
ROSEANA CESCHIN GOMES DO REGO ASSUMPCAO	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	25/07/2025	25/07/2025	01

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037901

PORTARIA Nº 9747/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158724, resolve

I - R E T I F I C A R

o item "III" da Portaria nº 4329/2025 - DM., que designou a Doutora KAMILA PEREIRA MARTINS, à época, Juíza Substituta da 56ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Realeza e o Doutor MARCOS ANTONIO DOS SANTOS, Juiz Substituto da 63ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Peabiru, para substituir o Doutor FELIPE WOLLERTT DE FRANÇA, Juiz de Direito da Comarca de Realeza, a fim de que nele passe a constar o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender aos feitos urgentes da Comarca de Realeza, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FELIPE BUZANELO FERREIRA	Juiz Substituto da 36ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Laranjeiras do Sul	09/06/2025	17/06/2025	09

I I - T O R N A R S E M E F E I T O

o item "I" da Portaria nº 8862/2025 - SM que retificou a supracitada Portaria.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037692

PORTARIA Nº 9748/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158268, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora PAULA PRISCILA CANDEO, Juíza de Direito do Vara Criminal do Foro Regional de Campina Grande do Sul da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir dois (02) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 11/03/2011 a 10/03/2016, a partir do dia 07 de julho de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 08 de julho do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir um (01) dia restante em época oportuna.

I I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
GUILHERME MORAES NIETO	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	07/07/2025	07/07/2025	01

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037227

PORTARIA Nº 9749/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157453, resolve

A U T O R I Z A R

a Doutora LUCIANA ASSAD LUPPI BALLALAI, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir sete (07) dias restantes de férias alusivos ao 1º período de 2024, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 19459/2024 - DM, a partir do dia 12 de janeiro de 2026.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037304

PORTARIA Nº 9750/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157370, resolve

C O N C E D E R

ao Doutor AROLDO HENRIQUE PEGORARO DE ALMEIDA, Juiz de Direito da Comarca de Cândido de Abreu, noventa (90) dias de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 29/11/2019 a 28/11/2024, a serem usufruídos em época oportuna.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037298

PORTARIA Nº 9751/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157352, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora CECILIA LESZCZYNSKI GUETTER, Juíza de Direito da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Palmas, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2025, no dia 08 de agosto de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FELIPE VARGAS COAN	Juiz de Direito Substituto da 40ª Seção Judiciária da mesma Comarca	08/08/2025	08/08/2025	01

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037289

PORTARIA Nº 9752/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160772, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 9500/2025 - SM., que concedeu ao Doutor RAFHAEL WASSERMAN, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Guarapuava, licença para tratamento de saúde em pessoa da família no dia 23 de junho de 2025.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037834

PORTARIA Nº 9753/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160003, resolve

R E T I F I C A R

o item "III" da Portaria nº 1043/2025 - DM., referente à designação da Doutora PAMELA DALLE GRAVE FLORES PAGANINI, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, bem como à designação da Doutora MARIA SILVIA CARTAXO FERNANDES MESQUITA, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da referida Comarca, para substituir à Doutora CARLA MELISSA MARTINS TRIA, Juíza de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Central da citada Comarca, a fim de que nele passe a constar a designação da magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender aos feitos urgentes da mencionada Vara, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARIA SILVIA CARTAXO FERNANDES MESQUITA	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	01/07/2025	10/07/2025	10

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037712

PORTARIA Nº 9754/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160000, resolve

R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 1027/2025 - DM, referente à designação da Doutora PAMELA DALLE GRAVE FLORES PAGANINI, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para substituir a Doutora CARLA MELISSA MARTINS TRIA, Juíza de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Central da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar a designação da magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes, da referida Vara, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARIA SILVIA CARTAXO FERNANDES MESQUITA	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	27/06/2025	27/06/2025	01

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037700

PORTARIA Nº 9755/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159999, resolve

R E T I F I C A R

o item "III" da Portaria nº 1002/2025-DM que designou a Doutora PAMELA DALLE GRAVE FLORES PAGANINI, Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para substituir a Doutora CARLA MELISSA MARTINS TRIA, Juíza de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a fim de que nele passe a constar a designação da magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes, da referida Vara, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARIA SILVIA CARTAXO FERNANDES MESQUITA	Juíza de Direito Substituta da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	23/06/2025	26/06/2025	04

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037815

PORTARIA Nº 9756/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159988, resolve

I - R E T I F I C A R

o item "III" da Portaria nº 7820/2025 - DM que designou as Juízas de Direito Substitutas da 1ª Seção Judiciária da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Doutora JULIANA OLANDOSKI BARBOZA e Doutora PAULA CHEDID MAGALHÃES, para substituírem a Doutora LOUISE NASCIMENTO E SILVA, a fim de que nele passe a constar a designação do magistrado abaixo nominado, para atender integralmente a Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Fazenda Rio Grande da mesma Comarca no período indicado, e não como ali figurou:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO RODERJAN REZENDE	Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública do Foro Regional de Fazenda Rio Grande da mesma Comarca	14/07/2025	28/07/2025	15

I I - T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 8132/2025 - SM que retificou anteriormente a supracitada Portaria.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037787

PORTARIA Nº 9757/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159949, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 2424/2025 - DM, que concedeu ao Doutor ERIC BORTOLETTO FONTES, Juiz Substituto da 55ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Marechal Cândido Rondon, dois (02) dias de afastamento, a partir de 19 de junho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037776

PORTARIA Nº 9758/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159912, resolve

C O N C E D E R

à Doutora JANE DOS SANTOS RAMOS, Juíza de Direito do 5º Juizado Especial da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, três (03) dias de afastamento, a partir de 27 de agosto de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, de acordo com o artigo 75 e seguintes da Resolução nº 186/2017-OE, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037781

PORTARIA Nº 9759/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159697, resolve

I - R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 4213/2025 - DM que designou o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, à época, Juiz Substituto da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba, para substituir o Doutor FREDERICO ALENCAR MONTEIRO BORGES, Juiz de Direito da Vara Criminal da mesma Comarca, a fim de que nele passe a constar a designação da magistrada abaixo nominada, será para atender integralmente a Vara no período indicado, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PATRÍCIA ALEIXO CHIGUEIRA NILO	Juíza Substituta da 48ª Seção Judiciária com sede na mesma Comarca	07/07/2025	11/07/2025	05

I I - T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 4843/2025 - DM que retificou anteriormente a supracitada Portaria.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037744

PORTARIA Nº 9761/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159695, resolve

I - R E T I F I C A R

o item "II" da Portaria nº 4303/2025 - DM, que designou o Doutor PEDRO TOAIARI DE MATTOS ESTERCE, Juiz de Direito de Comarca de Campina da Lagoa, para substituir o Doutor FREDERICO ALENCAR MONTEIRO BORGES, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Telêmaco Borba, a fim de que nele passe a constar a designação da magistrada abaixo nominada para substituí-lo, e não como ali figurou:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PATRÍCIA ALEIXO CHIGUEIRA NILO	Juíza Substituta da 48ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Telêmaco Borba	30/06/2025	04/07/2025	05

I I - T O R N A R S E M E F E I T O

o item "I" da Portaria nº 8621/2025 - SM que retificou anteriormente a supracitada Portaria.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037726

PORTARIA Nº 9767/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158545, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor LEONARDO BECHARA STANCIOLI, Juiz de Direito da 2ª Vara Privativa do Tribunal do Júri do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir quatro (04) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 19/02/2014 a 18/02/2019, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 8182/2025 - DM, a partir do dia 17 de novembro de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 18 de novembro de 2025, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os três (03) dias restantes em época oportuna.

I I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO DE ALCÂNTARA SOARES BICUDO	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	17/11/2025	17/11/2025	01

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038146

PORTARIA Nº 9768/2025- SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158218, resolve

I - C O N C E D E R

à Doutora ALESSANDRA PIMENTEL, Juíza de Direito do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Ponta Grossa, trinta (30) dias de férias alusivas ao 2º período de 2025, a partir do dia 09 de julho de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir de 21 de julho do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os dezoito (18) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038155

PORTARIA Nº 9769/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00157598, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor ALBERTO LUIS MARQUES DOS SANTOS, Juiz de Direito do 3º Juizado Especial Cível e Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, a usufruir um (01) dia restante de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 22/12/2009 a 21/12/2014, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2024.0013217, no dia 26 de junho de 2025, com sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038154

PORTARIA Nº 9770/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158546, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor LEONARDO BECHARA STANCIOLI, Juiz de Direito da 2ª Vara Privativa do Tribunal do Júri do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir três (03) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 19/02/2014 a 18/02/2019, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2025.00158545, a partir do dia 24 de novembro de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 25 de novembro de 2025, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir os dois (02) dias restantes em época oportuna.

I I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO DE ALCÂNTARA SOARES BICUDO	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	24/11/2025	24/11/2025	01

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038151

PORTARIA Nº 9772/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158559, resolve

C O N C E D E R

à Doutora LEONOR BISOLO CONSTANTINOPOLOS SEVERO, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de União da Vitória, noventa (90) dias de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 18/10/2019 a 17/10/2024, a serem usufruídos em época oportuna.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038157

PORTARIA Nº 9773/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158806, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora LYDIA APARECIDA MARTINS, Juíza de Direito da 2ª Vara Descentralizada de Santa Felicidade do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir quatro (04) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2025, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 5730/2025-DM, a partir do dia 21 de julho de 2025.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	21/07/2025	24/07/2025	04

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038166

PORTARIA Nº 9774/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159000, resolve

I - A U T O R I Z A R

a Doutora MARCELLA DE LOURDES DE OLIVEIRA RIBEIRO, Juíza de Direito da Vara Criminal, Família e Sucessões, Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Ibaiti, a usufruir dez (10) dias restantes de férias alusivos ao 1º período de 2025, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2025.00049532, a partir do dia 26 de julho de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

as supracitadas férias, a partir do dia 01 de agosto de 2025, ficando-lhe assegurado o direito de posteriormente usufruir os quatro (04) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizados, nos termos do que assegura o artigo 1º,

letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal, tendo em vista que a demanda processual em trâmite nas Comarcas tem se mostrado cada vez mais acentuada, sem que se consiga nomear e/ou designar magistrados em número suficiente para dar atendimento ao jurisdicionado, considero não ser possível a continuidade da fruição do direito de férias sem que não se vislumbre prejuízo à prestação jurisdicional, o que justifica a interrupção por absoluta necessidade do serviço público.

I I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para, sem prejuízo das demais atribuições, atender os feitos urgentes da mencionada Vara no período indicado:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
CAROLINE GAZZOLA SUBTIL DE OLIVEIRA	Juíza Substituta da 31ª Seção Judiciária da mesma Comarca	26/07/2025	31/07/2025	06

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038164

PORTARIA Nº 9775/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159029, resolve

A U T O R I Z A R

o Doutor SERGIO AZIZ NEME, Juiz de Direito do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública do Foro Regional de Ibiporã da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, a usufruir dois (02) dias restantes de férias alusivos ao 1º período de 2025, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2025.00038805, a partir do dia 25 de setembro de 2025, com a sua substituição na forma do Decreto Judiciário nº 001/2013-OE.

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038167

PORTARIA Nº 9776/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159023, resolve

I - A U T O R I Z A R

o Doutor LEONARDO BECHARA STANCIOLI, Juiz de Direito da 2ª Vara Privativa do Tribunal do Júri do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a usufruir dois (02) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 19/02/2014 a 18/02/2019, assegurados pelo Procedimento Administrativo nº 2025.00158546, a partir do dia 25 de novembro de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

por necessidade do serviço, a supracitada licença, a partir do dia 26 de novembro do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir um (01) dia restante em época oportuna.

I I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
PEDRO DE ALCÂNTARA SOARES BICUDO	Juiz de Direito Substituto da 1ª Seção Judiciária da mesma Comarca	25/11/2025	25/11/2025	01

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038170

PORTARIA Nº 9777/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00160182, resolve

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 9394/2025 - SM, que designou a Doutora SANDRA REGINA BITTENCOURT SIMÕES, Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau, para substituir o Desembargador LUIS CESAR DE PAULA ESPINDOLA junto à 12ª Câmara Cível deste Tribunal, no período de 16/06/2025 a 29/06/2025.

Curitiba, 23 de Junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037741

PORTARIA Nº 9778/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159969, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador VICTOR MARTIM BATSCHKE, membro da 7ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a usufruir cinco (05) dias restantes de licença especial, referente ao período ininterrupto compreendido entre 27/08/2007 a 26/08/2012, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 5895/2025-DM, a partir do dia 09 de setembro de 2025.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
EDUARDO LINO BUENO FAGUNDES JÚNIOR	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	09/09/2025	13/09/2025	05

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038144

PORTARIA Nº 9779/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159963, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA, membro da 1ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, a afastar-se três (03) dias de suas funções jurisdicionais, para participar do evento "Conexão ENCORAJ", a partir de 25 de junho de 2025, em Jacarezinho/PR, com ônus para o Poder Judiciário.

I I - D E S I G N A R

o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
BENJAMIM ACÁCIO DE MOURA E COSTA	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	25/06/2025	27/06/2025	03

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038143

PORTARIA Nº 9780/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159948, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, à Desembargadora IVANISE MARIA TRATZ MARTINS, integrante da 12ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, trinta (30) dias de férias alusivas ao 2º período de 2025, a partir do dia 21 de julho de 2025.

I I - I N T E R R O M P E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, as supracitadas férias, a partir de 22 de julho do corrente ano, ficando-lhe assegurado o direito de usufruir vinte e nove (29) dias restantes em época oportuna, ou tê-los indenizado, nos termos do que assegura o artigo 1º, letra "f", da Resolução nº 133 do CNJ, de 21 de junho de 2011, combinado com a Resolução nº 74/2012, de 26 de novembro de 2012, do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando a notória elevação do número de processos distribuídos e em trâmite peraqnte os Órgãos Julgadores deste Tribunal de Justiça aliado à difícil tarefa de nomeação/designação de magistrados em número suficiente para dar atendimento a tal demanda, considero não ser possível a continuidade da fruição do seu direito de férias, ante a absoluta necessidade de retorno à função judicante. Esta decisão visa a ideal prestação jurisdicional e preza por uma distribuição de carga de trabalho justa e aceitável a todos os colegas.

I I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FERNANDA KARAM DE CHUEIRI SANCHES	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	21/07/2025	21/07/2025	01

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038120

PORTARIA Nº 9781/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159942, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, a Desembargadora IVANISE MARIA TRATZ MARTINS, integrante da 12ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a usufruir dois (02) dias restantes de férias alusivos ao 2º período de 2021, assegurados pelo item "II" da Portaria nº 8489/2025 - SM, a partir do dia 28 de agosto de 2025.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-la durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FERNANDA KARAM DE CHUEIRI SANCHES	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	28/08/2025	29/08/2025	02

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038139

PORTARIA Nº 9782/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159793, resolve

I - A U T O R I Z A R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, o Desembargador SÉRGIO LUIZ KREUZ, membro da 12ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, a afastar-se de suas funções jurisdicionais no dia 24 de junho de 2025, para participar da visita institucional ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília/DF, com ônus para o Poder Judiciário.
A ausência injustificada da juntada do comprovante de participação no prazo de cinco (05) dias, após a publicação desta Portaria, acarretará a revogação deste ato.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
FERNANDA KARAM DE CHUEIRI SANCHES	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	24/06/2025	24/06/2025	01

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038132

PORTARIA Nº 9783/2025- SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159663, resolve

R E T I F I C A R

a Portaria nº 3462/2025 - DM, que concedeu ao Desembargador ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA, membro da 1ª Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, afastamento a partir de 23 de junho de 2025, em razão de compensação pelo trabalho desenvolvido em Plantão Judiciário, a fim de que nela passe a constar:
a) no item "I", "ad referendum" do colendo Órgão Especial, que o afastamento será de dois (02) dias, e não como ali figurou;
b) no item "II", o magistrado abaixo nominado para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutor	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
SERGIO LUIZ PATITUCCI	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	23/06/2025	24/06/2025	02

Curitiba, 18 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037278

PORTARIA Nº 9784/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00159189, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador LUIZ TARO OYAMA, membro da 4ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, licença para tratar de assuntos particulares alusiva a 2023, no dia 29 de julho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso VII, do CODJ.

I I - D E S I G N A R

a magistrada abaixo nominada para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutora	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
LUCIANI DE LOURDES TESSEROLI MARONEZI	Juíza de Direito Substituta em Segundo Grau	29/07/2025	29/07/2025	01

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037887

PORTARIA Nº 9785/2025 - SM

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado nº 2025.00158888, resolve

I - C O N C E D E R

"ad referendum" do colendo Órgão Especial, ao Desembargador FRANCISCO LUIZ MACEDO JUNIOR, membro da 7ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 17 de junho de 2025, de acordo com o artigo 89, inciso I, combinado com o artigo 90, § 1º do CODJ.

I I - D E S I G N A R

os magistrados abaixo nominados para substituí-lo durante o período de seu afastamento:

Doutores	Cargo	Início do Período	Fim do Período	Total de dias
a) EDUARDO LINO BUENO FAGUNDES JÚNIOR	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	17/06/2025	13/07/2025	27
b) JEFFERSON ALBERTO JOHNSSON	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	14/07/2025	18/07/2025	05
c) EDUARDO LINO BUENO FAGUNDES JÚNIOR	Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	19/07/2025	15/08/2025	28

Curitiba, 23 de junho de 2025.

Desembargadora **LIDIA MAEJIMA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038066

Processos do Órgão Especial

Processos do Conselho da Magistratura

Pauta de Julgamento do dia 11/07/2025 13:30
Sessão ordinária - Conselho da Magistratura
Relação No. 2025.00020 de Publicação - Projudi

Pauta de Julgamento da sessão ordinária da Conselho da Magistratura a realizar-se em 11/07/2025 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes. Sessão a ser realizada por videoconferência pela plataforma oficial fornecida pelo Conselho Nacional de Justiça, Cisco Webex Meetings, com acompanhamento pelo canal TJPR - Sessões no YouTube (https://www.youtube.com/channel/UCK-nMIsIrteS6OI5AZF5RTg/featured)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
Ana Flavia Hadas - 114866N-PR	0006	0000002-18.2025.8.16.7100
	0008	0000003-03.2025.8.16.7100
	0009	0000004-85.2025.8.16.7100
José Ribeiro - 28744N-PR	0007	0000063-78.2025.8.16.0179
Renato Alberto Nielsen Kanayama - 6255N-PR	0006	0000002-18.2025.8.16.7100
	0008	0000003-03.2025.8.16.7100
	0009	0000004-85.2025.8.16.7100
Ricardo Alberto Kanayama - 56416N-PR	0006	0000002-18.2025.8.16.7100
	0008	0000003-03.2025.8.16.7100
	0009	0000004-85.2025.8.16.7100
Rodrigo Luis Kanayama - 32996N-PR	0006	0000002-18.2025.8.16.7100
	0008	0000003-03.2025.8.16.7100
	0009	0000004-85.2025.8.16.7100

0001 0012549-36.2024.8.16.7000 - Processo Administrativo
Comarca: Curitiba.
Vara: Corregedoria-Geral da Justiça - Processo Administrativo - Divisão de Gestão dos Assentamentos do Foro Extrajudicial.
Ação Originária: 0012549-36.2024.8.16.7000 - Processo Administrativo.
Requerente: Corregedoria-geral da Justiça - Processo Administrativo.
Interessado: Danielle Bortoloto da Silva.
Relator: Desembargadora Ana Lúcia Lourenço - Corregedora da Justiça.

0002 0002103-37.2025.8.16.7000 - Recurso Administrativo
Comarca: Curitiba.
Vara: Corregedoria-Geral da Justiça - Processo Administrativo - Divisão de Gestão dos Assentamentos do Foro Extrajudicial.
Ação Originária: 0002103-37.2025.8.16.7000 - Processo Administrativo.
Recorrente: C.d.J.-.P.A..
Interessado: M.E.S.A.P..
Relator: Desembargadora Ana Lúcia Lourenço - Corregedora da Justiça.

0003 0002186-53.2025.8.16.7000 - Recurso Administrativo
Comarca: Curitiba.
Vara: Corregedoria-Geral da Justiça - Processo Administrativo - Divisão de Gestão dos Assentamentos do Foro Extrajudicial.
Ação Originária: 0002186-53.2025.8.16.7000 - Processo Administrativo.
Recorrente: C.d.J.-.P.A..
Interessado: A.P.E..
Relator: Desembargadora Ana Lúcia Lourenço - Corregedora da Justiça.

0004 0002201-22.2025.8.16.7000 - Recurso Administrativo
Comarca: Curitiba.
Vara: Corregedoria-Geral da Justiça - Processo Administrativo - Divisão de Gestão dos Assentamentos do Foro Extrajudicial.
Ação Originária: 0002201-22.2025.8.16.7000 - Processo Administrativo.
Recorrente: C.d.J.-.P.A..
Recorrido: M.E.S.A.P..
Interessado: C.d.J.-.P.A..
Relator: Desembargadora Ana Lúcia Lourenço - Corregedora da Justiça.

0005 0002202-07.2025.8.16.7000 - Recurso Administrativo
Comarca: Curitiba.
Vara: Corregedoria-Geral da Justiça - Processo Administrativo - Divisão de Gestão dos Assentamentos do Foro Extrajudicial.
Ação Originária: 0002202-07.2025.8.16.7000 - Processo Administrativo.
Recorrente: C.d.J.-.P.A..
Interessado: M.E.S.A.P..
Relator: Desembargadora Ana Lúcia Lourenço - Corregedora da Justiça.

0006 0000002-18.2025.8.16.7100 - Processo Administrativo
Comarca: Ponta Grossa.
Vara: 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E ANEXOS DE PONTA GROSSA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.
Ação Originária: 0033789-09.2023.8.16.0019 - Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor.
Requerente: 1.V.d.F.e.S.e.A.d.P.G.-.P.A..
Requerido: A.d.Q.N..
Advogado: Ana Flavia Hadas - 114866N-PR, Renato Alberto Nielsen Kanayama - 6255N-PR, Ricardo Alberto Kanayama - 56416N-PR, Rodrigo Luis Kanayama - 32996N-PR.
Relator: Desembargadora Ângela Maria Machado Costa.

0007 0000063-78.2025.8.16.0179 - Recurso Administrativo
Comarca: Curitiba.
Vara: VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL DE CURITIBA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.
Ação Originária: 0000063-78.2025.8.16.0179 - Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor.
Recorrente: I.C.J..
Advogado: José Ribeiro - 28744N-PR.
Relator: Desembargadora Ângela Maria Machado Costa.

0008 0000003-03.2025.8.16.7100 - Processo Administrativo
Comarca: Ponta Grossa.
Vara: 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E ANEXOS DE PONTA GROSSA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.
Ação Originária: 0033783-02.2023.8.16.0019 - Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor.
Requerente: 1.V.d.F.e.S.e.A.d.P.G.-.P.A..
Requerido: A.d.Q.N..
Advogado: Ana Flavia Hadas - 114866N-PR, Renato Alberto Nielsen Kanayama - 6255N-PR, Ricardo Alberto Kanayama - 56416N-PR, Rodrigo Luis Kanayama - 32996N-PR.
Relator: Desembargadora Ângela Maria Machado Costa.

0009 0000004-85.2025.8.16.7100 - Processo Administrativo
Comarca: Ponta Grossa.
Vara: 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E ANEXOS DE PONTA GROSSA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.
Ação Originária: 0033787-39.2023.8.16.0019 - Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor.
Requerente: 1.V.d.F.e.S.e.A.d.P.G.-.P.A..
Requerido: A.d.Q.N..
Advogado: Ana Flavia Hadas - 114866N-PR, Renato Alberto Nielsen Kanayama - 6255N-PR, Ricardo Alberto Kanayama - 56416N-PR, Rodrigo Luis Kanayama - 32996N-PR.
Relator: Desembargadora Ângela Maria Machado Costa.

Departamento de Engenharia e Arquitetura

Departamento de Gestão de Precatórios

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA
EM 2º GRAU SANDRA BAUERMANN

EDITAL N° 2753/2025
SEI!TJPR N° 0034114-15.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 03/07/2025
HORÁRIO: das 09h00min às 12h00min
LOCAL: Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), Auditório do 2º andar
ENDEREÇO: Rua Ernâni Santiago de Oliveira, nº 87, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-130

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3252864-5	ALEXIA SENA BASSOTTO
3252389-8	ALINE GONÇALVES
3251626-9	AMANDA GATTO MALHADAS
3251563-7	ANA JÚLIA MACHUCHEK MABA
3251440-0	ANDREI SANSON PEREIRA DE MORAIS
3251929-2	ANNA CAROLINA SERAFIM CANDIDO DE OLIVEIRA DOS PASSOS
3251114-9	ANTONIO RIBEIRO DE MACEDO JUNIOR
3252049-1	BRUNA MARIA MAZZEO
3251530-6	CARLOS EDUARDO MIRANDA OLIVEIRA
3251150-9	CAROLINE MEL HOSCHER
3251148-2	CASSIANO VITOR ALVES GONDRO
3251573-2	CLAUDIA JÉSSICA CARNAIBA BUFALO
3251827-5	DIOVANA MARIA DA SILVA
3251016-6	EDINA CLAUDIA CLEMENTE
3251849-4	EMANUEL JOSÉ FERREIRA
3252861-3	EMILY MEIRA
3252819-9	ERICK LEONARDO LOPES
3251969-6	FABIANA APARECIDA MARTINS
3251251-5	FELIPE LUGUES
3251185-8	GABRIELA QUADROS DE LIMA E SILVA
3251216-3	GABRIELLY LANGER STUMM
3252480-4	GIULIA LAIS SOUSA FERREIRA
3251296-9	GIULLIA ROMANO OLTMANN
3252429-0	GREGORY KARPENKO JUNIOR
3251032-9	HAYLA ELIZA LOPES BORDALLO QUEIROZ
3252582-8	HELENA OLIVEIRA ZEMKE
3252310-1	ISABEL RECK
3251876-9	ISABELA DEL SECCHI PUTRICHE
3251386-0	ISABELA GOULART MEDEIROS
3252539-3	JANAINA STRESSER DE MEIRA
3251263-9	JOÃO PAULO DA CUNHA MENDES
3252161-7	JULIANA BIANCHI ALVES DA SILVA
3251254-3	JULIANA DE SOUZA RODRIGUES
3251337-4	JULLY CRISTINE OLIVEIRA DA SILVA
3251580-7	JULYA NAARA MAYER WISNIEWSKI
3251912-2	KAMILLA RODRIGUES DA SILVA
3252610-5	KIMBERLY TUDISCO HORTOLAN
3251312-3	KRISTIANE FALCOVSKI VIEIRA
3251048-3	LAIS PINTO SIQUEIRA
3251956-8	LAVÍNIA ARTHUR BORCATH
3251220-5	LUANA MARQUES OLEKSSEI
3251186-2	MAYARA DE CARLI MASSA
3251133-7	NATALIA TOUZDJIANN MOREIRA
3251173-9	OTAVIO DANIEL ANDRADE DE JESUS
3251374-4	PAOLA PETTER FIOROTTO
3251960-8	RAFAELA DE OLIVEIRA DE ALMEIDA
3251984-0	RAFAELA DE PAULA PRADO
3251764-6	REBECA SUELEN DE LIMA
3251050-5	RHAYANE BORGES BLUM
3252463-4	RITHELLY FAMELA SILVA FERREIRA SOARES
3251398-9	SUELLEN ALBANO BRESSAN
3251589-5	TAHNEE FERREIRA SANTOS FARIAS
3251146-9	VANESSA MANENTE
3251498-1	VICTOR DE LEON BARBOSA
3251442-8	VITORIA CAROLINA CONSTANTINO

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DA JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA CAROLINA FONTES VIEIRA, DA 1ª SEÇÃO JUDICIÁRIA COM SEDE NO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 2754/2025
SEI!TJPR N° 0032691-20.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 03/07/2025
HORÁRIO: das 14h00min às 18h00min
LOCAL:Fórum Cível I do Foro Central de Curitiba, 2º andar
ENDEREÇO: Avenida Cândido de Abreu, nº 535, Centro, Curitiba-PR, CEP 80.530-906

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3250813-0	ANA DAS GRAÇAS MACEDO DE SOUZA
3252253-1	BIANCA FREITAS GONÇALVES MARTINS
3250043-7	BIANCA NUNES CHAXIM
3250305-9	CLAUDINEIA DO PERPETUO SOCORRO CADENA
3250111-6	EMANUEL JOSÉ FERREIRA
3249329-2	GABRIEL MORO GABARDO
3249406-4	GABRIELA CAMPOS SELBMANN
3249719-9	GEOVANA DE SOUZA FERREIRA
3251911-4	JOÃO PEDRO MARTINS DA SILVA FERREIRA
3249342-1	JOÃO VICTOR DO VALLE CEZAR OLIVEIRA
3251691-3	KELEEN CAUANE MACIEL FREITAS
3250657-6	LAISLA DE OLIVEIRA
3249957-9	LUCCA SANT ANNA ASSEF
3249429-6	LUIZ HENRIQUE NUNES
3249967-6	MAELI FERNANDES DOS SANTOS DE MORAES
3250255-0	MATHEUS KAUAN SANTOS
3250125-1	MURILLO RIBEIRO PRZYSIADA
3250328-2	PAULA DA COSTA RICARDO SCHIER
3249395-7	PIETRA CAMARGO COELHO

3249908-1	SOPHIA GUIMARAES DE SA RIBEIRO CESCONETTO
3251405-6	VICTORIA DE SOUZA GONÇALVES
3251039-3	VITOR PRIETO GRESKIV

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DO JUÍZO ÚNICO DE JOAQUIM TÁVORA

EDITAL N° 2755/2025
SEI!TJPR N° 0036296-71.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 30/06/2025
HORÁRIO: das 13h00min às 16h00min
LOCAL:Fórum da Comarca de Joaquim Távora
ENDEREÇO: Praça Padre João Muller, nº 226, Centro, Joaquim Távora-PR, CEP 86.455-000

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3248877-2	ANA VICTÓRIA COUTINHO LUZ
3250168-7	LUIZ ANTONIO DALDEGAN MARCOS
3248467-6	LUIZ HENRIQUE DALDEGAN MARCOS

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DE GUARAPUAVA

EDITAL N° 2756/2025
SEI!TJPR N° 0038828-18.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 02/07/2025
HORÁRIO: das 09h00min às 12h00min
LOCAL:Fórum da Comarca de Guarapuava
ENDEREÇO: Avenida Manoel Ribas, nº 500, Santana, Guarapuava-PR, CEP 85.070-180

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3251132-8	ADRIEL ALAMINI
3253424-9	GABRIELLY SEMCZYSZYN VINHARSKI
3251433-0	HENRIQUE DE MEIRA
3252292-8	JOÃO DAVI MASSAROLI CHACÓN

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE ORTIGUEIRA

EDITAL N° 2731/2025
SEI!TJPR N° 0025459-54.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3221774-1	JOÃO LUCAS ROSA DOS SANTOS	7,00

Curitiba, 23 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 2729/2025
SEI!TJPR N° 0028473-46.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3236486-0	ANNA CAROLINA ANDRADE BARA	10,00

2	3231951-4	MARIA EDUARDA CARVALHO SILVA	8,00
3	3234018-0	AMANDA GATTO MALHADAS	7,95

Curitiba, 23 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDITAL N° 2727/2025
SEI!TJPR N° 0034318-59.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3244890-8	SABRYNA CASTRO MOURA	7,00

Curitiba, 23 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE CENTENÁRIO DO SUL

EDITAL N° 2716/2025
SEI!TJPR N° 0023737-82.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESERVA
1	3222108-8	GUSTAVO HENRIQUE LEAL	9,75	
2	3216000-9	CÍNTIA ALVES MOREIRA	9,00	2.1.1
3	3218483-0	ISADORA DE OLIVEIRA ORTELAN	7,50	2.1.1
4	3219839-1	LUIS ANTONIO ALVES PEREIRA	8,10	
5	3216189-4	YASMIM SATURNINO DI MANNO	8,00	

Curitiba, 23 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND

EDITAL N° 2717/2025
SEI!TJPR N° 0026118-63.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3240257-6	AMANDA GUIDETTI MALAGUTTI	8,45
2	3240004-4	GABRIEL DE OLIVEIRA	8,35
3	3242850-5	MARIA LETICIA FIGUEIRA BRANCO	8,25
4	3240044-2	EDUARDA MEOTTI	8,20

Curitiba, 23 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DE PALMAS

EDITAL N° 2718/2025
SEI!TJPR N° 0031339-27.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3237802-1	EMILY SABRINA DA SILVA	9,40
2	3237422-7	ALINE SANTOS	9,25
3	3239839-7	EMI THERLY RIBAS DOS SANTOS	8,50

4	3235353-2	JULIA GÓIS	8,00

Curitiba, 23 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM 2º GRAU RAFAEL VIEIRA DE VASCONCELLOS PEDROSO

EDITAL N° 2720/2025
SEI!TJPR N° 0032940-68.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3242997-6	ANTONIO GABRIEL GALAN	9,35
2	3241701-1	MARIANA BARROS DE SOUZA	8,50
3	3240068-9	ALICE GABRIELLE PEREIRA ALVES PINTO OTTO ZANINELLI	7,75
4	3241753-4	VICTOR DE LEON BARBOSA	7,30
5	3242079-5	FELIPE MACEMIUK MARQUES DIAS	6,50

Curitiba, 23 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL N° 2725/2025
SEI!TJPR N° 0026504-93.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESERVA
1	3231664-2	ANA PAULA MENDES	9,50	
2	3232100-1	IZABELLA FERREIRA TEIXEIRA	9,37	
3	3231245-9	LETICIA FERRAZ DA COSTA	8,50	2.1.1
4	3234819-4	JULIA ROCHA ABRANCHES	9,37	
5	3231224-5	MARIA VITORIA NERI	9,25	

Curitiba, 23 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE NOVA AURORA

EDITAL N° 2726/2025
SEI!TJPR N° 0027028-90.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3232569-9	GABRIELLY PASCOATO MENDES	10,00
2	3231546-1	JÚLIA ESTELA LEVORATO DE SOUZA	9,75
3	3232000-0	SAMYRA MACIEL BRAGA	8,50
4	3233735-6	CAROLINY OLIVEIRA ESSER	8,00
5	3236811-3	LUCAS BRAGA ALVES DE LIMA	7,50
6	3232673-5	AGATHA CAMILA DOS SANTOS	7,00

Curitiba, 23 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE JANDAIA DO SUL

EDITAL N° 2732/2025

SEI!TJPR N° 0024704-30.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	3223126-1	ISADORA PEDRACI FAVARO	8,90
2	3227528-7	VANDERSON JOSE BENTO	8,10

Curitiba, 23 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DO FORO REGIONAL DE CAMBÉ
DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

EDITAL N° 2523/2025 (republicação por incorreção)
SEI!TJPR N° 0030222-98.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 09/07/2025
HORÁRIO: das 14h00min às 18h00min
LOCAL: Tribunal do Júri do Fórum do Foro Regional de Cambé
ENDEREÇO: Avenida Roberto Conceição, nº 532, Jardim São José, Cambé-PR, CEP 86.192-550

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3238724-8	AMANDA CAROLINE INACIO SANTOS
3230373-0	AMANDA VITORIA RODRIGUES
3231741-4	ANA CARLA MACEDO RAMOS
3232746-3	ANA CAROLINE DELMENICO SILVA
3239822-3	ANA KAROLINE PEIXOTO
3237057-4	BARBARA DA SILVA TAVARES
3239956-8	BEATRIZ PAJOLLA
3231543-5	BEATRIZ DE LIMA COSTA
3230502-3	BEATRIZ FEDEO DE OLIVEIRA
3239955-2	BEATRIZ PAJOLLA
3231401-7	CAMILA VASCONCELOS CHAVES
3231117-6	CAROLINE TIMÓTEO DE OLIVEIRA CAETANO
3239139-2	CÁSSIA JAMINE DO ESPÍRITO SANTO
3236469-7	CESAR AUGUSTO DE ANDRADE
3230285-7	DIOGO CARVALHO BRASIL CAMARGO
3231129-4	DRIELY LETICIA NISHI
3237799-6	EDUARDA RIBEIRO BROTTI
3235138-7	ELOISA CAROLINE VIEIRA DA SILVA AMARAL
3232931-3	ENZO PARPINELLI BROSSO
3232256-9	ESTER GEOVANA SERAFIM SAMPAIO
3231452-5	FELIPE ABRAÃO REVERSSO
3230341-8	FILIPE LORENZO CARNELÓS RIBEIRO DE CASTRO
3234622-0	GABRIELA FERREIRA SILVA
3242193-2	GABRIELA JANGARELLI ABEL
3230648-4	GABRIELLI MARIA KLEIN
3240417-6	GEOVANA GABRIELLA DOS SANTOS
3236546-8	GRAZIELE DE JESUS PESTANA
3238651-2	GREGORIO SAADJIAN MONTEIRO
3230333-2	IDELMO JUNIOR DE ALMEIDA SILVA
3241756-8	ISABELLA DE FARIA LENHARO
3241801-8	ISABELLE CAROLINE COSSIN
3231064-7	JESSICA TAYNA SOUZA NORBERTO
3230891-5	JOAO VITOR BASSO LOPES
3231725-5	JOSE BERNARDO COSTA NETO
3230425-7	JULIA POLICARPO SOLCIA
3231484-8	KEILA FERNANDA RAMOS PEREIRA
3233720-0	LAÍS VIEIRA PNHEIRO DE CASTRO
3241975-6	LAURA PAGOTTO
3238255-1	LEONARDO BRAGA PACAGNAN
3232994-9	LETICIA MARIA PEREIRA SIQUEIRA
3230320-6	LÍVIA APRÍGIO DOS SANTOS
3236836-4	LUAN CASOTTI PERES
3232626-2	LUANA JÚLIA ALENCAR CORRÊA
3240312-8	LUANA MARIANI JORGE
3230907-1	LUCAS NUNES DOS SANTOS
3233023-9	LUIS GUSTAVO DE GÊNOVA CHICÓRIA
3238770-8	LUÍS HENRIQUE FORISTIERI ZANONI
3230971-2	MARIA EDUARDA RINALDI LEITE
3230329-9	MARIANA BARROS DE SOUZA
3234458-9	MARIANA DE FRANÇA ARJONA
3231355-2	MATHEUS HENRIQUE RIBEIRO DIAS VEIGA DE MORAES
3230710-0	MATHEUS HORCHULHAK
3234699-8	MAYARA CRISTINA DUCATTI
3234260-3	NAIANI RAQUEL DE OLIVEIRA MARQUES MATCHULA
3230482-7	NARAYCA CAROLINA DOS SANTOS
3233841-6	NATHÁLIA FREITAS GASPAR
3234034-1	NATHALIA PAIVA ORPHANIDES
3232631-7	NAYARA DE SOUZA FREITAS
3230495-5	PRISCILA DE SOUZA
3233061-4	RAFAELA FERNANDES RANIEL
3230506-8	REBECA DO CARMO LUSTRI
3233213-5	REDICIARA SALETE BRANCA MANTOVANI DE AZEVEDO
3232939-7	RODRIGO YUGO SONOMURA YAMAMOTO
3240072-0	SAWARA GONÇALVES SANTOS
3237419-7	SHADYA COSTA HABASH
3230844-6	STÉFANY QUEIROZ OLIVEIRA
3233937-1	STÉPHANY SANTANA DE OLIVEIRA
3230454-5	TAINÁ CRISTINA DE SOUZA EURINIDIO
3238432-5	TAÍS HELENA CARLOS CHAVES
3240055-5	THAINÁ DOS SANTOS POIATO
3237231-6	THAISA YUMI SHIIBA
3237187-8	VINICIUS FONTINI

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PRORROGAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
UNIDADE DE CEJUSC DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EDITAL N° 2746/2025
SEI!TJPR N° 0110325-29.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna pública a prorrogação do procedimento seletivo de estudantes, mediante condições das disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE GUAÍRA

EDITAL N° 2747/2025
SEI!TJPR N° 0082199-66.2024.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de retificação de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
No Edital de Abertura passa a constar, e não como constou, o seguinte item:
4.3.1. As inscrições serão reabertas e ficarão disponíveis por mais 5 (cinco) dias na página do processo seletivo, de 03/07/2025 a 07/07/2025.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE EDITAL DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DO FORO REGIONAL DE SARANDI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EDITAL N° 2748/2025
SEI!TJPR N° 0034004-16.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de retificação de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
No Edital de Abertura passa a constar, e não como constou, o seguinte item:
4.3.1. As inscrições serão reabertas e ficarão disponíveis por mais 5 (cinco) dias na página do processo seletivo, de 03/07/2025 a 07/07/2025.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO DESEMBARGADOR LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN

EDITAL N° 2263/2025
SEI!TJPR N° 0033732-22.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. AS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes, bacharéis em Direito, cursando nível superior de pós-graduação em Direito.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 5 (cinco) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de pós-graduação terá carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3.O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de pós-graduação será de R$ 3.198,21 (três mil cento e noventa e oito reais e vinte e um centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
3.6. Em casos excepcionais de licença à funcionária gestante, o Tribunal de Justiça poderá celebrar termo de compromisso cuja vigência será de 180 (cento e oitenta) dias não prorrogáveis.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 5 (cinco) pontos cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 5 (cinco) melhores classificados.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, será utilizado critério de desempate (data de nascimento).

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 5 (cinco) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.

7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.

7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:

8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);

8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;

8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;

8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;

8.1.6.diploma do curso superior (frente e verso) ou Certificado de conclusão do curso acompanhado do histórico escolar;

8.1.7. licenciamento do Órgão de Classe ou pedido protocolizado na OAB (formados em direito);

8.1.8. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;

8.1.9. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;

8.1.10 a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;

8.1.11. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.

9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.

9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.

9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.

9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.

9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.

9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.

9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.

9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.

9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:

9.7.1. documento de Registro Geral (RG);

9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;

9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;

9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;

9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de

direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
11. DA DESCLASSIFICAÇÃO
11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.1.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Direito Constitucional.
Direito Administrativo.
Direito Civil.
Direito Processual Civil.
Direito Bancário.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE TOLEDO

EDITAL N° 2633/2025
SEI!TJPR N° 0042599-04.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Serviço Social, cursando do 5º (quinto) ao 6º (sexto) semestre no ato da admissão.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 6 (seis) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).
2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
3. DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 7 (sete) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 15 (quinze) questões objetivas avaliadas em 0,5 (zero vírgula cinco) ponto cada e 1 (uma) questão discursiva avaliada em 2,5 (dois vírgula cinco) pontos.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 02h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 6 (seis) melhores classificados.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, será utilizado critério de desempate (data de nascimento).
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 6 (seis) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em

razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.
10. DAS VEDAÇÕES
10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
11. DA DESCLASSIFICAÇÃO
11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Análise de conjuntura; Serviço Social: conhecimentos gerais da profissão; Serviço Social e formação profissional; A dimensão política da prática profissional; Pesquisa em Serviço Social. Metodologia do Serviço Social; Desafios do Serviço Social na contemporaneidade; Atuação do Serviço Social na administração de políticas sociais; Planejamento. Estratégico. Participativo; Serviço Social e interdisciplinaridade. Fenômeno grupal; Ética Profissional; Sistema Único da Assistência Social; Estatuto da Criança e do adolescente (Lei n.º 8.069/90); Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº. 8.742/93).

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA DE SUCESSÕES, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORRGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

EDITAL N° 2704/2025
SEI!TJPR N° 0041766-83.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 5º (quinto) ao 6º (sexto) semestre no ato da admissão.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 20 (vinte) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).
2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
3. DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3.O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4.O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 10 (dez) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
5. DAS PROVAS
5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 15 (quinze) questões objetivas avaliadas em 0,5 (zero vírgula cinco) ponto cada e 1 (uma) questão discursiva avaliada em 2,5 (dois vírgula cinco) pontos.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 02h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).
6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 20 (vinte) melhores classificados.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.
7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 20 (vinte) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.
8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO
8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.
9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
As questões irão abranger conhecimentos jurídicos preponderantes nas seguintes áreas:
Direito Constitucional.
Direito Processual Civil.
Direito Civil, em especial a parte de Sucessões e Direito de Família.
Código de Normas do Foro Judicial e do Foro Extrajudicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
As questões discursivas terão por objetivo aferir:
Argumentação coerente, coesa, concisa, clara e objetiva.
Prova Presencial - Sem consulta, trazer prancheta porque a sala tem cadeiras e não mesas.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DO FORO REGIONAL DE IBIPORÃ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

EDITAL N° 2680/2025
SEI!TJPR N° 0043843-65.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 1º (primeiro) ao 6º (sexto) semestre no ato da admissão.

1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 25 (vinte e cinco) melhores classificados.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3.O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

3.4.O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 15 (quinze) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 20 (vinte) questões objetivas avaliadas em 0,4 (zero vírgula quatro) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 1 (um) ponto cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 25 (vinte e cinco) melhores classificados.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.

6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.

6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.

6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.

6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 25 (vinte e cinco) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.

7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.

7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.

Título IV - Da Competência Criminal (Arts. 628 a 1059) e Título VI - Da Competência da Execução Penal (Arts. 1.073 a 1.151) do Código de Normas do Foro Judicial - CNFJ - Anexo do Provimento nº 316, de 13 de dezembro de 2022 - CGJ, Texto ampliado e atualizado até o Provimento nº 324, de 4 de março de 2024 e acórdão 10571439 - GCJ. Direito Penal (Código Penal e Legislação Penal Extravagante); Direito Processual Penal (Código de Processo Penal e Legislação Extravagante); Lei de Execuções Penais (Lei 7.210 de 1984).

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DO FORO REGIONAL DE IBIPORÃ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

EDITAL N° 2679/2025
SEI!TJPR N° 0043896-46.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de pós-graduação em Direito.

1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 5 (cinco) melhores classificados.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de pós-graduação terá carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3.O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de pós-graduação será de R$ 3.198,21 (três mil cento e noventa e oito reais e vinte e um centavos).

3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.

3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).

3.6. Em casos excepcionais de licença à funcionária gestante, o Tribunal de Justiça poderá celebrar termo de compromisso cuja vigência será de 180 (cento e oitenta) dias não prorrogáveis.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.

4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.

4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 15 (quinze) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.

4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.

4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.

4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.

4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.

4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.

4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.

4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5. DAS PROVAS

5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.

5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.

5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.

5.2. A prova será composta por 4 (quatro) questões discursivas avaliadas em 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada.

5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.

5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.

5.5. Poderá haver consulta durante a realização da prova.

5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.

5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.

5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 04h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.

5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.

5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.

5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 5 (cinco) melhores classificados.

6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, será utilizado critério de desempate (data de nascimento).

6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.

6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.
7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 5 (cinco) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.
8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO
8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6.diploma do curso superior (frente e verso) ou Certificado de conclusão do curso acompanhado do histórico escolar;
8.1.7. licenciamento do Órgão de Classe ou pedido protocolizado na OAB (formados em direito);
8.1.8. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.9. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.10 a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.11. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.
9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO
9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.
10. DAS VEDAÇÕES
10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
11. DA DESCLASSIFICAÇÃO
11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:

11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.1.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Direito Penal (parte geral e parte especial).
Legislações Extravagantes em matéria penal (Lei 11.343/2006, Lei n° 10.826/2003,Lei nº 9099/95, Lei n° 7.210/1984, Lei nº. 8.072/1990 e Lei n° 11.340/2006).
Direito Processual Penal (princípios, teoria geral, inquérito policial, ação penal, competência, prova, liberdade e prisão, nulidades, recursos).
Direito Constitucional (fundamentos constitucionais do sistema de justiça criminal estruturação e sistema de garantias , princípios, instrumentos jurídicos e direitos fundamentais de relevância penal).

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
UNIDADE DE CEJUSC DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE ANDIRÁ

EDITAL N° 2338/2025
SEI!TJPR N° 0036405-85.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando a partir do 1º (primeiro) semestre no ato da inscrição.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).
2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
3. DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
5. DAS PROVAS
5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 12 (doze) questões objetivas avaliadas em 0,5 (zero vírgula cinco) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 2 (dois) pontos cada.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.

5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 03h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).

6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 10 (dez) melhores classificados.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, serão convocados para entrevista todos aqueles empatados com a mesma nota do último classificado.
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.

8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.

9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO

9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.

10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.
11. DA DESCLASSIFICAÇÃO
11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.
12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO
12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Estatuto da Criança e Adolescente.
Direito Civil.
Direito Processual Civil.
Juizados Especiais.
Direito Penal.
Direito Processual Penal.
Língua Portuguesa.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DO CÍVEL E DO CRIME DO JUÍZO
ÚNICO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

EDITAL N° 2632/2025
SEI!TJPR N° 0043436-59.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.
1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de pós-graduação em Direito.
1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.
1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.
1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).
2. DA RESERVA DE VAGAS
2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:
2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;
2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.
2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.
2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
3. DO ESTÁGIO
3.1. O estudante de nível superior de pós-graduação terá carga horária de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.
3.3. O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de pós-graduação será de R$ 3.198,21 (três mil cento e noventa e oito reais e vinte e um centavos).
3.4. O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
3.6. Em casos excepcionais de licença à funcionária gestante, o Tribunal de Justiça poderá celebrar termo de compromisso cuja vigência será de 180 (cento e oitenta) dias não prorrogáveis.
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 5 (cinco) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
5. DAS PROVAS
5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 9 (nove) questões objetivas avaliadas em 1 (um) ponto cada e 1 (uma) questão discursiva avaliada em 1 (um) ponto.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 02h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).
6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 10 (dez) melhores classificados.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, será utilizado critério de desempate (data de nascimento).
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.
7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.
8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO
8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. diploma do curso superior (frente e verso) ou Certificado de conclusão do curso acompanhado do histórico escolar;
8.1.7. licenciamento do Órgão de Classe ou pedido protocolizado na OAB (formados em direito);
8.1.8. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.9. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.10 a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.11. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.
9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO
9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.
9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;

9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.

10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.

10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.

10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:

10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);

10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;

10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.

10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:

10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.

10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;

10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;

10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:

11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;

11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;

11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;

11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;

11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;

11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.

11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:

11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;

11.1.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.

12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.

12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.

13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.

13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.

13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.

13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.

1. Noções Gerais: Direito do Consumidor, Direito Civil, Processo Civil, Direito Penal, Processo Penal, Direito Administrativo e Constitucional;

2. Juizado Especial Cível: Lei nº 9.099/95;

2.1) Disposições gerais; da competência; do Juiz, dos conciliadores e dos Juízes Leigos; das partes; dos atos processuais; do pedido; das citações e intimações; da revelia; da conciliação e do juízo arbitral; da instrução e julgamento; da resposta do réu; das provas; da sentença; dos embargos de declaração; da extinção do processo sem julgamento do mérito; da execução; das despesas; disposições finais.

3. Juizado Especial Criminal: Lei nº 9.099/95;

3.1. Disposições gerais; da competência e dos atos processuais; da fase preliminar; do procedimento sumaríssimo; da execução; das despesas processuais; disposições finais.

4. Juizado Especial da Fazenda Pública: Lei nº 12.153/2009;

5. Enunciados do FONAJE (Fórum Nacional de Juizados Especiais);

6. Enunciados das Turmas Recursais do Estado do Paraná;

7. Código de Normas CGJ - Provimento 316/2022.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ABERTURA
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DE FRANCISCO BELTRÃO

EDITAL N° 2698/2025
SEI!TJPR N° 0044347-71.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de abertura de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008, do Enunciado Administrativo nº 7/2008 e da Resolução nº 7/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Decreto Judiciário nº 345/2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de estagiários será regido por este edital de abertura.

1.2. O processo de seleção destina-se ao preenchimento de vagas e/ou formação de cadastro de reserva de estágio não obrigatório remunerado, destinado a estudantes de nível superior de graduação em Direito, cursando do 3º (terceiro) ao 8º (oitavo) semestre no ato da admissão.

1.2.1. Na classificação final constarão apenas os 10 (dez) melhores classificados.

1.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, não prorrogável, a contar da publicação do Edital de Classificação Final.

1.4. Poderá participar do processo seletivo o estudante que, quando do chamamento para contratação, possua idade mínima de 16 (dezesseis) anos e esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva em cursos, presenciais ou à distância, de instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ou devidamente inscritas no Ministério da Educação (MEC) ou Secretaria Estadual de Educação (SEED).

2. DA RESERVA DE VAGAS

2.1. Será reservado o seguinte percentual de vagas:

2.1.1. 30% (trinta por cento) das vagas aos negros;

2.1.2. 10% (dez por cento) das vagas às pessoas com deficiência (PcD), nos termos do § 5º do art. 16 da Lei Federal nº 11.788/2008, cuja ocupação considerará as competências e necessidades especiais do estagiário, as atividades e necessidades próprias das unidades organizacionais.

2.1.3. 3% (três por cento) das vagas aos indígenas.

2.2. As vagas reservadas que não forem preenchidas serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

3. DO ESTÁGIO

3.1. O estudante de nível superior de graduação terá carga horária de 5 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

3.2. O estagiário fará jus ao recebimento de auxílio-transporte no valor de R$ 12,00 (doze reais) por dia efetivamente estagiado.

3.3.O valor da bolsa-auxílio mensal para estagiários de graduação será de R$ 1.576,26 (mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).
3.4.O estagiário estará coberto por apólice de seguro contra acidentes pessoais, em caso de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e em caso de despesas médico-hospitalares, que porventura ocorram durante a realização do estágio.
3.5. O período de estágio não excederá a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de pessoa com deficiência (PcD).
4. DAS INSCRIÇÕES
4.1. As inscrições serão gratuitas e deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet.
4.2. Para se inscrever o candidato deverá preencher e enviar o formulário de inscrição disponível na página do processo seletivo, endereço eletrônico https://www.tjpr.jus.br/concursos/estagiario.
4.3. As inscrições estarão disponíveis a partir do quinto dia útil subsequente à publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), conforme o artigo 12 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
4.3.1. As inscrições ficarão disponíveis por 7 (sete) dias na página do processo seletivo, no portal do TJPR.
4.4. O prazo de inscrição poderá ser modificado a critério da Administração.
4.5. Somente serão processadas as inscrições preenchidas em consonância com o estabelecido no presente edital, sendo que as informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na forma da lei, excluir do processo seletivo o candidato que fornecer dados inverídicos.
4.5.1. As informações fornecidas no formulário de inscrição que estiverem em desacordo com o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CPF, ou mesmo que não puderem ser verificadas em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, endereço eletrônico https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/, por eventual equívoco no preenchimento dos dados, poderão ser indeferidas.
4.6. O candidato que efetivar mais de uma inscrição para o mesmo edital, terá somente a última inscrição validada.
4.7. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação da rede, congestionamento da Internet, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
4.8. Serão indeferidas as inscrições de candidatos cujo curso não guarde relação com a área de atuação da vaga ofertada.
4.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
4.10. A pessoa com deficiência (PcD) deverá declarar essa condição no ato de inscrição, nos termos e definições do Decreto Federal nº 3.298/1999.
4.11. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo, e se admitido, ficará sujeito à rescisão do seu termo de compromisso de estágio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
5. DAS PROVAS
5.1. O instrumento de seleção compreenderá duas fases.
5.1.1. Na primeira fase será realizada prova cujas questões se enquadram no conteúdo programático constante no ANEXO I.
5.1.2. Na segunda fase será realizada entrevista com a autoridade solicitante, conforme Art. 14 do Decreto Judiciário nº 345/2019.
5.2. A prova será composta por 6 (seis) questões objetivas avaliadas em 1 (um) ponto cada e 2 (duas) questões discursivas avaliadas em 2 (dois) pontos cada.
5.3. A data, o horário e o local de aplicação da prova serão divulgados por meio de Edital de Ensalamento, a ser disponibilizado na respectiva página do processo seletivo, no portal do TJPR.
5.4. A prova possui caráter eliminatório e classificatório.
5.5. A prova deverá ser realizada sem consulta.
5.6. Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações relativas ao processo seletivo, inclusive eventuais alterações referentes à data, horário e local de aplicação da prova no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
5.7. O candidato deverá apresentar-se ao local da prova com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento oficial de identificação original, com foto atual.
5.7.1. Junto ao documento oficial de ensalamento poderá ser requisitada a utilização de prancheta ou apoio similar para realização da prova escrita, caso seja necessário devido a estrutura do local indicado, a ser disponibilizada pelo próprio candidato.
5.8. Não será admitido o ingresso do candidato ao local da realização da prova após o horário de início indicado.
5.9. O tempo de realização da prova escrita será de 04h00min, sendo vedada qualquer comunicação entre os candidatos, tampouco será permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico, tais como telefone celular, notebook, tablet, relógio, dentre outros.
5.10. Não haverá tempo adicional para preenchimento do cartão-resposta.
5.11. As pessoas com deficiência (PcD) participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
5.12. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:
5.12.1. não entregar a prova e/ou o cartão-resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;
5.12.2.utilizar-se de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelo fiscal de sala).
6. DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA
6.1. A classificação da prova considerará os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total da prova escrita, observada a reserva de vagas, limitado aos 10 (dez) melhores classificados.
6.1.1. Havendo candidatos empatados com a nota de corte do último classificado, será utilizado critério de desempate (data de nascimento).
6.1.2. O candidato que não comparecer à convocação para entrevista, bem como aquele que não obtiver aproveitamento igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação total da etapa, será desclassificado do processo seletivo.
6.1.3. Quanto aos candidatos negros, bastará o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para os demais candidatos, para serem admitidos na próxima fase do certame.
6.2. Os estudantes classificados serão convocados para entrevista com a autoridade solicitante, ou a quem ele delegar, que analisará exclusivamente a aptidão do candidato para a vaga, conforme as demandas da unidade e o perfil acadêmico desejado.
6.2.1. Na hipótese de não haver suprido o número de classificados após a etapa da entrevista, a critério da unidade, poderão ser feitas novas convocações até que constem todos os candidatos dentro do limite estabelecido no item 7.1, observada a ordem de classificação.
6.3. Os dados para realização da entrevista serão divulgados por meio de documento oficial de convocação para entrevista.
6.4. O entrevistador atribuirá pontuação em escala equivalente à pontuação da prova escrita.
7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
7.1. A classificação final do processo seletivo considerará a média aritmética das pontuações obtidas na prova escrita e na entrevista, dentre os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) de aproveitamento total e em cada uma das etapas, ressalvado o item 6.1.3, limitada apenas aos 10 (dez) melhores classificados, bem como respeitada a reserva de vagas.
7.2. O Edital de Classificação Final será publicado no Diário de Justiça Eletrônico (e-DJ) e divulgado no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contendo a ordem de classificação, o número de inscrição, o nome completo do candidato e a nota final.
7.3. Ocorrendo empate, será classificado, prioritariamente, o candidato com maior idade, considerando ano, mês, dia, hora e minuto de nascimento.
7.3.1. Poderá ser exigida a comprovação da idade mediante certidão de nascimento.
7.4. Os candidatos a que se destinam a reservas de vagas constarão em listagem geral e, caso a quantidade de classificados se enquadre nos percentuais das reservas, em listagens específicas.
8. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO
8.1. Por ocasião da admissão, após a aprovação no processo seletivo, o estudante deverá comprovar:
8.1.1. idade mínima de dezesseis anos completos, mediante apresentação do documento de Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP);
8.1.2. inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), mediante a apresentação de comprovante de situação cadastral, emitido, em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
8.1.3. inscrição perante a Justiça Eleitoral, para os maiores de 19 anos, mediante a apresentação do título de eleitor;
8.1.4. estar em dia com as suas obrigações militares, para os brasileiros maiores de 19 anos, mediante a apresentação de certificado de alistamento, nos limites de sua validade, certificado de reservista, certificado de isenção ou certificado de dispensa de incorporação;
8.1.5. matrícula e frequência regular e compatibilidade entre o curso e a vaga de estágio ofertada, mediante apresentação de atestado, comprovante ou declaração atualizados, emitidos, em até 30 (trinta) dias, pela instituição de ensino;
8.1.6. residência, por meio de comprovante ou declaração atualizados, emitido em até 30 (trinta) dias;
8.1.7. celebração de termo de compromisso entre o estudante, o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino;
8.1.8. a ausência de registro de antecedentes criminais, para os maiores de dezoito anos, mediante apresentação de certidão negativa, emitida em até 30 (trinta) dias, ressalvado o art. 5º, inciso LVII, da CF/88;
8.1.9. não se enquadrar nas causas de impedimento previstas no Decreto Judiciário nº 345/2019, por meio de declaração escrita, conforme modelo disponível no site do TJPR.
9. DO CHAMAMENTO PARA ADMISSÃO
9.1. A unidade requisitante do processo seletivo será responsável pelo chamamento para admissão do candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação, por meio de telefone e de mensagem encaminhada ao correio eletrônico (e-mail) cadastrado pelo candidato no momento da inscrição.
9.2. É de responsabilidade do candidato fornecer, no ato da inscrição, no campo apropriado, correio eletrônico (e-mail) válido, o qual será utilizado para o chamamento e assinatura do termo de compromisso de estágio.
9.3. É de responsabilidade do candidato comunicar, à unidade requisitante do processo seletivo, a alteração dos dados de contato (correio eletrônico, endereço residencial, telefone fixo, telefone celular), sob pena de desclassificação do certame decorrente do não atendimento ao chamamento formulado por meio dos citados endereços e telefones.

9.4. Os candidatos classificados deverão ser admitidos de forma alternada, ou seja, candidatos da lista geral e, subsequentemente, da lista específica, em conformidade com o percentual mencionado na reserva de vagas.
9.5. A pessoa com deficiência (PcD) aprovada deverá apresentar a via original do laudo médico comprobatório, objetivando verificação, pelo Centro de Assistência Médica e Social, se a deficiência se enquadra nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
9.6. O horário das atividades de estágio deverá obedecer ao contido no termo de compromisso de estágio.
9.6.1. As atividades dos estagiários e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná podem ser executadas fora de suas dependências sob a denominação de teletrabalho parcial, ou seja, o estagiário e a estagiária deverão atuar presencialmente em dias preestabelecidos, a ser definido pelo gestor ou pela gestora da unidade juntamente com o supervisor ou supervisora do estagiário, de modo a manter a estrutura mínima de atendimento da unidade.
9.6.2. Não é permitido no estágio obrigatório a realização de teletrabalho.
9.6.3. A realização de teletrabalho é de adesão facultativa, a critério dos gestores e/ou gestoras e dos supervisores e das supervisoras de estágio das unidades, em razão da conveniência e interesse do serviço, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não constituindo direito ou dever dos estagiários e estagiárias e poderá ser revista pelo próprio gestor da unidade nos casos de inadequação ou necessidade presencial dos serviços.
9.6.4. O plano de estágio para todos os estagiários e estagiárias impõe comparecimento semanal de no mínimo 1 (um) dia, realização das atividades obrigatoriamente em horário regimental e sujeição ao regime de teletrabalho parcial até o término do seu termo de compromisso, permitida a renovação.
9.7. A admissão será mais célere quando do chamamento o estudante entregar à sua futura chefia toda a documentação elencada neste edital, que deverá estar correta e atualizada. São documentos obrigatórios:
9.7.1. documento de Registro Geral (RG);
9.7.2. comprovante de situação cadastral no CPF, emitido em até 30 dias;
9.7.3. título de eleitor, para os maiores de 19 anos de idade;
9.7.4. certificado de alistamento, de reservista, de isenção ou de dispensa da corporação, para os maiores de 19 anos de idade, até o limite de 45 anos;
9.7.5. certidão de casamento, com ou sem averbação, para os casados, separados, divorciados e viúvos.

10. DAS VEDAÇÕES

10.1. É vedada, em qualquer modalidade de estágio, a contratação, o remanejamento e a permuta de estagiário para atuar, sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Poder Judiciário ou a servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade.
10.1.1. O estagiário não poderá prestar atividades de estágio na mesma unidade em que estiver lotado seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, por consanguinidade ou afinidade, ainda que não investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
10.2. É vedada a admissão de estudante vinculado a escritório de advocacia e a processos em andamento na Justiça Estadual do Paraná, como procurador das partes.
10.3. É vedada a cumulação das atribuições de estagiário e juiz leigo, e de estagiário e de oficial de justiça *ad hoc*.
10.4. É vedado ao estagiário iniciar as atividades de estágio:
10.4.1. sem a formalização do termo de compromisso, que se dará com as assinaturas de todas as partes interessadas (estudante, supervisor de estágio e instituição de ensino);
10.4.2. previamente ao início da vigência do termo de compromisso;
10.4.3. antes da finalização do procedimento de admissão, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado.
10.5. É vedado ao estagiário continuar a prestar atividades de estágio:
10.5.1. após o término da vigência do termo de compromisso, enquanto ainda não formalizado o plano de estágio aditivo (PEA) de prorrogação da vigência do estágio ou o novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), na hipótese de ocorrer a recontratação do estagiário, nos casos de renovação do estágio e/ou alteração de curso e/ou de instituição de ensino, conforme o artigo 36, §§ 3º e 4º.
10.5.2. previamente ao início da vigência do novo termo de compromisso, no caso de recontratação;
10.5.3. após a denúncia do termo de compromisso, em decorrência da conclusão ou do abandono do curso, do trancamento da matrícula, da transferência de instituição de ensino e da mudança de curso;
10.5.4. antes da finalização do procedimento de renovação ou de recontratação, junto ao Sistema Hércules, ou seja, após a homologação do termo do plano de estágio aditivo (PEA) ou do novo termo de compromisso de estágio e plano de estágio (TCE/PE), pela Divisão de Estágio, Residência e Voluntário.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO

11.1. Será desclassificado do processo seletivo o estudante que:
11.1.1. não for localizado, quando do chamamento para a admissão, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, em decorrência de correio eletrônico (e-mail) ou telefone desatualizados, incorretos ou incompletos;
11.1.2. for localizado, mas deixar de manifestar por escrito à unidade concedente, mediante e-mail, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, sua vontade de assumir a vaga de estágio, reputando-se a ausência de manifestação nesse prazo como desistência tácita;
11.1.3. se recusar a iniciar o estágio na data, local e horário e demais condições estipuladas no termo de compromisso;
11.1.4. desistir da oportunidade de estágio;
11.1.5. não apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do chamamento para a admissão, os documentos relacionados no Decreto Judiciário 345/2019 e no Edital de Abertura, ou incompatibilidade desses com as informações prestadas no formulário de inscrição;
11.1.6. se recusar a ser contratado para unidade diversa à que deu origem ao processo seletivo, no caso de aproveitamento do processo seletivo por outra unidade, desde que previsto neste edital.
11.2. Haverá desclassificação do estudante em que for constatada:
11.2.1. incompatibilidade entre a área de conhecimento do seu curso e a área de atuação da vaga de estágio ofertada, ou entre os horários de estágio e das aulas;
11.2.2. inviabilidade da contratação ante o exíguo prazo existente até o encerramento do curso, vez que impossibilita a vivência na prática dos conteúdos acadêmicos, por falta de tempo hábil para a efetiva troca de experiências.

12. DO APROVEITAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

12.1. O processo seletivo poderá ser aproveitado por outra unidade, desde que respeitada a ordem de classificação final.
12.2. Os candidatos poderão ser admitidos para unidade diversa a que deu origem ao procedimento, sendo que a discordância deste implicará na sua desclassificação.
12.3. O cadastro para aproveitamento das listas de classificados só poderá ser realizado mediante autorização explícita e nominal da unidade que realizou o processo seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A realização de estágio não criará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o estagiário e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.2. Não poderão ser admitidos os candidatos que realizam estágio em outro órgão público ou empresa privada, salvo se houver prévio desligamento.
13.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, os editais e os comunicados referentes a este processo seletivo que sejam publicados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
13.3.1. O estudante compromete-se a ler atentamente as orientações elencadas no endereço https://www.tjpr.jus.br/estagiario.
13.4. A aprovação e classificação geram ao candidato apenas a expectativa de contratação.
13.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná se reserva o direito de proceder às contratações em quantidade que atendam às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes.
13.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário.
Direito Processual Civil: Lei Federal nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil).
Direito Civil: Lei Federal nº 10.406, de 2002 (Código Civil): Parte Geral do Código Civil (Das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos). Da Parte Especial, apenas: a) Direito das Obrigações (Títulos I, II, III, IV, V e IX do Livro I); b) Direito da Empresa (Título I, II, III e IV do Livro II); c) Direito das Coisas (Título I e II do Livro III). Decreto-Lei nº 911/69.
Direito do Consumidor: Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.
Direito Tributário: Lei n º 6.830 de 1980 (Lei de Execução Fiscal).
Direito Constitucional: 1. Dos Princípios Fundamentais; 2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais; 3. Da Administração Pública; 4. Da Tributação e do Orçamento.

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO DESEMBARGADOR MARCOS SERGIO GALLIANO DAROS

EDITAL N° 2728/2025
SEI!TJPR N° 0031915-20.2025.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESERVA
1	3238391-4	JOÃO VICTOR DO VALLE	9,00	

		CEZAR OLIVEIRA		
2	3238556-9	PRISCILA CERVO JEZZINI	8,75	
3	3239035-5	ABRAÃO FELIPE SOARES DA SILVA	6,50	2.1.1
4	3238845-3	JOÃO PEDRO DE SOUZA ZILIO	8,25	
5	3239988-6	AMANDA CRISTINE CONCEIÇÃO MISAEL	7,25	
6	3240148-9	DAVI MARANGONI LIEBL	7,15	
7	3242465-0	GABRIEL ALEXANDRE CANOVA TANELO	7,00	

Curitiba, 23 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM 2º GRAU GUILHERME FREDERICO HERNANDES DENZ

EDITAL N° 2749/2025
SEI!TJPR N° 0035008-88.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 03/07/2025
HORÁRIO: das 14h00min às 17h00min
LOCAL: Escola da Magistratura do Paraná (EMAP)
ENDEREÇO: Rua Ernâni Santiago de Oliveira, nº 87, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-130

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3244373-7	AGATHA LETICIA DE LIMA PIRES ROSA
3244889-8	ALANA KAMILE RODRIGUES PEDROSO
3250005-6	ANA GABRIELA DE ARAUJO
3248890-0	ANDRÉ LUIS GAUDENCIO KNOBLAUCH
3244847-3	ANNA JULIA DA CRUZ VIANA
3247800-8	ARTHUR DE PAULA SILVA
3244870-7	BIANCA DE SOUZA SANTOS
3246804-6	BIANCA NUNES CHAXIM
3252863-2	CAMILE APARECIDA CORDEIRO
3244947-8	CAROLINA ADA HAIDUK DE MESSIAS
3250353-8	CLAUDINEIA DO PERPETUO SOCORRO CADENA
3246814-9	DAVID SILVA CARVALHO DA COSTA
3246695-9	EDUARDO HENRIQUE KROMP MACHADO
3244892-0	ENZO MORAES REIS
3245906-5	FABRÍCIO CARRARO FIORI
3245478-1	GABRIEL DRULA WALENGA
3249336-0	GABRIEL MORO GABARDO
3248599-0	GABRIELA COUTINHO DOS SANTOS
3252742-9	GABRIELA WANDERLEI DE OLIVEIRA
3249355-2	GISELE SANTANA DE LIMA
3244808-9	GIULIA VENDRAME PEREIRA
3248721-0	GUSTAVO VIANA HAMMERSCHMIDT
3244858-5	HAILTON DA SILVA SANTOS
3247768-7	HENRIQUE FERNANDES GARCIA
3245245-6	IASMIN DOS SANTOS TURASSA
3248883-5	IZABELA DOS REIS NAVARRO LINS
3244905-3	JHENNYFER HÁYRA DO CARMO BAÍA
3244873-0	KARYANNE KAMILLE DA SILVA
3247358-5	KAUANE JEMIMA SOARES PYPCAK
3252326-8	KENZO
3252327-5	KENZO YANASE
3249669-0	LAIS HELENA DE OLIVEIRA
3244880-5	LAVÍNIA LIMA SOUZA RIBEIRO
3248927-7	LEONARDO NOGUEIRA BACH
3244128-8	LETICIA NAOMI PETKOVICZ
3248726-8	LETÍCIA SYTRISKI PIACENTINI
3249959-8	LUCCA SANT ANNA ASSEF
3244234-9	MARA EDUARDA DOMINGUES
3245360-5	MARIA CECÍLIA PALUMBO LITZ
3245436-5	MARIA EDUARDA RODRIGUES DUARTE
3252295-9	MARIA ISADORA DE FAVERI MARQUESINE
3244867-4	MARIA LUIZA MONTENEGRO GOMES
3244473-3	MICHELE CRISTINA ITCZAK DE LIMA
3244956-8	MIRIAN QUETES SFORZA AUERSWALD
3250132-0	MURILLO RIBEIRO PRZYSIADA
3247320-6	PEDRO GUISS POLZL
3247804-9	PEDRO HENRIQUE CARRIL RIBEIRO
3252738-3	RAFAELLA LIPPMANN
3245128-9	RAIMUNDA REIS DE OLIVEIRA
3245106-8	VITÓRIA MARIA MARTINS
3244998-8	YANCA BEATRIZ SILVA ROSA

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE URAÍ

EDITAL N° 2750/2025
SEI!TJPR N° 0035426-26.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 02/07/2025
HORÁRIO: das 14h00min às 17h00min
LOCAL:Fórum da Comarca de Uraí
ENDEREÇO: Rua Argemiro Sandoval, nº 353, Centro, Uraí, CEP 86.280-000

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3246792-1	ANA CLARA COSTA FERREIRA
3250610-6	FELICIANO FRANCISCO LOTURCO
3248116-3	MARIANA YURI PEREIRA TOKUHO

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações

Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DA 6ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

EDITAL N° 2751/2025
SEI!TJPR N° 0036401-48.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 03/07/2025
HORÁRIO: das 13h30min às 16h30min
LOCAL: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Bloco Centro de Estudos Sociais e Aplicados (CESA), 1º andar, sala 447
ENDEREÇO: Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, Km 380, Campus Universitário, Londrina-PR, CEP 86.055-900

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3246471-5	ABRAÃO SAMIR ALVES SANTOS
3247419-6	ADRIAN LOBO FERNANDES DE JESUS
3245000-7	ANA JÚLIA VILELA ROSSI
3246950-3	ANA BEATRIZ CARDOSO LOPES
3245448-6	ANA CAROLINA DOS SANTOS
3245033-9	ANA CLARA NUNES VIEIRA
3245093-5	ANA JULIA PRIM DOS SANTOS
3251660-4	ANA JÚLIA VILELA ROSSI
3249130-4	ANA LAURA ANDUCHUKA BARBOSA
3247629-2	ANNE VITORIA PORTO DE OLIVEIRA
3246504-9	AUGUSTO HENRIQUE BRANDÃO SILVA
3247253-1	BARBARA SUTIL CARVALHO
3249915-0	BRUNA TIEMI ZILIOTO WATANABE
3252852-4	CARLOS MATHEUS VASCONCELLOS ZÁCARI
3250841-0	CRISTIAN FREIRES DA SILVA
3245324-1	EDUARDO ANTONIO ZORZI NETO
3252647-8	EDUARDO GARCIA LONNI
3252828-6	ELISE SANTOS RICCI
3247785-0	EMANUELLE COSTA SILVA
3251654-0	FELIPE DE MORAES PAGANI
3245211-7	FRANCIEDNA PORTO PEREIRA
3249225-0	FREDERICO ALFREDO GOMEZ SIENA
3249252-6	GABRIEL HORACIO DOS SANTOS
3247452-1	GABRIELA AKEMI FARIA SUZUKI
3249982-8	GABRIELA FERNANDA VITOR BITTENCOURT
3245919-9	GABRIELA MACIEL CUSTÓDIO
3246661-4	GABRIELA SOUZA ZAGO
3248425-8	GABRIELLY GEANA LIMA VALIM
3252100-2	GEOVANA MONTANUCCI CAVALCANTI
3245452-7	GIOVANA NOVAIS CASTRO
3248475-7	GIOVANNA SETUBAL RANGEL
3253201-8	GUILHERME VANETTE MALMEGRIN
3252831-9	HEVELIN LAISA FERREIRA DA SILVA
3247761-8	ISABELA FORTUNA
3245651-8	ISABELA TUTIDA KIM
3252873-7	IZABELA EDUARDA LISBOA NASCIMENTO
3252323-4	JAQUELINE CORDEIRO BELLO
3250092-3	JENIFFER STEPHANIE FERNANDES DE REZENDE
3245383-5	JOÃO ANTONIO DA SILVA SOUZA
3249180-3	JOÃO HENRIQUE DADA DE SOUZA
3246698-5	JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA FRANCO
3248594-2	JOÃO PEDRO TODERO DA SILVA
3252319-3	KAUANE CREMONEZZI DE PRAES
3247259-6	LARISSA GABRIELY PRADO FERREIRA
3251068-2	LAURA RIBEIRO DE ALMEIDA
3246758-6	LÍVIA ALMERON SAMPAIO DE SOUZA
3246231-7	LÍVIA BEZERRA FONTES
3251005-2	LUCAS MATOS
3250693-6	MAICON DANIEL DE BARROS DOS SANTOS
3249008-0	MANUELA DUARTE
3248847-5	MARIA EDUARDA COSTESKI
3245029-2	MARIA EDUARDA DUARTE SOARES DA COSTA
3248711-7	MARIA EDUARDA MARIANO ALVES
3246589-4	MATEUS HENRIQUE FRANCO
3247518-4	MURILO ANDRADE TIBÉRIO BARRUECO
3247472-5	NATALIA DOS SANTOS SOUZA
3245186-3	PEDRO HENRIQUE DE COLLLO BROCHADO
3245150-5	RUTH GODOY FAGUNDES
3246144-1	SARA CENEDESE DE LIMA
3251505-5	SARAH CASETTA LOPEZ
3252265-1	SOPHIA STASIAK FERREIRA
3251642-6	THAÍS DUARTE SGARBI
3252404-6	THAMARA FERREIRA
3245209-1	THAMIRES DOS SANTOS SILVA
3246599-1	VALENTINA LEÃO MOREIRA
3249156-5	VANDERSON JOSE BENTO
3247738-3	VINICIUS LAMPE DOS SANTOS
3248693-6	VINICIUS ROBERTO DOS REIS RAINER
3251416-2	YURI DANIEL DOS SANTOS GOMES

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN
Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE ENSALAMENTO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
SECRETARIA DA VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA DE PRUDENTÓPOLIS

EDITAL N° 2752/2025
SEI!TJPR N° 0035432-33.2025.8.16.6000

A Secretaria de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, torna público o edital de ensalamento de processo seletivo de estudantes, mediante as disposições do Decreto Judiciário nº 345/2019.
DATA: 02/07/2025
HORÁRIO: das 13h00min às 17h00min
LOCAL:Fórum da Comarca de Prudentópolis
ENDEREÇO: Praça Coronel José Durski, nº 144, Centro, Prudentópolis-PR, CEP 84.400-000

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)
3244993-5	CAMILA DE DEUS CORREIA DA LUZ
3246093-0	ERICA PETRIU
3248253-2	EVELYN COSTA
3247984-7	ILSON CONRADO
3248888-8	LUANA JUVELINE MENDES BAHRI
3251575-0	MICHELE FONTOURA

Curitiba, 24 de junho de 2025.

KARINE ANDREA KRUGER COLMAN

Chefe da Divisão de Estágio, Residência e Voluntariado
Coordenadoria de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9544/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00158995, originado em razão do protocolizado sob nº 0178142-13.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

GUILHERME NATAL DELABIO, matrícula nº 15976, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 2ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9592/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159196, originado em razão do protocolizado sob nº 0086007-50.2022.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

RAFAEL REDERDE, matrícula nº 50339, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo do 14º Juizado Especial Cível e Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9610/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159337, originado em razão do protocolizado sob nº 0004586-33.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

KAMILLE ESMANHOTTO, matrícula nº 285544, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial e Juizado Especial da Fazenda Pública de Pontal do Paraná, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9616/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159829, originado em razão do protocolizado sob nº 0144573-89.2022.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

VICTOR HUGO DE ANDRADE, matrícula nº 285614, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Arapongas, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício

Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9618/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159872, originado em razão do protocolizado sob nº 0007763-05.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

CAROLINI AGOSTINI DURACENSKI WITKOVSKI, matrícula nº 51305, ocupante do cargo de Analista Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Pato Branco, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9617/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159857, originado em razão do protocolizado sob nº 0002604-81.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

IGOR ROGÉRIO FERREIRA, matrícula nº 50318, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9620/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159893, originado em razão do protocolizado sob nº 0177953-35.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

GRACIELI RIBEIRO REGINATTO SPANHOLI, matrícula nº 14168, ocupante do cargo de Analista Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Pato Branco, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9625/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159947, originado em razão do protocolizado sob nº 0070853-89.2022.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

MARIANA MARTINS BERTOLINI, matrícula nº 51514, ocupante do cargo de Analista Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9462/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155171, originado em razão do protocolizado sob nº 0036435-23.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora CAROLLINA TRAMUJAS GROSBELLI, matrícula nº 18735, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 24 de maio de 2025, nos termos da da Instrução Normativa nº 42/2021.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9677/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00160043, originado em razão do protocolizado sob nº 0014298-47.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

GIOVANI LIBERALESSO, matrícula nº 51430, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9700/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00160109, originado em razão do protocolizado sob nº 0068665-89.2023.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

GISELE DE CARVALHO CERQUEIRA PETTRES, matrícula nº 50343, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 2ª Vara de Sucessões do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9542/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00158973, originado em razão do protocolizado sob nº 0027401-24.2025.8.16.6000, resolve

N O M E A R

DIULY PRISCILA DE OLIVEIRA KOUPAK, matrícula nº 274385, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, em substituição temporária da força de trabalho derivada da licença à gestante da servidora JAMILA POSSIDONIO GALINDO, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9590/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159136, originado em razão do protocolizado sob nº 0037213-90.2025.8.16.6000, resolve

N O M E A R

LUAN RUIZ DE SOUZA, matrícula nº 274367, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, em substituição temporária da força de trabalho derivada da licença à gestante da servidora JESSICA POVIDAIKO MIRANDA SIQUEIRA, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9627/2025 - SGP

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159919, originado em razão do protocolizado sob nº 0037237-21.2025.8.16.6000, resolve

N O M E A R

JUSSARA NADJA DA SILVA, matrícula nº 17191, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente de Juiz de Direito, símbolo 1-D, em substituição temporária da força de trabalho derivada da licença à gestante da servidora BEATRIZ CAMPOS STIVANIN DE MELO, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

HEITOR NAKAGAWA AKIYAMA
Secretário de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9613/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159675, originado em razão do protocolizado sob nº 0159317-21.2024.8.16.6000, resolve

N O M E A R

ANDRESSA BONATTO TAVARES, matrícula nº 15061, servidora deste Tribunal, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Supervisora de Secretaria, símbolo 2-D, da Secretaria da Central de Garantias Especializada do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9623/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159933, originado em razão do protocolizado sob nº 0078053-50.2022.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

ANA FLÁVIA NOGUEIRA NASCIMENTO, matrícula nº 50393, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 2ª Vara Descentralizada do Pinheirinho do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9614/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159770, originado em razão do protocolizado sob nº 0000846-67.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

ORESTES DE OLIVEIRA NETO, matrícula nº 15603, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Jacarezinho, aatribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022

e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9655/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00160022, originado em razão do protocolizado sob nº 0089806-04.2022.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

JOÃO EMANUEL COTRIM CESNIK, matrícula nº 15003, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 18 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9461/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155454, originado em razão do protocolizado sob nº 0029969-13.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora GISELE NASCIMENTO SANCHES, matrícula nº 19391, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da Instrução Normativa nº 42/2021.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9460/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155483, originado em razão do protocolizado sob nº 0021949-33.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor CARLOS CANUTO MACHADO, matrícula nº 51859, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da Instrução Normativa nº 42/2021.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9458/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155549, originado em razão do protocolizado sob nº 0033511-39.2025.8.16.6000, resolve

C A N C E L A R

a autorização para a realização das atividades na modalidade de teletrabalho de MARCOS VINICIUS ZAMBIANCO, matrícula nº 51826, Técnico Judiciário, a partir de 13 de junho de 2025.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9457/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00156574, originado em razão do protocolizado sob nº 0056887-88.2024.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora CECÍLIA DOS SANTOS KENSKI BOROSKI, matrícula nº 15131, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9456/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00156450, originado em razão do protocolizado sob nº 0042480-43.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

as servidoras abaixo listadas, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PRAZO (dias)	EFEITO	MODALIDADE
288491	LARISSA ROCHA RIBEIRO	Assistente II de Juiz de Direito	365	Publicação	Integral
288443	MELISSA AKEMI GOES	Assistente III de Juiz de Direito	365	Publicação	Integral
19951	THAISE DE VASCONCELOS DA SILVA	Assistente II de Juiz de Direito	365	Publicação	Integral

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9455/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00154901, originado em razão do protocolizado sob nº 0031057-86.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor JOÃO BOSCO CARNEIRO XAVIER, matrícula nº 7392, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9454/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00156552, originado em razão do protocolizado sob nº 0125330-96.2021.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização das servidoras abaixo listadas, para realização das atividades de teletrabalho:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PRAZO (dias)	MODALIDADE
13991	ALINE MONTANHA CURI	Técnica Judiciária	365	Parcial
14284	ANA PAULA LEARDINI ALVES LOPES	Técnica Judiciária	365	Parcial

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9453/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo

em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00156219, originado em razão do protocolizado sob nº 0066040-82.2023.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização da servidora CRISTIANE KIRATCZ, matrícula nº 50682, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9434/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155654, originado em razão do protocolizado sob nº 0061516-76.2022.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização da servidora DANIELA MOLLER, matrícula nº 51239, Assistente Social Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9425/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155640, originado em razão do protocolizado sob nº 0012241-61.2022.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora PAMELA TEIXEIRA JACOBSEN OSIPE, matrícula nº 208347, ocupante do cargo em comissão de Assistente II de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9450/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155649, originado em razão do protocolizado sob nº 0006824-25.2025.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização das servidoras abaixo listadas, para realização das atividades de teletrabalho:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PRAZO (dias)	MODALIDADE
52642	GISELE REILY PACOLA	Técnica Judiciária	365	Parcial
13848	LUANA INES REICHOW	Técnica Judiciária	365	Parcial
52182	SHELDON RANDALL RODRIGUES DA ROSA	Técnico Judiciário	365	Parcial

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9449/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155894, originado em razão do protocolizado sob nº 0051935-03.2023.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização da servidora ADRIANA GRACIANO DAS NEVES, matrícula nº 50762, Analista Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9447/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155724, originado em razão do protocolizado sob nº 0033586-78.2025.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor GUILHERME CANTERO NUNES, matrícula nº 18529, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9445/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155697, originado em razão do protocolizado sob nº 0069381-19.2023.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora ALDREY BARREIROS REI, matrícula nº 279397, ocupante do cargo em comissão de Assistente III de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9443/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155679, originado em razão do protocolizado sob nº 0123086-97.2021.8.16.6000, resolve

I - A U T O R I Z A R

as servidoras e os servidores abaixo listados, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PRAZO (dias)	EFEITO	MODALIDADE
9711	ERIKA HARUMI FUGIE ITO	Analista Judiciária Sênior	365	Publicação	Parcial
13927	FLAVIA MARIA AFFONSO FAVATO IGLESIAS	Técnica Judiciária	365	Publicação	Parcial
51751	HELTON MOTTA LEE SWAIN	Técnico Judiciário	365	Publicação	Parcial
17011	WASHINGTON PALANDRI SIGOLO	Técnico Judiciário	365	Publicação	Parcial

I I - P R O R R O G A R

a autorização do servidor MARIO PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 8123, Auxiliar Judiciário II do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9442/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155736, originado em razão do protocolizado sob nº 0104821-76.2023.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização da servidora RENATA DANILAU GIANISELLA, matrícula nº 52650, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo prazo de 210 (duzentos e dez) dias.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9440/2025 - SGP-CCPC

A COORDENADORA DE CADASTRO DE PESSOAL E COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00155865, originado em razão do protocolizado sob nº 0142063-40.2021.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora RUTE HELENA DE LIMA DA FONSECA, matrícula nº 13435, Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho parcial, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

SIMONE YAMAMOTO
Coordenadora de Cadastro de Pessoal e Comunicações
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9512/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00158354, originado em razão do protocolizado sob nº 0001275-34.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

MARINA FOLMANN MAYER, matrícula nº 20539, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juiz de Direito da Turma Recursal Fernando Swain Ganem, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 16 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9525/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00158785, originado em razão do protocolizado sob nº 0000797-26.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

ELVIS VITORIANO DE SOUZA, matrícula nº 50125, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo Único da Comarca de Uraí, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9526/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00158759, originado em razão do protocolizado sob nº 0003159-98.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

RENATA ELIZABETH KLEIN DOS SANTOS, matrícula nº 50805, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do

Juízo, do Gabinete do Juízo da 7ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9532/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00158825, originado em razão do protocolizado sob nº 0148686-86.2022.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

SUZANA PEZENTE FERRARI, matrícula nº 51626, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo Único da Comarca de Engenheiro Beltrão, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9534/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00158877, originado em razão do protocolizado sob nº 0177745-51.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

BRUNIELLY CABRAL LEMES RODRIGUES, matrícula nº 50429, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Foro Regional de Cambé da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9536/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00158886, originado em razão do protocolizado sob nº 0177560-13.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

MICHAEL DE OLIVEIRA, matrícula nº 50872, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo Único da Comarca de Terra Boa, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9540/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00158974, originado em razão do protocolizado sob nº 0000880-42.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

DEÁ LUCIANE VIEIRA DE FREITAS GODOI, matrícula nº 50943, ocupante do cargo de Analista Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Apucarana, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9538/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00158927, originado em razão do protocolizado sob nº 0177601-77.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

SILVANA APARECIDA WIERZCHON DE FREITAS, matrícula nº 14344, ocupante do cargo de Analista Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Campo Mourão, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015, observado o contido no artigo 17 da Lei nº 17.250/2012.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9543/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00158970, originado em razão do protocolizado sob nº 0000949-74.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

JONAS DE MELLO ALMEIDA, matrícula nº 51796, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo do 6º Juizado Especial Cível e Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9550/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159013, originado em razão do protocolizado sob nº 0177809-61.2024.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

KRISSLEY RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 285484, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Foro Regional de Sarandi da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9559/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159137, originado em razão do protocolizado sob nº 0001836-58.2025.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

ANNELISE WEIRICH, matrícula nº 50540, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo da 2ª Vara de Família e Sucessões e Acidentes do Trabalho da Comarca de Foz do Iguaçu, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9553/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159115, originado em razão do protocolizado sob nº 0072397-15.2022.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

KAUANNA STEINHEUZER PROCHE, matrícula nº 51020, ocupante do cargo de Técnica Judiciária do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete do Juízo do Juízo Único da Comarca de Marmeleiro, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 9558/2025 - SGP-CGP

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, em exercício, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 252/2025 - P-SEP, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado n° 2025.00159128, originado em razão do protocolizado sob nº 0069954-91.2022.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

LEONARDO FRANCISCO DORIGAM, matrícula nº 13915, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício da função comissionada de Assistente de Gabinete do Juízo, do Gabinete da Juíza de Direito da Turma Recursal Vanessa Bassani, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos da Lei nº 21.079/2022 e do Decreto Judiciário nº 662/2022, com efeitos a partir da publicação deste ato, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 17 de junho de 2025.

ANA LUCIA ZANATTA SHIRATORI
Coordenadora de Gestão de Pessoal, em exercício
Secretaria de Gestão de Pessoas

Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

Departamento do Patrimônio

SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS

DECISÃO Nº 1675/2025 - SG-SCI-GS-CJ-SJPL
RELAÇÃO Nº 11879414

PROTOCOLO: 0015151-56.2025.8.16.6000
INTERESSADO: MBEM COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES LTDA
DESPACHO:
I - Trata-se da Ata de Registro de Preço nº 24/2024, firmada com **MBEM COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES LTDA**, cuja vigência expira em 22.07.2025 (Ofício 11518159) e que tem por objeto materiais de consumo (caneta esferográfica azul, caneta esferográfica preta e caneta marca-texto).
A empresa MBEM COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES LTDA manifestou interesse em prorrogar a **ARP 24/2024** (10666293), porém questionou acerca da possibilidade de troca de marca do item "caneta marca texto" - item 09 - pela marca LYKE.
Aduziu que os valores devem ser reajustados, passando os preços a ser de R$ 0,52 para itens 7 e 8 e de R$ 0,92 para o item 9 (E-mail 11550820).
Foi realizada pesquisa de preços para verificação do atual valor de mercado dos itens (11608522), chegando-se ao valor de R$ 0,76 para o item 7, R$ 0,74 para o item 8 e R$ 1,30 para o item 9.
A Secretaria de Finanças informou que as despesas provenientes da prorrogação das atas, levando em conta os preços atualizados da Tabela 11608522, estão em conformidade com o Plano Plurianual (Lei nº 21.861 de 18 de dezembro de 2023), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 22.065 de 18 de julho de 2024) e com a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 22.267/2024 de 13 de dezembro de 2024) (11623485).
O bloqueio orçamentário foi realizado (11623496 e 11623497).
Após realizar consultas aos interessados, o Sr. Agente de Contratação apresentou a Informação 11784345, que instrui o expediente.
A Divisão de Registro de Preços encaminhou o feito ao Sr. Pregoeiro para apurar se haveria outro classificado que mantivesse o preço original registrado do vencedor ou abaixo do preço reajustado (11627905).
A Secretaria de Finanças calculou o valor do preço atualizado dos itens, utilizando o IPCA, chegando ao valor de R$ 0,50 para o item 7, R$ 0,51 para o item 8 e R$ 0,82 para o item 9 (11805171).
Questionada pela Divisão de Registro de Preços se aceitaria prorrogar a ARP 24/2024 pelos preços reajustados calculados pela Secretaria de Finanças, a beneficiária manifestou concordância (11808643).
Na sequência, a beneficiária foi cientificada de que outro licitante remanescente manifestou interesse em assumir o Registro de Preços pelo preço sem reajuste (11819575), razão pela qual aceitou a prorrogação nesses termos (11851065).
Além disso, a beneficiária aceitou manter as marcas dos itens conforme as originalmente contratadas (11878526).
As certidões de regularidade fiscal da beneficiária foram juntadas ao expediente (11809613, 11809619 e 11875665).
Por seu turno, a Consultoria Jurídica de Patrimônio e Logística do Gabinete do Secretário da Secretaria de Contratações Institucionais exarou Parecer Jurídico e opinou pela possibilidade de prorrogação (11878590).
II - Diante o exposto, **ACOLHO** o Parecer Jurídico 11878590 e, com fundamento no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 298 e 299 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos itens 3.6 e 3.6.1 do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 48/2023, **DEFIRO** a prorrogação da Ata de Registro de Preços n ° 24/2024, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 23.07.2025 com a empresa **MBEM COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 39.700.820/0001-21, com renovação dos quantitativos originalmente previstos e manutenção dos preços inicialmente registrados, conforme consta na ata constante no doc. 10666293.
III - Publique-se.
IV - À Divisão de Registro de Preços para elaboração do Termo Aditivo, registros e demais providências pertinentes.

Em 23/6/2025.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO Secretário
de Contratações Institucionais do Tribunal de Justiça
(delegação estabelecida pelo art. 14, I, do Decreto Judiciário nº 252/2025)

Departamento Econômico e Financeiro
Departamento Judiciário
Divisão de Distribuição
Seção de Preparo
Seção de Mandados e Cartas
Divisão de Processo Cível
Divisão de Processo Crime
Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores
Processos do Órgão Especial
Comissão Int. Conc. Promoções
Comissão Permanente
de Avaliação Documental
Conselho da Magistratura
Corregedoria da Justiça
Ordem de Serviço

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7031614

ORDEM DE SERVIÇO Nº 900/2025 - GC

A Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, Corregedora da Justiça, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO
a publicação da Instrução Normativa nº 236/2025 em 26/5/2025, bem como o deliberado no expediente SEI 0014982-11.2021.8.16.6000,

R E S O L V E

1) Revogar os itens 1 e 2 da Instrução Normativa 40/2019 de 8/4/2019.
Publique-se. Cumpra-se.

Curitiba, 05 de junho de 2025.

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço
Corregedora da Justiça

Plantão Judiciário Capital

Divisão de Concursos da Corregedoria

Núcleo de Conciliação do 2º Grau

FUNREJUS

Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais

Comarca da Capital

Direção do Fórum

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Curitiba

PORTARIA Nº 375/2025 - CTBA-DFC

O Doutor FERNANDO AUGUSTO FABRICIO DE MELO, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 20, caput e § 3º, da Lei Federal nº 8.935/94, bem como no art. 56, § 1º do Código de Normas do Foro Extrajudicial,

RESOLVE

HOMOLOGAR A INDICAÇÃO de **ISABELLA ZAMBERLAN PACHECO DA SILVA**, contratada sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, como **Escrevente Indicada** do **4º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba**, com Efeitos a partir de **26/05/2025**, autorizada a praticar os seguintes atos: ofícios em geral expedidos pela serventia, livros e arquivos físicos ou digitais da serventia, termos de abertura e encerramento destes, certidões de inteiro teor, negativa e positiva de ônus, propriedade de bens, transcrições, e demais certidões em geral, bem como, recibos de prenotação, de certidão e recibos em geral expedidos, diligências registrais/notas devolutivas, aberturas de matrículas, registros, averbações, notificações e editais, de acordo com a solicitação do Responsável pela Unidade.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, em 18 de junho de 2025.

FERNANDO AUGUSTO FABRICIO DE MELO
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037410

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Curitiba

PORTARIA Nº 372/2025 - CTBA-DFC

O Doutor FERNANDO AUGUSTO FABRICIO DE MELO, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o disposto no artigo 156, inciso XXVII, do Código de Normas do Foro Judicial e art. 58 do Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça,

RESOLVE

FORMALIZAR o afastamento de **FRANCISCO JOSE BARBOSA NOBRE**, responsável pelo **Serviço Distrital do Uberaba da Comarca de Curitiba**, pelo período de **14/07/2025** a **29/07/2025**, durante o qual responderá Escrevente Substituta Legal **ELAINE BLANSKY**, cuja homologação da indicação deu-se através da Portaria nº 189/2023, datada de 01/03/2023.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, em 18 de junho de 2025.

FERNANDO AUGUSTO FABRICIO DE MELO
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037334

Cível

Crime

Fazenda Pública

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL DE CURITIBA-PR- Rua da Glória, 362, Centro Cívico, Curitiba-PR.
Autos nº 0006262-71.2025.8.16.0194 (PROJUDI)
Prazo: 10 (dez) dias
FAÇO ciência aos interessados, que por este Juízo e Serventia da 26ª Vara Cível e Empresarial Regional de Curitiba, tramitam autos nº 0006262-71.2025.8.16.0194 de HABILITAÇÃO DE CRÉDITO, que MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA NONA REGIÃO move em face de PIERGO INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (CNPJ 04.510.577/0001-02), para que no prazo de 10 (dez) dias, apresentem as impugnações que entenderem. Curitiba, 23 de junho de 2025. Eu, Angela Tenório Cavalcanti, analista judiciária, o digitei e conferi. MARIANA GLUSZCYNSKI FOWLER GUSSO - Juíza de Direito.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): BOLICHE PIZZA BAR SAMBULSKÃO LTDA PRAZO DE 75 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Bruno Oliveira Dias, da Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas da Fazenda Pública de Curitiba - 2ª Vara, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, assunto Pagamento, sob nº 0003180-93.2020.8.16.0004, em que é(são) suscitante(s) COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR, e suscitado(s) BOLICHE PIZZA BAR SAMBULSKÃO LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente o(a)(s) sócio(a)(s) réu (ré)(s) BOLICHE PIZZA BAR SAMBULSKÃO LTDA. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifestar(em)-se acerca do incidente de desconsideração da personalidade jurídica instaurado e requerer(em) as provas cabíveis (art. 135, CPC), tudo em conformidade com [a resenha da inicial / o despacho judicial] que segue parcialmente transcrita/o: "SANEPAR - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, considerando os 5818 dias de trâmite da demanda; considerando a ineficácia dos atos e diligências exaustivamente intentadas; além do entendimento fruto da experiência e sabida objetividade deste d. Juízo; requer-se: DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICAde acordo com o art. 50 CC, considerações fáticas e processuais em rol exemplificativo acima explicitado, entre outros argumentos de fato e de direito material e processual, em consonância com a natureza jurídica de representante do Erário e sujeita ás regras de compliance do mercado financeiro e estrita legalidade administrativa diante da sujeição à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a seguir pormenorizados: 1. A análise dos autos indica cabal ausência de bens passíveis de garantir a execução, ou seja, o desenvolvimento do cumprimento de sentença está, no atual estágio procedimental e status quo fático-econômico, á míngua da realização da reparação do Erário. 2. A satisfação do direito e instrumentalidade do processo, ao detectar a baixa de pessoa jurídica de forma parcial e incauta, de per si, nos termos da jurisprudência e entendimento jurídico voltado à primazia do interesse público sobre o particular, neste caso, demonstrando a apropriação de bens e serviçosdo Estado em benefício da pessoa jurídica, sem nenhuma contraprestação, tampouco cumprimento dos deveres legais concernentes à destinação do capital da empresa ao pagamento dos credores na ordem legal. 3. Considerando-se ainda a inexistência de provas da integralização do capital social ao discorrer-se sobre a análise da ré, para que, ao não conceder o pedido de desconsideração, instaure-se incidentalmente procedimento capaz de determinar se houve integralização do montante explicitado na documentação social encartada nos autos. 4. Assim, requer-se intimação, com consequente deferimento parcial da Desconsideração da Personalidade Jurídica, medida a contornar a ineficaz busca pela reparação do Erário até aqui empreendida, em busca da comprovação da confusão patrimonial, na dicção do art. 50 CC; sem descuidar de que o requerimento principal e típico deste petitório é a citação dos sócios para que respondam pela dívida na forma da lei; assim, amoldado ao deferimento do pedido principal ou alternativo, a determinar a natureza processual de corréus ou na condição de terceiros, proceda-se a citação/intimação do sócio: JOSERLEI QUEIROS AVANCO, brasileiro, empresário, inscrito no CPF 877.900.769-49, domiciliado R MANOEL CELESTINO PINTO 160 CS B MD 1, SANTA GEMA, COLOMBO, PARANÁ, CEP: 83407-838; e, do sócio: LUIZ FERNANDO SAMBULSIK, brasileiro, empresário, inscrito no CPF 401.674.299-49, domiciliado na R ARMANDO PATRELI, 3311, CENTRO, BARRA VELHA, SANCA CATARINA, CEP: 88390- 000. para que, desconsiderada a personalidade jurídica da ré, cujo fundamento é de que não foi realizado o procedimento de baixa regular (abuso da personalidade jurídica), na hipótese legal do art. 50 CC, tendo como consequência a utilização de serviços sem contraprestação ao Erário, os sócios respondem pelas dívidas da sociedade, conforme consta das certidões do SCPC e conjunto documental nos autos.6. Alternativamente, intimem-se os nominados sócios, em procedimento incidentalinstrutório, em provimento parcial da desconsideração ora pleiteada, à demonstração contábil da integralização do capital social, em virtude da natureza jurídica da associação, em capital limitado a 100 mil reais, tendo como base probatória documental as certidões do SCPC, garantindo-se, assim, o contraditório e a ampla defesa às partes e terceiros, como medida preliminar à desconsideração, na hipótese de inexistência de integralização do capital social confirmar-se, comprovando-se os indícios presentes nos autos, respeitados a ampla defesa e o contraditório. 7. Por fim, diante do desprovimento dos pedidos formulados, tratar-se-ão das derradeiras medidas processuais e atos administrativos tendentes a realizar o escopo da presenta ação, motivo pelo qual a Sanepar requer a expedição de certidão de que se esgotou a possibilidade de executar a ré. Naquilo que, em sentido especulativo, poderia entender-se cabível, haja vista a novel disposição processual do art. 906 § único CPC, ressalta-se que a inscrição do débito atualizado desta demanda em cadastros de inadimplentes, neste caso de baixa irregular por omissão contumaz, sem utilização do CNPJ há anos, traria mais prejuízo à Administração da Justiça ao Erário representado pela autora/exequente, ao que, no melhor forma do direito público e em benefício da Sanepar, impõem-se a extinção da execução cujo objetivo é cessar o custo do processo, entendendo-se que a hipóteses legais exemplificativas da legislação, v.g. art. 921 e ss., art. 924/925 CPC, não se aplicam ao caso."./ "(...) Diante dos documentos acostados aos autos, RECEBO a emenda à petição inicial, já que presentes os requisitos mínimos dispostos nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil.Independente de recurso, CITE-SE a parte requerida, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 335 do CPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (artigo 344 do CPC). 4. Da impugnação à contestaçãoApresentada a contestação, a parte requerente deverá ser intimada para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os artigos 350 e 351 do CPC, podendo corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 352 do CPC.5. Da especificação de provas Após a apresentação da impugnação, ou esgotado o prazo, as partes serão intimadas para, no prazo comum de quinze dias, especificar as provas que pretendem produzir, nos termos do artigo 370 do CPC, justificandoas, sob pena de indeferimento. No mesmo prazo, deverão apresentar propostas sobre possível acordo ou manifestar-se sobre o julgamento antecipado do feito. 6. Da intervenção do Ministério Público Em seguida, abra-se vista dos autos ao representante do Ministério Público para que se manifeste sobre o que entender cabível, na condição de custos legis (artigo 178, I do CPC). 7. Oportunamente, à conclusão para deliberações e saneamento. 8. Cumpra-se. Intimemse. Diligências necessárias. Curitiba/PR, data da inserção no sistema1 . CAMILA SCHERAIBER POLLI Juíza de Direito Substituta"...."2. Cite-sea parte ré por edital para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente contestação. Observe-se as determinações contidas no artigo 257, do Código de Processo Civil. Em caso de não constituição de procurador pelo réu, intime-se a Defensoria Pública para que represente os interesses do demandado, apresentando defesa no prazo legal. 3.Transcorrido o prazo acima, com ou sem manifestação da ré, intime-se a autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.Providências pela serventia. 4. Oportunamente, voltem conclusos. 5.Intimações e diligências necessárias. Curitiba, 08 de janeiro de 2024. Bruno Oliveira Dias Juiz de Direito Substituto.' O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (sessenta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Bárbara Vanela Luvizotto Lebelein, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 01 de abril de 2025. Bruno Oliveira Dias Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Juízo de Direito da Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas da Fazenda Pública de Curitiba - 4ª Vara do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, sito na Rua da Glória, 362, Centro Cívico, Curitiba/PR CEP 80.030-060 Tel 41 3561-7956.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
O presente edital é expedido em cumprimento a decisão de mov. 74.1, com prazo de 15 (quinze) dias para que os herdeiros da parte autora (ESPÓLIO DE DALMITA CORDEIRO BELOTO) manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação.

Classe Processual: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública Assunto Principal: Pensão por Morte (Art. 74/9) Processo nº: 0001904-61.2019.8.16.0004 Polo Ativo(s): ESPÓLIO DE DALMITA CORDEIRO BELOTO Polo Passivo(s): ESTADO DO PARANÁ

Decisão: Estando em termos, expede-se o presente edital de intimação da(s) parte(s) supramencionada (s) para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias da última publicação, se manifeste(m). E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS, e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, em 11 de março de 2025, eu Fernanda Cristina Benato Thiele, Técnico Judiciário, digitei, conferi e subscrevi. Curitiba, 11 de março de 2025. Guilherme de Paula Rezende Juiz de Direito

Família
Delitos de Trânsito
Execuções Penais
Tribunal do Júri
Infância e Juventude
Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial
Precatórias Criminais
Auditoria da Justiça Militar
Central de Inquéritos
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais
Concursos

GABINETE DO SUBSECRETÁRIO

EDITAL Nº **EDITAL Nº 046/2023 DO CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARANÁ.**

A COMISSÃO DE CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO, torna pública, em razão da parcial concessão da ordem de segurança nos autos nº 0049467-87.2024.8.16.0000, que tramitou perante o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a inclusão de candidatos no item 1 do Edital nº 030/2023, de 07 de junho de 2024, conforme a seguir especificado.

1. DO RESULTADO PROVISÓRIO NAS PROVAS DE SENTENÇA (P_3):

Inscrição	Nome	Sentença Criminal	Sentença Cível	Prova Prática	Situação Prova Prática
623008272	Felipe De Morais Lima	4,15	6,45	5,3	Reprovado

2. DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO NAS PROVAS DE SENTENÇAS (P3):

2.1. O candidato poderá ter acesso às provas de sentenças (P3) avaliadas e aos espelhos no período das 0h00min do dia 26 de junho de 2025 às 23h59min do dia 27 de junho de 2025 (horário oficial de Brasília/DF), no endereço eletrônico http://www.fgv.br/fgvconhecimento/concursos/tjpr23.

2.2. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado provisório nas provas de sentenças (P3) no período das 0h00min do dia 30 de junho de 2025 às 23h59min do dia 01 de julho de 2025 (horário oficial de Brasília/DF), no endereço eletrônico http://www.fgv.br/fgvconhecimento/concursos/tjpr23, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

2.3. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores, de responsabilidade do candidato, que impossibilitem a visualização da prova discursiva avaliada e do espelho de avaliação e a interposição de recurso.

2.4. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.

2.5. Não será aceito recurso via postal, via fax, via correio eletrônico, via requerimento administrativo, fora do prazo ou em desacordo com o Edital nº 001/2023 ou com este Edital.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

3.1. O resultado final nas provas de sentenças (P3) e convocação para Inscrição Definitiva serão veiculados em Edital, após o julgamento de eventual recurso, no Diário da Justiça Eletrônico e divulgados nos endereços eletrônicos www.fgv.br/fgvconhecimento/concursos/tjpr23 e www.tjpr.jus.br/concursos/magistrado

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Curitiba/PR, 24 de junho de 2025.

Desembargadora ÂNGELA KHURY
Presidente da Comissão de Concurso para Provimento de Cargos de Juiz Substituto

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7038335

Central de Movimentações Processuais

Comarcas do Interior

Direção do Fórum

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Alto Piquiri

PORTARIA Nº 8/2025 - APIQ-DF

O Doutor LINNYKER ALISON SIQUEIRA BATISTA, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o pedido formulado por Elma Sueli Belga Ladeia , responsável pelo Serviço **de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas**,

RESOLVE

REVOGAR, com Efeitos a partir de **12/06/2025**, a Portaria nº 11/2024, referente à homologação de **CAMILA SPARAPAN** como Escrevente Indicada do **Serviço de Registro de Imóveis, Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e o Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Alto Piquiri**, de acordo com a solicitação do (a) responsável pela unidade.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná, em 23 de junho de 2025.

LINNYKER ALISON SIQUEIRA BATISTA
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037950

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Irati

PORTARIA Nº 49/2025 - IRA-DF

O Doutor LUCIO ROCHA DENARDIN, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o disposto no artigo 156, inciso XXVII, do Código de Normas do Foro Judicial e art. 58 do Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça,

RESOLVE

FORMALIZAR o afastamento de **KRYSTYANE JONDRAL DE MACEDO**, responsável pelo **Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Irati**, pelo período de **23/06/2025** a **27/06/2025**, durante o qual responderá Escrevente Substituta Legal **FERNANDA APARECIDA ZEAGINSKI SANDESKI**, cuja homologação da indicação/nomeação/designação deu-se através da Portaria nº 30/2023, datada de 30/01/2023 .
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Irati, Estado do Paraná, em 23 de junho de 2025.

LUCIO ROCHA DENARDIN
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037600

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Pitanga

PORTARIA Nº 32/2025 - PIT-DF

O Doutor GABRIEL RIBEIRO DE SOUZA LIMA, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Pitanga, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o disposto no artigo 156, inciso XV, do Código de Normas do Foro Judicial da Corregedoria-Geral da Justiça e Ofício-Circular 157/2014,

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento de **ALBANI PULTER LUBCZYK**, responsável da(o) **Escrivania da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Pitanga**, tendo em vista a licença para tratamento de saúde, pelo período de **24/06/2025** a **27/06/2025 (4 dias)**, durante o qual responderá Empregado Juramentado **THIAGO RODRIGO MARTINS**, cuja homologação da indicação/nomeação/designação deu-se através da Portaria nº 17/2016, datada de 15/12/2016.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Pitanga, Estado do Paraná, em 23 de junho de 2025.

GABRIEL RIBEIRO DE SOUZA LIMA
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037696

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Direção de Fórum da Comarca de Siqueira Campos

PORTARIA Nº 15/2025 - SC-DF

O Doutor MATHEUS RAMOS MOURA, Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Siqueira Campos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 20, caput e § 4º, da Lei Federal nº 8.935/94, bem como no art. 56, § 1º do Código de Normas do Foro Extrajudicial,

RESOLVE

HOMOLOGAR A INDICAÇÃO de **WESLEY BARBOSA DA SILVA**, contratado sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, como **Escrevente Substituto** do **Serviço Distrital de Salto do Itararé da Comarca de Siqueira Campos**, com Efeitos a partir de **13/06/2025**, autorizado a praticar **todos os atos da serventia (exceto, nos Tabelionatos de Notas, lavrar testamentos)**, de acordo com a solicitação do Responsável pela Unidade.
Registre-se. Cumpra-se. Comunique-se.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Siqueira Campos, Estado do Paraná, em 23 de junho de 2025.

MATHEUS RAMOS MOURA
Diretor de Fórum

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/7037749

Plantão Judiciário

ARAPOTI

Período:	01/06/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Márcio Carneiro de Mesquita Junior
Responsável:	Aglaé Melgaço Martins
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(45) 99948-2675

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Adriana Paiva
Responsável:	Felipe Andre Lechiv
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(42) 99153-3147

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Marcelo Quentin
Responsável:	Franciéle Alessandra de Oliveira do Nascimento
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Sengés
Telefone:	43 93300-2893

Período:	16/06/2025 a 18/06/2025
Juiz:	Giovane Rymsza
Responsável:	ALANA BAB
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Piraí do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	18/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Sidnei Dal Moro
Responsável:	ALANA BABI
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Piraí do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Nicolas Dorado de Oliveira
Responsável:	LUCAS CAVICHIOLO MOREIRA BARBOSA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(41) 99732-3622

Período:	30/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	AMANDA CRISTINA LAM
Responsável:	WILDERROBSON RAUSIS
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(43) 99840-0565

CASTRO

Período:	01/06/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Márcio Carneiro de Mesquita Junior
Responsável:	Aglaé Melgaço Martins
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(45) 99948-2675

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Adriana Paiva
Responsável:	Felipe Andre Lechiv
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(42) 99153-3147

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Rodrigo Will Ribeiro
Responsável:	Franciéle Alessandra de Oliveira do Nascimento
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Sengés
Telefone:	43 93300-2893

Período:	16/06/2025 a 18/06/2025
Juiz:	Marcelo Quentin
Responsável:	ALANA BABI
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Piraí do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	18/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Marcelo Quentin
Responsável:	ALANA BABI
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Piraí do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Viviane Cristina Dietrich
Responsável:	LUCAS CAVICHIOLO MOREIRA BARBOSA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(41) 99732-3622

Período:	30/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	AMANDA CRISTINA LAM
Responsável:	WILDERROBSON RAUSIS
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(43) 99840-0565

IRATI

Período:	01/06/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Vitor Dias Dos Santos Paula
Responsável:	Imbituva - Erika Pedroso - (42) 9 99374860

	Ipiranga - Francielle Mendes Milléo - (42) 9 9807 6885 Prudentópolis - Lucas Silva Falarz -
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Imbituva, Ipiranga e Prudentópolis
Telefone:	

Período:	01/06/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Ana Paula Menon Loureiro Pianaro Angelo
Responsável:	Irati - Sirlene Pabis - (42) 9 9800 5551 Rebouças - Eduardo Bittencourt de Paula - (42) 9 9960 1020 Mallet - Elizeu Flecher - (42) 9 9941 1821 Teixeira Soares - Marcelo Henrique Colossi - (42) 9 9911 3251
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Irati, Rebouças, Mallet e Teixeira Soares
Telefone:	

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Italo Mario Bazzo Junior
Responsável:	Irati - Rogerio Luis Silva Rosa - (41) 9 9672 9265 Rebouças - Antônio Luciano Franco - (42) 3309 3334 Mallet - 02/06/2025 a 06/06/2025 - Jean Luiz dos Santos Pschera - (41) 9 9254 1904 06/06/2025 a 09/06/2025 - Eulalia Poleski - (41) 9 9949 9745 Teixeira Soares - Marcelo Henrique Colossi - (42) 9 9911 3251
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Irati, Rebouças, Mallet e Teixeira Soares
Telefone:	

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	James Byron Weschenfelder Bordignon
Responsável:	Imbituva - 02/06/2025 a 03/06/2025 Karla Alves R. de Jesus - (41) 9 9616 9556 04/06/2025 a 06/06/2025 - Valdir Celso da Cruz - (42) 9 9857 7292 07/06/2025 a 08/06/2025 - Adriana Eidam dos Santos (42) 9 9947 9770 09/06/2025 - José Augusto Beraldo - (45) 9 9923 6323 Ipiranga - Francielle Mendes - Milléo - (42) 9 9807 6885 e Roberson Geraldo Taques - (42) 9 9990 6116 Prudentópolis - Jakson Leandro Luz - (42) 9 9945 4662
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Imbituva, Ipiranga e Prudentópolis
Telefone:	

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	James Byron Weschenfelder Bordignon
Responsável:	Irati - Zenaide Aparecida Jucki Alessi - (42) 9 8839 7849 Rebouças - Mario César Zanin (42) 9 9910 5649 Mallet - Jean Luiz dos Santos Pschera (41) 9 9254 1904 e Eulalia Poleski (41) 9 9949 9745 Teixeira Soares - Francisco Oscar Christakis de Oliveira - (41) 9 9187 7594
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Irati, Rebouças, Mallet e Teixeira Soares
Telefone:	

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Dawber Gontijo Santos
Responsável:	Imbituva - 09/06/2025 a 11/06/2025 - Karla Alves R.de Jesus - (41) 99616 9556 12/06/2025 a 13/06/2025 - Valdir Celso da Cruz (42) 9 9857 7292 14/06/2025 a 16/06/2025 - Karla Alves R. de Jesus (41) 9 9616 9556 16/06/2025 - Emanuela Abreu Stremel - (42) 9 9101 0556
	Ipiranga - Francielle Mendes - Milléo - (42) 9 9807 6885 e Roberson Geraldo Taques - (42) 9 9990 6116 Prudentópolis - Carlos Silvio Rupel Neto -
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Imbituva, Ipiranga e Prudentópolis
Telefone:	

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Dawber Gontijo Santos
Responsável:	Imbituva - 09/06/2025 a 11/06/2025 - Karla Alves R.de Jesus - (41) 99616 9556 12/06/2025 a 13/06/2025 - Valdir Celso da Cruz (42) 9 9857 7292 14/06/2025 a 16/06/2025 - Karla Alves R. de Jesus (41) 9 9616 9556 16/06/2025 - Emanuela Abreu Stremel - (42) 9 9101 0556 Ipiranga - Francielle Mendes - Milléo - (42) 9 9807 6885 e Roberson Geraldo Taques - (42) 9 9990 6116 Prudentópolis - Carlos Silvio Rupel Neto - (42) 99981-4523
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Imbituva, Ipiranga e Prudentópolis
Telefone:	

Período:	16/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Lucio Rocha Denardin
Responsável:	Imbituva - 16/06/2025 a 23/06/2025 - Emanuela Abreu Stremel - 42 99101-0556 Ipiranga - Franciele Mendes Milleo (42) 9 9807 6885 e Roberson Geraldo Taques (42) 9 9990-6116 Prudentópolis - Emanuela Abreu Stremel - 42 99101-0556
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis
Telefone:	

Período:	16/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Carolina Schmidt Colognese
Responsável:	Irati - Filippe Geison Gallo - (42) 9 9956 1939 Mallet - Patricia Anderson da Silva - (42) 9 8801 1346 Rebouças - Karina Roberta Bednarchuk - (42) 9 9978 5384 Teixeira Soares - Francisco Oscar Christakis de Oliveira ? (41) 9 9187 7594
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Irati, Mallet, Rebouças Teixeira Soares
Telefone:	

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Ronney Bruno dos Santos Reis
Responsável:	Irati ? Cassiana Braun Moreira Grenteski ? (42) 9 9983 2353 Mallet ? Elizeu Flecher ? (42) 9 9941 1821 Rebouças ? Priscilla Lins Sá - (41) 99516-7300 Teixeira Soares - Marcelo Henrique Colossi ? (42) 9 9911-3251
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Irati, Mallet, Rebouças Teixeira Soares
Telefone:	

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Fernando Eugenio Martins de Paula Santos Lima
Responsável:	Imbituva - 23/06/2025 a 27/06/2025 - Adriana Eidam dos Santos - 42 99947-9770 28/06/2025 a 30/06/2025 - Karla Alves R. de Jesus - 41 99616-9556 Ipiranga - Francielle Mendes - Milléo - (42) 9 9807 6885 e Roberson Geraldo Taques - (42) 9 9990 6116

	Prudentópolis ? Carilyz Driely Cordeiro ? (42) 9 9928-4802
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Imbituva, Ipiranga, Prudentópolis
Telefone:	

JAGUARIAÍVA

Período:	01/06/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Márcio Carneiro de Mesquita Junior
Responsável:	Aglaé Melgaço Martins
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(45) 99948-2675

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Adriana Paiva
Responsável:	Felipe Andre Lechiv
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(42) 99153-3147

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Marcelo Quentin
Responsável:	Franciéle Alessandra de Oliveira do Nascimento
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Sengés
Telefone:	43 93300-2893

Período:	16/06/2025 a 18/06/2025
Juiz:	Giovane Rymsza
Responsável:	ALANA BABI
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Piraí do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	18/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Sidnei Dal Moro
Responsável:	ALANA BABI
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Piraí do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Nicolas Dorado de Oliveira
Responsável:	LUCAS CAVICHIOLO MOREIRA BARBOSA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(41) 99732-3622

Período:	30/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	AMANDA CRISTINA LAM
Responsável:	WILDERROBSON RAUSIS
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(43) 99840-0565

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

Período:	01/06/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Luiz Eduardo Asperti Nardi
Responsável:	Kétlin Caroline de Carvalho Ribeiro Andreya Garcia Paixão
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	9ª subseção/11ª Cível - Vara Empresárial
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Abelar Baptista Pereira Filho
Responsável:	Tania Felizardo/ Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	6ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Marcos Caires Luz
Responsável:	Tania Felizardo/ Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	9ª cível/6ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Leonardo Delfino Cesar
Responsável:	Tania Felizardo/Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	6ª cível/2ª família
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Marcelo Dias da Silva
Responsável:	Tania Felizardo/ Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	2ª Exec. Fiscal/6ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Luciano Souza Gomes
Responsável:	Tania Felizardo/ Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	13ª subseçao/6ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Osvaldo Taque
Responsável:	Ademir Bernardi/ Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	VEP/4ª CÍVEL

Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Isabele Papafanurakis Ferreira Noronha
Responsável:	Ademir Bernardi/ Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	10ª subseção/4ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Thais Macorin Carramaschi de Martin
Responsável:	Ademir Bernardi/ Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	6º jec/4ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Camila Tereza Gutzlaff Cardoso
Responsável:	Ademir Bernardi/ Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	1ª vara da infancia e Juventude/4ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Jamil Riechi Filho
Responsável:	Ademir Bernardi/ Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	4ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	16/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Ana Paula Becker
Responsável:	Vandecir dos Reis Loução e Jobson Rafael de Moraes
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	4º jec/8ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	16/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Matheus Orlandi Mendes
Responsável:	Vandecir dos Reis Loução/Jobson Rafael de Moraes
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	8ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Bruno Régio Pegoraro
Responsável:	Katia Eliane Soares Campoli/ Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	1ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Adriana Carrilho Danna Persiani
Responsável:	Katia Eliane Soares Campoli/ Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	2º Juizado Violência Doméstica/1ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Matheus Orlandi Mendes
Responsável:	Katia Eliane Soares Campoli e Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	8ª cível/1ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Aurênio José Arantes de Moura
Responsável:	Katia Eliane Soares Campoli e Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	9ª cível/1ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Isabele Papafanurakis Ferreira Noronha
Responsável:	Katia Eliane Soares Campoli e Bruno Campos
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	2ª família/1ª cível
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Fabiana Leonel Ayres Bressan
Responsável:	Luiz Alberto Linares Gil
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	3ª família
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Juliana Trigo de Araújo Conceição
Responsável:	Luiz Alberto Linares Gil
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	5ª subseção/3ª família
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Ana Paula Becker
Responsável:	Luiz Alberto Linares Gil
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	4º jec/3ª família
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Aurênio José Arantes de Moura
Responsável:	Luiz Alberto Linares Gil
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	9ª cível/3ª família
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

Período:	30/06/2025 a 07/07/2025
Juiz:	Rodrigo Afonso Bressan
Responsável:	Luiz Alberto Linares Gil
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	2º jec/3ª família
Telefone:	(43)3572-3400
Fax:	plantaojudiciariolondrina@tjpr.jus.br

PIRAÍ DO SUL

Período:	01/06/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Márcio Carneiro de Mesquita Junior
Responsável:	Aglaé Melgaço Martins
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(45) 99948-2675

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Adriana Paiva
Responsável:	Felipe Andre Lechiv
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(42) 99153-3147

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Rodrigo Will Ribeiro
Responsável:	Franciéle Alessandra de Oliveira do Nascimento
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Sengés
Telefone:	43 93300-2893

Período:	16/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Marcelo Quentin
Responsável:	ALANA BABI
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Piraí do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Viviane Cristina Dietrich
Responsável:	LUCAS CAVICHIOLO MOREIRA BARBOSA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(41) 99732-3622

Período:	30/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	AMANDA CRISTINA LAM
Responsável:	WILDERROBSON RAUSIS
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(43) 99840-0565

SENGÉS

Período:	01/06/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Márcio Carneiro de Mesquita Junior
Responsável:	Aglaé Melgaço Martins
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(45) 99948-2675

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Adriana Paiva
Responsável:	Felipe Andre Lechiv
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(42) 99153-3147

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Marcelo Quentin
Responsável:	Franciéle Alessandra de Oliveira do Nascimento
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Sengés
Telefone:	43 93300-2893

Período:	16/06/2025 a 18/06/2025
Juiz:	Giovane Rymsza
Responsável:	ALANA BABI
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Piraí do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	18/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Sidnei Dal Moro
Responsável:	ALANA BABI
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Piraí do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Nicolas Dorado de Oliveira
Responsável:	LUCAS CAVICHIOLO MOREIRA BARBOSA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(41) 99732-3622

Período:	30/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	AMANDA CRISTINA LAM
Responsável:	WILDERROBSON RAUSIS
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(43) 99840-0565

SIQUEIRA CAMPOS

Período:	01/06/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Márcio Carneiro de Mesquita Junior
Responsável:	Aglaé Melgaço Martins
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia

	seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(45) 99948-2675

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Adriana Paiva
Responsável:	Felipe Andre Lechiv
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(42) 99153-3147

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Marcelo Quentin
Responsável:	Franciéle Alessandra de Oliveira do Nascimento
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Sengés
Telefone:	43 93300-2893

Período:	16/06/2025 a 18/06/2025
Juiz:	Giovane Rymsza
Responsável:	ALANA BABI
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Piraí do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	18/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Sidnei Dal Moro
Responsável:	ALANA BABI
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Piraí do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Nicolas Dorado de Oliveira
Responsável:	LUCAS CAVICHIOLO MOREIRA BARBOSA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(41) 99732-3622

Período:	30/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	AMANDA CRISTINA LAM
Responsável:	WILDERROBSON RAUSIS
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(43) 99840-0565

WENCESLAU BRAZ

Período:	01/06/2025 a 02/06/2025
Juiz:	Márcio Carneiro de Mesquita Junior
Responsável:	Aglaé Melgaço Martins
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	45) 99948-2675

Período:	02/06/2025 a 09/06/2025
Juiz:	Adriana Paiva
Responsável:	Felipe Andre Lechiv
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Castro
Telefone:	(42) 99153-3147

Período:	09/06/2025 a 16/06/2025
Juiz:	Marcelo Quentin
Responsável:	Franciéle Alessandra de Oliveira do Nascimento
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Sengés
Telefone:	43 93300-2893

Período:	16/06/2025 a 18/06/2025
Juiz:	Giovane Rymsza
Responsável:	ALANA BABI
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Pirai do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	18/06/2025 a 23/06/2025
Juiz:	Sidnei Dal Moro
Responsável:	ALANA BABI
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Piraí do Sul
Telefone:	(42) 99810-4133

Período:	23/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	Nicolas Dorado de Oliveira
Responsável:	LUCAS CAVICHIOLO MOREIRA BARBOSA
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(41) 99732-3622

Período:	30/06/2025 a 30/06/2025
Juiz:	AMANDA CRISTINA LAM
Responsável:	WILDERROBSON RAUSIS
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Sobreaviso Comarca de Jaguariaíva
Telefone:	(43) 99840-0565

Cível

Crime

Juizados Especiais

Concursos

Família

Execuções Penais

Infância e Juventude

Fazenda Pública

FOZ DO IGUAÇU

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0014314-64.2005.8.16.0030 - ESTEBAN M. C. MORIGINO - ME**
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO de *60 dias corridos*
DESTINATÁRIO/A/S: ESTEBAN M. C. MORIGINO - ME
O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0014314-64.2005.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **ESTEBAN M. C. MORIGINO - ME** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$775,02 - Setecentos e setenta e cinco reais e dois centavos.**
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0016617-80.2007.8.16.0030 - TULIO ADALBERTO GONZALEZ MALDONADO**
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO de *60 dias corridos*
DESTINATÁRIO/A/S: TULIO ADALBERTO GONZALEZ MALDONADO
O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0016617-80.2007.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **TULIO ADALBERTO GONZALEZ MALDONADO** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$818,77 - Oitocentos e dezoito reais e setenta e sete centavos.**
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.
Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0037976-71.2016.8.16.0030 - DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LIDERANCA LTDA - ME**
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO de *60 dias corridos*
DESTINATÁRIO/A/S: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LIDERANCA LTDA - ME
O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0037976-71.2016.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LIDERANCA LTDA - ME** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$818,66 - Oitocentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos.**
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0003612-15.2012.8.16.0030 - JOEL ALVES CABRAL**

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO de *60 dias corridos*

DESTINATÁRIO/A/S: JOEL ALVES CABRAL

O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0003612-15.2012.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **JOEL ALVES CABRAL** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$1.887,53 - Mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos.**

ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.

Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0037680-49.2016.8.16.0030 - A. ATTIE JUNIOR - ME**

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO de *60 dias corridos*

DESTINATÁRIO/A/S: A. ATTIE JUNIOR - ME

O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0037680-49.2016.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **A. ATTIE JUNIOR - ME** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$789,07 - Setecentos e oitenta e nove reais e sete centavos.**

ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.

Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0017756-33.2008.8.16.0030 - COPLATEC COMÉRCIO DE PLÁSTICOS E TECIDOS LTDA**

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO de *60 dias corridos*

DESTINATÁRIO/A/S: COPLATEC COMÉRCIO DE PLÁSTICOS E TECIDOS LTDA

O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0017756-33.2008.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **COPLATEC COMÉRCIO DE PLÁSTICOS E TECIDOS LTDA** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$528,82 - Quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos.**ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.

Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0008947-15.2012.8.16.0030 - ESPOLIO DE EMILIA AYRES SEIXAS**

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO de *60 dias corridos*

DESTINATÁRIO/A/S: ESPOLIO DE EMILIA AYRES SEIXAS

O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0008947-15.2012.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **ESPOLIO DE EMILIA AYRES SEIXAS** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$4.046,48 - Quatro mil e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos.**

ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.

Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0005074-07.2012.8.16.0030 - CONSTRUTORA M T M LIMITADA**
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO de *60 dias corridos*
DESTINATÁRIO/A/S: CONSTRUTORA M T M LIMITADA
O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0005074-07.2012.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **CONSTRUTORA M T M LIMITADA** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$1.078,80 - Mil e setenta e oito reais e oitenta centavos.**
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0022914-30.2012.8.16.0030 - M3 SOM AUTOMOTIVO LTDA**
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO de *60 dias corridos*
DESTINATÁRIO/A/S: M3 SOM AUTOMOTIVO LTDA
O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0022914-30.2012.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **M3 SOM AUTOMOTIVO LTDA** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$677,94 - Seiscentos e setenta e sete reais e noventa e quatro centavos.**
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

EDITAL DE **INTIMAÇÃO** DE **CUSTAS FINAIS** - 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu - **0031305-32.2016.8.16.0030 - ESPOLIO DE FAUSTINO CAMACHO**
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU/PR
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Av. Pedro Basso, 1001 - Jardim Polo Centro - 85863915
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO de *60 dias corridos*
DESTINATÁRIO/A/S: ESPOLIO DE FAUSTINO CAMACHO
O Juiz de Direito Wendel Fernando Brunieri, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal sob nº 0031305-32.2016.8.16.0030 **INTIMA** a parte requerida **ESPOLIO DE FAUSTINO CAMACHO** - atualmente em lugar ignorado - para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação do presente edital, veiculado na Imprensa Oficial, compareça à Secretaria da 2ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu e proceda ao pagamento das custas processuais no valor de **R$674,59 - Seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos.**
ADVERTÊNCIA: O não pagamento dos valores importará na emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito.Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente:a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.OBSERVAÇÃO: A/s guia/s a ser/em paga/s pode/m ser encontrada/s dentro do processo digital no ambiente do Sistema PROJUDI em "Guias Vinculadas".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Cristiane L B Kusbick, técnica de secretaria, conferi e digitei.
Foz do Iguaçu, 13 de junho de 2025.
Wendel Fernando Brunieri
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: *O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.*

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AMERICO ALTAFINI COM O PRAZO DE 25 (VINTE E CINCO) DIAS
O MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ/PR, na forma da lei.
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo desta 1ª Secretaria da Fazenda Pública da Comarca de Maringá - Paraná, respectiva, tramitam os **0018881-07.2010.8.16.0017** de 1116 - Execução Fiscal, em que figura como exequente **Município de Maringá/PR** e executado **AMERICO ALTAFINI,** constando dos autos que os executados se encontram em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, com prazo de 30 dias, que será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume na sede deste Juízo, localizado no endereço supra mencionado, tem a finalidade de proceder a **INTIMAÇÃO** do executado **AMERICO ALTAFINI** da **AVALIAÇÃO** realizada no apartamento nº 133, situado no 13º andar ou 16º pavimento, do Edifício D. Pedro I, com área de 124,63 m², com vaga de garagem, tendo assim a área total de 171,0429 m2, apartamento este localizado na parte dos fundos do lado direito de quem da Avenida XV de Novembro olhar para o Edifício. A vaga de garagem é para um veículo de porte médio e está localizada no subsolo ou primeiro pavimento. Edifício este construído sobre a data de terras sob n.1/24/25, da quadra 54, situada na zona 01,nesta cidade, conforme matrícula 10170, do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Maringá, no valor de R$ 660.000,00. O valor da referida execução é de R$ R$ 3.103,63 ajuizada em 14/07/2010.
Prazo do Edital: 10 dias.
Prazo para parte: 15 dias.
Para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, passei o presente edital que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná. Maringá, 23 de junho de 2025. Eu, Leticia Bastos, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

Marcio Augusto Matias Perroni
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO: TEREZINHA QUERINO GONCALVES
PRAZO DE 45 dias úteis
O Juiz de Direito Marcio Augusto Matias Perroni, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Maringá, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de 1116 - Execução Fiscal, sob nº 0003836-16.2016.8.16.0190, em que é autor Município de Maringá/ PR, e réu TEREZINHA QUERINO GONCALVES, , e que não foi possível localizar pessoalmente a parte **TEREZINHA QUERINO GONCALVES 280.028.499-49**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** considerando a existência de valores depositados nos autos, e por restarem infrutíferas as tentativas de intimação, para fins de restituição do numerário, em cumprimento aos termos do art. 7º, XXXI, da Portaria nº 001/2019 deste Juízo, para tomar ciência que restando negativa a busca de contas ativas em nome do devedor, transcorrido o prazo sem manifestação, e aplicando-se o art. 386, §1º, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná, foi determinado o arquivamento do processo, com as baixas e anotações necessárias, recolhendo-se em favor do FUNJUS o valor depositado no feito.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Leticia Bastos, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Maringá, 23 de junho de 2025.
Marcio Augusto Matias Perroni
Juiz de Direito

PONTA GROSSA

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Gilberto Romero Perioto, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **DESAPROPRIAÇÃOporServidão Administrativa**, sob nº 0008251-65.2019.8.16.0019, em que é(são) requerente(s) Calcário Calponta Ltda, e requerido(s) COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A., e que por este **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS, em cumprimento ao determinado no art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/1941, que foi **desapropriado o bem: 3426,67m² do imóvel de matrícula 73.300 - 2º CRI de Ponta Grossa,** tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "*Em face do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado pela COPEL para fixar a indenização devida em R$ 88.609,30 pela desapropriação de 3426,67m² do imóvel de matrícula 73.300 - 2º CRI de Ponta Grossa. Como consequência do acolhimento do pedido confirmo a decisão liminar que imitiu a parte autora na posse do imóvel. Expeça-se edital para conhecimento de terceiros (art. 34 do DL 3365/41).*".
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos do art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/1941.Eu, MARCIELLE REGINA DENCK ALTHAUS, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 24 de junho de 2025.
MARCIELLE REGINA DENCK ALTHAUS
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a)
Autorizada pela portaria 01/2025
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): FCG COMERCIO, CORTE E TRANSPORTE DE MADEIRAS LTDA
PRAZO DE 25 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Gilberto Romero Perioto, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0017634-62.2022.8.16.0019, em que é(são) autor(es) Município de Ponta Grossa/PR, e réu(s) FCG COMERCIO, CORTE E TRANSPORTE DE MADEIRAS LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido FCG COMERCIO, CORTE E TRANSPORTE DE MADEIRAS LTDA**, portador(a) do CNPJ 18.547.270/0001-82, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO** da unificação dos autos de nº 0017634-62.2022.8.16.0019, 0033927-10.2022.8.16.0019 e 0030664-67.2022.8.16.0019, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento da quantia de R$ 124.989,97 e demais acréscimos ou, garanta a execução, na forma do artigo 8º da LEF.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, MARCIELLE REGINA DENCK ALTHAUS, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 24 de junho de 2025.
MARCIELLE REGINA DENCK ALTHAUS
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a)
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CEREALISTA E TRANSPORTADORA AGROSUL PAULISTA LTDA e ROGERIO PEREIRA DE SOUZA
PRAZO DE 25 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Gilberto Romero Perioto, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0043766-35.2017.8.16.0019, em que é(são) autor(es) ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) CEREALISTA E TRANSPORTADORA AGROSUL PAULISTA LTDA, ROGERIO PEREIRA DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) CEREALISTA E TRANSPORTADORA AGROSUL PAULISTA LTDA**, portador(a) do CNPJ 14.397.980/0001-12;**ROGERIO PEREIRA DE SOUZA**, portador(a) do CPF 383.737.838-14, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO** da unificação dos autos de nº 0043766-35.2017.8.16.0019 e 0008900-64.2018.8.16.0019, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento da quantia de R$ 2.218.089,68 e demais acréscimos ou, garanta a execução, na forma do artigo 8º da LEF.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, MARCIELLE REGINA DENCK ALTHAUS, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 24 de junho de 2025.
MARCIELLE REGINA DENCK ALTHAUS
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a)
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): VIVIANE DE JESUS FERREIRA
PRAZO DE 25 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Gilberto Romero Perioto, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano, sob nº 0037182-49.2017.8.16.0019, em que é(são) autor(es) Município de Ponta Grossa/PR, e réu(s) VIVIANE DE JESUS FERREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido VIVIANE DE JESUS FERREIRA**, portador(a) do CPF 976.581.039-34, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO** da unificação dos autos de nº 0037182-49.2017.8.16.0019 e 0032367-67.2021.8.16.0019, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento da quantia de R$ 19.775,78 e demais acréscimos ou, garanta a execução, na forma do artigo 8º da LEF.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, MARCIELLE REGINA DENCK ALTHAUS, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Ponta Grossa, 24 de junho de 2025.
MARCIELLE REGINA DENCK ALTHAUS
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a)
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ROTH LIG GAS LTDA
PRAZO DE 25 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito Gilberto Romero Perioto, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0006453-11.2015.8.16.0019, em que é(são) autor(es) Município de Ponta Grossa/PR, e réu(s) ROTH LIG GAS LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ROTH LIG GAS LTDA**, portador(a) do CNPJ 77.782.563/0001-03, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO** da unificação dos autos de nº 0006453-11.2015.8.16.0019, 0017206-80.2022.8.16.0019 e 0014426-12.2018.8.16.0019, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento da quantia de R$ 19.656,12 e demais acréscimos ou, garanta a execução, na forma do artigo 8º da LEF.

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Eu, MARCIELLE REGINA DENCK ALTHAUS, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Ponta Grossa, 24 de junho de 2025.
MARCIELLE REGINA DENCK ALTHAUS
Técnica Judiciária
Por ordem do(a) MM. Juiz(a) ***Autorizada pela portaria 01/2025***

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Editais Judiciais

Conselho da Magistratura

Capital

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO DO EXECUTADO BIANCA BONAROSKI MAURUTTO, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
A Doutora Débora De Marchi Mendes, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº 535, 4º andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** sob **nº. 0002133-30.2019.8.16.0001** em que é exequente: **ANAELICE ZANDOMINIGUE DE CAMARGO representando (a) por MGK REALTY BENS IMÓVEIS LTDA - ME** e executados (as): **BIANCA BONAROSKI MAURUTTO, BRUNO LEONARDO MAURUTTO, EDILAMAR DE FREITAS BONAROSKI E ELOI ALBINO BONAROSKI**, A exequente firmou um contrato de locação com os executados, na data de 20 de Janeiro de 2017, pelo prazo de 30 meses, findando-se em 20 de julho de 2019. Executados por muitas vezes deixaram de cumprir no dia pactuado suas obrigações locatícias, tem-se como exemplo, os meses de vencimentos junho/2018 à novembro/2018 e demais encargos locatícios, que na vigência do contrato por tempo determinado restaram inadimplidas, fato que pendura até a presente data. Fato Contínuo, em 26/11/2018, os Executados decidiram reincidir o contrato antecipadamente, desocuparam o imóvel com saldo de débitos em aberto, sendo eles: a) Taxas de aluguéis + encargos referente aos meses de junho/2018 à novembro/2018; b) Taxa de energia elétrica (copel) - vencimentos setembro/2018 à dezembro/2018; c) Taxa de Companhia de Gás (Compagás) - vencimentos junho/2018 à dezembro/2018; d) Taxa de Mudança; e) Reparos e outros Encargos - Totalizando assim o débito de R$ 29.186,22 (vinte e nove mil cento e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos)- atualizado para janeiro/2019. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, tem o presente edital a finalidade de **CITAÇÃO** de **BIANCA BONAROSKI MAURUTTO,** como executada**,**para no prazo 30 (trinta) dias contados da publicação deste, pagar a dívida **no prazo de 03 dias** (art. 829 do CPC), sob pena de penhora e avaliação de bens, a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado (CPC, art. 829, § 1º). Adverte-se que o prazo para oferecer embargos à execução é de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada da citação aos autos. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, verba essa que será reduzida pela metade caso a parte executada efetue o pagamento no prazo mencionado (CPC, art. 827, § 1°). No prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá a parte executada requerer seja admitida a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 916 do CPC). - O presente edital será publicado na forma do artigo 257, incisos II e IV do CPC. - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de Junho de 2025, eu (Sérgio Ribeiro), Escrivão, o digitei e subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024).

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO DO EXECUTADO PETERSON ROSE PEREIRA, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº 535, 4º andar, Edifício Montepar, Centro Cívico, nesta Capital, uma ação de **MONITÓRIA** sob **nº. 0028117-16.2019.8.16.0001** em que é exequente: **COOPERFORTE COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO DOS FUNCIONÁRIOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS LTDA** e executado: **PETERSON ROSE PEREIRA,** diz respeito de um contrato de abertura de crédito, celebrado entre as partes. Sendo que as parcelas mensais seriam debitadas diretamente na conta bancária de depósitos do requerido, por ocasião do crédito dos proventos, conforme cláusula sexta do presente contrato. Com o inadimplemento por parte do requerido, estando este em mora com prestações vencidas no contrato celebrado de longa data, operou-se o vencimento extraordinário da dívida. Assim, resolvido o contrato, o montante do saldo devedor perfaz, em data de 24 de Setembro de 2019, a quantia de R$ 21.626,10 (vinte e um mil, seiscentos e vinte e seis e dez centavos). Encontrando-se o requerido em lugar incerto e não sabido, tem o presente edital a finalidade de **CITAÇÃO** de **PETEROSN ROSE PEREIRA,** para que no prazo de 30(trinta) dias, a partir da primeira publicação, para realizar o pagamento no **prazo de 15 (quinze) dias**, parte ré poderá oferecer embargos, que independem de prévia segurança do juízo, pelo procedimento comum (art. 702, § 1º, CPC), suspendendo a eficácia do mandado inicial até o julgamento em primeiro grau (art. 702, § 4º, CPC). Pondera-se que os embargos serão autuados em apartado se parciais, constituindo-se de plano direito título executivo judicial em relação à parcela incontroversa (art. 702, § 1º, CPC). Majoro os honorários para 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com escopo no art. 85, § 2º do CPC. - O presente edital será publicado na forma do artigo 257, incisos II e IV do CPC. - Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de Junho de 2025, eu (Sérgio Ribeiro), Escrivão, o digitei e subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024).

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
JUIZO DE DIREITO DA 1ª. (PRIMEIRA) VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO DE JORGE ALBINO MATZEMBACHER FILHO, COM O PRAZO DE 20 (vinte) DIAS
A Doutora Lilian Resende Castanho Schelbauer, Juíza de Direito da Primeira Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.
F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível, situado à Avenida Cândido de Abreu, nº. 535 - 1º Andar, Edifício do Fórum, Centro Cívico, nesta Capital, uma **AÇÃO DE USUCAPIÃO** sob **nº. 0034885-65.2013.8.16.0001**, em que são requerentes **JORGE ALBINO MATZEMBACHER FILHO E MARILZA VIEIRA DE ANDRADE MATZEMBACHER e** requerido (a) **CARLOS HOMERO GONÇALVES CAMARGO RIBAS,** a aquisão do referido imóvel se deu através de escritura pública de compra e venda lavrada às fls. 016, livro 129 do Cartório de Quatro Barras-Paraná, havida de Carlos Jomero Gonçalves Ribas. Desde então os autores vem utilizando o imóvel para sua moradia e de sua família. Encontrando-se a requerida (o): **JORGE ALBINO MATZEMBACHER FILHO,** em lugar incerto e não sabido, conforme consta nos autos, fica por este edital, **CITADA** para que no prazo de 20 (vinte) dias, a partir da primeira publicação, para que providencie a imediata regularização da sua representação processual. O presente edital será fixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei artigo 257, incisos II do CPC.- Dado e passado nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, 24 (vinte e quatro) dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). - E eu, (Sérgio Ribeiro), Escrivão, o digitei e subscrevi.
Sérgio Ribeiro
Escrivão- Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura pelo art. 3º da Portaria 01/2024).

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DA INTERDIÇÃO DE NELSON JOÃO SCHOLLES.

A Doutora Débora De Marchi Mendes, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei.

F A Z S A B E R a quantos o presente edital virem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível desta Comarca de Curitiba, foram processados os termos da **INTERDIÇÃO** de **NELSON JOÃO SCHOLLES**, a requerimento de seu filho a **NELSON JOÃO SCHOLLES JUNIOR**, através dos autos nº. **0018863-77.2023.8.16.0001**, tendo a respectiva SENTENÇA, datada de 19 de Fevereiro de 2025 nomeando seu filho Sr. **NELSON JOÃO SCHOLLES JUNIOR**, como curador do definitivo do interditado, é portador de demência senil tipo paranoide (CID10 F-03), estando parcialmente dependente funcional e para as atividades de auto cuidado, incapaz para trabalhos, auto cuidado com dependência parcial e cuidado 24 horas por dia, sendo portador do transtorno mental orgânico adquirido, com perda das habilidades intelectuais de severidade suficiente, não possuindo mais condições de gerir sua vida civil, com incapacidade para reger os seus atos, e declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil elencados no artigo 13.146/2015, deve ser declarada a interdição da requerida tão somente com relação às decisões e práticas de conteúdo econômico ou patrimonial, dentre eles o recebimento e administração dos valores percebidos a título de benefício previdenciário. Destaque-se, ainda, que a decretação da interdição da ré não implica em sua incapacidade civil, eis que, nos termos da Lei nº 13.146/2015 conjugada com o disposto no Código Civil, o interditado continua em pleno gozo de sua capacidade civil. - E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. - Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de Junho do ano de 2025. E eu (Sérgio Ribeiro), Escrivão, o digitei e subscrevi.

Sérgio Ribeiro
Escrivão - Analista Judiciário
Autorizado pela MM. Juíza
(Assinatura autorizada pelo art. 3º da Portaria 01/2024)

1ª VARA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DO JÚRI

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARANÁ
JUÍZO DE DIREITO DA **VARA PRIVATIVA DO1º TRIBUNAL DO JÚRI DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**
EDITAL DE INTIMAÇÃO
RÉUS: **FABÍOLA VALÉRIO DE JESUS e NILSON DA TRINDADE**
PRAZO DO EDITAL: **QUINZE (15) DIAS**
AUTOS Nº **0000425-22.2022.8.16.0006 (PROJUDI)**

O DOUTOR **PEDRO DE ALCÂNTARA SOARES BICUDO**, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA PRIVATIVA DO 1º TRIBUNAL DO JÚRI DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiver, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente os acusados:

1. **FABÍOLA VALÉRIO DE JESUS,** brasileira, portadora do RG n.º 13.802.857-7 SSP/PR, inscrita no CPF nº 130.570.079-10, nascida em 23/04/2001, natural de Curitiba/PR, filha de Daniela Valério e Dirceu de Jesus; e

2. **NILSON DA TRINDADE,** brasileiro, portador do RG n.º 13.351.243-8 SSP/PR, inscrito no CPF nº 011.774.029-20, nascido em 14/06/1992, natural de Palmital/PR, filho de Leonina Aparecida de Oliveira e José da Trindade,

atualmente em locais incertos e não sabidos, que pelo presente edital vem **INTIMÁ-LOS**, da data designada para a realização da audiência de instrução e julgamento, *em moldes presenciais*, no dia ***06 DE AGOSTO DE 2025 (06/08/2025), às 14:00*****,** a fim de acompanharem o ato e serem interrogados, referente aos autos de **Ação Penal nº 0000425-22.2022.8.16.0006 (PROJUDI)**, em que figuram como réus.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 24 de junho de 2025 (24/06/25). Eu, _____, (Barbara Keler Sartori), Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevi.

PEDRO DE ALCÂNTARA SOARES BICUDO
Juiz de Direito

3ª VARA DE FAMÍLIA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 290 - 3º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41)3250-1711 - E-mail: ctba-39vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 DIAS
AUTOS nº 0000003-60.1997.8.16.0188 - Execução de Alimentos

A DOUTORA FERNANDA MARIA ZERBETO ASSIS MONTEIRO, MMa. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 3ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Rua da Glória, nº 290, 3º andar, Centro Cívico, Curitiba/PR, os autos de Execução de Alimentos nº 0000003-60.1997.8.16.0188 em que é exequente I.M.M.R. e executado João dos Santos Navarro de Miranda, brasileiro, titular do RG nº 18341654 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 189.672.729-87, nascido em 31/10/1953, filho de Maria Augusta de Miranda e Eloy Navarro de Miranda, sem mais qualificações nos autos, atualmente em lugar incerto e não sabido. Sendo o presente objeto de **INTIMAÇÃO DO EXECUTADO**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, compareça perante este juízo, de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 18:00, a fim de manifestar seu interesse quanto ao levantamento do valor de R$ 71,27 (setenta e um reais e vinte e sete centavos), devidamente atualizados, depositados em conta judicial 3984 / 040 / 1706097-2, Caixa Econômica Federal, vinculada a estes autos. Esclareço que no caso de não haver levantamento de valores, estes serão recolhidos em favor do FUNJUS, por analogia ao disposto no art. 5º, §1º do Decreto Judiciário 626/2018 do TJPR. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital para o conhecimento de interessados que assinala o prazo de 30 (trinta) dias, o qual deverá ser publicado e afixado no lugar de costume na forma de lei. Dado e passado neste Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Paraná. Aos 12 de maio de 2025. Eu, Margarete Kulak, Técnica Judiciária, o subscrevi.

FERNANDA MARIA ZERBETO ASSIS MONTEIRO
JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA
Documento assinado digitalmente
conforme código de barras na margem direita

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 290 - 3º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41)3250-1711 - E-mail: ctba-39vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 20 DIAS
Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - nº 0001355-91.2013.8.16.0188

A DOUTORA FERNANDA MARIA ZERBETO ASSIS MONTEIRO, MMa. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 3ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Rua da Glória, nº 290, 3º andar, Centro Cívico, Curitiba/PR, o Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos nº 0001355-91.2013.8.16.0188, em que são exequentes D.R.S.J, G.R.S., L.A.S.S., e executado Dioney Ribeiro da Silveira, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG 60388652 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF sob o n. 664.408.909-72, nascido em 27/01/1976 em Curitiba, Paraná, filho de Mariana Alice de Lima Silveira e Antonio Ribeiro da Silveira Filho, sem mais qualificações nos autos, atualmente em lugar incerto e não sabido. Sendo o presente objeto de **INTIMAÇÃO DO EXECUTADO**, para efetuar o pagamento do débito apontado, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, no prazo de 3 dias (art. 528, do NCPC), sob pena do débito ser acrescido de honorários advocatícios de 10%, nos termos do art. 85, § 1 do NCPC e da Súmula 517, do Superior Tribunal de Justiça. Fica CIENTE que caso não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa no prazo assinalado, será submetido a protesto o título judicial (NCPC art. 528, § 1º), podendo ser decretada sua prisão pelo prazo de 01 (um) a 3 (três) meses, no tocante às três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo (NCPC art. 528, § 7 e Súmula 309 do STJ), sem prejuízo da penhora de bens referente a todas as parcelas exequendas, nos termos do art. 530 c/c 831 e seguintes do NCPC. Isto porque, a exequente em petição ajuizada em 05/08/2016, informou e requereu que: "(...) vem, com fundamento no artigo 528, § 8º, do CPC, o cumprimento da decisão que fixou os alimentos nos autos em epígrafe. Cumpre mencionar que a obrigação alimentar foi fixada no patamar de 40,44% do salário mínimo nacional, na época correspondente a R$300,00 (trezentos reais) A prestação alimentícia deveria ser paga todo dia 20 de cada mês. Dessa forma, a parte requerida deixou de cumprir com sua obrigação alimentar, estando inadimplente quanto ao pagamento das prestações alimentícias PRETÉRITAS que excedem os últimos três meses. (...) DOS PEDIDOS: a) (...); b) A intimação da PARTE EXECUTADA para cumprir espontaneamente sua obrigação no prazo de quinze dias, conforme relatado acima, totalizando, nesta data, a quantia de R$ 7.315,19(sete mil

trezentos e quinze reais e dezenove centavos), sob pena de incidência da multa de 10% e honorários a serem arbitrados em favor da DEFENSORIA PÚBLICA, conforme o art. 523 do Código de Processo Civil; c) Que a referida quantia seja depositada em conta bancária de titularidade da genitora, conforme termo de audiência em anexo. d) Em caso de não cumprimento espontâneo, requer-se seja determinado o protesto do pronunciamento judicial acrescido da referida multa; e) Em havendo o pagamento parcial, a multa requerida na alínea "b" deve incidir sobre o restante; f) Persistindo o inadimplemento, que seja determinado o desconto em folha da importância devida, ainda que de forma parcelada, consoante dispõe o artigo 529 do Código de Processo Civil, caso verifique-se que a parte executada é funcionário público, militar, diretor ou gerente de empresa ou empregado sujeito à legislação do trabalho; g) Persistindo o inadimplemento, requer-se seja realizada a pesquisa por meio do BACENJUD, a fim de realizar penhora bancária on line dos valores não pagos, acrescido da multa e devidamente atualizada até a data do efetivo pagamento, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos necessários para garantir a dívida; h) Caso o Sr. Oficial de Justiça não encontre bens, imóveis, veículos ou quaisquer outros bens em nome da parte executada, seja autorizado a proceder a descrição dos bens que guarnecem a residência do Devedor, consoante o que determina o artigo 836, parágrafo 1°, do Código de Processo Civil; i) O arresto dos bens da parte executada pelo Sr. Oficial de Justiça, no valor suficiente para garantir a totalidade da execução, caso esta não seja encontrada para a intimação; j) Pugna pelo depoimento pessoal do Executado, sob pena de confesso, e a produção de provas periciais, documentais, tudo no limite de eventual oposição de embargos; k) A intimação do Ministério Público para atuar no presente feito, em razão da presente demanda envolver interesse de menor; l (...); m) a condenação da parte executada em todas as custas processuais, despesas processuais e honorários advocatícios, devendo estes últimos serem revertidos em favor do FADEP - Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e depositados no Banco Caixa Econômica Federal, Agência n.º 3153, Conta-corrente n.º 78-7, CNPJ n.º 147691890001-96, nos termos do disposto no artigo 230, inciso II, da Lei Complementar Estadual n.º 136/2011. " E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital para o conhecimento de interessados que assinala o prazo de 20 (vinte) dias, o qual deverá ser publicado e afixado no lugar de costume na forma de lei. Dado e passado neste Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Paraná. Aos 17 de junho de 2025. Eu, Margarete Kulak, Técnica Judiciária, o subscrevi.
Fernanda Maria Zerbeto Assis Monteiro
Juíza de Direito Substituta
Documento assinado digitalmente
conforme código de barras na margem direita

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
3ª VARA DE FAMÍLIA DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 290 - 3º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41)3250-1711 - E-mail: ctba-39vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO: 30 DIAS
AUTOS nº 0002518-86.2025.8.16.0188 - Alteração de Regime de Bens
O DR. LUIZ HENRIQUE VIANNA SILVA, MM. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Rua da Glória, nº 290, 3º andar, Centro Cívico, Curitiba/PR, os autos de Alteração de Regime de Bens nº 0002518-86.2025.8.16.0188 em que são Requerentes **JOSYELE LARYSSA SCQUIAVON FUSTINONI,** brasileira, casada, advogada portadora do RG nº 12722608-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 101.640.009-84, nascida em 05/10/1955, filha de Josiane de Jesus dos Santos Scquiavon e Eliseu Scquiavon, e **LUCAS LEANDRO FUSTINONI LOURENÇO,** brasileiro, casado, médico, portador do RG nº 7813074-1 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 003.526.059-95, nascido em 17/02/1988, filho de Sirlei do Rocio Fustinoni Lourenço e Luiz Carlos Lourenço. Sendo o presente objeto de INTIMAÇÃO PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, nos seguintes termos: "I - DOS FATOS: Na data de 11 de março de 2020, foi celebrado o casamento dos cônjuges requerentes, pelo regime SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS, conforme escritura pública de Pacto Antenupcial. Contudo, desejam expressar sua vontade para alteração do regime em questão para a COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, sendo este o regime que melhor atende aos anseios do casal. Convém mencionar que não há nenhuma intenção de prejudicar direito de terceiros, e a mudança em questão não prejudicará a quem quer que seja. Nesta oportunidade junta negativas de débitos e processos. Assim sendo, os Requerentes vêm à presença de Vossa Excelência, em consenso, REQUERER a alteração do regime de bens no casamento de SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS, para COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. II - DOS PEDIDOS: a) A intimação do Ministério Público para se manifestar sobre o pedido, nos termos do § 1º do artigo 734 do CPC; b) A publicação de Edital para conhecimento da pretendida alteração, nos termos do § 1º do artigo 734 do CPC; c) Após decorrido o prazo legal, pugna pela Procedência dos Pedidos, com a homologação da alteração do regime de bens do casamento de SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS para o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, pelas razões expostas nesta Exordial, atribuindo-se efeito retroativo (ex tunc) à data do casamento; d) Com a procedência do pedido, após o Trânsito em julgado da Sentença, requer seja determinado a expedição dos Mandados de Averbação aos competentes Cartórios de Registro Civil; e) Por fim, protestam pela produção de todos os meios de provas em direito admitidos, notadamente pelos documentos que instruem o presente requerimento. Para Efeitos fiscais, atribui-se a causa, o valor de R$ 1.000,00(mil reais)." E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital para o conhecimento de terceiros e quem possa interessar, que assinala o prazo de 30 (trinta) dias, o qual deverá ser publicado e afixado no lugar de costume na forma de lei. Dado e passado neste Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Paraná. Aos 15 de maio de 2025. Eu, Margarete Kulak, Técnica Judiciária, o subscrevi.
LUIZ HENRIQUE VIANNA SILVA
Juiz de Direito Substituto
Documento assinado digitalmente

3º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER # CASA DA MULHER BRASILEIRA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO LUCAS OLIVEIRA DA CUNHA, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de LUCAS OLIVEIRA DA CUNHA, RG 151360483 SSP/PR, CPF 112.282.289-81, Nome do Pai: DORIEL ENEAS DA CUNHA, Nome da Mãe: ROSANE DE FATIMA OLIVEIRA, nascido em 06/09/2000, natural de CURITIBA/PR, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0022345-60.2024.8.16.0013, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 180 dias. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 24 de junho de 2025 às 13:58:55.

Curitiba, 24 de junho de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO LUCAS KIRCHBAUER DE BRITO, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de LUCAS KIRCHBAUER DE BRITO, RG 101941477 SSP/PR, Nome do Pai: ORLANDO NUNES DE BRITO, Nome da Mãe: TEREZINHA KIRCHBAUER DE BRITO, nascido em 26/03/1988, natural de CASCAVEL/PR, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0002185-77.2025.8.16.0013, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 24 de junho de 2025 às 13:34:43.

Curitiba, 24 de junho de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO TEDENEI ROBERTO, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de TEDENEI ROBERTO, RG 83837381 SSP/PR, Nome do Pai: WALDEMAR ROBERTO, Nome da Mãe: LENINHA APARECIDA LEITE ROBERTO, nascido em 01/04/1986, natural de CARLOPOLIS/PR, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0009885-47.2024.8.16.0011, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 24 de junho de 2025 às 13:17:47.

Curitiba, 24 de junho de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito
o

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO FABIO SERETTI, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de FABIO SERETTI, RG 358711800 null/SP, Nome da Mãe: ILDA SERETTI, nascido em 12/04/1979, natural de DIADEMA, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0017163-93.2024.8.16.0013, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 24 de junho de 2025 às 14:42:40.

Curitiba, 24 de junho de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO ÉRITON JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de ÉRITON JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA, RG 95572901 SSP/PR, Nome do Pai: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, Nome da Mãe: VERA LUCIA DIAS DE OLIVEIRA, nascido em 06/08/1988, natural de WENCESLAU BRAZ, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0000383-50.2025.8.16.0011, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 24 de junho de 2025 às 14:36:27.

Curitiba, 24 de junho de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO SÉRGIO CUNHA GOMES, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de SÉRGIO CUNHA GOMES, RG 85613855 SSP/PR, Nome do Pai: DEUSDÉDIT ÁLVARES GOMES, Nome da Mãe: EURIDES BARBOSA CUNHA, nascido em 18/02/1991, natural de CURITIBA/PR, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0004845-44.2025.8.16.0013, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 24 de junho de 2025 às 14:27:09.

Curitiba, 24 de junho de 2025.
Camila de Britto For

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO CILAS MOREIRA DOS SANTOS SOARES, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de CILAS MOREIRA DOS SANTOS SOARES, RG 133538992 SSP/PR, CPF 101.399.299-75, Nome da Mãe: ZUZA MOREIRA DOS SANTOS, nascido em 19/12/1997, natural de CURITIBA, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0006193-97.2025.8.16.0013, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 24 de junho de 2025 às 14:39:34.

Curitiba, 24 de junho de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO FABIO GIOVANNI DILDA, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de FABIO GIOVANNI DILDA, RG 59121030 SSP/PR, Nome do Pai: AGENOR DILDA, Nome da Mãe: LADY DILDA, nascido em 09/01/1975, natural de CURITIBA, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0001515-39.2025.8.16.0013, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 1 ano. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 24 de junho de 2025 às 14:32:46.

Curitiba, 24 de junho de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO NOTICIADO CARLOS ALBERTO PEREIRA KARGER, PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

A Juíza de Direito do 3º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba - Casa da Mulher Brasileira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que foi deferida, em favor da noticiante/vítima, em face de CARLOS ALBERTO PEREIRA KARGER, RG 89409268 SSP/PR, Nome do Pai: LUIZ ALBERTO KARGER, Nome da Mãe: JULIA TEREZINHA PEREIRA, nascido em 26/08/1984, natural de CURITIBA/PR, noticiado nos autos de Medidas Protetivas de Urgência nº 0001055-52.2025.8.16.0013, pelo que, através do presente, é procedida a CITAÇÃO informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juízo, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como INTIMAÇÃO de que foram deferidas Medidas Protetivas em favor da vítima, devendo o noticiado buscar informações junto a este cartório a fim de não descumprir as medidas e sofrer consequências mais graves. As medidas protetivas foram deferidas sem prazo de término, com prazo de reavaliação de 90 dias. Fica o noticiado ciente de que poderá, querendo, apresentar resposta no prazo de 05 (cinco) dias, através de defensor. Determinou ainda a MM. Juíza que ficasse consignado que dispõe o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, o descumprimento das medidas impostas pode implicar no decreto de prisão preventiva, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A, Lei 11340/06). Curitiba, 24 de junho de 2025 às 13:41:56.

Curitiba, 24 de junho de 2025.
Camila de Britto Formolo
Juíza de Direito

4ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO
Leilão Exclusivamente Eletrônico
*(*www.kronbergleiloes.com.br*)*

O(A) EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA (O) 4ª VARA CÍVEL DE CURITIBA-PARANÁ,**DRA. BRUNA RICHA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**, nomeando o leiloeiro público **HELCIO KRONBERG**, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em **LEILÃO PÚBLICO,** os bens/lotes adiante discriminados. **LOCAL**: Os leilões previstos neste edital serão realizados exclusivamente em ambiente eletrônico, via plataforma *www.kronbergleiloes.com.br*, ficando os interessados/licitantes cientes que, ao acessar a referida plataforma e clicar na opção desejada, poderá haver redirecionamento para o site *www.kronleiloes.com.br.***DATA E HORA**: **Primeiro leilão: 21/08/2025 Segundo Leilão: 28/08/2025, ambos as 10:15 (*horário de Brasília).*VENDA DIRETA:** Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 *(sessenta)* dias, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de **5,00%.LANCE INICIAL**: **No primeiro leilão**, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. **No segundo leilão**, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a **50%** do valor da avaliação *(art. 891, §único do CPC).***LANCE CONSIDERADO VENCEDOR**: Será considerado vencedor o lance em maior valor.**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser descontadas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 *(três)* dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida *(art. 903, §1º, III do CPC),* sendo o lote novamente levado à leilão *(do qual o arrematante ficará impedido de participar),*ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, podendo o r. juízo valer-se da via executiva para a cobrança da multa. **ARREMATAÇÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO:** Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. **PROPOSTAS**: Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro*(no site www.kronbergleiloes.com.br),* devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente *(e cônjuge, se houver)*; bem/lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%, caso a mesma seja homologada. **O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões.** As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5,00 sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance *(e nas mesmas condições de pagamento)* recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial *(quando não comparecerem interessados na arrematação do bem),*até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. **MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE**: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no **art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO**: Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor total da arrematação, taxa esta devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos *(independente de exibir ou não o preço).* Na hipótese de acordo, remição e/ou parcelamento do débito após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Em caso de adjudicação, será devida, pelo adjudicante, taxa de comissão de 2% sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado. Em caso de remição, acordo e/ou parcelamento do débito antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 2% sobre o valor da dívida remida ou sobre o valor do acordo, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 *(três)*dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrependimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença *(se houver).* Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outro atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida *(no todo ou em parte),* o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção. **DÍVIDAS E ÔNUS:A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos *(até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega),* inclusive dívidas*propter rem*.** Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado *(a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras)* não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. **Na hipótese de arrematação de veículo**, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmite legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário. **TRANSMISSÃO *ON LINE***: Os leilões previstos

neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico *(www.kronbergleiloes.com.br).* Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio do *site www.kronbergleiloes.com.br*. Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato. **LANCES PELA INTERNET:** Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela *internet*, por intermédio do site *www.kronbergleiloes.com.br*. **Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no *site* do leiloeiro**. Todos os atos realizados via *internet* ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital. **CONDIÇÕES GERAIS:** O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irretratáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante *(art. 893 do CPC).* Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo *ad corpus,*não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas são somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia *(inclusive de funcionamento).* Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, **caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra*,* devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 *(dez)* dias** contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento**. Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem**, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. **INFORMAÇÕES:** Com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site *www.kronbergleiloes.com.br.***Visitação do*(s)* bem*(ens)* mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do*(s)* bem*(ens)* estar*(em)* sob a guarda ou posse do leiloeiro**. **Não será permitida visita sem agendamento prévio**. **PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL:** O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 *(cinco)* dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro *(www.kronbergleiloes.com.br),*sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. **Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados *art. 889, § único do CPC)*, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem:** EDIFÍCIO CONDOMÍNIO GOLDEN LYON, CP CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, JEFERSON WEBER, ROSSANA MARIA WOLOWSKI KENKSI MATTA, FABIOLA POLLATI CORDEIRO, JAMILE ERNANDORENA DOS SANTOS, CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER, JONAS ROBERTO JUSTI WASZAK E TARCISIO ARAÚJO KROETZ.

Cumprimento de Sentença - 0004331-02.2003.8.16.0001 Requerente: EDIFÍCIO CONDOMÍNIO GOLDEN LYON **Requerido:** CP CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. **Bem** Vaga n° 12 localizada no subsolo, com área privativa construída de 9,00m², situada no Edifício Goldem Lyon, localizado na Rua Belém, 322, bairro: Cabral, Curitiba/PR, CEP: 800035-170, constante na AV-8 da matrícula nº 29.243 do 2º CRI Curitiba (não possui matrícula própria), Indicação Fiscal: 54.075.021.0799. Na data da visita técnica, a vaga encontrava-se desocupada.**Recursos Pendentes:**Agravo de Instrumento AI 0055756-02.2025.8.16.0000 - pendente de julgamento, **Ônus:** Há débitos de IPTU. **VALOR DA DÍVIDA R$ 78.099,99** em 18 de novembro de 2024, **VALOR DE AVALIAÇÃO R$ 37.000,00** em 22 de abril de 2024. **Valor do bem em segundo leilão:** R$ 18.500,00.

Cumprimento de Sentença - 0004331-02.2003.8.16.0001 Requerente: EDIFÍCIO CONDOMÍNIO GOLDEN LYON **Requerido:** CP CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**Bem** Vaga n° 15 localizada no subsolo, com área privativa construída de 9,00m², situada no Edifício Goldem Lyon, localizado na Rua Belém, 322, bairro: Cabral, Curitiba/PR, CEP: 80035-170, constante na AV-8 da matrícula nº 29.243 do 2º CRI Curitiba (não possui matrícula própria). Indicação Fiscal: 54.075.021.0820. Na data da visita técnica, a vaga encontrava-se desocupada.**Recursos Pendentes:**Agravo de Instrumento AI 0055756-02.2025.8.16.0000 - pendente de julgamento, **Ônus:** Há débitos de IPTU. **VALOR DA DÍVIDA R$ 78.099,99** em 18 de novembro de 2024, **VALOR DE AVALIAÇÃO R$ 37.000,00** em 22 de abril de 2024. **Valor do bem em segundo leilão:** R$ 18.500,00.

Cumprimento de Sentença - 0004331-02.2003.8.16.0001 Requerente: EDIFÍCIO CONDOMÍNIO GOLDEN LYON **Requerido:** CP CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**Bem** Vaga n° 72 localizada na sobreloja, com área privativa construída de 9,00m², situada no Edifício Goldem Lyon, localizado na Rua Belém, 322, bairro: Cabral, Curitiba/PR, CEP: 80035-170. A vaga de garagem consta na AV-8 da matrícula nº 29.243 do 2º CRI Curitiba (não possui matrícula própria).Indicação Fiscal: 54.075.021.1216. Na data da visita técnica, a vaga encontrava-se desocupada.**Recursos Pendentes:**Agravo de Instrumento AI 0055756-02.2025.8.16.0000 - pendente de julgamento, **Ônus:** Há débitos de IPTU. **VALOR DA DÍVIDA R$ 78.099,99** em 18 de novembro de 2024, **VALOR DE AVALIAÇÃO R$ 37.000,00** em 22 de abril de 2024. **Valor do bem em segundo leilão:** R$ 18.500,00.

CURITIBA, 18 de Junho de 2025.

Helcio Kronberg
Leiloeiro Público Oficial
BRUNA RICHA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

O PRESENTE EDITAL SERÁ PUBLICADO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, ATRAVÉS DO SITE https://rochaleiloes.com.br, DE FORMA A CUMPRIR O PRECONIZADO PELO ARTIGO 887, §2º DO NCPC.

EDITAL DE HASTA PÚBLICA E INTIMAÇÃO - PROJUDI
AUTOS NU 0009725-57.2021.8.16.0001

A Doutora **BRUNA RICHA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**, MMª. Juíza de Direito da 4ª Vara Cível de Curitiba, Estado do Paraná, Na Forma da Lei. ETC., FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiver, e ainda a quem interessar possa, que será levado à arrematação em primeira e segunda praça o bem de propriedade dos executados, nesta forma:

PRIMEIRA PRAÇA: o dia 28/07/2025 às 09h45min, por valor igual ou superior ao da avaliação.

SEGUNDA PRAÇA: o dia 29/07/2025 às 09h45min, por preço de quem mais der, desde que não seja vil - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da avaliação.

LOCAL DE ARREMATAÇÃO: OS LEILÕES SERÃO REALIZADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO (DE FORMA ON-LINE) - através do site: https://rochaleiloes.com.br.

ATENÇÃO: Para participar dos leilões/praças, os interessados deverão cadastrar-se com antecedência mínima de 24h antes, no site acima mencionado e proceder a habilitação para que participem da hasta, informações através do Fone: (41) 3077-8880 e/ou e-mail: documentos@rochaleiloes.com.br.

PROCESSO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL NU 0009725-57.2021.8.16.0001, em que TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXV S.A (CNPJ nº 45.741.898/0001-97), movem em face de BAYONNE COSMÉTICOS LTDA (CNPJ nº 85.040.103/0001-38), GISELA PISSETTI RAUEN (CPF/MF nº 464.317.309-25), LANGON COSMÉTICOS LTDA (CNPJ nº 01.515.050/0001-74), LUIZ FELIPE RAUEN (CPF/MF nº 186.846.619-15) e RIC INTERNATIONAL CORPORATION - ADMINISTRADORA LTDA (CNPJ nº 00.529.080/0001-77), tendo como terceiros habilitados: ESTADO DO PARANÁ - PROCURADORIA GERAL, FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, INSTITUTO AGUA E TERRA, INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e a UNIÃO FEDERAL.

BEM: Lote C-1 situado na Cidade Industrial de Curitiba, medindo 397,78m de frente para a Rua Ciro Correia Pereira, por 245,62 m. de fundos pelo lado direito, 273,34 m. pelo lado esquerdo e 347,79 m. nos fundos, totalizando a área de 93.984,65 m²; demais características constantes na Matrícula nº 122.789 da 8ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba; IF 85.537.052; Descrição do terreno: lote plano, no nível da rua; zoneamento: ZI.1 - zona industrial; potencial construtivo: 0,6 à 1; ocupação: 50%; Descrição da edificação: Construção para fins industriais, com galpão, setor administrativo e de apoio; com área construída de 12.182,96 m²; idade: 15 anos; bom estado de conservação.

DEPOSITÁRIO FIEL: O executado.

AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 89.627.921,00 (oitenta e nove milhões seiscentos e vinte e sete mil novecentos e vinte e um reais), em 02/2024.

VALOR DO DÉBITO: R$ 4.711.509,10 (quatro milhões e setecentos e onze mil e quinhentos e nove reais e dez centavos), em 04/2025 - passível de atualização.

ÔNUS: Constam na matrícula: R5 e R6) Hipotecas de 1º e 2º Grau em favor da TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS XXV S.A, conforme ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE CRÉDITO, DE DIREITOS E OUTRAS AVENÇAS do 6º Tabelião de Notas da Comarca de Campinas/SP, datada

de 29/03/2023 - L. 546, págs. 215/222, 1º Translado - acostada nos autos na seq. 421.2. AV10) Existência de Ação sob nº 5033271-43.2022.4.04.7000/PR de Ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, da 16ª Vara Federal de Curitiba, em que é requerente a UNIÃO. R11) Penhora referente à presente demanda. - Consta apenso aos autos: Processo: 0018859-11.2021.8.16.0001 - Embargos à Execução - SUSPENSO OU SOBRESTADO.

LEILOEIRO: Antonio Magno Jacob da Rocha, Jucepar 08/020-L, fone: 41-3077-8880. Os honorários do leiloeiro deverão ser depositados no ato da arrematação - tal como o preço: 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance aceito, a ser pago pelo arrematante.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI, a partir da data da arrematação. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do NCPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamento feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado; 3ª Observação: A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC) e 4ª Observação: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o §4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do §5º do Art. 903 do CPC. 5ª Observação: O(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) livre(s) de quaisquer ônus, inclusive os de natureza fiscal, consoante ao Parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional, bem como os de natureza propter rem, conforme disposto no §1º do art. 908 do Código de Processo Civil.

DO LANCE: Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências.

DA IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE DO LANCE: Os lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. O Usuário é responsável por todas as ofertas registradas em seu nome, pelo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.

DA DESISTÊNCIA OU INADIMPLEMENTO: Caso o primeiro colocado desista da arrematação ou não recolha o valor do lance e/ou a taxa de comissão do leiloeiro, será chamado o segundo colocado e, na hipótese do segundo colocado também desistir ou inadimplir, será chamado o terceiro colocado e, assim, sucessivamente, sendo chamados tantos licitantes quantos forem necessários, até o recolhimento do preço, da taxa de comissão e expedição do auto de arrematação. Os licitantes chamados para o pagamento em caso de desistência ou inadimplência do licitante melhor colocado, deverão honrar o valor de seu maior lance ofertado durante o leilão, não podendo alegar que houve disputa e majoração do lance, uma vez que os lances foram ofertados por livre e espontânea vontade do licitante. Mesmo na hipótese de chamamento dos licitantes com colocação imediatamente inferior, os licitantes desistentes ou que deixarem de recolher o preço no prazo previsto, como penalidade, ficarão obrigados a pagarem a taxa de comissão do leiloeiro (calculada sobre o valor do lance não honrado) previstas neste edital, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor, hipótese que será observada mesmo que um dos licitantes chamados venha a honrar o preço e a taxa de comissão o leiloeiro. O inadimplente que não pagar a comissão devida ao Leiloeiro, terá seu cadastro bloqueado no portal e não poderá participar de novos leilões até que seja regularizada a pendência.

ADVERTÊNCIA: Caso não haja expediente nas datas designadas, fica predefinido o primeiro dia útil subsequente, bem como que o leilão terá prosseguimento no dia útil imediato, à mesma hora em que teve início, independente de novo edital, se ultrapassado o horário de expediente forense (art. 900, CPC).

INTIMAÇÕES: Ficam intimados os devedores **BAYONNE COSMÉTICOS LTDA** (CNPJ nº 85.040.103/0001-38), **GISELA PISSETTI RAUEN** (CPF/MF nº 464.317.309-25), **LANGON COSMÉTICOS LTDA** (CNPJ nº 01.515.050/0001-74), **LUIZ FELIPE RAUEN** (CPF/MF nº 186.846.619-15) e **RIC INTERNATIONAL CORPORATION - ADMINISTRADORA LTDA** (CNPJ nº 00.529.080/0001-77), na pessoa de seu representante legal e/ou cônjuge se casado for, através deste Edital, bem como caso não o sejam pelo Sr. Oficial de Justiça (Artigo 889 CPC), antes da arrematação e da adjudicação do bem. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei; Os credores hipotecários, usufrutuários ou senhorio direto que não foram intimados pessoalmente, ficam neste ato intimados da realização dos respectivos praças/leilões (art. 889 CPC); Os bens serão leiloados no estado em que se encontram, sendo que a verificação de seu estado de conservação dos bens poderá ser realizada pelo pretenso arrematante, se desejado, mediante acompanhamento de Oficial de Justiça ou junto ao Avaliador Judicial, conforme for o caso; A carta de arrematação servirá como título à transferência do imóvel, sendo que o arrematante arcará com as despesas da expedição de carta de arrematação, do imposto de transmissão inter-vivos e do registro da carta de arrematação junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

DADO E PASSADO, em Cartório nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de seis do ano de dois mil e vinte e cinco - (09/06/2025).

Antonio Magno Jacob da Rocha
Leiloeiro Oficial - JUCEPAR nº 08/020-L

Obs.: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é **https://portal.tjpr.jus.br/projudi/**, devendo todos os atos processuais e documentos trazidos aos autos serem em formato digital e inserido no Sistema por advogado previamente cadastrado, nos termos da Lei nº 11.419/06 e do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.1. É vedado a esta Escrivania Cível e Fazenda Pública inserir no Projudi peças apresentadas fisicamente pelos advogados (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, item 2.21.3.3).

5ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE EDITH ARACI DA SILVA BUENO LEIPELT, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, POR ESTAR EM LOCAL DESCONHECIDO.
O Doutor Alexandre Della Coletta Scholz, MM Juiz de Direito desta Quinta Vara Cível, faz saber a todos, quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que este Juízo da Quinta Vara Cível, se processam os termos da AÇÃO DE COBRANÇA, autuada sob o nº 0014211-56.2019.8.16.0001, em que é requerente CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MORADIAS CAPIVARI - CONDOMÍNIO II, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.739.539/0001-20 e requerente EDITH ARACI DA SILVA BUENO LEIPELT, inscrita no CPF/MF sob o nº 183.470.100-72 e por este CITAR - com o prazo de 20 (vinte) dias, contados da primeira publicação deste - EDITH ARACI DA SILVA BUENO LEIPELT- dos termos da presente ação, podendo no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a ação, sob a advertência de que não sendo contestada, será nomeado curador especial bem como presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo requerente, a saber: "JUÍZO DE DIREITO DA QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ, SITUADO NA AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU N. 535, 5ºANDAR - CENTRO CÍVICO - CEP 80530-906 EDITAL DE CITAÇÃO DE EDITH ARACI DA SILVA BUENO LEIPELT EDITAL DE CITAÇÃO de EDITH ARACI DA SILVA BUENO LEIPELT, brasileira, viúva, pedagoga, portadora da Carteira de Identidade/RG n. 100.180.188-3/RS e inscrita no CPF/MF sob o n. 183.470.100-72, atualmente em lugar incerto e não sabido, tendo em vista que os meios usuais de localização da requerida foram esgotados e resultaram sem êxito, para que seja citada no processo de Cobrança autuada sob o n. 0014211-56.2019.8.16.0001, movida pelo CONJUNTO RESIDENCIAL CAPIVARI II, em trâmite perante a Quinta Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, sito na Avenida Cândido de Abreu n. 535, 5º andar, Centro Cívico - CEP 80530-906, Curitiba/PR o qual aduz o seguinte: A cobrança foi ajuizada em 02/06/2019, pelo valor que atualizado até 10/05/2019 importava em R$ 3.424,67 (três mil quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), tendo em vista que a requerida não quitou a obrigação legal referente ao pagamento das taxas condominiais vencidas em 11/03/2018; 11/06/2018; 11/07/2018; 11/08/2018; 11/10/2018 e 11/11/2018 do apartamento 02 do bloco 04 do Condomínio Residencial Moradias Capivari - Condomínio II, situado na rua Ariovaldo Kato n. 122, bloco 04, apartamento 02, CEP 82920-200, Curitiba/PR, conforme denota-se do teor da matrícula n. 34.145 do 4ª Cartório de Registro de Imóveis de Curitiba/PR. REQUER-SE: a) a citação da requerida, para oferecer defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão; b) a procedência da presente ação, com a consequente condenação da requerida ao pagamento do principal, que até 10/05/2019, importava em R$ 3.424,67 (três mil quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), acrescido

das parcelas vincendas durante o trâmite processual, de acordo com o disposto no art.
323 do Novo Código de Processo Civil, incidindo os encargos - multa de 2% (dois por cento) conforme orientação do Código Civil Brasileiro; juros legais de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die, em atenção ao dispositivo legal e ao estabelecido na Convenção de Condomínio (anexos), devidamente corrigidos a partir de cada vencimento, pelo INPC; custas processuais e honorários advocatícios a serem arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do débito. Requer a produção de todas as provas em direito admitidas, em atenção ao disposto no artigo 369 e seguintes do NCPC, em especial a prova documental e o depoimento pessoal da requerida. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, a ser publicado e afixado no local de costume, com prazo de 20 (vinte) dias conforme dispõe o art. 257, incisos II e III, do CPC. Curitiba, aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, ___o subscrevi." Sob minuta apresentada. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e Passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 23 de junho de 2025. Eu, _____, (UBIRAJARA BINHARA), Escrivão que o subscrevi e assino por ordem do MM. Juiz de Direito - Portaria nº. 140/22.

EDITAL DE CITAÇÃO DE CASH NIGHT CLUB EVENTOS LTDA, LET'S FORMATURAS - LTDA, FLV PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI E FERNANDO LUIZ VIEIRA COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, POR ESTAR EM LOCAL DESCONHECIDO.
A Doutora Karine Pereti de Lima Antunes, MM Juiz de Direito desta Quinta Vara Cível, faz saber a todos, quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que este Juízo da Quinta Vara Cível, se processam os termos da AÇÃO DE RECISÃO CONTRATUAL, autuada sob o nº 0004602-44.2022.8.16.0001, em que é requerente JHONNY HARUO KUSAKARIBA, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.161.619-58 e requeridos CASH NIGHT CLUB EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 36.271.810/0001-20, LET'S FORMATURAS - LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 37.028.459/0001-03, FLV PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.638.290/0001-69 e FERNANDO LUIZ VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 005.299.969-60 e por este CITAR - com o prazo de 20 (vinte) dias, contados da primeira publicação deste - CASH NIGHT CLUB EVENTOS LTDA, LET'S FORMATURAS - LTDA, FLV PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI E FERNANDO LUIZ VIEIRA - dos termos da presente ação, podendo no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a ação, sob a advertência de que não sendo contestada, será nomeado curador especial bem como presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo requerente, a saber: "A Doutora Karine Pereti de Lima Antunes, MM. Juíza de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, FAZ SABER, que perante este Juízo e Secretaria, processam-se os autos da ação de Rescisão Contratual c/c Restituição de Valores e Indenização por Danos Morais nº 0004602- 44.2022.8.16.0001, distribuída em 11/03/2022, movida por JHONNY HARUO KUSAKARIBA em face de FLV PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 18.638.290/0001-69, FERNANDO LUIZ VIEIRA, inscrito no CPF nº 005.299.969-60, CASH NIGHT CLUB EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 36.271.810/0001-20 e LET'S FORMATURAS - LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 37.028.459/0001-03, cujo objeto é o descumprimento de contrato de prestação de serviços de formatura, cujos eventos foram cancelados sob alegação de falta de recursos após o término das restrições sanitárias da pandemia, apesar de o autor ter quitado integralmente os valores contratados. Foi determinado por meio do despacho de mov. 268.1 a citação por edital dos Requeridos, tendo em vista o esgotamento dos meios de localização dos endereços diligenciados. Nos termos do artigo 256, I do CPC, que, por estarem em local incerto e não sabido, são CITADOS dos termos da ação em epígrafe, devendo apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do fim do prazo do presente edital, sob pena de revelia e de serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, conforme artigo 344 do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo sem manifestação, será nomeado curador especial nos termos do artigo 72, II, do CPC. E para que chegue
ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Curitiba, 28 de abril de 2025. Karine Pereti de Lima Antunes, Juíza de Direito." Sob minuta apresentada. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e Passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 25 de junho de 2025. Eu, _____, (UBIRAJARA BINHARA), Escrivão que o subscrevi e assino por ordem do MM. Juiz de Direito - Portaria nº. 140/22.

EDITAL DE CITAÇÃO DE ALEXANDRE ROBERTO MUELLER, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, POR ESTAR EM LOCAL DESCONHECIDO.
A Doutora Karine Pereti de Lima Antunes, MMA Juíza de Direito desta Quinta Vara Cível, faz saber a todos, quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que este Juízo da Quinta Vara Cível, se processam os termos da AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, autuada sob o nº 0027707-50.2022.8.16.0001, em que é requerente COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROFISSIONAIS DOS CREAS E DEMAIS AREAS TECNOLOGICAS - CREDCREA, pessoa jurídica de direito privado A, inscrita no CNPJ sob nº 05.979.692/0001-85 e requerente ALEXANDRE ROBERTO MUELLER o, inscrito no CPF sob o número 902.247.959-53 e por este CITAR - com o prazo de 20 (vinte) dias, contados da primeira publicação deste - ALEXANDRE ROBERTO MUELLER - dos termos da presente ação, podendo no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a ação, sob a advertência de que não sendo contestada, será nomeado curador especial bem como presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo requerente, a saber: "DOS FATOS Por meio da Cédula de Crédito Bancário nº 00.051.324, firmada em 12/03/2021, os Executados contrataram com o Exequente um empréstimo de R$ 30.279,91, a ser pago em 60 parcelas mensais, com início em 10/04/2021 e término em 10/03/2026. Contudo, os Executados deixaram de pagar as parcelas acordadas. Apesar das tentativas de cobrança amigável por parte do credor, a dívida não foi quitada. Com base na cláusula 9 do contrato, a inadimplência resultou no vencimento antecipado de todas as parcelas, permitindo ao Exequente cobrar o valor total do débito. DO DIREITO Com base no artigo 786 do Código de Processo Civil, a execução é cabível quando há obrigação certa, líquida e exigível, como é o caso da Cédula de Crédito Bancário, considerada título executivo extrajudicial conforme o artigo 28 da Lei 10.931/2004, onde estabelece que a Cédula de Crédito Bancário é um título executivo extrajudicial que representa uma dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, podendo ser cobrada pelo valor indicado no documento, no saldo devedor em planilha ou nos extratos bancários. Diante da possibilidade de não localização ou inadimplência do(s) Executado(s) quanto ao débito certo, líquido e exigível, requer-se a aplicação dos procedimentos legais para garantir a satisfação do crédito do Exequente." Sob minuta apresentada. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e Passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 23 de junho de 2025. Eu, _____, (UBIRAJARA BINHARA), Escrivão que o subscrevi e assino por ordem do MMA. Juíza de Direito - Portaria nº. 140/22.

EDITAL DE CITAÇÃO DE FRANCISCO FERREIRA DA ROCHA JUNIOR, BENEDITA FERREIRA DA ROCHA, PEDRO FERREIRA DA ROCHA, JOÃO FERREIRA DA ROCHA, FERMINA FERREIRA DA ROCHA, MARIA MADALENA CARNEIRO, IDAZINA FERREIRA DA ROCHA, AMELIA DA ROCHA CARNEIRO, FRANCISCO FERREIRA DA ROCHA SOBRINHO E INTERESSADOS AUSENTES E INCERTOS, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, POR ESTAR EM LOCAL DESCONHECIDO.
O Doutor Alexandre Della Coletta Scholz, MM Juiz de Direito desta Quinta Vara Cível, faz saber a todos, quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que este Juízo da Quinta Vara Cível, se processam os termos da AÇÃO DE USUCAPIÃO ESPECIAL, autuada sob o nº 0007700-66.2024.8.16.0001, em que são requerentes MARINES GUESES VIEIRIA RODRIGUES, inscrita no CPF/MF sob o nº 541.712.239-34 e JOÃO RODRIGUES, inscrito no CPF/MF sob o nº 462.208.449-04 e requerente e Espólio de Francisco Ferreira da Cruz representado por FRANCISCO FERREIRA DA ROCHA JUNIOR, BENEDITA FERREIRA DA ROCHA, PEDRO FERREIRA DA ROCHA, JOÃO FERREIRA DA ROCHA, FERMINA FERREIRA DA ROCHA, MARIA MADALENA CARNEIRO, IDAZINA FERREIRA DA ROCHA, AMELIA DA ROCHA CARNEIRO, FRANCISCO FERREIRA DA ROCHA SOBRINHO, inscrito no CPF/MF sob o nº não cadastrado e por este CITAR - com o prazo de 20 (vinte) dias, contados da primeira publicação deste - FRANCISCO FERREIRA DA ROCHA JUNIOR, BENEDITA FERREIRA DA ROCHA, PEDRO FERREIRA DA ROCHA, JOÃO FERREIRA DA ROCHA, FERMINA FERREIRA DA ROCHA, MARIA MADALENA CARNEIRO, IDAZINA FERREIRA DA ROCHA, AMELIA DA ROCHA CARNEIRO, FRANCISCO FERREIRA DA ROCHA SOBRINHO E INTERESSADOS AUSENTES E INCERTOS- dos termos da presente ação, podendo no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a ação, sob a advertência de que não sendo contestada, será nomeado curador especial bem como presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo requerente, a saber: "O MM. Juiz de Direito da Vara Cível de Curitiba-Paraná, na forma da Lei. FAZ SABER a todos os que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos do processo nº 0007700-66.2024.8.16.0001 que neste juízo corre seus tramites, processo de usucapião especial em conformidade com o artigo Código Civil Brasileiro e (art. 183, CF/88), em face de Espólio de Francisco Ferreira da Cruz representado por FRANCISCO FERREIRA DA ROCHA JUNIOR, BENEDITA FERREIRA DA ROCHA, PEDRO FERREIRA DA ROCHA, JOÃO FERREIRA DA ROCHA, FERMINA FERREIRA DA ROCHA, MARIA MADALENA CARNEIRO, Idazina Ferreira da Rocha, AMELIA DA ROCHA CARNEIRO, FRANCISCO FERREIRA DA ROCHA SOBRINHO todos em lugar incerto e não sabido, do Imóvel constituído de parte do Lote nº 340 da Quadra nº 15, da Planta Nossa Senhora das Graças (1148) situado no bairro Pinheirinho, nesta Capital, de forma regular, lado limpar, localizado a 160,10metros da Rua Rosa
Tortato, fazendo frente para a Rua Izaac Ferreira da Cruz sob o nº 1333, com o azimute de 162°00'00" onde mede 9,20metros; Do lado direito de quem da rua olha o imóvel, com o azimute de 72°00'00" onde mede 18,50metros, faz confrontação com parte do Lote fiscal 83.338.019.000, pertencente a Tereza Alexandre Cotrin; Do lado esquerdo de quem da rua olha o imóvel, com o azimute de72°00'00" onde mede 18,50metros, faz confrontação com o Lote fiscal 83.338.018.000, pertencente a Valdeci Ferancini; Na linha de fundos, com o azimute de 162°00'00" onde mede 9,20 metros, faz confrontação com a parte do Lote fiscal 81.657.004.000, pertencente a Vera Lucia Pimentel Lopes e Edson Lopes Souza, fechando o perímetro e perfazendo

uma área total de 170,20m². Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume. EDITAL, para os atos e temos da ação proposta e para que no prazo de 20 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentem respostas. Não sendo contestada a ação, os réus e demais interessados serão considerados revel caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Curitiba-PR, ___ do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). Eu_____, Escrevente Juramentado, o fiz digitar, conferi e subscrevo." Sob minuta apresentada. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e Passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos 23 de junho de 2025. Eu, _____, (UBIRAJARA BINHARA), Escrivão que o subscrevi e assino por ordem do MM. Juiz de Direito - Portaria nº. 140/22.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE FERNANDA MORAIS FRANÇA DAS NEVES, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, POR ESTAR EM LOCAL INCERTO.
A Doutora Karine Pereti de Lima Antunes, Juíza de Direito desta Quinta Vara Cível, faz saber a todos, quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo da Quinta Vara Cível, se processam a AÇÃO MONITÓRIA - em fase de cumprimento de sentença, autuada sob o nº 0008835-55.2020.8.16.0001, em que é exequente INSTITUTO DE EDUCACAO UNICURITIBA LTDA., pessoa jurídica inscrita no CPF/MF sob o nº 76.534.924/0001-30 e executada FERNANDA MORAIS FRANÇA DAS NEVES, inscrita no CPF/MF sob o nº 058.061.269-43, ficando devidamente INTIMADA - FERNANDA MORAIS FRANÇA DAS NEVES - para no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença. Fica consignado que o não cumprimento espontâneo da obrigação - no valor de R $ 28.775,56 - no prazo de 15 dias implicará na incidência de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §1º e §2º do NCPC. A parte poderá oferecer impugnação no prazo de 15 dias, independente de penhora ou de nova intimação, nos termos do art. 525 do NCPC. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e Passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, 23 de junho de 2025. Eu, _____, (UBIRAJARA BINHARA), Escrivão que o subscrevi e assino por ordem do MMA. Juíza de Direito - Portaria nº. 140/22.

7ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

J U Í Z O D E D I R E I T O D A S É T I M A V A R A C Í V E L
Cartório da 7ª. Vara Cível Drª. Katya de Araújo Carollo - Escrivã
Av. Cândido de Abreu, 535 - 7º. Andar Caroline M.C.B. de Matos - E. Juramentada
Comarca de Curitiba - Estado do Paraná Patrícia Carla Gonçalves - E. Juramentada
EDITAL DE CITAÇÃO DA RÉ FOHAT CORPORATION SERVIÇOS EM ENGENHARIA LTDA, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL; COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, NA FORMA ABAIXO:
Edital de Citação da Ré **FOHAT CORPORATION SERVIÇOS EM ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica**,** inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º28.036.350/0001-27**, através de seu representante legal, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, contados após o decurso do prazo do edital, pague a importância devida no valor de ***R$ 59.400,00 (Cinquenta e nove mil e quatrocentos reais - 29/09/2022 - seq. 1.1)****e de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, contados da juntada do mandado (cumprido) aos autos de processo (artigo 701, c/c artigo 231, inc. II, NCPC), efetuado o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias é isenta da responsabilidade das despesas do processo (artigos 701, §1º, NCPC), no mesmo prazo, poderá opor Embargos, mediante Advogado constituído (artigo 702, NCPC), em caso de não pagamento e ausência de Embargos no prazo legal, converter-se-á o mandado inicial em mandado executivo, prosseguindo o feito como execução por quantia certa, fixando-se honorário advocatícios para o patrono da parte autora em 10% do valor da causa (artigo. 701, §2º, c/c artigo 824 e ss., NCPC). Aplica-se à ação monitória, a possibilidade de parcelamento da dívida contida no artigo 916 do NCPC 2015 (antigo 745-A do CPC 1973) como forma de renúncia ao direito de opor embargos monitórios (artigo 916, parágrafo sexto, NCPC): "Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês"*; da **AçãoMONITÓRIA**, sob nº. **0023493-16.2022.8.16.0001**, que tramita na 7ª. Vara Cível de Curitiba, pelo sistema *Projudi*, sito na Av. Cândido de Abreu, 535, 7°. Andar, Centro Cívico, movida **XCOM COMUNICAÇO E MARKETING LTDA** contra **FOHAT CORPORATION SERVIÇOS EM ENGENHARIA LTDA, que em síntese aduz o seguinte:** *"... objetivando a procedência da ação para declarar a rescisão contratual, bem como a restituição integral da quantia. Valor da causa R$ 59.400,00 (29/09/2022) ..."* conforme **DESPACHO DE SEQUÊNCIA 304.1: "***1. Compulsando os autos, verifica-se exauridos os endereços indicados nas diligências efetuadas, restando a parte RÉ em local incerto e desconhecido. Logo, pertinente a citação ficta, conforme Jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEMANDA EM FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PELA AUSÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE VALORES LÍQUIDOS. INSURGÊNCIA DA PARTE EXECUTADA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE NA CITAÇÃO POR EDITAL. TESE RECHAÇADA. ESGOTAMENTO DE OUTRAS PESQUISAS QUE RESTARAM INFRUTÍFERAS ANTES DO DEFERIMENTO DA CITAÇÃO POR EDITAL. AUSÊNCIA DE QUALQUER NULIDADE. PARTE QUE BUSCOU DE VÁRIAS FORMAS O ENDEREÇO DA PARTE RÉ, ORA EXECUTADA, A FIM DE EFETIVAR A CITAÇÃO (SIEL INFOJUD, RENAJUD, SISBAJUD, COPEL E POR OFICIAL DE JUSTIÇA). CITAÇÃO POR EDITAL PERMITIDA ANTE AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR - 20ª Câmara Cível - 0023180-87.2024.8.16.0000 - São José dos Pinhais - Rel.: SUBSTITUTA RENATA ESTORILHO BAGANHA - J. 13.09.2024) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA, NOTAS FISCAIS. CITAÇÃO POR EDITAL. DECRETAÇÃO DA REVELIA, COM NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DE APELAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA. 1. PEDIDO DE NÃO PAGAMENTO DO PREPARO RECURSAL. ÓRGÃO QUE ATUA NA QUALIDADE DE CURADOR ESPECIAL. ISENÇÃO QUE DECORRE DE LEI. ART. 172 DO RITJPR. 2. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL. NÃO ACOLHIMENTO. ENCAMINHAMENTO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS PÚBLICOS E SISTEMAS CONVENIADOS (SISBAJUD, ECAC, RENAJUD, SIEL), ALÉM DAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO (SANEPAR, COPEL, VIVO, TIM, OI) QUE INDICARAM DIVERSOS ENDEREÇOS. DILIGÊNCIAS REALIZADAS QUE RESTARAM INFRUTÍFERAS. DESNECESSIDADE DE EXAURIMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES PARA O DEFERIMENTO DA CITAÇÃO EDITALÍCIA. VALIDADE DESTA. 3. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AJUIZAMENTO DA AÇÃO DENTRO DO PRAZO LEGAL. 4. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA. VENCEDORA EM 10% DA PRETENSÃO. HONORÁRIOS FIXADOS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. PERCENTUAL EM FAVOR DA DEFENSORIA ÍNFIMO. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO, NO CASO, DO DISPOSTO NO ART. 85, § 8º, DO CPC. SENTENÇA REFORMADA APENAS PARA FIXAR OS HONORÁRIOS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, POR EQUIDADE. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJPR - 19ª Câmara Cível - 0008250-98.2020.8.16.0131 - Pato Branco - Rel.: LUCIANA CARNEIRO DE LARA - J. 02.07.2024) Assim, defiro o pedido de citação/intimação editalícia conforme pleiteado (seq. 298.1). Observem-se as prescrições legais quanto ao prazo, publicação e fixação do edital. No mais, cumpram-se as disposições do CPC e do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça. 2. Decorrido o prazo sem resposta, intime-se a DEFENSORIA PÚBLICA para atuar como Curador Especial (artigo 72, CPC). Curitiba, data da assinatura digital. Carla Melissa Martins Tria Juiz de Direito".* E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, que será publicado e afixado no lugar de costume, com a ressalva de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 do NCPC). Curitiba, 18 de junho de 2025. E Eu, (Katya de Araújo Carollo) Escrivã, que o fiz digitar, conferi e subscrevo. SOB MINUTA.
CARLA MELISSA MARTINS TRIA
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente

J U Í Z O D E D I R E I T O D A S É T I M A V A R A C Í V E L
Cartório da 7ª. Vara Cível Dra. Katya de Araújo Carollo - Escrivã
Av. Cândido de Abreu, 535 - 7º. andar Caroline M.C.B de Matos - E. Juramentada
Comarca de Curitiba - Estado do Paraná Patrícia Carla Gonçalves - E. Juramentada
DILIGÊNCIA DO JUÍZO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO RONE MORAES DA COSTA; COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
Edital de Intimação do executado **RONE MORAES DA COSTA**, pessoa física, inscrita no **CPF/MF sob o nº. 481.869.536-04**, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência, bem como, para proceder o levantamento do valor depositado junto à conta vinculado aos autos (seq. 651.1), a seguir transcrito: ***"R$ 5.312,21 (cinco mil, trezentos e doze reais e vinte e um centavos"***, sob pena de destinação ao FUNJUS a teor do art. 386, §1º, do Código de Normas do Foro Judicial - CNFJ/CGJ TJP, nos autos de Ação **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**, sob nº. **0006363-23.2016.8.16.0001**, que tramita na 7ª. Vara Cível de Curitiba, pelo *sistema Projudi*, sito na Av. Cândido de Abreu,

nº. 535, 7º. andar, Fórum Cível, Centro Cívico, movido por **CLUB ATHLETICO PARANAENSE** contra **BOA ESPORTE CLUB** e **RONE MORAES DA COSTA**, conforme **DESPACHO DE SEQUÊNCIA 669.1:** *"1. Realizada tentativa de intimação pessoal de RONE para informar interesse no levantamento da quantia, sobreveio retorno inexitoso da carta ante informação de mudança de endereço (seq. 667.1). 2. Considerando que frustrada a tentativa de intimação pessoal, com base no caput e §1º do artigo 5º do Decreto Judiciário n. 626/2018, determino a intimação do beneficiário por edital, salvo se o valor a ser levantado for inferior aos custos de sua publicação, como prevê o §5º do referido artigo. 3. Escoado o prazo fixado no edital sem que o valor seja levantado pelo beneficiário, desde ja determino, com base no artigo 1º do Decreto Judiciário no626/2018, a transferência dos valores para o FUNJUS, observadas as regras do §3º do artigo 5º do citado ato normativo. 4. Antes da remessa da quantia ao FUNJUS, autorizo a utilização desta para pagamento de eventuais custas processuais remanescentes. 5. Por fim, arquivem-se os autos, ciente o beneficiário de que podera requerer a restituição do valor a este Juízo, a quem caberá analisá-lo, conforme artigo 9º do supracitado decreto. Curitiba, data da assinatura digital. Carla Melissa Martins Tria Juíza de Direito*" E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, que será publicado e afixado no local de costume, com a ressalva de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 do NCPC).Curitiba, 18 de junho do ano dois mil e vinte e cinco. E Eu, (a) (Katya de Araújo Carollo) Escrivã, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.
CARLA MELISSA MARTINS TRIA Juíza de Direito
Assinado Digitalmente

8ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Autos nº. 0026890-47.2022.8.16.0013 REQUERIDO: MARCELO FERNANDO MIRANDA PRAZO DO EDITAL: 30 (trinta) dias
PRAZO: 5 (cinco) dias úteis após o transcurso do prazo do edital
A Exma. Sra. Sayonara Sedano, MMa. Juíza de Direito da 8ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, na forma da lei FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR e INTIMAR pessoalmente o réu MARCELO FERNANDO MIRANDA, residente no(a) Rua São Luiz, 187 - Vila São Luiz - CAMPO LARGO/PR - CEP: 83.608-235 - Telefone(s): (41) 98477-9010, (filiação: Nome da Mãe: MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA Nome do Pai: MARCELO MIRANDA - nascido em: CURITIBA ,na data de 19/08/1996) **,e como consta dos autos que o(a) denunciado(a) encontra-se atualmente em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, pelo presente edital CITA e INTIMA o requerido para, no prazo acima indicado, comparecer** a este Juízo (End.: Avenida Anita Garibaldi, 750, Ahú, Curitiba - PR - Fone: (41)3309-9108) em que tramita a Ação de Execução de Pena de Multa n. 0026890-47.2022.8.16.0013, a fim de se manifestar acerca do bloqueio do veículo Yamaha Fazer YS250, de placa ECQ-7084, ano 2008, Renavam 0098.495232-2, cientificando-a de que dispõe do **prazo de 5 (cinco) dias úteis** para se manifestar sobre a impenhorabilidade, irregularidade ou excesso de valores bloqueados, na forma prevista no art. 854, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, 24 de junho de 2025. Eu, Matheus Fonseca dos Santos, Estagiário, digitei e conferi.
SAYONARA SEDANO Juíza de Direito

12ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): EDUARDO DOS SANTOS LOPES PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Katiane Fatima Pellin, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0013505-32.2022.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDUARDO DOS SANTOS LOPES, e vítima RUDIO CRUZ SANTOS FILHO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido EDUARDO DOS SANTOS LOPES, portador(a) do RG 162002805 SSP/PR e CPF 706.687.922-80, nascido(a) em 31/10/1995, natural de SANTAREM/PA, filho(a) de ROSILENE DOS SANTOS LOPES e CANDIDO ASSUNÇÃO LOPES, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 23 de junho de 2025. Ana Carolina Bartolamei Ramos Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): MARIA AUGUSTA CARDOZO NETTO DA SILVEIRA MANOSSO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0001291-71.2024.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) BRUNO HENRIQUE DA SILVA DOS SANTOS, e vítima MARIA AUGUSTA CARDOZO NETTO DA SILVEIRA MANOSSO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima MARIA AUGUSTA CARDOZO NETTO DA SILVEIRA MANOSSO (RG: 154643648 SSP/PR e CPF/CNPJ: 124.066.619-54), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual condenou o(a)(s) réu(ré)(s) nas sanções do artigo 157, §2º, inciso VII, do Código Penal, na data de 02/05/2024, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Diante do exposto, julgo procedente a pretensão punitiva, para o fim de condenar o réu Bruno Henrique da Silva dos Santos, como incurso nas sanções previstas no artigo 157, §2º, inciso VII, do Código Penal." "a pena definitiva se perfaz em 08 (oito) anos de reclusão e 20 (vinte) dias-multa." "determino o regime fechado para o cumprimento inicial", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). Possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), ou 15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): LUIS CARLOS OLANDOVSKI VAZ PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0011735-09.2019.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LUIS CARLOS OLANDOVSKI VAZ, e vítima Isabeli Fabiane Berbetz Suchevicz, JULIO CESAR SUCHEVICZ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LUIS CARLOS OLANDOVSKI VAZ, portador(a) do RG 103914817 SSP/PR e CPF 075.099.339-19, nascido(a) em 27/11/1988, natural de CURITIBA, filho(a) de MERI TEREZINHA OLANDOVSKI e JOÃO CARLOS KONCZYCKI VAZ, motivo

pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 16 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): LUIS CARLOS BATISTA DE FRANÇA PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0003463-54.2022.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WESLLEN PATRICK VIEGA SANTANA, e vítima LUIS CARLOS BATISTA DE FRANÇA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima LUIS CARLOS BATISTA DE FRANÇA (RG: 80894384 SSP/PR e CPF /CNPJ: Não Cadastrado), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual condenou o(a)(s) réu(ré)(s) nas sanções do artigo 155, §4º, inciso III, c/c artigo 14, inciso II, do Código Penal, na data de 07/02/2024, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Ante o exposto, com fundamento no artigo 387, do Código de Processo Penal, julgo procedente a denúncia e condeno Wesllen Patrick Veiga Santana, qualificado nos autos, pela incursão no tipo penal previsto no artigo 155, §4º, inciso III, c/c artigo 14, inciso II, do Código Penal (furto qualificado pelo emprego de chave falsa, na modalidade tentada), ao pagamento das custas processuais e às penas que a seguir passo a fixar." "Feitas tais considerações, fixo a pena definitivamente em 01 (um) ano de reclusão e 05 (cinco) dias-multa. Fixo o dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente no país, em razão da falta de elementos para estipulação a maior. Poderá cumprir a pena em regime aberto." "Diante disso, tendo em conta o quantum da pena, com fundamento no artigo 44, §2º, do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos consistente em prestação de serviços à comunidade, a ser cumprida perante entidades definidas pelo Juízo da execução, levando em consideração as aptidões do condenado." , em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). Possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), ou 15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): VINICIOS SANTOS DE FREITAS PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0000618-15.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOÃO ANTONIO BIGAISKI, ANDERSON LOPES, WILLIAN ALMEIDA MORAIS, e vítima GABRIEL DA CRUZ ZANCHETA, VINICIOS SANTOS DE FREITAS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima VINICIOS SANTOS DE FREITAS (RG: 153711518 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual condenou o(a)(s) réu(ré)(s) nas sanções do art. 157, §§1º e 2º, inciso II, art. 157, §2º, inciso II, na forma do art. 71, e art. 307, caput, na forma do art. 69, todos do Código Penal. na data de 05/09/2023, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Obedecidos aos parâmetros do artigo 68 do Código Penal no tocante ao cálculo da pena, fica o réu Anderson Lopes, qualificado, condenado definitivamente à pena de 13 (treze) anos, 07 (sete) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 570 (quinhentos e setenta) diasmulta, como incurso nas sanções do art. 157, §§1º e 2º, inciso II, e art. 155, §2º, inciso II, na forma do art. 71, todos do Código Penal." "estabeleço o regime fechado para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta" "Obedecidos aos parâmetros do artigo 68 do Código Penal no tocante ao cálculo da pena, fica o réu Willian Almeida Morais, qualificado, condenado definitivamente à pena de 08 (oito) anos, 06 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 275 (duzentos e setenta e cinco) dias-multa, como incurso nas sanções do art.157, §§1º e 2º, inciso II, e art. 157, §2º, inciso II, na forma do art. 71, todos do Código Penal" "estabeleço o regime fechado para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta" "Obedecidos aos parâmetros do artigo 68 do Código Penal no tocante ao cálculo da pena, fica o réu João Antonio Bigaiski, qualificado, condenado definitivamente à pena de 13 (treze) anos, 07 (sete) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 570 (quinhentos e setenta) dias-multa, como incurso nas sanções do art. 157, §§1º e 2º, inciso II, e art. 155, §2º, inciso II, na forma do art. 71, todos do Código Penal." "estabeleço o regime fechado para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta" em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). Possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), ou 15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): PEDRO HENRIQUE PADILHA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0000409-12.2024.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ARIELLE MENDES DE SOUZA, JOSÉ HENRIQUE COSTA PORTES, PEDRO HENRIQUE PADILHA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido PEDRO HENRIQUE PADILHA, portador(a) do RG 144498356 SSP/PR e CPF 146.340.279-17, nascido(a) em 02/10/2004, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de GREYCI KELLY PEREIRA DE JESUS PADILHA e ELTON KLEBER PADILHA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa

não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): PATRICK DE JESUS PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0005377-22.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) PATRICK DE JESUS, IGOR HENRIQUE CARDOSO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido PATRICK DE JESUS, portador(a) do RG 137348357 SSP/PR e CPF 037.730.489-12, nascido(a) em 29/05 /1980, natural de JOINVILLE/SC, filho(a) de CONSUILDA JACQUES DE JESUS e NELSON DE JESUS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/ boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ARIELLE MENDES DE SOUZA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0000409-12.2024.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ARIELLE MENDES DE SOUZA, JOSÉ HENRIQUE COSTA PORTES, PEDRO HENRIQUE PADILHA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ARIELLE MENDES DE SOUZA, portador(a) do RG 103524725 SSP/PR e CPF 078.518.709-09, nascido(a) em 08/02/1993, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de ROSENI MENDES e CLAUDIO VALDISLAU DE SOUZA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias , a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz (íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): SILVANEI APARECIDO DA COSTA PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estelionato, sob nº 0026763-85.2017.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) SILVANEI APARECIDO DA COSTA, e vítima EDSON APARECIDO JORGE MARQUES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido SILVANEI APARECIDO DA COSTA, portador(a) do RG 62665629 SSP/PR e CPF 018.206.699-12, nascido(a) em 22/03/1976, natural de SANTO ANTONIO DA PLATINA/PR, filho(a) de LUZIA SANTA DA SILVA COSTA e JOAQUIM LUIZ DA COSTA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou absolvido(a), nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 16 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): LEONARDO GABRIEL DELBEN DA SILVA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0004586-24.2021.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LEONARDO GABRIEL DELBEN DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LEONARDO GABRIEL DELBEN DA SILVA, portador(a) do RG 142750570 SSP/PR e CPF 107.254.209-95, nascido(a) em 11/02/2000, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de BIBIANE JURKEVICZ DELBEN e CELSO SOARES DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia /boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou

número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): IGOR HENRIQUE CARDOSO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0005377-22.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) PATRICK DE JESUS, IGOR HENRIQUE CARDOSO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido IGOR HENRIQUE CARDOSO, portador(a) do RG 93194446 SSP/PR e CPF 096.017.319-62, nascido(a) em 01/11/1994, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de MARCIA FERNANDA DA SILVA CARDOSO e EDINEI CARDOSO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): GABRIEL NOVAK OLIVEIRA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0000685-77.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) GABRIEL NOVAK OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido GABRIEL NOVAK OLIVEIRA, portador(a) do RG 141456385 SSP/PR e CPF 097.838.319-25, nascido(a) em 13/08/2002, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de ANGELA CRISTINA NOVAK e ALEXANDRE OLIVEIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz (íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 16 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): EDSON APARECIDO JORGE MARQUES PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estelionato, sob nº 0026763-85.2017.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) SILVANEI APARECIDO DA COSTA, e vítima EDSON APARECIDO JORGE MARQUES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima EDSON APARECIDO JORGE MARQUES (RG: 64116126 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual absolveu o(s) réu(s) em conformidade com o art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), ou 15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): BRUNO CESAR MOURA MELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª

Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0003680-29.2024.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) BRUNO CESAR MOURA MELO, e vítima Bruno Cesar Romão, DEISE DO CARMO BARBOSA, Jessica Dias da Costa Ferreira, OSNILDO PACHECO JUNIOR, PATRICK FARLANDES DE OLIVEIRA HENRIQUE, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido BRUNO CESAR MOURA MELO, portador(a) do RG 95136885 SSP/PR e CPF 051.118.719-00, nascido(a) em 30/03/1986, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de EDINA MARIA BRITTO MOURA MELO e MARCO ANTONIO MELO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 16 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): FABIO CANSI SANTOS PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0003061-70.2022.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FABIO CANSI SANTOS, e vítima Município de Curitiba/PR, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido FABIO CANSI SANTOS, portador(a) do RG 75550731 SSP/PR e CPF 047.408.979-70, nascido(a) em 07/04/1993, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de LUCILA CANSI e VICENTE DA SILVA SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Ameaça , sob nº 0034354-88.2023.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Bruno Ferreira dos Santos, ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS, MILENI FERREIRA DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ANA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS, portador(a) do RG 64069934 SSP/PR e CPF 070.464.819-97, nascido(a) em 06/10/1977, natural de CURITIBA, filho(a) de NATALINA GLACI INES FERREIRA DOS SANTOS e CELSO FERREIRA DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz (íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): GEILY ZENERE PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação Qualificada, sob nº 0020131-33.2023.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOÃO GABRIEL CAMARGO DE JESUS, TIAGO VITORIO REPESKI DOS SANTOS, e vítima GEILY ZENERE, JOÃO PEDRO

FERRARESSO DE LIMA, SUELLEN PRISCILA BRISKI DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima GEILY ZENERE (RG: 108139013 SSP/PR e CPF/CNPJ: 070.029.769-31), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual condenou o(a)(s) réu(ré)(s) na data de 24/04/2025, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Diante do exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva contida na exordial acusatória, para o fim de: a) Condenar o réu João Gabriel Camargo de Jesus pela prática dos crimes tipificados no artigo 180, § 1º (Fato I), e no artigo 180, caput (Fato II), ambos do Código Penal, na forma do artigo 69 do mesmo diploma legal, e absolvê-lo da prática descrita no artigo 28, caput, da Lei 11.343/06 (Fato III), com fundamento no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal; b) Condenar o réu Tiago Vitorio Repeski dos Santos pela do crime tipificado no artigo 180, § 1º, do Código Penal (Fato I)." João Gabriel Camargo de Jesus: "Assim, fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 05 (cinco) anos e 22 (vinte e dois) dias de reclusão e 25 (vinte e cinco) dias-multa." "determino, com supedâneo no artigo 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal, o regime FECHADO para o cumprimento inicial da pena imposta." Tiago Vitorio Repeski dos Santos: "fixo a sanção definitiva em 03 (três) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa." "determino o regime SEMIABERTO para o cumprimento inicial da pena imposta" em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). Possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), ou 15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): WILLIAM CESAR GUEDES RAFAEL PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0003273-92.2021.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WILLIAM CESAR GUEDES RAFAEL, e vítima LUIZ ANTONIO DOS SANTOS LIMA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido WILLIAM CESAR GUEDES RAFAEL, portador(a) do RG 156253049 SSP/PR e CPF 236.276.148-79, nascido(a) em 09/03/1995, natural de UBATUBA, filho(a) de MARIA DULCINEIA GUEDES e SERGIO RAFAEL, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 23 de junho de 2025. Ana Carolina Bartolamei Ramos Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARCELA GOUVEA DE RAMOS PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0029677-54.2019.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCELA GOUVEA DE RAMOS, e vítima ELAINE CRISTINA DA SILVA MARTINS CARZINO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido MARCELA GOUVEA DE RAMOS, portador(a) do RG 94461081 SSP/PR e CPF 052.079.969-08, nascido(a) em 10/08/1985, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de RAQUEL TEREZINHA GOUVEA DE RAMOS e JONAS GOUVEA DE RAMOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 23 de junho de 2025. Ana Carolina Bartolamei Ramos Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): WILIAN MIGLIOLI REZENDE PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Incêndio, sob nº 0004081-33.2021.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WILIAN MIGLIOLI REZENDE, e vítima JOCIR DOMINGUES DE AUGUSTINHO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido WILIAN MIGLIOLI REZENDE, portador(a) do RG 109412309 SSP/PR e CPF 082.197.829-27, nascido(a) em 23/03/1992, natural de CURITIBA, filho(a) de MARIA APARECIDA MIGLIOLI e EDER HUMBERTO REZENDE, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se

de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 23 de junho de 2025. Ana Carolina Bartolamei Ramos Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): LUIS GUSTAVO DE CARVALHO MORAES PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Desobediência (art. 330), sob nº 0000927-09.2022.8.16.0184, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALEXANDRE HENRIQUE COVALESKI, e vítima ESTADO DO PARANA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Testemunha LUIS GUSTAVO DE CARVALHO MORAES (RG: 90662171 SSP/PR e CPF /CNPJ: 052.242.459-74), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual condenou o(a)(s) réu(ré)(s) na data de 02/06/2025, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Diante do exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva contida na denúncia, para o fim de condenar o réu Alexandre Henrique Covaleski pela prática do delito tipificado no artigo 331 do Código Penal (FATO 02); e, por outro lado, absolvê-lo da imputação prevista no artigo 330 do Código Penal (FATO 01), com fundamento no artigo 386, inciso I, do Código de Processo Penal." "a pena se torna definitiva em 06 (seis) meses de detenção." "determino o regime ABERTO para o cumprimento da pena privativa de liberdade imposta" "Diante do exposto, o acusado deverá cumprir as seguintes condições: 1. Não mudar de residência e não se ausentar da cidade onde reside sem prévia autorização judicial; 2. Recolher-se, diariamente, em sua residência, no período noturno e nos dias de folga; 3. Comparecer em Juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades, bem como manter atualizado o seu endereço." "substituo a pena privativa de liberdade, uma vez preenchidos os requisitos legais previstos nos incisos do artigo 44 do Código Penal, por 1 (uma) pena restritiva de direitos: 1 - Prestação pecuniária, que fixo em um salário-mínimo a ser pago a uma entidade de assistência social (CP, art. 45, § 1º), considerando-se a situação financeira do réu, a ser definida em audiência admonitória.", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 18 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): JUCELIA GONÇALVES DE OLIVEIRA PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0002494-40.2021.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LYANDRA LISS DE JESUS MENDES, e vítima JUCELIA GONÇALVES DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima JUCELIA GONÇALVES DE OLIVEIRA (RG: 68038219 SSP/PR e CPF/CNPJ: 974.591.519-04), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da extinção da punibilidade de LYANDRA LISS DE JESUS MENDES por cumprimento da suspensão condicional do processo. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): VERA LUCIA DE ALMEIDA PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0009611-24.2017.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ADRIANO RODRIGO ALVES, e vítima ISRAEL HONÓRIO, VERA LUCIA DE ALMEIDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima VERA LUCIA DE ALMEIDA (RG: 64468740 SSP/PR e CPF/CNPJ: 028.621.729-52), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual absolveu o(s) réu(s) em conformidade com o art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), ou 15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): ISRAEL HONÓRIO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0009611-24.2017.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ADRIANO RODRIGO ALVES, e vítima ISRAEL HONÓRIO, VERA LUCIA DE ALMEIDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima ISRAEL HONÓRIO (RG: 36483857 SSP/PR e CPF/CNPJ: 467.862.609- 34), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual absolveu o(s) réu(s) em conformidade com o art. artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), ou 15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): IZAQUE GOMES DA SILVA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estelionato, sob nº 0003005-19.2013.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) IZAQUE GOMES DA SILVA, GISLAINE GOMES DOS SANTOS DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido IZAQUE GOMES DA SILVA, portador(a) do RG 49722605 SSP/PR e CPF 894.955.949-87, nascido(a) em 03/03/1974, natural de ASSIS CHATEAUBRIAND/PR, filho(a) de MARIA DA SILVA e PAULO GOMES DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o

protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): GISLAINE GOMES DOS SANTOS DA SILVA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estelionato, sob nº 0003005-19.2013.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) IZAQUE GOMES DA SILVA, GISLAINE GOMES DOS SANTOS DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido GISLAINE GOMES DOS SANTOS DA SILVA, portador(a) do RG 89177677 SSP/PR e CPF 036.796.719-70, nascido(a) em 24/02/1980, natural de CAMPINAS/SP, filho(a) de MARIA APARECIDA GOMES SALES DOS SANTOS e ELIO RIBEIRO DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia / boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabella Cherchiglia Berardi, Estagiário, conferi e digitei. Curitiba, 17 de junho de 2025. CRISTINE LOPES Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

16ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 16ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI - Rua Mateus Leme, 1142 - Atendimento presencial, WhatsApp ou Balcão Virtual - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Celular: (41) 99174-6574 - E-mail: CTBA-16VJ-E@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DOS HERDEIROS DE ODETE DA GRAÇA RODRIGUES LIMA, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
Processo: 0003512-36.2001.8.16.0001 Classe Processual: Cumprimento de sentença Assunto Principal: Causas Supervenientes à Sentença Valor da Causa: R $212.554,45 Exequente(s): ESPÓLIO DE ODETE DA GRAÇA RODRIGUES LIMA (RG: 41008083 SSP/PR e CPF/CNPJ: 355.107.909-97) Executado(s): Claudionor Carvalho (RG: 14553665 SSP/PR e CPF/CNPJ: 101.339.170-53) ECORA S/A - EMPRESA DE CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE ATIVOS (CPF/CNPJ: 76.533.314/0001-11) RAUL PINHEIRO MACHADO FILHO (RG: 31114881 SSP/PR e CPF/CNPJ: 002.398.109-10) VENTURA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA (CPF/CNPJ: 01.557.775/0001-25)
A DOUTORA JULIANE VELLOSO STANKEVECZ, MM. Juíza de Direito da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, na forma da Lei etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, neste Juízo e Cartório, sito à Rua Mateus Leme, nº 1142, 5º Andar Fórum Cível II Curitiba-PR, tramitam os autos acima mencionados. Assim, é dada como feita a INTIMAÇÃO dos herdeiros do(a) exequente ODETE DA GRAÇA RODRIGUES LIMA, para no prazo de 20 (vinte) dias, manifestar-se no interesse na sucessão processual e promovendo a respectiva habilitação nos presentes autos, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. O que se cumpra na forma da lei. Curitiba, 18 de junho de 2025. Eu Taka Sonehara, Escrivã, mandei digitar.
Assinado digitalmente
JULIANE VELLOSO STANKEVECZ
Juíza de Direito Substituta

17ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

Curitiba - 17ª VARA CÍVEL
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE 10 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Rafael de Araujo Campelo, da 17ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0016473-42.2020.8.16.0001, em que é(são) autor(es) OSWALDO BABY NETO, e réu(s) ILDA RIBEIRO DE CASTRO, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de ILDA RIBEIRO DE CASTRO, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG nº 592.233-6/PR e CPF/MF nº 169.902.429-49, residente e domiciliada à Rua Raul Carneiro, Filho, nº 224, n/ capital, Bairro Água Verde, por sentença publicada em 26/06/2024, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) , que seria incapaz para praticar os atos da vida civil. Narra a inicial que a requerida sofre de enfermidade (CID F03) que leva a comprometimento cognitivo na forma de amnésias frequentes, de modo que não possui capacidade para gerir sua própria vida ou praticar quaisquer atos da vida civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de [limites do exercício da curatela provisória, circunscrevendo-os à prática de atos de emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, praticar atos de administração em geral, bem como receber e administrar valores de benefício assistência ou previdenciário, o que deve ficar a cargo do Curador, atuando sempre em prol do Interditando, o que deverá constar expressamente do termo de curatela. Tendo em vista que a requerida recebe aposentadora no valor de aproximadamente R$ 4412,02, além de receber pensão por morte no valor de R$ 5314,43. Ainda, possui dois imóveis (mov. 79.4/79.5), jazigo em cemitério (mov. 79.2) e um automóvel (mov. 79.30), além de valores depositados em conta poupança, que em 2020 representava a quantia de R$ 45.865,34 (mov. 1.6), é indispensável que o curador preste contas do uso destes valores, cujas contas deverão ser prestadas em autos apartados, nos termos do artigo 553 do CPC, e observando-se, no que couber, o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Intimem-se. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) OSWALDO BABY NETO, brasileiro, divorciado, motorista de aplicativo, portador da cédula de identidade RG nº 7.656.232-6/PR, e CPF nº 062.034.289-73, residente e domiciliado em Curitiba, à Raul Carneiro Filho, nº 224, Água Verde, CEP nº 80.620-440 , cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: ".... 3. ...DISPOSITIVO. Pelo exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim de submeter OSWALDO BABY NETO como curador definitivo de ILDA RIBEIRO DE CASTRO, nos termos dos artigos 754 e 755, ambos do Código de Processo Civil. Considerando o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que deu nova redação ao art. 1.772 do Código Civil, fixo os limites do exercício da curatela provisória, circunscrevendo-os à prática de atos de emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, praticar atos de administração em geral,

bem como receber e administrar valores de benefício assistência ou previdenciário, o que deve ficar a cargo do Curador, atuando sempre em prol do Interditando, o que deverá constar expressamente do termo de curatela. Tendo em vista que a requerida recebe aposentadora no valor de aproximadamente R$ 4412,02, além de receber pensão por morte no valor de R$ 5314,43. Ainda, possui dois imóveis (mov. 79.4/79.5), jazigo em cemitério (mov. 79.2) e um automóvel (mov. 79.30), além de valores depositados em conta poupança, que em 2020 representava a quantia de R$ 45.865,34 (mov. 1.6), é indispensável que o curador preste contas do uso destes valores, cujas contas deverão ser prestadas em autos apartados, nos termos do artigo 553 do CPC, e observando-se, no que couber, o disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Intimem-se. Lavre-se o termo de curatela, no qual deverá constar a restrição supra. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: ". Vistos. 1. Contra a decisão retro houve interposição de embargos de declaração. Decido. 2. Os embargos devem ser conhecidos, pois tempestivamente opostos. No mérito, merecem guarida, para o fim de sanar o vício apontado na sentença de seq. 151.1. Assim, para o fim de limitar nos termos da lei os atos que podem ser produzidos pelo curador o dispositivo da sentença prolatada deverá constar: "Pelo exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim de submeter OSWALDO BABY NETO como curador definitivo de ILDA RIIBEIRO DE CASTRO, o qual deve atuar sempre em prol da interditanda, com as limitações dos artigos 1.748, 1.749 e 1.750 c/c 1.781 todos do Código Civil". DECISÃO DEFERINDO RETIFICAÇÃO: DECISÃO. Trata-se de pedido formulado por Oswaldo Baby Neto, requerendo a retificação de dados constantes do termo de curador, especificamente no que se refere ao estado civil do curador, que atualmente é divorciado, e à sua ocupação profissional, que atualmente é motorista de aplicativo. Foram anexados aos autos documentos comprobatórios das alterações mencionadas. Dessa forma, verificando-se a regularidade do pedido e a necessidade da retificação para adequação do termo de curador à realidade fática, defiro o requerimento, nos termos do artigo 1.774 do Código Civil. Assim, determino: a) a retificação do termo de curador, para constar que o estado civil de Oswaldo Baby Neto é divorciado e sua profissão é motorista de aplicativo; b) a expedição de novo termo de curador com as informações devidamente corrigidas; Expeça-se o termo com as alterações determinadas, procedendo-se às anotações e comunicações necessárias. Intimações e diligências necessárias. Curitiba, data de inserção no sistema. RAFAEL DE ARAUJO CAMPELO Juiz de Direito Substituto. ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Anizio Vieira dos Santos, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Curitiba, 14 de maio de 2025.

(a.)Rafael de Araujo Campelo - *Juiz de Direito Substituto*

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

25ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
25ª VARA EMPRESARIAL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 13° Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3221-9525 - E-mail: ctba-25vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 DIAS- AÇÃO DE USUCAPIÃO Nº 0002494-50.2019.8.16.0194 - SOFIA HELENA LUCIO, VILSO MEDEIROS DO NASCIMENTO, JOSIANE KNAUBER NOVAIS, CARLA SULAMITA ZANETTI RANKEL, CELSO FERNANDO FURMAN, EDGAR HERMAN WILKENS, ROSI MANICA DE LIMA, NILCEU MARTIM RIBEIRO, ARLETE MARIA FERREIRA NATER, AIRTON RIBEIRO DE LIMA, HENELITA TEREZINHA KAEFER, PEDRO GENEROSO BARBOSA, MARLI REGINA BONOTTO, VALDIR RIBEIRO NOVAES, MARIA TEREZINHA DOS ANJOS SENFF, LUTHERO JOSÉ LUCIO, MARLY FRANCISCA DO NASCIMENTO, SIOMARA MAZUR RODRIGUES, CLAUDIA ZORGNIOTTI DEDINI, TELMA REGINA NERIS DA SILVA, LUPERSIO DEGERONE LUCIO, MIRANDA STEFANUTO RIBEIRO, SIDNEY SENFF, MATILDE DOS SANTOS VIDAL MACHADO, SARAH BONOTTO FURMAN, GUILHERME BONOTTO FURMAN, JAIRO MARÇAL RODRIGUES, RENATO DEDINI, WAGNER GONÇALVES RIBEIRO, MARIA MIRTHES RIBEIRO, LIANA TEREZINHA DETOFOL, ADILSON GUILHERME RANKEL, MARCIN MARIANO DA SILVA, MARIA AMELIA MOTA BARBOSA X ALECSON GUERRA MORAES CASTRO, ALEX GUERRA MORAES CASTRO, FRANCISCO BORGES DOS SANTOS, ALEANDRO RODRIGO GUERRA MORAES CASTRO, ALE FERNANDO GUERRA MORAES CASTRO, FRANCISCA PEREIRA BORGES, ARLEY WANDERLEY GERRA MORAES CASTRO, OSCAR HERMINIO FERREIRA FILHO, SALETE DE FATIMA GUERRA MORAES CASTRO, ARIETE VALQUIRIA GUERRA MORAIS CASTRO, ARLETE DO ROCIO GUERRA MORAES CASTRO.
A Doutora Adriana Benini, Juíza de Direito da 25ª Vara Cível e Empresarial Regional de Curitiba, Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que tiverem conhecimento do presente edital, que por este Juízo tramitam os autos em epígrafe, ficando **CITADOS** os eventuais herdeiros incertos e desconhecidos do espólio de VICENTE MORAES DE CASTRO, espólio de SOFIA GUERRA LECHETA e espólio de DAMASIO LECHETA para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do decurso do prazo deste edital, oferecerem resposta, sob pena de se presumirem como verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, nos termos dos artigos 231, IV e 344 do Código de Processo Civil. A petição inicial tem o seguinte teor (resumo fornecido pela parte autora): "os autores adquiriram dos réus, há mais de 20 (vinte) anos, mediante escrituras públicas ou contratos particulares de cessão de direitos, partes ideais do imóvel maior de Matrícula nº 29.469 do Serviço de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba/PR. Os autores fundamentam seu pedido nos artigos 1.241 a 1.243 do Código Civil Brasileiro/2002 e juntam aos autos todos os documentos que compravam suas posses, bem como plantas topográficas, memoriais descritivos e ARTs elaborados pelo profissional Técnico Wilson Tiburcio de Carvalho, CREA/PR nº 153 TD. Vencidos os pressupostos, o MM. Juízo expediu o mandado de citação nos seguintes termos: 'I - Os requisitos da petição inicial da ação de usucapião, embora emprestados analogicamente numa interpretação expansiva da modalidade extrajudicial, estão elencados no artigo 1.071 do NCPC, que alterou o art. 216-A da Lei no 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), dispondo: Art. 216-A. Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado, instruído com: I - ata notarial lavrada pelo tabelião, atestando o tempo de posse do requerente e seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias; II - planta e memorial descritivo assinado por profissional legalmente habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no respectivo conselho de fiscalização profissional, e pelos titulares de direitos reais e de outros direitos registrados ou averbados na matrícula do imóvel usucapiendo e na matrícula dos imóveis confinantes; III - certidões negativas dos distribuidores da comarca da situação do imóvel e do domicílio do requerente; IV - justo título ou quaisquer outros documentos que demonstrem a origem, a continuidade, a natureza e o tempo da posse, tais como o pagamento dos impostos e das taxas que incidirem sobre o imóvel. Apta está, portanto, a ação para prosseguimento. IV. Citem-se os sucessores daqueles em cujo nome está registrado o imóvel usucapiendo, bem como os confinantes, para oferecimento de resposta no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências do artigo 344 do Código de Processo Civil. V. Citem-se por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, os eventuais interessados, na forma do item supra. VI. Intimem-se, ainda, os representantes da Fazenda Pública da União e do Estado do Paraná e Município de Curitiba. VII. Ciência ao Ministério Público Estadual. Intime-se. Diligências necessárias. Curitiba, 15 de julho de 2019.'" **OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB).

E para que chegue ao conhecimento de todos, passou-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Eu, Etienne Camargo Nogari, chefe de secretaria, o mandei digitar.

Curitiba, data da assinatura digital.

Adriana Benini
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
25ª VARA EMPRESARIAL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 13° Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3221-9525 - E-mail: ctba-25vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 (VINTE) DIAS - PROCEDIMENTO COMUM CÍVELNº 0007588-42.2020.8.16.0194 - GLADYS MISCHUR X CAPTAL SERVIÇOS DIGITAIS S.A., GABRIEL CANDIDO BELLONI, LUIS GUSTAVO MAGALHÃES HOLTZ, ADRIANA SILIPRANDI HISHIDA, ANA MARIA TARRICONE DE PAULA SANTOS, PAULO ROBERTO RAMOS BILIBIO, GUSTAVO DE PAULA SANTOS, JOSÉ WANTUIL DE SOUZA, SAINT CLAIR DE SOUSA IZIDORO, THREEXBIT SERVICOS DIGITAIS S/A, DPS PARTICIPAÇÕES LTDA, FELIPE AUGUSTO DE PAULA SANTOS, OCTAVIO DE PAULA SANTOS NETO.
A Doutora Adriana Benini, Juíza de Direito da 25ª Vara Cível e Empresarial Regional de Curitiba, Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que tiverem conhecimento do presente edital, que por este Juízo tramitam os autos em epígrafe, ficando **CITADO** o réu Saint Clair de Sousa Izidoro (CPF: 077.131.896-02), em local incerto, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do decurso do prazo deste edital, oferecer resposta, sob pena de se presumirem como verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, nos termos dos artigos 231, IV e 344 do Código de Processo Civil. Fica o réu advertido que será nomeado curador especial caso não compareça nos autos no prazo concedido para resposta. Trata-se de Ação de Rescisão de Contrato c/c Perdas e Danos, Desconsideração da Personalidade Jurídica e Tutela de Urgência, que tem por objeto a concessão de tutela de urgência de arresto de bens dos réus e quebra de seus sigilos bancários, bem como, ao final, a condenação dos requeridos ao pagamento de R$ 2.781.335,41 (dois milhões, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos). **OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao

sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB).
E para que chegue ao conhecimento de todos, passou-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Eu, Etienne Camargo Nogari, chefe de secretaria, o mandei digitar.
Curitiba, data da assinatura digital.
Adriana Benini
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
25ª VARA EMPRESARIAL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 13° Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3221-9525 - E-mail: ctba-25vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 (VINTE)DIAS - Busca e ApreensãoNº 0009755-66.2019.8.16.0194 - CLAUDIO ROBERTO GANDUZIO X DESCONHECIDO.
A Doutora Adriana Benini, Juíza de Direito da 25ª Vara Cível e Empresarial Regional de Curitiba, Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que tiverem conhecimento do presente edital, que por este Juízo tramitam os autos em epígrafe, ficando **CITADO** o réu DESCONHECIDO (CPF: Não Cadastrado) em local incerto, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do decurso do prazo deste edital, oferecer resposta, sob pena de se presumirem como verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, nos termos dos artigos 231, IV e 344 do Código de Processo Civil. Fica o réu advertido que será nomeado curador especial caso não compareça nos autos no prazo concedido para resposta. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão c/c Obrigação de Fazer e Tutela Provisória de Urgência que tem por objeto a concessão da tutela antecipada para determinar a busca e apreensão do veículo Marca: FIAT, Modelo: UNO ELECTRONIC, Ano de Fabricação: 1993, Ano Modelo: 1994, Placa: BOD5681, Chassi: 9BD146000P5126533, Renavam: 615426700; a condenação do requerido em perdas e danos que oportunamente serão apurados, bem como o pagamento do montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais. **OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB).
E para que chegue ao conhecimento de todos, passou-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Eu, Etienne Camargo Nogari, chefe de secretaria, o mandei digitar.
Curitiba, data da assinatura digital.
Adriana Benini
Juíza de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL DE CURITIBA- PARANÁ - Rua Mateus Leme, nº 1142, Centro Cívico, Curitiba-PR.
Impugnação de Crédito
Parte Impugnante: **BLESS TRADE MARKETING PROMOÇÃO DE VENDAS E EVENTOS LTDA** em face de Juliatto Foggiatto & Cia. Ltda.
Faço ciência aos interessados, que por este Juízo e Secretaria da 25ª Vara Cível e Empresarial Regional de Curitiba, tramitam os **autos nº. 0006076-48.2025.8.16.0194**, no qual foi determinada a intimação para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, "demais credores, devedores, sócios e interessados", querendo, apresentem as impugnações.
Eu, Etienne Camargo Nogari, analista judiciária, o fiz digitar e conferi. ADRIANA BENINI - Juíza de Direito. Curitiba, data da assinatura digital.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
25ª VARA EMPRESARIAL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 13° Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3221-9525 - E-mail: ctba-25vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTERDIÇÃO
JUSTIÇA GRATUITA
O Doutor Mário Dittrich Bilieri, Juiz de Direito Substituto da 25ª Vara Cível e Empresarial Regional de Curitiba, Paraná, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos que virem ou tiverem conhecimento do presente edital de interdição que, neste Juízo, processaram-se os autos de Interdição nº 0001818-97.2022.8.16.0194, no qual foi declarada por sentença a **INTERDIÇÃO** de ANIZIA BORGES DE FREITAS (RG: 411.974-6 SESP/PR e CPF: 877.014.729-91), portadora de Doença de Alzheimer na fase moderada, CID 10 nº G 30, restrita a aspectos patrimoniais e negociais, sendo-lhe nomeado **CURADORA** a senhora ROSANGELA DAS GRAÇAS MOCELIN (RG: 2.077.561-0 SESP/PR e CPF: 865.049.919-87), tendo a curatela a finalidade de representar a curatelada para os seguintes atos de sua vida civil: atos que importem na administração de bens e valores (em especial atividades financeiras de considerável monta e aqueles de mera administração que digam com a prática de atos de emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, bem como receber e administrar valores de eventual benefício assistencial ou previdenciário), observando-se, dentre tais, os atos que exigem prévia autorização judicial (CC, art. 1748), por tempo indeterminado.
E para que chegue ao conhecimento de todos, passou-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Eu, Etienne Camargo Nogari, chefe de secretaria, o mandei digitar.
Curitiba, data da assinatura digital.
Mário Dittrich Bilieri
Juiz de Direito Substituto

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
25ª VARA EMPRESARIAL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1142 - 13° Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3221-9525 - E-mail: ctba-25vj-s@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTERDIÇÃO
O Doutor Mário Dittrich Bilieri, Juiz de Direito Substituto da 25ª Vara Cível e Empresarial Regional de Curitiba, Paraná, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos que virem ou tiverem conhecimento do presente edital de interdição que, neste Juízo, processaram-se os autos de Interdição nº 0013758-59.2022.8.16.0194, no qual foi declarada por sentença a **INTERDIÇÃO** de MADALENA TEIXEIRA DE ALMEIDA (RG: 689.384-8 SESP/PR e CPF: 451.028.219-20), portadora de deficiência decorrente de Alzheimer, CID 10 nº G30.1, sendo-lhe nomeado **CURADORA** a senhora ELISABETH TEIXEIRA DE ALMEIDA PEREIRA (RG: 1.229.684-3 SESP/PR e CPF: 462.314.719-34), sendo a curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, com a finalidade de representar a curatelada para os seguintes atos de sua vida civil: atos que importem na mera administração de bens e valores (receber e administrar valores de eventual benefício assistencial ou previdenciário), havendo necessidade de prévia autorização judicial para atos que envolvam atividades financeiras de considerável monta (alienar bens, emprestar, transigir, dar quitação, hipotecar, demandar ou ser demandado), tudo nos termos dos artigos 1747 e 1748 do Código Civil, por tempo indeterminado.
E para que chegue ao conhecimento de todos, passou-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Eu, Etienne Camargo Nogari, chefe de secretaria, o mandei digitar.
Curitiba, data da assinatura digital.
Mário Dittrich Bilieri
Juiz de Direito Substituto

VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS DO SENTENCIADO JOSE ADILSON SOARES , COM O PRAZO DE 30 DIAS.
A Doutora Shaline Zeida Ohi Yamaguchi, MMª. Juíza de Direito da Vara de Delitos de Trânsito da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que perante este Juízo tramitam os autos de ação penal sob o n ° 0003268-74.2019.8.16.0196, tendo como autor o Ministério Público do Estado do Paraná e réu JOSE ADILSON SOARES, não tendo sido possível localizar pessoalmente o(a) sentenciado(a) JOSE ADILSON SOARES, filiação: Nome da Mãe: ANA ROSA SOARES Nome do Pai: DORNEVIL SOARES, nascido(a) em 19/01/1968, natural de MANGUEIRINHA/PR, portador(a) do RG n° 93043545 SSP/PR e CPF 810.898.309-63, estando atualmente em lugar incerto ou não sabido, procede por meio deste sua INTIMAÇÃO para que efetue o pagamento das

custas processuais, restando advertido(a) de que, conforme a Instrução Normativa nº 65/2021, decorrido o prazo do edital de intimação, sem manifestação do(a) apenado(a), a Secretaria deverá providenciar a imediata emissão das guias, a fim de computar os prazos para protesto. Ainda, adverte-se que: a) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do (a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; b)após o encaminhamento da CCJ para protesto e durante o tríduo legal previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, o pagamento dos débitos de custas será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente; c) expirado o tríduo legal e realizado o protesto da CCJ, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto emitida pelo devedor no portal do TJPR.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.
Curitiba, 11 de junho de 2025.Eu, Michelle Laus Mosele Geiger, Técnica Judiciária, o digitei e conferi.
SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI
Juíza de Direito
(assinado por ordem da MMª Juíza de Direito, em conformidade com a Portaria n° 750/2024 deste Juízo)

VARA DE INFRAÇÕES PENAIS CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS E INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

Autos nº. 0001485-32.2019.8.16.0007 EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA: CAMILLA DE OLIVEIRA ALMEIDA O Dr. Ernani Mendes Silva Filho, MM. Juiz de Direito da 1º Vara de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente CAMILLA DE OLIVEIRA ALMEIDA, RG 146955630 SSP/PR, CPF 022.282.392-59, Nome do Pai: JOEL MARQUES DE ALMEIDA, Nome da Mãe: MARENILZA DE OLIVEIRA, nascido em 26/05/1996, natural de VILHENA, localizável no(a) Rua Moreira Cabral, 906 Apto 04 - Domingos Mariano - BARRA DO GARÇAS/MT - CEP: 76.240-000 - E-mail: camilaoliveira135@gmail.com - Telefone(s): 99382-4464, atualmente em lugar incerto e não sabido, o qual foi denunciado nos autos de Processo Criminal nº 0001485-32.2019.8.16.0007, pela prática da infração penal descrita no ART 102do Código Penal, vem intimar o referido réu acerca da sentença de EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE do agente. A sentença/decisão foi proferida pelo MM Juiz de Direito deste Juízo em 13/01/2025, e para que chegue ao conhecimento do referido réu, mandou expedir o presente edital com prazo de 60 (sessenta) dias que será contado da publicação no Diário da Justiça do Estado, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 24 de junho de 2025 às 12:44:05. Eu, MICHELE CRISTINA DE ANDRADE, Técnica Judiciária, o digitei e conferi. ERNANI MENDES SILVA FILHO JUIZ DE DIREITO

Autos nº. 0001401-55.2024.8.16.0007 EDITAL DE CITAÇÃO RÉU: ANDERSON ELIZIO RAMOS ELISIO (RG: 81067058 SSP/PR e CPF/CNPJ: 027.753.429-14) A DRa. HELOÍSA HELENA AVI RAMOS, MM. Juíza de Direito Substituta da Vara de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos e Infância e Juventude da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente ANDERSON ELIZIO RAMOS ELISIO, RG 81067058 SSP/PR, CPF 027.753.429-14, Nome do Pai: JOÃO MARIA ELISIO, Nome da Mãe: ESMERALDA RAMOS ELISIO, nascido em 01/02/1981, natural de PIRAQUARA, localizável no (a) Rua Ruth Mari Pasetti, 100 - Cajuru - CURITIBA/PR - CEP: 82.980-443 - Telefone(s): (41) 99924-5807 / (41) 8472-4979 / (41) 3226-5378, atualmente em lugar incerto e não sabido, o qual foi chamado nos autos de Processo Criminal nº 0001401- 55.2024.8.16.0007, movido pela Justiça Pública, vem CITAR o referido réu acerca acerca do deferimento da produção antecipada de avaliação psicológica da vítima, bem como INTIMÁ-LO para que constitua advogado no prazo de cinco dias , ficando ciente de que será lhe nomeado Defensor Público lotado nesta unidade jurisdicional para sua defesa, considerando possibilidade de ausência de indicação de defensor. E para que chegue ao conhecimento do referido réu, mandou expedir o presente edital com prazo de 15 (quinze) dias que será contado da publicação no Diário da Justiça do Estado, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 18 de junho de 2025 às 15:20:44. Eu, Michele Cristina de Andrade, Técnica Judiciária, o digitei e conferi. HELOÍSA HELENA AVI RAMOS Juíza de Direito Substituta

Interior

FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Vara Plenário do Tribunal do Júri de Almirante Tamandaré
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2025
O Doutor Hermes da Fonseca Neto, MM. Juiz de Direito da **Vara Plenário do Tribunal do Júri de Almirante Tamandaré**
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou tomarem conhecimento que, com observância das formalidades legais e mediante termo lavrado em livro próprio, foi procedido o SORTEIO DE JURADOS COMPLEMENTAR, nesta data, para servirem durante a **01/06/2025 - 03/07/2025 5ª Reunião de Jurados - 2025**, cujas sessões encontram-se programadas para os dias **26/06/2025 09:30 e 03/07/2025 09:30**, no auditório do Tribunal do Júri, sito à Rua João Baptista de Siqueira, 282 - Vila Rachel - Almirante Tamandaré/PR - CEP: 83.501-610 - Fone: (41) 3263-5051 - E-mail: at-2vj-e@tjpr.jus.br, dos seguintes JURADOS, os quais ficam convocados para as mencionadas sessões, através do presente edital e das notificações a serem efetuadas por Oficiais de Justiça, a saber:
1. MAYARA VITÓRIA DZIUBATA GREGÓRIO;
2. PAULA MACIEL DE ANDRADE
3. ALEXANDRA LANGA RIBEIRO;
4. ESTEPHANY ZERGER GONÇALVES FIORE;
5. ILANA SANDY KOKOT DE OLIVEIRA;
6. MARIA TEREZA GRETTER;
7. EDUARDO FALCONELLI BREGENSKI;
8. EDUARDO RODRIGUES GALVÃO;
9. LUANA RAMOS; e
10. BRUNA CAROLINE SENNE NEVES.
E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, aos 05 de junho de 2025. Eu Bianca Louise, Estagiária de Pós-graduação, lavrei e subscrevo.
Hermes da Fonseca Neto
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EDIVAIR GONCALVES DA SILVA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Hermes da Fonseca Neto, da 1ª Vara Criminal de Almirante Tamandaré, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos**, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob **nº 0015478-76.2009.8.16.0013**, em que é autor MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO PARANÁ- ALMIRANTE TAMANDARÉ, réu EDIVAIR GONCALVES DA SILVA, e outro, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte ré EDIVAIR GONCALVES DA SILVA, portador(a) do RG 83098295 SSP/PR e CPF 013.421.629-60, nascido(a) em 04/12/1978, natural de CURITIBA, filho(a) de ZELI BARBOSA e IRINEU GONCALVES DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, FERNANDA SCHOEMBERGER, Analista Judiciário, conferi e digitei. Almirante Tamandaré, 23 de junho de 2025.
Hermes da Fonseca Neto
Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE 20 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandre Moreira Van Der Broocke, da Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas Cíveis de Almirante Tamandaré - 2ª Vara Cível, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Especial (Constitucional), sob nº 0010417-79.2024.8.16.0024, em que é(são) autor(es) PETERSON SCHARMAN, DIUANE RENATA FARIA CORDEIRO, e réu(s) MARLENE TULIO, João Reinaldo Tulio, LUIS FRANCISCO TULIO, JANETE FERREIRA TULIO, (e que por este edital procede à CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: Lote de terreno sob n°: 357-A, localizado na quadra 18 do RECANTO DOS PAPAGAIOS, da cidade ALMIRANTE TAMANDARÉ , nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: " . Citem-se por edital com o prazo de 20 dias, os réus em lugar incerto e não sabido e eventuais interessados, com as mesmas advertências do item anterior, sendo que o prazo para resposta começará a fluir a partir do término do prazo do edital. ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, AMANDA GABRIELE DE SOUZA, Estagiário, conferi e digitei. Almirante Tamandaré, 27 de janeiro de 2025. Alexandre Moreira Van Der Broocke Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi

---

ANDIRÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE Sem Prazo
O(A) Juiz(íza) de Direito Tatiana Monteiro Furtado de Mendonça, da Vara Cível de Andirá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto

Nomeação, sob nº 0002535-89.2022.8.16.0039, em que é(são) autor(es) Antonio Fernandes, e réu(s) AREMITA RICARDO FERNANDES, , e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de** , por sentença publicada em , a qual reconheceu que o(a) interditado(a) [*não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil], o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de [natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários*], A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) [ANTONIO FERNANDES], portador(a) do RG 13.582.769-SSP-SP e CPF 079.522.238-60, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "*Face ao exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial e na forma dos artigos 487, inciso I, c/c 316, do Código de Processo Civll. JULGO EXTINTO o processo, resolvendo o mérito processual. Em Consequência, **DECRETO** a interdição de **EREMITA RICARDO FERNANDES** declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e negocial/patrimonial na foram do art. 4º, III, c/c 1.7678, I, ambos do CC, nomeando como seu curador definitivo, seu filho **ANTONIO FERNANDES***.

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

Eu, Décio Zanoni, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Andirá, 20 de junho de 2025.

Tatiana Monteiro Furtado de Mendonça

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br /projud**i.

ARAPONGAS

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE ARAPONGAS 1ª VARA CÍVEL DE ARAPONGAS - PROJUDI Rua Ibis, 888 - Fórum - Centro - Arapongas/PR - CEP: 86.700-195 - Fone: 43-3055-2202 - Celular: (43) 99908-2650 - Email: apas-1vj-e@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO Arapongas, 05 de maio de 2025. - Prazo do Edital: 20 dias Processo: 0013317-11.2020.8.16.0045 - AÇÃO MONITÓRIA - Valor da causa: R$.7.569,41 Autor(s): AMARILDO TAVARES DOS PASSOS (RG: 1126632 null/ES e CPF/CNPJ: 031.063.417-26) Réu(s): LUIZ CARLOS DOS REIS (RG: 33957165 SSP/PR e CPF/CNPJ: 482.444.819-00) O Doutor Luiz Otavio Alves de Souza, MM. Juiz de Direito da 1a. Vara Cível da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos os interessados, a quem o conhecimento do presente haja pertencer, com o prazo de 30 dias, que começará a ser contado do dia seguinte ao que for publicado, pela primeira vez através da imprensa, expedido do processo digital acima descrito, em tramitação eletrônica perante este Juízo e Escrivania respectiva, que, pelo presente edital, fica a requerida acima nominada e qualificada, devidamente citada do resumo da petição inicial em seguida transcrito, para dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a ser contado em seguida ao término do prazo fixado neste edital (30 dias), querendo, realizar o pagamento do débito principal no valor acima indicado, a ser atualizado no ato do pagamento, mais honorários de 5% do valor atribuído à causa (art.701,CPC/2015), ou ofereça, no mesmo prazo, embargos à aludida ação (art. 702,CPC), sob as penas do artigo 701, §2o, do Código de Processo Civil - 2015; caso efetue o pagamento no prazo assinalado, ficará isento das custas processuais (art. 701, §1o., CPC/2015). Resumo da petição inicial: "AMARILDO TAVARES DOS PASSOS, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 1126632 SESP ES e inscrito no CPF sob o n° 031.063.417-26, com endereço na Rua Assembleia, nº 460, Jardim Casagrande, na cidade de Cambé, Estado do Paraná, CEP 86.191-210, sem endereço eletrônico, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados cujo instrumento de mandato segue em anexo, com endereço profissional na Av. Robert Koch, 727, Vila Operária, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, onde recebem intimações e notificações, com fundamento no artigo 700 do Código de Processo Civil, propor a presente: AÇÃO MONITÓRIA Em face de LUIZ CARLOS DOS REIS, sem qualificação conhecida, portador do RG nº 33957165 SSP PR e inscrito no CPF sob o nº 482.444.819-00, com endereço na Rua Jurutau, nº 268, Jardim Bandeirantes, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, CEP 86.703-067, pelas razões de fato e direito a seguir expostas. 1. DOS FATOS O Autor é credor do Réu decorrente do seguinte cheque do Banco do Brasil, agência 0359, conta corrente nº 59.024-X: CHEQUE Nº VALOR DATA 850790 R $4.700,00 12.04.2018 Ocorreu que o cheque não foi pago pelo Réu, ainda que o Autor tenha tentado receber os valores amigavelmente, de forma extrajudicial. Atualizada até a presente data, a dívida soma R$7.569,41 (sete mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e um centavos), conforme se vê pela planilha em anexo. Portanto, não resta alternativa ao Autor senão propor a presente ação judicial em busca de seus direitos. 3. DOS PEDIDOS Diante do exposto, requer: a) Seja acolhida a presente Ação Monitória por se encontrarem presentes os requisitos legais pertinentes a titularidade do crédito, a caracterização do devedor, a prova de dívida e ainda com a memória de cálculo, a qual devem ser adicionados os valores pertinentes a honorários; b) Seja determinada a expedição de mandado de pagamento, concedendo ao Réu o prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, isentando do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo; c) Requer sejam concedidos ao Autor, os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil, por ser pessoa pobre na acepção jurídica do termo. Dá-se à causa o valor de R$7.569,41 (sete mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e um centavos). Nestes termos, Pede e espera deferimento. Londrina, 04 de dezembro de 2020. STEPHANEE OLIVEIRA DORNELLES CASTILHO - OAB/PR 85.978, VICTOR GABRIEL DELFINI - OAB/PR 95.291. A parte requerida acima nominada não foi encontrada para citação pessoal, razão da expedição do presente edital, por requerimento da parte autora. Advogado da Autora: Dr. STEPHANEE OLIVEIRA DORNELLES CASTILHO - OAB/PR 85.978, com escritório profissional em Londrina/PR. Eu, (Cristiano A. Souza Zanin), Empregado Juramentado da 1a. Vara Cível, digitei e subscrevo por assinatura digital. (assinatura eletrônica) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA Juiz de Direito

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Marcelo Costa Neto Junior
PRAZO DE 33 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato, da 1ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ
SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam
os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estelionato, sob nº 0000693-51.2025.8.16.0045, em
que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Marcelo Costa Neto Junior, e vítima
ELIANE DJANIRA DA SILVA SERAFIM, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido
, portador(a) do RG 172235441 SSP/PR e CPF 583.024.318-00, Marcelo Costa Neto Junior nascido(a) em 28/05
/2000, natural de SANTOS, filho(a) de ANA CARLA BARBOSA e MARCELO COSTA NETO, motivo pelo qual se procede,
por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 171 -
ESTELIONATO, Reclusão: 1 a 5 anos, e para que compareça em Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, informando se aceita ou não o
benefício oferecido do oferecimento de Proposta de Suspensão Condicional do Processo: e caso não aceita, para que, no prazo de 10
(dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts.
396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de
todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Arapongas, 23 de junho de 2025.
Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço
eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): WASHINGTON PEREIRA DA SILVA PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS DA SILVA O(A) Juiz(íza) de Direito Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato, da 1ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0009403-31.2023.8.16.0045, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WASHINGTON PEREIRA DA SILVA, e vítima EROLI BRUCH DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido WASHINGTON PEREIRA DA SILVA, portador(a) do RG 6548090 SSP/PA e CPF 012.650.942-50, nascido(a) em 26/11/1988, natural de MARABA/PA, filho(a) de DIVINA PEREIRA , motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua

INTIMAÇÃO CPP), na qual restou condenado(a) sobre a sentença proferida no feito (art. 392, nas sanções do ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 mês e 16 dias, c.c. art. 71, caput, ambos do CP na data de 12/05/2025, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "O réu Washington Pereira da Silva foi condenado por duas ameaças cometidas contra sua convivente, Eroli Bruch de Souza, no dia 18/07/2023, nos termos do art. 147, caput, do Código Penal, com aplicação do art. 71 do CP (continuidade delitiva), pois os crimes ocorreram no mesmo dia e contexto. A pena foi fixada em 01 mês e 16 dias de detenção, em regime semiaberto, com fundamento nos arts. 33, §2º, b e c, do CP, sendo inviável a substituição da pena ou a suspensão condicional, por se tratar de reincidente em crime doloso (arts. 44, II e 77, I, do CP).", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Cleriston do Carmo Martins Norder, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Arapongas, 23 de junho de 2025. Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato Juíza de Direito OBSERVAÇÃO /projudi . : O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br

FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ABIMAEL OSEAS LEITE
PRAZO DE 15 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Deborah Penna, da 1ª Vara Cível de Araucária, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, assunto Alienação Fiduciária, sob nº 0006381-25.2023.8.16.0025, em que é(são) exequente(s) BANCO J. SAFRA S.A, e executado(s) ABIMAEL OSEAS LEITE, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ABIMAEL , portador(a) do RG 105668457 SSP/PR e CPF 082.135.539-26. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis , efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R$ 22.751,23 (Vinte e Dois mil, setecentos e cinquenta e um reais e vinte e três centavos) acrescido de correção , monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não seja realizado, acarretará pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) opor impugnação , por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias úteis de que poderá(ão) contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Gustavo Machado Marques, Estagiário, conferi e digitei.
Araucária, 26 de maio de 2025.
Deborah Penna
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi .

VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): LEANDRO PEREIRA RODRIGUES
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Priscila Soares Crocetti, da Vara Criminal de Araucária, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0000076-59.2022.8.16.0025, em que é (são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) LEANDRO PEREIRA RODRIGUES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LEANDRO PEREIRA RODRIGUES, portador(a) do RG 95344291 SSP/PR e CPF 067.397.349-25, nascido(a) em 04/07/1986, natural de TABOAO DA SERRA/SP, filho(a) de MARIA ELIETE PEREIRA e GILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 302 - PRATICAR HOMICIDIO CULPOSO NA DIRECAO DE VEICULO AUTOMOTOR, Detenção: 2 a 4 anos, incisos I, II, e III da Lei 9503/97, com agravante do art. 298, inc. I do mesmo diploma legal oferecida em 18/12/2023 e recebida em 11/06/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado LEANDRO PEREIRA RODRIGUES encontra-se incurso, em tese, nas sanções do 302 (homicídio culposo de trânsito), incisos I (sem possuir cart eira de ha bil itaç ão), II (praticá-lo na calçada) e inciso III (deixar de prestar socorro à vítima quando era possível fazê-lo) da Lei nº. 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), com a agravante do artigo 298, inciso I do mesmo diploma legal (dano potencial para duas pessoas) , já que Aleff Rafael Levino Farias só não foi atingido por ter sido salvo/ empurrado pela vítima, razão pela qual o Ministério Público promove a presente ação penal, requerendo o recebimento da denúncia e a citação do denunciado para a apresentação de resposta à acusação. Requer, outrossim, seja admitida a acusação, prosseguindo-se nos demais termos do rito ordinário, com a designação de audiência para inquirição das testemunhas e informantes adiante arroladas e interrogatório, até final julgamento. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): SILVANEI DA ROSA MARTINS
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Priscila Soares Crocetti, da Vara Criminal de Araucária, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Desacato , sob nº 0002048-64.2022.8.16.0025, em que é(são) autor (es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) SILVANEI DA ROSA MARTINS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido SILVANEI DA ROSA MARTINS, portador(a) do RG 139121490 SSP/PR e CPF 109.140.519-03, nascido(a) em 07/06/1999, natural de CAMPINA GRD. DO SUL, filho(a) de DALUZ FATIMA DA ROSA e SILVANO ALVES MARTINS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 331 - DESACATO, Detenção: 6 meses a 2 anos oferecida em 06/03/2024 e recebida em 06/03/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim, o Ministério Público, nos termos do artigo 77 da Lei 9.099/95, passa a oferecer denúncia, contra SILVANEI DA ROSA MARTINS, RG n°. 139121490 SSP /PR, filho de DALUZ FATIMA DA ROSA e SILVANO ALVES MARTINS, residente Rua Nenúfar, 13 - Campina da Barra - ARAUCÁRIA /PR - CEP: 83.709-442, em razão do seguinte fato: "MM. Juiz, no dia 14 de março de 2022, aproximadamente às 19h47min, na Rua Miosotis, n.º 15, Bairro Campina da Barra, Araucária/PR, o denunciado SILVANEI DA ROSA MARTINS, agindo com consciência e vontade, desacatou os funcionários públicos Carlos Eduardo Oliveira Costa e Thiago Luis Correa, no exercício das suas funções, na oportunidade em que deram voz de abordagem ao denunciado este disse "não vou colocar a mão na cabeça', 'pode atirar em mim se quiser, não tenho medo de guardas de merda" (mov. 42.2). Testemunhas: Carlos Eduardo Oliveira Costa - RG: 9836524 e Thiago Luis Correa - RG: 8766544 (Guardas Municipais), a serem devidamente requisitados. Por assim ter agido, SILVANEI DA ROSA MARTINS está incurso no artigo 331, caput, do Código Penal, razão pela qual o Ministério Público requer seja registrada e autuada a presente denúncia, instaurando-se a competente ação penal, citando-se e cientificando-se os denunciados acerca do dia e hora da audiência de instrução e julgamento, nos moldes do art. 66 e 68 da Lei n. 9.099/95, bem como recebidas, para serem ouvidas, as testemunhas abaixo arroladas, as quais deverão ser intimadas na forma e sob as penas da lei, prosseguindo-se na forma dos arts. 78 a 81 da mencionada Lei. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): COSME BISPO DE SOUZA
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Priscila Soares Crocetti, da Vara Criminal de Araucária, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Infração de Medida Sanitária Preventiva, sob nº 0001469-53.2021.8.16.0025, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) COSME BISPO DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido COSME BISPO DE SOUZA, portador (a) do RG 134955180 SSP/PR e CPF 274.533.085-34, nascido(a) em 08/04/1966, natural de ITAPETINGA/BA, filho(a) de ADELICE MARIA DE SOUZA e MACÁRIO BISPO DE SOUZA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 268 - INFRACAO DE MEDIDA SANITARIA PREVENTIVA, Detenção: 1 mês a 1 ano E Multa ART 50 - JOGO DE AZAR, Prisão Simples: 3 meses a 1 ano E Multa oferecida em 14/09/2022 e recebida em 03/11/2024, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Por assim terem agido, COSME BISPO DE SOUZA está incurso no artigo 268, caput, do Código Penal e artigo 50, caput, do Decreto-Lei n.º 3.688/41, razão pela qual o Ministério Público requer seja registrada e autuada a presente denúncia, instaurando-se a competente ação penal, citando-se e cientificando-se o denunciado acerca do dia e hora da audiência de instrução e julgamento, nos moldes do art. 66 e 68 da Lei n. 9.099/95, bem como recebidas, para serem ouvidas, as testemunhas abaixo arroladas, as quais deverão ser intimadas na forma e sob as penas da lei, prosseguindo-se na forma dos arts. 78 a 81 da mencionada Lei. " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi. Data e assinatura conforme sistema

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): ANTONIO DOS SANTOS
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Priscila Soares Crocetti, da Vara Criminal de Araucária, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0012324-04.2015.8.16.0025, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANTONIO DOS SANTOS, LUCIANO BORGES RIBEIRO, e vítima DAILTON BATISTA LIMA, LUAN CARLOS DE OLIVEIRA, MAURILIO JANUARIO DE SOUZA , RAIMUNDO JORGE PEREIRA DE SANT'ANA, SCHAYLA FERNANDA BUSCH JORGE, VANDERLEI CRISTIANO MENDES DE CARVALHO, *(** Caso o processo seja segredo de justiça, inserir apenas as iniciais das partes que não são destinatárias da comunicação, em conformidade com o art. 229, CNFJ - Prov. 316/2022 **)* e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ANTONIO DOS SANTOS, portador(a) do RG 136050287 SSP/BA e CPF 027.477.225-62, nascido(a) em 05/07/1986, natural de SAO FRANCISCO DO CONDE/BA, filho(a) de MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS e CESARIO AMOR DIVINO DOS SANTOS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO**acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na denúncia, a fim de ABSOLVER os denunciados ANTÔNIO DOS SANTOS e LUCIANO BORGES RIBEIRO, já qualificados nos autos, pela prática dos crimes previstos no artigo 157, §2º, inciso II do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Antonio Josney Pczbiowski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Araucária, 24 de junho de 2025.**
Priscila Soares Crocetti
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

ASTORGA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
A DOUTORA KARINA DE AZEVEDO MALAGUIDO, MM. Juíza de Direito desta Vara Cível da Comarca de Astorga Estado do Paraná, na forma da lei, etc...
FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório do Cível e Anexos, foram regularmente processados os autos de Interdição, sob nº 0002297-06.2023.8.16.0049, de YURI GUSTAVO DA SILVA DOS SANTOS, tendo sido decretada por sentença do dia 19.08.2024, que transitou em julgado em 12/09/2024, a qual nomeou curador(a,es) o(a,s) Sr(a,es). DEBORA DA SILVA DOS SANTOS, que já prestou compromisso nos autos em epígrafe, e está no exercício do cargo pelo que serão considerados nulos e de nenhum efeito todos os atos, avenças e convenções que celebrar sem assistência do(a,s) Curador(a,es). Para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital que será publicado e afixado de acordo com a Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Astorga, Estado do Paraná, aos 24 de junho de 2025. Eu _____ (PABLO GONZAGA DO AMARAL), Empregado Juramentado que fiz digitar e subscrevi.
PABLO GONZAGA DO AMARAL
Empregado Juramentado

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
A DOUTORA KARINA DE AZEVEDO MALAGUIDO, MM. Juíza de Direito desta Vara Cível da Comarca de Astorga Estado do Paraná, na forma da lei, etc...
FAZ SABER, a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório do Cível e Anexos, foram regularmente processados os autos de Interdição, sob nº 0002478-41.2022.8.16.0049, de LUANA BATISTA LENZI, tendo sido decretada por sentença do dia 13.08.2024, que transitou em julgado em 26/11/2024, a qual nomeou curador(a,es) o(a,s) Sr(a,es). SILVANA CRISTINA BATISTA, que já prestou compromisso nos autos em epígrafe, e está no exercício do cargo pelo que serão considerados nulos e de nenhum efeito todos os atos, avenças e convenções que celebrar sem assistência do(a,s) Curador(a,es). Para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital que será publicado e afixado de acordo com a Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Astorga, Estado do Paraná, aos 24 de junho de 2025. Eu _____ (PABLO GONZAGA DO AMARAL), Empregado Juramentado que fiz digitar e subscrevi.
PABLO GONZAGA DO AMARAL
Empregado Juramentado

BELA VISTA DO PARAÍSO

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE 30 (trinta) Dias
O Juiz de Direito HELDER JOSÉ ANUNZIATO, da Vara Cível, Comércio e Anexos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de INTERDIÇÃO, sob nº 0000335-33.2023.8.16.0053, em que é autor MARCIANO AUGUSTO DOS SANTOS e réu IRENE OLIVEIRA DOS SANTOS, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de** IRENE OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, portadora do RG nº 49.559.941-4 e do CPF nº 347.761.758-43, residente e domiciliado na Rua Antônio Faustino Carvalho, Chácara Santa Helena, Distrito de Santa Margarida, Bela Vista do Paraíso - PR, por sentença transitada em julgado no dia 15/04/2025, a qual reconheceu que a interditada CID F200 - Esquizofrenia paranoide, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de incapaz apenas de, sem curador, praticar os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (CC, arts. 4°, caput, e 1.767, I, c/c Lei nº 13.145/2015, art. 85, caput), pois que a definição da

curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (Lei nº 13.145/2015, art. 85, § 1º). A referida sentença ainda nomeou ao interditado o curador MARCIANO AUGUSTO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, portador do RG nº-27.649.607-3 e do CPF nº 250.737.078-50, residente e domiciliado na Rua Antônio Faustino de Carvalho, Chácara Santa Helena, Distrito de Santa Margarida, Bela Vista do Paraíso - PR, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger a interdita conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "JULGO PROCEDENTE o pedido e, em consequência, decreto a interdição de Irene Oliveira dos Santos, natural de Bela Vista do Paraíso/PR, nascida no dia 27/12/1985, filha de Antonio Augusto dos Santos e Zuleide Oliveira dos Santos, declarando-a incapaz apenas de, sem curador, praticar os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (CC, arts. 4°, caput, e 1.767, I, c/c Lei nº 13.145/2015, art. 85, caput), pois que a definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (Lei nº 13.145/2015, art. 85, § 1º), nomeando-lhe como curador o requerente".

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

Eu, Camila C. de Sarre, Emp. Juramentada, conferi e digitei.

HELDER JOSÉ ANUNZIATO
Juiz de Direito
(assinatura eletrônica)

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE CAMBÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDA BRUNA OLIVEIRA MULATIN, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

A DOUTORA KARIN FEUERHARMEL GIUSEPPIN, MMª. JUÍZA DE DIREITO DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO REGIONAL DA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, etc...

FAZ SABER - a todos quantos o presente edital de citação virem ou que dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo a Ação De Guarda Unilateral C/C Alimentos C/C Suspensão De Visitas C/C Pedido De Tutela Antecipada nº 0041360-80.2022.8.16.0014 que por intermédio de sua procuradora, a Dra. Paula Itimura, OAB-PR 81.186, L.O.O.A representado por N.O.A.P, L.O.A representada por N.O.A.P e NOAP movem em face de BRUNA OLIVEIRA MULATIN, brasileira, inscrita no CPF nº 41X.XX9.97X-77, filho de O.P.M e H.O.S, residente e domiciliada em lugar incerto e não sabido, a qual fica devidamente CITADO dos termos da inicial, cujo teor, em resumo, é o seguinte: "Trata-se de Ação de guarda unilateral, cumulado com alimentos, suspensão de visitas e pedido de tutela antecipada, cuja discussão versa sobre os menores L.O.O.A e N.O.A.P frutos do relacionamento entre N.O.A.P e BRUNA OLIVEIRA MULATIN. Relatam os requerentes que há 1 (um) ano os menores estão sob sua guarda fática e que é o único responsável pela mantença destes, destaca-se que anteriormente os infantes residiam com a requerida na cidade de Taboão da Serra/SP. Requereu-se: o deferimento da justiça gratuita, a citação do réu, suspensão temporária do direito de visitas da Requerida. Requereu também o pedido de tutela de urgência da guarda provisória dos infantes e fixação de alimentos provisórios, que foi decidida por este juízo no dia 13 de agosto de 2022, deferindo o valor de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente no país para alimentos provisórios e deferiu o pedido de guarda provisória unilateral dos menores para L.O.O.A. Por fim, requereu a fixação de alimentos definitivos, na proporção de 37,1% do salário mínimo vigente.", bem como, para contestar a ação, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (artigo 257, inciso IV, do Código de Processo Civil), e para que chegue ao conhecimento de todos os interessados para que não possam alegar ignorância de futuro, mandou expedir o presente que será afixado no lugar público de costume e publicado pela Imprensa Oficial na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cambé, Estado do Paraná, aos 1 de abril de 2025. Eu, ALEXANDER HIROSI, Chefe de Secretaria, digitei e subscrevi.

Alexander Hirosi
Chefe de Secretaria
Por Ordem Judicial

-EDITAL DE CITAÇÃO DA REQUERIDA FRANCIELE AMORIM TRINDADE, COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.

A DOUTORA KARIN FEUERHARMEL GIUSEPPIN, MMª. JUÍZA DE DIREITO DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO REGIONAL DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E ANEXOS DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, etc...

FAZ SABER - a todos quantos o presente edital de citação virem ou que dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo os AUTOS DE GUARDA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE nº 0064447-02.2021.8.16.0014, que F. A. T. e outra, move em face de FRANCIELE AMORIM TRINDADE e outro, brasileira, nascida em 28/06/1977, CPF nº 023.XXX.739-XX., residente e domiciliada em local incerto e não sabido, a qual fica devidamente CITADA dos termos da Petição Inicial, cujo teor, em resumo, é o seguinte: "Trata-se de alteração de guarda da menor Y. C. G. A., que atualmente está com a genitora Franciele Amorim Trindade, sendo as autoras avó e tia da menor, que hoje conta com 07 (sete) anos de idade. Porém, a atual guardiã tem restringido o saudável e necessário desenvolvimento da menor, especialmente porque não possui o devido zelo e cuidado com a criança, por vezes, desaparece de casa por dias sem se preocupar com as obrigações inerentes a criação da criança, tais como, escola, vestimentas e alimentação, bem como o afeto necessário para o desenvolvimento emocional e afetivo da infante, sendo que, recentemente as autoras foram agredidas pela requerida quando foram cobrar explicações acerca do abandono da menor, procuraram pela delegacia de polícia, razão pela qual requisitaram e receberam medida protetiva, por essa razão requer a adequada regulamentação da guarda, uma vez que de fato a criança já se encontra sob proteção das peticionárias." A parte autora requereu: 1. A concessão da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil; 2. O deferimento da tutela antecipada, para determinar a guarda provisória em favor das Autoras; 3. A citação dos réus para responder a presente ação, querendo; 4. A produção de todas as provas admitidas em direito, em especial a testemunhal mediante designação de audiência; 5. Intimação do Ministério Público para intervir no feito, nos moldes do artigo 698, do CPC; 6. A total procedência da ação, para fixar regulamentar a guarda da menor e 7. Seja acolhida a manifestação do interesse na audiência conciliatória, nos termos do Art. 319, inc. VII do CPC. Sendo determinado à citação da requerida, mediante edital, para querendo, no prazo de 10 (dez) dias, apresente resposta, através de advogado, apresentando desde logo as provas que pretende produzir, arrolando testemunhas e juntando documentos. Tudo nos termos presente. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados para que não possam alegar ignorância no futuro, foi determinada a expedição deste edital, que será afixado no lugar público de costume e publicado pela Imprensa Oficial na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Cambé, Estado do Paraná, aos 23 de maio de 2025. Eu (ALEXANDER HIROSI), Chefe de Secretaria, digitei e subscrevi.

ALEXANDER HIROSI
Chefe de Secretaria
Por ordem Judicial
Portaria nº 003/2012

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO ADÃO CANDIDO MESSIAS, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

A DOUTORA KARIN FEUERHARMEL GIUSEPPIN, MM. JUÍZA DE DIREITO DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO REGIONAL DA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DE CAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, etc...

FAZ SABER - a todos quantos o presente edital de intimação virem ou que dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo a Ação de Cumprimento de Sentença nº 0004006-21.2024.8.16.0056, em que G.P.M., representada por ROSÂNGELA PEREIRA DA SILVA FEITOSA, movem em face de ADÃO CANDIDO MESSIAS, brasileiro, nascido aos 26/07/1978, natural de Florestópolis/PR, filho de Francisca Candida Messias e de José Messias, portador do RG nº 6.843.305-3 SSP/PR, inscrito no CPF nº 020.247.369-47, com último endereço conhecido na Rua Prefeito Aparecido Ferreira de Lima, 656 - Centro - CENTENÁRIO DO SUL/PR - CEP: 86.630-000, atualmente em lugar incerto e não sabido, o qual fica devidamente INTIMADO para no prazo de 03 (três) dias, contados na forma do art. 335, do CPC, sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (artigo 257, inciso IV, do Código de Processo Civil), efetuar o pagamento do valor de R$ 1.513,17 (um mil, quinhentos e treze reais e dezessete centavos) - FEVEREIRO A ABRIL DE 2024 - referentes às três últimas prestações alimentícias vencidas antes da propositura da ação, bem como as que vencerem no decorrer da demanda, comprovar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de lhe ser decretada a prisão, pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) meses, bem como de ser levado a protesto o pronunciamento judicial contendo o débito exequendo. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados para que não possam alegar ignorância de futuro, mandou expedir o presente que será afixado no lugar público de costume e publicado pela Imprensa Oficial na forma da Lei. JUSTIÇA GRATUITA. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cambé, Estado do Paraná, aos 23 de junho de 2025. Eu, ALEXANDER HIROSI, Chefe de Secretaria, digitei e subscrevi.

Alexander Hirosi
Chefe de Secretaria
Por Ordem Judicial
Portaria 003/2012
(Assinado digitalmente)

CAMPINA DA LAGOA

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CAMPINA DA LAGOA
VARA CÍVEL DE CAMPINA DA LAGOA - PROJUDI
Avenida das Indústrias, 518 - Fórum - Parque Industrial - Campina da Lagoa/PR - CEP: 87.345-000 - Celular: (44) 99146-6551 - E-mail: clag-ju-ec@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 06 (seis) meses

O(A) Juiz(íza) de Direito**, Dr. Pedro Toaiari de Mattos Esterce**, da Vara Cível de Campina da Lagoa, **FAZ SABER** a todos que virem o presente **EDITAL** ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0000506-07.2025.8.16.0057, em que é(são) autor(es) MARLI APARECIDA GONÇALVES, e requerido(a) MANOEL BAPTISTA GONÇALVES, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **DEFERIDO a tutela de urgência para constituir** ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) provisório(a) MARLI APARECIDA GONÇALVES, portador(a) do RG 5.223.683-5-SSP/PR e CPF 738.943-709-04, cuja curatela é total e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela, vez que o(a) interditando(a) foi diagnosticado(a) com com bilateral, sofre de depressão e demência senil com episódios de delírio. Tudo em conformidade com a r. decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "... Ante ao exposto, a tutela de urgência pretendida, nos termos do art. 749, p. único, para defiro constituir MARLI APARECIDA GONÇALVES como curadora provisória de MANOEL BAPTISTA GONÇALVES, podendo-lhe representar nos atos da vida civil, especialmente os de cunho patrimonial. Fica expresso que são atribuições da curadora: a) administrar os bens do tutelado, em proveito deste, cumprindo seus deveres com zelo e boa-fé (art. 1.741 do Código Civil); b) representar a curatelada nos atos da vida civil (art. 1.747, I, do Código Civil); c) receber sua as rendas, pensões e quantias a ela devidas (art. 1.747, II, do Código Civil); c) fazer-lhe as despesas de subsistência, bem como as de administração, conservação e melhoramentos de seus bens (art. 1.747, III, do Código Civil); d) promover-lhe, mediante preço conveniente, o arrendamento de bens de raiz (art. 1.747, V, do Código Civil); e) pagar ou transigir sobre as dívidas da curatelada, que representem obrigação no até o montante de R$ 3.000,00; f) vender bens móveis deteriorados, inservíveis ou cuja conservação não for conveniente, até o valor de R$ 1.500,00; Fica expresso que são atribuições da curadora, mas dependem de autorização judicial específica : a) pagar ou transigir sobre as dívidas da curatelada, que representem obrigação superiores ao montante de R$ 3.000,00 (art. 1.748, I, do Código Civil); b) aceitar por ele heranças, legados ou doações, ainda que com encargos (art. 1.748, II, do Código Civil); c) vender bens móveis deteriorados, inservíveis ou cuja conservação não for conveniente, de valor superior a R$ 1.500,00 (art. 1.748, IV, do Código Civil); c) vender bens imóveis de qualquer valor (art. 1.748, IV, do Código Civil); Fixo, por necessárias, as seguintes contracautelas: a) a curadora não poderá adquirir por si, ou por interposta pessoa, mediante contrato particular, bens móveis ou imóveis pertencentes à curatelada; II - dispor dos bens dela a título gratuito; constituir-se cessionária de crédito ou de direito, contra a curatelada (art. 1.749 do Código Civil). b) fica autorizado o desconto da parcela estabelecida pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa ou, na sua falta pelo Conselho Municipal da Assistência Social, nos benefícios previdenciários ou verbas de assistencial percebidas pela curatelada, para pagamento da parcela de participação da curatelada no custeio da entidade, limitada, em qualquer caso a 70% do valor líquido (art. 35, §2º, do Estatuto do Idoso); c) a curadora deverá prestar contas anuais da gestão de bens, sem prejuízo da apresentação voluntária desta prestação, sempre que entender pertinente. ... "**a. Pedro Toaiari de Mattos Esterce, Juiz(íza) de Direito.** O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Christiane Angélica Kizerlla Villela, Escrivã da Vara Cível/Valéria Cristina Leite de Paula, Auxiliar Juramentada, que digitei e subscrevi. Campina da Lagoa, 23 de junho de 2025.
*assinado digitalmente**Christiane Angélica Kizerlla Villela***Escrivã da Vara Cível e Anexos*Por ordem do(a) MM. Juiz(a)* (Assinatura *autorizada pelo Decreto Judiciário nº 753/2011)***OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CRIMINAL

Edital de Citação

Processo:	0008125-52.2023.8.16.0026
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal:	Posse de Drogas para Consumo Pessoal
Data da Infração:	14/08/2023
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• ESTADO DO PARANA
Réu(s):	• NEWTON JOSE FREITAS DE MEIRA

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 (QUINZE) DIAS

O Doutor **Mércia Deodato do Nascimento,** MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de Campo Largo/PR, na forma da Lei
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (QUINZE) dias**, que não tendo sido possível **CITAR** pessoalmente o(s) réu(s) **NEWTON JOSE FREITAS DE MEIRA, RG 7531471 SSP/PR, CPF 033.115.669-55, Nome do Pai: JOSÉ FONTOURA DE MEIRA, Nome da Mãe: MARIA DE FREITAS DE MEIRA, nascido em 04/02/1981, natural de CURITIBA, localizável no(a) RUA OLAVO BILAC, 243 CASA - aua boa - CAMPO MAGRO/PR - CEP: 83.535-000**, vem pelo presente **CITÁ-LO(S)** de todo o teor da denúncia recebida nos autos de Ação Penal n. **0008125-52.2023.8.16.0026,** sendo tipificado no

- **ART 28: Porte de droga para consumo pessoal, DROGAS PARA O CONSUMO PESSOAL, Advertência sobre os efeitos das drogas**

do Código Penal. O acusado deverá apresentar resposta à acusação, **no prazo de 10 (dez) dias**, onde, nos termos do art. 396-A do Código de Processo Penal, poderá arguir preliminar, alegar tudo o que interesse a sua defesa, juntar documentos, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, **sob a advertência de que assim não o fazendo será procedida nomeação de defensor. Caso o acusado não tenha condições para constituir advogado deverá comparecer nesta Secretaria Criminal e requerer que lhe seja nomeado defensor dativo**. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.
Campo Largo, 24 de junho de 2025.

Willian Pedroso
Técnico Judiciário
Assinado Digitalmente
Assinatura autorizada - Portaria 21/2022

Processo:	0003383-81.2023.8.16.0026
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Associação Criminosa
Data da Infração:	09/02/2023
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• ANTONIO JOSE LEUÇZ JUNIOR • CRISLAINE MARIA FERNANDES
Réu(s):	• CLAUDINEIA CORDEIRO DE OLIVEIRA VIEIRA GOMES • GUILHERME ANTUNES DE ONOFRE • JOÃO MARSIGLIO NETO • LUCAS ANDREY SCHMIDT

- MARIA LUIZA MARSIGLIO

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 (QUINZE) DIAS

O Doutor **Mércia Deodato do Nascimento,** MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de Campo Largo/ PR, na forma da Lei

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (QUINZE) dias**, que não tendo sido possível **CITAR** pessoalmente o(s) réu(s) **GUILHERME ANTUNES DE ONOFRE, RG 159436357 SSP/PR, CPF 056.553.797-08, Nome do Pai: SERGIO SILVA DE ONOFRE, Nome da Mãe: MARA CONCEIÇÃO ANTUNES DE ONOFRE, nascido em 04/04/1982, natural de NITEROI/RJ, localizável no(a) RUA FRANCISCO DALLALIBERA, 1811 CASA 13 - CURITIBA/PR**, vem pelo presente **CITÁ-LO(S)** de todo o teor da denúncia recebida nos autos de Ação Penal n. **0003383-81.2023.8.16.0026,** sendo tipificado no

- **ART 171: Estelionato, ESTELIONATO, Reclusão: 1 a 5 anos E Multa**
- **ART 155: Furto, FURTO SIMPLES, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa**
- **ART 288: Associação Criminosa, ASSOCIAÇAO CRIMINOSA, Reclusão: 1 a 3 anos, por duas vezes (Fatos 1.1)**

do Código Penal. O acusado deverá apresentar resposta à acusação, **no prazo de 10 (dez) dias**, onde, nos termos do art. 396-A do Código de Processo Penal, poderá arguir preliminar, alegar tudo o que interesse a sua defesa, juntar documentos, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, **sob a advertência de que assim não o fazendo será procedida nomeação de defensor. Caso o acusado não tenha condições para constituir advogado deverá comparecer nesta Secretaria Criminal e requerer que lhe seja nomeado defensor dativo**. Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná.

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Campo Largo, 24 de junho de 2025.

Willian Pedroso
Técnico Judiciário
Assinado Digitalmente
Assinatura autorizada - Portaria 21/2022

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): SIDINEY FERREIRA DOS SANTOS PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS A Juíza de Direito Carolina Arantes da Conceição Nunes, da Vara da Infância e da Juventude - Seção Cível - Campo Largo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Guarda de Infância e Juventude, assunto Perda ou Modificação de Guarda, sob nº 0003783-60.2024.8.16.0188, em que é(são) autor(es) C.L.G.D.O, e réu(s) V.O.D.S, S.D.O, SIDINEY FERREIRA DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s)parte(s) Promovido SIDINEY FERREIRA DOS SANTOS, portador(a) do RG 105952929 SSP/PR e CPF 011.154.979-52. Desta forma, se procede por meio deste edital suaCITAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos, nos termos do art. 158 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 195, inc. IV, ECA). Eu, Eduardo Leon Celivi, Chefe de Secretaria, conferi e digitei. Campo Largo, 18 de junho de 2025. Carolina Arantes da Conceição Nunes Juíza de Direito

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE MARCIO ANDRÉ Processo: 0006613-15.2015.8.16.0026 Classe Processual: Arrolamento Comum Assunto Principal: Inventário e Partilha Valor da Causa: R$1.000,00 Polo Ativo(s): G.R.S G.H.S.S R.V.S.S Polo Passivo(s): E.M.G.L MARCIO ANDRE Terceiro(s): ESPÓLIO DE CARLOS ALBERTO SANTOS FAZ SABER, a todos os interessados, que neste ato procede-se a CITAÇÃO POR EDITAL do HERDEIRO acima nominado e qualificado para manifestar, por meio de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias sobre as Primeiras Declarações (art. 627 do CPC/2015). O acesso aos autos está à disposição dos interessados pelo site: https://projudi.tjpr.jus.br/projudi_consulta/. Observação: Este processo tramita através do sistema PROJUDI - https://portal.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastro realizado pela OAB/PR, o qual é obrigatório para manifestação nos autos. Documentos (procuração, contestação etc.) devem ser juntados aos autos em formato PDF em arquivos com no máximo 2MB cada. E para que não se alegue ignorância ou desconhecimento foi expedido o presente edital com prazo de 20 (vinte) dias. Nada mais a constar. Campo Largo, 30 de maio de 2025, eu, Eduardo Leon Celivi, Chefe de Secretaria, o digitei - CAROLINA ARANTES DA CONCEIÇÃO NUNES - Juíza de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO de JAQUELINE AVES PEDRA Processo: 0008706-09.2019.8.16.0026 Classe Processual: Guarda de Infância e Juventude Assunto Principal: Perda ou Modificação de Guarda Valor da Causa: R$1.000,00 Polo Ativo(s): E.D.O.C.D.S M.A.C.D.S Polo Passivo(s): JAQUELINE ALVES PEDRA FAZ SABER, a todos os interessados, que neste ato procede-se a CITAÇÃO POR EDITAL do(a) REQUERIDO (A) para contestar em 15 (quinze) dias, mediante advogado devidamente constituído, sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações da parte autora (art. 344 do CPC/2015). Em caso de REVELIA ser-lhe-á nomeado Curador Especial (art. 257 do CPC/2015,). O acesso aos autos está à disposição para as partes, bastando comparecer à secretaria (endereço no cabeçalho). Observação: Este processo tramita através do sistema PROJUDI - https://portal.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastro realizado pela OAB/PR, o qual é obrigatório para manifestação nos autos. Documentos (procuração, contestação etc.) devem ser juntados aos autos em formato PDF em arquivos com no máximo 4MB cada. E para que não se alegue ignorância ou desconhecimento foi expedido o presente edital com prazo de 20 (vinte) dias. Nada mais a constar. Campo Largo, 06 de junho de 2025, eu, Eduardo Leon Celivi, Chefe de Secretaria, o digitei - CAROLINA ARANTES DA CONCEIÇÃO NUNES - Juíza de Direito.

Edital de Intimação

DESTINATÁRIO(A)(S): MILTON HONORATO DE LIMA A Juíza de Direito Carolina Arantes da Conceição Nunes, da Vara de Família e Sucessões de Campo Largo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Alimentos, sob nº 0010542-85.2017.8.16.0026, em que é(são) exequente(s) S.M.D.L, E.D.L, e executado(s) MILTON HONORATO DE LIMA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido MILTON HONORATO DE LIMA, portador(a) do CPF 841.525.409-15. Desta forma, se procede por meio deste edital sua CITAÇÃO e INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R$ 13.788,12 (treze mil setecentos e oitenta e oito reais e doze centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não for realizado, acarretará em pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Eduardo Leon Celivi, Chefe de Secretaria, conferi e digitei.

CAMPO MOURÃO

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
O DR FERDINANDO SCREMIN NETO - MM JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CAMPO MOURÃO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos nº 0010669-
14.2023.8.16.0058 de INTERDIÇÃO Requerida por MARIA DE FATIMA ARAUJO MARTINS contra DALVA RIBEIRO DE ARAUJO
TORNA PÚBLICA a sentença prolatada nos autos acima, a seguir transcrita em sua parte dispositiva: "Isso considerado,
hei por bem em acolher o pedido de Curatela de DALVA RIBEIRO DE ARAÚJO, já qualificada nos autos, vez que
incapaz de pessoalmente reger sua pessoa e seus interesses patrimoniais, nomeando-se lhe curadora sua irmã MARIA DE
FÁTIMA ARAÚJO MARTINS a qual deverá ser intimada para o devido compromisso. Transitada em julgado, expeça-se
mandado de inscrição ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais e publique-se a presente decisão conforme disposição do
art. 1.184 do CPC Publique-se. Registre-se Intimem-se. Oportunamente arquivem-se com baixas. Ciência ao MP.
CURADOR NOMEADO: MARIA DE FATIMA ARAUJO MARTINS
DATA DA SENTENÇA: 10/03/2025
CAUSA DA INTERDIÇÃO: Retardo Mental Moderado (CID-10 F71)
LIMITES DA INTERDIÇÃO: TOTAL
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA: FERDINANDO SCREMIN NETO
E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente que será afixado
na sede deste Juízo no local de costume e publicado na imprensa na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca
de Campo Mourão, Estado do Paraná, aos nove dias mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu,
_____(Sebastiana Machado Borges), Escrivã que digitei e subscrevi.
FERDINANDO SCREMIN NETO
Juiz de Direito
Assinado eletronicamente

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO: JOSEJAURI DOS SANTOS, COM O PRAZO DE (30) DIAS.
O DOUTOR FERDINANDO SCREMIN NETO - JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO, ESTADO DO PARANÁ, DA FORMA DA LEI, ETC....
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedida nos autos 0000955-
30.2023.8.16.0058 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA promovida por GREGORY FELIPE GUIMARÃES contra
:JOSE JAURI DOS SANTOS. INTIMA o JOSE JAURI DOS SANTOS CPF Nº 958.155.469-68, Pelo presente edital INTIMA o Executado para que pague, no prazo de quinze (15) dias o valor da condenação no importe de R$ 1.873,70 (um mil, oitocentos e setenta e três reais e setenta centavos), devidamente corrigida, sob pena de penhora e incidência da multa de 10% prevista no artigo 523 par. 1º do CPC e verba honorária de 10%.Cientifique-se ainda de que decorrido o prazo acima inicia-se automaticamente novo prazo de quinze dias para, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos sua impugnação ao pedido (artigo 525 do CPC). E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente que será afixado na sede deste Juízo no local de costume e publicado na imprensa na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná,
vinte dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco. Eu,_____(Sebastiana Machado
Borges), Escrivã que digitei e subscrevi.
FERDINANDO SCREMIN NETO
Juiz de Direito
Assinado eletronicamente

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
O DR FERDINANDO SCREMIN NETO - MM JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos nº 0012403-97.2023.8.16.0058
de INTERDIÇÃO Requerida por IZINILDA RIBEIRO SPILKA contra ÉMERSON RIBEIRO SPILKA
TORNA PÚBLICA a sentença prolatada nos autos acima, a seguir transcrita em sua parte dispositiva: "Ante o exposto,
acolho o pedido formulado na inicial, resolvendo o mérito com fundamento no art. 487,, do Código de Processo Civil para
conceder a curatela de incapaz ÉMERSON RIBEIRO SPILKA, de, por si só, reger sua pessoa e seus interesses
patrimoniais, em favor de sua esposa, que nomeio como curadora, IZINILDA RIBEIRO SPILKA, devendo ser intimada
para o devido compromisso. Expeça-se mandado de inscrição ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais e publique-se a
presente decisão conforme disposição do art. 755, para. 3º do CPC. Oportunamente, arquivem-se, observadas as
disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Diligências necessárias.
CURADOR NOMEADO: IZINILDA RIBEIRO SPILKA
DATA DA SENTENÇA: 06/03/2025
CAUSA DA INTERDIÇÃO: hidrocefalia,
LIMITES DA INTERDIÇÃO: TOTAL
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA: FERDINANDO SCREMIN NETO
E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente que será afixado
na sede deste Juízo no local de costume e publicado na imprensa na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca
de Campo Mourão, Estado do Paraná, aos nove dias mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu,
_____(Sebastiana Machado Borges), Escrivã que digitei e subscrevi.
FERDINANDO SCREMIN NETO
Juiz de Direito
Assinado eletronicamente

CASCAVEL

2ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

P O D E R J U D I C I Á R I O Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel
Av. Tancredo Neves, nº 2320 - Fone: (0xx45) 99857-0017
ESTADO DO PARANÁ
Autos nº 0010168-11.2022.8.16.0021
EDITAL DE CITAÇÃO DE JOSE BENTO PREVIATELLI RODRIGUES E MARCELLI CAROLINI FIM
PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
A Juíza de Direito Substituta **Fernanda Monteiro Sanches**, da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel/PR, **FAZ SABER** a todos que virem o presente **EDITAL** ou tiverem conhecimento dele, principalmente os executados **JOSE BENTO PREVIATELLI RODRIGUES,** brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 881.429.652-91, portador do RG sob o nº 13.843.753-1 e **MARCELLI CAROLINI FIM**, brasileira, solteira, caixa de supermercado, inscrita no CPF sob o nº 075.506.759-29, portadora do RG sob o nº 93151585 SSP/PR, que perante este Juízo, tramitam os autos de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** sob nº **0010168-11.2022.8.16.0021**, em que é exequente **EMILLY CARNEIRO CAVICHIONI** e executados **JOSE BENTO PREVIATELLI RODRIGUES E MARCELLI CAROLINI FIM**, os quais não foi possível localizar pessoalmente. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente no valor de **R$ 1.953,18 (mil novecentos e cinquenta e três reais e dezoito centavos)**, devidamente atualizada, acrescida de custas e honorários advocatícios. A parte fica **CIENTE** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a parte fica **CIENTE** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC)**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, tudo em conformidade com a r. decisão de **mov. 21.1** e **mov. 109.1**. No mais, transcorrido o prazo sem manifestação, será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Cascavel, 24 de junho de 2025.
Daniela Paza
Emp. Juramentada
Portaria 26/2019

P O D E R J U D I C I Á R I O Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel
Av. Tancredo Neves, nº 2320 - Fone: (0xx45) 99857-0017
ESTADO DO PARANÁ
Autos nº 0005284-65.2024.8.16.0021
EDITAL DE CITAÇÃO DE ARILSON LOPES
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
A Juíza de Direito Substituta **Fernanda Monteiro Sanches**, da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel/PR, **FAZ SABER** a todos que virem o presente **EDITAL** ou tiverem conhecimento dele, principalmente o executado **ARILSON LOPES,** brasileiro, empreendedor, inscrito no CPF sob nº 104.913.329-39, portador do RG nº 136578723 SSP/PR, que perante este Juízo, tramitam os autos de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL** sob nº **0005284-65.2024.8.16.0021**, em que é requerente **SALETE ROBERTA GUIMARÃES** e requerido **ARILSON LOPES**, o qual não foi possível localizar pessoalmente. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, ficando ainda advertido de que, não constestada a ação, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, tudo em conformidade com a r. decisão de **mov. 14.1** e **mov. 61.1**. No mais, havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Cascavel, 24 de junho de 2025.
Daniela Paza
Emp. Juramentada
Portaria 26/2019

P O D E R J U D I C I Á R I O Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel
Av. Tancredo Neves, nº 2320 - Fone: (0xx45) 99857-0017
ESTADO DO PARANÁ
Autos nº 0010170-44.2023.8.16.0021
EDITAL DE CITAÇÃO DE WILLIAN FERNANDO MISAEL PICCINI
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O Juiz de Direito **Phellipe Müller**, da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel/PR, **FAZ SABER** a todos que virem o presente **EDITAL** ou tiverem conhecimento dele, principalmente o requerido **WILLIAN FERNANDO MISAEL PICCINI,** brasileiro, inscrito no CPF sob nº 079.907.179-05 e portador do RG sob nº 124992079 SSP/PR, que perante este Juízo, tramitam os autos de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL** sob nº **0010170-44.2023.8.16.0021**, em que é requerente **JESSICA DO PRADO VIEIRA** e requerido **WILLIAN FERNANDO MISAEL PICCINI E OUTROS**, o qual não foi possível localizar pessoalmente. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, ficando ainda advertido de que, não constestada a ação, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, tudo em conformidade com a r. decisão de **mov. 14.1** e **mov. 232.1**. No mais, havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Cascavel, 24 de junho de 2025.
Daniela Paza
Emp. Juramentada
Portaria 26/2019

P O D E R J U D I C I Á R I O Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel
Av. Tancredo Neves, nº 2320 - Fone: (0xx45) 99857-0017
ESTADO DO PARANÁ
Autos nº 0026148-61.2023.8.16.0021
EDITAL DE CITAÇÃO DE S C GRAFICA E EDITORA LTDA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O Juiz de Direito **Phellipe Müller**, da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel/PR, **FAZ SABER** a todos que virem o presente **EDITAL** ou tiverem conhecimento dele, principalmente a executada **S C GRAFICA E EDITORA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.456.963/0001-19, que perante este Juízo, tramitam os autos de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** sob nº **0026148-61.2023.8.16.0021**, em que é exequente **KGEPEL PAPEIS LTDA** e executada **S C GRAFICA E EDITORA LTDA**, o qual não foi possível localizar pessoalmente. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente no valor de **R$ 21.099,43 (vinte e um mil, noventa e nove reais e quarenta e três centavos)**, devidamente atualizada, acrescida de custas e honorários advocatícios. A parte fica **CIENTE** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a parte fica **CIENTE** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC)**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, tudo em conformidade com a r. decisão de **mov. 25.1** e **mov. 141.1**. No mais, transcorrido o prazo sem manifestação, será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Cascavel, 24 de junho de 2025.
Daniela Paza
Emp. Juramentada
Portaria 26/2019

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁCOMARCA DE CASCAVEL3ª VARA CRIMINAL DE CASCAVEL - PROJUDIAv. Tancredo Neves, Nº 2320 - Andar -1 - Alto Alegre - Cascavel/PR - CEP: 85.805-900 - Fone: (45) 3392-5060 - E-mail: cas-8vj-s@tjpr.jus.brEDITAL DE NOTIFICAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ANGELICA DA SILVA RIBEIROPRAZO DE 15 DIASO(A) Juiz(íza) de Direito WILLIAM DA COSTA, da 3ª Vara Criminal de Cascavel, FAZ SABER a todos que virem o presenteEDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inquérito Policial, assunto Tráfico deDrogas e Condutas Afins, sob nº 0009661-45.2025.8.16.0021, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADODO PARANÁ, réu(s) ANGELICA DA SILVA RIBEIRO, e vítima A COLETIVIDADE, e que não foi possível localizarpessoalmente a(s) parte(s) PromovidoANGELICA DA SILVA RIBEIRO, portador(a) do RG 145904994 SSP/PR e CPF013.877.439-02, nascido(a) em 27/12/2006, natural de FOZ DO IGUACU/PR, filho(a) de SILVANA ANDRADE RIBEIRO e, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência deCLAUDINEI DE LIMA DA SILVANOTIFICAÇÃOque houve em seu desfavor, como incurso nas penas do art. 33, caput, c/c artigo 40, incisos V eoferecimento de denúnciaVI da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos), conforme descrição do fato transcrito na denúncia:No dia 04 de março de 2025, porvolta das 01h05min, aproximadamente, no KM 595 da Rodovia BR 277, bairro Guarujá, nesta cidade e Comarca de Cascavel/PR, adenunciada ANGELICA DA SILVA RIBEIRO, agindo em conluio e prévio ajuste com a adolescente K.R.D (nascida no dia 21/09/2010 - 14anos de idade), com consciência e vontade, sem autorização legal ou regulamentar, transportavam, para fins de entrega a terceiros, nointerior do veículo Hyundai/HB20, placa GAB4673, no qual eram passageiras (veículo de aplicativo 'Indriver'), aproximadamente, 13,400kg(treze quilos e quatrocentos gramas) da substância entorpecente Cannabis Sativa L., conhecida como maconha, sendo que 12,800kg(doze quilos e oitocentos gramas) da droga estavam em sua forma mais pura e com maior concentração de THC conhecida como 'haxixe',conforme autos de exibição e apreensão e de constatação provisória (mov. 1.25 e 1.27) e fotografias de mov. 1.28/1.29, substância estacapaz de causar dependência física e/ou psíquica, de uso proscrito no Brasil, estando incluída na Portaria nº 344 da SVS/MS, republicadano D.O.U. em 01/12/99, atualizada pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 936, de 05/11/24, e respaldada pela Lei n.º 11.343/06,cujo entorpecente foi recebido na cidade de Foz do Iguaçu/PR e seria transportado até a cidade de Joinville/SC, conforme atestam asimagens anexadas no mov. 1.10/1.24. e à sua para, no , ;INTIMAÇÃOprazo de 10 (dez) diasarguir preliminares e invocartodas as razões de defesa, oferecer documentos e

justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar Se a resposta não for apresentada no prazo estipulado, o(a) Magistrado(a)testemunhas, até o número de 5 (cinco).nomeará defensor(a) público. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todose ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, João Pedro de Jesus Dias, Estagiário, digitei. Eu, Gisele Somenzi Secco, Técnica Judiciária, conferi.Cascavel, 23 de junho de 2025.WILLIAM DA COSTAJuiz de Direito: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico OBSERVAÇÃOhttps://portal.tjpr.jus.br./projudi

---

EDITAL DE 1?° E 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL (LEI N.º 13.105/2015). PROCESSO: 0017816-71.2024.816.0021 - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CASCAVEL/PR.

Jonas Gabriel Antunes Moreira, JUCEPAR 24/402-L, Leiloeiro Público Oficial, nomeado pelo MM Juiz desta Comarca, faz ciência aos interessados, exequente(s), executados/devedores, que no processo indicado leiloará os bens discriminados, pelo maior lance, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado por meio eletrônico.

1. DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO:

1.1. Data/Horário: **1º leilão 02/07/2025 às 10:00 e 2º leilão 02/07/2025 a partir de 10:15**, com encerramento sequencialmente e os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances, através da plataforma www.mgl.com.br**.**

1.2. No primeiro leilão os bens não poderão ser vendidos por valor inferior ao da avaliação. Caso o bem não seja arrematado em 1º leilão por valor igual ou superior ao valor da avaliação, será realizado 2º leilão, nas datas indicadas nos itens 1.1 ou 1.3, com desconto nos valores descritos no item 2, tudo conforme art. 891, parágrafo único, da Lei 13.105/2015.

1.3. O leilão será realizado na data acima mencionada, não havendo licitantes, ficam pré-designados novos leilões para as seguintes datas: 1º leilão 09/07/2025 às 10:00 e 2º leilão 09/07/2025 às 10:15, 1º leilão 16/07/2025 às 10:00 e 2º leilão 16/07/2025 às 10:15, 1º leilão 23/07/2025 às 10:00 e 2º leilão 23/07/2025 às 10:15, 1º leilão 30/07/2025 às 10:00 e 2º leilão 30/07/2025 às 10:15, 1º leilão 06/08/2025 às 10:00 e 2º leilão 06/08/2025 às 10:15, 1º leilão 13/08/2025 às 10:00 e 2º leilão 13/08/2025 às 10:15, 1º leilão 20/08/2025 às 10:00 e 2º leilão 20/08/2025 às 10:15, 1º leilão 27/08/2025 às 10:00 e 2º leilão 27/08/2025 às 10:15, 1º leilão 03/09/2025 às 10:00 e 2º leilão 03/09/2025 às 10:15, 1º leilão 10/09/2025 às 10:00 e 2º leilão 10/09/2025 às 10:15, 1º leilão 17/09/2025 às 10:00 e 2º leilão 17/09/2025 às 10:15, 1º leilão 24/09/2025 às 10:00 e 2º leilão 24/09/2025 às 10:15.

1.4. Caso não haja expediente forense nas datas indicadas nos itens 1.1 e 1.3 o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.

2. DESCRIÇÃO E VALORES DO BEM:

Bem(ns): 01 motocicleta Suzuki EN125 YES, marca JTA, cor prata, ano de fabricação/modelo 2009/2010, combustível gasolina. **ÔNUS**: Motocicleta possui alienação fiduciária, veículo apreendido; impostos, taxas e multas somam o montante R$1.345,61. Consulta realizada em 28/05/2025. Despesa administrativa de R$215,90, a ser paga pelo arrematante. Eventuais débitos poderão ser sub-rogados, no entanto poderão ser pagos pelo arrematante para maior celeridade no procedimento da aquisição/regularização do bem. Lembramos que o mesmo deverá consultar a atualização dos débitos antes das datas dos leilões designados, ficando ciente ainda de que, ocorrendo o pagamento pelo arrematante, tais valores não são reembolsáveis. Se necessário, caberá ao arrematante a regravação da numeração do chassi e sua regularização. **Lance mínimo em primeiro leilão 100% da avaliação:** R$2.065,35 (dois mil, sessenta e cinco reais e trinta e cinco centavos). **Lance mínimo em segundo 50% da avaliação:** R$1.032,68 (um mil, trinta e dois reais e sessenta e oito centavos). **ENDEREÇO DE VISITAÇÃO:** Rua da Bandeira, 1301, Centro, Cascavel/PR. **DEPOSITÁRIO:** Não há informações.

3. ENDEREÇO DE VISITAÇÃO:

3.1. A visitação dos bens deverá ocorrer previamente ao leilão no endereço descrito no item 2. As fotos divulgadas no site são ilustrativas, toda e qualquer decisão de compra NÃO deve se basear nas fotos divulgadas, mas sim, na realização de visita presencial ao bem.

4. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO/ PARCELAMENTO:

4.1. Será considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance mínimo.

4.2. **LANCE À VISTA:** A arrematação à vista deverá ser paga por meio de guia judicial, no prazo de 24 horas, contadas da data do leilão.

4.3. O arrematante deverá em até 24 horas enviar os comprovantes para o leiloeiro, pelo e-mail faturamento@mgl.com.br ou WhatsApp (37) 99867-2517 para serem juntadas ao processo.

5. INADIMPLÊNCIA:

5.1. O arrematante deverá cumprir os prazos e condições do item 4. Caso o arrematante não honre com o valor do lance no prazo e condições previstas, o lance será considerado inválido, ficando o arrematante sujeito às penalidades previstas em lei e edital.

5.2. No caso de inadimplência serão chamados sucessivamente os demais ofertantes, em ordem decrescente de lances.

5.3. Em caso de inadimplência ou desistência do lance ofertado, caberá ao arrematante a multa de 20% (vinte por cento) sobre o lance ofertado, em favor da execução e 5% (cinco por cento) sobre o lance ofertado a título de comissão do leiloeiro.

6. LANCES PELA INTERNET:

6.1. O usuário do site deverá efetuar cadastro prévio ao leilão e se habilitar para participação conforme as diretrizes solicitadas pelo site.

6.2. Deverão ser observadas e cumpridas todas as diretrizes do site, não podendo posteriormente alegar desconhecimento.

6.3. A assinatura do leiloeiro na certidão positiva suprirá a assinatura do arrematante prevista no auto de arrematação.

6.4. Os dados fornecidos no ato do cadastro são protegidos conforme Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e criptografados.

6.5. Não é permitido que usuário do site compartilhe dados de *login* e senha com terceiros e será de total responsabilidade do usuário quaisquer lances ofertados utilizando seus dados.

6.6. O leiloeiro não se responsabilizará por quaisquer ocorrências e falhas em equipamentos, tais como, quedas ou falhas no sistema de conexão de internet, energia, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências. O usuário assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito.

6.7. Em caso de impossibilidade de participação online por quaisquer motivos, a equipe técnica estará à disposição para suporte físico no seguinte endereço: Rua Idalina Dornas, n.º 13, Bairro Universitário, Itaúna/MG, mediante agendamento através do telefone 0800 242 2218.

6.8. Após registrado o lance, em nenhuma hipótese será permitida a exclusão.

7. TAXA DE LEILÃO: Em caso de arrematação, 5% sobre o valor da arrematação, bem como taxa administrativa no valor de R$215,90 (duzentos e quinze reais e noventa centavos), a serem pagas pelo arrematante. Em caso de adjudicação, 2% sobre o valor atualizado da avaliação, a ser paga pelo adjudicante. Em caso de remição ou acordo, 2% sobre o valor atualizado da avaliação, a ser pago pelo executado. Na hipótese do bem ser arrematado, pelo exequente, será devida a comissão no percentual de 5% sobre o valor da arrematação. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito em conta do leiloeiro, *pix* ou boleto bancário.

8. INFORMAÇÕES:através da plataforma eletrônica www.mgl.com.br, pelo e-mail atendimento@mgl.com.br, pelo telefone e WhatsApp 0800 242 2218.

CONDIÇÕES GERAIS: Aperfeiçoada a arrematação será expedida a carta de arrematação e, conforme o caso, a ordem de entrega ou mandado de imissão na posse.

O despacho de homologação poderá ter força de mandado de entrega ou imissão na posse.

Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia.

Caberá ao arrematante tomar as providências quanto a expedição da carta de arrematação bem como arcar com as providências de registro e imissão na posse.

O arrematante fica ciente que deverá arcar com os custos de anotação, registro, hipoteca, eventual regularização bem como eventuais custos para os procedimentos citados, se houver.

Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, os executados, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem. Requerente: 3ª VARA CRIMINAL DE CASCAVEL/PR. Requerido: ESTADO DO PARANÁ. Depositário: NÃO HÁ INFORMAÇÕES. O edital será publicado na rede mundial de computadores, no site www.mgl.com.br, conforme o disposto no art. 887, § 2º, do CPC. Caso o exequente e/ou executada não sejam notificados, cientificados e/ou intimados, por qualquer razão, da data do leilão e, das datas pré-marcadas em que poderão ser realizados novos leilões, caso não haja licitantes, valerá o presente como edital de intimação de leilão conforme art. 889 § único CPC. O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está conforme a resolução n. º 236 de 13/07/2016 do CNJ.

24 de julho de 2025.

Eu, Jonas Gabriel Antunes Moreira, LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL, o digitei.

(assinatura digital)

WILLIAM DA COSTA

Juiz de Direito

CASTRO

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): Guisela Fittkau Sleutjes PRAZO DE 30 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito Leila Aparecida Montilha, da Vara Cível de Castro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Compra e Venda, sob nº 0002066-02.2021.8.16.0064, em que é(são) autor(es) Paranatrator Ltda, e réu(s) Guisela Fittkau Sleutjes, Albert Rodolfo Sleutjes, e que

não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Guisela Fittkau Sleutjes**, portador(a) do CPF 571.876.659-20. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, "no valor da causa de R$ 230.867,73 (duzentos e trinta mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento". A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC[1])**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis.** O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Cleuza Marlene Resseti Guiloski, Empregada Juramentada, conferi e digitei. **Castro, 02 de maio de 2025.** ***Leila Aparecida Montilha Juíza de Direito*** **OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.
[1] Código de Processo Civil: "Art. 829. O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, contado da citação. § 1º Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.".

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CASTRO
VARA CÍVEL DE CASTRO - PROJUDI
Rua Coronel Jorge Marcondes, S/N - Fórum - Vila Rio Branco - Castro/PR - CEP: 84.172-020 - Fone: (42) 3233-3608 - Celular: (42) 99968-7869 - E-mail: civelcastro@gmail.com
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: CONFINANTES, PROMISSÁRIOS COMPRADORES E DEMAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leila Aparecida Montilha, da Vara Cível de Castro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Ordinária, sob nº 0001259-40.2025.8.16.0064, em que é requerente JULIO CARDOSO, e requerido JOÃO ANTONIO PIRES, e que por este edital procede à **CITAÇÃO** dos **confinantes, promissários compradores e demais interessados ausentes, incertos e desconhecidos,** para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis,** ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: " Lote de terreno urbano sob nº 2-B, da quadra 08, da Vila Nova Holanda, no Município de Carambeí/PR, com área de 250m², situado na Avenida do Ouro nº 338, medindo 10,00m (dez metros) de frente para a Avenida do Ouro nº 338, contendo um prédio comercial com 232,09m² (duzentos e trinta e dois, vírgula zero nove metros quadrados). Distante 18,00m da Rua das Granadas. Cadastrado junto à prefeitura sob o nº 144339. Inscrição Imobiliária Municipal nº 01.01.001.0008.0226.001. Matrícula nº 21.731 do Registro de Imóveis da Comarca de Castro/PR. São confrontantes do imóvel usucapiendo: Frente para a Av. do Ouro, Lado direito, com imóvel de JOÃO OSHIRO; Lado esquerdo com JACINTO FERREIRA DO AMARAL; e fundos com ACACIO ALVES MARCONDES",nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "... 1.CITEM-SE por edital os confinantes, promissários compradores e demais interessados ausentes, incertos e desconhecidos. Prazo: 30 (trinta) dias. 2. CITEM-SE por mandado os confrontantes presentes indicados na inicial, bem como a proprietária registral do imóvel. Saliento que a citação pessoal se faz necessária, nos termos do art. 246, §3º, do Código de Processo Civil. 3. CIENTIFIQUEM-SE, por meio do sistema eletrônico, para que manifestem eventual interesse na causa a União, o Estado e o Município. ..".
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Cleuza Marlene Resseti Guiloski, Empregada Juramentada, conferi e digitei.
Castro, 07 de maio de 2025.
Leila Aparecida Montilha
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Albert Rodolfo Sleutjes PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Leila Aparecida Montilha, da Vara Cível de Castro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Compra e Venda, sob nº 0002066-02.2021.8.16.0064, em que é(são) autor(es) Paranatrator Ltda, e réu(s) Guisela Fittkau Sleutjes, Albert Rodolfo Sleutjes, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Albert Rodolfo Sleutjes**, portador(a) do RG 34113998 SSP/PR e CPF 495.684.699-15. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, "no valor da causa de R$ 230.867,73 (duzentos e trinta mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento". A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC[1])**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis.** O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Cleuza Marlene Resseti Guiloski, Empregada Juramentada, conferi e digitei. **Castro, 02 de maio de 2025.** ***Leila Aparecida Montilha Juíza de Direito*** **OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br /projudi**.
[1] Código de Processo Civil: "Art. 829. O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, contado da citação. § 1º Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.".

CERRO AZUL

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CERRO AZUL VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CERRO AZUL - PROJUDI Rua Marechal Floriano Peixoto, 257 - FORUM - centro - Cerro Azul/PR - CEP: 83.570-000 - Fone: (41) 3210-8926 - Celular: (41) 99620-0412 - E-mail: alad@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DE ATAIDE DOS SANTOS MATOS - PRAZO 30 DIAS Processo: 0001076-02.2021.8.16.0067 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal) Valor da Causa: R$1.530,70 Exequente(s): Executado(s): Município de Cerro Azul/PR Ataide dos Santos Matos A Doutora Gresieli Taise Ficanha, MM. Juíza de Direito de Cerro Azul, Paraná, na forma da Lei etc FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por meio deste CITA a parte executada ATAIDE DOS SANTOS MATOS, atualmente com endereço ignorado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, efetue o pagamento da importância de R$ 1.530,70(um mil, quinhentos e trinta reais e setenta centavos), que deverá ser atualizado a partir de dezembro de 2021 e demais cominações legais, ou nomeie bens à penhora, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para quitação do débito, referentes às certidões de dívida ativa número 619, taxa lic localização dos anos de 2.016 a 2.019. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e afixado cópia no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura. Dado e Passado nesta comarca de Cerro Azul, Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. Por determinação do MM. Dr. Juiz de Direito, Portaria 3/90, assino o presente. Cerro Azul, 24 de junho de 2025. assinado digitalmente Alcides Antonio Adamante Analista Judiciário

CIANORTE

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

O(A) Juiz(íza) de Direito FLÁVIA BRAGA DE CASTRO ALVES, da Vara Criminal de Cianorte, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes do Sistema Nacional de Armas, sob nº 0000097-10.2016.8.16.0069, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) GILMAR DA SILVA RIBEIRO, e vítima o estado, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido GILMAR DA SILVA RIBEIRO, portador(a) do RG 69394191 SSP/PR e CPF 000.276.669-80, nascido(a) em 02/04/1973, natural de MANOEL RIBAS/PR, filho(a) de ANA PEREIRA DA SILVA e ARISTIDES RIBEIRO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Beatriz Martins de Lima, Estagiário, conferi e digitei.

Cianorte, 23 de junho de 2025.
FLÁVIA BRAGA DE CASTRO ALVES
Juíza de Direito

O(A) Juiz(íza) de Direito FLÁVIA BRAGA DE CASTRO ALVES, da Vara Criminal de Cianorte, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0001728-09.2020.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) BRUNO HENRIQUE MOREIRA, JOÃO PAULO MEDEIROS, e vítima CLAUDIO UMBERTO CABRERA, LUCILA MARIA DE JESUS FERNANDES CABRERA, MARIA JULIA BENTO e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido BRUNO HENRIQUE MOREIRA, portador(a) do RG 138171060 SSP/PR e CPF 118.810.829-89, nascido(a) em 19/06/1998, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de DELIA MOREIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Beatriz Martins de Lima, Estagiário, conferi e digitei.

Cianorte, 23 de junho de 2025.
FLÁVIA BRAGA DE CASTRO ALVES
Juíza de Direito

CLEVELÂNDIA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
AUTOS nº 0000355-33.2024.8.16.0071
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DESTA COMARCA DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, no prazo de 15 (quinze) dias, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(a)(s) vítima(a)(s) **MARISA ANTUNES PEREIRA ,** brasileiro(a), portador(a) do RG e CPF 086.917.659-50, nascido(a) aos , natural de , filho(a) de , por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIMA-O(A)(S)**, que por Sentença deste Juízo, datada de 16/06/2025, foi o acusado **JUNIOR BLAS DOS SANTOSABSOLVIDO(A)(S)** das imputações constantes na denúncia.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este Edital que será afixado em lugar público e de costume, neste Fórum. Dado e passado nesta cidade e comarca de Clevelândia, Estado do Paraná, aos 24 de junho de 2025 às 15:01:34. Eu_____ (*Clissian Dorn Faria*), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevo.

Clissian Dorn Faria - Técnica Judiciária

FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Edital de Citação

Edital de Citação de EDNA NASCIMENTO DOS ANJOS
PRAZO: 30 DIAS

A Dra. Elisa Matiotti Polli, MM. Juíza de Direito da Vara de Família do Foro Regional de Colombo, Estado do Paraná,

AUTOS: 0006594-56.2022.8.16.0028
REQUERENTE (S): J. C. L. B.
REQUERIDO (S): EDNA NASCIMENTO DOS ANJOS
FINALIDADE: FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele tiverem notícia, o qual será afixado no local de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná, que tendo em vista o requerido adiante qualificado, estar em lugar incerto, não sendo possível citá-lo pessoalmente, cita-o por meio deste.
QUALIFICAÇÃO: EDNA NASCIMENTO DOS ANJOS, portador do CPF 653.344.501-49 e RG 711870 SSP/MS, residente e domiciliado em local incerto e não sabido.
OBJETO: CITAÇÃO POR EDITAL do conteúdo da petição inicial, para querendo contestar, em 15 (quinze) dias (artigo 335 do Código de Processo Civil) por intermédio de advogado, sendo que a não apresentação de resposta importará em revelia e presunção de veracidade dos fatos narrados na petição inicial, nos termos dos artigos 344 do referido Código).
EDITAL de CITAÇÃO DE EDNA NASCIMENTO DOS ANJOS, A Exma. Sra. Dra. ELISA MATTIOTI POLI, MM(A). Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões de Colombo/PR, na forma da lei. FAZ SABER a quem conhecimento deste haja pertencer, especialmente de EDNA NASCIMENTO DOS ANJOS, que por este Juízo e Cartório da Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, se processam os Autos n.º 0006594-56.2022.8.16.0028 de Reconhecimento e Extinção de União Estável em que é Requerente J. C. L. B. e Requerida EDNA NASCIMENTO DOS ANJOS sendo o presente objeto de citação da parte EDNA NASCIMENTO DOS ANJOS, para que conteste a presente ação em 15 (quinze) dias úteis, nos termos da petição inicial, ficando advertido de que a falta de contestação implicará presunção de que admitiu como verdadeiros os fatos afirmados pela parte autora (CPC, arts. 285 e 319). E para que ninguém possa alegar ignorância, se passou o presente edital e cópias de iguais teores, que serão afixados no lugar de costume e publicados no diário oficial. Termos em que pede e espera deferimento.
Dado e passado nesta cidade e do Foro Regional de Colombo, Estado do Paraná, aos 23 de junho de 2025. Eu _____, Wanessa Mara Abram Souza, Técnica Judiciária, que o digitei e subscrevo.
ELISA MATIOTTI POLLI
JUÍZA DE DIREITO

COLORADO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE COLORADO VARA CÍVEL DE COLORADO - PROJUDI Travessa Rafaini Pedro, 41 - Centro - Colorado/PR - CEP: 86.690-000 - Fone: (44) 999253007 - Celular: (44) 99925-3007 - E-mail: diariojcolorado@gmail.com EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS O(A) Juiz(íza) de Direito Gustavo Adolpho Perioto, da Vara Cível de Colorado, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Nomeação, sob nº 0003555-16.2022.8.16.0072, em que é(são) autor(es) MARIA DO CARMO DOS SANTOS OLIVEIRA, e réu (s) NEIDE VIEIRA DOS SANTOS e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de NEIDE VIEIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, nascida em 21 de março de 1971, portadora da cédula de identidade nº 8.608.331-0/SSP/PR, inscrita no CPF sob o n° 007.877.769-04 , por sentença publicada em 12/05/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de 1) poderá a curadora representar a curatelada junto ao INSS para requerer concessão de benefício previdenciário a que tiver direito, bem como administrar eventuais recursos advindos deste benefício, empregando tais recursos sempre em benefício da requerida; 2) poderá a curadora ainda representar a curatelada junto a instituições públicas tais como hospitais, postos de saúde, auxiliálo junto a médicos, dentre outros que se fizerem necessários; 3) poderá/deverá também a curadora prestar o necessário auxílio a interditada quanto à realização de sua higiene pessoal, alimentação, administração dos medicamentos, auxiliá-lo na locomoção aos lugares que se fizerem necessários e aos que a requerida desejar ir, dentre outros auxílios similares, podendo inclusive contratar cuidador para desempenhar estas funções em prol da requerida; 4) poderá a curadora administrar os bens da interditada, sempre de modo responsável e em benefício da incapaz, sem prejuízo da devida prestação de contas; 5) não poderá a curadora, inclusive por imposição legal, concretizar empréstimos em nome da curatelada ou expropriar seus bens, ou onerá-lo de qualquer forma som qualquer pretexto, salvo depois se requerer e obter autorização judicial para tal desiderato. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) MARIA DO CARMO DOS SANTOS OLIVEIRA, brasileira, casada, filha de GERSON VIEIRA DOS SANTOS e de MARIA TEODORA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS, portadora da CI/RG nº 24.645.302- 3 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 110.672.998-57, residente na rua Belmiro Coelho, 300, casa 2, conjunto João de Barro, na cidade de Santo Inácio/PR, CEP 86.650-000, fone 44-99915-9128; cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a sentença judicial. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Júlio César de Jesus Nardoci, escrevente juramentado, conferi e digitei. Colorado, 16 de junho de 2025. Gustavo Adolpho Perioto Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi

CORNÉLIO PROCÓPIO

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO 2ª VARA CÍVEL DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PROJUDI Avenida Santos Dumont, 903 - Vila Seugling - Cornélio Procópio/PR - CEP: 86.300-000 - Fone: (43) 3572-9301 - E-mail: cp-2vjs@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): DANILO WALDER - (CNPF/MF SOB Nº 878.734.789-04).
O Excelentíssimo Doutor Guilherme Formagio Kikuchi, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, que serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) da devedora acima mencionada, nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.
O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 02 de JULHO de 2025, a partir das 10h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que será encerrado no dia 15 de JULHO de 2025, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob o nº 0005094-76.2020.8.16.0075 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL em que é exequente ADEMIR JOSE ALFREDO - (CNPF/MF SOB Nº 169.550.139-04) e executado DANILO WALDER - (CNPF/MF SOB Nº 878.734.789-04).
BEM: "Uma área de terra rural com 232,8437 hectares, ou seja, 92.216 alqueires paulista, situado no Quinhão nº06 (seis) da Fazenda Ribeirão Bonito, no Município de Leópolis, Comarca de Cornélio Procópio/PR, com as divisas e confrontações contantes na Matrícula nº18.024 registrada no CRI, 2ºOficio, Comarca de Cornélio Procópio/PR. INCRA Nº9501495373900/ CAR:PR41E31CA25AFDDE422B9DAAOA144142473C.
ÔNUS: Av2/18.024 - Averbação da existência dos presentes autos; Av.3/18.024 - Averbação da existência da Ação Civil Pública sob nº0001244-72.2024.8.16.0075 em tramite perante a 1ªVara Cível desta Comarca, conforme matricula de evento 700.1. Eventuais existentes posteriores após a expedição do Edital. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva

carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livros e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN).
ATUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO: R$ 24.687.646,58 (vinte e quatro milhões seiscentos e oitenta e sete mil seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme a atualização da Avaliação de evento 344.1, atualizada até a data de expedição do presente edital de leilão.
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.
Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).
OBSERVAÇÃO 02: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).
O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.
DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do executado BENEDITO PEREIRA FARAUM, residente na Rua Wilson de Barros, n° 205, Conjunto Fortunato Sibin, Cornélio Procópio - PR, CEP 86300-000, como fiel depositário, até ulterior deliberação. Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.
LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L.
COMISSÃO DO LEILOEIRO: comissão será de: 5% do valor arrecadado em caso de leilão positivo, a ser pago pelo arrematante; 2% do valor da avaliação em caso de adjudicação, a ser pago pelo adjudicante; 2% do valor da avaliação em caso de acordo entre as partes, a ser pago pela parte executada, se realizado após preparados os leilões; e 2% da avaliação em caso de remissão, pelo remitente.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam os devedores, quais sejam: DANILO WALDER - (CNPF/MF SOB Nº 878.734.789-04), através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s). Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), proprietário(s), usufrutuário(s), coproprietário na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. (24/06/2025). Eu, _____, /// Larissa Valente Azzolini - Matrícula15.218 - Chefe de Secretaria, que o digitei e subscrevi.
GUILHERME FORMAGIO KIKUCHI
Juiz de Direito

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO - ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA COM O PRAZO DE(60) SESSENTA DIAS, DO(S) RÉU(S): Jefferson Rodrigues Ferreira
A Doutora Danielle Marie de Farias Serigati Varasquim, Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que por este Juízo e Cartório tramitam os autos de Processo Criminal sob nº **0000830-74.2024.8.16.0075,** que a Justiça Pública move contra a(o) ré(u) **Jefferson Rodrigues Ferreira, portador da C.I.R.G. n.º 57694661/PR, inscrito no CPF/MF n.º 042.449.609-70, filho de Eliane Lago Ferreira e Jairo Marcos Ferreira,** e como conste o(s) réu(s) acima, estar atualmente em lugar incerto e não sabido, fica através deste INTIMADO acerca da sentença proferida em 23/05/2025, que o condenou à pena privativa de liberdade de 1 ano, 7 meses e 8 dias de detenção, em regime semiaberto, por infração aos artigos 147 e 150 ambos do Código Penal. Constando dos autos que o(a)s ré(u)s encontram-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Dra. Juíza que fosse expedido o presente edital, com o prazo de 60 dias, pelo qual fica(m) o(s) réu(s) em tela intimado(s) da sentença condenatória, ciente(s) ainda de que decorrido o prazo acima, a contar da data da publicação deste edital, terá o de 05 (cinco) dias destinados a recurso, após o que, querendo dentro do prazo poderá recorrer a superior instância. E para que chegue ao conhecimento do(s) interessado(s) e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será afixado no Fórum, local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Estado. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, aos 23 de junho de 2025. Eu, _____ Fábio Camilo Demoner, Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO - ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO(S) RÉU(S): **MATHEUS ALIÁBIM IMIDIO,** com prazo de 10 - (dez) dias.
A Doutora Danielle Marie de Farias Serigati Varasquim - Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que pôr este Juízo e Cartório tramitam os autos sob nº **0002625-86.2022.8.16.0075**, onde figura como ré(u) **MATHEUS ALIÁBIM IMIDIO, nascido em 29/09/1999, portador da C.I.R.G. n.º 146624871/PR, inscrito no CPF/MF n.º 12467415988, filho de Luciana Barbosa Imidio e Daniel Imidio**, atualmente em lugar incerto e não sabido, fica através deste INTIMADO para, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de veiculação deste edital, efetuar o pagamento da pena de multa no valor de R$ 409,79 e demais custas no valor de R$ 835,50 podendo requerer o parcelamento dentro do referido prazo ou pedir sua isenção, apresentando declaração de pobreza. **Não havendo manifestação no prazo, resultará na inclusão do réu em dívida ativa, sujeita a execução pela Procuradoria da Fazenda Estadual.** E para que chegue ao conhecimento do(s) interessado(s) e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o Juiz expedir o presente, que será afixado no Fórum, local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Estado. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, aos 23 de junho de 2025. Eu_____Fábio Camilo Demoner, Técnico Judiciário, o digitei.
Fábio Camilo Demoner
Técnico Judiciário

JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO - ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO(S) RÉU(S): **HAMILTON CESAR LEME DE SOUZA,** com prazo de 10 - (dez) dias.
A Doutora Danielle Marie de Farias Serigati Varasquim - Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que pôr este Juízo e Cartório tramitam os autos sob nº **0001384-43.2023.8.16.0075**, onde figura como ré(u) **HAMILTON CESAR LEME DE SOUZA, nascido em 31/07/1970, portador da C.I.R.G. n.º 52826489/PR, inscrito no CPF/MF n.º 766.403.969-04, filho de Luzia Ferreira de Souza e Francisco Leme de Souza**, atualmente em lugar incerto e não sabido, fica através deste INTIMADO para, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de veiculação deste edital, efetuar o pagamento da pena de multa no valor de R$ 672,86 e demais custas no valor de R$ 726,87 podendo requerer o parcelamento dentro do referido prazo ou pedir sua isenção, apresentando declaração de pobreza. **Não havendo manifestação no prazo, resultará na inclusão do réu em dívida ativa, sujeita a execução pela Procuradoria da Fazenda Estadual.** E para que chegue ao conhecimento do(s) interessado(s) e para que ninguém possa alegar

ignorância, mandou o Juiz expedir o presente, que será afixado no Fórum, local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Estado. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, aos 23 de junho de 2025. Eu_____Fábio Camilo Demoner, Técnico Judiciário, o digitei.
Fábio Camilo Demoner
Técnico Judiciário

JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CORNÉLIO PROCÓPIO - ESTADO DO PARANÁ.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA COM O PRAZO DE(05) CINCO DIAS, DO(S) RÉU(S): **GABRIEL FUIN COELHO**
A Doutora Danielle Marie de Farias Serigati Varasquim, Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que por este Juízo e Cartório tramitam os autos de Processo Criminal sob nº 0002363-73.2021.8.16.0075, que a Justiça Pública move contra a(o) ré(u) **GABRIEL FUIN COELHO, nascido(a) em 23/10/2001, RG nº 143410579 SSP/PR, CPF nº 12976426945, filho(a) de Franciele Cristina Fuin Coelho e Everson David Coelho,** e como conste o(s) réu(s) acima, estar atualmente em lugar incerto e não sabido, fica através deste INTIMADO(A) acerca da sentença proferida em 25/01/2023, que o(a) absolveu com fundamento no art. 386, incisos III e V do CPP. Constando dos autos que o(a)s ré(u)s encontram-se em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Dra. Juíza que fosse expedido o presente edital, com o prazo de 05 dias, pelo qual fica(m) o(s) réu(s) em tela intimado(s) da sentença condenatória, ciente(s) ainda de que decorrido o prazo acima, a contar da data da publicação deste edital, terá o de 05 (cinco) dias destinados a recurso, após o que, querendo dentro do prazo poderá recorrer a superior instância. E para que chegue ao conhecimento do(s) interessado(s) e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será afixado no Fórum, local de costume e publicado na Imprensa Oficial do Estado. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, aos 23 de junho de 2025. Eu, _____ Fábio Camilo Demoner, Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

DOIS VIZINHOS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ALEX BARBOSA LIMA
PRAZO DE 60 DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Lincoln Rafael Horacio, da Vara de Família e Sucessões de Dois Vizinhos, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Investigação de Paternidade, sob nº 0005191-59.2023.8.16.0079, em que são autor E.C.S. representado por Antonia Joelma Costa Silva, e réu ALEX BARBOSA LIMA, e que não foi possível localizar pessoalmente a **parte ré ALEX BARBOSA LIMA**. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com [(...) II. DOS FATOS: A genitora e o réu tiveram um relacionamento casual. Desse relacionamento nasceu o Requerente em 21/04/2020, conforme extrai-se da certidão de nascimento n. 021154 01 55 2020 1 00952 137 03220777 51 do 7º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Ceilândia/DF. Todavia, por ter sido um relacionamento passageiro, o réu apesar de saber da existência do autor nunca chegou a reconhecê-lo como filho, motivo pelo qual pleitiea-se o reconhecimento de paternidade, através do exame de DNA. Ademais, cabe ressaltar que o réu chegou a contribuir financeiramente com o sustento do menor apenas uma única vez (setembro/2022) no valor de R$ 160,00 (cento e sessenta reais). Ressalta-se que o menor, com 2 anos e 11 meses, vem sofrendo com problemas de saúde, sendo necessário o acompanhamento com psicólogo e assistente social, tendo em vista a suspeita de que o mesmo é autista. Neste sentido, sabe-se que uma criança despende muitos gastos, seja com educação, saúde, alimentação, vestuário, entre outros. Neste caso, em específico, os gastos são redobrados considerando a situação do menor. Portanto, sendo positivo o teste de DNA e confirmada a paternidade, deve o réu cumprir com suas obrigações de genitor, desde o registro de seu filho no Registro Civil das Pessoas Naturais, bem como a contribuição financeiro para a manutenção do mínimo necessário para que o autor tenha qualidade de vida dentro dos padrões aceitáveis. Por fim, considerando a situação fática narrada, não vê o autor outra opção a não ser ajuizar a presente demanda, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.(...) IV. DOS PEDIDOS Diante do exposto requer: a) O recebimento da presente ação nos termos da fundamentação supracitada; b) A concessão da gratuidade da justiça, visto que a parte é pobre nos termos da lei; c) A citação do Requerido para que compareça a audiência de conciliaçao a ser designada por este juízo, ou caso queira apresente defesa no prazo legal, sob pena de revelia e confissão; d) A intimação do Ministério Público para que apresente as manifestações que julgar pertinentes; e) A total procedência da demanda, com a confecção do exame de DNA, em caso positivo, requer a retificação do registro civil, com a inclusão do genitor e dos avós paternos. A fixação dos alimentos no percentual não inferior a 30% do salário mínimo, em caso de rendimento maior a sua fixação do mesmo percentual sobre o salário do genitor; f) Requer a expedição de ofício ao INSS para que informe eventual vínculo empregatício do Requerido, bem como, suas últimas remunerações. g) A produção de todas as provas em direito admitidas, em especial a pericial (exame de DNA), a documental e a testemunhal. Dá-se o valor à causa de R$ 4.752,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta e dois reais). Nestes termos, Pede deferimento. Dois Vizinhos/PR, 19/10/2023. ROSANA ANDRETTA PETTER OAB/PR 99.712. Despacho: (...) 1.4. Já tendo esgotadas as tentativas de citação nos endereços encontrados em sobreditos sistemas, cite-se o(s) réu(s) por edital com prazo de 60 (sessenta) dias e conforme o arts. 256 a 259 do Código de Processo Civil: a) Deverá constar no edital a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia; b) Não havendo as ferramentas previstas no art. 257, II, do Código de Processo Civil, a publicação do edital pelo Cartório será feita por afixação do mesmo no quadro de avisos da vara e no Diário Oficial; c) Caberá à parte autora comprovar a publicação do edital em jornal local no prazo de 30 (trinta) dias, conforme o art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. (...) Dois Vizinhos,28 de maio de 2025. Letícia Viana Barato Juíza Substituta. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (sessenta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, ZENAIR TEREZA CADORE, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Dois Vizinhos, 23 de junho de 2025.**
Lincoln Rafael Horacio
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FOZ DO IGUAÇU

1ª VARA CÍVEL

Edital Geral

Processo: 0018579-45.2024.8.16.0030 EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA INTERDIÇÃO DE LEONILDA VIDAL DE ASSIS GRAMKOW PUBLICAR 03 VEZES NUM INTERVALO DE 10 DIAS O EXCELENTÍSSIMO SENHOR GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO, MM. JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL, DESTA CIDADE E COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ. F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, se processaram aos termos dos autos n.º 0018579-45.2024.8.16.0030, de INTERDIÇÃO/CURATELA, em que: INGO GRAMKOW, brasileiro, mestre de obras, portador do RG nº 4406365-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 598.864.399-04, residente e domiciliada na Rua Curitiba, nº 94, Itaipu "C", Foz do Iguaçu - PR, CEP: 85.870-020, move em face de: LEONILDA VIDAL DE ASSIS GRAMKOW, brasileira, Agente Educacional I, portadora do RG nº 55703965, inscrita no CPF/MF sob o nº 647.961.169-15, residente e domiciliado na Rua Curitiba, nº 94, Itaipu "C", Foz do Iguaçu - PR, CEP: 85.870-020, e atendendo ao que lhe foi requerido, pela presente, torna pública a sentença proferida no mov. 128.1, dos autos supra aludidos, dispositivo a seguir transcrito: "Diante do exposto, acolho o parecer do Ministério Público e julgo procedente o pedido inicial para o fim de declarar a interdição de LEONILDA VIDAL DE ASSIS GRAMKOW, pois relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil (artigo 4º, III, do Código Civil), ficando nomeado, como curador definitivo, INGO GRAMKOW. Deverá a Escrivania: a. promover a intimação do curador para pessoalmente prestar o compromisso legal, no prazo de 05 (cinco) dias (artigo. 759, CPC); b. oficiar ao Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais, para que em observância ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e art. 9º, III, do Código Civil, inscreva a presente sentença no registro civil; c. publicar a presente sentença na imprensa local e no órgão oficial, por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Do edital devem constar os nomes da requerida e do curador, a causa da interdição e os limites da curatela (para todos os atos da vida civil), conforme preceitua o artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil; Caso a interditada venha a possuir bens, fica o curador advertido de que não poderá por qualquer outro modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer outra natureza, da interditada, sem autorização judicial, bem como, que os valores percebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na

saúde, alimentação e no bem-estar da interdita. Aplica-se, no caso, o disposto no artigo 553 do Código de Processo Civil e as respectivas sanções. Destarte, a teor do disposto no art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, condeno o Estado do Paraná ao pagamento dos honorários advocatícios do curador processual nomeado, FRANCISCO CRISTIANO ALVES GONÇALVES, OAB/PR 124.503, os quais fixo, de acordo com o previsto na Resolução Conjunta nº 06/2024 - PGE/SEFA, em R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) - por todas as manifestações apresentadas nos presentes autos. Expeça-se a respectiva certidão de honorários. Sentença registrada e publicada eletronicamente. Custas pela parte autora. Observe-se, contudo, que a requerente possui justiça gratuita, conforme decisão do evento 30.1. No mais, cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça que sejam aplicáveis à espécie. Intimem-se. Foz do Iguaçu, 22 de maio de 2025. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz de Direito " E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. FOZ DO IGUAÇU, em 12 de junho de 2025. Eu, _____, Mauro Célio Safraider, Escrivão, o digitei e subscrevi. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO

Processo: 0022641-31.2024.8.16.0030 EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA INTERDIÇÃO DE OSNI PEREIRA DOS SANTOS PUBLICAR 03 VEZES NUM INTERVALO DE 10 DIAS O EXCELENTÍSSIMO SENHOR GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO, MM. JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL, DESTA CIDADE E COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ. F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, se processaram aos termos dos autos n.º 0022641-31.2024.8.16.0030, de INTERDIÇÃO/CURATELA, em que: NIUCEIA GABRIELA DOS SANTOS, brasileira, solteira, professora, portadora do RG nº 9.578.374-0 e inscrita no CPF nº 010.817.779-31, residente e domiciliada na Rua Arapuã, nº 290, Vila Carimã, CEP: 85855-710, no município de Foz do Iguaçu (PR), move em face de: OSNI PEREIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG nº 2533904/MS e inscrito no CPF nº 097.577.169- 87, residente e domiciliado na Rua Arapuã, nº 290, Vila Carimã, CEP: 85855-710, no município de Foz do Iguaçu (PR), e atendendo ao que lhe foi requerido, pela presente, torna pública a sentença proferida no mov. 86.1, dos autos supra aludidos, dispositivo a seguir transcrito: "Diante do exposto, na forma do art. 487, I do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido inicial para o fim de declarar a interdição de OSNI PEREIRA DOS SANTOS, pois relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil (artigo 4º, III, do Código Civil), ficando nomeada, como curadora definitiva, NIUCEIA GABRIELA DOS SANTOS. Deverá a Escrivania: a. promover a intimação da curadora para pessoalmente prestar o compromisso legal, no prazo de 05 (cinco) dias (artigo. 759, CPC); b. oficiar ao Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais, para que em observância ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e art. 9º, III, do Código Civil, inscreva a presente sentença no registro civil; c. publicar a presente sentença na imprensa local e no órgão oficial, por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Do edital devem constar os nomes do requerido e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela (para todos os atos da vida civil), conforme preceitua o artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil; d. oficiar ao INSS, reportando a nomeação de NIUCEIA GABRIELA DOS SANTOS, como curadora definitiva de OSNI PEREIRA DOS SANTOS. Caso o interditado venha a possuir bens, fica a curadora advertida de que não poderá por qualquer outro modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer outra natureza, do interditando, sem autorização judicial, bem como, que os valores percebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interdito. Aplica-se, no caso, o disposto no artigo 553 do Código de Processo Civil e as respectivas sanções. A teor do disposto no art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, condeno o Estado do Paraná ao pagamento dos honorários advocatícios do curador processual nomeado (evento 8.1), Guilherme José Ferreira, OAB/PR 101.655, os quais fixo, de acordo com o previsto na Resolução Conjunta nº 06/2024 - PGE / SEFA, em R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) - por todas as manifestações apresentadas nos presentes autos. Expeça-se a respectiva certidão de honorários. Custas pela parte autora. Observe-se, contudo, que a requerente possui justiça gratuita, conforme decisão do evento 8.1. No mais, cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça que sejam aplicáveis à espécie. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Foz do Iguaçu, 8 de maio de 2025. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz de Direito" E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. FOZ DO IGUAÇU, em 12 de junho de 2025. Eu, _____, Mauro Célio Safraider, Escrivão, o digitei e subscrevi. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO

FRANCISCO BELTRÃO

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO RÉU - EDINEA RIBEIRO
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juizado
Especial Criminal, move os termos dos autos de 10944 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo nº 0004989-
17.2022.8.16.0209, e como consta dos autos que o réu se encontra em lugar incerto, pelo presente fica
INTIMADO da sentença proferida em 10/10/2024 pela qual foi CONDENADO o réu EDINEA RIBEIRO , CPF:
059.598.359-67, RG: 100717417 SSP/PR, data de nascimento: 05/06/1987, filiação: Nome da Mãe: NORI DE
FATIMA RIBEIRO Nome do Pai: , natural de: FRANCISCO BELTRAO/PR, como incurso nas sanções do artigo 42, III,
do Decreto-Lei 3.688/41, sendo fixada a pena definitiva em 15 dias de prisão simples, regime inicial aberto
sendo substituída por prestação pecuniária no valor de 2 salários mínimos da data do pagamento. E para que
chegue ao conhecimento de todos os interessados a MMª. Juíza de Direito Supervisora deste Juizado Especial
Criminal Dra. Lisiane Mattos Kruse mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar público de
costume e publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Paraná. Francisco Beltrão, Paraná. Eu, Izabela
Cristina Benin Aschidamini, Técnica Judiciária, que digitei.
Documento assinado e datado digitalmente
Lisiane Mattos Kruse
Juíza de Direito

GOIOERÊ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

O Doutor Christian Palharini Martins, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução em Meio Fechado e Semiaberto da Comarca de Goioerê/PR, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei.
FAZ SABER todos que o presente virem, ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos de EXECUÇÃO DE PENA N° 4000015-45.2025.8.16.0084, que não sendo possível intimar pessoalmente a apenada **VAGNER DA SILVA,** filho de LAIDE CERINO DE CAMPOS SILVA e JOSE LEONICIO DA SILVA, portador do RG: 90948695 SSP/PR, CPF: 054.725.539-03, naturtal de GOIOERÊ/PR, atualmente em local incerto, pelo presente, **INTIMA-O** para comparecer em juízo em **Audiência Justificação** em **24/07/2025 às 12h30min**. Nesta Comarca de Goioerê/PR. Ficando ainda ciente que acaso anuído pelas partes, o ato será realizado por videoconferência, através de aplicativo Microsoft Teams, bastando que o interessado tenha telefone celular ou computador com acesso à internet. Por fim o não comparecimento sem prévia justificação poderá ensejar nas sanções previstas em lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Goioerê, vinte e três (23) dias do mês de Junho (06) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), eu.....(Eliseu Souza), Técnico Judiciário, o digitei e o subscrevo.

O Doutor Christian Palharini Martins, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução em Meio Fechado e Semiaberto da Comarca de Goioerê/PR, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei.
FAZ SABER todos que o presente virem, ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos de EXECUÇÃO DE PENA N° 4000222-49.2022.8.16.0084, que não sendo possível intimar pessoalmente a apenada **ANDRESSA ROBERTA GOMES RIBEIRO,** filha de MARIA HELENA GALDINO GOMES e MOACIR MACEDO RIBEIRO, portadora do RG: 97530564 SSP/PR, CPF: 078.858.249-69, naturtal de MONTE ALTO/SP, atualmente em local incerto, pelo presente, **INTIMA-O** para comparecer em juízo em **Audiência Justificação** em **21/07/2025 às 12h45min**.

Nesta Comarca de Goioerê/PR. Ficando ainda ciente que acaso anuído pelas partes, o ato será realizado por videoconferência, através de aplicativo Microsoft Teams, bastando que o interessado tenha telefone celular ou computador com acesso à internet. Por fim o não comparecimento sem prévia justificação poderá ensejar nas sanções previstas em lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Goioerê, vinte e três (23) dias do mês de Junho (06) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), eu.....(Eliseu Souza), Técnico Judiciário, o digitei e o subscrevo.

O Doutor Christian Palharini Martins, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução em Meio Aberto da Comarca de Goioerê/PR, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei.
FAZ SABER todos que o presente virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, expedido nos autos de EXECUÇÃO DE PENA N ° 0001186-35.2013.8.16.0017, que não sendo possível intimar pessoalmente o apenado**, CLAUDINEI TRAJANO NUNES,** brasileiro, nascido aos 01/10/1981, natural de MARIA HELENA/PR, filho de IVONE MACHADO DE LIMA e JOSE TRAJANO NUNES, CPF: 065.911.979-07, RG: 105705212 SSP/PR, atualmente em local incerto, pelo presente, **INTIMA-O** para comparecer presencial para agendar audiência admonitória no prazo de 30 (trinta) dias. Nesta Comarca de Goioerê/ PR. Ficando ainda ciente que acaso anuído pelas partes, o ato será realizado por videoconferência, através de aplicativo Microsoft Teams, bastando que o interessado tenha telefone celular ou computador com acesso à internet. Por fim o não comparecimento sem prévia justificação poderá ensejar nas sanções previstas em lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Goioerê, aos vinte e três (23) dias do mês de Junho (06) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), eu.....(Eliseu Souza), Técnico Judiciário, o digitei e o subscrevo.

O Doutor Christian Palharini Martins, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução em Meio Fechado e Semiaberto da Comarca de Goioerê/PR, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei.
FAZ SABER todos que o presente virem, ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos de EXECUÇÃO DE PENA N° 4000164-12.2023.8.16.0084, que não sendo possível intimar pessoalmente a apenada **EDERSON ALVES CAMPOS,** filho de MARIA DE FATIMA CAMPOS e NELSON ALEVES CAMPOS, portador do RG: 6789889 SSP/SC, CPF: 053.225.749-99, naturtal de LUNARDELLI/PR, atualmente em local incerto, pelo presente, **INTIMA-O** para comparecer em juízo em **Audiência Justificação** em **28/07/2025 às 12h30min**. Nesta Comarca de Goioerê/PR. Ficando ainda ciente que acaso anuído pelas partes, o ato será realizado por videoconferência, através de aplicativo Microsoft Teams, bastando que o interessado tenha telefone celular ou computador com acesso à internet. Por fim o não comparecimento sem prévia justificação poderá ensejar nas sanções previstas em lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Goioerê, vinte e três (23) dias do mês de Junho (06) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), eu.....(Eliseu Souza), Técnico Judiciário, o digitei e o subscrevo.

O Doutor Christian Palharini Martins, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução em Meio Aberto da Comarca de Goioerê/PR, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei.
FAZ SABER todos que o presente virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, expedido nos autos de EXECUÇÃO DE PENA N ° 4000084-77.2025.8.16.0084, que não sendo possível intimar pessoalmente o apenado**, PAULO HENRIQUE ROSA DA SILVA,** brasileiro, nascido aos 04/04/1998, natural de TUNEIRAS DO OESTE/PR, filho de MARIA LUCIA TOMAZ DA ROSA e SILVIO SEVERIANO DA SILVA, CPF: 099.231.949-81, RG: 59740156 SSP/SP, atualmente em local incerto, pelo presente, **INTIMA-O** para comparecer presencial para agendar audiência admonitória no prazo de 30 (trinta) dias. Nesta Comarca de Goioerê/PR. Ficando ainda ciente que acaso anuído pelas partes, o ato será realizado por videoconferência, através de aplicativo Microsoft Teams, bastando que o interessado tenha telefone celular ou computador com acesso à internet. Por fim o não comparecimento sem prévia justificação poderá ensejar nas sanções previstas em lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Goioerê, aos vinte e três (23) dias do mês de Junho (06) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), eu..... (Eliseu Souza), Técnico Judiciário, o digitei e o subscrevo.

GUARANIAÇU

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 (QUINZE) DIAS.O(a) MM. Juíza de Direito da Comarca de Guaraniaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,**FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou deles conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(a)(s) ré(u)s) José Luis Paris Kissel, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 14.297.100-3, com 21 (vinte e um) anos de idade na data dos fatos , nascido em 17/06/2002, natural de Guaraniaçu/PR, filho de Ilisandra Paris e Jose Eloi Kissel; atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos de Processo Crime n. 0000659-81.2024.8.16.0087, onde foi denunciado(a) como incursos nas sanções do artigo 155, §§1º e 4º, inciso I, do Código Penal , pelo presente procede-se a **CITAÇÃO** do(a) mesmo(a), para que responda a acusação, por escrito, mediante advogado, no prazo de dez (10) dias, nos termos dos arts. 396 e seguintes do Código de Processo Penal, sob a consequência de, não o fazendo, ser aplicada a disposição do art. 366 do CPP, com a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, sem prejuízo de que a autoridade judiciária determine a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decrete a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de processo Penal.

Guaraniaçu, 24 de junho de 2025.
ANDREY EDUARDO RONSANI
Analista Judiciário

GUARAPUAVA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ **COMARCA DE GUARAPUAVA** **1ª VARA CRIMINAL DE GUARAPUAVA - PROJUDI** **Av. Manoel Ribas, 500 - Santana-Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone: (42)-33087408**

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS
Autos 0009493-13.2025.8.16.0031
Matheus Bueno Ferreira
A Dra. Erika Luiza Dias Pinto Taborda, MMª. Juíza de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc.
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente Matheus Bueno Ferreira, RG nº 161109517 SSP/PR (RG validado no IIPR sob o nº 16110951), CPF nº 110.904.019-90, filho de Cristina Bueno e de AIRTON JOSE FERREIRA, nascido aos 21/03/2004, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O de que por este Juízo, nos autos em epígrafe, em que figura como vítima Wanessa de Oliveira Kappeller foram deferidas as seguintes medidas protetivas em seu desfavor, cuja validade é de 2 anos:
a) proibição de aproximar-se da ofendida, devendo manter uma distância mínima de 200m (duzentos metros);
b) proibição de manter contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação;
c) proibição de frequentar a residência da noticiante; e
d) comparecimento do agressor a programa de recuperação e reeducação eventualmente desenvolvido na Comarca em que resida
As referidas medidas protetivas deverão ser rigorosamente cumpridas, sob pena de configurar o delito previsto no art 24-A da Lei 11340/06, bem como ensejar decretação de sua prisão preventiva.
Por fim, fica a parte intimada para que, no prazo de 72 horas e no horário compreendido entre as 12h00min e 18h00min, compareça à CEMSU (localizada no edifício do Fórum local), órgão auxiliar e vinculado ao CEJUSC, a fim de ser inserido em projetos de práticas restaurativas e para eventuais encaminhamentos. O comparecimento ao aludido Órgão é obrigatório ao menos uma vez, sob pena de decretação da prisão cautelar, nos termos do art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal.
O noticiado fica ainda intimado de que o descumprimento das medidas protetivas acima impostas poderá ensejar a decretação de sua prisão preventiva, além da prática do crime descrito no art. 24-A da Lei Maria da Penha.
E para que chegue ao conhecimento da parte mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, aos 24/06/2025. Eu Ricardo Frozza, Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

Erika Luiza Dias Pinto Taborda
Juíza de Direito

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

Edital de Hasta Pública do(s) bem(ns) abaixo descrito(s) e intimação, expedido nos autos da:
Processo: 0022296-96.2023.8.16.0031 Classe Processual: Execução Fiscal Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal) Valor da Causa: R$2.569,82 Exequente(s): Município de Guarapuava/PR (CPF/CNPJ: 76.178.037/0001-76) Brigadeiro Rocha, 2777 - Centro - GUARAPUAVA/PR - CEP: 85.010-210 Executado(s): DOCAPITAO CERVEJAS ESPECIAIS LTDA (CPF/CNPJ: 31.163.342/0001-56) ROCHA LOURES, 1110 - Bonsucesso - GUARAPUAVA/PR - CEP: 85.055-070 - Telefone(s): (42) 99929-0033
O(A) MM(a). Juiz(a) de Direito que este subscreve, na forma da Lei (art. 879, II, CPC e Resolução 236/16-CNJ), FAZ SABER que será(ão) levado(s) a público leilão o(s) bem (ns) abaixo descrito(s), conforme condições presentes neste edital e no site www.elance.com.br. 1ª PRAÇA: De 19/08/2025 até 22/08/2025 às 14h - valor igual ou superior ao da avaliação 2ª PRAÇA: De 22/08/2025 até 11/09/2025 às 14h - mínimo de 50% do valor CONDUTORA: Cristina Andrade Pompeu - JUCESP 1510, pela plataforma E-Lance Leilões. LOTE ÚNICO DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Tanque fermentador de 120 litros inox. LOCALIZAÇÃO DO BEM: R: Rocha Loures, 1110 - Bonsucesso - Guarapuava/PR - CEP: 85.055-070 DEPOSITÁRIO/PROPRIETÁRIO: Docapitão Cervejas Especiais Ltda, representada por Luciano Michalouski VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO: R$ 4.996,55 (quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Cadastrar-se gratuitamente no site e encaminhar a documentação solicitada, cuja aprovação ou eventual complementação ficará a cargo exclusivo do leiloeiro, podendo, inclusive, conter prova da existência de recursos e/ou meios suficientes para o pagamento do lance, com antecedência mínima de 24h, para efetuar o lance, que será recebido, única e exclusivamente, pelo site www.elance.com.br. Os lances ofertados são irretratáveis e irrevogáveis, tendo como incremento mínimo obrigatório o montante calculado e informado no site. VENDA DIRETA: Não havendo lances nos leilões, com base nos princípios da celeridade e economia processual e, ainda, visando aproveitar os atos já empregados na divulgação do certame, o(s) bem(ns) penhorado(s) permanecerão disponíveis para venda direta por 60 (sessenta) dias corridos, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ªRegião, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017. PAGAMENTOS: O valor do lance à vista ou da entrada, no caso de pagamento parcelado, bem como a comissão deverão ser pagos em até 24h da finalização do leilão, por meio de guia de depósito judicial, boleto emitido diretamente pela conta da Superbid ou transferência bancária diretamente para a conta da Leiloeira. PAGAMENTO PARCELADO: Os interessados em adquirir o bem de forma parcelada deverão enviar lance diretamente na página www.elance.com.br, na seção "Lance", escolhendo a forma "Parcelado", nos termos do artigo 895 do CPC, sendo entrada mínima de 25% do valor, saldo em até 30 meses e correção das parcelas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E. O lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. Caso seja registrado um lance à vista e não seja possível registrar um lance parcelado na plataforma, o interessado poderá enviar proposta parcelada para o e-mail contato@elance.com.br. Caso o lance à vista não seja pago, os demais interessados poderão ser convocados, observando-se a ordem de classificação. Caso haja lances parcelados na plataforma, somente será possível registrar um lance à vista em valor superior ao último lance registrado. Caso o interessado deseje efetuar um lance à vista pelo valor mínimo, deverá faze-lo logo na abertura de cada praça. COMISSÃO: 5% sobre o total da arrematação, não estando incluso no valor do lance.
DESISTÊNCIA: Com exceção dos casos previstos no §5º do Art. 903 do CPC, havendo desistência, não pagamento da arrematação ou da comissão, será devida multa de 10% ao autor/exequente e de 5% à Leiloeira, calculadas sobre o valor do lance vencedor, podendo responder o desistente também criminalmente de acordo com o previsto no art. 358 do Código Penal. Em caso de desistência, a Leiloeira convocará os demais participantes do leilão, conforme a ordem de classificação, para efetivarem o pagamento e arrematarem o bem, sempre pelo maior lance oferecido por cada participante. Propostas de arrematação apresentadas diretamente no processo, ainda que posteriores ao encerramento do leilão, e mesmo que este tenha restado negativo, também estarão integralmente sujeitas aos termos e condições deste edital, em especial à obrigatoriedade de pagamento da comissão no percentual acima indicado, sob pena de não acolhimento ou caracterização de aquisição por venda direta, responsabilizando-se o proponente pelos respectivos ônus e débitos incidentes.[3] DÉBITOS: Eventuais débitos de natureza propter rem (tributários, fiscais, multas e taxas), serão subrogados no valor da arrematação, consoante a ordem das respectivas preferências (arts. 130/186- CTN e 908-CPC). VISITAÇÃO: É vedado aos senhores depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de configurar ato atentatório à justiça, nos termos do art. 77, IV do CPC, ficando os depositários sujeitos à imposição de multa e demais cominações legais, podendo ainda o interessado solicitar o uso de força policial, se necessário. CUSTAS E DESPESAS: O arrematante adquire o bem no estado de conservação em que se encontra e correrão por sua conta os procedimentos de regularização, transferência, baixa de gravame e retirada, além de despesas com remoção e transporte. ARREMATAÇÃO PELO CREDOR: O credor poderá participar das hastas públicas e pregões, na forma da lei e igualdade de condições, dispensando-se a exibição do preço, até o valor atualizado do débito. Deverá depositar o valor excedente, no mesmo prazo. Contudo, deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, que não será considerada despesa processual para fins de ressarcimento pelo executado. Nos moldes do art. 20 do Prov. 1625/2009, o auto de arrematação somente será assinado pelo Juízo após a efetiva comprovação do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão. REMIÇÃO, ACORDO, PAGAMENTO DA DÍVIDA, SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DA HASTA ANTES DA FINALIZAÇÃO DO LEILÃO: Havendo remição, acordo, pagamento da dívida, suspensão ou cancelamento da hasta antes da realização do leilão, a remuneração da leiloeira será fixada pelo MM. Juízo. REMIÇÃO, ACORDO OU PAGAMENTODA DÍVIDA APÓS FINALIZAÇÃO POSITIVA DO LEILÃO (ALIENAÇÃO): A Gestora fará jus ao percentual integral da comissão fixada, a ser calculada sobre o lance vencedor, com base no art. 7º, §3º, da Resolução 236/16-CNJ. RESPONSABILIDADE DO INTERESSADO: Cabe ao interessado pesquisar e confirmar diretamente todas as informações contidas nesse edital, uma vez que pode haver divergência(s) quanto à efetiva situação do(s) bem(ns) leiloado(s) em relação ao disponibilizado no processo e/ou órgãos competentes. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: (14) 3208-782 / (11) 94166-0975 ou contato@elance.com.br. INTIMAÇÃO: Ficam as partes, executados, cônjuges, credores fiduciários/hipotecários/preferenciais, coproprietários, proprietários, promitentes compradores, promitentes vendedores, senhorios diretos, locatários, usufrutuários, nu-proprietários, credores com garantia real ou com penhora anteriormente averbada, prefeitura municipal, condomínio, terceiros e demais interessados, que não seja(m) de qualquer modo parte na presente ação, INTIMADOS das presentes designações, por esta via editalícia, na pessoa de seus representantes ou caso não sejam localizados para a intimação pessoal, bem como da penhora, não podendo, de forma alguma, posteriormente, alegar ignorância do contido neste edital. Não consta nos autos haver recursos ou causas pendentes de julgamento relativos ao feito. Será este edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei, o que suprirá eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. CONDIÇÕES DO SISTEMA: Todos os horários previstos neste edital referem-se ao horário de Brasília /DF. Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais dos leilões, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances (art 14 do Provimento 1625/2009 - CSM/TJSP, 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente no sistema e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não serão admitidos lances remetidos via email (Art. 15 do Prov. CSM n. 1625/2009). Este edital será publicado, com a antecedência mínima necessária, na rede mundial de computadores. Guarapuava/PR, 17 de junho de 2025. Dra. Luciana Luchtenberg Torres Dagostim JUIZ(A) DE DIREITO.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Autos nº. 0002374-69.2023.8.16.0031EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): GABRIEL CAMARGO SANTOS
PRAZO: 30 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Paola Gonçalves Mancini de Lima, da 2ª Vara Criminal de Guarapuava, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30 (trinta) dias, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0002374-69.2023.8.16.0031, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) GABRIEL CAMARGO SANTOS, e vítima ANTONIO FERNANDO DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente **o(a) réu(ré) GABRIEL CAMARGO SANTOS** , brasileiro(a), portador(a) do RG 145702992, CPF 122.703.999-94, nascido(a) em 30/03/2000, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de ROSA ELIANE CAMARGO *(Nome Mãe)* e EZEQUIEL SANTOS *(Nome Pai)*, atualmente em lugar incerto e não sabido, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO paraPAGAR a multa a que foi condenado(a)**, **no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão do boleto**, **no prazo de até 10 (dez) dias** a contar desta intimação, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022).
IMPORTANTE: Os boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento.
1. Fica ciente de que:

1.1. Poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes;
1.2. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen.
2. Fica advertido de que:
2.1. A não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento;
2.2. O inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito;
2.3. Após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento;
2.4. Realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa;
2.5. A multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito;
2.6. Transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.
Eu, Alex Lucas Schiavini, Estagiário, conferi e digitei.
Guarapuava, 23 de junho de 2025.
Paola Gonçalves Mancini de Lima
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

GUARATUBA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SCALVI JUNIOR DE LIMA
PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Marisa de Freitas, da TJPR - Vara de Execução em Meio Aberto de Guaratuba, FAZ SABER a todos quantos virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele , que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Penal, sob nº4000087-20.2025.8.16.0088, em que em que é autor ESTADO DO PARANÁ, e réu(ré) SCALVI JUNIOR DE LIMA, e que não foi possível localizar pessoalmente **o(a) executado(a) SCALVI JUNIOR DE LIMA,** brasileiro(a), portador(a) do RG 5406283 /SC e CPF 075.736.439-00, nascido(a) aos 07/01/1991, natural de CHAPECO/SC, filho(a) de Nome da Mãe: IVONETE APARECIDA BEDIN e Nome do Pai: NILTON CESAR DE LIMA, estando em local incerto ou não sabido, motivo pelo qual se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para iniciar o cumprimento da pena, na forma estabelecida na sentença, qual seja, em regime aberto, mediante as seguintes condições: a) Permanecer em sua residência durante o repouso e nos dias de folga; b) Sair para o trabalho a partir da 07:00 horas, devendo retornar no máximo, até às 19:00 horas; c) Não se ausentar da Comarca sem prévia autorização judicial; d) Comparecer trimestralmente em juízo para informar e justificar as suas atividades. Ficando desde logo **INTIMADO(A)** para que compareça perante este Juízo, ao endereço, Rua Tiago Pedro, 417, Bairro Cohapar, Guaratuba/PR, no prazo de 05 (cinco) dias, após o decurso do prazo do presente edital para dar início ao cumprimento das condições elencadas acima. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido e publicado o presente edital. Eu,Yanara Costa e Silva, Analista Judiciária, conferi, digitei e subscrevo.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), com acesso ao endereço eletrônico **https://seeu.pje.jus.br/seeu**, no qual é possível consultá-lo integralmente, através da chave de acesso PPBT3 Q67EK 63MGL KB4B4, selecionando a opção "Consulta via Chave de Validação".

FORO REGIONAL DE IBIPORÃ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DE IBIPORÃ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA-PR.
Rua Guilherme de Melo, 275 - Vila Romana II - Fone: 43-3258-1312
CEP-86.200-000 - IBIPORÃ-PR
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Sonia Leifa Yeh Fuzinato, da Vara Cível de Ibiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto capacidade, sob nº 0000614-05.2023.8.16.0090, em que é(são) requerente(s) MINISTÉRIO PÚBLICO DE IBIPORA, e requerido(a) ORLANDO CAMPOS DA SILVA, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de ORLANDO CAMPOS DA SILVA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade sob n.º 7.852.399-9 SESP/PR e inscrito no CPF sob n.º 065.452.239-17, nascido em 05/07/1939, filho de Joaquim Campos da Silva Cecilia Fernandes de Camargo, residente e domiciliado na Rua Pedro Geraldino da Silva, Q 03 LT 19, Vila Rural, neste município e comarca de Ibiporã-PR, por sentença publicada em 31/01/2025, a qual reconheceu que após realizado o exame pericial do interditando ORLANDO CAMPOS DA SILVA, na seq. 142.1, constando que o interditando quase não fala, que ele mora em sua residência e é acamado, sendo completamente dependente, e disse que presta todos os cuidados ao pai, tais como higiene pessoal e alimentação. Ele recebe aposentadoria no valor do salário mínimo e que o genitor tem outros 3 (três) filhos, porém não ajudam (1:15min a 4:10min). Ele possui demência na doença de alzheimier (CID 10 F 009), sendo, também, incapaz de gerir sua própria vida sem suporte de terceiros, restando demonstrado que o requerido encontra-se incapacitado para realizar os atos da vida civil, e observando o disposto no artigo 755, § 1º, do novo Código de Processo Civil, c/ c artigo 1.775, § 1º, do Código Civil o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial, assim como daqueles relativos ao gerenciamento de saúde. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) IRACELIA CAMPOS GUILHERME, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 9.575.974-2 e inscrita no CPF sob nº 052.964909-83, nascida em 23/11/1968, filha de Raimundo de Sousa Rodrigues e Teresa Correia Rodrigues, residente e domiciliada na Rua Pedro Geraldino da Silva, Q 03 LT 19, Vila Rural, neste município e comarca de Ibiporã-PR, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: 3. Conclusão. Diante do exposto, e considerando tudo o mais que dos autos consta, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e decreto a interdição de ORLANDO CAMPOS DA SILVA, nascido em 05 de julho de 1939, filho de Joaquim Campos da Silva e Cecilia Fernandes de Camargo, incidindo sobre os atos de natureza patrimonial e negocial, assim como aqueles relativos ao gerenciamento de sua saúde, nomeando sua filha, IRACELIA CAMPOS GUILHERME como curadora, nos termos do artigo 4º, inciso III, e artigo 1.767, inciso I, ambos do Código Civil (com redação dada pela Lei nº 13.146/2015), artigo 755, inciso I, e § 1º, do CPC. Cumpra-se o disposto no artigo 755, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, promovendo-se a inscrição no Registro de Pessoas Naturais (art. 92 da Lei nº 6.015/73) e publicando na imprensa local e pelo órgão oficial por três (3) vezes, com intervalo de dez (10) dias, constando do edital os dados indicados em referido dispositivo legal. Considerando que o interditado recebe apenas benefício no valor de um salário mínimo (seq. 131.3 fl.1), não havendo notícias da existência de outros bens e direitos a serem administrados, dispenso a prestação de contas. Ressalto que a dispensa da prestação de contas anual não impede eventual interessado promover ação de prestação de contas, na forma da lei, logo, incumbe a curadora guardar toda documentação pertinente, caso tenha que prestar contas de sua administração. Intime-se a curadora a prestar compromisso, no prazo de cinco (5) dias, obedecendo-se ao artigo 759 e seguintes, do Código de Processo Civil. Arbitro os honorários do curador especial, Dr. RAMON LIMA PONCE OAB/PR 75.574, em R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), a serem pagos pelo Estado, conforme Tabela contida na Resolução Conjunta 06/2024 PGE/SEFA, na forma da Lei nº 18664 de 22/12/2015 (Capítulo II - Da Advocacia Dativa). Com o trânsito em julgado, expeça-se certidão de honorários. Publique-se. Registre-se e Intime-se. Oportunamente, arquivem-se, mediante baixa no sistema e comunicação ao Cartório Distribuidor. Ibiporã, 31 de janeiro de 2025. Sonia Leifa Yeh Fuzinato-Juíza de Direito. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Hélder José da Freiria, Analista Judiciário, conferi e digitei. Ibiporã, 05 de junho de 2025.
SONIA LEIFA YEH FUZINATO

Juíza de Direito

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): ANTÔNIO GOMES DA SILVA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Camila Covolo de Carvalho, da Vara Criminal de Ibiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0003091-69.2021.8.16.0090, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANTÔNIO GOMES DA SILVA, e vítima AMECIAS GONÇALVES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ANTÔNIO GOMES DA SILVA, portador(a) do RG 149648615 SSP/PR e CPF 072.229.657-69, nascido(a) em 21/11/1975, natural de ESTADO DE MINAS GERAIS, filho(a) de JUVERSINA MARTINS DA SILVA GOMES e ROMUALDO GOMES FERREIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **EXTINTA A PUNIBILIDADE**, face a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, fazendo-o com fulcro nos artigos 109, inciso VI, e 107, inciso IV, ambos do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Guilherme Thomazelli Barboza Vieira, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Ibiporã, 23 de junho de 2025.
Camila Covolo de Carvalho
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): GUSTAVO AUGUSTO DE OLIVEIRA DE SOUZA
PRAZO DE 10 (dez) dias.O(A) Juiz(íza) de Direito Camila Covolo de Carvalho, da Vara Criminal de Ibiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0005365-40.2020.8.16.0090, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) GUSTAVO AUGUSTO DE OLIVEIRA DE SOUZA, e vítima AUREA LENA DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido GUSTAVO AUGUSTO DE OLIVEIRA DE SOUZA, portador(a) do RG 142865939 SSP/PR e CPF 013.640.159-78, nascido(a) em 14/03/2002, natural de LONDRINA/PR, filho(a) de FRANCINEIDE DE OLIVEIRA SANT'ANA e ALAOR APARECIDO DE SOUZA FILHO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para manifestar interesse na restituição do bem/objeto apreendido no processo, 01 (UM) CELULAR DA MARCA SAMSUNG DE COR BRANCA GALAXY S, cientificando que a falta de interesse importará na DOAÇÃO ou DESTRUIÇÃO do bem/objeto apreendido.
. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Guilherme Thomazelli Barboza Vieira, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Ibiporã, 28 de maio de 2025.**
Camila Covolo de Carvalho
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

IMBITUVA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): BRASPAPER FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS LTDA.
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Ana Paula Menon Loureiro Pianaro Angelo, da Vara Cível de Imbituva,
FAZ SABER a todos que virem o presente ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam osEDITAL
autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Nota Promissória, sob nº 0002548-94.2020.8.16.0092, em que é(são)
autor(es) SANTA CLARA INDUSTRIAS DE PAPEL LTDA, réu(s) OSMILDO MORALES PACHECO, BRASPAPER
FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS LTDA., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido
, portador(a) do CNPJ 26.238.206/0001-48,BRASPAPER FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS LTDA. motivo pelo qual se procede
à sua para, no , efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente,CITAÇÃO prazo de 3 (três) dias úteis
287.089,19 (duzentos e oitenta e sete mil, oitenta e noveacrescido de custas e honorários advocatícios, no valor total de R$
reais e dezenove centavos . A(s) parte(s) fica(m) de que, em caso de pagamento integral dentro do prazoCIENTE(S)
estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob
o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30%CIENTE(S)
(trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida
em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não
pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o
prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez
por cento) sobre o valor das prestações não pagas. Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora
. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos dee/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC)[1]
execução no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue
ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
https://portal.tjpr.jus.br/projudi.
Data e assinatura conforme sistema.

IPORÃ

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral

EDITAL DE CITAÇÃOFELICITA MARTINEZ ACUNÃ, FELIX ACUNÃDESTINATÁRIO(A)(S): PRAZO DE 60 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Andrei Jose de Campos, da Vara de Família e Sucessões de Iporã, FAZ SABER a todosque virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos deReconhecimento e Extinção de União Estável, assunto Reconhecimento / Dissolução, sob nº 0000851-27.2023.8.16.0094, em que é(são) CLAUDINÉIA DOS SANTOS, e FELICITA MARTINEZ ACUNÃ,autor(es)réu(s)FELIX ACUNÃ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)FELICITA MARTINEZ ACUNÃ e. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua para oferecer contestação no FELIX ACUNÃCITAÇÃO, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidadeprazo de 15 (quinze) dias úteiscom . Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).a decisãoO presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguémalegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (sessenta) dias da publicação do presente Edital (art.231, inc. IV, CPC).Iporã, 22 de maio de 2025.Andrei Jose de CamposJuiz de Direito

IRATI

VARA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE, FAMÍLIA E SUCESSÕES

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE IRATI VARA CRIMINAL DE IRATI - PROJUDI Rua Pacífico Borges, 120 - prédio principal - Rio Bonito - Irati/PR - CEP: 84.503-449 - Fone: (42) 3309-3151 - Celular: (42) 2104-3123 - E-mail: ira-3vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARCELO FREIBERGER PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Dawber Gontijo Santos, da Vara Criminal de Irati, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0000034-57.2023.8.16.0095, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCELO FREIBERGER, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a (s) parte(s) Promovido MARCELO FREIBERGER, portador(a) do RG 12*****47 SSP/PR e CPF 076.***.***-23, nascido(a) em 15/10/1989, natural de REBOUCAS/PR, filho(a) de NATALIA NOVACOSKI FREIBERGER e ACIOMAR NORI FREIBERGER, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Zenaide Aparecida Jucki Alessi, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Irati, 18 de junho de 2025. Dawber Gontijo Santos Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE IRATI VARA CRIMINAL DE IRATI - PROJUDI Rua Pacífico Borges, 120 - prédio principal - Rio Bonito - Irati/PR - CEP: 84.503-449 - Fone: (42) 3309-3151 - Celular: (42) 2104-3123 - E-mail: ira-3vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ANTONIO DA CRUZ CORREIA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Dawber Gontijo Santos, da Vara Criminal de Irati, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0002953-92.2018.8.16.0095, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JONATHAN WILLIAM PEDROSO ALVES DOS SANTOS, EVERTON JHONY DE ALMEIDA, LUÍS CÉSAR EVANGELISTA, e vítima V.S. e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido EVERTON JHONY DE ALMEIDA, portador(a) do RG 10+++++31 SSP/PR e CPF 086.***.***-83, nascido(a) em 19.02.1991, natural de União da Vitória /PR, filho de Eloina dos Santos de Almeida, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia /boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Zenaide Aparecida Jucki Alessi, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Irati, 18 de junho de 2025. Dawber Gontijo Santos Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

IRETAMA

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE IRETAMA
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE IRETAMA - PROJUDI
Avenida Parana, 510 - Centro - Iretama/PR - CEP: 87.280-000 - Fone: 44 3259 7774 - E-mail: crem@tjpr.jus.br
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE 10 dias úteis
O Juiz de Direito Guilherme de Mello Rossini, da Vara da Fazenda Pública de Iretama, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de DESAPROPRIAÇÃO por Servidão Administrativa, sob nº 0001355-90.2024.8.16.0096, em que é(são) requerente(s) COMPANHIA DE SANEAMENTOServidão Administrativa
DO PARANA SANEPAR, e requerido(s) Nair Avelino Batista, e que por este COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS, em cumprimento ao determinado no art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/1941, que foi desapropriado uma área medindo 107,50 m²,
referente ao imóvel objeto da matrícula nº 11.902, do Registro de Imóveis da Comarca de Iretama-PR, denominado Lote nº 08, Quadra nº 71, na Rua Cândido Lopes, situado no Município de Iretama, Estado do Paraná, de propriedade da Expropriada Nair Avelino Batista, brasileira, viúva, aposentada, portadora do C.I. RG nº 8.020.993-2-SSP PR, inscrita no CPF sob nº 032.326.799-86, residente e domiciliada na Rua Cândido Lopes, nº 297, CEP 87.280-000, na cidade de Iretama/PR, e que se destina a implantação da Faixa de Servidão Administrativa para fins de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES de Iretama - PR, tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "[...] julgo PROCEDENTE o pedido para: (i) constituir servidão administrativa sobre a área de 107,5 m² constante da matrícula nº 11.902 do CRI de Iretama; e (ii) fixar como valor justo de indenização R$ 17.632 + acréscimos monetários da conta judicial.Torno definitiva a imissão na posse deferida [...]" . O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos do art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365 /1941. Eu, Cláudia Regina Mamus Ribeiro, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Iretama, 23 de junho de 2025.
Guilherme de Mello Rossini

Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi

JAGUARIAÍVA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA ESTADO DO PARANÁ
CARTÓRIO CIVEL E ANEXOS
RAQUEL TEIXEIRA DE LIMA DALMUT MORETTO
INTERINA
"Edital de CITAÇÃO dos RÉUS **EM LOCAL INCERTO, EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.**".
O Doutor **GIOVANE RYMSZA**, MM. Juiz De Direito da Comarca de Jaguariaíva, Estado do Paraná.
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos autos de **Homologação da Transação Extrajudicial**, autuado sob nº **0003206-55.2024.8.16.0100**, em que figuram como autores: LAURO CHAGAS DE OLIVEIRA, ABILENE GABRIELE COX DA CRUZ, ADILSON ANTONIO ALVES, ADRIANO APARECIDO DA SILVA, AFONSO CARNEIRO DA SILVA, ANGELA DE SOUZA DE MATOS, APARECIDO DE JESUS TEIXEIRA DOS SANTOS, CARMELIA DE MELO MIRANDA, DANIEL MIRANDA, DANIELE GOMES DA SILVA, DIEGO VINICIUS DA SILVA, DIOSANDRO CHAGAS, DOMINGAS APARECIDA LEONEL DA SILVA, ECRENILSON LEITE DA ROSA, EDENIR DE APARECIDA PORFIRIO, EDINELSON DE JESUS RIBAS DE BOMFIM, EDIVALDO MACHADO DO NASCIMENTO, EDUARDO LISBOA DA SILVA, ELIANE BRIZOLA DE SOUZA, ELIANE RAIMUNDO DE MATOS ROSA, ELIAS DA SILVA, EWERTON CARLOS DE OLIVEIRA, GILMARA DOMINGUES DE OLIVEIRA, GRAZIELE APARECIDA DONATO, HELTON GOMES DA SILVA, JANETE DE SOUZA, JORGE DA SILVA, JOSE CARLOS DOS SANTOS, JOSE HAMILTON BORBA, JOSE ROBERTO XAVIER QUEIROZ, JOSIANE DE SOUZA, JOSÉ DOMINGOS, CARLOS MACIEL, JUSSARA PERES DA SILVA, LAURINHO DE ALMEIDA FILHO, LUCAS ANTUNES DOS SANTOS, LUCAS CÂNDIDO DA SILVA, LUCIMEIRE DA SILVA DE FARIA, LUIZ CARLOS DOS SANTOS, LERIANE FERREIRA DE PAULO, MARCELO MOURA DE ABREU, MARCIA APARECIDA MELLO DE SOUZA, MARCOS ARLOQUE, MARCOS HENRIQUE PRATKA MARQUES, MARIA CECILIA RIBEIRO SOUSA, MARIA DE JESUS CHAMBERLAIN CORDEIRO, MARIA DE LOURDES FAUSTINO, MARIA IVETE FROES, MARINALVA GOMES CARNEIRO DA SILVA, MARTA PEREIRA DOS SANTOS BOMFIM, MAX WILLIAM DAS CHAGAS, MIRIAN TOMAZ DE MIRANDA, MARIA VALDEREZ CARLOS DE ALMEIDA SANTANA, NOEL CORDEIRO, NORBERTO MIRANDA, ODETE MARTINS DA COSTA MIRANDA, OZENIR DE JESUS LAURINDO DE SOUZA, PAMELA AUGSTEN DUARTE DA SILVA, PAULO HENRIQUE AUGSTEN DUARTE, PEDRO DE MATOS NETO, ROBERTO CARLOS DA SILVA, ROSANGELA APARECIDA GOMES, ROSEMEIRE APARECIDA CASSIMIRO DE OLIVEIRA, SAULO AGEU PEREIRA, SILMARA APARECIDA DE CAMARGO, SILVANA DE FATIMA DA SILVA, SIMONE DE FATIMA RODRIGUES, SIRLEY DONATO, SOLANGE MARIA DOS SANTOS, SUZANA RIBEIRO DOS SANTOS RODRIGUES BORBA, TATIANA PEREIRA GIRIMIA, VAGNER HENRIQUE DA SILVA, VALMIR TOMAZ DE MIRANDA, VANDERLÉIA RIBEIRO QUEIROZ, VANESSA DA SILVA DO PRADO DA SILVA, VANESSA PAULINO DE MORAES, VERA LÚCIA PASSOS DA SILVA, VITOR ALVES DO AMARAL, WAGNER ANTONIO ALVES**,** com o valor da causa de R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), cuja ação tem por objeto usucapir o seguinte imóvel: "Uma parte de terras rurais com a área de 13,00 Alqueires, equivalente a 31,46 hectares, sem benfeitorias, situados no lugar denominado "LAGEADO", bem como das localidades denominadas Boa Vista e Vila Kennedy que contam com a matrícula n. 1.297, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis deste Município e Comarca de Jaguariaíva/PR". E o MM. Juiz mandou expedir o presente edital de CITAÇÃO DOS RÉUS EM LUGAR INCERTO, EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES E INCERTOS E DESCONHECIDOS, para que manifestem eventual interesse na causa, com o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação, ficando advertidos de que se não contestada a presente ação presumir-se-ão como aceitos e verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (artigos 285 e 319 do CPC), sendo que eventual contestação deverá ser apresentada através de advogado legalmente constituído. E para que chegue ao conhecimento de todos mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume do Fórum local, e publicado na forma da Lei. Cumpra-se. Dado e passado, nesta cidade de Jaguariaíva, estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2025. a) Giovane Rymsza. Juiz De Direito.

JOAQUIM TÁVORA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE JOAQUIM TÁVORA
EDITAL DE CITAÇÃO
AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL
PRAZO 30 dias.
O Doutor **MARCO ANTÔNIO VENÂNIO DE MELO**, MM Juiz de Direito da Comarca de Joaquim Távora, Estado do Paraná, na forma da Lei... FAZ SABER a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele tiverem conhecimento, que processam-se os termos de Ação de Guarda de Família sob n. 0000380-50.2024.8.16.0102 em que é requerente Luciana Neves, brasileira, inscrita no CPF: 051.474.439-16 e requeridos **FABIANE APARECIDA NEVES DE SOUZA,** brasileira, inscrita no CPF n ° 121.223.799-44 **e MARCELO DOS SANTOS TOMÉ**, brasileiro, inscrito no CPF n° 068.178.209-95. Assim sendo, mandou o MM Juiz proceder à **CITAÇÃO** da requerida **FABIANE APARECIDA NEVES DE SOUSA e MARCELO DOS SANTOS TOMÉ**, para que fiquem CIENTES da presente ação e para que no prazo de 15 (quinze) dias, caso queiram, ofereçam contestação. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Joaquim Távora, aos 24 de Junho de 2025. Eu, SUELI AP ARAÚJO DE ALMEIDA, Escrivã do Cível e Anexos, que digitei e subscrevo.
SUELI AP ARAÚJO DE ALMEIDA
Escrivã

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO **BELMIRO FRANCISCO LEITE** COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O Doutor Marco Antônio Venâncio de Melo, MM. Juiz de Direito da Vara de Execução em Meio Fechado e Semiaberto de Joaquim Távora, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, com o prazo de 30 (trinta) dias, que perante esse juízo tramitam os autos de Execução de Pena em Meio Semiaberto, sob nº 4000012-07.2023.8.16.0102 em que o Ministério Público do Paraná é autoridade e executado BELMIRO FRANCISCO LEITE, não foi possível localizar pessoalmente a **parte executadaBELMIRO FRANCISCO LEITE, portador do RG: 3.293.093-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF: 372.236.829-49, nascido em 24/04/1952, natural de Joaquim Távora/PR, filho de Maria Aparecida Sampaio e Sebastião Francisco Sampaio,** motivo pelo qual se procede, por meio destes, à sua **INTIMAÇÃO** para que no prazo de 05 (cinco) dias, compareça em Secretaria Criminal, bem como, **dê início ao cumprimento da pena**, tomando ciência das condições do regime semiaberto. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Cecília dos Santos Kenski Boroski, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Joaquim Távora, 23 de junho de 2025.
Marco Antônio Venancio De Melo
Juiz de Direito

LAPA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DA LAPA - PARANÁ
CARTÓRIO CÍVEL E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE VINTE DIAS

Edital de citação dos eventuais interessados incertos e não sabidos, para que fiquem cientes que por este Juízo tramita a Ação de Usucapião, registrado sob o nº 0001740-80.2025.8.16.0103, em que figura como requerente DORILDA RICETTO DOS SANTOS e requerido eventuais interessados incertos e não sabido, referente à:- " Um terreno urbano, transcrito sob o nº 7.527, nesta Comarca, com área: 1.002,8859 m², situado a situado a Rua Treze de maio n 551, Centro, Lapa." confrontando com imóveis de: DARCY SOARES DA ROSA, MARTA GANZERT DA ROSA, ROSANA MARIA CARRÃO e outros. Ficando também INTIMADOS para que querendo apresentem manifestação, no prazo de quinze dias, por intermédio de advogado. ADVERTÊNCIA: Presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Lapa, 24/06/2025. Eu, _____, Auxiliar Juramentado, o digitei e subscrevi.

Bruno Schultz Batista
- Auxiliar Juramentado -
(autorizado conforme portaria nº27/2018)

LARANJEIRAS DO SUL

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

Adicionar um(a) ConteúdoEDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): JOEL ANDRE PEDON PRAZO DE 03 Dias O(A) Juiz(íza) de Direito Luciana Gonçalves Nunes, da Vara Cível de Laranjeiras do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Duplicata, sob nº 0005527-61.2018.8.16.0104, em que é(são) autor(es) FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA., e réu(s) JOEL ANDRE PEDON, SUPERAGRO - EIRELI ME,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JOEL ANDRE PEDON, portador(a) do RG 84521711 SSP/PR e CPF 048.106.529-63. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua CITAÇÃO para, no prazo de 3 (três) dias úteis, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, no valor de R$ 354.426,66, acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC[1]). Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no prazo de 15 (quinze) dias úteis. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30(trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, LIANDRA FRANCO FRANÇA, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Laranjeiras do Sul, 03 de junho de 2025. Luciana Gonçalves Nunes Juíza de Direito

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO
Leilão Exclusivamente Eletrônico
(www.kronbergleiloes.com.br)

O(A) EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA (O) JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE LARANJEIRAS DO SUL-PARANÁ, **LUCIANA GONÇALVES NUNES,** nomeando o leiloeiro público **HELCIO KRONBERG**, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em **LEILÃO PÚBLICO,** os bens/lotes adiante discriminados. **LOCAL**: Os leilões previstos neste edital serão realizados exclusivamente em ambiente eletrônico, via plataforma *www.kronbergleiloes.com.br*, ficando os interessados/licitantes cientes que, ao acessar a referida plataforma e clicar na opção desejada, poderá haver redirecionamento para o site *www.kronleiloes.com.br*. **DATA E HORA**: **Primeiro leilão: 21/07/2025 Segundo Leilão: 28/07/2025, ambos as 10:20 (*horário de Brasília).* VENDA DIRETA:** Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 *(sessenta)* dias, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de **5,00%.LANCE INICIAL**: **No primeiro leilão**, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. **No segundo leilão**, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a **50%** do valor da avaliação *(art. 891, §único do CPC).***LANCE CONSIDERADO VENCEDOR**: Será considerado vencedor o lance em maior valor, independente da forma de pagamento escolhida pelo licitante *(à vista ou parcelado).***CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Nas arrematações em valor igual ou inferior a R$ 10.000,00, o pagamento do valor do lance deverá ser, obrigatoriamente, à vista, mesmo quando houver previsão de parcelamento no presente edital. Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. ***a)* CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 *(três)* dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida *(art. 903, §1º, III do CPC),* sendo o lote novamente levado à leilão *(do qual o arrematante ficará impedido de participar),* ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, podendo o r. juízo valer-se da via executiva para a cobrança da multa. ***b)* CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARCELADO:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo de até 03 *(três)* dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor mínimo correspondente a 25% do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em no máximo: ***a)*30 parcelasna arrematação de bens imóveis**. ***b)*12 *(doze)* parcelas na arrematação de bens móveis**, desde que o valor da arrematação seja em valor superior a R$ 10.000,00. As parcelas serão iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 *(trinta)*dias corridos, contados da data da arrematação, e atualizadas mensalmente *(pro-rata die)*, pelo INPC, também a partir da data da arrematação em leilão, parcelas estas que deverão ser depositadas em conta-bancária vinculada aos autos a que se refere o presente edital, mediante guia judicial a ser emitida, devendo as guias serem emitidas para "pagamento em continuidade", indicando a mesma conta bancária constante na primeira guia emitida para pagamento do valor do sinal mínimo de 25%. Deverá o arrematante, no prazo máximo de 05 *(cinco)* dias corridos após o vencimento de cada parcela, comprovar a quitação da mesma mediante juntada do comprovante nos autos do processo a que se refere o presente edital. É de exclusiva responsabilidade do arrematante efetuar o cálculo da atualização do valor das parcelas e emitir a guia judicial para recolhimento do valor devido. A quitação dos valores fica condicionada a compensação de eventual cheque emitido para pagamento. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. O não pagamento de qualquer parcela implicará no automático vencimento antecipado das demais parcelas *(considerando vencido o valor integral do débito na data de vencimento da parcela inadimplida)*, podendo o r. juízo valer-se da via executiva em face do arrematante *(podendo, ser for o caso, executar a hipoteca gravada sobre o bem arrematado),* incidindo, sobre o valor devido *(soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas)*, multa de 10% *(dez por cento),*sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor do sinal no prazo de 03 dias úteis, contado da data do leilão em que houve a arrematação, restará desfeita/resolvida a arrematação, sendo imposta ao arrematante multa de 25% sobre o valor da arrematação, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor. **Em caso de parcelamento do valor da arrematação de bem imóvel, o saldo parcelado será garantido por hipoteca judicial a ser gravada sobre o(s) próprio(s) imóvel(eis) arrematado(s),** ficando o arrematante como fiel-depositário do bem a partir da expedição da carta de arrematação, quando o arrematante passará a arcar com todos os custos do bem arrematado *(taxas de condomínio, IPTU, ITR, despesas com manutenção, dentre outros)*. **Na hipótese de parcelamento do lance para a arrematação de bens móvel***(quando previsto neste edital)*, poderá o r. juízo competente condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas.

Contudo, sendo autorizada a entrega dos bens antes da quitação das parcelas, o arrematante ficará como fiel depositário do bem. **ARREMATAÇÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO:** Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. **PROPOSTAS**: Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro*(no site www.kronbergleiloes.com.br),* devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente *(e cônjuge, se houver)*; bem/ lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%, caso a mesma seja homologada. **O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões.** As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5,00% sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance *(e nas mesmas condições de pagamento)* recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial *(quando não comparecerem interessados na arrematação do bem),*até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. **MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE**: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no **art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO**: Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor total da arrematação, taxa esta devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos *(independente de exibir ou não o preço).* Na hipótese de acordo, remição e/ou parcelamento do débito após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Em caso de adjudicação, será devida, pelo adjudicante, taxa de comissão de 2% sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado. Em caso de remição, acordo e/ou parcelamento do débito antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 2% sobre o valor da dívida remida ou sobre o valor do acordo, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 *(três)* dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrependimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença *(se houver).* Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outro atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida *(no todo ou em parte),* o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção. **DÍVIDAS E ÔNUS:A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos *(até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega),* inclusive dívidas *propter rem***. Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado *(a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras)* não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. **Na hipótese de arrematação de veículo**, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmite legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário. **TRANSMISSÃO *ON LINE***: Os leilões previstos neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico *(www.kronbergleiloes.com.br).* Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio do *site www.kronbergleiloes.com.br*. Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato. **LANCES PELA INTERNET:** Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela *internet*, por intermédio do site *www.kronbergleiloes.com.br*. **Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no *site* do leiloeiro**. Todos os atos realizados via *internet* ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital. **CONDIÇÕES GERAIS:** O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irretratáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante *(art. 893 do CPC).* Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo *ad corpus,* não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas são somente, restrição construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia *(inclusive de funcionamento).* Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, **caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 *(dez)* dias** contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento**. Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem**, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. **INFORMAÇÕES:** Com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site *www.kronbergleiloes.com.br.***Visitação do*(s)* bem*(ens)* mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do*(s)* bem*(ens)* estar*(em)* sob a guarda ou posse do leiloeiro**. **Não será permitida visita sem agendamento prévio**. **PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL:** O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 *(cinco)* dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro *(www.kronbergleiloes.com.br),*sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. **Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados *art. 889, § único do CPC)*, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem:** RITA DE CASSIA ANDRADE LAISMANN, NEMORA PELLISSARI LOPES, MARLI VALENTIM DE PAULA PIACENTINI, SEVERINO PRUCH PIACENTINI.

Cumprimento de Sentença - 0003499-81.2022.8.16.0104 Requerente: RITA DE CASSIA ANDRADE LAISMANN **Requerido:** MARLI VALENTIM DE PAULA PIACENTINI. **Bem *(lote único)*** Fração ideal de 50% correspondente a 01 (um)

terreno urbano, medindo a área de 187,50m² (cento e oitenta e sete, cinco metros quadrados), sobre o qual está edificada uma residência mista com aproximadamente com 80,00 m² (oitenta metros quadrados), a qual contém dois dormitórios, banheiro, sala, cozinha, garagem e área de serviço. A residência possuí piso cerâmico, forro em pvc, cobertura em fibrocimento 6mm, banheiro com revestimento cerâmico no piso e nas paredes, janelas e porta em vidro temperado, terreno murado e com grades. Possuí um anexo com aproximadamente 25,00m² (vinte e cinco metros quadrados) composto por dois cômodos e banheiro. Demais características constantes na matricula n° 13.180 do Cri de Laranjeiras do Sul/PR. **Recursos Pendentes:** Não Há., **Ônus:** Há débitos de IPTU. **Penhoras/Arresto:** penhora nº0003499-81.2022.8.16.0104 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR. **VALOR DA DÍVIDA R$ 20.862,43** em 24 de maio de 2024, **VALOR DE AVALIAÇÃO R$ 95.000,00** em 28 de abril de 2025. **Valor do bem em segundo leilão:** R$ 47.500,00.

LARANJEIRAS DO SUL, 17 de junho de 2025.

LUCIANA GONÇALVES NUNES
Juíza de direito
Helcio Kronberg
Leiloeiro Público Oficial

LOANDA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO: BENIR SANTOS DECOZIMO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O Juiz Substituto Vítor Braga de Castro Alves, da Vara Cível de Loanda, FAZ SABER a todos quantos o presente
EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Usucapião sob nº 0000037-
94.2014.8.16.0105, em que são requerente OSVALDO TERUO SUGAHARA e CARMEN LUCIA LIMA
SUGAHARA, e requeridos KIEKO HELENA KATAYAMA e YOSHICO KATAYAMA, e que não foi possível
localizar pessoalmente a parte confinante BENIR SANTOS DECOZIMO, motivo pelo qual, se procede por meio deste
sua para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer contestação, nos termos do art. 335 do Código de ProcessoCITAÇÃO
Há mais de 18 anos, a posseCivil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita: "
do lotes 23 e 26, da quadra nº 87, da planta geral da cidade de Loanda-(PR), com área de 199,50 metros quadrados, cada
um, vem sendo EXERCIDA MANSA, PACÍFICA, ININTERRUPTA, SUCESSIVA e com ANIMUS DOMINI pelos
requerentes, conforme restará comprovado. As REQUERIDAS adquiriram os imóveis através de escritura publica,
conforme matrícula 16.694 do Sr. MARIO MATAREZI e sua mulher MARYLENE WIECK MATAREZI, as quais
permaneceram na sua propriedade até 13 de setembro de 1994, dos aludidos imóveis, na qualidade de LEGÍTIMAS
DONAS, tudo de conformidade com documento probatório, que se junta na inicial. Por sua vez, as REQUERIDAS, por
contrato verbal, em 14 de setembro de 1994, alienou o imóvel pelo valor de R$-5.000,00 (cinco mil reais), a requerente
Sra. CARMEN LUCIA LIMA SUGAHARA, passando desta forma a ficar na posse mansa e pacífica até a presente data.
Há de se ressaltar, que o Imposto Predial Territorial Urbano, esta em nome das requeridas, mas, vem sendo pago pela
requerente, conforme faz prova os comprovantes juntados. Os requerentes vem exercendo até a presente data por
sucessão dos proprietários anteriores, a posse mansa e pacífica sobre o imóvel. Para que chegue ao conhecimento de"
todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de
Processo Civil, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do
. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc.presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
IV, CPC). Eu, Edilson Rodrigues, Técnico Judiciário, conferi e digitei, aos 23 de junho de 2025.
Vítor Braga de Castro Alves
Juiz Substituto
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico
.https://portal.tjpr.jus.br/projudi

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
1ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3066-1290 - Celular: (43) 99193-1290 - E-mail: primeiracivellondrina@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): LAZINHO SOARES DA CRUZ
PRAZO DE 35 dias úteisAssistência Judiciária
O(A) Juiz(íza) de Direito Fernando Moreira Simões Júnior, da 1ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Adjudicação Compulsória, sob nº 0061525-17.2023.8.16.0014, em que é(são) autor(es) ALZIRA RUBIK RAMOS, JOSÉ ANTUNES RAMOS, e réu(s) LAZINHO SOARES DA CRUZ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LAZINHO SOARES DA CRUZ**, portador(a) do RG 10877890 SSP/PR e CPF 175.411.669-87. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita/o: " No dia 06 de novembro de 2007 os Autores firmaram com o Réu, Compromisso de Compra e Venda e Posse do imóvel: Lote nº 27 (vinte e sete) e Quadra nº 14 (quatorze), localizado na Rua Groselha, nº 399, Jardim Marabá, Londrina-PR. Estabeleceu-se, a época, assim, o preço certo de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), o qual, foi pago em espécie no ato das assinaturas do compromisso de compra e venda, do qual o Réu deu plena, geral e irrevogável quitação, conforme clausula "QUINTO" do compromisso de compra e venda. Informo a Vossa Excelência que devido as condições financeiras dos Autores, não foi possível arcar com os custos do registro do imóvel na época dos fatos, por ocasião da aquisição do imóvel. Os Autores são pessoas humildes, com idade avançada que sobrevivem com o valor de sua aposentadoria, hoje, impossibilitados de adquirirem uma nova moradia com suas economias, e inclusive, arcar com as custas processuais. A posse dos Autores no imóvel ocorreu de forma legitima, pacífica e de boa-fé, há mais de 16 (dezesseis) anos, exercendo desde então seu direito de propriedade sobre o imóvel, porém, como dito anteriormente não possuíam condições de regularizar a tão almejada escritura definitiva do seu ÚNICO imóvel residencial. Desde a celebração do negócio jurídico, ou seja, 06/11/2007, os Autores exercem sua posse, sem qualquer óbice, arcando com as despesas ordinárias, extraordinárias e fiscais incidentes sobre os imóveis objetos da referida Cessão de Direitos. Vale destacar que o referido instrumento público foi firmado pelas partes com cláusula onde: "Se obrigam não só contratantes, como seus herdeiros legais e sucessores hereditários a cumprirem o presente instrumento de cessão o que tudo dará por bom, firme e valioso a todo tempo" Sendo assim, não resta qualquer dúvida de que os Autores têm o direito de terem efetivadas a escritura definitiva do imóvel, objeto da Cessão de Direitos. Autores buscaram o Réu para a realização dos tramites da escritura, objetivando a transferência definitiva e registro do referido imóvel, entretanto, em razão do tempo perderam o contato com o Réu. Por um período de meses, apesar dos esforços não lograram êxito em localiza-lo, impossibilitando a transferência da propriedade do bem...". Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

Londrina, 23 de junho de 2025.
MONICA TONASSE RODRIGUES
Analista Judiciário
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
1ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3066-1290 - Celular: (43) 99193-1290 - E-mail: primeiracivellondrina@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): O Solucionador Curitiba Assessoria LTDA
PRAZO DE 35 dias úteis Assistência Judiciária
O(A) Juiz(íza) de Direito Bruno Régio Pegoraro, da 1ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, assunto Indenização por Dano Material, sob nº 0077745-56.2024.8.16.0014, em que é(são) suscitante(s) MARIA DE LOURDES BERALDO, LUIZ EUGENIO BONI, e suscitado(s) O SOLUCIONADOR TOLEDO ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA, O Solu Maringa Assessoria Financeira LTDA, O Solucionador Cascavel Assessoria LTDA, O SOLUCIONADOR GUARAPUAVA, O SOLUCIONADOR PONTA GROSSA ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA, O SOLUCIONADOR SITIO CERCADO ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA, O Solucionador Curitiba Assessoria LTDA, O SOLUCIONADOR ASSESSORIA FINANCEIRA CURITIBA CENTRO LTDA, O SOLUCIONADOR LONDRINA ASSESSORIA LTDA, O Solucionador Foz do Iguaçú Assessoria Financeira LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente o(a)(s) **sócio(a)(s) réu(ré)(s) O Solucionador Curitiba Assessoria LTDA**, portador(a) do CNPJ 35.316.212/0001-67. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, manifestar(em)-se acerca do incidente de desconsideração da personalidade jurídica instaurado e requerer(em) as provas cabíveis (art. 135, CPC), tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita/o: " É cediço que a executada se encontra em plena atividade e tem ciência absoluta do processo em tela. Informa-se ainda que em busca junto ao Sistema do PROJUDI foi possível constatar a presença de 500 processos em face da executada sendo que, em alguns destes processos, constata-se a presença de várias empresas com o nome O SOLUCIONADOR espalhadas em todo território paranaense e, por óbvio, pertencentes ao mesmo GRUPO ECONÔMICO, quais sejam: ? O SOLUCIONADOR TOLEDO ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA (CNPJ. 36.947.738/0001-08), Avenida Maripá, 4737, Sala 02, Centro, Toledo/PR, CEP nº 85.901-000; ? O SOLUCIONADOR ASSESSORIA FINANCEIRA CURITIBA CENTRO LTDA (CNPJ: 37.456.193/0001-08), Avenida Luiz Xavier, 110 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.020-020; ? O SOLUCIONADOR GUARAPUAVA LTDA (CPF/CNPJ: 36.947.938/0001-60), Rua Quinze de Novembro, 7825 - até 4009/4010 - Imóvel Morro Alto - GUARAPUAVA/PR - CEP: 85.064-500; ? O SOLUCIONADOR LONDRINA ASSESSORIA LTDA (CNPJ: 33.207.261/0001-36), Rua Pernambuco, 1187 SALA 05 - Centro - LONDRINA/PR - CEP: 86.020-121; ? O SOLUCIONADOR PONTA GROSSA ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA (CNPJ: 36.703.137/0001-50), Rua Coronel Claúdio, 220 - Centro - PONTA GROSSA/PR - CEP: 84.010-120; ? O SOLUCIONADOR SITIO CERCADO ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA (CNPJ: 36.598.445/0001-62), Rua Izaac Ferreira da Cruz, 2710 - de 1836/1837 a 3295/3296 - Sítio Cercado - CURITIBA/PR - CEP: 81.900-000; ? O SOLU MARINGÁ ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA (CNPJ: 33.357.634/0001-55), Avenida Duque de Caxias, 351 - Centro - MARINGÁ/PR - CEP: 87.013-180; ? O SOLUCIONADOR CASCAVEL ASSESSORIA LTDA (CPF/CNPJ: 34.674.893/0001-72), Avenida Brasil, 7135 - Centro - CASCAVEL/PR - CEP: 85.801- 001; ? O SOLUCIONADOR CURITIBA ASSESSORIA LTDA (CNPJ: 35.316.212/0001-67), Avenida Cândido de Abreu 526, 256 - Centro Cívico - CURITIBA/PR - CEP: 80.530-905; ? O SOLUCIONADOR FOZ DO IGUAÇÚ ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA (CNPJ: 36.463.927/0001-05), Avenida Brasil, 570 - Centro - FOZ DO IGUAÇU/PR - CEP: 85.866-120. As empresas acima citadas estão ocasionando enormes prejuízos a seus clientes que acreditaram nas inverdades sobre a diminuição de juros de financiamentos bancários e redução do valor de parcelas prometidos pela executada. Fica evidente que, com o objetivo de esquivar-se do ressarcimento pelos prejuízos sofridos, o grupo detém diversas empresas, encobrindo seu patrimônio para tornar mais difícil a vida de seus credores. No site da empresa, https://www.osolucionador.com.br, na aba "UNIDADES", podemos verificar os locais das diversas filiais em várias regiões do Estado. É importante lembrar que na 1° Vara Federal de Curitiba/PR, tramita Ação Civil Pública sob nº 5037838-88.2020.4.04.7000, interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, em face da executada, filiais e seus sócios, cuja sentença proferida determinou o encerramento definitivo de serviços de advocacia prestados indevidamente pela empresa que, além de ludibriar seus clientes com inverdades sobre a redução de juros, também atuava irregularmente na captação de sua clientela. Ainda nos resta verificar a semelhança entre os sócios administradores que figuram o quadro societário de todas as empresas elencadas, sendo ele a pessoa de GUILHERME MAES CARDOSO LEMOS. Desse modo, Excelência, todas as empresas possuem os mesmos sócios e comunhão de interesses, indiscutível assim, a configuração de grupo econômico, sendo assim todos solidários ao cumprimento das obrigações...".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Londrina, 23 de junho de 2025.
MONICA TONASSE RODRIGUESAnalista JudiciárioOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
1ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3066-1290 - Celular: (43) 99193-1290 - E-mail: primeiracivellondrina@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃOPRAZO DE 35 dias úteis
DESTINATÁRIO(A)(S): BRUNO VIEIRA DE JESUS, inscrito no CPF/MF nº 428.996.108-80; **PAULINO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF nº 408.099.178-90; **JOSUÉ ALVES DA SILVA**, inscrito no CPF/MF nº 296.439.138-64
O(A) Juiz(íza) de Direito Bruno Régio Pegoraro, da 1ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Perdas e Danos, sob nº 0067641-15.2018.8.16.0014, em que é(são) autor(es) VALDECIR DONANSAN, e réu(s) FRANCISCO CHAGAS DE JESUS, Samambaia Leilões, JOSUE ALVES DA SILVA, PAULINO ALEXANDRE DA SILVA, BRUNO VIEIRA DE JESUS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) PAULINO ALEXANDRE DA SILVA**, portador(a) do CPF 408.099.178-90;**BRUNO VIEIRA DE JESUS**, portador(a) do CPF 428.996.108-80;**JOSUE ALVES DA SILVA**, portador(a) do CPF 296.439.138-64. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita/o: " Valdecir Donansan ajuizou a presente tutela cautelar antecedente em face de Rubens Ferreira Correa - Samambaia Leilões, Bruno Vieira de Jesus, Paulino da Silva, Francisco Chagas de Oliveira e Josué Alves da Silva alegando que: a) arrematou dois veículos através de site de leilão www.samambaialeiloes.com.br, localizado na cidade de Cuiabá-MT; b) através de aplicativo de mensagem Whatsapp, o atendente esclarece que para finalizar a compra o requerente deveria imprimir no referido site um termo de arrematação, assiná-lo e enviá-lo para o leilão via email, juntamente com o comprovante de depósito para liberação dos veículos; c) no dia 21/09/2018, fez todos os trâmites necessários, para conclusão da citada compra, efetuando assim o depósito no valor de R$49.581,05 (quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinco centavos), na conta bancária constante no termo de arrematação do referido leilão, em nome do Réu Bruno Vieira de Jesus; d) após a comprovação do pagamento, no dia 25/09, o atendente entrou em contato afirmando que haveria um problema com os dois veículos adquiridos, tendo em vista que o financeiro do leilão informou haver débitos nos veículos, indicados como IPVA não pago, no valor aproximado de R$8.000,00; e) o atendente afirmou que os débitos somente apareceram após a efetiva compra e que deveriam ser pagos para liberar os veículos e que o frete estava incluído no valor depositado; f) pensa em desistir da compra, e o atendente informa ser necessário o pagamento de uma multa no valor de R$3.000,00, sendo R $1.500,00 cada carro; g) foi quando sugeriu que fosse descontado do valor já pago anteriormente, pelos veículos e que assim devolvessem a diferença, quando mais uma vez foi surpreendido pelo suposto atendente que lhe disse que não faziam o desconto, que era preciso pagar a multa e, assim, eles devolveriam o dinheiro; h) a partir daí teve certeza que havia caído em um golpe e registrou boletim de ocorrência; Pediu, com isso, a tutela antecipada antecedente para bloqueio dos valores via BACENJUD em razão da fraude. Juntou documentos (mov. 01).". Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Londrina, 23 de junho de 2025.
MONICA TONASSE RODRIGUESAnalista Judiciário**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE LONDRINA-PR.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU: JHONATAN MAYCON TOBIAS, COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS.
O DOUTOR PAULO CESAR ROLDÃO, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA-PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...

FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, pelo prazo de 90 (noventa) dias que por este Juízo tramitam os termos dos autos de Processo Crime de nº 0080140-94.2019.8.16.0014 e, não tendo sido possível intimar pessoalmente a JHONATAN MAYCON TOBIAS, filho de Roberta Tobias, nascido aos 20/01/1996, portador do documento de identidade RG nº 134276851 SSP/PR, CPF: 100.245.649-58, *natural de Londrina/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido que, conforme decisão prolatada em 20/05/2025,* ***tendo em vista a Veneranda Decisão dos Senhores Membros do Conselho de Sentença, julgo improcedente a denúncia para ABSOLVER o réu JHONATAN MAYCON TOBIAS, da imputação que lhe pesa nos autos acima mencionados, com fundamento no artigo 386, inciso VII do Código Penal****, ficando ciente de que terá o prazo de cinco dias, para, querendo, recorrer da decisão à superior instância. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos 23 dias do mês de junhode 2025. Eu (Veronica Silbene de Oliveira), Técnica Judiciária, que digitei e assinei.*
PAULO CESAR ROLDÃO
Juiz de Direito

3ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 3ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Av. Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 -
Fone: (43) 3342-0524 - E-mail: LON-3VJ-E@TJPR.JUS.BR
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A)(S) DEVEDOR(A)(ES): ABADIA JULIA DE OLIVEIRA - (CNPF/MF SOB Nº 319.592.611-34); MARLENE APARECIDA CRIVELLARI DE OLIVEIRA - (CNPF/MF SOB Nº 364.180.489-20) E VALDIVINO JULIO DE OLIVEIRA - (CNPF/MF SOB Nº 196.448.761-72).
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances. O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 22 de julho de 2025, a partir das 10h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que será encerrado no dia 22 de julho de 2025, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob o nº 0058977-97.2015.8.16.0014 de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL em que são exequentes ERICO HIRANO; GUSTAVO HIRANO; ESPÓLIO DE JORGE
HIRANO; LUCY MATIMOTO HIRANO; MARCIO HIRANO e ROGÉRIO HIRANO e executados ABADIA JULIA DE OLIVEIRA - (CNPF/MF SOB Nº 319.592.611-34); MARLENE APARECIDA CRIVELLARI DE OLIVEIRA - (CNPF/MF SOB Nº 364.180.489-20) E VALDIVINO JULIO DE OLIVEIRA - (CNPF/MF SOB Nº 196.448.761-72).
BEM(NS): "DIREITOS QUE OS EXECUTADOS POSSUEM: DATA DE TERRAS n. 02, da quadra n. 31, com a área de 300,00m2, situada na rua Dolores Garcia Niero n. 131, Bairro Jardim Monte Bello, nesta cidade, contendo como benfeitorias a área total construída de 171,65m2, sendo uma residência em composta de três dormitórios, sendo uma suíte, sala, copa/cozinha, banheiro social, área de serviços gerais/lavanderia, varanda/garagens, quintal, jardim, piso interno cerâmico e tacos de madeira, forro laje, cobertura telhas cerâmica, piso externo cerâmico. Aos fundos, uma Edícula composta de varanda, sala, banheiro, forro de madeira, piso cerâmico. Estando tudo em bom estado de uso e conservação, com demais dados e características constantes dos autos, da inscrição municipal n. 06.04.0273.1.0172.0001 e da Matrícula n. 12.224 do Cartório de Registro de Imóveis do 3º Ofício local.".
ÔNUS: R. 4 - Alienação Fiduciária em favor do Banco Bradesco S/A. (APESAR DA MENCIONADA ALIENAÇÃO HÁ NOS AUTOS A INFORMAÇÃO DE QUE O CONTRATO HAVIDO ENCONTRA-SE LIQUIDADO - EVENTO 708.1); R.6 - Penhora em favor dos credores, referente aos presentes autos, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 675.2 Eventuais outros constantes após a expedição do respectivo Edital. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN).
Ressalta-se que o Decreto Municipal nº 617, de 17 de junho de 2010, encerrou a problemática advinda do entendimento anteriormente adotado pelo Município de Londrina, com fundamento em julgado do STJ (RESP nº 720196-SP), quanto à responsabilidade pelo pagamento do IPTU. De acordo com o art. 3o do referido decreto, no caso de arrematação em hasta pública, o arrematante não é responsável pelos débitos tributários anteriores à arrematação.
AVALIAÇÃO DO BEM: R$4700.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), conforme Laudo de Avaliação do evento 600.1, datado de 03 de junho de 2024.
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.
Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em
prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão
atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante
prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas à apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).
OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).
O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.
DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado em mãos dos executados proprietários, podendo ser encontrados na RUA DOLORES GARCIA NIEIRO, 131 - Monte Belo - LONDRINA/PR - CEP: 86.041-720, como fieis depositários, até ulterior deliberação. Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.
LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica(m) o(s) devedor(es), qual(is) seja(m): ABADIA JULIA DE OLIVEIRA - (CNPF/MF SOB Nº 319.592.611-34); MARLENE APARECIDA CRIVELLARI DE OLIVEIRA - (CNPF/MF SOB Nº 364.180.489-20) E VALDIVINO JULIO DE OLIVEIRA - (CNPF/MF SOB Nº 196.448.761-72), através do presente, devidamente INTIMADO(S), caso não seja encontrado para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is), bem como de que até antes de assinado o auto ou termo de arrematação/adjudicação, remir a execução, oferecendo preço igual ao do maior lance oferecido, na forma dos artigos 826 e 902, NCPC. Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s) e

coproprietário. Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), fiduciário, usufrutuário do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s), E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente
edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. (17/06/2025). Eu,_____,/// Jorge V.Espolador - Matrícula 13/246-L ///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.

3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): PAULO EDUARDO DE SOUZA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(a) de Direito Luiz Eduardo Asperti Nardi, do 3º Juizado Especial Criminal de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Posse de Drogas para Consumo Pessoal, sob nº 0035478-06.2023.8.16.0014, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) PAULO EDUARDO DE SOUZA, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **PAULO EDUARDO DE SOUZA, portador(a) do RG 68913497 SSP/PR e CPF 080.064.339-92, nascido(a) em 15/04/1969, natural de LONDRINA/PR, filho(a) de ALICE MAKIOLKE DE SOUZA e JOÃO PAULO DE SOUZA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP; Enunciado 125, Fonaje), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 28 - DROGAS PARA O CONSUMO PESSOAL, na data de 12/05/2025, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: " JULGO PROCEDENTE a presente ação penal para CONDENAR o acusado Paulo Eduardo de Souza como incurso nas sanções penais do art. 28, da Lei nº 11.343/2006. Condeno o acusado ao pagamento das custas processuais, contudo, face à condição econômica do acusado, concedo a assistência judiciária gratuita. Considerando a gravidade diminuta do delito e as circunstâncias objetivas e subjetivas do caso concreto, entendo que a aplicação da medida de advertência sobre os efeitos das drogas é suficiente para a adequada punição da conduta do acusado", e de que possui o **prazo de 10 (dez) dias** para recorrer (art. 82, § 1º, Lei nº 9.099/1995), prazo este contado do término do fixado no presente edital, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Felipe da Silva Guimaraes, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Londrina, 24 de junho de 2025.
Luiz Eduardo Asperti Nardi
Juiz de Direito

4ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

Adicionar um(a) Conteúdo

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ **COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA** **4ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI** **Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º And - Caiçaras - Londrina/ PR - CEP: 86.015-902 - E-mail: quarta.civel@hotmail.com**

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A)(S) DEVEDOR(A)(ES): JOSE NEURE BERTAN - (CNPF/MF SOB Nº 452.554.749-91).
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE",** nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site **www.jeleiloes.com.br**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual serão aceitos lances. O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **28 de agosto de 2025, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **28 de agosto de 2025, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC**).
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob o nº **0006770-43.2023.8.16.0014** de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** em que é exequente **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO JOÃO DINARDI - (**CNPJ/MF SOB Nº 03.800.843/0001-60) e executado **JOSE NEURE BERTAN - (**CNPF/MF SOB Nº 452.554.749-91).
BEM(NS):"Apartamento nº 501, situado no 5º pavimento tipo do Condomínio Edifício João Dinardi, localizado à Rua Tupi, 513, desta cidade, com a área privativa de 82,1400 m², correspondendo a unidade autônoma a vaga de garagem nº 65, com as divisas e confrontações constantes da matrícula nº 55.815 do CRI - 1º Ofício".
ÔNUS: "R.4 - Penhora em favor do credor, referente aos presentes autos, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 283.4. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária após a expedição do respectivo Edital de Leilão Público. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (*Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN*).
DATA DA PENHORA: 19 de junho de 2024, conforme Termo de Penhora do evento 145.1
AVALIAÇÃO DO BEM: R$580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais), conforme Laudo de Avaliação do evento 233.1, realizada em data de 21 de novembro de 2024.
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.
Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas à apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).
OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).

O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.
DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do executado, podendo ser encontrado na Rua José Monteiro de Mello, 205 ap. 702 - Jardim do Lago - LONDRINA/PR - CEP: 86.050-430, como fiel depositário, até ulterior deliberação. **Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.**
LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR -MATRÍCULA 13/246-L
COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica(m) o(s) devedor(es), qual(is) seja(m): **JOSE NEURE BERTAN - (**CNPF/MF SOB Nº 452.554.749-91), através do presente, devidamente INTIMADO(S), caso não seja encontrado para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s)**.** Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), fiduciário e intervenientes garantidores e proprietários do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. (23/06/2025). Eu,_____,/// **Jorge V. Espolador - Matrícula nº 13/246-L**///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.
JAMIL RIECHI FILHO
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 4B VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ALBERTO JOÃO ZORTEA JUNIOR PRAZO DE 30 (TRINTA)
O(A) Juiz(íza) de Direito Jamil Riechi Filho, da 4ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Crédito Rural, sob nº 040691-27.2022.8.16.0014, em que é(são) autor(es) CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VALE DO CAMBEZINHO I, e réu(s) ALBERTO JOÃO ZORTEA JUNIOR, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) ré(s) ALBERTO JOÃO ZORTEA JUNIOR (CPF: 365.806.609-10)**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para cientificá-la de que foi lavrado **o Termo de Penhora** nos autos em nome dos executados sobre o seguinte bem: ***"Apartamento nº 404 do bloco 3 do Conjunto Residencial Vale do Cambezinho I, localizado na Avenida das Américas, nº 100, Bairro São Fernando, Londrina/PR, CEP 86040-410, registrado no Cartório de Registro de Imóveis do 3º Ofício sob a matrícula nº 17.113".*** *O imóvel foi penhorado para garantia do débito no valor de* ***R$ 35.880,75*** *(trinta e cinco mil oitocentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos), atualizado até 03/02/2025, conforme termo de penhora lavrado nos autos.* Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Daniela Pontalti Abrantes, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Londrina, 23 de junho de 2025.**
Jamil Riechi Filho
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

5ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 5ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 5º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015- 902 - E-mail: lon-5VJ-E@tjpr.jus.br EDITAL DE CITAÇÃO DOS SUSCITADOS ADRIANA MARIA FUSARO DA SILVA E CARLOS APARECIDO DA SILVA, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. Processo: 0017390-80.2024.8.16.0014 Classe Processual: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica Assunto Principal: Desconsideração da Personalidade Jurídica Valor da Causa: R$1.490.660,91 Suscitante(s): RODRIGO PASTORI (RG: 96125062 SSP/PR e CPF/CNPJ: 056.609.699-41) Rua dos Dominicanos, 259 - Centro - FAXINAL/PR - CEP: 86.840-000 Suscitado(s): ADRIANA MARIA FUSARO DA SILVA (RG: 75095643 SSP/PR e CPF/CNPJ: 021.790.039-94), ora em lugar incerto e não sabido. CARLOS APARECIDO DA SILVA (RG: 31428890 SSP/PR e CPF/CNPJ: 451.111.979-15), ora em lugar incerto e não sabido. Terceiro(s): AC-COMERCIO DE CARNES LTDA-ME (CPF/CNPJ: 10.140.279/0001- 62) Avenida Duque de Caxias, 2.388 - Jardim Londrilar - LONDRINA/PR - CEP: 86.010-190 RESUMO DA INICIAL APRESENTADO PELA PARTE AUTORA: "... Conforme demonstrado na petição inicial dos autos principais, o Suscitante se tornou credor da empresa Executada AC COMÉRCIO DE CARNES por força do inadimplemento de cheque oriundo da venda de cabeças de gado para a Executada. Além disso, tal cheque foi devolvido e não pago pela alínea 21. Após diversas tentativas da parte Exequente de receber o valor da Executada, sedo que nenhuma delas restou frutífera, ficou claro o prejuízo causado e evidente que os sócios da empresa atuaram de maneira abusiva inviabilizando o adimplemento da dívida. As circunstâncias acima narradas foram fartamente comprovadas sendo suficientes para demonstrar a caracterização de abuso da personalidade jurídica, pelo flagrante desvio de finalidade, autorizando sua desconsideração para que se possa atingir o patrimônio de seus sócios e administradores. Além disso, no deslinde do feito, o Suscitante logrou êxito em comprovar a ocultação dos Suscitados, o que, por sua vez, acarretou a necessidade de expedição de edital de citação pela Serventia, por ordem do MM. Juízo. " OBJETIVO: Para no prazo de 15 (quinze) dias, contados do prazo de dilação deste edital, querendo, exerçam o contraditório, inclusive requerendo as provas que entender cabíveis (arts. 134 e 135 do CPC). Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná. Eu (a) Carlos Roberto Silveira, Analista Judiciário, subscrevi. Londrina, 21 de junho de 2025. Alberto Junior Veloso Juiz de Direito

---

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA 5ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 5º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015- 902 - E-mail: lon-5VJ-E@tjpr.jus.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DA HERDEIRA ANDRESSA SCOLARO BORSATO (CPF/CNPJ: 012.265.181-25), COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS Processo: 0029852-36.2005.8.16.0014 Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial Assunto Principal: Confissão/Composição de Dívida Valor da Causa: R$4.008.719,15 Exequente(s): ADAMA BRASIL S/A (CPF/CNPJ: 02.290.510/0001-76) Rua Pedro Antônio de Souza, 400 - Parque Rui Barbosa - LONDRINA/PR - CEP: 86.031-610 - E-mail: jessica.almeida@adama.com Executado(s): ESPÓLIO DE ANA MARIA SCOLARO BORSATO (CPF/CNPJ: 402.034.099- 49) representado(a) por ANDRESSA SCOLARO BORSATO (CPF/CNPJ: 012.265.181-25), ANDRÉ MAURICIO SCOLARO BORSATO (CPF/CNPJ: 020.339.641-32) Rua dos Jambos , s/n apto 2 torre C - CENTRO - NOVA MUTUM/MT - CEP: 78.450-000 MAURICIO AGOSTINHO BORSATO (CPF/CNPJ: 350.444.549-15) Avenida das Siriemas, 492W - Centro - NOVA MUTUM/MT - CEP: 78.450-000 MAURO LUIZ BORSATO (RG: 35073558 SSP/PR e CPF/CNPJ: 652.003.069- 49) AVENIDA VINTE E OITO DE DEZEMBRO, S/N - CENTRO - SANTA RITA DO TRIVELATO/MT - CEP: 78.453-000 Terceiro(s): Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. (CPF/CNPJ: 60.744.463/0001-90) Rua João Wyclif, 111 14º andar - Gleba Fazenda Palhano - LONDRINA/PR - CEP: 86.050- 450 OBJETIVO: Para no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do presente edital, na qualidade de herdeira do espólio executado venha integrar-se na demanda, por meio de advogado devidamente constituído, bem como se manifeste acerca da penhora e avaliação do bem descrito na matrícula nº 14.124 do CRI de Nova Mutum-MT, e finalmente, para que traga aos autos a certidão de inventário e partilha dos bens deixados por sua genitora, sob pena de prosseguimento do feito, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná. Eu (Carlos Roberto Silveira), Analista Judiciário, subscrevi. Londrina, 21 de junho de 2025. Alberto Junior Veloso Juiz de Direito

---

7ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
7ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, nº 689 - Anexo I - 5º Andar - Jardim Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3027-7580 -

Celular: (43) 99108-2790 - E-mail: LON-7VJ-E@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROSPRAZO DE 30 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito Mauro Henrique Veltrini Ticianelli, da 7ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Guarda, sob nº 0025879-77.2022.8.16.0014, em que é(são) autor(es) LEILA NATALINA BRANDÃO, e réu(s) RAFAEL AUGUSTO BRANDÃO, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de RAFAEL AUGUSTO BRANDÃO, portador(a) do RG 111353140 SSP/PR e CPF 083.356.199-56**, por sentença publicada em 03/06/2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a)*não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil,* o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, para disposição de patrimônio e atos negociais, notadamente alienação e aquisição de bens, para contrair dívidas e assumir compromissos financeiros, enquanto perdurar a limitação cognitiva; para demais atos da vida civil, inclusive para assumir responsabilidades para casamento ou união estável, adotar ou reconhecer filhos. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) LEILA NATALINA BRANDÃO , aposentada, naturalidade brasilieira, residente no endereço Rua Maestro Andrea Nuzzi, 450, Jardim Itatiaia, CEP-86047-170, Londrina/PR, portador(a) do RG 755175-4 e CPF 529.199.009 00, com estado civil de viúva, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "**4 - Depois de sopesados os fatos narrados, a prova produzida e o parecer do Ministério Público, JULGO PROCEDENTES na presente os pedidos formulados por Ação de Interdição ajuizada em face de LEILA NATALINA BRANDÃO RAFAEL AUGUSTO BRANDÃO , ambos já devidamente qualificados, com fundamento no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, para: a) decretar a interdição de RAFAEL AUGUSTO BRANDÃO inciso I do Código Civil, para todos os fins; b) nomear LEILA NATALINA BRANDÃO , com fundamento no art. 1.767, como curadora do interditado; c) ratificar a decisão de seq. 131 probabilidade do direito que motivou a prolação da decisão de urgência. porque a autora conseguiu transformar em certeza a 5 Expeça-se o termo definitivo de curatela, devendo a autora subscrever o termo diretamente nesta serventia, no prazo de quinze dias. 6 Fica LEILA dispensada, por agora, de apresentar contas da sua administração em juízo, anualmente, conforme previsão do art. 84, §4º, da Lei nº 13.146/2015, tendo em vista a ausência de litígio entre os familiares do interditado. Todavia, fica a curadora advertida de que deverá arquivar a documentação representativa da administração dos interesses econômicos de RAFAEL, para permitir prestação de contas no futuro, quando instada pelo Ministério Público ou familiares. 7 Apresente LEILA, no prazo de quinze dias, a certidão do registro de nascimento de RAFAEL. 8 I Promova a serventia: o registro e publicação desta sentença na forma determinada no art. 755, §3º do CPC; II a expedição de mandado ao Ofício de Registro Civil do registro de nascimento do interditado para averbação da sentença, tão logo cumprido o item 7 pela autora; III a comunicação do teor da presente decisão ao órgão do Serasa (vide item 'd' do parecer ministerial de seq. 210). 9 - Deixo de comunicar o teor da presente decisão à Justiça Eleitoral, observada a deliberação dos juízes eleitorais atualmente vigente, com base no Acórdão do Processo Administrativo nº 114-71.2016.6.00.0000 de comunicação de decisão do TSE. 10 Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor da procuradora da autora, que arbitro no valor certo de R$1.000,00 (um mil reais), considerando o tempo decorrido desde o ajuizamento, a pouca complexidade, a desnecessidade de instrução, a qualidade do trabalho apresentado, o sucesso obtido e a ausência de maiores incidentes, nos termos do art. 85, §8º do CPC. Suspendo, todavia, a exigibilidade da cobrança de ambas as verbas porque o vencido /interditado não apresenta condições financeiras para suportar os ônus da sucumbência sem prejuízo do próprio sustento (vide seq. 166.2), o que autoriza a concessão em definitivo do benefício da gratuidade, nos termos do art. 98 do CPC. 11 Arbitro a remuneração da Sra. Curadora Especial (vide seqs. 174 e 196) no valor certo de R$.900,00 (novecentos reais), com fundamento na Tabela de Honorários da Advocacia Dativa constante da Resolução Conjunta nº 06/2024-PGE/SEFA e na tese fixada no IRDR 0029694-66.2018.8.16.0000, considerando o tempo despedido no trabalho, a relativa complexidade e a qualidade do trabalho apresentado, valor que passará a integrar a conta geral do débito, para todos os fins, nos termos do art. 22, §1º da Lei nº 8.906/94. "RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MONITÓRIA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. [...] FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO CURADOR ESPECIAL NOMEADO PARA DEFESA DO AGRAVADO . POSSIBILIDADE . LEI ESTADUAL Nº 18.664/2015 . PARÂMETROS PREVISTOS NA TABELA DE HONORÁRIOS DA ADVOCACIA DATIVA INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO CONJUNTA N. 15/2019 (ANEXO I) CONHECIDO E PROVIDO." . DECISÃO REFORMADA. RECURSO (TJPR - 19ª Câmara Cível - 0074866-55.2023.8.16.0000 - Londrina - Rel.: ROTOLI DE MACEDO - J. 13.11.2023; grifos, ne 12 - Promova a serventia a gritos e omissões inexistentes no original). habilitação do Estado do Paraná como terceiro interessado para receber intimações, inclusive relativa à presente decisão, para todos os fins. 13 - a) Certificado o trânsito em julgado: autorizo desde logo à serventia promover a oportuna expedição de certidão em favor da Sra. Curadora Especial (vide seqs. 174 e 196) para permitir execução através da via própria, na forma da lei de processo; b) promova-se a remessa dos autos ao arquivo definitivo , com anotações e baixa no sistema. Publicação e registro já formalizados. Intimem-se. Londrina, data da movimentação. Mauro Henrique Veltrini Ticianelli ???????".**O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, ANA PAULA DE CARVALHO, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Londrina, 24 de junho de 2025.**

Mauro Henrique Veltrini Ticianelli

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

10ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
10ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3029-3384 - E-mail: londrina10vc@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃO DE SUSANA ALICE MONTEIRO, COM PRAZO DE TRINTA DIAS.

Edital de citação do(a) executado(a) **SUSANA ALICE MONTEIRO, portador(a) do RG 63254894 SSP/PR e CPF 039.952.069-48** atualmente em lugar ignorado, para que no **PRAZO DE TRÊS DIAS**, promova ao pagamento da dívida apontada nos autos sob nº **0083686-21.2023.8.16.0014** de **12154 - Execução de Título Extrajudicial** movida por **ATHOS FOMENTO COMERCIAL LTDA,** em face de **SUSANA ALICE MONTEIRO,** em trâmite perante este Juízo, que atinge a cifra de **R$ 10.065,15** em **15/12/2023 16:40:50,** mais acessórios e custas processuais, bem como da verba honorária, fixada em 10% sobre o valor do débito, que para o caso de pagamento integral do débito no prazo legal, será reduzida pela metade, ou oferecer embargos à execução no **PRAZO DE QUINZE DIAS**. Londrina, 23 de junho de 2025 às 16:22:56. Eu, Robson Fernando Regioli, Analista Judicial, que o digitei e subscrevi.

Gustavo Peccinini Netto

Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE MANDAGUARI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIOS: JOSÉ CARLOS PATERNA TRINQUINALIA, EVENTUAIS HERDEIROS, SUCESSORES E TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS

PRAZO DE 30 DIAS ÚTEIS O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo da Costa Franco, Juiz de Direito Substituto da Vara Cível de Mandaguari, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0001246-37.2024.8.16.0109, em que é(são) autor(es) BEATRIZ DO CARMO CUNHA SALOTO, e réu(s) JOSÉ CARLOS PATERNA TRINQUINALIA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JOSÉ CARLOS PATERNA TRINQUINALIA**, portador(a) do RG 16668540 SSP/PR e CPF 331.082.349-00. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO**, bem como de **eventuais herdeiros, sucessores, terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião referente ao imóvel com as divisas e confrontações constantes na matrícula sob nº5020 do Registro de Imóveis da Comarca de Mandaguari/Pr,** nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "*1.Trata-se de ação de usucapião. Vieram os autos conclusos. Decido. 2.Cite-se, por correio, a parte ré para, caso queira, apresentar*

*contestação no prazo de 15 dias, sob pena de revelia. 3. Para tanto, determino a realização de buscas em todos os sistemas disponíveis do TJ-PR, inclusive junto a COPEL e SANEPAR, a fim de localizar possíveis endereços. Após a localização, a parte autora deverá indicar o endereço a ser diligenciado. Se necessário, cite-se por mandado/carta precatória. Caso certificado o falecimento da parte ré, a parte autora fica desde já intimada para regularizar o polo passivo, incluindo-se o espólio ou os herdeiros conforme o caso, no prazo de 60 (sessenta) dias. 4.Citem-se pessoalmente os confinantes do referido imóvel, exceto se o objeto da presente ação for unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada (CPC 246, §3º). 5.Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os réus em lugar incerto e os eventuais interessados (CPC 259, I). 6.Intimem-se para manifestar interesse na causa os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município. Ainda, dê-se vista ao Ministério Público.7.Havendo contestação, vista à autora para impugnação. 8.Após, intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre as provas que pretendem produzir, especificando-as e indicando a pertinência e relevância daquelas para a solução da lide, sob pena de indeferimento, conforme disciplinado no artigo 370 do Código de Processo Civil. 9. Intimações e diligências necessárias".*O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Larissa Giovana Estevam dos Santos, Técnico Judiciário, conferi e digitei. **Mandaguari, 18 de junho de 2025.**

Rodrigo da Costa Franco
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE MARIALVA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ANA MARIA DOS SANTOS O(A) Juiz(íza) de Direito Devanir Cestari, da Vara Cível de Marialva, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, dele conhecimento tiverem, que pelo presente CITA a Requerida ANA MARIA DOS SANTOS, brasileira, viúva, produtora da cultura de soja, inscrita no CPF sob n.º 527.430.049-91, atualmente com sede/residência em lugar incerto e não sabido, para que no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da dívida no montante original de R$ 36.700,29 (trinta e seis mil, setecentos reais e vinte e nove centavos), atualizada até 13 de junho de 2025, pela variação do INPC/IBGE e acrescida dos juros de mora de 1,0% ao mês, sem prejuízo dos encargos remuneratórios/contratuais, multa contratual de 2%, honorários advocatícios à base de 5%, custas processuais e demais cominações legais, ou nomear bens à penhora, nos autos de AÇÃO MONITÓRIA sob n.º 000175524.2022.8.16.0113, em que COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO DE LIVRE ADMISSÃO AGROEMPRESARIAL - SICREDI AGROEMPRESARIAL PR/SP, move em face de ANA MARIA DOS SANTOS, por todo o conteúdo das peças anexadas aos autos. E, para que de futuro não aleguem ignorância, mandou expedir o presente e outros que serão publicados e afixados na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Marialva, Estado do Paraná, aos 13 dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Elizandra Conte Mucinieks, Analista Judiciário, conferi e digitei. Marialva, 13 de junho de 2025. Devanir Cestari Juiz de Direito

Edital de Intimação

Processo: 0002398-50.2020.8.16.0113 Classe Processual: Procedimento Comum Cível Assunto Principal: Servidão Valor da Causa: R$1.008.422,56 Autor(s): Réu(s): Terceiro(s): INTERLIGACAO ELETRICA IVAI S.A. (CPF/CNPJ: 28.052.123/0001-95) Avenida das Nações Unidas, 14.171 Torre C - Crystal, 5º andar, Conjunto 503 - Vila Gertrudes - SÃO PAULO/SP - CEP: 04.794-000 LOTEADORA JARDIM MILÃO LTDA (CPF/CNPJ: 20.934.103/0001-36) Avenida Paissandu, 718 sala 03 - Zona 03 - MARINGÁ/PR - CEP: 87.050-130 Marcantonio e Rocha Assessoria LTDA (CPF/CNPJ: 41.190.345/0001-32) não informado, s/n - IPORÃ/PR - CEP: 87.560-000 EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA COM PRAZO DE 10 DIAS O DOUTOR DEVANIR CESTARI, MM. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARIALVA,ESTADO DO PARANÁ. NA FORMA DA LEI. ETC... F A Z S A B E R, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos acima mencionados , e, quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento e, caso queiram, apresentem manifestações nos autos, nos termos do argo 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41, que tramita perante o Juízo da Vara Cível da Comarca de Marialva/PR, ação de Constuição de Servidão de Passagem ajuizada por Interligação Elétrica Ivaí S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 5º andar, Conjunto 503, Bairro Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP: 04.794-000, inscrita no CNPJ/M.F. sob o nº 28.052.123/0001-95, na condição de concessionária do serviço público federal de transmissão de energia elétrica em face de Loteadora Jardim Milão LTDA., CNPJ nº 20.934.103/0001-36, com sede na Rua Princesa Isabel, nº 1065, Maringá/PR, cujo objeto é a instuição da servidão de passagem da linha de transmissão denominada "LT 525kV Guaíra - Sarandi" sobre parte dos imóveis objetos das matrículas nº 7.136 e 7.137, ambas do Cartório de Registro de Imóveis de Marialva /PR, em que fora formalizado acordo entre as partes a fim de incorporar ao patrimônio da requerente direito de servidão sobre a área objeto desta demanda, mediante a indenização do montante de R$ 4.400.000,00, cuja homologação ocorreu em 09 de junho de 2025. Assim, expede-se o edital, para que em 10 (dez) dias, eventuais terceiros interessados manifestem interesse na lide. Será o edital afixado e publicado na forma da Lei. PR, 19/06/2025. PUBLIQUE-SE NA FORMA DA LEI. DADO E PASSADO, nesta cidade e comarca de Marialva, Estado do Paraná, aos dias 23 (vinte e três) do mês de junho (06) ano dois mil e vinte e cinco (2025). Eu (Thalita Izzo Belasque) Empregada Juramentada que digitei e subscrevi. DEVANIR CESTARI Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJX6Z 4UN5Y L36NW QZWKA JUIZ DE DIREITO

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

1ª VARA CÍVEL

Edital Geral

JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ CARTÓRIO DO CÍVEL E ANEXO - 1º OFÍCIO EDITAL DE VENDA JUDICIAL PRAZO DESTE EDITAL: 05 DIAS. O Exmo. Sr. Dr. Mario Seto Takeguma, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Maringá - PR, na forma da lei, nos autos abaixo descritos e qualificado, determina a expedição do presente edital para venda judicial a seguir: PRIMEIRO LEILÃO: Dia 29 de JULHO do ano 2025, às 10:00 horas, tão somente na modalidade eletrônica (mediante cadastro prévio no site www.kleiloes.com.br), cuja venda se fará por maior lance oferecido, desde que não seja inferior ao valor da avaliação. Não havendo licitante será levado a segunda venda. SEGUNDO LEILÃO: Dia 12 de AGOSTO do ano 2025, às 10:00 horas, onde poderá ocorrer alienação por preço inferior ao da avaliação, desde que não seja aviltante, ou seja, inferior a 50% (cinquenta por cento) da avaliação, nas modalidades eletrônica (mediante cadastro prévio no site www.kleiloes.com.br) e presencial na Sede do Leiloeiro (Av. Carlos Gomes, nº 226, Térreo, Zona 05, nesta cidade). LEILOEIRO OFICIAL NOMEADO: WERNO KLÖCKNER JÚNIOR, leiloeiro público oficial, devidamente inscrito na JUCEPAR sob o n.º 660. PROCESSO: Autos n.º 0003741-78.2020.8.16.0017 de Cumprimento de Sentença, proposta por MEDIÇÃO FRANCHISING, CONSULTORIA & MARKETING LTDA, em desfavor de FRANCIANI FRANGIOSI BERTIN, LABORATORIO DE METROLOGIA MARINGÁ LTDA e MAICON CREMONESI GHELERE - ME. BENS: 001 - Adipometro, marca Sanny, nº de série 3025-481, número de série, avaliado em R$ 294,00 (duzentos e noventa e quatro reais); 002 - Agitador de Plaquetas, marca Helmer, modelo PF48i, número de série 1012823, avaliado em R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais); 003 - Agitador magnetico, marca Tecnal, modelo TE-0851, número de série 9040373, avaliado em R$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais); 004 - Alicate Amperímetro, marca Minipa, modelo ET-3810, avaliado em R$ 336,84 (trezentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos); 005 - Alicate Amperímetro, marca Minipa, modelo ET-3200, avaliado em R$ 63,00 (sessenta e três reais); 006 - Alicate Amperímetro, marca Minipa, modelo ET-3200, avaliado em R$ 63,00 (sessenta e três reais); 007 - Alicate Amperímetro, marca Minipa, modelo ET-3200, avaliado em R$ 139,02 (cento e trinta e nove reais e dois centavos); 008 - Alicate Amperímetro, marca Minipa, modelo ET-3166, número de série ET31566008918, avaliado em R$ 169,68 (cento e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos); 009 - Alicate Amperímetro, marca Uni-T, modelo UT202, número de série 1110991961, avaliado em R$ 63,00 (sessenta e três reais); 010 - Alicate Amperímetro, marca Minipa, modelo ET-3200A, avaliado em R$ 139,02 (cento e trinta e nove reais e dois centavos); 011 - Alicate

Amperímetro, marca Minipa, modelo ET-3960, avaliado em R$ 301,00 (trezentos e um reais); 012 - Alicate Amperímetro, marca Minipa, modelo ET-3200A, avaliado em R$ 139,02 (cento e trinta e nove reais e dois centavos); 013 - Analisador de Água, marca O.I. Analytical, modelo Aurora 1030, avaliado em R$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais); 014 - Aparelho de Anestesia, marca Takaoka, modelo Ergo Ssystem, número de série 2038, avaliado em R$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais); 015 - Autoclave vertical, marca Phoenix, modelo AV18, avaliado em R$ 2.380,00 (dois mil, trezentos e oitenta reais); 016 - Autoclave, marca Stermax, 21 litros, avaliado em R$ 1.820,00 (um mil, oitocentos e vinte reais); 017 - Balança, marca Gehaka, modelo BG 4000RS, número de série 9,93151E+12, avaliado em R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais); 018 - Balança, marca Filizola, modelo ID-M60/03, número de série 0177/06, avaliado em R$ 700,00 (setecentos reais); 019 - Bipap, marca Vivo, modelo Vivo 30, número de série B440579, avaliado em R$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5KA ZA6G7 ZJ9ZK YWDKA PROJUDI - Processo: 0003741-78.2020.8.16.0017 - Ref. mov. 335.1 - Assinado digitalmente por Mario Seto Takeguma:8236 17/06/2025: EXPEDIÇÃO DE EDITAL DE HASTA PÚBLICA. Arq: EDITAL DE LEILÃO reais); 020 - Bipap, marca Resmed, modelo s9, número de série 22131057363, avaliado em R$ 1.610,00 (um mil, seiscentos e dez reais); 021 - Bipap, marca Resmed, modelo s9, número de série 2212668834, avaliado em R$ 1.610,00 (um mil, seiscentos e dez reais); 022 - Bisturi, marca WEM, modelo SS-200A, número de série 1147, avaliado em R $ 1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais); 023 - Bisturi, marca Emai, avaliado em R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais); 024 - Bomba de infusão, marca LIFEMED, modelo LF2001, número de série LFA052915, avaliado em R$ 2.450,00 (dois mil, quatrocentos e cinquenta reais); 025 - Bomba de Vácuo, marca Vakotec, modelo CH-15, número de série 771, avaliado em R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais); 026 - Bomba de Vácuo, marca Tecnal, modelo TE-0852, número de série 18010292, avaliado em R$ 2.240,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais); 027 - Bomba de Vácuo, marca Autoclave, modelo Geting VAKUUMANLAGE-375, número de série 100155656, avaliado em R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais); 028 - Bomba Vácuo liofilizador, marca Carpanelli, modelo DC-16D, número de série 1206089, avaliado em R$ 2.660,00 (dois mil, seiscentos e sessenta reais); 029 - Cardioversor, marca Teb, modelo CV 10 +, número de série 9353109, avaliado em R$ 6.510,00 (seis mil, quinhentos e dez reais); 030 - Cardioversor, marca Instramed, modelo HS03, avaliado em R$ 2.940,00 (dois mil, novecentos e quarenta reais); 031 - Cardioversor, marca Ecafix, modelo mdf-03lcd, número de série 701386, avaliado em R$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais); 032 - Centrifuga, marca Centrilab, modelo CE801, número de série CE801201609045, avaliado em R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais); 033 - Centrifuga, marca CELM, modelo LS-3Plus, número de série 80197039010, avaliado em R$ 1.470,00 (um mil, quatrocentos e setenta reais); 034 - Centrifuga, marca Centrilab, modelo CE801, número de série 801201609038, avaliado em R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais); 035 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo Drive, número de série 056439, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 036 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 14481, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 037 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 30088, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 038 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 14890, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 039 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 11603, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 040 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 13852, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 041 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 11832, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 042 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 1985, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 043 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 1439, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 044 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 11830, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 045 - Concentrador O2, marca AirSep, modelo VisionAire 5, número de série V0292608, avaliado em R$ 2.590,00 (dois mil, quinhentos e noventa reais); 046 - Concentrador O2, marca AirSep, modelo VisionAire, número de série V0071338, avaliado em R $ 2.590,00 (dois mil, quinhentos e noventa reais); 047 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200300744, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 048 - Concentrador O2, marca Respironics, modelo Millennium, avaliado em R$ 2.590,00 (dois mil, quinhentos e noventa reais); 049 - Concentrador O2, marca Respironics, modelo Millennium, avaliado em R$ 2.590,00 (dois mil, quinhentos e noventa reais); 050 - Concentrador O2, marca Incore, modelo Perfecto 2, avaliado em R$ 2.590,00 (dois mil, quinhentos e noventa reais); 051 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo Drive, número de série N17566DS, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 052 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo Drive, número de série 95613DS, avaliado em R $ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 053 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo Drive, número de série 167976DS, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 054 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo Drive, número de série Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5KA ZA6G7 ZJ9ZK YWDKA PROJUDI - Processo: 0003741-78.2020.8.16.0017 - Ref. mov. 335.1 - Assinado digitalmente por Mario Seto Takeguma:8236 17/06/2025: EXPEDIÇÃO DE EDITAL DE HASTA PÚBLICA. Arq: EDITAL DE LEILÃO 056481DS, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 055 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo Drive, número de série 143046DS, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 056 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo Drive, número de série 142079DS, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 057 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo Drive, número de série 175672DS, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 058 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo Drive, número de série 05601DS, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 059 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 11873, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 060 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 11540, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 061 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 11781, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 062 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 11849, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 063 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 190500125, avaliado em R $ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 064 - CPAP, marca Respironics, modelo RemStar Auto Altex, avaliado em R$ 1.645,00 (um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais); 065 - CPAP, marca Respironics, modelo RemStar Auto, número de série P16912256C4C, avaliado em R$ 1.645,00 (um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais); 066 - Cromatógrafo, marca Atomatic, modelo AA320NCRT, número de série 10305, avaliado em R$ 43.400,00 (quarenta e três mil e quatrocentos reais); 067 - Decibelímetro, marca Instrutherm, modelo DEC-460, número de série 131200174, avaliado em R$ 236,33 (duzentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos); 068 - Decibelímetro, marca Instrutherm, modelo THDL-400, número de série 12050133, avaliado em R$ 349,78 (trezentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos); 069 - Densímetro, marca ANTOR PAAR, modelo DMA 48, número de série 62152, avaliado em R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais); 070 - Determinador de Umidade, marca Gehaka, modelo BG 440, número de série 601099, avaliado em R$ 2.450,00 (dois mil, quatrocentos e cinquenta reais); 071 - Eletrocardiograma, marca GE, modelo Mac 1200 ST, avaliado em R$ 1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais); 072 - Fonte de Luz, marca Stryker, modelo X8000, avaliado em R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais); 073 - Fonte de Luz, marca Xenon, modelo FRX-2000, número de série 7788, avaliado em R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais); 074 - Fotômetro chama, marca Analyser, modelo 900M, avaliado em R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais); 075 - Impressora, marca Xerox, modelo Phaser8560, avaliado em R$ 770,00 (setecentos e setenta reais); 076 - Manômetro, marca Makil, modelo CL-B, avaliado em R$ 42,00 (quarenta e dois reais); 077 - Manômetro, marca Makil, modelo CL-B, avaliado em R$ 42,00 (quarenta e dois reais); 078 - Manômetro, marca NAKA, avaliado em R$ 42,00 (quarenta e dois reais); 079 - Micropipeta, marca ThermoScentific, modelo 1-10 µl, número de série NH94860, avaliado em R$ 140,00 (cento e quarenta reais); 080 - Micropipeta, marca ThermoScentific, modelo 1-10 µl, número de série NH99394, avaliado em R$ 140,00 (cento e quarenta reais); 081 - Micropipeta, marca Brand, modelo Transferpette S, avaliado em R$ 140,00 (cento e quarenta reais); 082 - Micropipeta, marca Gilson, modelo Pipetmam, número de série 848083852, avaliado em R$ 140,00 (cento e quarenta reais); 083 - Micropipeta, marca Gilson, modelo Pipetmam, número de série CD57559, avaliado em R$ 140,00 (cento e quarenta reais); 084 - Modulo CO2, marca Mindray, avaliado em R$ 1.190,00 (um mil, cento e noventa reais); 085 - Monitor, marca Drager, modelo Vamos, número de série ASHB-0025, avaliado em R$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais); 086 - Monitor Multiparametrico, marca Dixtal, modelo DX2021, número de série 1315507144, avaliado em R$ 3.430,00 (três mil, quatrocentos e trinta reais); 087 - Monitor Multiparametrico, marca GE, modelo Dash 4000, número de série SD008056266GA, avaliado em R$ 4.410,00 (quatro mil, quatrocentos e dez reais); 088 - Monitor Multiparametrico, marca GE, modelo Dash 4000, número de série SD0074833017GA, avaliado em R$ 4.410,00 (quatro mil, quatrocentos e dez reais); 089 - Monitor Multiparametrico, marca Dixtal, Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5KA ZA6G7 ZJ9ZK YWDKA PROJUDI - Processo: 0003741-78.2020.8.16.0017 - Ref. mov. 335.1 - Assinado digitalmente por Mario Seto Takeguma:8236 17/06/2025: EXPEDIÇÃO DE EDITAL DE HASTA PÚBLICA. Arq: EDITAL DE LEILÃO modelo DX2022, número de série 111011633, avaliado em R$ 3.640,00 (três mil, seiscentos e quarenta reais); 090 - Monitor Multiparametrico, marca Dixtal, modelo DX2022, número de série 111811632, avaliado em R$ 3.640,00 (três mil, seiscentos e quarenta reais); 091 - Multímetro, marca Meterman, modelo 37XR, número de série 21110009, avaliado em R$ 88,19 (oitenta e oito reais e dezenove centavos); 092 - Multímetro, marca Minipa, modelo MC-153, avaliado em R$ 88,19 (oitenta e oito reais e dezenove centavos); 093 - Multímetro, marca Minipa, modelo ET-2042C, avaliado em R$ 131,88 (cento e trinta e um reais e oitenta e oito centavos); 094 - Multímetro, marca Minipa, modelo ET-2033B, número de série EB203B003609, avaliado em R$ 90,30 (noventa reais e trinta centavos); 095 - Multímetro, marca Minipa, modelo MC-153, número de série MC15300001083J, avaliado em R$ 88,19 (oitenta e oito reais e dezenove centavos); 096 - Multímetro, marca Uni-T, modelo UT71D, número de série 1110996334, avaliado em R$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais); 097 - Multímetro, marca Minipa, modelo MC-153, avaliado em R$ 88,19 (oitenta e oito reais e dezenove centavos); 098 - Multímetro, marca Minipa, modelo ET-2042, número de série ET 204230138, avaliado em R$ 131,88 (cento e trinta e um reais e oitenta e oito centavos); 099 - Múltimetro, marca Minipa, modelo ET-2082C, número de série ET2082C002513J, avaliado em R$ 140,00 (cento e quarenta reais); 100 - Paquimetro, marca Mitutoyo, número de série 13910957, avaliado em R$ 126,00 (cento e vinte e seis reais); 101 - PHmetro, marca Ion, modelo PHB 500, número de série 110202, avaliado em R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais); 102 - PHmetro, marca Gehaka, modelo pg1800, número de série fmp22446907007, avaliado em R $ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais); 103 - Prensa Hidraulica, marca VH, modelo hidraulic press 3TON, número de série 1110, avaliado em R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais); 104 - Relógio Apalpador, marca Insize, número de série 7502561, avaliado em R$ 56,00 (cinquenta e seis reais); 105 - Termomêtro a Laser, marca Incortem, modelo Scantemp, avaliado em R$ 126,00 (cento e vinte e seis reais); 106 - Turbidímetro, marca LS, modelo Logen Scientific, avaliado em

R$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais); 107 - Ultrassom, marca Mindray, modelo Duguprince DP-9900 Plus, avaliado em R$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais); 108 - Ultrassom, marca KLD Biossistemas Avatar II CG2JDA03, avaliado em R$ 2.240,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais); 109 - Ventilador Pulmonar, marca Magnamed, modelo Oxy Mag 1947, avaliado em R$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais); 110 - Ventilador Pulmonar, marca Intermed, modelo Inter 5, avaliado em R$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais); 111 - Ventilador Pulmonar, marca Intermed, modelo Inter 5, número de série I5-2006 08-06304, avaliado em R$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais); 112 - Ventilador Pulmonar, marca Takaoka, modelo Monterrey , avaliado em R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais); 113 - Ventilador Pulmonar, marca Takaoka, modelo Smart 2012, avaliado em R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais); 114 - Ventilador Pulmonar, marca Takaoka, modelo Monterey 2280, avaliado em R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais); 115 - Ventilador Pulmonar, marca Dixtal, modelo DX3012, número de série 141010131080A1V, avaliado em R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais); 116 - Monitor Multiparametrico, marca Datex Ohmeda, modelo Cardiocap/5, número de série FBWG00731, avaliado em R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais); 117 - VPAP, marca ResMed, modelo VPAP III ST-A, número de série 20111942677, avaliado em R$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais); 118 - VPAP, marca ResMed, modelo VPAP III ST-A, número de série 20122043491, avaliado em R$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais); 119 - Modulo Etco2, marca Dixtal, modelo 7405, avaliado em R$ 8.050,00 (oito mil e cinquenta reais); 120 - Modulo de Co2, marca Dixtal, modelo 3231, avaliado em R$ 1.190,00 (um mil, cento e noventa reais); 121 - Aparelho de eletrocardiograma, marca Esaote, modelo P80, número de série 90365, avaliado em R$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais); 122 - Aparelho de eletrocardiograma, marca Philips, modelo Pager Winter, avaliado em R$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais); 123 - Cardioversor, marca GE, avaliado em R$ 7.210,00 (sete mil, duzentos e dez reais); 124 - Caixa termica, marca Peltier, avaliada em R$ Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5KA ZA6G7 ZJ9ZK YWDKA PROJUDI - Processo: 0003741-78.2020.8.16.0017 - Ref. mov. 335.1 - Assinado digitalmente por Mario Seto Takeguma:8236 17/06/2025: EXPEDIÇÃO DE EDITAL DE HASTA PÚBLICA. Arq: EDITAL DE LEILÃO 336,00 (trezentos e trinta e seis reais); 125 - Osciloscópio, marca Philips, avaliado em R$ 1.610,00 (um mil, seiscentos e dez reais); 126 - Oxímetro, marca Ohmeda, avaliado em R$ 1.890,00 (um mil, oitocentos e noventa reais); 127 - Oxímetro, marca Ohmeda, avaliado em R$ 1.890,00 (um mil, oitocentos e noventa reais); 128 - Fonte de Luz, marca Endolux, avaliada em R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais); 129 - Ultrassonic Lithotripter, marca R Wolf, avaliado em R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais); 130 - Litrotripor Ultrasonic, marca Karl Storz, modelo 27085k, avaliado em R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais); 131 - Litutritritg, marca R Wolf, avaliado em R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais); 132 - Fonte de Luz, marca Karl Storz, modelo Xenon Light, avaliado em R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais); 133 - Litrotripor Ultrasonic, marca Karl Storz, modelo 27085K, avaliado em R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais); 134 - Ultrasonic, marca R Wolf, avaliado em R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais); 135 - Fonte de Luz, marca Karl Storz, modelo Xenon Light, avaliado em R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais); 136 - Manômetro, marca Terbmsam, avaliado em R $ 42,00 (quarenta e dois reais); 137 - Manômetro, marca Record, avaliado em R $ 42,00 (quarenta e dois reais); 138 - Manômetro, marca Record, avaliado em R $ 42,00 (quarenta e dois reais); 139 - Manômetro, marca Record, avaliado em R $ 42,00 (quarenta e dois reais); 140 - Processadora Video, marca Stryker, modelo 1088, avaliado em R$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais); 141 - Centrifuga, marca Fanem, modelo 206 BL, número de série 11568, avaliado em R$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais); 142 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, número de série 167973, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 143 - Concentrador O2, marca VisonAire, modelo 5, avaliado em R$ 2.450,00 (dois mil, quatrocentos e cinquenta reais); 144 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200300068, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 145 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200301080, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 146 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200301122, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 147 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200300779, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 148 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, número de série 94797, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 149 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 6915, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 150 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive , avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 151 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 10996, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 152 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 15008, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 153 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 44295, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 154 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 155 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 3144, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 156 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 8747, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 157 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 11929, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 158 - Concentrador O2, marca Philips, modelo EverFlo, número de série 11628, avaliado em R$ 3.010,00 (três mil e dez reais); 159 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200300746, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 160 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, número de série 142059, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 161 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200300480, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 162 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 163 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, número de série 167974, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 164 - Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5KA ZA6G7 ZJ9ZK YWDKA PROJUDI - Processo: 0003741-78.2020.8.16.0017 - Ref. mov. 335.1 - Assinado digitalmente por Mario Seto Takeguma:8236 17/06/2025: EXPEDIÇÃO DE EDITAL DE HASTA PÚBLICA. Arq: EDITAL DE LEILÃO Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 165 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 166 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, número de série 167977, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 167 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, número de série 142161, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 168 - Balança Analitica, marca Ohaus, modelo Adventure, avaliado em R$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais); 169 - Processador vídeo, marca ACMI, avaliado em R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais); 170 - Fonte de Luz, marca LC, modelo LC400, avaliado em R $ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais); 171 - Termociclador, marca Techne, modelo TC-512, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 172 - Aparelho de Anestesia, marca Takaoka, modelo 1866, avaliado em R$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais); 173 - Aparelho de Anestesia, marca Takaoka, modelo 2215, avaliado em R$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais); 174 - Broscoscópio, marca AMCI, modelo ICN0569, avaliado em R$ 5.950,00 (cinco mil, novecentos e cinquenta reais); 175 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, número de série 142529, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 176 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, número de série 141156, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 177 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, número de série 168226, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 178 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, número de série 56430, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 179 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, número de série 167962, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 180 - Concentrador O2, marca Devilbiss, modelo drive, número de série 175677, avaliado em R$ 2.870,00 (dois mil, oitocentos e setenta reais); 181 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 182 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200300124, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 183 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200300840, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 184 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200300547, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 185 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200300739, avaliado em R $ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 186 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200300869, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 187 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 2003300602, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 188 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 190500245, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 189 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200301050, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 190 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200300912, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 191 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200301091, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); 192 - Concentrador O2, marca Yuwell, modelo 8F-5WA, número de série 200300741, avaliado em R$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO R$ 1.040.043,51 (um milhão, quarenta mil, quarenta e três reais e cinquenta e um centavos) na data de 19/07/2024 (seq. 252). DEPÓSITO: Em mãos do(a) Executado(a) Maicon Cremonesi Ghelere - ME, no endereço: Rua Guarani, 391, Zona 04, na cidade de Maringá-PR (seq. 230 e 300). ÔNUS: Não constante nos autos. Podendo existir ônus diversos não informados no processo. Obs.: Custas, carta de arrematação e/ou mandado de entrega, serão de responsabilidade do arrematante. VALOR DA DIVIDA: R$ 1.570.134,98 (um milhão, quinhentos e setenta mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e oito centavos), em 11/10/2022 (seq. 171.1), que Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJ5KA ZA6G7 ZJ9ZK YWDKA PROJUDI - Processo: 0003741-78.2020.8.16.0017 - Ref. mov. 335.1 - Assinado digitalmente por Mario Seto Takeguma:8236 17/06/2025: EXPEDIÇÃO DE EDITAL DE HASTA PÚBLICA. Arq: EDITAL DE LEILÃO poderá ser acrescida de eventuais correções, custas processuais e honorários advocatícios. CUSTAS E COMISSÃO DO LEILOEIRO: Fixo a comissão de 2% sobre a avaliação, no caso de adjudicação, a ser pago pelo Exequente; e 5% sobre o valor da arrematação, a ser pelo Arrematante. No caso de acordo ou pagamento, nos 15 dias que precedem a 1ª praça designada, é devida a comissão de 2% sobre o valor da avaliação dos bens (CPC, art. 884, parágrafo único). OBSERVAÇÃO: O pagamento da arrematação será à vista, sendo possível o parcelamento apenas nos moldes do art. 895 do CPC, com entrada de 25% e mais 4 parcelamentos iguais, ficando o imóvel como garantia. AD-CAUTELAM: E, para que chegue ao conhecimento de todos e não possa ninguém alegar ignorância, especialmente o(s) devedor(es) FRANCIANI FRANGIOSI BERTIN, LABORATORIO DE METROLOGIA MARINGÁ LTDA e MAICON CREMONESI GHELERE - ME, através de seu(ua) representante legal e cônjuge, se casado(a)(s) for(em), bem como os demais terceiros eventualmente interessados, ficam, desde já por este,

devidamente intimado(s) das designações acima para a realização dos leilões, para que, querendo, promova(m) o que entender(em) a bem de seus direitos; será o presente edital afixado no quadro de editais e avisos da 1ª Vara Cível, e publicado na página www.kleiloes.com.br pela imprensa na forma da lei vigente. OBSERVAÇÃO: Na hipótese da não realização dos leilões nas datas designadas, por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para sua realização. Nada mais. Assinado Digitalmente MÁRIO SETO TAKEGUMA JUIZ DE DIREITO

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): AMANDA NAMIE TAKATA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Roberta Carmen Scramim de Freitas, da 2ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estupro , sob nº 0015920-15.2018.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) BRUNO SHIGUEYUKI KOMATSUZAKI, e vítima AMANDA NAMIE TAKATA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima AMANDA NAMIE TAKATA, nascida em 06/06/1997, natural de JAPÃO, filha de ALICE TSUYAKO KUBO e N/C**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, nos termos do art. 386, inciso VII do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, ANA CLARA EUGENIO , Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 24 de junho de 2025.**
Roberta Carmen Scramim de Freitas
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): CARLA MAIARA PEREIRA DE LIMA PRAZO DE 25 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Roberta Carmen Scramim de Freitas, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Maringá - Anexa à 2ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Pena de Multa, assunto Pena de Multa, sob nº 0004453- 34.2021.8.16.0017, em que é(são) exequente(s) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e executado(s) CARLA MAIARA PEREIRA DE LIMA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido CARLA MAIARA PEREIRA DE LIMA, portador(a) do RG 147611129 SSP/PR e CPF 014.215.939-55. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua INTIMAÇÃO da sentença que extinguiu a pena de multa imposta à executada nos autos anteriormente mencionados, em razão do concedido indulto coletivo, nos termos do artigo 2º, inciso X, do Decreto nº 11.846/2023. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Guilherme Natal Delábio, Analista Judiciário, conferi e digitei. Maringá, data da assinatura digital. Roberta Carmen Scramim de Freitas Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL REGIONAL

Edital de Intimação

RELAÇÃO NOMINAL DE CREDORES DA RECUPERAÇÃO JUDICIALde Rodo Drive Transportes e Logística Ltda. ("RODO DRIVE")
À TERCEIROS INTERESSADOS, BEM COMO PARA O PÚBLICO EM GERAL, nos termos do art. 52, §1º e 7º da Lei nº. 11.101/2005, expedido nos autos de Recuperação Judicial **nº. 0005068-82.2025.8.16.0017**. Juízo de Direito da 3ª Vara Cível e Empresarial de Maringá-PR, em que figuram como Autora a empresa RODO DRIVE.
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS: A E RODRIGUES GOMES EIRELI - POSTO PILOTO R$ 49.627,48; AAC AR CONDICIONADO R$ 65.363,33; ANDRA SA ELECTRIC SOLUTIONS R$ 27.546,92; AUTO PECAS CARRETAO R$ 39.774,10; AUTO POSTO AMP LTDA R$ 1.982,35; AUTO POSTO BATISTELLA DE GUARAREMA LTDA R$ 10.350,33; AUTO POSTO BEIJA FLOR II LTDA R$ 13.692,25; AUTO POSTO DE SERVICOS RODO SUL LTDA R$ 13.663,87; AUTO POSTO E RESTAURANTE CASTELO LTDA R$ 16.065,36; AUTO POSTO GARCIA LTDA - GRAAL R$ 25.495,51; AUTO POSTO JASSA LTDA R$ 3.421,81; AUTO POSTO JOIA DA DUTRA LTDA (DP JOIA PINDA ROTAL R$ 4.871,88; AUTO POSTO KAMBUI ARARAQUARA LTDA R$ 8.688,68; AUTO POSTO LEAO LTDA R$ 4.508,68; AUTO POSTO LIMOEIRO LTDA - GRAAL R$ 4.513,80**;** AUTO POSTO MACEDAO LTDA R$ 1.988,10; AUTO POSTO MARAJO FRUTAL LTDA R$ 4.343,39; AUTO POSTO MEDALHAO LTDA R$ 29.314,90; AUTO POSTO PAI TOMAZ LTDA R$ 8.249,02; AUTO POSTO PAVAO 91 LTDA R$ 6.592,77; AUTO POSTO PETROPEN - GRAAL R$ 2.836,84; AUTO POSTO PETROPEN ANHANGUERA LTDA R$ 10.110,69; AUTO POSTO PRA FRENTE BRASIL LTDA. L02 R$ 10.589,61; AUTO POSTO PRATAO MIRANORTE LTDA R$ 9.782,74; AUTO POSTO PUGLIESE & CHINAGLIA LTDA R$ 937,56; AUTO POSTO PUGLIESE EAMP; CHINAGLIA LTDA R$ 1.785,12; AUTO POSTO REI DO PETROLEO LTDA R$ 28.196,06; AUTO POSTO SERTANEJO DE ANDRADINA LTDA R$ 2.463,10; AUTO POSTO SERTANEJO DO KM 18 LTDA R$ 2.570,80; AUTO POSTO USS GUARAREMA R$ 9.890,49; AUTO POSTO ZANFORLIN DE TAQUARIVAI LTDA R$ 18.838,72; AUTO SUECO CENTRO-OESTE - CONCESSIONARIA DE VEICULOS R$ 1.239,50; AUTO SUECO CENTRO-OESTE-CONC.DE VEICULOS LTDA R $ 12.894,68; AUTOMOVEIS BARIGUI LTDA R$ 1.246,18; B C COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA R$ 2.041,50; BALDISSERA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLID R$ 4.270,00; BANCO BRADESCO SA R$ 689.546,12; BANCO DO BRASIL S/A R$ 1.202.625,23; BANCO ITAÚ S.A R$ 747.019,86; BANCO SAFRA S.A. R$ 1.631.932,84; BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. R$ 71.469,40; BORGES E BORGES COM DER DE PETROLEO LTDA R$ 5.146,47; BR 116 SUL COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA R$ 20.882,58; BRASILIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA R$ 23.369,98; BRIDGESTONE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. R$ 999.079,52; CAPRIGEM COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA R$ 15.211,79; CASA DE COURO SANTA RITA LTDA R$ 7.090,30; CENTRO AUTOMOTIVO BANDEIRANTE LTDA R$ 2.243,70; CESCA E CIA III LTDA R$ 3.602,88; CHEROKEE GRAN POSTO LTDA - POSTO 7 R$ 52.993,51; COMERCIAL BUFFON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LIMITA R$ 5.703,63; COMERCIAL MINAS GRILL LTDA - GRAAL R$ 17.449,87; COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CACHOEIRA LTDA R $ 6.750,12; CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA. R $ 214.914,18; DCA DELTA CABLE AMERICAS LTDA R$ 3.324,80; DECIO - MACEDO E SOUZA LTDA R$ 18.613,13; DENTECK LTDA - FILIAL03 MS R$ 71.500,00; F.V.MOTA EAMP; CIA. LTDA. R$ 1.715,15; FACCHINI S.A. R$ 8.392,38; FLOWINVEST CIA SECURITIZADORA R$ 2.249.000,00 G E G AUTO POSTO LTDA R$ 3.658,65; GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA. R$ 1.886.946,25; GUARAPUAVAO REDE JUNINHO AUTO POSTO LTDA R$ 1.198,00; HIPER TRUCK PARTS COMERCIO AUTOMOTIVO EIRELI R$ 12.945,52; ICONIC LUBRIFICANTES S.A. R$ 30.650,00; IKHAYA COM DE PRODUTOS DE PETROLEO LT R$ 3.004,58; INGA VEICULOS LTDA - MARINGA R$ 6.274,32; IRMAOS PUPIM CIA LTDA R$ 251,85; IRMAOS RUSSI LTDA R$ 12.738,32; IROPAR-ROLAMENTOS PARANA LTDA R$ 436,70; J.M. SANTINI & CIA LTDA R$ 3.600,00; JOSE VISANI EAMP; CIA LTDA R$ 5.422,96; LAPONIA SUDESTE LTDA R$ 8.450,00; MAHLE 10 LTDA R$ 20.638,53; MAHLE CAMPINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA R$ 11.542,30; MAHLE CARAMBEI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA R$ 3.046,98; MAHLE MARABA R$ 2.532,48; MAHLE PURUNA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA R$ 3.253,65; MERCOSUL AUTO PECAS LTDA R$ 2.132,00; METALSUPER DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA R$ 350,00; MG - POSTO DOM PEDRO LUZ R$ 6.140,80; MG - REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA - (DP OLIVEIRA) R$ 12.588,38; MG - REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA (DP ITATIAIUCU) R$ 3.944,27; MG - REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA (DP MURIAE) R$ 2.189,08; MG - REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA DP SG RODOVIA 3 R$ 4.993,52; MINASMAQUINAS SA R$ 1.967,70; MINERADORA DE AGUAS GENEBRA LTDA R$ 1.296,00; NEO RODAS S/A VINHEDO R$ 91.730,57; NOMA VEICULOS AUTOMOTORES LTDA R$3.500,00; NORDICA VEICULOS S/A R$ 9.573,53; NOVO POSTO TUCUMAN LTDA R$ 17.313,91; P. B. LOPES & CIA. LTDA R$ 2.645,00; PA - REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA (DP PARAGOMINAS R$ 5.348,22; PACAEMBU AUTOPECAS LTDA R$ 4.559,55; PERFIL PATRAO AUTO POSTOS LTDA R$ 10.600,86; PERFINORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PERFILADOS LTDA R $ 11.289,60; PETROALCOOL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO R$ 1.416.300,00; PETROREIS COMERCIO COMB LTDA R$ 1.579,43; PIONEIRO COMERCIAL DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA R$ 4.039,35; POSTO 7 AMERICANA LTDA R$ 4.303,95; POSTO 7 ARARAS LTDA R$2.866,52; POSTO 7 SAO CARLOS LTDA R $ 28.836,69; POSTO ALDO CUBATAO LTDA R$ 3.557,67; POSTO ALDO CUIABA LTDA R$ 10.897,42; POSTO ALDO LINHO R$ 10.605,27; POSTO ALDO MARINGA LTDA R$ 1.502,10; POSTO ALDO RODOVIA DOS IMIGRANTES LTDA R$ 4.701,77; POSTO ALDO RONDONOPOLIS LTDA R$ 3.583,67; POSTO ALDO SAO JOSE DOS PINHAIS LTDA R$ 1.860,90; POSTO ALDO SORRISO LTDA R$ 1.247,40; POSTO ARCO IRIS DE APARECIDA LTDA R$ 7.153,61; POSTO ARCO IRIS DE ROSEIRA LTDA R$ 36.553,47; POSTO CALIFORNIA DE OURINHOS LTDA R $ 3.178,29; POSTO CLUBE DOS 500 LTDA R$ 8.626,99; POSTO CRUZADAO LTDA R$ 3.449,58; POSTO DANGELIS LTDA R$ 6.987,98; POSTO E SERVICOS TIGRAO DA DUTRA - GRAAL R$ 21.995,06; POSTO EMBAIXADOR LTDA - GRAAL R$ 4.373,54; POSTO ESTRELA DA DUTRA LTDA R$ 9.258,57; POSTO FAROL 48 DA CASTELO LTDA R$ 1.357,57; POSTO FENIX DE LORENA R $ 2.277,60; POSTO HORTO FLORESTAL LTDA R$ 250,00; POSTO MAHLE 71 JATAI DERIVADOS DE PETROLEO LTDA R$ 2.975,64; POSTO MANGUEIRAS LTDA R$ 9.846,33; POSTO MONTE CARLO BALSAMO LTDA R$ 2.576,41; POSTO OASIS LTDA R$ 385,26; POSTO OLARIA LTDA - GRUPO BEIJA FLOR R$ 3.264,97; POSTO PARQUE DO BOSQUE LTDA R$ 3.302,29; POSTO PAVAO

PARADA 1 LTDA R$ 4.465,06; POSTO PRATAO JARAGUA LTDA R$ 1.251,95; POSTO PRATAO LTDA R$ 24.743,97; POSTO RANCHO TIBIRICA R$ 8.970,01; POSTO RESTAURANTE E LANCHONETE DO TREVO LTDA R$ 13.519,80; POSTO SABADIN II LTDA R$ 8.576,90; POSTO SANTA EDWIGES PETROLEO LTDA R$ 80.658,77; POSTO SOL DA DUTRA LTDA R$ 55.457,37; POSTO TRES GARCAS LTDA R$ 4.468,64; POSTO Z+Z SAO MIGUEL ARCANJO LTDA R $ 5.140,54; POSTOS PELANDA COMBUSTIVEIS MATRIZ 0001 R$ 36.198,08; R. A. MAHLE E CIA LTDA R$ 2.328,76; R.S.G. EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA R$ 776,00; RAFAEL ZOWTYI R$ 200,00 REDE DE POSTO MARAJO TOCANTINS R$ 10.435,47; REDE DE POSTOS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS MARAJO PAR R$ 6.426,91; REDE DE POSTOS DE COMBUSTIVEIS MARAJO GRANDE CUIAB R$ 5.902,93; REDE DE POSTOS DE COMBUSTIVEIS MARAJO URUACU LTDA R$ 12.336,49; REDE DE POSTOS MARAJO APARECIDA DE GOIANIA LTDA R$ 7.296,57; REDE DE POSTOS MARAJO CENTRALINA LTDA R $ 3.132,03; REDE DE POSTOS MARAJO CUIABA LTDA R$ 8.729,38; REDE DE POSTOS MARAJO GRANDE GOIANIA LTDA R$ 10.628,84; REDE DE SERVICOS PACHECAO LTDA R$ 18.690,05; REDE DOM PEDRO DE LEME LTDA R$ 11.717,43; REDE DOM PEDRO DE PINDA LTDA R$ 4.731,13; REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA R$ 124.840,80; REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA (DP DIVISA ALEGRE 2) R$ 1.615,26; REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA (DP ESTIVA ROTA SUL) R$ 2.139,45; REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA (DP SANTO ESTEVAO) R$ 4.394,26; REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA. R $ 40.741,02; REDE DOM PEDRO JACAREI R$ 43.998,32; REDE DOM PEDRO SALES OLIVEIRA R$ 19.958,27; REDE HG COMBUSTIVEIS LTDA R$ 32.181,62; RIBEIRO VEICULOS S/A R$ 7.477,99; RIBEIRO VEICULOS SA R$ 183.981,69; RODO POSTO BELA VISTA LTDA - GRAAL R$ 15.283,74; RODO POSTO ESTIVA LTDA - GRAAL R$ 40.943,15; RODO POSTO SILVIOS LTDA - GRAAL R$ 2.396,16; RODOMARKA IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA R$ 45.048,68; RODOPOSTO BANDEIRANTES JUNDIAI R$ 13.445,52; RODOPOSTO CORAL LTDA R$ 10.959,73; RODOPOSTO GPN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA R$ 3.643,05; RODOPOSTO GPS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA R$ 6.152,83; RODOPOSTO JUIZ DE FORA LTDA R$ 19.560,08; RODOPOSTO MARISTELA LTDA R$ 1.118,00; RODOPOSTO MIRANTE LTDA R$ 6.279,80; RODOPOSTO OLIVEIRA R$ 13.796,31; RODOPOSTO REGISTRO BUENOS AIRES LTDA R$ 10.608,85; RODOPOSTO RUBI LTDA R$ 13.174,36; RODOPOSTO SAO CARLOS R$ 23.803,48; RODOPOSTO TOPAZIO LTDAR$ 8.616,64; ROZINELI COM DE COMBUSTIVEL LTDA REDE PICA PAUR$ 3.163,50; SAO JORGE DO PARATEI REDE MONTE CARLO R$ 12.911,20; SIM REDE DE POSTOS LTDA - CAMPO LARGO R$ 12.374,34; SUECIA VEICULOS S/A R$ 3.336,23; TORRE ALTA COM DE COMB LTDA - MAHLE R$ 19.588,83; TRANSMARONI TRANSPORTES BRASIL RODOVIARIOS LTDA R$ 187.146,89; VALE DO JAGUARIBE COMERCIAL DE PETROLEO LTDA R$ 3.659,10; VITORIA PNEUS LTDA. R$ 18.774,93; VIVIANO AUTO POSTO COMERCIAL LTDA R$ 5.100,87; VMD MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA R$ 6.519,03; WE AUTO POSTO LTDA R$ 17.420,50;

CLASSE IV - MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE: 2R AUTO PECAS DIESEL LTDA R$ 4.730,00; 57.891.610 BRUNA THAMIRES RIBEIRO LIMA R$ 600,00; ADL PECAS E SERVICOS LTDA R$ 8.234,24; AFFG EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA R$ 2.131,72; AFS EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL LTDA R$ 60,00; ALEXANDRE GARCIA FERREIRA 04183190908 R $ 970,00; APP INDUSTRIA DE PORTAS AUTOMATIZADAS LTDA R$ 1.800,00; AUTO MECANICA DELCAR LTDA R$ 1.100,00; AUTO POSTO ESCALA 121 LTDA R$ 5.283,71; AUTO POSTO JOTAVE LTDA R$ 16.083,74; AUTO POSTO PAO DE QUEIJO R$ 20.304,15; AUTO POSTO VIAIS LTDA R$ 132,23; AUTO TINTAS MB LTDA R$ 97,80; AUTO VIDROS FORTALEZA LTDA R$ 1.650,00; B. F. TRUCKS LTDA R$ 6.150,00; B.DE OLIVEIRA CALDI GOMES - COMUNICACAO VISUAL R$ 26.000,00; BARBELA TRUCK CENTER LTDA R$ 12.162,50; BEL-INGA-INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES-EIRELI - R$ 789,00; BILCHE & SOUZA LTDA. R$ 12.000,00; BOLANHO PNEUS LTDA R$ 4.000,00; BOSQUE II GOURMET LTDA R$ 200,00; CARRARA & CARRARA LTDA ME R$ 4.350,00;[1] CASA DA IRRIGACAO LTDA R$ 11.585,16[2] ; CASAMIX ELETRICA E HIDRAULICA LTDA R$ 2.892,11; CBF COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA R$ 43.027,00; CBL TRANSPORTE E ARMAZENAGENS GERAIS LTDA R$ 29.827,60; CENTRAL MOBILE ESTOFADOS R$ 30.000,00; CIRO MELQUIDES PEQUENO DA SILVA R$ 1.300,00; CLS DISTRIBUIDORA DE PECAS AGRICOLAS R$ 5.761,73; COMERCIAL ELETRO HIDRO BRASIL LTDA R$ 25.965,04; COMERCIO DE COMBUSTIVEIS TBM LTDA R$ 120,00; CORDEIRO & SARAIVA SOLUCOES CONTABEIS E TRIBUTARIA R$ 3.500,00; DAL-LIN MANTOVANI LTDA ME R$ 300,00; DANIELI LOHMANN DA CRUZ R$ 5.508,80; DEMETRIO CID SEGURANCA ELETRONICA LTDA-ME R$ 20.680,00; DESPACHANTE PARANÁ 7 LTDA R$ 630,00; DIGITAL AR SOLUCOES EM AR CONDICIONADO LTDA R$ 985,45; ELETROTECNICA LIMA LTDA R$ 10,00; EPLAC DISTRIBUIDORA DE SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA R$ 27.673,82; EQUIPE FERAS DA ESTRADA IND. E COM. DE ACES. E TAP R$ 1.200,00; EVARINI RECAPAGENS DE PNEUS LTDA. R$ 9.337,00; F H G PASSOS CENTRO AUTOMOTIVO LTDA R$ 398,00 F. L. SEGOBI DE SOUZA SANTOS SERVICOS R$ 450,00; F. STONES LTDA R$ 930,00; FAROIS MARINGA EIRELI R$ 280,00; FERNANDA RAFAELE DE OLIVEIRA FERRAZ 05118161975 R$ 497,00; FF IMPLEMENTOS RODOVIARIOS EIRELI R$ 4.559,75 ; FF INDUSTRIAL LTDA R$ 11.488,50; GEFERSON DA SILVA SELESTE 04139670932 R$ 382,40; GP PINTURAS E REVESTIMENTOS EM PISOS LTDA R$ 380,00; GRAFICA CATUAI LTDA R$ 1.660,00; I P DE ALMEIDA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO R$ 407,40; IDEPAR IDEAL PARAFUSOS E FERRAMENTAS LTDA R$ 1.012,00; INCOMAPEN PORTAS E BATENTES LTDA R$ 84.000,00; INCOMAPEN PORTAS E BATENTES LTDA R$ 42.600,00; IND. E COM. DE CHAPAS ROMANO LTDA R$ 2.100,00; INGALIMP EQUIPAMENTOS E SISTEMAS PARA LIMPEZA LTDA R$ 1.400,00; IRMAOS CORREA LTDA R $ 200,00; JARDINS E AFINS LTDA R$ 298,00; JONATAS DE JESUS BRAGA 05550509989 R$ 405,21; JURANDI LOPES 78401208904 R$ 35.833,33; KUN ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA R$ 950,00; L H TRUCK PARTS LTDA R$ 2.323,13; L J F TRANSPORTADORA E LAVA JATO LTDA R$ 250,00; L M FOGACA & CIA LTDAR$ 1.274,88; L R V PEREIRA AUTO MOLAS R$ 17.401,66; L REGIS PRZYBISZEWSKI CONSTRUVISUAL R$ 1.250,00; LG COMERCIO ACESSORIOS EIRELLI R$ 3.378,66; MAHLE CAFE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA R $ 3.442,64; MARAJO VAZ, OLIVEIRA E CRUZ LTDAR$ 3.682,49; MARINGA VERDE MATERIAIS PARA CONSTRUCOES LTDA R$ 990,00; MARQUES E BONAFE DECOR LTDA R$ 21.330,00; MINEIRO SOUZA ACABAMENTOS LTDA R$ 1.000,00; MORAR BEM PORTAS E TELHADOS LTDA R$ 379,00; NACIONAL EPI EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA R$ 952,20; NDS INFORMATICA LTDA ME R$ 1.987,50; NEUSA MARIA PEREIRA DE JESUS VASCONCELOS 021767159 R$ 2.000,00; NEUZA MARIA DE SOUZA 60272686972 R$ 1.400,00; OG COM. DE ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA R$ 32.188,00;[3] PALETTA DECOR INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS E VER R$1.900,00; PAULO RICARDO FERNANDES GUILHEM ARCAS 0683599496 R$ 430,00; PERES & DANDOLINI LTDA R$ 324,00; PILADES MICHELI DE ASSIS JUNIOR 03498410989 R$ 790,00; POSTO DE COMBUSTÍVEIS SETE ESTRELAS LTDA R$ 2.781,96; POSTO DOM PEDRO DE PARAÍSO DO TOCANTINS LTDA ME R$ 19.697,82; POSTO GRANDE PARADA R$ 1.158,00; POSTO MAHLE BRASIL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA R$ 10.440,11; POSTO PARADA 67 ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS LTD R$ 3.708,17; POWER FREIOS LTDA R$ 950,00 PR 7 COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME R$ 2.000,00; PRESOTTO & VITORIANO LTDA R$15.900,00; PV BANDEIRANTES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA R$ 1.158,00; R. J. D. MECANICA E COMERCIO DE PECAS NOVAS E USAD R$ 2.220,00; RAFAEL VICTOR GALETTI R$ 1.300,00; REAL TRUCK CENTER MECÂNICA EM GERAL LTDA R$ 980,00; REDE DE POSTOS MARAJÓ PARAÍSO DO TOCANTINS LTDA R$ 2.986,92; RENATO DE LIMA E CIA LTDA R$ 27.000,00; RHEMA - FERRAMENTAS DE PRECISAO LTDA R$ 30.000,00; RODO SIDER PARANA INDUSTRIA E COMERCIO DE SIDER R$ 21.524,14; RONILDO GIROLDO DE MELO & CIA LTDA R$ 250,00; RT TECH LTDA R$ 9.604,70; S KERBER COMERCIO DE TINTAS LTDA R$ 26.711,27; SAFEGLOW PRODUTOS FOTOLUMINESCENTES LTDA R$ 363,42; SCANTECH AUTO ELETRICA LTDA R $ 1.202,50; SEBASTIAO ALVES DO AMARAL R$ 494,70; SUPER TRUCK TECH LTDA - ME R$ 500,00; SUPOORT E ESTRUTURAS METALICAS LTDA R$ 600,00; TARUGAO EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS LTDA R$ 427,50; TIAGO DE LIMA GUERREIRO R$ 1.000,00; TORNEARIA 1283 LTDA R$ 1.285,00; TRUCK CENTER ARAPONGAS LTDA R$ 2.450,00; TRUCKVEL - PEÇAS E SERVICOS LTDA - EPP R$ 160,00; TRUTH ACESSORIOS LTDA R$ 1.400,00; V.A AUTO PECAS LTDA R$ 62,80; VALMIR BASSAN 52276279915 R$ 325,00; VF SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA R$ 73.419,06.Curitiba, 16 de junho de 2025. Nada mais. Eu, Anastácio Borges dos Santos Jr, digitei, conferi e assinei.

- R$ 4.000,00
- R$ 1.727,33

Quitado por inteiro?

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

Adicionar um(a) Conteúdo

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): RODRIGO CARDOSO DE SOUSA

PRAZO DE 15 dias

Processo **0016467-84.2020.8.16.0017**O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0016467-84.2020.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RODRIGO CARDOSO DE SOUSA e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido RODRIGO CARDOSO DE SOUSA, portador(a) do RG 158867818 SSP/PR e CPF 603.257.023-14, nascido(a) em 22/02/1992, natural de SANTA QUITERIA, filho(a) de FRANCISCA MARCIA CARDOSO e JOSE VIEIRA DE SOUSA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 33 - ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa oferecida em 31/08/2020 e recebida em 03/12/2020, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 23 de junho de 2025.**

Mônica Fleith

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Adicionar um(a) Conteúdo
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): LEONARDO LIMA DA SILVA
PRAZO DE 15 dias corridos Processo **0012916-23.2025.8.16.0017**
O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo Majorado, sob nº 0012916-23.2025.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LEONARDO LIMA DA SILVA, LUIZ FELIPE COSTA DOS SANTOS, e vítima KAEL QUISHINER DA SILVA e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LEONARDO LIMA DA SILVA, portador(a) do RG 146164315 SSP/PR e CPF 123.557.969-71, nascido(a) em 03/02/2005, natural de MARINGA, filho(a) de GISELLE APARECIDA LIMA DA SILVA e ZAQUEU MAIA DA SILVA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 157 - ROUBO AGRAVADO, Reclusão: 5 a 15 anos E Multa, Inciso II ART 157 - (Após 23.01.2020 - Lei nº 13964/2019) Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo , Reclusão: 6 anos e 8 meses a 16 anos e 8 meses E Multa ART 15 - DISPARO DE ARMA DE FOGO, Reclusão: 2 a 4 anos E Multa oferecida em 16/06/2025 e recebida em 17/06/2025, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 24 de junho de 2025.**
Mônica Fleith
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

Adicionar um(a) Conteúdo
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): VITOR HUGO DE FRANÇA PENNA OLIVEIRA MILATIAS
PRAZO DE 15 dias corridos Processo **0010538-94.2025.8.16.0017**
O(A) Juiz(íza) de Direito Mônica Fleith, da 3ª Vara Criminal de Maringá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0010538-94.2025.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) VITOR HUGO DE FRANÇA PENNA OLIVEIRA MILATIAS, FERNANDO MARTINS PRATA, e vítima Empresa Adventure, LEANDRO SILVEIRA MARTINI, NALLANDA LETÍCIA ALMEIDA RODRIGUES e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido VITOR HUGO DE FRANÇA PENNA OLIVEIRA MILATIAS, portador(a) do RG 162216953 SSP/PR e CPF 397.372.298-60, nascido(a) em 04/10/1988, natural de SAO CAETANO DO SUL/SP, filho(a) de CLAUDIA DE FRANÇA PENNA MILATIAS e AIRTON OLIVEIRA MILATIAS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, Inciso I e IV c/c art.14, I ART 180 - RECEPTACAO, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa oferecida em 06/05/2025 e recebida em 07/05/2025 e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA JUNIOR, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Maringá, 24 de junho de 2025.**
Mônica Fleith
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

Autos nº. 0015392-15.2017.8.16.0017
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 60 DIAS
O MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **Dijeferson da Silva Lima, RG 341544051 SSP/PR, CPF 314.442.548-63, Nome do Pai: ALMIR CERQUEIRA DE LIMA, Nome da Mãe: CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA LIMA, nascido em 07/09/1981, natural de SANTOS,** atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **INTIMADO da sentença datada de 22.04.2025, pela qual foi julgado procedente o pedido da denúncia, para o fim de condenar o acusado nas sanções do art. 129, §9º, do Código Penal, à pena de 05 (cinco) meses e 25 (cinco) dias de detenção** nos autos de ação penal n° 0015392-15.2017.8.16.0017. Ficando ciente de que possui o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer (art. 593/ CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 24 de junho de 2025. Eu, RAFAEL MARREGA REZENDE, Técnico Judiciário, o digitei.
RAFAEL MARREGA REZENDE
Técnico Judiciário
Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

Autos nº. 0015392-15.2017.8.16.0017
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 10 DIAS
O Dr. , MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a vítima **TALITA P. S. d.L. T. (CPF: 376.***.218-**, RG: 44.***.299-* SSP/SP),** atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica **INTIMADA da sentença datada de 22.04.2025, pela qual foi julgado procedente o pedido da denúncia, para o fim de condenar o acusado Dijeferson da Silva Lima, RG 341544051 SSP/PR, CPF 314.442.548-63, Nome do Pai: ALMIR CERQUEIRA DE LIMA, Nome da Mãe: CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA LIMA, nascido em 07/09/1981, natural de SANTOS, nas sanções do art. 129, §9º, do Código Penal, à pena de 05 (cinco) meses e 25 (cinco) dias de detenção,** nos autos de ação penal n° 0015392-15.2017.8.16.0017. Ficando ciente de que possui o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer (art. 593/CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 24 de junho de 2025. Eu, RAFAEL MARREGA REZENDE, Técnico Judiciário, o digitei.
RAFAEL MARREGA REZENDE
Técnico Judiciário
Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
P O D E R J U D I C I Á R I O
JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE MARINGÁ - PARANÁ
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
J U S T I Ç A G R A T U I T A
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE (20) VINTE DIAS
O JUÍZO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita perante este Juízo os Autos nº. 0001569-90.2025.8.16.0017 de , emAutorização Judicial para Viagem ao Exterior que é requerente I.T.M.D.R. representado por THATIANA TIEMI MIYANAGA DOS REIS e requerido YUTA OKANO.
Como consta dos autos que o genitor da criança se encontra em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente edital para CITAÇÃO de YUTA OKANO, filho de Toshimasa Okana e Kime Okano, demais informações por ora desconhecidas, com o prazo de 20 (vinte) dias, a fim de que querendo, ofereça resposta escrita no prazo de 15 (quinze) dias, indicando as provas que pretende produzir, rol de testemunhas e documentos, tudo nos termos dos artigos 256, inciso I, do NCPC e que fique ciente

da possibilidade da requerida, caso queira, solicitar a nomeação de advogado dativo caso não possa constituir um por sua conta sem prejuízo de seu sustento (art. 159, ECA), e também que em caso de inércia será nomeado curador especial (art. 72, II, CPC). E, para que de futuro não se alegue ignorância, lavrei o presente edital, o qual se fará publicar no Diário da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo. Maringá, 13 de junho de 2025. Eu, Bruna Kamily de Piza, Estagiária, digitei e conferi.
Maringá, 13 de junho de 2025.
José Cândido Sobrinho
Juiz de Direito

MARMELEIRO

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

Adicionar um(a) ConteúdoAutos nº. 0001678-10.2019.8.16.0181
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL
Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação, em primeiro e segundo leilão conforme Lei 13.105/2015, o(s) bem(ns) adiante descrito(s), na forma seguinte:
1º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia 23/07/2025, às 09:00 horas, por preço superior ao da avaliação.
2º LEILÃO: Somente na modalidade eletrônica, no dia 15/08/2025, às 09:00 horas, pelo maior lance, desde que não caracterize preço vil. (art. 891, § único, CPC).
O interessado em ofertar lances de forma eletrônica, deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - sendo o cadastro gratuito e requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.
LOCAL: Site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br.
OBS: Caso não haja expediente forense, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.
PUBLICAÇÃO: Na forma do art. 887 do CPC, o presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - dispensada a publicação em jornal.
PROCESSO: Autos 0001678-10.2019.8.16.0181 de Cumprimento de sentença em que é Exequente Francio & Francio Ltda CNPJ 02.308.248/0001-40 e Executado(s) Mario Cesar Rech CPF 491.076.589- 15. **DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): ITEM 01:** (uma) cadeira odontológica, marca Olsen, automática, completa, modelo da Linha Siena Flex, nº de série 10004887, registro Anvisa nº 10.281.300.009, composta por 1 equipo cart acoplado com ultrassom com entrada de alta e baixa rotação, 1 micro motor Kavo com contra ângulo e caneta de alta rotação, além de refletor e unidade auxiliar com sugador, bomba à vácuo e cuspideira, mais 2 mochos (cadeiras), com aproximadamente 7 anos de uso aparentemente, os conjuntos são passíveis de personalização em seus acessórios, sendo que não houve êxito em encontrar modelo à venda com a configuração exatamente igual. Valor da Avaliação: R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). ITEM 02: (um) motor para cirurgia de implantes, marca Driller, modelo Smart, número de série 41-10779, bivolt, potência máxima 160W. Valor da Avaliação: R$6.000,00 (seis mil reais).
AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) em 15/01/2024.
DEPÓSITO: Em mãos do executado. O(A) executado(a) pode ser localizado(a) na na Av. Macali, nº 218, 218 Sala 105 - Centro - MARMELEIRO/PR - CEP: 85.615-000.
DÍVIDA: R$ 30.618,19 (trinta mil seiscentos e dezoito reais e dezenove centavos) em 21/03/2022, valor sujeito à atualização mais as custas processuais.
ÔNUS: Os que constarem nos autos.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO NO LEILÃO: O pagamento deverá ser realizado à vista pelo arrematante, alternativamente, o valor da arrematação poderá ser quitado no prazo de até 15 dias, mediante caução idônea, prestada no ato, equivalente a 25% do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor no prazo de 15 dias, perderá o valor da caução, tornando sem efeito a arrematação e retornando o bem à novo leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. **PROPOSTA PARCELADA:** O interessado em adquirir o(s) bem(ns) em prestações poderá apresentar por escrito, antes da realização do leilão, proposta para pagamento parcelado nos termos do art. 895 do CPC, com entrada mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da arrematação e saldo parcelado em até 30 (trinta) meses, corrigidas pelo índice do TJ/PR (Média IGP/INPC), e garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, sendo que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (CPC, art. 895, § 7º). No caso de atraso no pagamento de qualquer das parcelas, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.
CONDIÇÕES GERAIS: Os bens serão vendidos livre de dívidas e ônus de acordo com o art. 130 § único do Código Tributário Nacional. Os bens serão vendidos no estado que se encontram, inexistindo garantia sobre os mesmos, assumindo o arrematante a retirada do(s) bem(ns), posse no imóvel, impostos e taxas que recaírem sobre os bens para transferência junto aos órgãos competentes. Cabe ao interessado acessar o site com antecedência para acompanhar o leilão no site do leiloeiro.
DESPACHO mov.137.1: a.os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas; b.os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (art. 130, parágrafo único, do CTN); c.correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados; d.ao arrematante compete o pagamento de imposto de de imóvel; transmissão inter vivos , tratando-se e.o arrematante só será imitido na posse do bem após a expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega pelo Juízo, que será assinado(a) somente após a comprovação de efetivo pagamento do valor integral da arrematação e da comissão do leiloeiro.
DESPESAS: Caberá ao arrematante arcar com o custo de expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. Para os bens móveis incidirá o ICMS.
LEILOEIRO: Elton Luiz Simon, Leiloeiro Público Oficial, Jucepar 09/023-L, fone (46) 3225-2268, www.simonleiloes.com.br o qual perceberá por seu ofício a seguinte remuneração:Ao leiloeiro oficial fixo comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação; ou, 2% sobre o valor da avaliação nos casos de adjudicação, remissão ou acordo, sendo que na primeira hipótese caberá ao(à)(s) exequente(s) o pagamento, e nas outras duas ao(à)(s) executado(a)(s) ou remitente. A comissão será paga mediante guia de recolhimento creditada em conta judicial (CPC, art. 880, §1º).
INTIMAÇÃO BEM MÓVEL: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) e demais credores de acordo com o art. 889 do CPC.
OBS: O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por quedas ou falhas no sistema, no servidor ou na internet, posto que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. A comissão do leiloeiro NÃO INTEGRA O VALOR DO LANCE. Ou seja, além do valor ofertado em leilão o arrematante deverá realizar o pagamento da comissão do leiloeiro.
O(s) bem(ns) que não for(em) objeto de arrematação no decorrer do leilão judicial poderão ser apregoados novamente (repassados) ao final do evento, na mesma data. Caso haja leilão com mais de um bem, o interessado deverá acompanhar o andamento e encerramento do leilão no site do leiloeiro.
Marmeleiro/PR, 18 de junho de 2025. Eu, Julia de Souza Camargo, Técnica Judiciária, o fiz digitar e subscreviMarmeleiro, datado e assinado eletronicamente.
Renata Mattos Fidalgo
Juíza de Direito

FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 45 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Christian Reny Gonçalves, da Vara Cível de Nova Esperança, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Aquisição, sob nº 0001144-48.2025.8.16.0119, em que é(são) autor(es) NÍDIA FETEIRA DE BORTOLO, jose carlos de bortolo, e réu(s) LUIZ DE BORTOLI, ABIGAIL DO AMARAL AMBRÓZIO BORTOLI, e que por este edital procede à **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, ofereçam contestação, sob pena de

revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel lote de terras sob n. 404-A, com área total de 5,00 alqueires paulista, ou sejam 121.000,00 metros quadrados, da Gleba Ribeirão Piúna, situado no Distrito de Ivaitinga, no município de Nova Esperança. Imóvel cadastrado no INCRA juntamente com outros sob n. 716.138.000-384-2. Matriculado sob n. 14.816 no Cartório de Registro de Imóveis de Nova Esperança-PR, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o petição inicial que segue parcialmente transcrita/o: "Ao final, requer seja julgado totalmente procedente a presente demanda, a fim de declarar a propriedade do imóvel, na proporção de 25.207,93 metros quadrados, conforme discriminado, em favor dos requerentes em conjunto, servindo a sentença título hábil a ser transcrito no CRI deste município, expedindo-se o mandado competente".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).Eu, Ana Paula Fumagalli, Técnica Judiciária, conferi e digitei.**Nova Esperança, datado pelo sistema.**

Christian Reny Gonçalves

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Brum Lopes, da Vara Cível de Nova Esperança, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Pessoas com deficiência, sob nº 0003263-16.2024.8.16.0119, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) HELENA GABRIELA DA SILVA EVARISTO, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de HELENA GABRIELA DA SILVA EVARISTO, portador(a) do RG 135955205 SSP/PR e CPF 091.513.069-64**, por sentença publicada em 09 de junho de 2025, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de ser portadora de Deficiência Intelectual Moderada (CID 10 F -71), na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) Ezequias Evaristo, portador do RG n. 2.447.447-0 SSP/PR e CPF n. 036.993.008-89, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Assim, ante exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim, confirmar a liminar concedida na inicial, e submeter a requerida HELENA GABRIELA DA SILVA EVARISTO, a curatela definitiva a ser exercida por seu pai, SR. EZEQUIAS EVARISTO, ambos qualificados na inicial. ".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Ana Paula Fumagalli, Técnica Judiciária, conferi e digitei.**Nova Esperança, datado pelo sistema.**

Rodrigo Brum Lopes

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PALMAS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): LAIR PEREIRA PINTO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Tatiane Bueno Gomes, da Vara Criminal de Palmas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0003052-02.2023.8.16.0123, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LAIR PEREIRA PINTO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte (s) LAIR PEREIRA PINTO, portador(a) do RG 144699777 SSP/PR e CPF 563.376.390-49, nascido(a) em 26/06/1966, natural de SANTANA DO LIVRAMENTO/RS, filho(a) de ELOISA RIBEIRO PEREIRA e HIPOLITO PINTO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado (a) nas sanções do ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 17 dias e ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 mês e 5 dias, e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Gabriel Mudrey Vieira Pedroso, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Palmas, data da assinatura digital. Tatiane Bueno Gomes Juíza de Direito

PALMITAL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PALMITAL
VARA CÍVEL DE PALMITAL - PROJUDI
Rua Interventor Manoel Ribas, 850 - Edifício do Fórum - Centro - Palmital/PR - CEP: 85.270-000 - Fone: (42) 3309-3916 - Celular: (42) 99141-4141 - E-mail: aoli@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000469-38.2023.8.16.0125

Processo:	0000469-38.2023.8.16.0125
Classe Processual:	Interdição/Curatela
Assunto Principal:	Interdição
Valor da Causa:	R$100,00
Requerente(s):	• DILMA APARECIDA BORGES DE CASTRO (RG: 97878471 SSP/PR e CPF/CNPJ: 052.638.119-18) Rua Projetada C, 24 casa - Nova Conquista - PALMITAL/PR - E-mail: lucas.ptal@hotmail.com - Telefone(s): (42) 3657-1288
Requerido(s):	• SILMARA APARECIDA BORGES DE CASTRO (RG: 109791105 SSP/PR e CPF/CNPJ: 074.053.439-45) Rua Projetada C, 24 casa - Nova Conquista - PALMITAL/PR

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA QUE DECRETOU A INTERDIÇÃO DE SILMARA APARECIDA BORGES DE CASTRO - PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

FINALIDADE: para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não se alegue ignorância mandou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. **INTIMA-LOS** da r. Sentença proferida nos autos acima mencionados, cujo teor transcrevo a seguir: ... Diante do acima exposto, resolvo o mérito da lide nos termos do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, na medida em que confirmo a tutela de urgência de mov. 41.1 e JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim de reconhecer a incapacidade relativa de SILMARA APARECIDA BORGES DE CASTRO, brasileira, solteira, portadora do RG 10.979.110-5 e do CPF 074.053.439-45, residente e domiciliada sito a Rua Projetada C, n. 24, Bairro Nova Conquista, Município de Palmital - PR, CEP: 85.270-000, declarando-a impossibilitada de exercer pessoalmente os atos da vida civil, submetendo-a à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por DILMA APARECIDA BORGES DE CASTRO, brasileira, separada, do lar, portadora de RG nº 9.787.847-1 SESP/PR e CPF nº 052.638.119-18, residente e domiciliada à Rua Projetada C, n. 24, Bairro Nova Conquista, Município de Palmital - PR, CEP: 85.270-000, que atuará como curadora, tudo com observância das disposições da Lei nº 13.146/2015. Em decorrência do encargo, a Curadora deverá representar a curatelada nos atos da vida civil (representação perante instituições pública e privadas; hospitais; escolas, etc), bem como na administração de bens e valores (receber e administrar valores de eventual benefício assistencial ou previdenciário), havendo necessidade de prévia autorização judicial para atos que envolvam atividades patrimoniais e financeiras de considerável monta (alienar bens; contrair obrigações; emprestar; transigir; receber e dar quitação; hipotecar; demandar ou ser demandado), tudo nos termos dos artigos 1747, 1748, 1749, 1750 e 1781, todos do Código Civil. Essa delimitação da curatela deverá constar no termo de compromisso de curador. A Curadora deverá assinar o respectivo Termo de

Compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, para bem e fielmente cumprir o encargo, prestando contas de sua administração anualmente, na forma do artigo 1.755 e seguintes do Código Civil, conforme determina o art. 84, § 4º, da Lei nº 13.146 /2015. Em obediência ao disposto no art. 755, § 3º, do Código de Processo Civil e no art. 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se o edital no órgão oficial. Sem custas, por se tratar de demanda que tramita sob os auspícios da Justiça Gratuita. Em relação aos honorários do advogado dativo nomeado, na forma da resolução conjunta n.º 015/2019 - PGE/SEFA, fica o Estado do Paraná condenado ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em R$ 800,00 (oitocentos reais). Oportunamente, proceda-se ao arquivamento dos autos, com o lançamento das baixas necessárias. O desarquivamento deverá ocorrer quando forem prestadas as contas, com subsequente vista ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Palmital, 17 de março de 2025. Patricia Aleixo Chigueira Nilo Juíza Substituta. Dado e passado edital nesta Cidade e Comarca de Palmital, Estado do Paraná, aos 24 de junho de 2025. Eu _____(Dineti G. Valle Lichtenfels), Func. Juramentada, o digitei e subscrevo.

PARAÍSO DO NORTE

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação

O(A) Juiz(íza) de Direito Eldom Stevem Barbosa dos Santos, da Vara de Família e Sucessões de Paraíso do Norte, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Guarda de Família, assunto Guarda, sob nº 0002026-20.2024.8.16.0127, em que é(são) autor(es) G.A.A.A. e A.A., e requeridos JULIO MILSTED NETO, inscrito no CPF n. 039.155.***-30, RG n. 7387***0 SSP/PR, e LARISSA DE ALMEIDA MILSTED, inscrita no CPF n. 077.675.***-55, RG n. 1083***3 SSP/PR, sendo que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) requeridas supracitadas**. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a síntiese da petição inicial e despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: petição inicial: "Os autores, avós maternos (biológica e socioafetivo) da menor E.A.M., nascida em 24/10/2020, propuseram ação de guarda com pedido de tutela de urgência, alegando que a criança está sob seus cuidados desde tenra idade devido à dependência química dos genitores, os quais se encontram em local incerto e não sabido, sem qualquer contato ou assistência à filha. Os autores pleiteiam a guarda judicial da menor, que já exercem de fato, visando garantir sua estabilidade, saúde, educação e bem-estar, inclusive para autorizar procedimento cirúrgico urgente. Requerem também o reconhecimento da avosidade socioafetiva e a citação dos réus por edital, conforme art. 256, II e art. 259 do CPC, diante da impossibilidade de localização dos mesmos." Despacho judicial: " 2.2. Isso posto, com base nos arts. 256, II, e 257, ambos do CPC, DEFIRO o pedido de para a realização por edital do réu. 2.3. O prazo do edital será de 30 (trinta) dias. 2.4. Advirta-se que será nomeado curador especial em caso de revelia. (art. 257, IV, do CPC). 3. Realizada a citação e não havendo resposta, desde já, nos termos do art. 72, II, do CPC, nomeio para funcionar como Curadora Especial a Dr. CARLOS EDUARDO DA SILVA". Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Rafael Santini Dematte, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Paraíso do Norte, datado eletronicamente. Eldom Stevem Barbosa dos Santos. Juiz de Direito.**

PARANACITY

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE INTERDIÇÃO
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital de curatela, cientifica a todos os interessados, que neste Juízo processaram-se os autos de Curatela nº 0001958-04.2023.8.16.0128, em que é requerente **APARECIDA SANT'ANA VIEIRA DE SOUZA**, sendo declarada por sentença a Curatela de **MARIA SANT'ANA VIEIRA**, brasileira, solteira, portadora do RG n° 8.324.243-4, inscrita no CPF n° 011.303.429-64, residente à Rua Santos Dumont, n.º 88, na cidade de Cruzeiro do Sul-PR, CEP: 87650-000, sendo-lhe nomeado CURADORA a Sra. **APARECIDA SANT'ANA VIEIRA DE SOUZA**, tendo à curatela a finalidade de representar a curatelada apenas para aspectos patrimoniais. O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da curatelada e dos curadores. JUSTIÇA GRATUITA. Paranacity, 24 de JUNHO 2025. Eu_____ Henrique Junqueira dos Santos Melo, Estagiário, o subscrevo.
IGOR PADOVANI DE CAMPOS
Juiz de Direito

EDITAL COM O PRAZO DE 30 DIAS PARA CITAÇÃO DE OSVALDO FADELLI. EDITAL de **CITAÇÃO** de **OSVALDO FADELLI** que encontra-se em um lugar inserto e não sabido, de que perante este Juízo têm seus trâmites legais os autos nº. **0002077-62.2023.8.16.0128** de **AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO**, requerido por **BANCO DAYCOVAL S.A**, que em síntese diz que a parte ré emitiu em favor da instituição financeira autora uma Cédula de Crédito Bancário, que representa a promessa de pagamento do crédito concedido para aquisição de um veículo, Modelo VW - VolksWagen- Saveiro Super Surf 1.6 ano fabricação/modelo: 2007/2008 cor PRETO, com cláusula de constituição de alienação fiduciária, devidamente gravada junto ao Detran de seu Estado, de acordo com o §1º, do art. 1361, do Código Civil. A parte requerida se comprometeu a promover o pagamento da totalidade do crédito concedido em 48 prestações mensais fixas, no valor de R$ 1.340,53 (mil trezentos e quarenta reais e cinquenta e três centavos), com o vencimento da primeira parcela na data de 01/06/2023 e da última na data de 01/05/2027. Contudo, a parte ré se tornou inadimplente ao deixar de realizar o pagamento da parcela 03/48, vencida em 01/08/2023, e as subsequentes. Assim, sendo infrutíferos os esforços no sentindo de receber o total de seu crédito, motivo pelo qual, recorre à via judicial. Com isso, fica a parte Requerida **CITADA** nos termos da presente ação, tudo nos termos da lei, ficando ciente **para que, em 05 (cinco) dias efetue o pagamento integral da dívida pendente, ou ainda, querendo, APRESENTE CONTESTAÇÃO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS**, nos termos do art.335 do CPC, sob pena de, não o fazendo, ser considerado revel nos termos do 344 do CPC. Paranacity, 24 de JUNHO de 2025. Eu **Henrique Junqueira dos Santos Melo**, Estagiário da vara da Fazenda Pública de Paranacity-PR, o subscrevo.
IGOR PADOVANI DE CAMPOS
JUIZ DE DIREITO

PARANAGUÁ

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): DALTON MOREIRA DE BORBA
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, a todos que virem oFAZ SABER
presente ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgênciaEDITAL
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0006446-67.2021.8.16.0129, em que é(são) autor(es) ANATHALIA
MOREIRA DE BORBA, réu(s) DALTON MOREIRA DE BORBA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
Promovido DALTON MOREIRA DE BORBA, portador(a) do RG 36549270 SSP/PR e CPF 568.672.719-87, nascido(a) em
,16/12/1961, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de ANATHALIA MOREIRA DE BORBA e ODOCIO JOSE DE BORBA
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência dos termos deINTIMAÇÃO PRORROGAÇÃO
a) afaste-se do lar,determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas:MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA
domicílio ou local de convivência com a ofendida (art. 22, inciso II, da Lei n. 11.340/2006); b) abstenha-se de se aproximar da
ofendida, devendo guardar distância mínima de 300 (trezentos) metros dela (artigo 22, inciso III, alínea "a", da Lei n. 11.340
/2006) e c) abstenha-se de manter contato com a ofendida, por qualquer meio, inclusive telefone mensagens de celular, e-mail,

redes sociais e outros congêneres (artigo 22, inciso III, alínea "b", da Lei n. 11.340/2006).; e à sua CITAÇÃO para, querendo,
apresentar contestação no , por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo,prazo de 5 (cinco) dias
sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem aoc/c o art. 306 do Código de Processo Civil.
conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): GIULIANA PAULA SZEMANSKI
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0000461-20.2021.8.16.0129, em que é(são) autor(es) GIULIANA
PAULA SZEMANSKI, réu(s) WESLEY SOUZA OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
Promovente GIULIANA PAULA SZEMANSKI, portador(a) do RG 92859568 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 20
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à/10/1981, natural de NOVA IGUACU, filho(a) de CAROLINA SZEMANSKI
sua para tomar ciência da determinadas nos autos.INTIMAÇÃO REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): JOSE CARLOS COSTA MORATO
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0005242-80.2024.8.16.0129, em que é(são) autor(es) PATRICIA
SILVA DOS SANTOS, réu(s) JOSE CARLOS COSTA MORATO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
Promovido JOSE CARLOS COSTA MORATO, portador(a) do RG 96770707 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 02
,/10/1989, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de PAULINA SILVA COSTA MORATO e JOSE DE FREITAS MORATO
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência daINTIMAÇÃO REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS
determinadas nos autos O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguemPROTETIVAS DE URGÊNCIA .
ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): MAICON ROBERTO MOURA CARDOSO
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0003545-24.2024.8.16.0129, em que é(são) autor(es) WILMA
CORDEIRO GOMES, réu(s) MAICON ROBERTO MOURA CARDOSO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte
(s) Promovido MAICON ROBERTO MOURA CARDOSO, portador(a) do RG 8083881601 null/RS e Não Cadastrado,
, motivo pelo qual se procede, por meionascido(a) em 10/05/1984, filho(a) de NAO IDENTIFICADO e NAO IDENTIFICADO
deste, à sua para tomar ciência da determinadasINTIMAÇÃO REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA
nos autos. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue
ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): MARIA EDUARDA MATOS DA SILVA
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0001156-03.2023.8.16.0129, em que é(são) autor(es) MARIA
EDUARDA MATOS DA SILVA, réu(s) JEAN MARCEL ALVES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
Promovente MARIA EDUARDA MATOS DA SILVA, portador(a) do RG 147447078 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a)
,em 23/05/2003, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de KELLIN MATOS NUNES e NEI QUARESMA XAVIER DA SILVA
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência daINTIMAÇÃO REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS
determinadas nos autos. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguemPROTETIVAS DE URGÊNCIA
ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIOS: TAÍS MARTINS DE CARVALHO
ALLAN PATRICK FERREIRA
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0000572-96.2024.8.16.0129, em que é(são) autor(es) TAÍS MARTINS
DE CARVALHO, réu(s) ALLAN PATRICK FERREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) TAÍS
MARTINS DE CARVALHO, portador(a) do RG 133206043 SSP/PR e CPF 098.614.769-97, nascido(a) em 21/01/1997,
natural de MORRETES/PR, filho(a) de ELISMAURE MARTINS e NELSON MARIANO DE CARVALHO; ALLAN PATRICK
FERREIRA, portador(a) do RG 125623212 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 24/03/1995, natural de CAMPINA
, motivo pelo qual seGRANDE DO SUL, filho(a) de DENIZE APARECIDA FERREIRA e OGLACY D'ASSUNÇÃO FERREIRA
procede, por meio deste, à sua para tomar ciência daINTIMAÇÃO REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE
determinadas nos autos O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimentoURGÊNCIA .
de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): DEIWY LEITE PALMA
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0002008-27.2023.8.16.0129, em que é
(são) autor(es) ANA CAROLINA RODRIGUES PALMA, réu(s) DEIWY LEITE PALMA, e que não foi possível localizar
pessoalmente a(s) parte(s) Promovido DEIWY LEITE PALMA, portador(a) do RG 65925494 SSP/PR e CPF 003.771.359-
,09, nascido(a) em 14/04/1978, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de SIDNEI ALVES LEITE e ANTONIO JADER PALMA
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência daINTIMAÇÃO REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS
determinadas nos autos. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguemPROTETIVAS DE URGÊNCIA
ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): ANDRÉ VINICIUS MENEZES DE OLIVEIRA
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0002703-10.2025.8.16.0129, em que é
(são) autor(es) SIMONE DO ROCIO GONÇALVES GOMES, réu(s) ANDRÉ VINICIUS MENEZES DE OLIVEIRA, e que não foi
possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ANDRÉ VINICIUS MENEZES DE OLIVEIRA, portador(a) do RG
80462565 SSP/PR e CPF 040.281.499-16, nascido(a) em 10/08/1982, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de INDYANARA
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à suaMENEZES DE OLIVEIRA e CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA
para tomar ciência dos termos das determinadas nos autos, queINTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA
" Afaste-se do lar da representante, situado na "Rua Cinquenta, nº 312, Ilha dos Valadares,seguem parcialmente transcritas: I)
Paranaguá/PR" (artigo 22, incisos II e III, aliena "c", da Lei 11.340/2006); Abstenha-se de se aproximar da representante,ii)
devendo guardar a distância mínima de 100 metros dela (artigo 22, inciso III, alínea "a", da Lei n. 11.340/2006); Abstenha-iii)
se de manter contato direto com a representante, por qualquer meio de comunicação, inclusive telefônico, mensagens de
celular, e-mail, redes sociais e outros congêneres (art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei n. 11.340/06); Abstenha-se de seiv)
aproximar do local de trabalho da representante, situado na Rua João Pessoa, ao lado do Restaurante "Meu Caneco",
Paranaguá/PR guardar a distância mínima de 100 metros daquele imóvel (artigo 22, inciso III, alínea "c", da Lei n. 11.340
/2006); e Frequentar programa de auxílio de auxílio e recuperação de usuários de entorpecentes e acompanhamentov)
psicológico (artigo 22, inciso VII, da Lei 11.340/2006)". e à sua CITAÇÃO para, querendo, apresentar contestação no prazo de
, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem5 (cinco) dias
verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguémProcesso Civil.
alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): EDIVAN DOS REIS GOMES
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0005815-55.2023.8.16.0129, em que é(são) autor(es) JANINHA
PEREIRA CARVALHO, réu(s) EDIVAN DOS REIS GOMES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
Promovido EDIVAN DOS REIS GOMES, portador(a) do RG 8729455 null/SP e Não Cadastrado, filho(a) de DALVA
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência dos termosHELENA DOS REIS GOMES INTIMAÇÃO
da determinadas nos autos, que seguem parcialmentePRORROGAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA
a) a proibição ao agressor de se aproximar à distância inferior a 300 (trezentos) metros da ofendida, b) a proibiçãotranscritas:
de manter qualquer contato, por qualquer meio de comunicação com a vítima, de seus familiares e das testemunhas e c)
Determino a medida de comparecimento do agressor a programas de recuperação / reeducação e acompanhamento
psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.; e à sua CITAÇÃO para, querendo, apresentar
contestação no , por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob penaprazo de 5 (cinco) dias
de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de306 do Código de Processo Civil.
todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): EDIVAN DOS REIS GOMES
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0005815-55.2023.8.16.0129, em que é(são) autor(es) JANINHA
PEREIRA CARVALHO, réu(s) EDIVAN DOS REIS GOMES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
Promovido EDIVAN DOS REIS GOMES, portador(a) do RG 8729455 null/SP e Não Cadastrado, filho(a) de DALVA
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência dos termosHELENA DOS REIS GOMES INTIMAÇÃO
da determinadas nos autos, que seguem parcialmentePRORROGAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA
a) a proibição ao agressor de se aproximar à distância inferior a 300 (trezentos) metros da ofendida, b) a proibiçãotranscritas:
de manter qualquer contato, por qualquer meio de comunicação com a vítima, de seus familiares e das testemunhas e c)
Determino a medida de comparecimento do agressor a programas de recuperação / reeducação e acompanhamento
psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.; e à sua CITAÇÃO para, querendo, apresentar
contestação no , por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob penaprazo de 5 (cinco) dias
de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art.

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de306 do Código de Processo Civil.
todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): MAICKON PASSOS DA SILVA
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, a todos que virem oFAZ SABER
presente ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgênciaEDITAL
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0005040-11.2021.8.16.0129, em que é(são) autor(es) ESTER LUZIA
FELTZ DA SILVA, réu(s) MAICKON PASSOS DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
Promovido MAICKON PASSOS DA SILVA, portador(a) do RG 96775830 SSP/PR e CPF 056.221.509-30, nascido(a) em 11
, motivo pelo qual se procede, por/12/1985, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de LINDAMIR DOS PASSOS DA SILVA
meio deste, à sua para tomar ciência dos termos daINTIMAÇÃO PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE
determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas:URGÊNCIA Afaste-se do lar conjugal (art. 22, inciso II, da Lei n."a)
11.340/2006); Abstenha-se de se aproximar da ofendida, devendo guardar distância mínima de 100 (cem) metros dela (artigo 22, incisob)
III, alínea "a", da Lei n. 11.340/2006); e Abstenha-se de manter contato com a ofendida, por qualquer meio, inclusive, telefônico,c)
mensagens de celular, e-mail, redes sociais e outros congêneres (art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei n. 11.340/06)". e à sua CITAÇÃO
para, querendo, apresentar contestação no , por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a)prazo de 5 (cinco) dias
nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art.
O presente edital é expedido e publicado para que os13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil.
autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, Datado Digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): SKAREN CRISTINE DE SOUZA MARTIN
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, a todos que virem oFAZ SABER
presente ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgênciaEDITAL
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Contra a Mulher, sob nº 0001553-96.2022.8.16.0129, em que é(são) autor(es) KAREN
CRISTINE DE SOUZA MARTINS, réu(s) JULIO CESAR DE OLIVEIRA CARDOSO, e que não foi possível localizar
pessoalmente a(s) parte(s) KAREN CRISTINE DE SOUZA MARTINS, portador(a) do RG 97287864 SSP/PR e Não
, motivo pelo qual seCadastrado, nascido(a) em 21/01/1985, natural de PARANAGUA, filho(a) de LAURA DE SOUZA
procede, por meio deste, à sua para fins de ciência quanto àINTIMAÇÃO REVOGAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DE
determinadas nos autos, pela morte do réuURGÊNCIA, JULIO CESAR DE OLIVEIRA.
Paranaguá, Datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCELO PONTES DOS SANTOS
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, a todos que virem oFAZ SABER
presente ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgênciaEDITAL
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Contra a Mulher, sob nº 0004942-21.2024.8.16.0129, em que é(são) autor(es)
ANGELA MARIA BATISTA PONTES, réu(s) MARCELO PONTES DOS SANTOS, e que não foi possível localizar
pessoalmente a(s) parte(s) Promovido MARCELO PONTES DOS SANTOS, portador(a) do RG 146358608 SSP/PR e CPF
127.517.879-08, nascido(a) em 15/08/2001, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de ROSANGELA PONTES DE SOUZA e
, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para fins de ciênciaMARCOS ROBERTO DOS SANTOS INTIMAÇÃO
quanto à , conforme determinadas nos autos, decorrente deREVOGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA
expressa manifestação da noticiante.
Paranaguá, Datado Digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVAS
DESTINATÁRIO(A)(S): MARIA EDUARDA MATOS DA SILVA
PRAZO DE 15 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Marcelo Mounic Lago, da 1ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o
presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência
(Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0001156-03.2023.8.16.0129, em que é(são) autor(es) MARIA
EDUARDA MATOS DA SILVA, réu(s) JEAN MARCEL ALVES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s)
Promovente MARIA EDUARDA MATOS DA SILVA, portador(a) do RG 147447078 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a)
,em 23/05/2003, natural de PARANAGUA/PR, filho(a) de KELLIN MATOS NUNES e NEI QUARESMA XAVIER DA SILVA
motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência daINTIMAÇÃO REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS
determinadas nos autos. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguemPROTETIVAS DE URGÊNCIA
ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Paranaguá, datado digitalmente.
Leonardo Marcelo Mounic Lago
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Ação Penal n° 0010084-06.2024.8.16.0129, que a Justiça Pública move
contra ANGEL GONÇALVES COSTA, residente na Rua Bocaiúva do Sul, 7 Entrada do Morro (Imóveis
Rosina) - Passa Sete - MORRETES/PR, com incurso nas sanções do CP, ART 121 Homicídio
Qualificado e, sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, para

que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez)
dias, nos termos do artigo 396 do CPP.
FATOS:
Os acusados possuem vinculação com facção criminosa conhecida como Cartel, que teria como líder
Marcos Silas Neves de Souza, também conhecido pelos apelidos "GT", "Amigão" e "Home", apontado
como o mandante do crime abaixo denunciado contra a vítima André dos Santos Ernesto (denúncia nos
autos n. 0007973-54.2021.8.16.0129). A facção estaria em disputa com o PCC pelo controle da rota
ilegal de cocaína que passa pelo porto de Paranaguá. A vítima foi identificada pelos acusados como
ligado ao PCC e, por esse motivo, acabou sendo assassinada pelos ora denunciados Angel e William (por
ordem de Marcos), conforme descrito a seguir.
FATO CRIMINOSO
Na noite do dia 03 de agosto de 2021, por volta das 19h30min, na Rua Ayro Carvalho Cruz, n. 38, no
Bairro Jardim Vale do Sol, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, os denunciados ANGEL
GONÇALVES COSTA e WILLIAM GUILHERME SIMIONI, ambos com consciência e vontade
cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, cada um aderindo à conduta delituosa do outro,
em comunhão de esforços, com intenção de matar, concorreram para a execução do homicídio da vítima
André dos Santos Ernesto, mediante múltiplos disparos de arma de fogo1, atingindo-a na região da
cabeça e pescoço, causando lesões encefálicas, o que foi a causa eficiente de sua morte, conforme o
Laudo de Necropsia n. 72.108/2021 (mov. 9.4). O crime foi executado por motivo torpe, consistente na
animosidade decorrente da guerra de facções criminosas, cujas atividades ilícitas orbitam em torno do
tráfico ilícito de entorpecentes. Ademais, o delito foi praticado mediante emboscada, uma vez que os
autores permaneceram próximos à residência da vítima, aguardando o momento em que ela saísse para
efetuar os disparos. Por fim, o delito foi cometido por meio que dificultou a defesa da vítima,
surpreendendo-a com diversos disparos de arma de fogo (08 orifícios de entrada de projétil nas regiões
de cabeça e pescoço - laudo de necropsia mov. 9.4) e aproveitando-se da superioridade numérica de
executores. FONTE: Boletim de Ocorrência n. 2021/784269 (mov. 1.2), Relatório da análise dos dados
extraídos do aparelho celular apreendido (mov. 1.4), Termo de Declarações (mov. 1.7 e 1.8) dos autos n.
0007973-54.2021.8.16.0129, Laudo Pericial de Local de morte n. 72.098/2021 (mov. 9.1, 9.2 e 9.3),
Laudo Pericial de Necropsia n. 72.108/2021 (mov. 9.4), Laudo Pericial de Dosagem Alcoólica e
Toxicológica n. 72.292/2021 mov. 20.1) dos autos n. 0007973-54.2021.8.16.0129, Informação de
investigação (mov. 1.4) dos autos n. 0007973-54.2021.8.16.0129, Relatório de extração de dados do
aparelho celular de Marcos Silas (mov. 20.5) dos autos n. 0007973-54.2021.8.16.0129, Denúncia (mov.
23.1) dos autos n. 0007973-54.2021.8.16.0129, Relatório de indiciamento (mov. 10.2) e reportagens
anexas.
Assim agindo, o denunciado ANGEL GONÇALVES COSTA, incorreu, em tese, nas sanções previstas
no CP, ART 121 Homicídio Qualificado, razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.
Paranaguá, 24 de junho de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Ação Penal n° 0004945-78.2021.8.16.0129, que a Justiça Pública move
contra MARCEL DOS SANTOS KUSMA, residente na AVENIDA BENTO ROCHA, 25 - SANTA HELENA -
PARANAGUÁ/PR, atualmente em local incerto e não sabido, como incurso nas sanções do CP, ART
129 Violência Doméstica e, sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos termos da
denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no
prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.
FATOS:
"Em 24 de julho de 2021, por volta das 22h00min, em residência localizada no bairro Santos Dumont, nº
30, neste Município e Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado MARCEL DOS SANTOS KUSMA,
com vontade e consciência, mediante violência doméstica e familiar, contra mulher por razões da
condição do sexo feminino, com intenção de lesionar, ofendeu a integridade corporal da vítima A. P. G.,
sua convivente, ao desferir socos contra a face da vítima, segurar seus braços e jogá-la, causando as
seguintes lesões corporais: 1) Equimose arroxeada na face lateral do braço direito, perfazendo área de 7,0
cm por 2,5 cm, localizada na face lateral do braço direito; 2) Feridas contusas irregulares sobre o
olécrano do cotovelo esquerdo, avermelhadas, com formação de crosta; 3) Equimose arroxeada na região
supra-orbital direita, perfazendo uma área de 3,0 cm por 2,0 cm (conforme laudo pericial de lesões
corporais - mov. 29.3 e fotografia - mov. 1.4, fls. 2)".
Assim agindo, o denunciado MARCEL DOS SANTOS KUSMA, incorreu, em tese, nas sanções
previstas no CP, ART 129 Violência Doméstica, razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.
Paranaguá, 24 de junho de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER a todos quantos virem ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, tramitam os autos de Ação Penal n° 0000324-04.2022.8.16.0129, que a Justiça Pública move
contra MARCOS ROBERTO LOPES FILHO, atualmente em lugar incerto e não sabido e sendo assim,
fica CITADO e INTIMADO pelo presente edital acerca dos termos da denúncia, bem como, para que
ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias,
nos termos do artigo 396 do CPP.
FATOS:
No dia 19 de janeiro de 2022, por volta das 23h41min, em via pública, mais precisamente na Avenida
Bento Munhoz da Rocha Neto, bairro Aeroparque, neste município e comarca de Paranaguá/PR, o
denunciado MARCOS ROBERTO LOPES FILHO, com consciência e vontade, conduziu, em proveito
próprio, o veículo automotor Audi/A3, de cor prata e placas DWF0J15, avaliado em R$45.644,00
(quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), veículo este que sabia ser produto de
crime, eis que se encontrava com alerta de furto (mov. 78.9), tudo conforme auto de prisão em
flagrante delito (mov. 1.1); boletim de ocorrência n.º 2022/69895 (mov. 1.2); auto de avaliação (mov.
1.7) e boletim de furto n.º 2022/70997 (mov. 78.12).
Assim agindo, o denunciado MARCOS ROBERTO LOPES FILHO, incorreu, em tese, nas sanções
previstas no artigo 180, caput, do Código Penal,, razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o
presente Edital que será publicado.
Paranaguá, 24 de junho de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor BRIAN FRANK, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Execução Penal n° 4000184-62.2023.8.16.0129, tendo como apenado ARTUR PONTEL ,atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim, fica INTIMADO, para comparecer na audiência admonitória, na data, hora e local abaixo relacionados: DATA / HORÁRIO / LOCAL DA AUDIÊNCIA: 16 de julho de 2025 às 15:15 horas - Rua Comendador Correia Júnior, 647, 29 de Julho,Paranaguá - PR - Fone: (41) 3263-6024
Paranaguá, 24 de junho de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
O Doutor BRIAN FRANK, MM Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado
do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER a todos quantos virem ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo tramitam os autos de n° 0005610-55.2025.8.16.0129, tendo como promovido LEANDRO VAZ
CORREIA, sendo assim, ficam INTIMADOS eventuais terceiros interessados, para que, no prazo de 15
(quinze) dias, se manifestem sobre a alienação antecipada (art. 144-A, CPP) do veículo apreendido:
NISSAN/KICKS SV CVT; ANO DE FABRICAÇÃO:2018; COR: PRETA; PLACA/UF: LTM4C39/PR;
CHASSI: 94DFCAP15JB147343; RENAVAM: 01159938951.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o
presente Edital que será publicado.
Paranaguá, 24 de junho de 2025.
Brian Frank
Juiz de Direito

PATO BRANCO

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

COMARCA DE PATO BRANCO
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PATO BRANCO - PROJUDI
Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Sambugaro - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46) 3225 3448 - E-mail: pb-1vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL
Pelo presente se faz saber a todos, que será levado a arrematação, em primeiro e segundo leilão conforme Lei 13.105/2015, o(s)
bem(ns) adiante descrito(s), na forma seguinte:
1º LEILÃO: Nas modalidades presencial e eletrônica, no dia 22/08/2025, às 13:30 horas, por preço igual ou superior ao da
avaliação.
2º LEILÃO: Nas modalidades presencial e eletrônica, no dia 01/09/2025, às 13:30 horas, pelo maior lance, desde que não
caracterize preço vil. 50% do valor da avaliação. (art. 891, § único, CPC).
O interessado em ofertar lances de forma eletrônica, deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro - www.simonleiloes.com.br -
sendo o cadastro gratuito e requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil
e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas
processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal.
LOCAL: Auditório do Leiloeiro, sito à Rua Osvaldo Aranha, no 659, Centro, Pato Branco/PR e Site do leiloeiro -
www.simonleiloes.com.br.
OBS: Caso não haja expediente forense, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.
PUBLICAÇÃO: Na forma do art. 887 do CPC, o presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do
leiloeiro - www.simonleiloes.com.br - dispensada a publicação em jornal.
PROCESSO: Autos 0011695-27.2020.8.16.0131 de Execução Fiscal em que é Exequente Município de Pato Branco/PR (CNPJ:
76.995.448/0001-54) e Executado(s) Claudir Zambão (CPF/CNPJ: 052.651.129-01) e Claudir Zambão (CPF/CNPJ: 15.481.502/0001-59).
DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): VW/GOL 16V, ano/mod. 2000, gasolina, Chassi: 9BWCA15X7YT185122, PLACA BCT-9990, UF PR, cinza,
renavam 0073.562582-4.
AVALIAÇÃO: R$ 9.017,00 (nove mil e dezessete reais) em 30/09/2024.
DEPÓSITO: Em mãos do executado, sito na Rua Rio Branco, n° 54, Jardim Floresta, Pato Branco- PR.
DÍVIDA: R$ 1.982,32 (mil novecentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos) em 10/04/2025, valor sujeito à atualização mais
as custas processuais.
ÔNUS: Os que constarem nos autos.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO NO LEILÃO: O pagamento deverá ser realizado à vista pelo arrematante, alternativamente, o valor
da arrematação poderá ser quitado no prazo de até 15 dias, mediante caução idônea, prestada no ato, equivalente a 25% do valor
da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor no prazo de 15 dias, perderá o valor da caução, tornando
sem efeito a arrematação e retornando o bem à novo leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador
remissos. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o
arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital.
CONDIÇÕES GERAIS: Os bens serão vendidos livre de dívidas e ônus de acordo com o art. 130 § único do Código Tributário
Nacional. Os bens serão vendidos no estado que se encontram, inexistindo garantia sobre os mesmos, assumindo o arrematante a
retirada do(s) bem(ns), posse no imóvel, impostos e taxas que recaírem sobre os bens para transferência junto aos órgãos
competentes.
DESPESAS: Caberá ao arrematante arcar com o custo de expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega,
cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. Para os bens
móveis incidirá o ICMS.
LEILOEIRO: Elton Luiz Simon, Leiloeiro Público Oficial, Jucepar 09/023-L, fone (46) 3225-2268, www.simonleiloes.com.br o qual
perceberá por seu ofício a seguinte remuneração: Em se tratando de arrematação, 5% do valor do lanço, sob responsabilidade do
arrematante.
INTIMAÇÃO: Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) e demais credores de acordo com o art. 889 do CPC.
OBS: O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer
dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por quedas ou falhas no sistema, no servidor ou na internet, posto
que a internet e o site do leiloeiro são apenas facilitadores de oferta. A comissão do leiloeiro NÃO INTEGRA O VALOR DO LANCE. Ou
seja, além do valor ofertado em leilão o arrematante deverá realizar o pagamento da comissão do leiloeiro.
Cabe ao interessado acessar o site com antecedência para acompanhar o andamento e encerramento do leilão no site do leiloeiro.
O(s) bem(ns) que não for(em) objeto de arrematação no decorrer do leilão judicial poderão ser apregoados novamente
(repassados) ao final do evento, na mesma data.
Pato Branco/PR, 24 de junho de 2025. Eu,.....(Kelin Cristine Svidzinski), Auxiliar Juramentada, Autorizada pela Portaria no
33/2022, o fiz digitar e subscrevi.
KELIN CRISTINE SVIDZINSKI
Auxiliar Juramentada-Portaria 33/2022
Assinatura Digital
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**

COMARCA DE PATO BRANCO
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PATO BRANCO - PROJUDI
Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Sambugaro - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46) 3225 3448 - E-mail: pb-1vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): RICARDO ZANETTI e RICARDO ZANETTI MEI
PRAZO DE 60 DIAS
A Juíza de Direito Daniela Maria Krüger, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Execução Fiscal** sob nº 0005258-33.2021.8.16.0131, a qual tem por objeto [Tx de Lic. e outros], inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): [676/2021] na data de [24/05/2021], no importe de R$ 861,96 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Pato Branco/

PR, e executado(a)(s) Ricardo Zanetti, Ricardo zanetti MEI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s)** , motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, **efetuar o pagamento do débito**, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios, no total de 2.247,33 (Dois mil duzentos e quarenta e sete reais e trinta e três centavos). No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (Sessenta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Kelin Cristine Svidzinski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Pato Branco, 24 de junho de 2025.
Kelin Cristine Svidzinski
Auxiliar Juramentada-Portaria 33/2022
Assinatura Digital
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PATO BRANCO
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PATO BRANCO - PROJUDI
Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Sambugaro - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46) 3225 3448 - E-mail: pb-1vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ANTONIO DE JESUS RAMALHO; ANTÔNIO DE JESUS RAMALHO e ROSELI FÁTIMA DE LIMA
PRAZO DE 60 DIAS
A Juíza de Direito Daniela Maria Krüger, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Execução Fiscal** sob nº 0006944-60.2021.8.16.0131, a qual tem por objeto [Taxa de Licenciamento; taxa de vigilância Sanitária e Emolumentos], inscrito em dívida ativa sob nº(s): [º 2019/1200, 2020/727, 2020/2782 e 2021/313] na data de [25/08/2021], no importe de R$ 1.836,36 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Itapejara d'Oeste/PR, e executado(a)(s) Roseli Fátima de Lima, ANTONIO DE JESUS RAMALHO, Antônio de Jesus Ramalho & Cia Ltda , e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s) Antônio de Jesus Ramalho & Cia Ltda** , portador(a) do CNPJ 14.981.733/0001-69;**Roseli Fátima de Lima**, portador(a) do RG 54344546 SSP/PR e CPF 697.483.069-68;**ANTONIO DE JESUS RAMALHO**, portador(a) do RG 101594238 SSP/PR e CPF 071.241.549-10, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, **efetuar o pagamento do débito**, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios, no total de 5.048,56 (Cinco mil quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos). No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (sessenta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Kelin Cristine Svidzinski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Pato Branco, 24 de junho de 2025.
Kelin Cristine Svidzinski
Auxiliar Juramentada-Portaria 33/2022
Assinatura Digital

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PATO BRANCO
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PATO BRANCO - PROJUDI
Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Sambugaro - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46) 3225 3448 - E-mail: pb-1vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): BERNARDI SILVA CONFECÇÕES LTDA; CLEVERSON JEAN FERREIRA DA SILVA e RODRIGO BERNARDI
PRAZO DE 60 DIAS
O Juiz de Direito Substituto João Angelo Bueno, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Execução Fiscal** sob nº 0004111-06.2020.8.16.0131, a qual tem por objeto [Taxa Lic. Loc. Func e outros], inscrito em dívida ativa sob nº(s): (402/2020] na data de [26/03/2020], no importe de R$ 1.204,60 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Pato Branco/PR, e executado(a)(s) CLEVERSOM JEAN FERREIRA DA SILVA (CPF 012.392.029-97), BERNARDI SILVA CONFECÇÕES LTDA (CNPJ 16.918.383/0001-11), RODRIGO BERNARDI (CPF 007.763.849-29), e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s)** , motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, **efetuar o pagamento do débito**, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios, no total de 3.558,08 (Três mil quinhentos e cinquenta e oito reais e oito centavos). No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (Sessenta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Kelin Cristine Svidzinski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Pato Branco, 24 de junho de 2025.
Kelin Cristine Svidzinski
Auxiliar Juramentada-Portaria 33/2022
Assinatura Digital
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): DOUGLAS MONTEIRO DE ALMEIDA
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Flávia Molfi de Lima, da 2ª Vara Cível de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Cheque, sob nº 0007634-84.2024.8.16.0131, em que é autor DHIOGO RICARDO DOS SANTOS, e réu DOUGLAS MONTEIRO DE ALMEIDA, MAURICIO PATRIK ZANELLA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido DOUGLAS MONTEIRO DE ALMEIDA**, portador(a) do RG 102834895 SSP/PR e CPF 063.605.009-22. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, pagar o débito constante na inicial, no valor total de R$ 27.071,11 (vinte e sete mil, setenta e um reais e onze centavos), o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e acrescido de 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que o cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Ainda, fica(m) **CIENTE(S)** de que, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos, será constituído de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, no prazo para embargos, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão) requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts. 701, § 5º, e 916, CPC), nos termos do respeitável despacho: " Defiro o pedido formulado no evento 180.1, considerando que foram realizadas diversas tentativas de localização do réu, todas sem êxito. Dessa forma, em observância ao princípio da razoabilidade e à regular tramitação do processo, determino a expedição de edital para citação. Nomeio a Defensoria Pública como curadora especial para representar os interesses do réu. Remetam-se os autos. Publique-se. Intimações e diligências necessárias. Pato Branco, datado e assinado digitalmente. Flávia Molfi de Lima Juíza de Direito ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Juliana Aparecida Meira, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Pato Branco, 24 de junho de 2025.**
Flávia Molfi de Lima
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Flávia Molfi de Lima, da 2ª Vara Cível de Pato Branco, FAZ

SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0013213-13.2024.8.16.0131, em que é autor JAQUELINE ALVES DOS SANTOS, e réu Iraci Alves, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de Iraci Alves, portador(a) do RG 94428130 SSP/PR e CPF 078.621.579-82, por sentença publicada em , a qual reconheceu que o(a) interditada IRACI ALVES, nascida em 25/08/2979, brasileira, em união estável, aposentada, portador da cédula de identidade n° 94428130, inscrito sob o CPF n° 078.621.579- 82, não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários, podendo praticar autonomamente. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curadora JAQUELINE ALVES DOS SANTOS, brasileiro(a), em união estável, desempregada, portador(a) do RG n. 13.547.806-7, inscrito (a) no CPF sob n. 11304028941 , cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Vistos, JAQUELINE ALVES DOS SANTOS ajuizou a presente AÇÃO DE CURATELA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA requerendo a interdição de IRACI ALVES, em razão da requerida ser genitora da requerente. Narrou que a requerida está acometida por doença degenerativa do sistema nervoso central, tendo suspeita de Doença de Huntington e, em decorrência do acometimento da doença possui inaptidão de realizar atividades simples do dia-a-dia, dependendo 24h de cuidados especiais. Postulou pela interdição de sua genitora, sendo nomeada como curadora. Ao final, requereu a procedência dos pedidos e juntou documentos (evs. 1.1-1.12). Decisão Inicial, em que foi deferida a curatela provisória (ev. 8.1). Audiência de Entrevista (ev. 41.1). Parecer do Ministério Público (ev. 45.1). Estudo Social (ev. 52.1). Vieram os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Trata-se de ação de interdição, na qual a requerente sustenta que sua genitora apresenta diagnóstico de doença degenerativa não especificada ainda, não possuindo condições de gerir a sua própria vida. Verifica-se por meio de documento médico juntado aos autos (evs. 1.3) que a requerida não apresenta capacidade mental e física de gerir ou administrar seus bens. Insta destacar que a curatela cabe a requerente, uma vez que pelos documentos colacionados aos autos comprova ser filha da interditanda, bem como possui concordância da outra filha capaz, Juliane e, ainda, também é guardiã dos irmãos, filhos da interditanda. Em suma, é parte legítima para propositura da ação, conforme prevê o art. 1.775, parágrafo 1º do Código Civil. Ainda, denota-se que através do parecer (ev. 45.1), o Ministério Público manifestou favoravelmente ao pedido de interdição em caráter definitivo, assim como favorável em tornar a requerente como curadora definitiva, sendo julgado totalmente procedente o pedido de curatela pugnado nos autos. Assim, em razão do quadro do interditado comprovado através de documentos médicos e da realização da audiência de entrevista, as provas carreadas nos autos são suficientes para o deferimento do pedido. Diante do exposto, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido de modo a decretar a interdição de IRACI ALVES, e nomear como curadora JAQUELINE ALVES DOS SANTOS, com fulcro no art. 755, I, do CPC, sob compromisso, sendo que não poderão por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes a interditada, sem autorização judicial. Procedam-se as publicações previstas no art. 755, §3º do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Diligências Necessárias. Pato Branco, datado e assinado digitalmente. FLÁVIA MOLFI DE LIMA Juíza de Direito". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Juliana Aparecida Meira, Analista Judiciário, conferi e digitei. Pato Branco, 22 de abril de 2025. Flávia Molfi de Lima Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Flávia Molfi de Lima, da 2ª Vara Cível de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0006342-64.2024.8.16.0131, em que é autor ALDONIR BERTAN, e interditanda ANA MARIA FALCHETTI, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de , por sentença publicada em , a qual reconheceu que o(a) interditada ANA MARIA FALCHETTI, brasileira, casada, portadora do R.G. nº 3.544.385-3 SSP/PR e do C.P.F. nº 340.708.269-04, não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários], podendo praticar autonomamente os atos. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador ALDONIR BERTAN, brasileiro, casado, portadora do C.P.F. sob nº 706.581.299-63, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " ALDONIR BERTAN ajuizou a presente AÇÃO DE INTERDIÇÃO COM PEDIDO DE CURATELA E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA requerendo a interdição de ANA MARIA FALCHETTI, em razão da requerida ser cônjuge do requerente. Narrou que a requerida sofreu um acidente de trânsito, e em decorrência do acometimento das sequelas neurológicas possui inaptidão de realizar atividades simples cotidianas, dependendo 24h de cuidados especiais. Postulou pela interdição de sua esposa, sendo nomeado como curador. Ao final, requereu a procedência dos pedidos e juntou documentos (evs. 1.1-1.34). Decisão Inicial em que foi deferida a curatela provisória (ev. 9.1). Concedida a gratuidade da justiça ao autor (ev. 38.1). Parecer do Ministério Público (ev. 60.1). Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de interdição, na qual o requerente sustenta que sua esposa está acometida por diversas sequelas em razão da interditanda ter sido vítima de atropelamento. Alega que a mesma apresenta lesão neurológica e não detém capacidade neurológica para os atos da vida civil por tempo indeterminado. Verifica-se por meio de documento médico juntado aos autos (ev. 1.7) que a requerida não apresenta capacidade mental e física de gerir ou administrar seus bens, o que foi corroborado por relatório médico elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco (ev. 48.4). Ainda, para demonstrar a condição médica da interditanda também foi juntado aos autos Laudo Médico elaborado pela Polícia Científica do Estado do Paraná. Insta destacar que a curatela cabe ao requerente, uma vez que pelos documentos colacionados aos autos comprova ser marido da interditanda (ev. 24.2). Em suma, são partes legítimas para propositura da ação, conforme prevê o art. 1.775, parágrafo 1º do Código Civil. Não obstante, denota-se que através do parecer (ev. 60.1), o Ministério Público manifestou favoravelmente ao pedido de interdição em caráter definitivo, assim como favorável em tornar o requerente como curador definitivo, sendo julgado totalmente procedente o pedido de curatela pugnado nos autos. Assim, em razão do quadro do interditado comprovado através de documentos médicos e da realização da audiência de entrevista, as provas carreadas nos autos são suficientes para o deferimento do pedido. Diante do exposto, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido de modo a decretar a interdição de ANA MARIA FALCHETTI, e nomear como curador ALDONIR BERTAN, com fulcro no art. 755, I, do CPC, sob compromisso, sendo que não poderão por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes a interditada, sem autorização judicial. Procedam-se as publicações previstas no art. 755, §3º do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Diligências Necessárias. Pato Branco, datado e assinado digitalmente. FLÁVIA MOLFI DE LIMA Juíza de Direito" O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Juliana Aparecida Meira, Analista Judiciário, conferi e digitei. Pato Branco, 16 de abril de 2025. Flávia Molfi de Lima Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO REQUERIDO Eduardo Lunkes, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
Processo: 0006473-44.2021.8.16.0034
Classe Processual: Guarda de Família
Assunto Principal: Alimentos
Requerido(s): Eduardo Lunkes (RG: 95792120 SSP/PR e CPF/CNPJ: 080.266.369-96) R. Palotina, 32 - Porto Mendes - MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR - CEP: 85.973-022 - Telefone(s): (41) 9610-3193 / (41) 99527-5471 / (41) 3354-9669
A Dra. Caroline Vieira de Andrade Mattar, MM. Juíza de Direito deste Foro Regional de Piraquara/Paraná, no uso de suas atribuições legais etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, especialmente o requerido Eduardo Lunkes (RG: 95792120 SSP/PR e CPF/CNPJ: 080.266.369-96), que tramita por este Juízo e Vara de Família e Anexos, os autos de AÇÃO DE GUARDA E ALIMENTOS nº 0006473-44.2021.8.16.0034, e de conformidade com o respeitável despacho exarado nos autos, foi determinada a expedição do presente edital para o fim de INTIMAR o requerido Eduardo Lunkes (RG: 95792120 SSP/PR e CPF/CNPJ: 080.266.369-96), atualmente em lugar incerto, para efetuar o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, ficando ciente que o não pagamento dos valores importa em emissão de certidão de crédito judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial - sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA). Resumo da sentença: "

Condeno o requerido, pela sucumbência, ao pagamento das despesas processuais e honorários de sucumbência, os quais arbitro em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 85, § 8º do Código de Processo Civil, tendo em vista a apreciação equitativa, atendendo o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço e a natureza da causa, bem como o valor a ela atribuído, que inviabiliza a remuneração com base em percentual, ainda que máximo ". Piraquara, 23 de junho de 2025. Eu, Leandro Augusto da Cruz Alberti, Estagiário, digitei e eu, Daniele R. da Maia, Técnica Judiciária, conferi.
Caroline Vieira de Andrade Mattar
Juíza de Direito

PONTA GROSSA

1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS, comarca de ponta grossa. Edital de citação, prazo de trinta (30) dias, Denise Damo Comel, Juíza de Direito da 1ª. Vara de Família e Anexos da Comarca de Ponta Grossa. Pelo presente edital, fica o réu **MANOEL ROBERTO DE OLIVEIRA,** atualmente em lugar incerto, **citado** para oferecer contestação, por petição, no **prazo de 15 dias**, contados na forma do art. 335, do CPC, sob pena de nomeação de curador especial e prosseguimento do feito (CPC, 257, IV), junto aos autos de ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68, sob nº 0003513-24.2025.8.16.0019, em que são autores MAISA GABRIELE CAMARGO DE OLIVEIRA representado(a) por BERENICE NUNES DE CAMARGO, Nycolas Eduardo Nunes de Oliveira representado(a) por BERENICE NUNES DE CAMARGO, Victor Roberto Nunes de Oliveira representado(a) por BERENICE NUNES DE CAMARGO. Ponta Grossa, 24 de junho de 2025.
Eu, Jonathan Felipe Padilha, Auxiliar Juramentado, que digitei, conferi e subscrevo.
Jonathan Felipe Padilha
Auxiliar Juramentado

2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): WILLIAN RODRIGUES CARNEIRO
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Débora Carla Portela, da 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0006862-06.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WILLIAN RODRIGUES CARNEIRO, e vítima S M, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido WILLIAN RODRIGUES CARNEIRO, portador(a) do RG 134864745 SSP/PR e CPF 103.142.549-78, nascido(a) em 20/03/1994, natural de CASTRO/PR, filho(a) de ANGELA MARIA RODRIGUES e LAURO DIAS CARNEIRO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 129 - Se a lesão é praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código:, Reclusão: 2 a 5 anos, cc. arts. 5º e 7º da Lei nº 11.340/2006 oferecida em 26/03/2025 e recebida em 14/04/2025, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "[...] No dia 26 de novembro de 2022, por volta das 23h00min, na residência localizada na Rua Alfredo Henneberg, nº 624, bairro Contorno, neste município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado WILLIAN RODRIGUES CARNEIRO, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, ofendeu a integridade corporal da vítima S M, sua esposa, ao segurar e torcer os braços dela; desferir socos em seus braços e um chute no seu estômago; arranhar seu pescoço e desferir murros em sua cabeça, fatos que resultaram em lesões corporais leves consistentes em: "Escoriação localizada na região parietal esquerda medindo 10 x 5 cm de extensão; Equimose avermelhada localizada na face lateral direita da região cervical medindo 15 x 5 mm de extensão; Equimose arroxeada localizada na face medial do antebraço direito medindo 10 x 4 cm de extensão; Escoriação localizada na face anterior do antebraço direito medindo 10 x 2 mm de extensão; Equimose arroxeada localizada na face medial do antebraço esquerdo medindo 4 x 2 cm de extensão", conforme laudo de lesões corporais nº 120.617/2022 (mov. 1.7, fls. 04-05), boletim de ocorrência (mov. 1.2) e termo de declaração (mov. 1.3). Consigne-se que o denunciado WILLIAN RODRIGUES CARNEIRO praticou o crime acima descrito contra a vítima S M por razões da condição de sexo feminino, ou seja, violência praticada dentro do ambiente doméstico e familiar, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, considerando que, à época dos fatos, a vítima era esposa do denunciado. Assim agindo, o denunciado WILLIAN RODRIGUES CARNEIRO praticou, em tese, a conduta típica e antijurídica descrita no art. 129, § 13º, do Código Penal, cc. arts. 5º e 7º da Lei nº 11.340/2006 [...]"; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 24 de junho de 2025.**
Débora Carla Portela
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

3ª VARA CÍVEL

Edital Geral

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 20 (VINTE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0013973-07.2024.8.16.0019, requerida por JOÃO AMAURI TORTORA e SIRLENE KOPZYNSKI TORTORA no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: " Localização: Vila Bonato - Bairro: Pitangui - Ponta Grossa/PR . Quadra: 12 | Lote: 17 | Quadrante: NO. Área do lote: 490,00 m². Lote de terreno de forma retangular, com frente medindo 14,00 metros para a Rua Andorinha, considerando-se a perspectiva de quem olha da rua. Lado direito: confronta com o Lote 18, de propriedade de Estácio Prestesnik, medindo 35,00 metros; Lado esquerdo: confronta com o Lote 16, de propriedade do espólio de João Paulino Borato, também com 35,00 metros; Fundos: confronta com parte do Lote n.º 718, de propriedade do Município de Ponta Grossa, medindo 14,00 metros. A área total do lote é de 490,00 metros quadrados. O imóvel está situado no lado ímpar da numeração predial da Rua Andorinha, a uma distância de 42,00 metros da Rua Quero-Quero" que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 44 (quarenta e quatro) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 20 (VINTE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0004428-78.2022.8.16.0019, requerida por MARIA EVA DA SILVA e AROLDO VAZ no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Lote de terreno urbano sob o nº. 440/B (quarenta e quatro B) da quadra 45 (quarenta e cinco), situado no Bairro Jardim Carvalho, na cidade de Ponta Grossa, com as seguintes medidas e confrontações: de frente para a Rua Farias de Brito, onde mede 15,00m (quinze metros); do lado esquerdo confronta com a Rua Odorico Mendes, onde mede 16,50 m (dezesseis metros e cinquenta centímetros); lado direito confronta com o lote nº 439, de propriedade João Maria de Souza, onde mede 16,50 m (dezesseis metros e cinquenta centímetros) e , nos

fundos , confronta com o lote nº440/A, de propriedade de Tabernáculo da Salvação dos Últimos dias, onde mede 15,00 m (quinze metros); fechando o perímetro, um lote de forma retangular, com área de 247,50 m2 (duzentos e quarenta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da numeração predial" que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 15 (quinze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - TRINTA (30) DIAS JUSTIÇA GRATUITA EDITAL DE CITAÇÃO de ISABELE BERTOLI RAMOS, eventuais herdeiros, sucessores e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0008181- 09.2023.8.16.0019, requerida por IZABELLE DZAZIO SIQUEIRA DOS SANTOS e JEAN PABLO SIQUEIRA DOS SANTOS, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-seão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Um lote de terreno urbano, constituído pelo lote nº 18 (dezoito), da quadra nº 11 (onze), situado no Bairro Neves, Jardim Conceição, Quadra SE, com as seguintes medidas e confrontações: de frente para Rua Professora Júlia Carneiro Rosas, onde mede 15,00 m (quinze metros); do lado direito (quem da rua olha), confronta com o Lote n° 17 (dezessete), onde mede 44,00 m (quarenta e quatro metros) com a propriedade de Rosângela Aparecida Rogoski; do lado esquerdo (quem da rua olha), confronta com o Lote n° 19 (dezenove), onde mede 44,00 m (quarenta e quatro metros) com a propriedade de Carmem Andrucheski e nos fundos com o Lote n° 05 (cinco), onde mede 15,00 m (quinze metros) com a propriedade de Acir Reiman da Silva; fecha-se o perímetro com um lote com forma retangular, com área de 660,00 m² (seiscentos e sessenta metros quadrados), imóvel este situado ao lado ímpar da numeração da Rua Professora Júlia Carneiro Rosas, 867, distante 60,00 m (sessenta metros) da Rua Professor Victor Batista, existindo sobre o lote uma construção de madeira de 79,93 m² (setenta nove metros e noventa e três centímetros quadrados) de uso habitacional", que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 15 (quinze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 01 de junho de 2025. Eu, (a) (Glasieli de Fátima Bejes), Analista Judiciária, que digitei e subscrevi. Glasieli de Fátima Bejes Analista Judiciária

---

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 20 (VINTE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0001639-04.2025.8.16.0019, requerida por VALDOMIRO DE OLIVEIRA CARDOSO e EURIDECE FERREIRA CARDOSO, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 344 do NCPC), que pretende seja declarado o domínio dos mesmos sobre: " Imóvel Rural: "Chácara Recanto Feliz. Local: Roxo-Roiz/ Distrito de Guaragi. Município: Ponta Grossa. Estado: Paraná. Área Total: 20. 748 m². 34 litros e 11a.m2, 2,0748 hecpr. Perímetro: 623,45m. Saindo do centro da cidade de Ponta Grossa, da Igreja Sagrado Coração de Jesus "Dos Polacos", segue-se pela Rua Balduino Taques por aproximadamente 1.600 metros até a Avenida Visconde de Mauá. Dali, segue-se por esta até o viaduto do Vendrami. Após adentrar ao viaduto, continua-se pela Rodovia BR-376 por aproximadamente 300 metros. Depois, pega-se a Rodovia PR-151, sentido Palmeira e, à direita, em direção a Guaragi, por aproximadamente 7.000 metros, até a estrada que dá acesso à localidade de Roxo-Roiz. Segue-se por esta por aproximadamente 900 metros até encontrar o imóvel.Confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ISDU-M-5138, de coordenadas (Longitude: -50°13'14.123", Latitude: -25°13'56.504", Altitude: 918,43 m). Margem leste confrontando com Estrada Municipal, com os seguintes azimutes e distâncias:131°40' e 38,19 m até o vértice ISDU-V-10921 (Longitude: -50°13'13.104", Latitude: -25°13'57.329", Altitude: 918,84 m); 134°28' e 12,48 m até o vértice ISDU-V-10922 (Longitude: -50°13'12.786", Latitude: -25°13'57.613", Altitude: 920,20 m); 127°34' e 4,24 m até o vértice ISDU-V-10923 (Longitude: -50°13'12.666", Latitude: -25°13'57.697", Altitude: 920,51 m); 126°17' e 16,12 m até o vértice ISDU-V-10924 (Longitude: -50°13'12.202", Latitude: -25°13'58.077", Altitude: 921,30 m); 123°35' e 23,92 m até o vértice ISDU-M-5139 (Longitude: -50°13'11.490", Latitude: -25°13'58.437", Altitude: 924,55 m). Por linha de divisa leste, segue confrontando com Pedrinho Paulo Branco e Aparecida de Fátima Branco - Posse, com os seguintes azimutes e distâncias: 216°20' e 90,85 m até o vértice ISDU-M-5140 (Longitude: -50°13'14.313", Latitude: -25°14'00.815", Altitude: 926,42 m); 179°24' e 24,71 m até o vértice ISDU-M-514 50°13'13.404", Latitude: -25°14'01.618", Altitude: 926,79 m); Azimute 201°05' e distância de 86,22 metros até o vértice ISDU-M-5142 (Longitude: -50°13'14.512", Latitude: -25°14'04.232", Altitude: 922,51 m). Por linha seca, deste ponto, segue confrontando com Antônio Amauri Svidnicki - Posse, com os seguintes azimutes e distâncias: 301°40' e 117,96 metros até o vértice ISDU-M-5143 -50°13'18.098", Latitude: -25°14'02.219", Altitude: 915,11 m); Canal: deste ponto, segue confrontando com Antônio Amauri Svidnicki - Posse, com os seguintes azimutes e distâncias: 28°13' e 113,56 metros até o vértice ISDU-M-5144 (Longitude: -50°13'16.179", Latitude: -25°13'58.968", Altitude: 920,19 m); 37°11' e 95,20 metros até o vértice ISDU-M-5138, ponto inicial da descrição deste perímetro" que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 20 (vinte) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 18 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
CITANDO JORDANA RAFAELLE VAZ ROZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 35.879.696/0001-52 e JORDANA RAFAELLE VAZ ROZA, inscrito no CPF/MF nº 099.201.859-57, atualmente em lugar incerto de não sabido.
PROCESSO Ação MONITÓRIA, sob nº 0013509-17.2023.8.16.0019 promovida por COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDICERIPA - SICOOB CREDICERIPA.
OBJETIVO: Para, no prazo de quinze (15) dias, pagar a importância de R$ 5.832,24 (cinco mil, oitocentos e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos - em 04/05/2023 e demais acréscimos, caso em que ficará isento das custas e honorários ou, no mesmo prazo, oferecer embargos, CIENTE, de que não efetuado o pagamento ou embargada a ação no prazo legal, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 1º CPC).
Ponta Grossa, 18 de junho de 2025.
Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 20 (VINTE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0031844-21.2022.8.16.0019, requerida por EZIOLETE TEREZINHA PEREIRA no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: " PONTA GROSSA - PR. Lote: 13. Quadra: 1. Vila: Rubini. Bairro: Uvaranas. Inscrição Imobiliária: 09.5.18.29.0361-001. Lote urbano com as seguintes medidas e confrontações, considerando-se o ponto de vista de quem olha da rua: Frente: mede 14,00 metros (quatorze metros), voltado para a Rua Paulo Pinheiro Schmidt; Lado direito: mede 37,50 metros (trinta e sete metros e cinquenta centímetros), confrontando com o Lote 14, de propriedade do espólio de Walfredo José Rubini, CPF: 014.203.489-49; Lado esquerdo: mede 37,50 metros, confrontando com o Lote 12, de propriedade de Vladimir José Bedin, CPF: 003.570.139-05; Fundos: mede 14,00 metros, confrontando com o Lote 3, de propriedade do espólio de Jair Manarim, CPF: 302.620.209-63. O lote possui forma retangular, com área total de 525,00 m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), localizado no lado ímpar da numeração predial da Rua Paulo Pinheiro Schmidt, a uma distância de 44,00 metros da Alameda Nabuco de Araújo" que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 15 (quinze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
EDITAL DE CITAÇÃO daquela cujo nome consta registrado o veículo DEVANIR DE JESUS INGLES DA SILVA (brasileira, inscrita no CPF/MF 725.452.409-15, demais qualificações ignoradas), atualmente em lugar incerto e desconhecido, bem como dos eventuais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob nº 0014144-27.2025.8.16.0019, requerida por ELVIS RODRIGUES DA SILVA (brasileiro, inscrito no CPF/MF 023.417.599-04, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Ponta Grossa/PR), no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 285 do CPC), que pretende seja declarado o domínio do mesmo sobre o seguinte bem móvel: "Veículo Marca/Modelo: VW/Parati GLS Ano/Modelo: 1988 Placa: BBY-0001 RENAVAM: 522300596 Cor: Preta". A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.

Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0008978-14.2025.8.16.0019, requerida por MARIA TEREZINHA HOELDTKE, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Município: Ponta Grossa - PR. DENOMINAÇÃO: Lote 0111. VILA: Vila Margarida. BAIRRO: Órfãs. QUADRA: 0845243. De forma retangular, medindo 14,40 metros de frente para a Rua Paulo Nadal (1944), de quem da rua olha; do lado direito mede 33,00 metros e confronta o lote 0097 da quadra 0845243 de Propriedade de Pedro Francisco Buss; do lado esquerdo mede 33,00 metros o lote 0126 da quadra 0845243 de Propriedade de Aroldo Kruger e nos fundos mede 14,40 metros e confronta o lote 0305 da quadra 0845243 de Propriedade de Rogerio Garcia Valentim, com área de 475,20 m². Sem numeração (S/N) predial da Rua Paulo Nadal, com fachada para a Rua Paulo Nadal sentido Nordeste e distante 59 metros da Avenida Anita Garibaldi" que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 39 (trinta e nove) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
CITANDO ROBERTO DIAS DE SIQUEIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CPF/MF nº 077.291.349-85, atualmente em lugar ignorado. PROCESSO Ação De Danos Morais E Existenciais Em Decorrência De Violência Doméstica, sob nº 0032880-35.2021.8.16.0019, promovida por LARYSSA URBA.- OBJETIVO: Para tomar ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTE de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC). Ponta Grossa, 17 de Junho de 2025 Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0035788-94.2023.8.16.0019, requerida por PAULO GERALDO BIEBELUKA e ANGELA MARIA SANTANA GIEBELUKA no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Localização: Guaragi - Distrito de Ponta Grossa/PR. Quadra: 70. Lote: 02. Quadrante: SO. Descrição do Imóvel: Lote de terreno de forma quadrangular, com frente medindo 34,00 metros para a Rua 19 de Dezembro, considerando-se a perspectiva de quem olha da rua. Lado direito: confronta com a Rua Salvador Ribeiro de Souza (antiga Rua J), com 33,00 metros; Lado esquerdo: confronta com o Lote nº 04, de propriedade de Rosa Silvestre de Vargas Staniski, também com 33,00 metros; Fundos: confronta com o Lote nº 01, de propriedade de Idalina de Oliveira, com 34,00 metros. A área total do lote é de 1.122,00 metros quadrados" que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 35 (trinta e cinco) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - VINTE (20) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO do JOÃO BATISTA DOS SANTOS , para querendo, contestar a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0034438-08.2022.8.16.0019, requerida por PAULO CÉSAR JURASREK e SILVANA APARECIDA RAMOS, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Lote de um terreno urbano de forma retangular sob número 817, da quadra nº 59, quadrante NO, localizado na Vila Santo Antônio, Bairro Nova Rússia, nesta cidade, medindo 15,00m (quinze metros) de frente para a Rua Ribeirão do Pinhal, do lado esquerdo de quem da rua olha faz divisa com o lote 816 de propriedade de Marino Silva Bueno, onde mede 30,50m (trinta metros e cinquenta centímetros), do lado direito de quem da rua olha faz divisa com o lote 818 de propriedade de João Batista Dos Santos, onde mede 30,50m (trinta metros e cinquenta centímetros), e de fundo, com o lote 822 de propriedade de Radameis Soares Pinto medindo 15,00m (quinze metros), perfazendo uma área total de 480,00m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados). Existente sobre o mesmo uma casa de alvenaria com frente para a Rua Ribeirão do Pinhal, 350, com a área de 115,30m² (Cento e quinze metros quadrados e trinta centímetros). O referido lote encontra-se a uma distância de 227m (Duzentos e vinte e sete metros) da Rua Londrina, a rua transversal mais próxima.", que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 22 (vinte e dois) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Ténica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 30 (TRINTA) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0018083-15.2025.8.16.0019, requerida por JAIME FRANCISCO DE SOUZA e MARIA LUIZA CORDEIRO DE ALMEIDA, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "PONTA GROSSAPR. Terreno urbano, constituído pelo lote nº 27, quadra nº 07, quadrante NO, inscrição imobiliária nº 08.5.03.04.0502.000, situado à Rua Leonora Staciaki, Vila Jardim Planalto, bairro da Chapada, Ponta Grossa - Paraná, possui as seguintes confrontações: Frente: 13,00 metros de frente para a Rua Leonora Staciaki; Lado direito (de quem da rua olha): estendendo-se da frente, em linha reta, com 28,00 metros, onde faz divisa com o lote nº 28, quadra nº 07, de propriedade de Pedro de Almeida Meira, matrícula nº 38.600 1º RI, inscrição imobiliária nº 08.5.03.04.0489.001; Lado esquerdo (de quem da rua olha): com 28,00 metros, onde faz divisa com o lote nº 26, quadra nº 07, de propriedade de Vani Guerlinguer, matrícula nº 37.464 1º RI, inscrição imobiliária nº 08.5.03.04.0515.001; Fundos: linha reta, partindo do lado direito de quem da rua olha, onde faz divisa com o lote nº 08, quadra nº 07, de propriedade de Audeci Fantim Ferreira, inscrição imobiliária nº 08.5.03.04.0132.000. Encerrando assim um terreno com área total de 364,00 metros quadrados" que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 15 (quinze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DE DIREITO 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE INTERDIÇÃO
JUSTIÇA GRATUITA
PROCESSO - Autos de Interdição nº 0009811-37.2022.8.16.0019
REQUERENTE: CLEIDA DE ALMEIDA MACHADO
REQUERIDO: MARIA JORGINA DE ALMEIDA
DATA DA SENTENÇA: 27/04/2025
DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO: 11/06/2025
CAUSA: estado demencial em uma cama, razão pela qual se encontra incapaz de gerir os atos da própria vida. Em sede liminar, pleiteou a concessão da curatela provisória.
CURADOR NOMEADO: CLEIDA DE ALMEIDA MACHADO
ENCERRAMENTO: E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados é expedido o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei.
Ponta Grossa, 17 de Junho de 2025. Eu (a), (Ana Elisa Vink) Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 20 (VINTE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0013973-07.2024.8.16.0019, requerida por JOÃO AMAURI TORTORA e SIRLENE KOPZYNSKI TORTORA no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: " Localização: Vila Bonato - Bairro: Pitangui - Ponta Grossa/PR . Quadra: 12 | Lote: 17 | Quadrante: NO. Área do lote: 490,00 m². Lote de terreno de forma retangular, com frente medindo 14,00 metros para a Rua Andorinha, considerando-se a perspectiva de quem olha da rua. Lado direito: confronta com o Lote 18, de propriedade de Estácio Prestesnik, medindo 35,00 metros; Lado esquerdo: confronta com o Lote 16, de propriedade do espólio de João Paulino Borato, também com 35,00 metros; Fundos: confronta com parte do Lote n.º 718, de propriedade do Município de Ponta Grossa, medindo 14,00 metros. A área total do lote é de 490,00 metros quadrados. O imóvel está situado no lado ímpar da numeração predial da Rua Andorinha, a uma distância de 42,00 metros da Rua Quero-Quero" que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 44 (quarenta e quatro) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n.0013880-10.2025.8.16.0019, requerida por MARIA TEREZA DE FATIMA MACHADO, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 344 do NCPC), que pretende seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Trata-se de um excesso de terreno localizado no Bairro de Olarias, com a seguinte descrição: O ponto de partida está assinalado por um marco, cravado junto ao arroio, na divisa com a Cerâmica São Judas Tadeu Ltda., e na faixa de domínio da Rua Jorge Holzmann. A partir daí, segue-se pela linha da faixa da referida rua, com rumo NE 64°25' e distância de 9,50 metros, confrontando ainda com a Cerâmica São Judas Tadeu Ltda., até um segundo marco. Deste ponto: Segue-se rumo SE 23°40', com 41,14 metros, até um terceiro marco; Continua rumo SE 18°58', com 29,80 metros, até o marco nº 6, confrontando com a faixa de domínio da Rua João Moreira Garcez; Segue pela linha da faixa desta rua com rumo de 64°25' NE e 14,14 metros, até o marco nº 7, confrontando com a Cerâmica São Judas Tadeu Ltda.; Daí, cruza o arroio com rumo NW 64°25' e distância de 97,18 metros, até o marco nº 8; Segue então rumo SW 35°35' com 14,68 metros; Finalmente, com rumo NW 64°25' e distância de 66,00 metros, atinge o ponto de partida, fechando o polígono. A área total do imóvel é de 11.851,80 m²" que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 16 (dezesseis) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0021850-95.2024.8.16.0019, requerida por DANIELE SANTOS DE RAMOS DA COSTA e VANDERSON GALDINO ANJO DA COSTA no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Imóvel - Lote urbano nº 348/A, Quadra nº 35, situado na Rua Haity, Vila Vilela, Bairro Jardim Carvalho, Município de Ponta Grossa - PR, descrito com as seguintes confrontações e medidas de quem da rua olha. Frente para a Rua Haity, onde mede 15,00 metros. Lado Direito confronta com o Lote nº 347 de propriedade de Juvelino Rodrigues Carneiro (na posse de Carlos Roberto Madureira e s/m Joice Bandil Madureira), onde mede 18,00 metros. Lado Esquerdo confronta com a Rua Laurindo Rabello, onde faz esquina e mede 18,00 metros. Fundo confronta com o Lote nº 348/B de propriedade de Ana Claudia da Silva e Lucas Lemes Rodrigues, onde mede 15,00 metros. O Imóvel apresenta área total de 270,00 m² e encontra-se no lado ÍMPAR da numeração predial da Rua Haity, estando a uma distância de 48,00 metros da rua transversal mais próxima, Rua Evaristo da Veiga." que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 11 (onze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
CITANDO: ALECSANDRA PATRÍCIA JOSEPHINA GOMES DANTAS dados ignorados, atualmente em incerto e não sabido.
PROCESSO: Ação de INVENTÁRIO JUDICIAL, sob nº 0006304-54.2011.8.16.0019, em que é requerente: TONY WILSON ALVES e MÁRCIA PIGNATO TEIXEIRA.
OBJETIVO: Para, no prazo de dez (10) dias, habilitar-se nos autos supra, manifestando se sobre os fatos mencionados, requerendo o que lhe for de direito, CIENTE, de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos mencionados pela parte autora.
Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0013422-90.2025.8.16.0019, requerida por JORGE ÍTALO BENINCA e THEREZA MARIA DROPA BENINCA no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Ponta grossa - PR. Lote nº. 9, Quadra nº. 5, Vila Coronel Claudio, Bairro Uvaranas. Inscrição Imobiliária - 08.6.29.17.0319.001. Lote de formato retangular, Quadrante S - E, localizado na cidade de Ponta Grossa - Paraná, com as seguintes medidas e confrontações: - FRENTE - de quem da rua olha mede 12,00 m (Doze metros), confrontando com a Rua Enfermeiro Paulino. - LADO DIREITO - de quem da rua mede 24,00 m (Vinte e quatro metros) confrontando com a Rua Osvaldo Cruz, com qual faz esquina. - LADO ESQUERDO - de quem da rua mede 24,00 m (Vinte e quatro metros) confrontando com o lote nº. 8 de propriedade de Jose Guzzoni. - FUNDOS - de quem da rua mede 12,00 m (Doze metros), confrontando com o lote nº. 5/6/7/8/12/19-U de propriedade de Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Perfazendo a área total de 288,00 m². O imóvel descrito situa-se ao lado ÍMPAR, do logradouro denominado Enfermeiro Paulino; está a uma distância de 100,00 m da Rua Conselheiro Barradas" que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 27 (vinte e sete) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0023598-65.2024.8.16.0019, requerida por JOSIANE ANTUNES DA SILVA DE CARVALHO, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-seão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 344 do NCPC), que pretende seja declarado o domínio dos mesmos sobre:"Um terreno urbano constituído pelo lote nº 8 (oito) da quadra nº 3 (três), situado no Jardim Palmeiras, Bairro de Nova Rússia - Quadrante N-O, distrito Imobiliário nº 2 da 58ª zona - 0027-D01, medindo 12,00 m (doze metros) de frente para a rua Mauá; igual medida na linha dos fundos, onde divide com faixa de 12 m da antiga estrada de ferro; 62,00 m (sessenta e dois metros) do lado direito, onde divide com o lote nº 9 da mesma quadra; e 60,00 m (sessenta metros) do lado esquerdo, onde divide com o lote nº 7 da mesma quadra, perfazendo uma área total de 732,00 m². No imóvel há uma casa de madeira com 84 m², localizada ao lado par da rua Maurício de Nassau, distância de 60,00 m. da Rua Bandeirantes. REG. ANTº 58.751" que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 18 (dezoito) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
CITANDO DIONISIO DERKACZ, pessoa física, inscrita no CPF/MF nº 727.705.209-97, atualmente em lugar ignorado. PROCESSO Ação de despejo c/ c com cobrança, sob nº 0003316- 06.2024.8.16.0019, promovida por CECÍLIA BATISTÉRIO LEITE representada por JOSELIA MARIA LEITE.- OBJETIVO: Para tomarem ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTE de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC). Ponta Grossa, 17 de junho de 2025 Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 30 (TRINTA) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO do ESPÓLIO DE JOSINA VARGAS, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0004497-28.2013.8.16.0019, requerida por JOÃO GUALBERTO BOSCARDIN e MARLENE GADENS BOSCARDIN, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 344 do NCPC), que pretende seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Terreno rural sem denominação localizado no lugar denominado denominado Bocaína, Município de Ponta Grossa, Estado do Bocaína, Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, de posse de João Gualberto Boscardin Paraná, de posse de João Gualberto Boscardin João Gualberto Boscardine s /m Marlene Marlene Gadens Boscardin. Com área de 6 Gadens Boscardin. Com área de 6 . Com área de 66.503,40m² ou 6,65034 6,65034 6,65034 ha ou 2,708074 ou 2,708074 2,708074 alq. com o seguinte caminhamento: o pp=0 alq. com o seguinte caminhamento: o pp=0 (ponto de partida) de coordenada N: 723617 (ponto de partida) de coordenada N:723617 de coordenada N:7236178.514 E: 8.514 E: 577051.281 (Projeção UTM - 577051.281 (Projeção UTM -Universal Transversa de Mercator Universal Transversa de Mercator -Datum SAD Datum SAD Datum SAD-69 MC 51º W. Gr) na margem de um arroio na 69 MC 51º W. Gr) na margem de um arroio na divisa com Davi Fiepke (anterior João Vargas de Oliveira e Josina Vargas) e posse de Paulo Oliveira Martins. Deste segue por linha por linhaseca na divisa com a posse de Paulo Oliveira Martin eca na divisa com a posse de Paulo Oliveira Martins nos seguintes rumos e distâncias: 21º57'30" nos seguintes rumos e distâncias: 21º57'30" 21º57'30" - 233,89 até o 233,89 até o vértice 1; 82º14'07"SE vértice 1; 82º14'07"SE-25,41 até o vértice 2; 57º59'40"NE 25,41 até o vértice 2; 57º59'40"NE 25,41 até o vértice 2; 57º59'40"NE - 37,74m até o vértice 3; 20º50' 49"NE - 37,74m até o vértice 3; 20º50'49"NE -110,40 até o vértice 4. 110,40 até o vértice 4. Deste segue por linha Deste segue por linha seca na confrontação com a posse de seca na confrontação com a posse de João Nilson Bueno no rumo de 89º58'57"SE na distância de 199,06m até o vértice 5. Deste segue por linha seca na confrontação com a posse de Marinaldo Ribeiro da Rosa no rumo de 01º31'33" SE no rumo de 213,87m até o vértic rumo de 01º31'33"SE no rumo de 213,87m até o vértice 6, encontrando um arroio. Deste segue a montante pelo arroio por vários rumos no quadrante SW na confrontação com Davi Fiepke (Anteriormente João Vargas de Oliveira e Josina Vargas na distância total de 267,86m até o pp=0 (ponto de partida), fechando assim a descrição deste encaminhamento." fechando assim a descrição deste encaminhamento." sim a descrição deste encaminhamento." que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 23 (vinte e três) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0007097-02.2025.8.16.0019, requerida por SIMONE FERREIRA e ANDRE LUIZ MARTINS, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "PONTA GROSSA - PR. móvel - Lote nº 12, quadra nº 22, quadrante S-O. Localização - Lot. Dom Bosco, Bairro Contorno. Imóvel - Lote nº 12 da quadra nº 22, quadrante S-O, situado Loteamento Dom Bosco, Bairro Contorno, com as seguintes características de quem da rua olha: Frente - Para a Rua Praia Boa Viagem, antiga Estrada da Glória, onde mede 11,00 metros. Lado Direito - Confronta com o lote nº 13, propriedade de Nelson Alves Pinheiro, onde mede 25,00 metros. Lado Esquerdo - Confronta com o lote nº 11, propriedade de Jociane de Fátima Zuber Florencio, onde mede 25,00 metros. Linha de Fundo - Confronta com o lote nº 21, propriedade de Elisson Mendes, onde mede 11,00 metros. Perfazendo uma área de 275,00 m². O imóvel é de forma retangular, encontra-se no lado ímpar da numeração predial do denominado Rua Praia Boa Viagem; está distante do logradouro denominado Rua Praia Ipanema 121,00 metros. Referência Cadastral 08-5-44-50- 0300-000, existindo no mesmo uma casa em alvenaria, sob nº 127" que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 14 (quatorze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0017485-95.2024.8.16.0019, requerida por MARIA CELESTE PINTO representada por LUIZ RICARDO RAMOS no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Ponta Grossa - Pr. Lote 165P Quadra 31 Vila Rio Branco Bairro Uvaranas. Lote urbano com as seguintes medidas e confrontações com o quem da rua olha. Frente - mede 13,00 m (treze metros) para a Rua Bartolomeu Bueno. Lado direito - mede 13,15 m (treze metros e quinze centímetros) confrontando com o lote 148, propriedade de Lídia de Fátima Machado. Lado esquerdo - mede 13,07 m (treze metros e sete centímetros) confrontando com o lote 165, propriedade de Eloir de Lima da Luz. Fundo - mede 14,34 m (quatorze metros e trinta e quatro centímetros) confrontando com o lote 164, propriedade do Município de Ponta Grossa. Lote com forma irregular e área de 178,69 m² (cento e setenta e oito metros e sessenta e nove decímetros quadrados) situado no lado par da numeração predial. Distante 42,00 m da Rua Mato Grosso" que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 15 (quinze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0028920-66.2024.8.16.0019, requerida por ANGELA CRISTINA VIEIRA DA ROSA, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Memorial Descritivo de terreno urbano nº 9, da quadra D, nº predial 127, Vila 31 de Março, do Bairro Neves, do Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Tratase de lote de forma urbana, de forma retangular, com as seguintes características: quadrante N-E, lado impar, está a uma distancia de 27,00 metros da Rua Washington Luiz; de quem da rua olha confronta: frente com rua Turmalina onde mede 9,00 metros, do lado esquerdo, de quem da rua olha, onde mede 16,00 metros, confrontando com o lote 8, de propriedade de Antonio Carlos de Quadros; no fundo, onde mede 9,00 metros, confrontando com o lote 21, de propriedade de Carlos Henrique Gonçalves; do lado direito, onde mede 16,00 metros, confrontando com o lote 10, de propriedade de Antonio Trindade Ramos, totalizando uma área de 144,00 metros quadrados. O imóvel encontra-se na rua Turmalina, nº 127, com inscrição imobiliária 08.6.07.72.0208-001, contendo uma edificação com 85,96m² de área construída, constante do respectivo memorial descritivo" que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 39 (trinta e nove) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 20 (VINTE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0004428-78.2022.8.16.0019, requerida por MARIA EVA DA SILVA e AROLDO VAZ no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Lote de terreno urbano sob o nº. 440/B (quarenta e

quatro B) da quadra 45 (quarenta e cinco), situado no Bairro Jardim Carvalho, na cidade de Ponta Grossa, com as seguintes medidas e confrontações: de frente para a Rua Farias de Brito, onde mede 15,00m (quinze metros); do lado esquerdo confronta com a Rua Odorico Mendes, onde mede 16,50 m (dezesseis metros e cinquenta centímetros); lado direito confronta com o lote nº 439, de propriedade João Maria de Souza, onde mede 16,50 m (dezesseis metros e cinquenta centímetros) e , nos fundos , confronta com o lote nº440/A, de propriedade de Tabernáculo da Salvação dos Últimos dias, onde mede 15,00 m (quinze metros); fechando o perímetro, um lote de forma retangular, com área de 247,50 m2 (duzentos e quarenta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado no lado ímpar da numeração predial" que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 15 (quinze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
CITANDO ANDERSON DE PAULA ROCHA, pessoa física, inscrita no CPF/MF nº 084.697.469-01, e JOEL DE PAULA ROCHA, pessoa física, inscrita CPF/MF nº 518.522.179-87, atualmente em lugar ignorado. PROCESSO Ação de Indenização por dano material e dano moral, sob nº 0015890- 61.2024.8.16.0019, promovida por ROSANA FATIMA DE SOUZA MESSIAS.- OBJETIVO: Para tomarem ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTE de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC). Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
CITANDO: Herdeiro sobrevivo, DORNEVIL DE OLIVEIRA, atualmente em local incerto. PROCESSO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL nº 0005872-88.2018.8.16.0019, em que é exequente: MADESHOPPING INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.- OBJETIVO: para, no prazo de 3 (três) dias, contados da citação, efetuar o pagamento da dívida, custas e honorários advocatícios (CPC, art. 829), sob pena de penhor. Aos executados fica a ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do CPC, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade, bem como em 15 (quinze) dias, contados conforme o art. 231 do CPC, poderá oferecer embargos à execução distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes. Fica consignado que poderá ter acesso à integra dos autos através do sistema PROJUDI, contanto que requeira sua habilitação através de advogado constituído ou requeira diretamente à Coordenação do Sistema PROJUDI o fornecimento de login e senha, apresentando a documentação pertinente (cópia do RG, CPF/CNPJ e comprovante de residência) para o cadastramento de senha de acesso. Em se tratando de pessoa jurídica, o cadastro exigirá o comprovante de CNPJ e procuração específica para a pessoa que irá digitar a senha de acesso (https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/parteProcessoLoginHelp.jsp;Resolução185/2013 CNJ, artigo 20).
OBJETO DA DÍVIDA: "Instrumento Particular de Contrato de Cessão do Direito de Integrar e Utilizar a Estrutura Técnica e Organizacional do "Palladium Shopping Center", firmado em 09 de novembro de 2015.
Ponta Grossa, 17 de junho de 2025.
Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
CITANDO HM VESTUARIO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ /MF sob no. 41.517.029/0001-22 e HAMIDA RAIHEM, brasileira, administradora, inscrita no CPF/MF sob no. 715.922.121-40, atualmente em lugar ignorado. PROCESSO Ação de cobrança, sob nº 0009307-94.2023.8.16.0019, promovida por COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CAMPOS GERAIS E GRANDE CURITIBA - SICREDI CAMPOS GERAIS E GRANDE CURITIBA.- OBJETIVO: Para tomarem ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTE de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC).
Ponta Grossa, 17 de junho de 2025 Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DE DIREITO 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PROCESSO - Autos de Interdição nº 0026709-57.2024.8.16.0019
REQUERENTE: ROSANGELA LEVANDOSKI
REQUERIDO: HENRIQUE LEVANDOSKI ALVARENGA
DATA DA SENTENÇA: 02/04/2025
DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO: 25/04/2025
CAUSA: Portador de diversas condições médicas, incluindo hemiplegia espástica (CID G80. 2), epilepsia (CID G40.8), transtornos globais do desenvolvimento (CID F84.5) e cegueira (CID H54)., razão pela qual se encontra incapaz de gerir os atos da própria vida. Em sede liminar, pleiteou a concessão da curatela provisória.
CURADOR NOMEADO: Rosangela Levandoski.
ENCERRAMENTO: E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados é expedido o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu (a), (Ana Elisa Vink) Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DE DIREITO 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE INTERDIÇÃO
JUSTIÇA GRATUITA
PROCESSO - Autos de Interdição nº 0028066-72.2024.8.16.0019
REQUERENTE: VALCELEY DA CONCEIÇÃO KOHLER DA SILVA
REQUERIDO: HELIO KOHLER DA SILVA JUNIOR DATA DA SENTENÇA: 19/03/2025
DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO: 24/04/2025
CAUSA: Portador esquizofrenia Paranóide CID10 F20.0., razão pela qual se encontra incapaz de gerir os atos da própria vida. Em sede liminar, pleiteou a concessão da curatela provisória. CURADOR NOMEADO: VALCELEY DA CONCEIÇÃO KOHLER DA SILVA. ENCERRAMENTO: E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados é expedido o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei.
Ponta Grossa, 06 de junho de 2025. Eu (a), (Ana Elisa Vink) Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DE DIREITO 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE INTERDIÇÃO
JUSTIÇA GRATUITA
PROCESSO - Autos de Interdição nº 0000668-53.2024.8.16.0019
REQUERENTE: SILMARA BERNARDINO DA SILVEIRA
REQUERIDO: ADRIANO BERNARDINO DA SILVEIRA
DATA DA SENTENÇA: 26/03/2025
DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO: 05/05/2025
CAUSA: Portador de deficiência mental (CID F.71 - Adultos com CID F71 têm idade mental de 6 a menos de 9 anos e precisarão de assistência em grau variado para viver em sociedade), razão pela qual se encontra incapaz de gerir os atos da própria vida. Em sede liminar, pleiteou a concessão da curatela provisória.
CURADOR NOMEADO: SILMARA BERNARDINO DA SILVEIRA
ENCERRAMENTO: E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados é expedido o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei.
Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu (a), (Ana Elisa Vink) Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0017675-58.2024.8.16.0019, requerida por DENISE FERREIRA

DE JESUS, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Ponta Grossa-PR. Lote n° 4, quadra n° i1, quadrante NO, situado na Vila Raquel, Bairro do Contorno, Inscrição Imobiliária n° 08-5 47-37-0291-001, de forma trapezoidal, medindo 13,66 metros de frente para a Rua Dr. Estevam Ribeiro de Souza Neto, lado par, distante 40,98 metros da Rua Antônio Hass, confrontando de quem da frente olha, do lado direito, com o Lote n° 3, de propriedade de Alan Ricardo José Gonçalves, onde mede 39,61 metros; do lado esquerdo, confronta com o Lote n° 5, de propriedade de Josete Condes Ferreira, onde mede 40,60 metros; e no fundo com o Lote n° 17, de propriedade de Regina Celia Camargo Fogaça, onde mede 13,66 metros, com a área total de 547,77m2. Existindo sobre o imóvel uma casa. com frente para a Rua Dr. Estevam Ribeiro de Souza Neto n° ll40, com a área de 178,45m²" que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 15 (quinze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
CITANDO JOSERLEY BOIKO, inscrito no CPF/MF nº562.112.019-15, atualmente em lugar incerto de não sabido. PROCESSO Ação MONITÓRIA, sob nº 0044222-09.2022.8.16.0019 promovida por COOPER CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA. OBJETIVO: Para, no prazo de quinze (15) dias, pagar a importância de R$. 5.610,45 (Cinco mil seiscentos e dez reais e quarenta e cinco centavos) em 15/12/2022 e demais acréscimos, caso em que ficará isento das custas e honorários ou, no mesmo prazo, oferecer embargos, CIENTE, de que não efetuado o pagamento ou embargada a ação no prazo legal, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 1º CPC). Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 30 (TRINTA) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0012159-23.2025.8.16.0019, requerida por LUCIANE DO ROCIO VALENTIN no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Município: PONTA GROSSA. Estado do Paraná. Bairro: Jardim Carvalho. Vila: vila vilela. Quadra 36. Lote 334. Inscrição Imobiliária: 08.6.13.48.0218.000. Área do lote: 495,00 M². Descrição do Imóvel. Trata-se de um lote de terreno de forma regular, medindo 15,00 metros de frente para a Rua Rio Haiti. Lado direito (de quem olha da rua): mede 33,00 metros, confrontando com o Lote nº 333, de propriedade de Moacir Hartkopf. Lado esquerdo: mede 33,00 metros, confrontando com o Lote nº 335, de propriedade do Espólio de Almirando Scremim. Fundos: mede 15,00 metros, confrontando com o Lote nº 328, de propriedade da Igreja Evangélica Reformada de Ponta Grossa. O terreno possui área total de 495,00 metros quadrados. O imóvel está localizado no lado ímpar da numeração predial da Rua Haiti, a uma distância de 30,00 metros da rua transversal mais próxima, a Rua Odorico Mendes" que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 13 (treze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
CITANDO TRANSPORTADORA S. FLORESTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 24.909.231/0001-80, atualmente em lugar ignorado. PROCESSO Ação de cobrança, sob nº 0011921-38.2024.8.16.0019, promovida por AUTO POSTO CRISTALINA LTDA.- OBJETIVO: Para tomarem ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTE de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC). Ponta Grossa, 17 de junho de 2025 Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 30 (Trinta) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO daquela cujo nome consta registrado o veículo IVAN ALEX DO AMARAL (brasileiro, inscrito no CPF /MF195.458.088-61, demais qualificações ignoradas), atualmente em lugar incerto e desconhecido, bem como dos eventuais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob nº 0009060-79.2024.8.16.0019, requerida por MARCO APARECIDO CASTILHO (brasileiro, portador do RG 4635038-3/SSP-PR e inscrito no CPF/MF534.898.459-00, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Ponta Grossa/PR), no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 285 do CPC), que pretende seja declarado o domínio do mesmo sobre o seguinte bem móvel: "Veículo motocicleta SUSUKI INTRUDER, ano 1997, placas BJS-1482, Renavan DETRAN/SP nº 681747277". A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
INTIMADO VICTOR AUGUSTO MULLER DO REIS., pessoa física, inscrita no CPF sob nº 083.561.039-08, atualmente em lugar incerto e não sabido. PROCESSO AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, sob nº 0012923- 09.2025.8.16.0019, promovida por HELIA RITA DE PAULA. OBJETIVO: Para, no prazo de quinze (15) dias, cumprir a obrigação imposta na sentença, SOB PENA de execução compulsória e multa de 10% (dez por cento), sobre o valor devido, na forma do art. 525, §1º do NCPC. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
INTIMADO VICTOR AUGUSTO MULLER DO REIS., pessoa física, inscrita no CPF sob nº 083.561.039-08, atualmente em lugar incerto e não sabido. PROCESSO AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, sob nº 0019514-26.2021.8.16.0019, promovida por HELIA RITA DE PAULA. OBJETIVO: Para, no prazo de quinze (15) dias, cumprir a obrigação imposta na sentença, SOB PENA de execução compulsória e multa de 10% (dez por cento), sobre o valor devido, na forma do art. 525, §1º do NCPC. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
INTIMADO G.L. MEISTERLIN LTDA., pessoa jurídica de direito provado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 37.932.176/0001-91, atualmente em lugar incerto e não sabido. PROCESSO AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, sob nº 0015405- 32.2022.8.16.0019, promovida por ESPAÇO AZUL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO. OBJETIVO: Para, no prazo de quinze (15) dias, cumprir a obrigação imposta na sentença, SOB PENA de execução compulsória e multa de 10% (dez por cento), sobre o valor devido, na forma do art. 525, §1º do NCPC. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS

JUSTIÇA GRATUITA
INTIMADA DEBORA VILMA DA SILVA., pessoa física, inscrita no CPF/MF sob nº 046.821.479-86, atualmente em lugar incerto e não sabido. PROCESSO AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, sob nº 0027391- 17.2021.8.16.0019, promovida por SILVIA RODRIGUES DA COSTA. OBJETIVO: Para, no prazo de quinze (15) dias, cumprir a obrigação imposta na sentença, SOB PENA de execução compulsória e multa de 10% (dez por cento), sobre o valor devido, na forma do art. 525, §1º do NCPC. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 (VINTE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
CITANDO KARINA VICIOLI, pessoa física, inscrita no CPF/MF nº 455.552.558-29, atualmente em lugar ignorado. PROCESSO Ação de Indenização por dano moral e material, sob nº 0024330- 85.2020.8.16.0019, promovida por AMAURI KALINOSKI TAVARES.- OBJETIVO: Para tomarem ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTE de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC). Ponta Grossa, 17 de junho de 2025 Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
CITANDO CEZAR GARCIA, pessoa física, inscrita no CPF/MF nº 873.800.489-53, atualmente em lugar ignorado. PROCESSO Ação de Indenização c/c entrega de coisa certa, sob 0023975- 46.2018.8.16.0019, promovida por EVANDRO CRISTIANO MARTINEZ VALENTINI.- OBJETIVO: Para tomar ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTE de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC). Ponta Grossa, 17 de junho de 2025 Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
CITANDO LAURO LOPES, portador da cédula de identidade RG nº 6.720.501-4 emitida pelo SESP-PR e do CPF nº 003.471.879-60, atualmente em endereço incerto ou desconhecido. PROCESSO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA, sob nº0036126-05.2022.8.16.0019, promovida por A l J COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA. - OBJETIVO: CITADO (A), para, no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se e requerer provas, nos termos do artigo 135 do NCPC. Ponta Grossa, 17/06/2025. Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0017680-80.2024.8.16.0019, requerida por MIRIAM APARECIDA DE PAULA, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Rua Levítico (antiga ruan° 06), loten 13 (treze), Parque Bonsucesso ll, anexo ao Parque Bonsucesso, bairro Chapada, Ponta Grossa - Paraná. CEP: 84062-626. Matrícula n° 31.373 Inscrição imobiliária n° 08-5-15-45-0181-000 N° de cadastro do Imóvel: 89.364. Trate-se de um terreno urbano, de propriedade de Antônia de Souza. brasileira, CPF n° 795.057.839-49, C.In° 3.659.210- 9/PR, localizado no perímetro urbano de Ponta Grossa, constituído pelo lote n° 13 (treze), da Rua Levítico (antiga rua n° 06), quadra 8 (oito), Parque Bonsucesso II, anexo ao Pargue Bonsucesso, bairro Chapada, CEP 84062-626, a 19,26 m da Rua Francisco Beltrão. Terreno que mede de frente e fundos 11,00 m por 18,00 m amb0s os lados, totalizando 198 m², com área construída de 115,68 m² e perímetro de 58,00 m. O imóvel possui 11,00 m de frente para a Rua Levítico (antiga rua n 06) confronta ao seu lado direito com o lote n° 12 (doze) onde mede 18,00 m, ao seu lado esquerdo confronta com o lote n° 14 (quatorze), onde mede 18,00 m, ao fundo, o terreno, confronta com os lotes n° 03 (três) e 4 (quatro), onde possui 11,00 m." que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 13 (Treze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0005337-18.2025.8.16.0019, requerida por MARIA DE LOURDES DOS SANTOS, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre:"PONTA GROSSA - PR. INSCRIÇÃO CADASTRAL: 08.3.39.57.0163.000. IMÓVEL: Lote de terreno n° 16 (dezesseis), da quadra n° 13 (treze), de forma retangular, quadrante N-O, situado no Conjunto Habitacional Califórnia, Bairro Boa Vista, distante 53,00 metros da Rua n° 10, medindo 10,00 metros de frente para a Rua n° 2, lado ímpar, por 28,00 metros da frente ao fundo, em ambos os lados, tendo no fundo igual metragem da frente, confrontando: de um lado, do lado direito, com o lote n° 15, de propriedade de Douglas Fanchin Taques Fonseca, do lado esquerdo, com o lote n° 17, de propriedade de Douglas Fanchin Taques Fonseca, e de fundo, com o lote n° 27, de propriedade de Douglas Fanchin Taques Fonseca, com a área total de 280,00 metros quadrados" que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 11 (onze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - TRINTA (30) DIAS
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0006615- 54.2025.8.16.0019, requerida por PONTA GROSSA AMBIENTAL SA, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Município de Ponta Grossa, PR. Área (Hectare): 7,0742 ha. Perímetro: 1.132,50 m. Área (Alqueire): 2,9232231405 alq. Área (m²): 70.742,00 m². A partir da rotatória que liga a rua Rio Verde, rua Valério Ronchi, rua Arichernes Carlos Gobbo, segue pela rua Arichernes Carlos Gobbo por 1.750,00 metros até encontrar a Estrada dos Alagados. Pela Estrada dos Alagados percorre 4.500,00 metros até encontrar a Estrada Vicinal do Jardim São Jorge. Pela Estrada Vicinal do Jardim São Jorge percorre 3.000,00 metros até encontrar uma estrada particular na margem direita. Por essa estrada particular percorre 1.380,00 metros até encontrar o imóvel. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice DUIL-P2204, de coordenadas N 7.225.952,83 m e E 596.633,88 m, ; deste, segue pela linha ideal, confrontando com a Fazenda Pedra Branca 8, de Ponta Grossa Ambiental S.A., matrícula 94.243, no azimute de 112° 33' e distância de 186,10 m até o vértice DUIL-P-2203, de coordenadas N 7.225.880,27 m e E 596.805,14 m; deste, segue confrontando com a Fazenda Pedra Branca 8, de Ponta Grossa Ambiental S. A., matrícula 94.243, no azimute de 202°33' e distância de 380,17 m até o vértice DUIL-P-2202, de coordenadas N 7.225.530,38 m e E 596.656,91 m, situado no limite da Fazenda Pedra Branca 8, de Ponta Grossa Ambiental S.A., matrícula 94.243 e da Fazenda Pedra Branca 10, de Ponta Grossa Ambiental S. A., matrícula 94.018; deste, segue confrontando com a Fazenda Pedra Branca 10, de Ponta Grossa Ambiental S.A., matrícula 94.018, no azimute de 292°33' e distância de 186,07 m até o vértice DUIL-P2205, de coordenadas N 7.225.602,93 m e E 596.485,64 m, situado no limite da Fazenda Pedra Branca 8, de Ponta Grossa Ambiental S.A., matrícula 94.243 e da Fazenda Pedra Branca 10, de Ponta Grossa Ambiental S.A., matrícula 94.018; deste, segue confrontando com a Fazenda Pedra Branca 8, de Ponta Grossa Ambiental S.A., matrícula 94.243, no azimute de 22°33' e distância de 380,16 m até o vértice DUIL-P-2204, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontra-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram

calculados no plano de projeção SGL.", que alegam manter posse mansa e pacífica há mais de 27 (vinte e sete) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
CITANDO/ INTIMANDO, BASE DO GÁS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 27.436.065/0001-30, atualmente em lugar ignorado. PROCESSO Ação de Reintegração de Posse, sob nº 0029757-24.2024.8.16.0019, promovida por NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA representado(a) por NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA. OBJETIVO: Para tomarem ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTE de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC) e INTIMADO da parte ré para que proceda a entrega voluntária dos botijões de gás descritos na inicial, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de expedição de mandado de reintegração de posse destes bens.
Ponta Grossa, 17 de junho de 2025.
Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0008281-90.2025.8.16.0019, requerida por SONIA LUCIA LEMES PEREIRA, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "MUNICÍPIO: PONTA GROSSA - PARANÁ. INSC. IMOB.: Nº 08.4.50.35.0147-000. MATRÍCULA: 22.726. Lote de terreno urbano nº 15 (quinze) da quadra 11 (onze), no bairro Boa Vista, na cidade de Ponta Grossa, com as seguintes medidas e confrontações: distante 12,80 m (doze vírgula oitenta) da Rua Athaide Ferreira Menezes, medindo 12,80m (doze vírgula oitenta) de frente para a Rua Maringá, por 29,00m (vinte e nove) na lateral direita, divisando com lote nº 14 (quatorze), de propriedade de Maurício Fernandes, por 29,00m (vinte e nove) na lateral esquerda, divisando com o lote n° 16 (dezesseis), de propriedade de José Silvano M Avelar e 12,80m (doze vírgula oitenta) aos fundos, divisando com lote nº 11 (onze) de propriedade de Marcos Iwy Mol, com área total de 371,20m² (trezentos e setenta e um vírgula vinte)" que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 28 (vinte e oito) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
CITANDOFLAVIO GOMES BRANDAO, inscrito no CPF/MF nº346.363.587-91, atualmente em lugar incerto de não sabido. PROCESSO Ação MONITÓRIA, sob nº 0046335-38.2019.8.16.0019 promovida por J.F. R CÉRCIO DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA. OBJETIVO: Para, no prazo de quinze (15) dias, pagar a importância de R$ 1.678,62 (mil seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos) - em 27/12/2019 e demais acréscimos, caso em que ficará isento das custas e honorários ou, no mesmo prazo, oferecer embargos, CIENTE, de que não efetuado o pagamento ou embargada a ação no prazo legal, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 1º CPC). Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária - 3ª Vara Cível

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - 15 (QUINZE) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0008846-54.2025.8.16.0019, requerida por IVONETE APARECIDA ROCHA, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "Localização: Rua Tobias Barreto, n° 167 Bairro: Uvaranas - Ponta Grossa PR.Área: 1.805,70 m². Lote de terreno localizado no bairro Uvaranas, medindo 16,64 metros (Dezesseis vírgula sessenta e quatro metros) de frente para Rua Tobias Barreto, de quem da rua olha: LADO DIREITO: confronta com os terrenos, cujo proprietário Silvio José Rodrigues com o documento CPF 004.196.339-36, medindo 25 m (Vinte e cinco metros) lado esquerdo, 10 metros (Dez metros) aos fundos, e ao lado direito 25 metros (Vinte e cinco metros), medindo 26,19 m (Vinte e seis vírgulas dezenove metros); concluindo com confrontação de continuidade de frente para a rua Tobias Barreto; LADO ESQUERDO: confronta com terrenos, cujo proprietários são Nivair Antunes de Andrade com o documento CPF 025.454.689-75, medindo 57,18 m (Cinquenta e sete vírgula dezoito metros) e Terezinha Niemes Svidnicki com o CPF 024.348.649-96, medindo 8,77 m (oito vírgula setenta e sete metros); FUNDOS: confronta com Jockey Club medindo 83,37 m (Oitenta e três vírgula trinta e sete metros); Este terreno contempla um total de 1.805,70 metros quadrados com benfeitoria edificada neste local", que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 50 (cinquenta) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
CITANDO, LAERCIO ANTONIO ORCHANHESKI, pessoa física, inscrita no CPF nº 024.509.349-44, atualmente em lugar ignorado. PROCESSO Ação de Reconhecimento de débito c/c cobrança, sob nº 0021934-67.2022.8.16.0019, promovida por COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. OBJETIVO: Para tomar ciência dos termos da presente ação e, no prazo de quinze (15) dias, querendo, oferecer resposta que tiver, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, FICANDO CIENTE de que não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344 do CPC). Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL - COMARCA DE PONTA GROSSA/PR
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO - VINTE (20) DIAS
EDITAL DE CITAÇÃO dos réus incertos e desconhecidos, bem como dos eventuais confrontantes e demais interessados, para querendo, contestarem a Ação de USUCAPIÃO sob n. 0015452-35.2024.8.16.0019, requerida por MARLI DO ROCIO DIAS NUNES, no prazo de quinze (15) dias, cientes de que não sendo a mesma contestada, dentro do prazo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores (art. 344 do NCPC), que pretendem seja declarado o domínio dos mesmos sobre: "LOTE URBANO comarca de Ponta Grossa - PR. Lote 15. Quadra 1. Vila Rebouças. Bairro Uvaranas. Inscrição Imobiliária 08.6.15.49.0453-001. Lote urbano com as seguintes medidas e confrontações com o quem da rua olha. Frente - mede 15,00 m (quinze metros) para a Rua 15 de setembro. Lado direito - mede 40,00 m (quarenta metros) confrontando com o lote 14, propriedade de João Neves Machado, CPF: 338.182.909-20. Lado esquerdo - mede 40,00 m (quarenta metros) confrontando com o lote 16, propriedade do Condomínio Residencial Bariloche, CNPJ: 26.842.031/0001- 83. Fundo - mede 15,00 m (quinze metros) confrontando com parte do lote s/n°, propriedade de Madeireira Timbó Ltda, CNPJ 78.142.858/0001-88. Lote com forma retangular e área de 600,00 mª (seiscentos metros quadrados) situado no lado par da numeração predial. Distante 74,00 m da Rua Dimas Rudek Potoski. Existindo sobre o mesmo edificação em alvenaria com 100,00 m*. Sob número predial 1408.", que alega manter posse mansa e pacífica há mais de 15 (quinze) anos sobre o mesmo. A presente CITAÇÃO valerá para todos os atos do processo. Ponta Grossa, 17 de junho de 2025. Eu, (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DE PONTA GROSSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
INTIMADO FERNANDO SOUTO DA SILVA, pessoa física de direito privado, inscrita no CPF sob nº 334.270.228-11, atualmente em lugar incerto e não sabido. PROCESSO AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, sob nº 0009713-81.2024.8.16.0019, promovida por CYNDY GABRIELE FLECKHAUS.

OBJETIVO: Para, no prazo de quinze (15) dias, cumprir a obrigação imposta na sentença, SOB PENA de execução compulsória e multa de 10% (dez por cento), sobre o valor devido, na forma do art. 525, §1º do NCPC.
Ponta Grossa, 17 de junho de 2025.
Eu (a) (Ana Elisa Vink), Técnica Judiciária, que digitei e subscrevi.
Ana Elisa Vink
Técnica Judiciária

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PONTA GROSSA - PARANÁ SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas Fone (42) 3309-1793
E-mail: pg-11vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
JUSTIÇA GRATUITA
A EXCELENTÍSSIMA DOUTORA NOELI SALETE TAVARES REBACK JUÍZA DE DIREITO DA SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE PONTA GROSSA/PR, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL AQUELAS CONFERIDAS PELA LEI N. º 8069/90;
Faz saber a todos que virem este Edital e dele tiverem conhecimento, que tramitam neste Juízo Autos de Guarda de Infância e Juventude de nº 0007530-06.2025.8.16.0019 e, considerando constar nos referidos autos a informação dos genitores da criança E.A.F.D.F., encontram-se em local incerto e não sabido, é expedido o presente EDITAL PARA INTIMAÇÃO DA SENTENÇA dos requeridos, Sr. WILLIAN TIAGO FERREIRA DE FREITAS, brasileiro, nascido em 30/08/1999, filho de Franciele da Cruz Ferreira e Jorge Machado de Freitas, inscrito no RG nº 13.864.615-7 SSP/PR e cadastrado sob o CPF nº 107.075.519-27 e Sra. FRANCYELY MARIA FERNANDES, nascida em 24/11/1996, filha de Elizabeth Fernandes e Adão de Jesus Fernandes, inscrita no RG nº 13.895.715-2 e cadastrada sob o CPF nº 109.220.949-26, no prazo de 10 (dez) dias a fim de que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereçam recurso. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possam alegar, é expedido o presente Edital de Intimação da Sentença, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado no local de costume deste Fórum.
DISPOSITIVO
"DISPOSITIVO Pelos motivos expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e por consequência concedo a Guarda e Responsabilidade de E.A.F.D.F. à requerente EVANDRA APARECIDA FERNANDES, o que faço com fundamento nos artigos 33, 167 e 168 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ciência ao NEDDIJ para orientações à requerente quanto ao melhor interesse da criança e possibilidade de manutenção em família substituta através do instituto da adoção, com o ajuizamento do pedido a qualquer tempo, em caso positivo. Considerando que à requerente já foi deferida a inclusão no Guarda Solidária (mov. 46), ciência ao Programa desta sentença e para que continue o acompanhamento da família, com informações a este Juízo somente em caso de situação que dependa de deliberação judicial. Lavre-se o respectivo termo de compromisso e responsabilidade. Em seguida, providencie-se a assinatura da requerente, via NEDDIJ, com a juntada do termo em 10 (dez) dias. Anoto, ainda, que havendo eventual dificuldade para coleta da assinatura da parte pelos advogados, há a possibilidade de assinatura do termo pessoalmente pela parte na Secretaria deste Juízo, durante o horário de expediente. Registrada no sistema Projudi. Intime-se na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente. Expeça-se a respectiva certidão. Sem custas e sem honorários advocatícios porque incabíveis à espécie. Oportunamente arquive-se, com as devidas baixas, diligências e anotações necessárias inclusive junto ao Cartório Distribuidor. Ponta Grossa, 18 de junho de 2025. ASSINADO DIGITALMENTE - PROJUDI NOELI SALETE TAVARES REBACK Juíza de Direito."
Ponta Grossa/PR, aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, Franciane Manosso de Castro, Técnica Judiciária, que o digitei e conferi.
(assinado digitalmente)
NOELI SALETE TAVARES REBACK
JUÍZA DE

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE PONTA GROSSA - PARANÁ SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas Fone (42) 3309-1793
E-mail: pg-11vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
JUSTIÇA GRATUITA
A EXCELENTÍSSIMA DOUTORA NOELI SALETE TAVARES REBACK JUÍZA DE DIREITO DA SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE PONTA GROSSA/PR, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL AQUELAS CONFERIDAS PELA LEI N. º 8069/90;
Faz saber a todos que virem este Edital e dele tiverem conhecimento, que tramitam neste Juízo Autos de Guarda de Infância e Juventude de nº 0036762-97.2024.8.16.0019 e, considerando constar nos referidos autos a informação dos genitores da criança L.G.C.S.D.A., encontram-se em local incerto e não sabido, é expedido o presente EDITAL PARA INTIMAÇÃO DA SENTENÇA dos requeridos, Sr. DIOGO MATOSO SCHMIDT DE ANDRADE, brasileiro, nascido em 13/02/2002, filho de Ivonete de Fátima Matoso e Alexandre Schmidt de Andrade, inscrito no RG nº 14.474.303-2 SSP/PR e cadastrado sob o CPF nº 135.501.869-24 e Sra. AMANDA RAIANE COSTA, nascida em 20/06/2006, filha de Vitor Cesar Costa e Denize do Rocio de Oliveira, inscrita no RG nº 15.081.257-7, no prazo de 10 (dez) dias a fim de que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereçam recurso. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possam alegar, é expedido o presente Edital de Intimação da Sentença, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado no local de costume deste Fórum.
DISPOSITIVO
"DISPOSITIVO Pelos motivos expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e por consequência concedo a Guarda e Responsabilidade de L.G.C.S.D.A. aos requerentes ALEXANDRE SCHMIDT DE ANDRADE e IVONETE DE FÁTIMA MATOSO DE ANDRADE, o que faço com fundamento nos artigos 33, 167 e 168 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Lavre-se o respectivo termo de compromisso e responsabilidade. Em seguida, providencie-se a assinatura dos requerentes, via NEDDIJ, com a juntada do termo em 10 (dez) dias. Anoto, ainda, que havendo eventual dificuldade para coleta da assinatura da parte pelas advogadas, há a possibilidade de assinatura do termo pessoalmente pelas partes na Secretaria deste Juízo, durante o horário de expediente. Registrada no sistema Projudi. Intime-se na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente. Expeçam-se as respectivas certidões. Sem custas e sem honorários advocatícios porque incabíveis à espécie. Oportunamente arquive-se, com as devidas baixas, diligências e anotações necessárias, inclusive junto ao Cartório Distribuidor. Ponta Grossa, 18 de junho de 2025. ASSINADO DIGITALMENTE - PROJUDI NOELI SALETE TAVARES REBACK Juíza de Direito."
Ponta Grossa/PR, aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, Franciane Manosso de Castro, Técnica Judiciária, que o digitei e conferi.
(assinado digitalmente)
NOELI SALETE TAVARES REBACK
JUÍZA DE DIREITO

REALEZA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DESTINATÁRIO(A)(S): JEAN CARLOS FORTES PRAZO DE 30 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Priscila Gabriely Jorge, da Vara Criminal de Ampére, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0001030-73.2023.8.16.0186, em que é(são) autor(es) LUANA FERNANDES JAQUES, réu(s) JEAN CARLOS FORTES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JEAN CARLOS FORTES, portador(a) do RG 148121176 SSP/PR e CPF 128.281.449-41, nascido(a) em 09/01 /2002, natural de PRANCHITA/PR, filho(a) de MARIA GORETI HINGUEL GENEROSO e PAULO FORTES motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência dos termos das MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA PRORROGADAS nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "a) Manter distância mínima de 200 (duzentos) metros da ofendida (art. 22, III, a, da Lei nº 11.340 /2006); b) Proibição de manter contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas, por qualquer
meio de comunicação (telefone, WhatsApp, Messenger, SMS, carta, email, etc) (art. 22, III, b, da Lei nº 11.340 /2006) e c) Participar do Projeto Arquitetos do Bem, junto ao Conselho da Comunidade de Ampére /PR (art. 22, VI e VII, da Lei nº 11.340/2006), salvo se já cumprido os encontros obrigatórios. INTIME-SE inclusive de que eventual descumprimento passível de imposição de multa ou outras medidas (art. 22, § 1º e 4º, da Lei nº 11.340/2006), assim como decretação de prisão preventiva, nos termos do artigo 20, da Lei nº 11.340 /2006, c/c artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal, devendo constar essa advertência expressamente do mandado.
Ampére, datado e assinado digitalmente.
Priscila Gabriely Jorge Juíza de Direito

REBOUÇAS

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE Sem Prazo O Juiz de Direito James Byron Wechenfelder Bordignon, da Vara Cível de Rebouças, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0001221-90.2022.8.16.0142, em que é autora ANGELA LEAL TEIXEIRA, e réu ELIZANDRO TEIXEIRA, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de ELIZANDRO TEIXEIRA, portador do RG 153769672 SSP/PR e CPF 800.920.629-62, por sentença publicada em 28/04/2025, a qual reconheceu que o interditado possui quadro mental que conduz na ausência de condições mínimas de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015 , limitada aos aspectos de de natureza patrimonial e negocial. A referida sentença ainda nomeou ao interditado a curadora ANGELA LEAL TEIXEIRA, portadora do RG 83625740 SSP/PR e CPF 047.729.109-05; , cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interdito conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial decretando a interdição de Elizandro Teixeira, submetendo-o à curatela, restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por sua genitora Angela Leal Teixeira que fica nomeada curadora definitiva, confirmando a liminar de mov. 17.1, nos termos do artigo 755, I do Código de Processo Civil, e extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Ressalvo que os valores recebidos de entidade previdenciária/assistencial deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interditado. Cumpra-se o art. 755, par. 3º do Código de Processo Civil[1]. Inscreva-se a presente sentença no Registro Civil competente e publique-se: a) caso já implantado na rede mundial de computadores, no sítio do CNJ, por seis meses; b) na imprensa oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; c) dispensada a publicação de edital na imprensa local por ser o autor da ação beneficiário da gratuidade processual. Tome-se por termo em livro próprio o compromisso de curador (art. 759, I, e seu par. 1º e 2º do Código de Processo Civil), constando do compromisso que o curador assume a administração dos bens do interditado naquele ato. Arbitro honorários ao(à) advogada dativa Dra. Joana Tumasz, OAB 90.805, fixando o valor, nos termos da Resolução Conjunta 06/2024-PGE/SEFA, em R$450,00 (item 2.8). Expeça-se certidão. Secretaria - certifique-se sobre o pagamento dos honorários periciais. Mantenho a isenção de custas para a parte autora. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Karina Roberta Bednarchuk, Analista Judiciário, conferi e digitei. Rebouças, 18 de junho de 2025. James Byron Wechenfelder Bordignon Juiz de Direito

---

O Juiz de Direito James Byron Wechenfelder Bordignon, da Vara Cível de Rebouças,
FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0000767-81.2020.8.16.0142, em que é autor ARIVAL ELIAS PALHANO, e réu NELSO ROSA PALHANO, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de NELSO ROSA PALHANO, por sentença publicada em 28/04/2025, a qual reconheceu que o interditado não tem condições para praticar atos da vida civil em razão de doença grave, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de de natureza patrimonial e negocial. A referida sentença ainda nomeou ao interditado(a) o curador ARIVAL ELIAS PALHANO, RG: 44275511 SSP/PR, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interdito conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial para decretar a interdição de Nelson Rosa Palhano, submetendo-o a curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por seu genitor Arival Elias Palhano, que fica nomeado como seu curador definitivo, confirmando a liminar de mov. 16.1, nos termos do artigo 755, I do Código de Processo Civil, e extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Ressalvo que os valores recebidos de entidade previdenciária/assistencial deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interditado. Cumpra-se o art. 755, par. 3º do Código de Processo Civil[1]. Inscreva-se a presente sentença no Registro Civil competente e publique-se: a) caso já implantado na rede mundial de computadores, no sítio do CNJ, por seis meses; b) na imprensa oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; c) dispensada a publicação de edital na imprensa local por ser o autor da ação beneficiário da gratuidade processual. Tome-se por termo em livro próprio o compromisso de curador (art. 759, I, e seu par. 1º e 2º do Código de Processo Civil), constando do compromisso que o curador assume a administração dos bens do interditado naquele ato Mantenho a isenção de custas ao autor. Certifique-se o pagamento dos honorários periciais. Publique-se. Registrese. Intimem-se. ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Karina Roberta Bednarchuk, Analista Judiciário, conferi e digitei. Rebouças, 18 de junho de 2025. James Byron Wechenfelder Bordignon Juiz de Direito

---

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
O Juiz de Direito James Byron Wechenfelder Bordignon, da Vara Cível de Rebouças, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0000818-58.2021.8.16.0142, em que é autora AYONARA JOANA DE SOUZA WOICIECHOWSKI, e réu GIOVANE WOEHL, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de GIOVANE WOEHL, portador do RG 67085795 SSP/PR, por sentença publicada em 26/04/2025, a qual reconheceu que o interditado possui quadro mental que conduz na ausência de condições mínimas de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015, limitada aos aspectos de de natureza patrimonial e negocial. A referida sentença ainda nomeou ao interditado a curadora AYONARA JOANA DE SOUZA WOICIECHOWSKI (RG: 40825525 SSP/PR), cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interdito conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial para decretação da interdição de Giovani Woehl, submetendo-o a curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por sua genitora Ayonara Joana de Souza Woicichowski que ficam nomeada como curadora definitiva, confirmando a liminar de mov. 25.1, nos termos do artigo 755, I do Código de Processo Civil, e extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Ressalvo que os valores recebidos de entidade previdenciária/assistencial deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interditado. Cumpra-se o art. 755, par. 3º do Código de Processo Civil[1]. Inscreva-se a presente sentença no Registro Civil competente e publique-se: a) caso já implantado na rede mundial de computadores, no sítio do CNJ, por seis meses; b) na imprensa oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; c) dispensada a publicação de edital na imprensa local por ser o autor da ação beneficiário da gratuidade processual. Tome-se por termo em livro próprio o compromisso de curador (art. 759, I, e seu par. 1º e 2º do Código de Processo Civil), constando do compromisso que o curador assume a administração dos bens do interditado naquele ato Mantenho a isenção de custas. Secretaria: certifique-se sobre o pagamento dos honorários periciais e conclusos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Karina Roberta Bednarchuk, Analista Judiciário, conferi e digitei. Rebouças, 18 de junho de 2025. James Byron Wechenfelder Bordignon Juiz de Direito

---

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
O Juiz de Direito James Byron Wechenfelder Bordignon, da Vara Cível de Rebouças, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0000237- 09.2022.8.16.0142, em que é autor ADÃO RICARDO WOITOWICZ, e ré MARIA MAZUR, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de MARIA MAZUR, portadora do RG 21656003 SSP/PR, por sentença publicada em , a qual reconheceu que a interditada possui quadro mental que conduz na ausência de condições mínimas de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial. A referida sentença ainda nomeou à interditada o curador ADÃO RICARDO WOITOWICZ (RG: 93740092 SSP/PR, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Ante o exposto, julgo procedente o pedido inicial para decretação da interdição da requerida Maria Mazur, submetendo-o a curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por seu sobrinho Adão Ricardo Woitowicz que fica nomeado como curador definitiva, confirmando a liminar de mov. 20.1, nos termos do artigo 755, I do Código de Processo Civil, e extingo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Ressalvo que os valores recebidos de entidade previdenciária/assistencial deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar do interditado. Cumpra-se o art. 755, par. 3º do Código de Processo Civil[1]. Inscreva-se a presente sentença no Registro Civil competente e publique-se: a) caso já implantado na rede mundial de computadores, no sítio do CNJ, por seis meses; b) na imprensa oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; c) dispensada a publicação de edital na imprensa local por ser o autor da ação beneficiário da gratuidade processual.

Tome-se por termo em livro próprio o compromisso de curador (art. 759, I, e seu par. 1º e 2º do Código de Processo Civil), constando do compromisso que o curador assume a administração dos bens do interditado naquele ato. Faça-se o pagamento dos honorários periciais se ainda não realizado, certificando. Mantenho a isenção de custas. Publiquese. Registre-se. Intimem-se. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Karina Roberta Bednarchuk, Analista Judiciário, conferi e digitei. Rebouças, 18 de junho de 2025. James Byron Wechenfelder Bordignon Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE ROLÂNDIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL DE CURATELA DE DEVANIR GONÇALVES VALENTE, PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório respectivo, tramitam os autos nº 0000591-45.2024.8.16.0148, de INTERDIÇAO, requerida por IVONE GREGORIO DOS SANTOS contra DEVANIR GONÇALVES VALENTE, e, de acordo com a sentença proferida no mov. seq. anterior, foi decretada a CURATELA, restrita a aspectos patrimoniais e negociais, de DEVANIR GONÇALVES VALENTE, brasileiro, convivente, aposentado, portador do RG n° 3.880.805-2 SSP/PR e CPF n° 484.358.729-04, residente e domiciliado na Rua Francisco Rodrigues Alves, nº 75, fundos, Centro, Rolândia-PR, CEP 86600-033, declarando-a incapaz de praticar os atos da vida civil, nomeando-lhe CURADOR(A) o(a) Senhor(a) IVONE GREGÓRIO DOS SANTOS, brasileira, convivente, cuidadora de idosos, portadora do RG n° 1.575.547 SSP/PR e CPF n° 204.960.959-00, residente e domiciliada na Rua Francisco Rodrigues Alves, nº 75, fundos, Centro, Rolândia-PR, CEP 86600-033. E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E NINGUÉM POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, MANDOU EXPEDIR ESTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO POR TRÊS VEZES NA IMPRENSA OFICIAL, COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS.
Rolândia, 09 de junho de 2025. Eu, Devanir de Souza Júnior funcionário juramentado, digitei e subscrevi, por determinação judicial, autorizado pela Portaria nº. 05/10 de 16/03/10.
MARCOS ROGÉRIO CESAR ROCHA**Juiz de Direito** (*assinado digitalmente*)

EDITAL DE CURATELA DE MARGARIDA MARIA DA SILVA BORGES, PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório respectivo, **tramitam os autos nº 0004653-65.2023.8.16.0148**, de **INTERDIÇÃO**, requerida por **SANDRA MARIA CORREIA BORGES** em face de **MARGARIDA MARIA DA SILVA BORGES**, e, de acordo com a sentença proferida nos autos, **foi decretada a CURATELA**, restrita a aspectos patrimoniais e negociais, de **MARGARIDA MARIA DA SILVA BORGES**, brasileira, viúva, maior, nascida em 12/07/1944, portadora da cédula de identidade nº 1.285.706 expedida pela SDS/PE, inscrita no CPF sob o nº 273.178.464-49, residente e domiciliada na Rua Peter Trost, nº 102 - Roland Garden, Rolândia/PR, CEP 86.601-534, declarando-a incapaz de praticar os atos da vida civil.
Foi nomeada como CURADORA a Senhora SANDRA MARIA CORREIA BORGES, brasileira, casada, técnica em laboratório, portadora do RG nº 50.823.600-9 SSP/SP e CPF nº 769.583.884-53, residente e domiciliada na Rua Peter Trost, nº 102 - Roland Garden, Rolândia/PR, CEP 86.601-534.
E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E NINGUÉM POSSA ALEGAR IGNORÂNCIA, mandou expedir o presente edital, que será publicado **por três vezes na imprensa oficial, com intervalo de 10 (dez) dias**, na forma da lei.
Rolândia, 09 de junho de 2025.
Eu, **Devanir de Souza Júnior**, funcionário juramentado, digitei e subscrevi, por determinação judicial, autorizado pela Portaria nº 05/10, de 16/03/2010.
MARCOS ROGÉRIO CESAR ROCHA
Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JOAO DE MOURA COELHO
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Vara da Fazenda Pública de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0001179-37.2024.8.16.0153, a qual tem por objeto IPTU, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 194 /2024 na data de 22/02/2024, no importe de R$ 1.793,21 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Santo Antonio da Platina/PR, e executado(a)(s) JOAO DE MOURA COELHO, e que não foi possível localizar pessoalmente a (s) parte(s) executada(s) JOAO DE MOURA COELHO, portador(a) do CPF 495.922.979-91, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vinicius Alexandre Ricci de Miranda, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Santo Antônio da Platina, 27 de maio de 2025.
Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): TERRINVEST ADM E SERVIÇOS LTDA
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Vara da Fazenda Pública de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0001197-92.2023.8.16.0153, a qual tem por objeto IPTU, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 358 /2023 na data de , no importe de R$ 1.467,33 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Santo Antonio da Platina/PR, e executado(a)(s) TERRINVEST ADM E SERVIÇOS LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) TERRINVEST ADM E SERVIÇOS LTDA, portador(a) do CNPJ 97.370.241/0001-64, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vinicius Alexandre Ricci de Miranda, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Santo Antônio da Platina, 15 de maio de 2025.
Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Andreia Cristina de Andrade - ME
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Vara da Fazenda Pública de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0004896-28.2022.8.16.0153, a qual tem por objeto ISS HOMOLOGADO, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 1592/2022 na data de 29/11/2022, no importe de R$ 2.962,18 na data da propositura da ação,

em que é exequente Município de Santo Antonio da Platina/PR, e executado(a)(s) Andreia Cristina de Andrade - ME, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) Andreia Cristina de Andrade - ME, portador(a) do CNPJ 20.690.683/0001-63, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vinicius Alexandre Ricci de Miranda, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Santo Antônio da Platina, datado e assinado digitalmente.
Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): TREZE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA PRAZO DE 30 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Vara da Fazenda Pública de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0000727-27.2024.8.16.0153, a qual tem por objeto ISS HOMOLOGADO, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 42/2024 na data de 09/02/2024 no importe de R$ 1.311,79 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Santo Antonio da Platina/PR, e executado(a)(s) TREZE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) TREZE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, portador(a) do CNPJ 09.182.935/0001-00, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vinicius Alexandre Ricci de Miranda, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Santo Antônio da Platina, 06 de junho de 2025.
Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): I K BELCHIOR TRANSPORTES - ME PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Vara da Fazenda Pública de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0000833-23.2023.8.16.0153, a qual tem por objeto ISS, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 56 /2023 na data de 03/03/2023, no importe de R$ 156.181,30 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Santo Antonio da Platina/PR, e executado(a)(s) I K BELCHIOR TRANSPORTES - ME, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) I K BELCHIOR TRANSPORTES - ME, portador(a) do CNPJ 21.756.354/0001-30, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vinicius Alexandre Ricci de Miranda, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Santo Antônio da Platina, 10 de junho de 2025.
Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ALTA MIDIA ARQUITETURA E IDENTIDADE VISUAL LTDA - ME
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Vara da Fazenda Pública de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0005110-82.2023.8.16.0153, a qual tem por objeto ISS, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 536 /2023 na data de 01/12/2023, no importe de R$ 2.235,98 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Santo Antonio da Platina/PR, e executado(a)(s) ALTA MIDIA ARQUITETURA E IDENTIDADE VISUAL LTDA - ME, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) ALTA MIDIA ARQUITETURA E IDENTIDADE VISUAL LTDA - ME, portador(a) do CNPJ 23.912.542/0001-36, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vinicius Alexandre Ricci de Miranda, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Santo Antônio da Platina, 10 de junho de 2025.
Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): LIGHT UP MARKETING DIGITAL LTDA
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Vara da Fazenda Pública de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0000781-90.2024.8.16.0153, a qual tem por objeto Taxa Fisc. Alvara, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 29/2024 na data de 09/02/2024, no importe de R$ 1.234,08 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Santo Antonio da Platina/PR, e executado(a)(s) LIGHT UP MARKETING DIGITAL LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) LIGHT UP MARKETING DIGITAL LTDA, portador(a) do CNPJ 14.744.228 /0001-09, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vinicius Alexandre Ricci de Miranda, Analista Judiciário, conferi e digitei. Santo Antônio da Platina, 10 de junho de 2025.
Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SAPLOG TRANSPORTES LTDA
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Vara da Fazenda Pública de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0000876-57.2023.8.16.0153, a qual tem por objeto ISS, inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): 79 /2023 na data de 03/03/2023, no importe de R$ 34.499,73 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Santo Antonio da Platina/PR, e executado(a)(s) SAPLOG TRANSPORTES LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) SAPLOG TRANSPORTES LTDA, portador(a) do CNPJ 34.152.387/0001-13, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua CITAÇÃO para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, efetuar o pagamento do débito , com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vinicius Alexandre Ricci de Miranda, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Santo Antônio da Platina, 11 de junho de 2025.
Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira
Juíza de Direito

SÃO JOÃO DO IVAÍ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EDMAR EVANGELISTA DOS SANTOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Malcon Jackson Cummings, da Vara Criminal de São João do Ivaí, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0000508-10.2021.8.16.0156, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDMAR EVANGELISTA DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido EDMAR EVANGELISTA DOS SANTOS, portador(a) do RG 107297774 SSP/PR e CPF 086.608.569-61, nascido (a) em 03/02/1993, natural de MARILUZ/PR, filho(a) de AGRECINA LOURENÇO DOS SANTOS e JULIO EVANGELISTA DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos /guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do (a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fabio Linares Godoy, Técnico Judiciário, conferi e digitei. São João do Ivaí, 23 de junho de 2025.
Fábio Linares Godoy
Técnico Judiciário

FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital Geral

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE - ANDREA DA SILVA DE JESUS, BRASILEIRA, SOLTEIRA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG Nº 13.539.135-2 SSP/PR, INSCRITA NO CPF/MF Nº 057.821.079-79 - PRAZO DE 30 DIAS.
A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, MMª Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais,Estado do Paraná, etc,
F A Z S A B E R
que perante este Juízo e cartório processam os termos dos autos nº 0011359-49.2022.8.16.0035, de Ação de Interdição, que é requerente Marli Rosa da Silva, e requerida Andrea da Silva de Jesus, tendo sido a lide julgada procedente e decretada a Interdição da requerida, sendo-lhe nomeada Curadora a requerente Marli Rosa da Silva, sendo a causa da Interdição : Hidrocefalia ascrescida de quadro de demência, sendo os limites da curatela: restrita a aspectos patrimoniais e negociais. Assim, determinou a expedição deste edital a ser publicado pela imprensa na forma do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil. Nada mais. Para constar lavrou-se o presente edital. São José dos Pinhais, aos 10 de junho de 2025. Eu (Marilia Duarte), Juramentado que o digitei e subscrevi.
Subscrição autorizada pela MMª Juiza - Portaria 15/2023

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE - CASTURINA PEREIRA DE GODOI, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG Nº 2.039.646-6, INSCRITA NO CPF/MF Nº 354.446.739-91 - PRAZO DE 30 DIAS.
A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, MMª Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais,Estado do Paraná, etc,
F A Z S A B E R
que perante este Juízo e cartório processam os termos dos autos nº 0017589-10.2022.8.16.0035, de Ação de Interdição, que é requerente Neide Pereira de Godoi, e requerida Casturina Pereira de Godoi, tendo sido a lide julgada procedente e decretada a Interdição da requerida, sendo-lhe nomeada Curadora a requerente Neide Pereira de Godoi, sendo a causa da Interdição: Acidênte Vascular Cerebral Isquêmico, e em decorrência, teve sequela motora e dificuldade de fala, sendo os limites da curatela: restrita a aspectos patrimoniais e negociais. Assim, determinou a expedição deste edital a ser publicado pela imprensa na forma do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil. Nada mais. Para constar lavrou-se o presente edital. São José dos Pinhais, aos 16 de junho de 2025. Eu (Marilia Duarte), Juramentado que o digitei e subscrevi.
Subscrição autorizada pela MMª Juiza - Portaria 15/2023

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS E DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO DENUNCIADO M. DE C., COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
Ação Penal - Procedimento Ordinário nº. 0000632-41.2024.8.16.0203
A Doutora Gabriela Scabello Milazzo, MM. Juíza de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de São José dos Pinhais/PR, na forma da lei, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o **prazo de 15 (quinze) dias**, que, em razão de se encontrar atualmente em lugar incerto e não sabido, não foi possível citar pessoalmente **M. DE C., RG 103200989 SSP/PR, CPF 109.880.359-01, filho de J. H. de C. e E. M. de L., nascido em 18/07/1990 em Irati/PR, residente na época dos fatos na Rua Divonzir Luciano, 220 C, Parque da Fonte, São José dos Pinhais/PR**, denunciado como incurso nas sanções do **artigo 217-A, por três vezes, c/c o artigo 226, II, ambos do Código Penal, na forma do artigo 71, do mesmo codex**, pelo que, através do presente, é procedida a sua **CITAÇÃO**, informando-o de que está sendo chamado ao processo nos autos em epígrafe, em trâmite nesta Secretaria, devendo ele acompanhar todos os atos processuais, bem como **INTIMAÇÃO** para que para, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396, CPP), responder por escrito e através de advogado à acusação que lhe é imputada, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A, CPP), ficando ciente de que, não constituindo advogado e não sendo apresentada a resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para tanto, ficando pelo presente citado(a) para se ver processar até final julgamento, ciente de que o processo seguirá à revelia se deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato, não podendo mudar de residência, ou dela se ausentar por mais de 8 (oito) dias, sem comunicar à autoridade processante o lugar onde passará a ser encontrado(a). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e terá cópia afixada no local de costume, para que ninguém alegue ignorância futura.
Extrato da denúncia: "**FATO I - No dia 25 de dezembro de 2023, por volta de 6 horas, na residência localizada na Rua (...), São José dos Pinhais/PR, comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, o denunciado M. DE C., com vontade**

livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, e com o objetivo de satisfazer a própria lascívia, praticou atos libidinosos com A. V. L. S., sua sobrinha, com 10 (dez) anos de idade na data dos fatos, nascida no dia 21/06/2013 (cf. certidão de nascimento de mov. 1.4), consistentes em acariciar os seios e a bunda da vítima, enquanto ela estava dormindo. FATO II - Em data e horário não especificados nos autos, mas certo que no ano de 2022, na residência localizada na Rua (...), São José dos Pinhais/PR, comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, o denunciado M. DE C., com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, e com o objetivo de satisfazer a própria lascívia, praticou atos libidinosos com H. V. A. C., sua filha, com 10 (dez) anos de idade na data dos fatos, nascida no dia 25/12/2011, consistentes em abaixar as calças da vítima e esfregar o pênis em sua vagina. FATO III - Em data e horário não especificados nos autos, mas certo que entre os anos de 2018 e 2019, na residência localizada na Rua (...), São José dos Pinhais/PR, comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, o denunciado M. DE C., com vontade livre e consciente, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, e com o objetivo de satisfazer a própria lascívia, praticou atos libidinosos com A. L. A. C., sua filha, que possuía entre 05 (cinco) e 06 (seis) anos de idade na data dos fatos, nascida no dia 31/10/2013 (cf. certidão de nascimento de mov. 1.3), consistentes em passar as mãos na vagina e na perna da vítima, bem como colocá-la sentada em seu colo, a fim de esfregar o pênis nas nádegas da menor". Dado e passado nesta cidade e Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco. Eu, ____, Bel. Jairo Quero, Analista Judiciário Sênior, que digitei e subscrevi.

JAIRO QUERO
Analista Judiciário Sênior - Portaria 01/2023

FORO REGIONAL DE SARANDI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SENTENCIADO, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

A Doutora Elaine Cristina Siroti, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Sarandi, Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, etc...

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que é expedido com o prazo de 15 (quinze), por não ser possível INTIMAR pessoalmente **Manoel José dos Santos Filho,** filho de Virginia Vicente dos Santos e Manoel José dos santos, nascido aos 03/11/1969 em Maringá/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O(S) do despacho de sequencial 237.1.de 21/11/2024 nos autos 0003758-94.2017.8.12.0029: *"EM FACE DO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro no artigo 111, caput e parágrafo único, da Lei nº 7.210/84, sobrevindo condenação no curso da Execução, SOMO as reprimendas impostas ao sentenciado MANOEL JOSÉ DOS SANTOS FILHO, já qualificado nos autos, totalizando 21 (VINTE E UM) ANOS E 13 (TREZE) DIAS DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE, remanescendo ainda o saldo de 3 (três) anos, 2 (dois) meses e 9 (nove) dias de privação de liberdade, no REGIME SEMIABERTO, restando prejudicada a regressão cautelar de regime (seq. 219.1), tudo nos termos da fundamentação."* E, que de futuro não aleguem ignorância é expedido o presente edital que será afixado em local de costume e publicado no Diário da Justiça. **SARANDI**, em 24 de junho de 2025. Eu, Helton Jum Kikuti, Técnico Judiciário, que o digitei e a MMª Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Sarandi, Dra. Elaine Cristina Siroti, o subscreve.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SENTENCIADO, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.

A Doutora Elaine Cristina Siroti, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Sarandi, Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, etc...

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que é expedido com o prazo de 15 (quinze), por não ser possível INTIMAR pessoalmente **ROGERIO ALVES,** filho de MARIA APARECIDA AMERICA ALVES e JOSE ALVES, nascido aos 20/08/1974 em Cambará/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O(S) do despacho de sequencial 130.1 de 23/06/2025 nos autos 4000013-46.2022.8.16.0160: *"1. Em relação ao incidente de indulto (seq. 113.1), razão assiste ao órgão ministerial (seq. 118.1) quanto à impossibilidade de seu deferimento, uma vez que o delito praticado se deu em sede de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.343/06), caracterizando o crime pelo qual o sentenciado foi condenado como impeditivo, nos termos do artigo 1º, inciso XIV, do Decreto nº 11.846/23. Diante do exposto, não concedo o incidente instaurado. Atualize-se o incidente junto ao sistema. 2. Em torno do descumprimento da condição de palestras, o órgão ministerial havia pugnado pela intimação editalícia do sentenciado para se justificar e, em se mantendo inerte, por sua regressão cautelar (seq. 111.1)/. Pois bem. 2.1 Expeça-se edital de intimação do sentenciado para que ele compareça em Secretaria para se justificar, em 5 (cinco) dias."* E, que de futuro não aleguem ignorância é expedido o presente edital que será afixado em local de costume e publicado no Diário da Justiça. **SARANDI**, em 23 de junho de 2025. Eu, Helton Jum Kikuti, Técnico Judiciário, que o digitei e a MMª Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Sarandi, Dra. Elaine Cristina Siroti, o subscreve.

SERTANÓPOLIS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MAURICIO ANTONIO DE SOUZA
PRAZO DE 30 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Julio Farah Neto, da Vara Cível de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL
ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Obrigação
de Fazer / Não Fazer, sob nº 0001306-45.2024.8.16.0162, em que é(são) VLADIMIR CORREIA DE MENEZES, eautor(es) réu
MAURICIO ANTONIO DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) . Desta forma, procede-se(s) parte(s)
por meio deste edital à sua para oferecer contestação no , nos termos do art. 335CITAÇÃO prazo de 15 (quinze) dias úteis
do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: 1. Defiro a
citação por edital, requerida à seq. 79.1, eis que exauridas as tentativas para citação pessoal, nos termos do art. 256, § 3º do CPC
2. Expeça-se edital, com prazo deHavendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
30 dias. 3. Após, renove-se vista à requerente. . Outrossim, diante da ausência de citação, defiro o cancelamento da audiência de
conciliação.Dil. necessárias.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, GRAZIELE CRISTINA RONZANI GIMENEZ, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Sertanópolis, 18 de junho de 2025.
Julio Farah Neto
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projud

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): RUDINEI FRANCO BEZERRA e LUCAS VINICIUS ALVES LOPES
PRAZO DE 30 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito , da Vara Cível de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem
conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica,
assunto Pagamento, sob nº 0001028-78.2023.8.16.0162, em que é(são) DAVILE CONFECCAO E MATERIAIS PARAautor(es)
ESCRITORIOS LTDA., e LUCAS VINICIUS ALVES LOPES, NEO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOSréu(s)
HOSPITALARES LTDA, DMH SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, RUDINEI FRANCO BEZERRA, e que não foi possível
localizar pessoalmente a(s) . Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua para oferecerparte(s) CITAÇÃO
contestação no , nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidadeprazo de 15 (quinze) dias úteis

com a decisão " 1. Defiro a citação por edital, eis que exauridas as tentativas para citação pessoal, nos termos do art. 256, § 3º do CPC.
2. Expeça-se edital, com prazo de 30 dias. 3. Após, renove-se vista à parte autora pelo prazo de 05 (cinco) dias". Int. Dil. necessárias.
Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, GRAZIELE CRISTINA RONZANI GIMENEZ, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Sertanópolis, 18 de junho de 2025.
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS, CONFINANTES E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito , da Vara Cível de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem
conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Ordinária, sob nº 0000898-
20.2025.8.16.0162, em que é(são) DRIELY CAROLINI DE CASTRO MOURA BAIENA, e gia empreendimentosautor(es) réu(s)
ltda, e que por este edital procede à de eventuais , paraCITAÇÃO terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos
que, no , ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito doprazo de 15 (quinze) dias úteis pedido de usucapião
referente ao imóvel: com área deimóvel urbano situado no loteamento denominado JARDIM AEROPORTO II, Sertanopólis:
240,00 metros quadrados, compreendido dentro das seguintes divisas e confrontações:- "Inicia em um ponto cravado na divisa da Rua
Sertanejo e lote 03; deste segue confrontando com o lote 04 por uma distância de 20,00 metros; deste deflete à direita confrontando com
o lote 05, por uma distância de 12,00 metros (fundos do terreno); deste deflete à direita confrontando com o lote 02, por uma distância de
20,00 metros; deste deflete à direita confrontando com a Rua Sertanejo, por uma distância de 12,00 metros (frente do terreno) até
encontrar o ponto inicial da presente descrição perfazendo uma área de 240,00 metros quadrados", nos termos do art. 259 do Código
1. Citem-se os réus e osde Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o:
confinantes de direito e de fato (ocupantes dos imóveis , por mandado ou carta precatória, se o caso, para que, em 15 (quinze) dias,
querendo,confinantes), contestem os termos da presente ação, sob as penas da lei. 2. Citem-se via edital, com prazo de 30 (trinta) dias,
eventuais interessados e os confinantes não localizados. 3. Cientifiquem-se, por carta, para que manifestem eventual interesse na causa,
os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município, encaminhando-se a cada ente cópia da inicial e dos
documentos que a instruíram. 4. Cientifique-se também o representante do Ministério Público, a fim de intervir no presente feito 5.
Certificado o cumprimento de todas as diligências acima, voltem-me os autos conclusos. Int. Diligências necessárias.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, GRAZIELE CRISTINA RONZANI GIMENEZ, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Sertanópolis, 17 de junho de 2025.
Julio Farah Neto
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br
./projudi

TELÊMACO BORBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TELÊMACO BORBA
VARA CÍVEL DE TELÊMACO BORBA - PROJUDI
Rua Leopoldo Voigt, 75 - Centro - Telêmaco Borba/PR - CEP: 84.261-160
Fone: (42) 32212074 -E-mail: tb-1vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A)(S) DEVEDOR(A)(ES): LENI APARECIDA ROUTH - (CPF/MF SOB O Nº 244.638.689-04), LUCIANO MIGUEL - (CPF/MF SOB O Nº 006.439.989-34), MARIA CRISTINA PIECHNICKI GODOY - (CPF/MF SOB O Nº 750.053.449-34) e MIMALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (CNPJ/MF SOB O Nº 86.706.785/0001-38) e OSCAR FRANCO DE GODOY FILHO - (CPF/MF SOB O Nº 797.145.958-00).

FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "**ON LINE**", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, por meio do qual já serão aceitos lances.
O **PRIMEIRO LEILÃO** será **encerrado no dia 29 de JULHO de 2025, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será **encerrado no dia 29 de JULHO de 2025, a partir das 14h00min,** no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).**
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob nº **0008172-80.2012.8.16.0165** de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** em que é exequente **BANCO DO BRASIL S/A** - (CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91) e executados **LENI APARECIDA ROUTH** - (CPF/MF SOB O Nº 244.638.689-04), **LUCIANO MIGUEL** - (CPF/MF SOB O Nº 006.439.989-34), **MARIA CRISTINA PIECHNICKI GODOY** - (CPF/MF SOB O Nº 750.053.449-34) e **MIMALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA** - (CNPJ/MF SOB O Nº 86.706.785/0001-38) e **OSCAR FRANCO DE GODOY FILHO** - (CPF/MF SOB O Nº 797.145.958-00).
BEM: "01) Um lote de terreno número 04 (quatro) do Distrito Industrial Consolidado "Triângulo", medindo 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), nesta Comarca e Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, com frente para a Rodovia do Papel, todo cercado, sendo em uma de suas laterais em postes de concreto e as demais em postes de concreto com dez fios de arame farpado e com medidas e divisas e demais confrontações constantes na **matrícula número 17.930** do CRI local. - aproximadamente 180 m² (cento e oitenta metros quadrados) de escritório em alvenaria, com cem metros quadrados acabados e oitenta e metros com paredes de tijolos levantados a uma altura de aproximadamente dois metros, sem reboco. - aproximadamente 25m² (vinte e cinco metros quadrados) de garagem aberta, com cobertura de fibro cimento. - um barracão com aproximadamente 500 m² (quinhentos metros quadrados) em alvenaria, paredes todas levantadas, com estrutura de ferro e laterais fechadas em alumínio, cobertura em fibro-cimento e telhas de cimento com almoxarifado, com dois escritórios e uma cozinha, divididos em seu interior. - um barracão de aproximadamente 1050 m² (mil e cinquenta metros quadrados), com paredes de bloquete de concreto na altura de 4m e 6m, com armação da cobertura em madeira e telhado em fibro-cimento. - um barracão de aproximadamente 144m², (cento e quarenta e quatro metros quadrados), com paredes de bloquete de concreto, com pilares em concreto, armação da cobertura em madeira, sendo a mesma de fibro-cimento. - um barracão de aproximadamente 500m², (quinhentos metros quadrados), parcialmente fechado de bloquete de concreto de 4m e 6m, com armação em postes de concreto, com cobertura de fibro-cimento." Tudo conforme Auto de Avaliação de evento 358.1.
ÔNUS: R-6/17.930 - Penhora determinada nos autos nº 5000330-34.2014.4.04.7028 da 3ª Vara Federal de Ponta Grossa, exequente: União; R-9/17.930 - Penhora determinada nos autos nº 4328-20.2015.8.16.0165 do Juizado Especial Cível de Telêmaco Borba, exequente: Divonsir Bueno da Paixão; R-10/17.930 - Penhora

determinada nos autos nº 0008172-80.2012.8.16.0165 (presentes autos) da Vara Cível de Telêmaco Borba; R-12/17.930 - Penhora determinada nos autos nº 5000999-48.2018.4.04.7028 da 3ª Vara Federal de Ponta Grossa, exequente: União - Fazenda Nacional; R-13/17.930 - Penhora determinada nos autos nº 5001576-94.2016.4.04.7028 da 3ª Vara Federal de Ponta Grossa, exequente: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme matrícula de evento 606.2.1. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (*Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN*).

DATA DA PENHORA: 13 de maio de 2015, conforme Termo de Penhora do evento 113.1.

AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 2.578.748,39 (dois milhões, quinhentos e setenta e oito mil, setecentos e quarenta e oito reais e trinta e nove centavos), conforme Laudo de Reavaliação de evento 567.1, realizado em data de 30 de janeiro de 2024, atualizada até a data de expedição deste edital.

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico. Faculto, porém, depósito de caução de 30% no ato da arrematação, sendo que os 70% restantes deverão ser depositados em 15 dias.

Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos ***25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses***, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética dos índices INPC/IGP-DI), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas à apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).

OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).

O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do executado MIMALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, podendo ser encontradas na Rodovia do Papel, KM 15 , Lote 04 - Distrito Industrial - TELÊMACO BORBA/PR - CEP: 84.261-020, como fiel depositário, até ulterior deliberação. *Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.*

LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR -MATRÍCULA 13/246-L

COMISSÃO DO LEILOEIRO: Os honorários do leiloeiro deverão ser depositados no ato da arrematação - tal como o preço. Em se tratando de arrematação, corresponderão a 5,0% do valor da arrematação, sob responsabilidade do arrematante. Remição, 1,5% do valor pelo qual o bem foi resgatado, cabendo à pessoa que realizar a remição. Transação depois de designada arrematação e publicados os editais, 1,0% do valor do acordo, pelo executado. Adjudicação, 2,0% do valor da adjudicação, pelo credor.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica(m) o(s) devedor(es), qual(is) seja(m): **LENI APARECIDA ROUTH - (CPF/MF SOB O Nº 244.638.689-04), LUCIANO MIGUEL - (CPF/MF SOB O Nº 006.439.989-34), MARIA CRISTINA PIECHNICKI GODOY - (CPF/MF SOB O Nº 750.053.449-34) e MIMALE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (CNPJ/MF SOB O Nº 86.706.785/0001-38) e OSCAR FRANCO DE GODOY FILHO - (CPF/MF SOB O Nº 797.145.958-00)**, através do presente, devidamente INTIMADO(S), caso não seja encontrado para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s), Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), fiduciário e coproprietário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. (24/06/2025). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador - Matrícula nº 13/246-L///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.

Elessandro Demetrio da Silva
Juiz de Direito

TERRA ROXA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

EDITAL DE CONHECIMENTO DE TERCEIROS E INTERESSADOS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS A DOUTORA **ANDREIA MARQUES TARACHUK**, MMª. JUÍZA SUBSTITUTA DESTA CIDADE E COMARCA DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ **FAZ SABER**, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos supramencionado, que se processam perante este Juízo e Cartório do Cível Comércio e Anexos, que atendendo tudo o que lhe foi requerido e o mais que dos autos consta, através da sentença de mov. 127.1, foi decretado a interdição do requerido **IDEOSVALDO PARDINO PEREIRA**, nomeando-lhe como curadora **EDNA APARECIDA PEREIRA**, quanto aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do art. 85 da Lei nº 13.146/2015, excluindo-se da curatela o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, tendo em vista que o interditando é portador do CID F-20, sendo pessoa dependente e incapaz para realizar qualquer ato da vida civil, determinando ainda, que inscreva a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo e publicado na forma da Lei, art. 755, § 3º do Novo Código de Processo Civil. Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos 02 (dois) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). Eu, Vaneri Cassimiro da Silva, Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi. **VANERI CASSIMIRO DA SILVA**Técnica Judiciária Assino por Ordem da Portaria 41/2023

TOLEDO

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): ATÍLIO MARÓSTICA -(CNPF/MFsobnº119.001.999-04), COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DO OESTE LTDA - (CNPJ/MF sob nº 81.584.328/0001-02), INELMO JOAO KOLLING - (CNPF/MF sob nº 056.116.449-53), MERCEDES MARIA KOLLING - (CNPF/MFsob nº 017.378.959-51) e VALTER FEIL-(CNPF/MFsob nº 124.902.619-91).

FAZ SABERa todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juìzo ser#o levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site:www.jeleiloes.com.br, de forma "ONLINE", nos termos do artigo 882, par·graf o1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condiÁ?es: A publicação do presente edital ser· realizada no sitewww.jeleiloes.com.br, com antecedÍncia mÌnima de 05 (cinco) dias, por meio do qual j· serão aceitos lances.

O PRIMEIRO LEILÃO ser· encerrado no dia 08 de JULHO de 2025, a partir das 10h00 min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-inÌcio imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que será encerrado no dia 08 de JULHO de 2025, a partir das 14h00min,no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferiora 50% do valor da avaliação-Artigo 891, parágrafo único do NCPC ou 80% (oitenta por cento), caso o bem pertença à incapaz, CPC,art.896). OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, ohorário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, dever#o se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedÍncia mÌnima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no sitewww.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outraforma de intervençao humana na coleta eno registro dos lances.

PROCESSO: Autos sobo nº 0000259-96.1993.8.16.0170 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL em que é exequente BANCO BRADESCO S/A- (CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12) e executados ATÍLIOMARÓSTICA-(CNPF/MFsobnº119.001.999-04), COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DO OESTE LTDA- (CNPJ/MF sob nº 81.584.328/0001-02), INELMO JOAO KOLLING- (CNPF/MF sob nº 056.116.449-53), MERCEDES MARIA KOLLING- (CNPF/MF sob nº 017.378.959-51) e VALTER FEIL- (CNPF/MF sob nº 124.902.619-91).

BEM(NS): "Parte Nordeste do Lote Rural n° 101 do 1° perímetro da Gleba Lopeí, Município e comarca de Toledo-PR com ·rea de 121.000,00 m², ou seja, 5 alqueires Paulista. Benfeitorias: Uma edificação de alvenaria e madeira, revestida com telhas de barro e fibrocimento, apresentando esquadrias em ferro e em estado de conservação regular, com área aproximada de 115,00 m². Adicionalmente, h· uma cobertura composta por estrutura de madeira, sem fechamento lateral, também coberta com telhas de barro, desprovida de piso e em estado de conservação variando entre regular e precário, com área aproximada de 170,00 m². LocalizaÁ#o: 24°46'34.9"S 53°36'24.6"W localização Google Maps; Matrícula 27.983, do 1º OfÌcio de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo/PR. INCRA sob nº 721.190.009.466.0" Tudo conforme Laudo de Avaliação de evento 414.1

ÔNUS: R.5/27.983- Penhora em favor do Banco do Brasil S.A, referente aos autos nº 361/93, em trâmite na 2ª Vara Cível de Toledo; R.8/27.983 - Penhora em favor da Caixa Econômica Federal - CEF, referente aos autos nº 5007553-68.2018.4.04.7005, em trâmite na 2ª Vara Federal de Cascavel; Av.9/27.983-Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000298-93.1993.8.16.0170, em trâmite na 2ª Vara CÌvel de Toledo; Av.12/27.983 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000343-97.1993.8.16.0170,em trâmite na 1ª Vara CÌvel de Toledo; tudo conforme matrícula juntada no evento 409.2. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis-ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; È obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVASÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega-(Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN).

AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 3.850.366,99 (três milhões oitocentos e cinquenta mil trezentos e sessenta e seis reais e noventa e nove centavos), conforme Laudo de Avaliação de evento 414.1, realizada em 12 de novembro de 2024 e atualizada até a expedição do presente edital.

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto noartigo 892do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

Autorizado, na forma do art. 895, doCPC, que o pagamento sedê da seguinte forma:

Bens móveis: depósito no momento da arrematação de, pelo menos, 35%, do valor da avaliação e orestante dividido em até 30 parcelas mensais e sucessivas;

Bens imóveis com valor de avaliação de até R$ 500 mil: depósito no momento da arrematação entre 20% a 30% do valor da avaliação, e o restante dividido em até 30 parcelas mensais e sucessivas;

Bens imóveis com valor de avaliação superior a R$ 500 mil: depósito no momento da arrematação entre 10% a 30% do valor da avaliação, e o restante dividido em até 30 parcelas mensais e sucessivas.

As parcelas serão atualizadas pelo INPC, apartir da data da arrematação, com vencimento da primeira em 5 (cinco) dias a contar da intimação da extração da respectiva carta.

art.895, do CPC §4º. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juìzo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada emprimeiro lugar (art. 895, ß8º, I eII, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).

OBSERVAÇÃO 3: Qual quer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o §4º deste artigo, a segurada a possibilidade de reparação pelos prejuìzos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do §5º do Art.903 doCPC). O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, par·grafo 2º do Novo CÛdigo de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos dos executados Sr. INELMO JOAO KOLLING, podendo ser localizado na Rua XV de Novembro, 2333 - Toledo/PR e Sra. MERCEDES MARIA KOLLING, podendo ser localizado na Rua José Reuter, 800 SL 2 3 e 4 - Velha Central - Blumenau/SC, como fiel depositário, até ulterior deliberação.

LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L

COMISSÃO DO LEILOEIRO: Diante do elevado valor do bem, arbitro a comissão do leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação do bem, a ser paga pelo arrematante, em caso de arrematação positiva.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica(m) a(o)(s) devedora(es)(s), qual(is) seja(m): ATÍLIO MARÓSTICA - (CNPF/MF sob nº 119.001.999-04), COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DO OESTE LTDA - (CNPJ/MF sob nº 81.584.328/0001-02), INELMO JOAO KOLLING - (CNPF/MF sob nº 056.116.449-53), MERCEDES MARIA KOLLING - (CNPF/MF sob nº 017.378.959-51) e VALTER FEIL - (CNPF/MF sob nº 124.902.619-91), através do presente, devidamente INTIMADO, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam tambêm Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônjuge(s). Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s) e coproprietário(s), usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguêm possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e a fixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Toledo, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco. (02/05/2025). Eu, ,/// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - MatrÌcula 13.246-L, que o digiteie subscrevi.

ALEXANDRE AFONSO KNAKIEWICZ, Juiz de Direito Substituto

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TOLEDO
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE TOLEDO - PROJUDI
RUA ALMIRANTE BARROSO, 3202 - CENTRO CÍVICO - Toledo/PR - CEP: 85.905-010 - Fone: (45) 3277 4825 - Celular: (45) 99999-3934 - E-mail: segundavaraciveltoledo@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): EDUARDO HUMBERTO BONEMBERGER

PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Sérgio Laurindo Filho, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Execução Fiscal** sob nº 0013430-07.2022.8.16.0170, a qual tem por objeto [Tx Public, LICENÇA e Tx Vig San], inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): [149/2022] na data de [01/09/2022], no importe de R$ 4.313,70 na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Toledo/PR, e executado(a)(s) EDUARDO HUMBERTO BONEMBERGER, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s) EDUARDO HUMBERTO BONEMBERGER**, portador(a) do

RG 86623439 SSP/PR e CPF 042.969.659-05, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, **efetuar o pagamento do débito**, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios, no total de 4.313,70 (quatro mil trezentos e treze reais e setenta centavos).No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).Eu, Guilherme de Carvalho Pedro, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Toledo, 05 de junho de 2025.**

Denise Terezinha Correa de Melo

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TOLEDO
2ª VARA CÍVEL DE TOLEDO - PROJUDI
RUA ALMIRANTE BARROSO, 3202 - CENTRO CÍVICO - Toledo/PR - CEP: 85.900-020 - Fone: (45) 3277 4825 - Celular: (45) 99999-3934 - E-mail: segundavaraciveltoledo@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS

PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Sérgio Laurindo Filho, da 2ª Vara Cível de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0010408-38.2022.8.16.0170, em que é(são) autor(es) MARCIANA ROCHA DE SOUSA e DAVI GIMENEZ, e réu(s) JOSEFA GRADE HOTZ e JOVENTINO HOTZ, e que por este edital procede à **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: [LOTE URBANO, Nº 16 DA QUADRA Nº 727, com área de 300m², com confrontações descritas na MATRÍCULA 26.219, registrada no livro nº 2 - registro geral do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo-PR], nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o a inicial que segue transcrita: *"DAVI GIMENEZ, brasileiro, em união estável, autônomo, cadastrado no RG nº 10.594.588-4, inscrito no CPF sob nº 073.286.959-70, e MARCIANA ROCHA DE SOUZA, brasileira, em união estável, autônoma, cadastrada no RG nº 12.919.482-0, inscrita no CPF sob nº 094.490.499-27, residentes e domiciliados em Rua Alzira Goncalves Arruda, nº 97, Jardim Europa, Toledo-PR, por intermédio de seu Advogado, constituído por poderes descritos em procuração anexa, com fundamento no art. 1.238 do Código Civil, vem à presença de Vossa Excelência apresentar: AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA, em face de JOVENTINO HOTZ, portador do RG nº 511.663-7 e CPF nº 074.498.799- 72 e sua esposa JOSEFA GRADE HOTZ, portadora do RG nº 1.410.367 e CPF nº 408.204.329-20, com endereço desconhecidos, pelas razões de fatos e fundamentos a seguir expostas: - FATOS. Os requerentes são possuidores do LOTE URBANO, Nº 16 DA QUADRA Nº 727, com área de 300m², com confrontações descritas na MATRÍCULA 26.219, registrada no livro nº 2 - registro geral do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo-PR. A localização exata do bem supracitado, pode ser observada no MAPA NOTARIAL juntado aos autos, onde consta também quais são os imóveis confrontantes, cujas matrículas também juntamos em anexo, com a qualificação dos proprietários ao final. A posse pertence à família há mais de 30 (trinta) anos, e se iniciou em favor de ERICO VIEIRA DA ROCHA, brasileiro, viúvo, aposentado, cadastrado no RG nº 6.002.268-2, inscrito no CPF/MF sob nº 524.609.679-34, residente e domiciliado em Rua Benjamin Constante, nº 451, Jardim Europa, Toledo-PR, que possui a sua residência particular em imóvel ao lado do lote que se busca usucapir. O bem nunca teve posse exercida por qualquer outra pessoa e por isso acumulava lixos, insetos, o que ocasionava prejuízos a propriedade do Sr. ERICO, motivo pelo qual começou a usufruir do bem, realizando a sua limpeza e realizando plantações no mesmo, se tornando então o dono do bem, exercendo todas as funções necessárias para a manutenção do mesmo, com o ânimo de dono. O Sr. Erico por determinado período até buscou informações sobre o proprietário do bem, mas nunca obteve êxito em encontrá-lo, o que lhe motivou a continuar exercendo função social sobre o bem, como se dono fosse, afinal, realizava todas a manutenções necessárias no mesmo. Com a chegada da idade avançada, Sr. Erico não tinha mais forças para cuidar do bem, e nunca teve condições financeiras de realizar qualquer construção no mesmo, por isso, cedeu a posse do bem a sua neta e companheiro, ora requerentes, que sabendo que o bem sempre esteve em posse do avô, de maneira mansa, pacífica e incontestável, passaram a cuidar do mesmo, exercendo inclusive atividade renumerada sobre o mesmo, também como se donos fossem. Os requerentes DAVI e MARCIANA realizaram a regularização de pagamento de impostos do imóvel inclusive, com negociações junto a prefeitura municipal de dívidas ativas que já estavam em execução judicial, e hoje utilizam o bem para realizar o seu trabalho, tendo ali a sede de sua empresa que trabalha no ramo de obras de acabamento em gesso, além de estarem construindo a sua residência sobre o mesmo. A posse mansa, pacífica e sem qualquer contestação é observada durante anos pelos vizinhos que residem naquele bairro, próximos ao bem, conforme pode ser observado na declarações feitas ao TABELIÃO, que relacionou em ATA NOTARIAL, registrada no livro nº 543, nas folhas 013/016 do 1º Tabelionato de Notas de Toledo-PR, tudo o que visualizou ao visitar o imóvel. Desta forma, considerando a união de posses que passou do avô para a neta e seu companheiro, bem como a posse mansa, pacifica sem qualquer contestação, e o fato de terem os requerentes dado ao bem uma devida função social, utilizando o mesmo como se donos fossem, se faz necessário a presente ação de usucapião extraordinária para o reconhecimento de propriedade originária em favor dos requerentes. - DIREITO. Da necessidade do deferimento dos benefícios da justiça gratuita. As partes não possuem condições de arcar com às custas do processo, por isso é necessário o deferimento dos benefícios da justiça gratuita para que seja facilitado o seu acesso ao judiciário. Basta para o deferimento do benefício a juntada da declaração de hipossuficiência, aonde os autores declaram sob as penas da lei, não terem condições de arcar com as custas. Assim é o que prevê o art. 99 do CPC, vejamos: Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. § 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso. § 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos. § 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. Porém, aqui, além de declaração de hipossuficiência juntada, juntamos a inicial outros documentos que atestam a ausência de renda para pagamento das custas, como a declaração anual de imposto de renda da pessoa jurídica do autor, pois é micro empreendedor individual, e a declaração demonstra a ausência de renda declaração nos períodos anteriores a propositura da ação. A Declaração de Imposto de Renda, junto com a declaração de hipossuficiência devem ser considerados suficientes para deferir os benefícios da gratuita para o autor, pois não existe qualquer elemento capaz de evidenciar a falta de pressupostos legais para a concessão da gratuidade, nos termos do §2º do art. 99 supracitado. Assim, requer o polo ativo, o deferimento da assistência judiciária gratuita. Do cumprimento dos requisitos para usucapião extraordinária com a acessão de posse anterior. Conforme bem demonstrado nos fatos, que são expostos com base nas provas juntadas, a posse do Sr. Erico, supra qualificado, considerando o seu relato e o das testemunhas é de aproximadamente 25 (vinte e cinco) anos, já que nos últimos 7 (sete) anos realizou a transmissão da mesma para a sua neta em conjunto com o seu companheiro aqui qualificados como requerentes, por não ter mais condições de cuidar do bem. As provas de sua posse foram visualizadas e devidamente lavradas em Ata Notarial por Tabelião, que foi até o local do imóvel e identificou a realidade do aqui exposto. Além disso, o Sr. Erico tem posse de todo o extrato de IPTU´s pagos referente ao bem, além das regularizações de dívidas realizadas após a transmissão da posse para a sua neta e marido, que realizaram a quitação de dívidas ativas em execução fiscal que tramitava nos autos 0012966-56.2017.8.16.0170, na 2ª Vara da Fazenda Pública desta Comarca. Pois bem, a posse do Sr. Erico durante 25 anos, como o próprio relata "desde a época do Cruzeiro", já seria suficiente para o deferimento da usucapião extraordinária, nos termos do art. 1.238 do Código Civil, vejamos: Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.Ocorre que, os motivos que levaram o possuidor originário a ter o animus domini sobre o bem, são os mesmos que lhe fizeram transmitir a posse do bem para os requerentes, afinal, não teria mais condições de manter o bem com a sua devida função social, devido a sua idade avançada. Aqui, vale ressaltar a este Juízo que a transmissão de posse como ato inter vivos é perfeitamente possível, e amparada pelo art. 1.207 do Código Civil, vejamos: Art. 1.207. O sucessor universal continua de direito a posse do seu antecessor; e ao sucessor singular é facultado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais. Ao tratarmos da acessão de posse, importante frisar que nesse caso tratando-se de um "negócio jurídico" inter vivos, basta o consenso entre as partes quanto à transmissão da posse, pois a posse não é elencada no rol dos direitos reais previstos no art. 1.225 do Código Civil, o que motiva o afastamento da incidência do art. 108 do mesmo códex, afastando também o requisito formal de existência de Escritura Pública para que seja válida a transmissão da posse, podendo essa se dar de maneira verbal, como ocorre no caso em tela. Além do mais, as partes demandam perante este Juízo de boa-fé, apresentando a realidade do caso, pois claramente não teriam problema nenhum em formalizar uma escritura pública aonde estaria se transmitindo a posse do bem, ou até mesmo um contrato de gaveta. Fato é que se trata de uma transmissão de posse de maneira informal, entre familiares, com o objetivo de não deixar com que o bem fique novamente abandonado, acumulando lixos e causando prejuízos para o Sr. Erico. Pois bem, a transmissão da posse, na modalidade de acessio possessionis, se deu há 7 (sete) anos, conforme demonstram os fatos lavrados pelo tabelião, e nesse período os requerentes continuam dando função social para o bem, planejando a construção de sua casa própria e nesse momento exercendo atividade lícita no mesmo, inclusive, conforme expomos nos fatos, e nas provas anexas, como o cartão CNPJ da empresa com o endereço do imóvel. Além disso, os requerentes realizaram a quitação de todos os débitos existentes no bem, inclusive os de IPTU que já estavam em dívida ativa, conforme demonstram as certidões anexas. Ou seja, além de cumprir com o dever pecuniária perante os órgãos públicos, pagando impostos e taxas, os requerentes cumprem com o dever de dar uma função social para o bem, gerando empregos e contribuindo para a economia, diferente do que aconteceria se o bem continuasse abandonado como era no início. Desta forma, considerando a realização de obras e serviços de caráter produtivo no bem, em relação ao Sr. Erico no sentido das plantações que sempre*

*fazia para manter o bem em boas condições e após a transmissão da posse, a empresa aberta pelos requerentes, é fato que resta cumprida a previsão do parágrafo único do art. 1.238 supracitado, vejamos: Art. 1.238 (...). Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo. A previsão do parágrafo único torna possível a usucapião se demonstrada a posse mansa, pacífica e com animus domini, pelo período de 10 (dez) anos, ou seja, tal requisito também é cumprido de maneira cumulativa com o requisito previsto no caput do artigo, pois a posse já ultrapassa significativamente ambos os prazos. Nesse sentido, citamos decisão do TJ-PR que manteve sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível desta Comarca, reconhecendo os direitos de usucapião extraordinária, conforme também buscamos ter reconhecido no caso em tela, vejamos: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE USUCAPIÃO - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA - RECURSO - ACESSÃO DE POSSES - POSSIBILIDADE - ARTIGO 1243 DO CÓDIGO CIVIL - EXERCÍCIO DE POSSE MANSA E PACÍFICA POR MAIS DE QUINZE ANOS - ARTIGO 1238 DO CÓDIGO CIVIL - REQUISITOS DA USUCAPIÃO PREENCHIDOS - SENTENÇA MANTIDA. 1. O possuidor pode, para fins de usucapião, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores nos limites do artigo 1.243 do Código Civil. 2. O exercício da posse mansa, pacífica e sem oposição, por prazo superior a 15 (quinze) anos, garante a procedência da usucapião extraordinária, conforme artigo 1.238 do Código Civil. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR - 17ª C.Cível - 0008202-90.2018.8.16.0170 - Toledo - Rel.: Desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin - J. 24.08.2020). Desta forma encontram-se presentes todos os requisitos necessários para o deferimento integral do pedido, seja na modalidade prevista no art. 1.238, caput do Código Civil, ou ainda, na previsão de seu §º único, que tem como requisito o exercício de posse por período de apenas 10 (dez) anos. Vizinhos confinantes. O mapa descrito apresentado pelo autor demonstra que o imóvel que pretende usucapir tem confrontação os lotes nº 23, 15, 17 e 18, assim, apresentamos em anexo suas respectivas matrículas, e qualificamos abaixo os proprietários tabulares: LOTE URBANO Nº 17: ERICO VIEIRA DA ROCHA, residente e domiciliado em Rua Benjamin Constant, nº 451, Jardim Europa, Toledo-PR, CEP: 85.908-090, cujo imóvel não tem matrícula individual, pertencendo a matrícula nº 24772, folha 3, livro nº 2 do 1º Serviço De Registro de Imóveis de Toledo-PR, que faz confrontação ao OESTE com o imóvel objeto da presente ação. LOTE URBANO Nº 18: ROSE MARIA CASTELLI, residente e domiciliado em Rua Emilio Dietrichkeit, nº 57, Jardim Europa, Toledo-P, cujo imóvel é objeto da matrícula nº 64.509, folha 1, do livro nº 2 do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Toledo-PR, que faz confrontação ao OESTE com o imóvel objeto da presente ação. LOTE URBANO Nº 23: pertence ao mesmo proprietário tabular do imóvel que se pretende usucapir, senhor JOVENTINO HOTZ, que ninguém sabe o paradeiro conforme exposto nos argumentos da inicial. O bem pertence a matrícula nº 26222 folha 1, do livro nº2 do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Toledo-PR. LOTE URBANO Nº 15: VALDIR DE OLIVEIRA BARBOSA, residente e domiciliado em Rua Tarumã, nº 292, Boa Esperança, Toledo-PR, cujo imóvel é objeto da Matrícula nº 26.218, Folha 2 Livro nº 2, do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Toledo-PR. - PEDIDOS. Diante de todo o exposto requer: O recebimento da petição inicial e todos os documentos que a acompanham; O deferimento da justiça gratuita em favor dos autores; A citação dos proprietários tabulares via edital, por estarem em endereço desconhecido, nos termos de toda a fundamentação anexa à inicial; A citação dos confrontantes para que compareçam ao processo, para ratificar o exposto na inicial; Que seja ao final julgada totalmente procedente a demanda, concedendo a posse definitiva e legal do imóvel aos requerentes; Dá-se à causa o valor de R$ 54.449,68 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos). Nesses termos, pede deferimento.".*O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).Eu, Guilherme de Carvalho Pedro, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Toledo, 02 de junho de 2025.**

Denise Terezinha Correa de Melo

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TOLEDO
2ª VARA CÍVEL DE TOLEDO - PROJUDI
RUA ALMIRANTE BARROSO, 3202 - CENTRO CÍVICO - Toledo/PR - CEP: 85.900-020 - Fone: (45) 3277 4825 - Celular: (45) 99999-3934 - E-mail: segundavaraciveltoledo@gmail.com

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): MARIA DOLORES DE OLIVEIRA

PRAZO DE 30 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito DENISE TEREZINHA CORRÊA DE MELO , da 2ª Vara Cível de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Compra e Venda, sob nº 0007406-31.2020.8.16.0170, em que é(são) autor(es) Santo Angelo Empreendimentos Ltda., e réu(s) LUCAS FIRMINO DE SOUZA e MARIA DOLORES DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARIA DOLORES DE OLIVEIRA**, portador(a) do CPF 023.885.989-40. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, no valor no valor da causa de R$ 23.353,38 (vinte e três mil trezentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento". A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 6 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. **Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos à penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC**. Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no **prazo de 15 (quinze) dias úteis.**O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Guilherme de Carvalho Pedro, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Toledo, 10 de junho de 2025.**

DENISE TEREZINHA CORRÊA DE MELO

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

---

[1] Código de Processo Civil: "Art. 829. O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, contado da citação. § 1º Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado.".

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TOLEDO
2ª VARA CÍVEL DE TOLEDO - PROJUDI
RUA ALMIRANTE BARROSO, 3202 - CENTRO CÍVICO - Toledo/PR - CEP: 85.900-020 - Fone: (45) 3277 4825 - Celular: (45) 99999-3934 - E-mail: segundavaraciveltoledo@gmail.com

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): PARTES DO PRESENTE FEITO E EVENTUAIS BENEFICIÁRIOS/INTERESSADOS

PRAZO DE 30 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito DENISE TEREZINHA CORRÊA DE MELO , da 2ª Vara Cível de Toledo, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Cédula de Crédito Bancário, sob nº 0004561-65.2016.8.16.0170, em que é(são) autor(es) COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO VANGUARDA - SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ, e réu(s) PEDRO ARAÚJO DOS SANTOS e ADRIANA APARECIDA DA SILVA CATTO, se procede a **INTIMAÇÃO**das partes do presente feito, bem como eventuais beneficiários/interessados, para, querendo, reclamarem o numerário depositado nos presentes autos. Ciente ainda de que, transcorrido o prazo do edital, os valores vinculados aos autos serão destinados à conta administrada pelo Fundo da Justiça - FUNJUS, sendo que, o credor que comparecer e reclamar a devolução deverá observar as disposições contidas no Decreto Judiciário nº 626/2018.Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Guilherme de Carvalho Pedro, Analista Judiciário, conferi e digitei.***Toledo, 10 de junho de 2025.***

DENISE TEREZINHA CORRÊA DE MELO

***Juíza de Direito*OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TOLEDO
2ª VARA CÍVEL DE TOLEDO - PROJUDI

RUA ALMIRANTE BARROSO, 3202 - CENTRO CÍVICO - Toledo/PR - CEP: 85.900-020 - Fone: (45) 3277 4825 - Celular: (45) 99999-3934 - E-mail: segundavaraciveltoledo@gmail.com

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

O(A) Juiz(íza) de Direito DENISE TEREZINHA CORRÊA DE MELO , da 2ª Vara Cível de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/ Curatela, assunto Interdição, sob nº 0005171-52.2024.8.16.0170, em que é(são) autor(es) ODILIA DE ALMEIDA, e réu(s) MARIA DE FATIMA DE ALMEIDA, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de** , por sentença publicada em , a qual reconheceu que o(a) interditado(a) *não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave* o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de *natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários.* A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) ODILA DE ALMEIDA, portador(a) do RG 8.101.722-0 e CPF 063.204.889-13, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "*Pelo exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial, com fundamento no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil e, por consequência, DECRETO A CURATELA de MARIA DE FATIMA DE ALMEIDArestrita a aspectos patrimoniais e negociais. Nomeio como curadora a autora ODILIA DE ALMEIRA, irmã da interditanda, a quem incumbirá prestar assistência nos atos patrimoniais e negociais e a quem competirá prestar contas anualmente dos atos de sua gestão (artigo 84, § 4º da Lei 13.146/15).*".O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Jefferson Silva dos Santos, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Toledo, 12 de junho de 2025.**

DENISE TEREZINHA CORRÊA DE MELO

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE: **KARINA MAYARA GONÇALVES LEAL**

O Dr. SÉRGIO LAURINDO FILHO Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, MM. Acidente do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, da Comarca de Toledo, PR, faz saber a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que, perante este Juízo da Infância e da Juventude - Seção Cível, se processam os autos de 15190 - Destituição do Poder Familiar, sob nº 0015529-76.2024.8.16.0170, em favor da criança G.G.L, em que é requerente o Ministério Público do Estado do Paraná, e requeridos J.A.B. e K.M.G.L., tendo o presente a finalidade de **INTIMAR** a requerida supra mencionada, que atualmente encontra-se em lugar ignorado, para que participe da Audiência de Instrução e Julgamento, que será realizada no dia 03 de julho de 2025 às 14:00 horas - VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - TOLEDO, Rua Almirante Barroso, 3222 - 1º Andar, Sala 5 - Centro Cívico - Toledo/PR - CEP: 85.900-020 - Fone: (45) 3327-9256 - ADVERTÊNCIA: O NÃO COMPARECIMENTO INJUSTIFICADO DE QUAISQUER DAS PARTES, IMPORTA EM CONFISSÃO QUANTO À MATÉRIA DE FATO CONFORME ART. 385, § 1º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. O presente edital foi expedido nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, art. 199 ("O Juiz tomará providências para que as intimações por edital não violem eventual segredo de justiça. §1º A fim de garantir o sigilo, o edital indicará a natureza da ação, o número dos autos, as iniciais do nome das partes e o nome completo do advogado ou, requerido, da sociedade de advogados. §2º O relato da matéria de fato, se necessário, será feito com terminologia concisa ").e adequada, evitando-se expor a intimidade das partes envolvidas ou de terceiros Observação: Este processo tramita através do sistema PROJUDI - https://portal.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastro realizado pela OAB/PR, o qual é obrigatório para manifestação nos autos. E para que não se alegue ignorância ou desconhecimento foi expedido o presente edital. Nada mais a constar. Toledo, 23 de junho de 2025. Eu, Deborah Katherine Torres Batista Turim, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

SÉRGIO LAURINDO FILHO

JUIZ DE DIREITO

Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial

FORO REGIONAL DE CAMPO LARGO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE CAMPO LARGO - ESTADO DO PARANÁ
AV. DESEMBARGADOR CLOTÁRIO PORTUGAL, 421, EDIFÍCIO FRATELI - CENTRO
FONES:- 3032-3860 - 3032-2675
MARIA RENATA SETTI DE PAULI - OFICIAL TITULAR

USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL - EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

FAZ SABER, todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do artigo 216-A da Lei 6.015/1973, e artigo 16 do provimento 65/2017 do Conselho Nacional de Justiça, a cientificação de terceiros, credores, incertos e desconhecidos eventualmente interessados, que tramita perante este Serviço de Registro de Imóveis, com endereço na Av. Desembargador Clotário Portugal, 412, Sala 1, Edifício Frateli, Centro, Campo Largo, Paraná, com horário de funcionamento das 8:30hrs às 11:00hrs e das 13:00hrs às 17:00hrs, em dias úteis de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de **USUCAPIÃO** na modalidade **ORDINÁRIA** do imóvel protocolado sob o número 220.413, com posse há mais de 10 (dez) anos, tendo como requerentes **LUIZ FERNANDO TOPPEL**, natural de Campo Largo/PR, nascido em 02/12/1969, maior e capaz, técnico em medição, portador da Cédula de Identidade nº 4.734.615-0/SSPIPR, inscrito no CPF/MF sob nº 819.908.209-72, filho de Alceu Vinheski Toppel e Eldeguinar Tavares Toppel e sua esposa **ELIZA MARIA COSTA TOPPEL**, natural de Campo Largo/PR, nascida em 15/05/1970, maior e capaz, babá, portadora da Cédula de Identidade nº 5.360.527-3/SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 760.246.529-68, filha de João Costa Filho e Levina Alves Ferreira Costa, ambos brasileiros, casados sob o regime da Comunhão Universal de Bens, em 19/06/1990, residentes e domiciliados na Rua Apolonia Krul Kaminski, ao lado do 114, Botiatuva, Campo Largo/PR, tendo por objeto o imóvel adiante descrito: Lote de terreno rural, localizado no Butiatuva, a 140m da Estrada do Krupa. Inicia-se no **'CIOB-M-900'** , Sistema SGL (-49°30'41,622"/ -25°30'07,531") m dividindo-o com Alceu Antonio Toppel - (posse); Daí segue confrontando com Alceu Antonio Toppel- (posse) com o azimute de 114°47' e a distância de 144.47 m até o **'CIOB-M-901'** (-49°30'36,915" -25°30'09,477"); Daí segue confrontando com Petróleo Brasileiro S/A- Transcrição 28.660- Livro 3-Z com o azimute de 206°19' e a distância de 36.4 m até o **'CIOB-M-902'** (-49°30'37,493" -25°30'10,537"); Daí segue confrontando com Petróleo Brasileiro S/A- Transcrição 28.660- Livro 3-Z com o azimute de 300°10' e a distância de 4.1 m até o **'CIOB-M-903'** (-49°30'37,620" -25°30'10,470"); Daí segue confrontando com Petróleo Brasileiro Transcrição 28.660- Livro 3-Z com o azimute de 280°22' e a distância de 33.51 m até o **'CIOB-M-904'** (-49°30'38,800" -25°30'10,274"); Daí segue confrontando com Petróleo Brasileiro S/A- Transcrição 28.660- Livro 3-Z com o azimute de 311°19' e a distância de 20.46 m até o **'CIOB-M-905'** (-49°30'39,350" -25°30'09,835"); Daí segue confrontando com Petróleo Brasileiro S/A- Transcrição 28.660- Livro 3-Z com o azimute de 323°24' e a distância de 20.47 m até o **'CIOB-M-906'** (-49°30'39,787" -25°30'09,301"); Daí segue confrontando com Petróleo Brasileiro S/A- Transcrição 28.660- Livro 3-Z com o azimute de 255°38' e a distância de 54.09 m até o **'CIOB-M-907'** (49°30'41,663" -25°30'09,737"); Daí segue confrontando com Petróleo Brasileiro S/A- Transcrição 28.660- Livro 3-Z com o azimute de 168°04' e a distância de 83.39 m até o **'CIOB-M-908'** (-49°30'41,046" -25°30'12,388"); Daí segue confrontando com Petróleo Brasileiro S/A- Transcrição 28.660- Livro 3-Z com o azimute de 188°28' e a distância de 62.17 m até o **'CIOB-M-909'** (-49°30'41,374" -25°30'14,386"); Daí segue confrontando com Adrea Madalena Lopes Vieira- Posse com o azimute de 294°11' e a distância de 68.5 m até o **'CIOB-M-910'** (-49°30'43,611" -25°30'13,474"); Daí segue confrontando com Amauri José Dybas- Matricula 28.176 com o azimute de 297°01' e a distância de 65.5 m até o **'CIOB-M-911'** (-49°30'45,700" -25°30'12,507"); Daí segue confrontando com Alceu Antonio Toppel- posse com o azimute de 36°38' e a distância de 190.86 m até o **'CIOB-M-900'** (-49°30'41,622"/ -25°30'07,531") início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 18.829,00m². Contendo benfeitorias como: 1- Casa em alvenaria de 192 m² e 2- Paiol de madeira de 130m². **Referido imóvel não possui registro nesta Serventia.** O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de 15 (quinze dias) para exame e impugnação, o que, não ocorrendo, será tomado com anuência ao pedido, e ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, §6º, da Lei 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado uma única vez no E-DJ, e jornal de grande circulação para a ciência de terceiros eventualmente interessados e notificação dos nominados no preâmbulo, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias, após o decurso do prazo do edital publicado. Expedido neste Município e Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, pelo 1º Serviço de Registro de Imóveis, aos 24 de junho de 2025. **MARIA RENATA SETTI DE PAULI - OFICIAL TITULAR**

PARANAGUÁ

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

Na qualidade de Agente Delegado do Serviço de Registro de Imóveis desta Comarca, e nos termos do art. 216-A, §4º da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 do CNJ, **NOTIFICAMOS** a Sra. **SOLANGE MARIA APARECIDA WARUMBY DE OLIVEIRA**, na qualidade de herdeira dos proprietários tabulares dos lotes confrontantes (lotes 72 e 74 - Transcrição 18.446), bem como seus **EVENTUAIS HERDEIROS,** que está em trâmite nesta Serventia o **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE USUCAPIÃO,** na modalidade **EXTRAORDINÁRIA,** protocolado sob n.º **167.834**, tendo como objeto o imóvel transcrito sob o n.º **18.446**, FL. 161, Livro 3-Q, cuja propriedade tabular pertence a **Manoel Carvalho de Oliveira**, com os seguintes elementos:

· REQUERENTES: **MAURÍCIO ALVES DA SILVA,** inscrito no CPF/MF sob nº 745.466.279-04, e **PATRÍCIA BORGES PALENSKE DA SILVA,** inscrita no CPF/MF sob nº 025.808.259-32, ambos brasileiros, casados entre si sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Castro, nº 45, bairro Emboguaçu, Paranaguá/PR, CEP 83.209-030.

· IMÓVEL OBJETO: Imóvel da planta de subdivisão do terreno constante do Título de Domínio Pleno de Terras sob nº 39, denominada Jardim Emboguassú Mirim, registrado no Serviço de Registro de Imóveis sob transcrição nº 18.446. Lote 75, quadra 02. Endereço na Rua Castro, nº 45, bairro Jardim Emboguassú Mirim, com área de 396,00m². Lote urbano de forma regular cuja descrição inicia-se no vértice denominado 0=PP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51ºW, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM E=747.650,81m e N=7.173.501,43m; Deste segue confrontando com a Rua Castro com azimute de 47º28'41" e a distância de 12,00m até o vértice 01 (E=747.659,66m e N=7.173.509,54m); Deste segue confrontando com o lote 01, da quadra 02, objeto da Matrícula 31.957, de propriedade de Shirlan Andreane Bahia, lote 02, da quadra 02, objeto da Matrícula 52.658, de Ruth Agari, na posse de Eliane Capeta Delfino, e lote 03, quadra 02, objeto da Matrícula 53.282, de Odette Agari Algodoal, na posse de Fernando da Silva Capeta, com o azimute de 137º00'09" e a distância de 33,00m até o vértice 02 (E=747.682,16m e N=7.173.485,40m); Deste segue confrontando com o lote 72, quadra 02, objeto da Transcrição 18.446, de Manoel Carvalho de Oliveira, na posse de Joaquim Alves da Silva, com o azimute de 227º28"41' e a distância de 12,00m até o vértice 03 (E=747.673,32m e N=7.173.477,9m); Deste segue confrontando com o lote 74, quadra 02, objeto da Transcrição 18.446 de Manoel Carvalho de Oliveira, na posse de Diógenes Wilian P. de Souza, com o azimute de 317º00'09" e a distância de 33,00m até o vértice 0=PP (E=747.650,81m e N=7.173.504,43m); início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 396,00m², contendo uma residência em alvenaria com a área construída de 40,00m².

Assim, ficam cientificados, dispondo de 15 dias para manifestação, cujo edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico (e-Dj), bem como, afixado em sessão específica dentro da Serventia. A ausência de impugnação implica em anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião, e consequente prosseguimento do feito.

Atenciosamente,

Patrick Roberto Gasparetto
Oficial de Registro